



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANO LXIV - Nº 153 - SEXTA-FEIRA, 04 DE SETEMBRO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

**MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
(Biênio 2009/2010)**

PRESIDENTE	MICHEL TEMER – PMDB-SP
1º VICE-PRESIDENTE	MARCO MAIA – PT-RS
2º VICE-PRESIDENTE	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO – DEM-BA
1º SECRETÁRIO	RAFAEL GUERRA – PSDB-MG
2º SECRETÁRIO	INOCÊNCIO OLIVEIRA – PR-PE
3º SECRETÁRIO	ODAIR CUNHA – PT-MG
4º SECRETÁRIO	NELSON MARQUEZELLI – PTB-SP
1º SUPLENTE	MARCELO ORTIZ – PV-SP
2º SUPLENTE	GIOVANNI QUEIROZ – PDT-PA
3º SUPLENTE	LEANDRO SAMPAIO – PPS-RJ
4º SUPLENTE	MANOEL JUNIOR – PSB-PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SUMÁRIO

SEÇÃO I

1 – ATA DA 230ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, EXTRAORDINÁRIA, MATUTINA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, EM 3 DE SETEMBRO DE 2009

I – Abertura da sessão

II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

III – Leitura do expediente

OFÍCIOS

Nº 1.807/09 – Do Senhor Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados, devolvendo ao Deputado João Campos a PEC nº 402/09, de autoria deste, pelas razões que aduz. 47165

Nº 147/09 – Do Senhor Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, Segundo-Vice– Presidente e Corregedor da Câmara dos Deputados, encaminhando o Processo nº 124.818/2009, referente ao Deputado Charles Lucena, para que fique sobrestado junto à Secretaria-Geral da Mesa..... 47168

Nº 354/09 – Do Senhor Deputado Cândido Vaccarezza, Líder do PT, indicando os Deputados Leonardo Monteiro e Elismar Prado para integrarem a Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 300-A/08. 47168

Nº 711/09 – Do Senhor Deputado Duarte Nogueira, pela Liderança do PSDB, indicando o Deputado Eduardo Barbosa para integrar a CPI que investiga as causas, consequências e responsáveis pelos desaparecimentos de crianças e adolescentes no Brasil no período de 2005 a 2007..... 47169

Nº 713/09 – Do Senhor Deputado Duarte Nogueira, pela Liderança do PSDB, indicando o Deputado Eduardo Barbosa para integrar a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. 47169

Nº 715/09 – Do Senhor Deputado Duarte Nogueira, pela Liderança do PSDB, indicando o Deputado Bruno Araújo para integrar a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. 47169

Nº 717/09 – Do Senhor Deputado Duarte Nogueira, pela Liderança do PSDB, indicando o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame para integrar a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional..... 47169

Nº 719/09 – Do Senhor Deputado Duarte Nogueira, pela Liderança do PSDB, indicando o Depu-

tado Antonio Carlos Mendes Thame para integrar a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável..... 47169

Nº 731/09 – Do Senhor Deputado Duarte Nogueira, pela Liderança do PSDB, indicando o Deputado Raimundo Gomes de Matos para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 47/03..... 47169

Nº 733/09 – Do Senhor Deputado Duarte Nogueira, pela Liderança do PSDB, indicando o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 47/03..... 47170

Nº 232/09 – Do Senhor Deputado Márcio França, Líder do Bloco PSB/PCdoB/PMN/PRB, indicando o Deputado Francisco Tenório para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 300-A/08. 47170

Nº 323/09 – Do Senhor Deputado Jovair Arantes, Líder do PTB, indicando o Deputado Luiz Carlos Busato para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 27-A/07..... 47170

Nº 324/09 – Do Senhor Deputado Jovair Arantes, Líder do PTB, indicando o Deputado Luiz Carlos Busato para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 2.048/07..... 47170

Nº 325/09 – Do Senhor Deputado Jovair Arantes, Líder do PTB, indicando o Deputado Luiz Carlos Busato para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 6.461/05..... 47170

Nº 327/09 – Do Senhor Deputado Jovair Arantes, Líder do PTB, indicando o Deputado Luiz Carlos Busato para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 632-A/98..... 47171

Nº 326/09 – Do Senhor Deputado Jovair Arantes, Líder do PTB, indicando o Deputado Luiz Carlos Busato para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 4.359/01..... 47171

Nº 328/09 – Do Senhor Deputado Jovair Arantes, Líder do PTB, indicando o Deputado Luiz Carlos Busato para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 80-A/95..... 47171

Nº 329/09 – Do Senhor Deputado Jovair Arantes, Líder do PTB, indicando o Deputado Luiz Carlos Busato para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 190-A/94..... 47171

Nº 330/09 – Do Senhor Deputado Jovair Arantes, Líder do PTB, indicando o Deputado Luiz Carlos Busato para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 100-A/07.....	47172	Nº 334/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 3.942-A/08.	47174
Nº 237/09 – Do Senhor Deputado Fernando Coruja, Líder do PPS, solicitando tornar vago o assento de titular que cabe ao citado Partido, ocupado pelo Deputado Arnaldo Jardim, na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 5.938/09.....	47172	Nº 335/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 4.044-A/08.	47174
Nº 238/09 – Do Senhor Deputado Fernando Coruja, Líder do PPS, solicitando tornar vago o assento de titular que cabe ao citado Partido, ocupado pelo Deputado Dimas Ramalho, na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 5.939/09.....	47172	Nº 337/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 1.852-A/03.	47174
Nº 239/09 – Do Senhor Deputado Fernando Coruja, Líder do PPS, solicitando tornar vago o assento de titular que cabe ao citado Partido, ocupado pelo Deputado Arnaldo Jardim, na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 5.940/09.....	47172	Nº 357/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 929-A/07.	47174
Nº 240/09 – Do Senhor Deputado Fernando Coruja, Líder do PPS, solicitando tornar vago o assento de titular que cabe ao citado Partido, ocupado pelo Deputado Nelson Proença, na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 5.941/09.....	47173	Nº 358/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 1.595-B/07.	47175
Nº 293/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 2.718-B/00.	47173	Nº 359/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 1.623-A/07.	47175
Nº 313/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, encaminhando o PL nº 861/03, apreciado pela referida Comissão.	47173	Nº 361/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 1.818-A/07.	47175
Nº 325/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 2.069-A/07.	47173	Nº 362/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 1.953-B/07.	47175
Nº 326/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 2.070-A/07.	47173	Nº 363/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 2.036-A/07.	47175
Nº 330/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 2.670-A/07.	47173	Nº 364/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 2.039-B/07.	47175
Nº 332/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 3.99-A/08.	47174	Nº 375/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 2.655-A/07.	47176
Nº 333/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 3.940-A/08.	47174	Nº 376/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 2.793-A/08.	47176
		Nº 377/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 3.071-B/08.	47176
		Nº 378/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 3.074-A/08.	47176

Nº 379/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 3.165-B/08.	47176
Nº 385/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 3.566-A/08.	47176
Nº 386/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 3.593-A/08.	47177
Nº 387/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 3.631-A/08.	47177
Nº 388/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 3.702-B/08.	47177
Nº 389/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 3.760-A/08.	47177
Nº 392/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 3.975-A/08.	47177
Nº 401/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, encaminhando as Emendas de Plenário ao PL nº 4.385-B/94, apreciadas pela referida Comissão.	47178
Nº 402/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, encaminhando o PL nº 3.587/08, apreciado pela referida Comissão.	47178
Nº 403/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação dos PLs nºs 2.094-A/07 e 3.306/08, apensado.	47178
Nº 404/09 – Do Senhor Deputado Tadeu Filippelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 3.541-A/08.	47178
Nº 210/09 – Da Senhora Deputada Ana Arraes, Presidenta da Comissão de Defesa do Consumidor, comunicando a apreciação do PL nº 3.358/08.	47178
Nº 258/09 – Do Senhor Deputado Edmilson Valentim, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, comunicando a apreciação do PL nº 1.897/07.	47178
Nº 265/09 – Da Senhora Deputada Maria do Rosário, Presidente da Comissão de Educação e Cultura, comunicando a apreciação do PL nº 4.483/08.	47179

Nº 255/09 – Do Senhor Deputado Sabino Castelo Branco, Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, comunicando a aprovação do PL nº 4.221-A/08.	47179
Nº 426/09 – Do Senhor Deputado Jaime Martins, Presidente da Comissão de Viação e Transportes, comunicando a declaração de prejudicialidade do PL nº 3.334/04, e seus apensados, PLs nºs 3.556/04 e 7.433/06.	47179

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 399/09 – Do Sr. Paulo Roberto Pereira – Da nova redação ao art. 228 da Constituição Federal, tornando relativa a imputabilidade penal dos 14 aos 18 anos para crimes praticados com violência ou grave ameaça à integridade das pessoas.	47179
--	-------

PROJETO DE LEI

Nº 5.773/09 – Do Senado Federal – Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre veículos para transporte coletivo de estudantes, quando adquiridos por Prefeituras Municipais, pelos Estados e pelo Distrito Federal, bem como por profissionais autônomos e suas cooperativas habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar.	47183
--	-------

INDICAÇÕES

Nº 5.216/09 – Da Comissão Especial destinada a analisar proposições legislativas que tenham por objetivo o combate à pirataria. – Sugere ao Ministério do Trabalho a adoção de providências nas ações de combate à pirataria.	47184
Nº 5.217/09 – Da Comissão Especial destinada a analisar proposições legislativas que tenham por objetivo o combate à pirataria. – Sugere ao Ministério da Justiça a adoção de providências nas ações de combate à pirataria.	47184

IV – Breves Comunicações

LÉO ALCÂNTARA (PR – CE) – Finalidade básica do decreto presidencial sobre a instituição de 2009 como o Ano Nacional da Gestão Pública. Instituição do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, o GESPÚBLICA.	47185
DOMINGOS DUTRA (PT – MA. Pela ordem.) – Inauguração da galeria de ex-Presidentes da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Casa.	47186
LÚCIO VALE (PR – PA) – Pedido ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de reexame da retirada de compensação financeira concedida aos Estados exportadores por perdas de receitas decorrentes da Lei Kandir. Defesa de realização da reforma tributária.	47186
OSMAR SERRAGLIO (Bloco/PMDB – PR) – Imediata adoção, pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e pelo Tribunal de Contas da União – TCU, das providências necessárias para a retomada das obras da BR-487,	

conhecida por Estrada Boiadeira, na região noroeste do Estado do Paraná.	47186	mento de normas para a criação de novos Municípios. Protesto contra a não execução de emendas orçamentárias. Pedido à direção do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT de pavimentação da BR-156, trecho Laranjal do Jari-Macapá.	47193
REGINALDO LOPES (PT – MG) – Encaminhamento à Presidência da Casa de relatório sobre o novo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES. Debate do programa pelo Plenário da Casa.	47188	GONZAGA PATRIOTA (Bloco/PSB – PE) – Intensificação dos trabalhos de fiscalização de obras públicas pelo Tribunal de Contas da União – TCU. Apelo ao Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, e à Secretaria Nacional de Defesa Civil de atendimento às populações atingidas pela estiagem no Estado de Pernambuco.	47193
ELIENE LIMA (PP – MT) – Realização do 8º Festival Cururu Siriri de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.	47188	MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB – CE) – Expectativa quanto à realização da reforma política. .	47193
ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Publicação pelo jornal Correio Braziliense de matéria sobre a não inclusão, no Orçamento Geral da União de 2010, de recursos para reajuste dos proventos de aposentados e pensionistas.	47188	JUTAHY JUNIOR (PSDB – BA) – Protesto contra a tramitação em regime de urgência constitucional dos projetos de lei relativos ao novo marco regulatório do petróleo.	47194
MARCELO TEIXEIRA (PR – CE) – Agradecimento ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, e ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, Luiz Antônio Pagot, pela realização de obras viárias no Estado do Ceará.	47189	VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pela ordem.) – Filiação do Presidente do Sindicato dos Policiais Federais no Distrito Federal, Cláudio Avelar, aos quadros do PCdoB. Expectativa quanto à filiação do Delegado da Polícia Federal, Protógenes Queiroz, ao partido.	47194
ALBANO FRANCO (PSDB – SE) – Realização da Feira Agroshow do Agreste Sergipano, no Município de Itabaiana, Estado de Sergipe.	47189	PEDRO FERNANDES (PTB – MA) – Posicionamento contrário à proposta de concessão de reajuste salarial aos magistrados brasileiros.	47194
MANATO (PDT – ES) – Comemoração dos 458 anos de fundação de Vitória, Estado do Espírito Santo. Inauguração da nova Ponte da Passagem, na Capital do Estado.	47189	JOSÉ AIRTON CIRILO (PT – CE) – Transcurso do centenário de criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS.	47194
CAPITÃO ASSUMÇÃO (Bloco/PSB – ES. Pela ordem.) – Anúncio de realização, por policiais e bombeiros militares, de ato de protesto contra o Governador do Estado do Espírito Santo, Paulo Hartung. Revisão dos valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.	47189	LUIZ ALBERTO (PT – BA) – Classificação da PETROBRAS em 1º lugar entre as empresas com maior lucratividade na América Latina. Contratação, pelo PSDB, de empresa norte-americana para assessoramento do partido na CPI da PETROBRAS.	47195
LUIZ COUTO (PT – PB. Pela ordem.) – Expectativa quanto à votação da chamada PEC dos Vereadores e da proposta concessiva de isonomia salarial a policiais militares.	47191	FLÁVIO BEZERRA (Bloco/PMDB – CE) – Participação no 1º Grito Nacional da Pesca e Aquicultura, realizado no Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte.	47195
GERALDO SIMÕES (PT – BA. Pela ordem.) – Visita do orador à Comissão de Aeroportos da Região Amazônica – COMARA.	47191	PAES DE LIRA (Bloco/PTC – SP. Pela ordem.) – Razões da obstrução dos trabalhos da Casa pela Oposição.	47196
LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Expectativa quanto à votação pela Casa da chamada PEC dos Vereadores. Apoio ao Projeto de Lei nº 248, de 2006, do Senado Federal, a respeito da cobrança de contribuição assistencial de sindicalizados para sustentação de negociações coletivas.	47191	EDIGAR MÃO BRANCA (PV – BA) – Transcurso de aniversário da emancipação político-administrativa do Município de Boa Nova, Estado da Bahia. Realização da 1ª Exposição Agropecuária do Município de Iguai. Pedido à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática de realização de audiência pública para debate da qualidade da transmissão televisiva sobre a diversidade cultural brasileira.	47196
47191 LUPÉRCIO RAMOS (Bloco/PMDB – AM) – Realização do 25º Festival da Canção de Itacoatiara; do 13º Festival de Cirandas de Manacapuru, e da 17ª Festa da Melancia de Manicoré, no Estado do Amazonas.	47192	EDINHO BEZ (Bloco/PMDB – SC) – Reunião da bancada federal catarinense com o Governador Luiz Henrique e o Vice-Governador Leonel Pavan para debate do descontingenciamento de emendas orçamentárias.	47196
SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT – AP. Pela ordem.) – Expectativa quanto à votação pela Casa de projeto de lei complementar sobre o estabeleci-			

PINTO ITAMARATY (PSDB – MA) – Visita de Suplentes de Vereadores à Câmara do Deputados. Apoio à chamada PEC dos Vereadores.	47197	MAURÍCIO RANDS (PT – PE. Pela ordem.) – Transcurso do 26º aniversário de fundação da Central Única dos Trabalhadores – CUT.....	47201
WANDENKOLK GONÇALVES (PSDB – PA) – Convite aos Parlamentares para participação em audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, destinada à discussão do projeto de lei sobre a instituição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER.	47197	FÁTIMA BEZERRA (PT – RN. Pela ordem.) – Realização de obras públicas no Município de Parnamirim, Estado do Rio Grande do Norte, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.....	47201
CARLOS BRANDÃO (PSDB – MA) – Defesa da alteração da sistemática de distribuição de royalties de petróleo.....	47197	PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Leitura de Ato da Presidência sobre a criação de Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 351, de 2009, referente à instituição de regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.	47202
CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Necessidade de avanços na realização da reforma política. Transcurso do 99º aniversário do Município de Santa Rosa de Viterbo, Estado de São Paulo.....	47197	IRINY LOPES (PT – ES) – Homenagem póstuma ao violinista Maurício de Oliveira.....	47202
RENATO MOLLING (PP – RS) – Conveniência de redução dos preços de combustíveis no País. Defesa de realização, pelo Congresso Nacional, de amplo debate sobre as propostas governamentais relativas ao estabelecimento do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal.	47198	VICENTINHO (PT – SP) – Relato da visita do orador aos Municípios de Florínea e Maracá, Estado de São Paulo.	47202
FERNANDO FERRO (PT – PE. Pela ordem.) – Declaração do Governador do Estado de São Paulo, José Serra, sobre a descoberta de jazidas de petróleo na camada pré-sal. Repúdio à obstrução das votações pelo PSDB. Matéria <i>A petrolífera americana na CPI Petrobras</i> , veiculada pela Internet	47199	JAIR BOLSONARO (PP – RJ) – Apoio à implantação de política de planejamento familiar no País. Apelo à Presidência de instalação de Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 584, de 2002, a respeito do tema.....	47203
JACKSON BARRETO (Bloco/PMDB – SE) – Encaminhamento ao Congresso Nacional, pelo Poder Executivo, de projetos de lei sobre o estabelecimento do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal. Defesa de distribuição equânime aos Estados brasileiros dos recursos oriundos da exploração de petróleo.....	47199	MARIA LÚCIA CARDOSO (Bloco/PMDB – MG) – Outorga do selo Cidade Cidadã à Prefeitura Municipal de Contagem, Estado de Minas Gerais.	47203
CHICO LOPES (Bloco/PCdoB – CE. Pela ordem.) – Promoção pela Caixa Econômica Federal da competição infantil denominada Maratoninha, em Fortaleza, Estado do Ceará. Cumprimentos ao Superintendente da instituição naquela capital pelo empenho na realização do evento.....	47200	DOMINGOS DUTRA (PT – MA) – Críticas à atuação da Governadora do Estado do Maranhão, Roseana Sarney.	47204
MARÇAL FILHO (Bloco/PMDB – MS) – Aprovação, pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, de proposta proibitiva da cobrança de taxas de religação dos serviços públicos de fornecimento de água e energia elétrica.	47200	EDINHO BEZ (Bloco/PMDB – SC. Pela ordem.) – Falecimento do radialista Rubens Rabelo, do Estado de Santa Catarina.....	47204
PEDRO WILSON (PT – GO) – Defesa de revitalização do Programa de Apoio e Proteção a Vítimas e Testemunha – PROVITA. Excelência dos trabalhos realizados pelo Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP, em prol dos direitos humanos e contra a violência. Inauguração de galeria de fotos de ex-Presidentes da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Casa.	47201	CAPITÃO ASSUMÇÃO (Bloco/PSB – ES) – Protesto contra a transferência compulsória de policiais militares do Município de Ecoporanga, Estado do Espírito Santo.	47205
		GERALDO SIMÕES (PT – BA) – Apresentação de projeto de lei sobre a adequação de arrendamentos portuários à nova Lei dos Portos.	47205
		ÁTILA LINS (Bloco/PMDB – AM) – Realização do 13º Festival de Cirandas no Município de Manacapuru, Estado do Amazonas.....	47206
		MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Apoio às propostas relativas à preservação ambiental em tramitação na Casa. Apresentação pelo orador de proposições em benefício do meio ambiente.	47206
		CHICO LOPES (Bloco/PCdoB – CE) – Críticas ao posicionamento da Oposição com relação às propostas do Governo Federal para a exploração de petróleo na camada do pré-sal. Otimismo com o desenvolvimento socioeconômico brasileiro.....	47206
		RAUL HENRY (Bloco/PMDB – PE) – Expectativa de retirada, pelo Governo Federal, da urgência constitucional para tramitação dos projetos de lei	

sobre o estabelecimento do marco regulatório para exploração de petróleo na camada pré-sal. Defesa de distribuição equitativa aos Estados e Municípios de recursos oriundos da exploração de petróleo.	47207	a definição do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal.....	47212
PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Aviso ao Plenário sobre a existência de requerimentos de retirada dos itens da pauta.	47207	ALBERTO FRAGA (DEM – DF) – Questão de ordem sobre o início da Ordem do Dia.....	47213
ALBERTO FRAGA (DEM – DF. Pela ordem.) – Sugestão à Presidência para início da Ordem do Dia.....	47207	PRESIDENTE (Marco Maia) – Resposta ao Deputado Alberto Fraga.	47213
PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Resposta ao Deputado Alberto Fraga.	47207	EDINHO BEZ (Bloco/PMDB – SC. Pela ordem.) – Classificação alcançada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e pela Universidade Federal de Santa Catarina, em recente avaliação do Ministério da Educação, entre as quinze melhores do País.....	47213
LUIZ COUTO (PT – PB) – Escalada da violência nas periferias das metrópoles brasileiras. Anúncio de apresentação, à Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de requerimento de realização de audiência pública destinada ao debate da criminalização de movimentos sociais. Conclusões da I Conferência Nacional de Segurança Pública.	47208	PROFESSOR SETIMO (Bloco/PMDB – MA) – Excelência da gestão da Governadora do Estado do Maranhão, Roseana Sarney.	47213
SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT – AP) – Votação pela Casa das propostas de adoção do orçamento impositivo e de criação de novos Municípios no País.	47208	INOCÊNCIO OLIVEIRA (PR – PE) – Homenagem à memória do médico e compositor José Dantas Filho, o Zé Dantas.	47214
VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Relevância dos debates acerca do estabelecimento do marco regulatório para exploração de petróleo na camada pré-sal. Acerto das propostas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva acerca do assunto.....	47209	MÁRIO DE OLIVEIRA (PSC – MG) – Transcurso do 187º aniversário da Proclamação da Independência do Brasil.	47216
PAES DE LIRA (Bloco/PTC – SP) – Contrariedade à Proposta de Emenda à Constituição nº 351, de 2009, sobre a instituição do regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.....	47209	IRAN BARBOSA (PT – SE) – Transcurso do 81º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Cedro de São João, Estado de Sergipe. Urgente aprovação pela Casa das Propostas de Emenda à Constituição de nºs 524, de 2002, e 287, de 2008, sobre a criação de fundo para revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Realização de festividades no Município de Canindé de São Francisco, Estado de Sergipe, em comemoração da descoberta do rio pelos colonizadores portugueses. Discordância do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco.	47216
JILMAR TATTO (PT – SP) – Apoio às propostas sobre o estabelecimento do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal, apresentadas pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.....	47210	JORGE KHOURY (DEM – BA) – Expectativa de inclusão da chamada PEC dos Vereadores na pauta de votações da Casa.	47218
JOÃO PAULO CUNHA (PT – SP) – Caráter nacionalista dos projetos sobre o estabelecimento do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal apresentados pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.....	47210	SANDES JÚNIOR (PP – GO) – Persistência da discriminação racial no País. Criação de políticas de inclusão social pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Proposta do Ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, Edson Santos, sobre a criação de índice para avaliação da redução de discriminação racial, nos moldes do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.....	47218
FÁTIMA BEZERRA (PT – RN) – Congratulação ao Ministério da Cultura pela implementação da Agenda em Defesa da Cultura no Estado do Rio Grande do Norte. Liberação pelo Ministério do Turismo de recursos para construção do Museu do Artesanato no Estado.	47211	CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Estratégia eleitoreira do Governador Alcides Rodrigues, do Estado de Goiás, com o lançamento da pedra fundamental do Hospital Regional de Uruaçu. Denúncia da paralisação das obras de unidades de saúde em Municípios situados na região do Entorno do Distrito Federal.	47219
LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR) – Anúncio da apresentação de emendas aos projetos de lei do Poder Executivo sobre o estabelecimento do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal.....	47211	MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB – CE) – Transcurso do aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Pacoti, Estado do Ceará.	47219
FERNANDO FERRO (PT – PE) – Caráter retrógrado do posicionamento dos partidos de Oposição diante das propostas do Governo petista sobre		MARCELO SERAFIM (Bloco/PSB, AM) – Publicação pelo jornal Dez Minutos , de Manaus, Estado do Amazonas, do artigo <i>A livre escolha para</i>	

<i>o serviço militar</i> , de autoria do orador, a respeito da apresentação pelo orador da Proposta de Emenda à Constituição nº 264, de 2008, sobre a revogação da obrigatoriedade de prestação do serviço militar. ...	47220	Instalação da Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 488, de 2005, sobre a inclusão dos funcionários do extinto Banco de Roraima no quadro em extinção da administração federal.....	47232
FERNANDO COELHO FILHO (Bloco/PSB – PE) – Conquista de prêmios por estudantes do Estado de Pernambuco na Copa Mundial de Informática realizada pela Microsoft no Cairo, Egito.....	47220	NILSON MOURÃO (PT – AC. Pela ordem.) – Críticas ao posicionamento da Oposição contrário à tramitação, em regime de urgência constitucional, dos projetos de lei sobre a o estabelecimento do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal.	47232
RITA CAMATA (Bloco/PMDB – ES) – Necrologio do instrumentista Maurício de Oliveira.....	47222	ZONTA (PP – SC. Pela ordem.) – Exigência do estabelecimento, pela Casa, de prioridade no debate sobre o setor agrícola nacional.....	47233
HUMBERTO SOUTO (PPS – MG) – Conveniência do estabelecimento, com a exploração dos campos do pré-sal, de nova sistemática de distribuição de <i>royalties</i> de petróleo.	47224	WILLIAM WOO (PSDB – SP. Pela ordem.) – Envio ao Congresso Nacional, pelo Governo Federal, do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal. Importância de investimentos na área de segurança pública, com ênfase na implantação do Registro Único de Identidade Civil no País. Incoerência do pedido da base governista de desobstrução dos trabalhos da Casa pela Oposição. Realização no 5º Beauty Fair, em São Paulo, Estado de São Paulo.	47233
MANUELA D'ÁVILA (Bloco/PCdoB – RS) – Conveniência da tramitação em regime de urgência das propostas sobre o estabelecimento do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal encaminhadas à Casa pelo Poder Executivo.	47224	ARNALDO MADEIRA (PSDB – SP. Pela ordem. Discurso retirado pelo orador para revisão.) – Repúdio ao pronunciamento de Deputado da base governista sobre o posicionamento da Oposição no tocante à exploração de petróleo na camada pré-sal. Críticas ao Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Aumento da produção de petróleo no País durante o Governo Fernando Henrique Cardoso.....	47234
ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Necessidade de criação de novos mecanismos para coibição do desmatamento na região amazônica.	47225	EUGÊNIO RABELO (PP – CE. Pela ordem.) – Realização, pela Comissão de Turismo e Desporto, de audiência pública ao ensejo da comemoração do transcurso do 55º aniversário de fundação da Confederação Brasileira de Voleibol. Realização de encontro do Partido Progressista, em Fortaleza, Estado do Ceará.....	47235
MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Transcurso do 6º aniversário de criação da Associação Beneficente Criança Cidadã – ABCC, de Recife, Estado de Pernambuco.	47230	PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB – RS. Pela ordem.) – Excessiva discussão pela Casa sobre o estabelecimento do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal em detrimento da realização de reformas estruturais necessárias para o desenvolvimento do País.....	47235
V – Ordem do Dia			
ALBERTO FRAGA (DEM – DF. Pela ordem.) – Aguardo da resposta da Presidência sobre a questão de ordem a respeito do início da Ordem do Dia....	47230	CARLOS ZARATTINI (PT – SP. Pela ordem.) – Protesto contra violência praticada por policiais militares do Estado de São Paulo contra moradores de favelas. Críticas às administrações do Governador do Estado de São Paulo, José Serra, e do Prefeito Municipal de São Paulo, Gilberto Kassab.'	47235
PRESIDENTE (Marco Maia) – Resposta ao Deputado Alberto Fraga. Consulta aos Líderes partidários sobre a retirada dos itens da pauta e encerramento da Ordem do Dia.	47230	DR. UBIALI (Bloco/PSB – SP. Pela ordem.) – Necessidade de adoção de medidas <i>antidumping</i> em benefício do setor calçadista brasileiro.....	47236
Usaram da palavra pela ordem os Srs. Deputados EUGÊNIO RABELO (PP – CE), PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB – RS), DR. UBIALI (Bloco/PSB – SP), ALBERTO FRAGA (DEM – DF), FERNANDO FERRO (PT – PE).	47230	MANUELA D'ÁVILA (Bloco/PCdoB – RS. Pela ordem. Discurso retirado pela oradora para revisão.) – Protesto contra a aprovação pelo Senado Federal de proposta de restrição do uso da Internet.....	47236
PRESIDENTE (Marco Maia) – Retirada, de ofício, dos itens da pauta.	47230		
Encerramento da Ordem do Dia.	47231		
JOSÉ MAIA FILHO (DEM – PI. Pela ordem.) – Defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 300, de 2008, sobre a equiparação entre os soldos dos policiais e bombeiros militares dos Estados e do Distrito Federal.	47231		
GILMAR MACHADO (PT – MG. Pela ordem.) – Elogio ao Governo Federal pela proposta sobre o Orçamento Geral da União de 2010. Omissão da imprensa brasileira sobre a disputa do terceiro mandato pelo Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe...	47231		
MARIA HELENA (Bloco/PSB – RR. Pela ordem.) – Decisão do Tribunal de Contas da União – TCU de manutenção de servidores dos extintos Territórios federais nos seus respectivos cargos.			

MAURÍCIO RANDS (PT – PE. Pela ordem.) – Início da discussão pela Casa sobre os projetos do Poder Executivo acerca do estabelecimento do marco regulatório para exploração de petróleo na camada pré-sal.	47236	de petróleo na camada do pré-sal, encaminhadas à Casa pelo Poder Executivo.....	47242
VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB – SC. Pela ordem.) – Realização pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural de audiência pública destinada ao debate do Projeto de Lei nº 5.665, de 2009, sobre a instituição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e a criação do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER. Apresentação de projetos de lei sobre a reserva de vagas em estacionamentos para gestantes e mães de crianças de até 1 ano de idade, e sobre a concessão de incentivos fiscais a empresas contratantes de trabalhadores acima de 60 anos de idade. Convite aos Parlamentares para participação em seminário sobre o Código Ambiental brasileiro nas dependências da Casa.	47236	EDUARDO VALVERDE (PT – RO. Pela ordem.) – Realização da eleição para a presidência do Conselho Municipal do Negro – CONEGRO, no Estado de Rondônia. Repúdio à obstrução das votações pelos partidos oposicionistas. Tentativa de privatização da PETROBRAS durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. Terceirização de hospitais públicos pelo Governo do Estado de São Paulo.....	47242
EDUARDO DA FONTE (PP – PE. Pela ordem.) – Relato das atividades da CPI destinada à investigação de reajustes de tarifas de energia elétrica no Brasil.	47238	LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR. Pela ordem.) – Defesa de fortalecimento das empresas estatais brasileiras. Apresentação de emenda a projeto de lei do Poder Executivo, destinada a alteração da sigla da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S/A para PETROMAR. Anúncio da apresentação de emendas aos projetos de lei relativos ao marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal.	47243
JÚLIO DELGADO (Bloco/PSB – MG. Pela ordem.) – Relevância das discussões acerca da exploração de petróleo na camada pré-sal. Imediata votação pela Casa do Projeto de Lei nº 1, de 2007, sobre a política de valorização do salário mínimo e da proposta de extensão do percentual de reajustes do salário mínimo aos proventos de aposentados e pensionistas.	47238	VI – Encerramento	
ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP. Pela ordem. Discurso retirado pelo orador para revisão.) – Acerto da política de saúde pública adotada pelo Governador do Estado de São Paulo, José Serra.	47239	2 – ATA DA 231ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, EM 3 DE SETEMBRO DE 2009	
LUPÉRCIO RAMOS (Bloco/PMDB – AM. Pela ordem.) – Participação do Estado do Amazonas no debate de projetos de lei sobre a exploração de petróleo na camada pré-sal. Implantação do Programa de Saneamento dos Igarapés de Manaus – PRO-SAMIM. Inauguração do Parque Temático Senador Jefferson Peres, na Capital do Amazonas.....	47239	I – Abertura da sessão	
GUSTAVO FRUET (PSDB – PR. Pela ordem.) – Razões dos baixos investimentos realizados pelo Governo do Estado do Paraná em obras e aquisição de patrimônio. Aumento dos investimentos do Governo Municipal de Curitiba em obras e aquisições patrimoniais.	47240	II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior	
RAUL JUNGSMANN (PPS – PE. Pela ordem.) – Posicionamento contrário à tramitação, em regime de urgência constitucional, das propostas sobre o estabelecimento do marco regulatório de exploração		III – Leitura do expediente	
		IV – Pequeno Expediente	
		GLAUBER BRAGA (Bloco/PSB – RJ. Pela ordem.) – Acerto da proposta governamental sobre a participação do Estado brasileiro na exploração de petróleo na camada pré-sal. Defesa de convergência de interesses dos Estados no tocante à distribuição de <i>royalties</i> de petróleo.....	47244
		DR. ROSINHA (PT – PR) – Defesa de atualização do índice de produtividade agrícola.....	47245
		PEDRO WILSON (PT – GO) – Artigos <i>Entre os Melhores do País</i> e <i>O potencial do Cerrado</i> sobre, respectivamente, o desempenho de instituições goianas no Índice Geral de Cursos do Ministério da Educação e a preservação dos cerrados brasileiros, publicados pelo jornal O Popular . Criação de <i>campus</i> da Universidade de Brasília – UnB na região da Chapada dos Veadeiros.....	47245
		VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pela ordem) – Promoção, pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em parceria com a bancada feminina da Casa, de encontro para debate da adoção de política de combate à discriminação contra a mulher. Ampliação da participação da mulher na política.	47247
		LUIZ COUTO (PT – PB. Pela ordem.) – Denúncia de violação dos direitos humanos pelo Governo do Irã, em relação à comunidade Bahá'í. ...	47247

CAPITÃO ASSUMÇÃO (Bloco/PSB – ES) – Transcurso do Dia do Repórter Fotográfico. Saudações aos fotógrafos da Casa. Denúncia de agressão praticada contra o fotógrafo Fabrício Pimenta. Escalada da violência no Estado do Espírito Santo. .	47248	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Rio de Janeiro.	47259
SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT – AP. Pela ordem.) – Construção do trecho sul da BR-156, no Estado do Amapá.	47249	RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Como Líder.) – Elogio ao Governo Luiz Inácio Lula da Silva pelo encaminhamento à Casa dos projetos de lei sobre o marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal. Defesa de tramitação das proposições em regime de urgência constitucional.	47259
GERMANO BONOW (DEM – RS. Pela ordem.) – Artigo <i>Dois</i> governos, a respeito do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, de Paulo Sant’Ana, publicado pelo jornal Zero Hora, de Porto Alegre..	47249	PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Visita à Casa de delegação de membros do Parlamento do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.	47260
DR. UBIALI (Bloco/PSB – SP) – Ampliação da terceirização de hospitais no Estado de São Paulo....	47251	LELO COIMBRA (Bloco/PMDB – ES. Como Líder.) – Congratulação ao Deputado Inocêncio Oliveira pela homenagem à delegação de Parlamentares do Parlamento do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL. Comemoração do 12º aniversário de criação do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo. Transcurso do Dia do Soldado. Considerações sobre a proposta de partilha de <i>royalties</i> de petróleo da camada pré-sal.	47261
FÁTIMA PELAES (Bloco/PMDB – AP) – Intensificação do combate à pedofilia no País. Encaminhamento de indicação ao Ministério da Justiça para criação da Delegacia de Direitos Humanos nas Superintendências da Polícia Federal. Defesa de aprovação de projetos de lei, em tramitação na Casa, destinados ao fortalecimento de entidades atuantes no combate à pedofilia.....	47251	VELOSO (Bloco/PMDB – BA) – Saudações aos portuários do Município de Ilhéus, Estado da Bahia. Apelo ao Ministro da Secretaria Especial de Portos, Pedro Brito do Nascimento, de conclusão das obras de modernização do Porto de Ilhéus. ...	47263
CHICO LOPES (Bloco/PCdoB – CE. Pela ordem.) – Excelência da gestão do Prefeito Samuel Carlos Tenório Alves de Alencar, do Município de Potengi, Estado do Ceará.....	47253	LUPÉRCIO RAMOS (Bloco/PMDB – AM) – Importância da visita do Governador do Estado do Amazonas, Eduardo Braga, a Municípios situados no Alto Solimões. Implantação de polo da Universidade Estadual do Amazonas na região. Expectativa quanto à aplicação, no ensino superior da Região Norte, de recursos oriundos da exploração de petróleo na camada pré-sal.	47264
PAES DE LIRA (Bloco/PTC – SP) – Contrariedade à tramitação, em regime de urgência, dos projetos de lei do Poder Executivo sobre o estabelecimento do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal. Posicionamento do orador no tocante ao mérito das proposições.	47253	JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Como Líder.) – Equívoco do posicionamento da Oposição, quanto à apreciação dos projetos de lei sobre o estabelecimento do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal.....	47265
LINCOLN PORTELA (PR – MG) – Transcurso de aniversário do Código de Defesa de Consumidor....	47254	SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT – AP. Como Líder.) – Democratização da distribuição de recursos provenientes da exploração de petróleo na camada pré-sal. Visita do orador ao Município de Laranjal do Jari. Construção da BR-156, trecho Laranjal do Jari-Macapá, Estado do Amapá.	47266
ÁTILA LINS (Bloco/PMDB – AM. Pela ordem.) – Contrariedade à tramitação, em regime de urgência constitucional, dos projetos de lei do Poder Executivo sobre o estabelecimento do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal.....	47254	ALBERTO FRAGA (DEM – DF. Como Líder.) – Protesto contra a decisão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de manutenção do regime de urgência constitucional para a tramitação dos projetos de lei sobre o estabelecimento do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal.....	47266
EDINHO BEZ (Bloco/PMDB – SC) – Homenagem prestada pela Comissão de Turismo e Desporto aos profissionais de educação física.	47254	ÁTILA LINS (Bloco/PMDB – AM) – Relato da visita de comitiva do Governador do Estado do Amazonas, Eduardo Braga, a Municípios situados na região do Alto Solimões.....	47267
JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP. Pela ordem.) – Importância da proposta de estabelecimento do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal. Realização de audiência pública destinada à discussão do projeto Saúde Participativa, no Município de Guarulhos, Estado de São Paulo.....	47254	SILAS BRASILEIRO (Bloco/PMDB – MG) – Regozijo com a anunciada política governamental de apoio à cafeicultura brasileira.	47267
IRINY LOPES (PT – ES) – Críticas aos partidos opositores pela obstrução das votações da Casa. Apoio aos projetos de lei, do Poder Executivo, sobre o estabelecimento do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal.	47258		
PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Presença, na Casa, de alunos do curso de Engenharia da			

CHICO LOPES (Bloco/PCdoB – CE) – Apoio à decisão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de manutenção da urgência constitucional para tramitação de projetos de lei sobre o estabelecimento do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal.....	47268	ra de Ricardo Coutinho e do Deputado Luiz Couto, respectivamente, aos cargos de Prefeito Municipal de João Pessoa e de Senador da República.....	47275
LUIZ COUTO (PT – PB) – Transcurso do centenário de criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS.....	47269	V – Grande Expediente	
PAES DE LIRA (Bloco/PTC – SP. Pela ordem.) – Esclarecimento sobre as ações realizadas pela Polícia Militar no Bairro Heliópolis e na zona norte de São Paulo, Estado de São Paulo.....	47269	GERMANO BONOW (DEM – RS) – Contrariedade à tramitação, em regime de urgência constitucional, dos projetos de lei do Poder Executivo sobre o estabelecimento do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal. Leitura de trecho do livro <i>Loucura – a busca de um pai no insano sistema de saúde</i> , do jornalista Pete Earley, sobre a história do programa de saúde mental dos Estados Unidos da América. Considerações sobre a política brasileira de saúde mental.	47276
VALTENIR PEREIRA (Bloco/PSB – MT) – Concessão pelo IBAMA de licença ambiental para a duplicação da BR-163, trechos Rondonópolis-Cuiabá e Cuiabá-Posto Gil, e para pavimentação da BR-242, trecho Querência-Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso. Empenho no fornecimento de viatura de combate a incêndio aos Municípios de Sinop e Alta Floresta. Expectativa de regulamentação da medida provisória sobre instituição do Programa Minha Casa, Minha Vida. Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 308, de 2004, relativa à criação da Polícia Penitenciária Federal e da Polícia Penitenciária Estadual.....	47270	EDINHO BEZ (Bloco/PMDB – SC. Pela ordem.) – Lançamento da campanha Tubarão é 10, destinada à retomada das vendas do comércio no Município de Tubarão, Estado de Santa Catarina.....	47280
VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Importância do debate sobre o marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal. Obstrução das votações da Casa pelos partidos oposicionistas.	47271	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP. Pela ordem.) – Inércia do Governo Federal com relação ao combate à gripe A.	47280
CAPITÃO ASSUMÇÃO (Bloco/PSB – ES. Pela ordem.) – Eleição da Diretoria da Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 300, de 2008, sobre o estabelecimento do piso salarial nacional dos policiais e bombeiros militares. Início das atividades do órgão.	47272	DALVA FIGUEIREDO (PT – AP) – Pedido ao Governo Federal para conclusão de obras de infraestrutura no Estado do Amapá. Promoção, pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres e do Encontro Nacional de Deputadas Federais, Estaduais e Senadoras. Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 308, de 2004, sobre a criação da Polícia Penitenciária Federal e da Polícia Penitenciária Estadual. Realização de etapa do III Simpósio da Amazônia, em Macapá, Estado do Amapá.	47281
INOCÊNCIO OLIVEIRA (PR – PE) – Expectativa quanto à inclusão do Estado de Pernambuco na cadeia produtiva de prospecção de petróleo da camada pré-sal.	47272	PAES LANDIM (PTB – PI. Discurso retirado pelo orador para revisão.) – Homenagem póstuma ao Ministro aposentado José Guilherme Villela, do Tribunal Superior Eleitoral. Falecimento do Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, do Supremo Tribunal Federal. Relatório do Conselho Nacional de Justiça sobre a morosidade no julgamento de processos pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com sede em Brasília, Distrito Federal. Ações do Presidente do Tribunal, Desembargador Jirair Meguerian, para melhoria do atendimento à demanda processual...	47284
MARCELO SERAFIM (Bloco/PSB – AM) – Polêmica gerada pela proposta de partilha de <i>royalties</i> de petróleo extraído da camada pré-sal.....	47273	CAPITÃO ASSUMÇÃO (Bloco/PSB – ES. Pela ordem.) – Vinculação entre o crescimento do Produto Interno Bruto – PIB brasileiro e a recuperação da economia do País.	47284
MÁRIO DE OLIVEIRA (PSC – MG) – Precariedade do sistema penitenciário brasileiro. Construção de penitenciária no Estado de Minas Gerais, por meio do estabelecimento de parceria público-privada.....	47274	MARÇAL FILHO (Bloco/PMDB – MS) – Elevação da expectativa de vida dos brasileiros, a despeito da precariedade de atendimento das demandas da população idosa, conforme pesquisa do IBGE. Redirecionamento das políticas de atenção à população idosa. Exploração do pré-sal. Importância do álcool combustível como alternativa energética para o País. Artigo publicado pela revista <i>The Economist</i> a respeito da não conversão das riquezas naturais em benefício para as populações de países em	
COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB – BA) – Realização da XXVI Congresso das Lojas Maçônicas do Estado da Bahia. Temas debatidos durante o evento com destaque para <i>A Maçonaria e a Igreja; A Exploração Sexual de Adolescentes e Delinquência Juvenil</i>	47275		
ARMANDO ABÍLIO (PTB – PB. Como Líder.) – Saudação ao Presidente em exercício dos trabalhos, Deputado Marçal Filho. Realização de convenções pelo PTB no Estado da Paraíba. Apoio à candidatu-			

- desenvolvimento. Concessão pela Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, de audiência ao Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli. Promoção do desenvolvimento sustentável do País, em especial no Estado de Mato Grosso do Sul. 47285
- ROBERTO ROCHA (PSDB – MA. Pela ordem.) – Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 353, de 2009, sobre o estabelecimento de diretrizes gerais para a reforma tributária ambiental. Realização de etapa do Simpósio da Amazônia na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. Aprovação, pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de requerimento de realização de audiência pública para debate de impactos ambientais decorrentes da exploração de petróleo na camada pré-sal. Dados da Confederação Nacional de Municípios sobre os impactos de agressões ao meio ambiente. Perda pelo Brasil, por inadimplência, do direito a voto na Organização Meteorológica Mundial..... 47288
- ÁTILA LINS (Bloco/PMDB – AM) – Participação de Governadores e lideranças políticas estaduais em debate sobre a distribuição de recursos oriundos da exploração de petróleo na camada pré-sal. Apoio à decisão do Presidente da República de manutenção do regime de urgência constitucional para a tramitação das propostas sobre o estabelecimento do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal. Acerto da anunciada ampliação dos setores beneficiados com recursos oriundos da exploração de petróleo. Não concessão pelo Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, de licença ambiental para as obras de recuperação da BR-319..... 47289
- Apresentação de proposições:** SILVIO TORRES, WILLIAM WOO, ELIENE LIMA, FÁTIMA PELAES, JOÃO BITTAR, PERPÉtua ALMEIDA, PROFESSOR VICTORIO GALLI, CAPITÃO ASSUMÇÃO, CARLOS ALBERTO LERÉIA, GERALDO SIMÕES, JAIR BOLSONARO, MARCELO SERAFIM, MAURÍCIO RANDS, MAURO NAZIF, RODRIGO ROLLEMBERG, FERNANDO CORUJA, GUILHERME CAMPOS, JAIR BOLSONARO, LUIZ CARLOS BUSATO, PAES LANDIM, VICENTINHO, CHICO ALENCAR, VANESSA GRAZZIOTIN..... 47296
- VI – Ordem do Dia**
(Debates e trabalho de Comissões.)
- VII – Comunicações Parlamentares**
- ÁTILA LINS (Bloco/PMDB – AM) – Pedido ao Presidente Michel Temer de inclusão na pauta da proposta de emenda à Constituição sobre a recomposição numérica das Câmaras de Vereadores. .. 47298
- CAPITÃO ASSUMÇÃO (Bloco/PSB – ES) – Considerações críticas ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Espírito Santo. Contrariedade ao prolongamento da escala de serviço dos policiais militares capixabas. 47298
- RENATO MOLLING (PP – RS. Como Líder.) – Solicitação ao Ministério da Fazenda e ao BNDES de prorrogação do prazo de vigência do Programa Revitaliza, bem como da ampliação do prazo de carência, em prol do setor curtidor, abalado pela crise econômico-financeira mundial. 47299
- RAUL JUNGMANN (PPS – PE. e Como Líder.) – Descontentamento com a manutenção, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da urgência constitucional para tramitação dos projetos sobre o estabelecimento do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal. Impactos negativos da atualização do índice de produtividade rural. Críticas ao posicionamento do Governo Federal com relação às negociações sobre o reajuste dos proventos de aposentados e pensionistas. Contrariedade à criação da Contribuição Social para a Seguridade – CSS. Combate à corrupção no âmbito da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA. Considerações acerca da ampliação das bases militares norte-americanas na Colômbia. Preocupação com o contingenciamento orçamentário nas Forças Armadas brasileiras..... 47300
- DOMINGOS DUTRA (PT – MA) – Congratulações aos técnicos da PETROBRAS pela excelência do desempenho da empresa. Congratulação ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela estabilidade econômica do País e pelo lançamento de programas sociais. Defesa de tramitação, em regime de urgência constitucional, dos projetos de lei sobre o marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal. Expectativa quanto à desistência, pela Oposição, de obstrução das votações na Casa. .. 47302
- DR. UBIALI (Bloco/PSB – SP. Pela ordem.) – Papel da educação no desenvolvimento social e no aumento da renda do trabalhador brasileiro. Preocupação com o baixo aproveitamento dos alunos na rede pública de ensino. Importância de mais investimentos na área educativa, em especial na formação e valorização do magistério..... 47303
- PAES LANDIM (PTB – PI. Discurso retirado pelo orador para revisão.) – Homenagens prestadas ao Presidente Michel Temer pela Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE e pela Associação dos Magistrados do Estado de São Paulo – AMASP. Importância da votação pela Casa de projetos de interesse do Poder Judiciário. 47304
- PAES DE LIRA (Bloco/PTC – SP. Pela ordem.) – Repúdio à participação de personagem conhecido da Polícia de São Paulo na cerimônia de encerramento da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública. Ilações extraídas do evento. Luta pela orador pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 300, de 2008, de interesse dos policiais militares..... 47304
- PAULO PIAU (Bloco/PMDB – MG. Pela ordem.) – Não participação do orador em encontro realizado no Município de Pirajuba, Estado de Mi-

nas Gerais. Desdobramentos advindos da pretendida atualização do índice de produtividade rural. Revisão das normas ambientais brasileiras. 47305

EDUARDO VALVERDE (PT – RO. Pela ordem.) – Dados sobre a população indígena brasileira, divulgados pelo IBGE. Defesa de inclusão, na pauta de votações da Casa, da proposta do Estatuto dos Povos Indígenas..... 47306

WANDENKOLK GONÇALVES (PSDB – PA. Pela ordem.) – Realização, pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, de audiência pública para debate da proposta relativa ao Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural. Anúncio da apresentação de parecer à matéria pelo orador..... 47306

LUCIANO CASTRO (PR – RR. Pela ordem.) – Acerto da decisão do Governo Federal de continuidade da tramitação, em regime de urgência constitucional, das propostas sobre o estabelecimento do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal. Defesa da partilha dos recursos provenientes da exploração de petróleo entre os Estados brasileiros. 47307

VIII – Encerramento

3 – DECISÕES DA PRESIDÊNCIA

Arquivem-se, nos termos do § 4º do artigo 58 do RICD, os Projetos que especifica. 47332

Arquivem-se, nos termos do artigo 133 do oRICD, os Projetos de Lei que especifica. 47332

4 – PARECERES – Projetos de Lei nºs 4.385-B/94, 2.718-C/00, 7.177-D/02, 861-A/03, 1.852-B/03, 929-B/07, 1.595-C/07, 1.623-B/07, 1.818-B/07, 1.897-A/07, 1.953-C/07, 2.036-B/07, 2.039-C/07, 2.069-B/07, 2.070-B/07, 2.094-B/07, 2.655-B/07, 2.670-

B/07, 2.793-B/08, 3.071-C/08, 3.074-B/08, 3.165-C/08, 3.358-A/08, 3.541-B/08, 3.566-B/08, 3.587-A/08, 3.593-B/08, 3.631-B/08, 3.702-C/08, 3.760-B/08, 3.99-B/08, 3.940-B/08, 3.942-B/08, 3.975-B/08, 4.044-B/08, 4.221-B/08 e 4.483-A/08. 47332

COMISSÕES

5 – ATAS

a) Comissão de Direitos Humanos e Minorias, *Seminário: Direito à Verdade e à Vida, em 18-6-09 e 17ª Reunião (Ordinária), em 24-6-09. 47386

b) Comissão de Finanças e Tributação, 4ª Reunião (Ordinária, da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais), em 1-7-09. 47349

c) Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 23ª Reunião (Ordinária), em 12-8-09, 24ª Reunião (Ordinária), em 19-8-09 e 25ª Reunião (Ordinária), em 26-8-09..... 47350

* Atas com notas taquigráficas.

6 – DESIGNAÇÕES

a) Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, em 3-9-09. 47356

b) Comissão de Educação e Cultura, em 19-8-09. 47356

c) Comissão de Seguridade Social e Família, em 3-9-09. 47357

d) Comissão de Viação e Transportes, em 3-9-09..... 47357

SEÇÃO II

7 – MESA

8 – LÍDERES E VICE-LÍDERES

9 – DEPUTADOS EM EXERCÍCIO

10 – COMISSÕES

SEÇÃO I

Ata da 230ª Sessão, Extraordinária, Matutina, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, em 3 de setembro de 2009

*Presidência dos Srs.: Marco Maia, 1º Vice-Presidente;
Inocência Oliveira, 2º Secretário*

ÀS 9 HORAS COMPARECEM À CASA
OS SRS.:

Marco Maia
Inocência Oliveira
Partido Bloco

RORAIMA

Angela Portela PT
Edio Lopes PMDB PmdbPtc
Francisco Rodrigues DEM
Urzeni Rocha PSDB

Presentes Roraima: 4

AMAPÁ

Antonio Feijão PSDB
Sebastião Bala Rocha PDT

Presentes Amapá: 2

PARÁ

Beto Faro PT
Gerson Peres PP
Lira Maia DEM
Lúcio Vale PR
Wandenkolk Gonçalves PSDB

Presentes Pará: 5

AMAZONAS

Lupércio Ramos PMDB PmdbPtc
Marcelo Serafim PSB PsbPCdoBPmnPrb

Presentes Amazonas: 2

RONDÔNIA

Eduardo Valverde PT

Presentes Rondônia: 1

ACRE

Gladson Cameli PP
Henrique Afonso PT

Presentes Acre: 2

TOCANTINS

Lázaro Botelho PP

Presentes Tocantins: 1

MARANHÃO

Carlos Brandão PSDB
Domingos Dutra PT
Julião Amin PDT
Pedro Fernandes PTB
Pinto Itamaraty PSDB

Presentes Maranhão: 5

CEARÁ

Chico Lopes PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
Flávio Bezerra PMDB PmdbPtc
José Airton Cirilo PT
José Guimarães PT
José Linhares PP
Leo Alcântara PR
Mauro Benevides PMDB PmdbPtc
Paulo Henrique Lustosa PMDB PmdbPtc
Raimundo Gomes de Matos PSDB

Presentes Ceará: 9

PIAUI

Átila Lira PSB PsbPCdoBPmnPrb
Júlio Cesar DEM
Osmar Júnior PCdoB PsbPCdoBPmnPrb

Presentes Piauí: 3

PARAÍBA

Damião Feliciano PDT
Luiz Couto PT

Presentes Paraíba: 2

PERNAMBUCO

Edgar Moury PMDB PmdbPtc
Fernando Coelho Filho PSB PsbPCdoBPmnPrb
Fernando Ferro PT
Gonzaga Patriota PSB PsbPCdoBPmnPrb
José Mendonça Bezerra DEM
Maurício Rands PT

Paulo Rubem Santiago PDT

Roberto Magalhães DEM

Presentes Pernambuco: 8

ALAGOAS

Carlos Alberto Canuto PMDB PmdbPtc

Presentes Alagoas: 1**BAHIA**

Claudio Cajado DEM

Colbert Martins PMDB PmdbPtc

Daniel Almeida PCdoB PsbPCdoBPmnPrb

Edigar Mão Branca PV

Edson Duarte PV

Félix Mendonça DEM

Geraldo Simões PT

José Carlos Araújo PR

José Rocha PR

Jutahy Junior PSDB

Luiz Alberto PT

Luiz Carreira DEM

Sérgio Barradas Carneiro PT

Tonha Magalhães PR

Veloso PMDB PmdbPtc

Presentes Bahia: 15**MINAS GERAIS**

Ademir Camilo PDT

Carlos Willian PTC PmdbPtc

Eduardo Barbosa PSDB

Jairo Ataíde DEM

João Bittar DEM

Marcos Montes DEM

Reginaldo Lopes PT

Silas Brasileiro PMDB PmdbPtc

Virgílio Guimarães PT

Presentes Minas Gerais: 9**ESPÍRITO SANTO**

Capitão Assunção PSB PsbPCdoBPmnPrb

Irinny Lopes PT

Luiz Paulo Vellozo Lucas PSDB

Manato PDT

Rita Camata PMDB PmdbPtc

Presentes Espírito Santo: 5**RIO DE JANEIRO**

Antonio Carlos Biscaia PT

Brizola Neto PDT

Deley PSC

Dr. Adilson Soares PR

Dr. Paulo César PR

Edmilson Valentim PCdoB PsbPCdoBPmnPrb

Eduardo Lopes PSB PsbPCdoBPmnPrb

Fernando Lopes PMDB PmdbPtc

Geraldo Pudim PMDB PmdbPtc

Jair Bolsonaro PP

Nelson Bornier PMDB PmdbPtc

Presentes Rio de Janeiro: 11**SÃO PAULO**

Dimas Ramalho PPS

Fernando Chiarelli PDT

João Dado PDT

José Genoíno PT

Milton Vieira DEM

Paes de Lira PTC PmdbPtc

Paulo Pereira da Silva PDT

Regis de Oliveira PSC

Renato Amary PSDB

Roberto Santiago PV

Presentes São Paulo: 10**MATO GROSSO**

Carlos Abicalil PT

Carlos Bezerra PMDB PmdbPtc

Eliene Lima PP

Presentes Mato Grosso: 3**DISTRITO FEDERAL**

Jofran Frejat PR

Presentes Distrito Federal: 1**GOIÁS**

Leandro Vilela PMDB PmdbPtc

Luiz Bittencourt PMDB PmdbPtc

Pedro Chaves PMDB PmdbPtc

Presentes Goiás: 3**MATO GROSSO DO SUL**

Antonio Cruz PP

Presentes Mato Grosso do Sul: 1**PARANÁ**

Airton Roveda PR

Alex Canziani PTB

Andre Zacharow PMDB PmdbPtc

Assis do Couto PT

Dilceu Sperafico PP

Luiz Carlos Setim DEM

Marcelo Almeida PMDB PmdbPtc

Nelson Meurer PP

Odílio Balbinotti PMDB PmdbPtc

Osmar Serraglio PMDB PmdbPtc

Ricardo Barros PP

Presentes Paraná: 11**SANTA CATARINA**

Acélio Casagrande PMDB PmdbPtc

Angela Amin PP

Celso Maldaner PMDB PmdbPtc

Décio Lima PT

Edinho Bez PMDB PmdbPtc

Fernando Coruja PPS

João Matos PMDB PmdbPtc
 Jorge Boeira PT
 José Carlos Vieira DEM
 Paulo Bornhausen DEM
 Vignatti PT
 Zonta PP

Presentes Santa Catarina: 12

RIO GRANDE DO SUL

Beto Albuquerque PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Enio Bacci PDT
 Ibsen Pinheiro PMDB PmdbPtc
 Luiz Carlos Busato PTB
 Maria do Rosário PT
 Nelson Proença PPS
 Paulo Pimenta PT
 Pepe Vargas PT

Presentes Rio Grande do Sul: 8

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 136 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, e está registrada no painel eletrônico a presença de 101 Parlamentares.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. MANATO, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Passe-se à leitura do expediente.

O SR. MANATO, servindo como 1º Secretário, procede à leitura do seguinte

III – EXPEDIENTE

Of. Nº 1.807/2009/SGM/P

Brasília, 3 de setembro de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
 Deputado João Campos
 Anexo IV Gabinete nº 315
 Nesta

Assunto: Devolução de Proposição

Senhor Deputado,

Reporto-me à Proposta de Emenda à Constituição nº 402, de 2009, de sua autoria, que “Dá nova redação ao § 3º do art. 46 da Constituição Federal, reduzindo o

número de suplentes de Senador para um e instituindo regra de inelegibilidade em razão de parentesco com o candidato titular”.

Informo a Vossa Excelência que não será possível dar seguimento à proposição em apreço, em virtude dela não conter o número mínimo de assinaturas indicado no inciso I do artigo 60, da Constituição Federal, combinado com o inciso I do artigo 201, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Nesse sentido, encaminho-lhe em devolução a Proposta de Emenda à Constituição nº 402 de 2009, nos termos do artigo 137, § 1º, inciso I, do Regimento Interno.

No caso de complementação do número das assinaturas, nova proposição deverá ser apresentada diretamente em sessão plenária.

Atenciosamente, – **Michel Temer**, Presidente.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 402, DE 2009

(Do Sr. João Campos e outros)

Dá nova redação ao § 3º do art. 46 da Constituição Federal, reduzindo o número de suplentes de Senador para um e instituindo regra de inelegibilidade em razão de parentesco com o candidato titular.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 3º do art. 46 da Constituição Federal passa a vigorar com a redação seguinte:

“Art.46. (...)

.....

§ 3º Cada Senador será eleito com um suplente, com quem não poderá ter laço de parentesco consanguíneo ou afim até o segundo grau ou por adoção. (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A proposta de emenda à Constituição que estamos apresentando tem por objetivo o aperfeiçoamento do instituto da suplência no âmbito do Senado Federal.

Parece-nos, em primeiro lugar, completamente exagerada e desnecessária a previsão de eleição de dois suplentes para cada Senador titular. Nem para a eleição de Presidente da República, de inegável peso político na vida da Nação, se cogita da inscrição de mais de um candidato destinado a substituí-lo em

suas faltas, como é o caso do Vice-Presidente. Para o Senado, um suplente para cada titular eleito seria número mais do que suficiente e adequado para as substituições eventualmente necessárias. Além disso, sendo apenas um o suplente a ser registrado na chapa do candidato a Senador, ficaria ele naturalmente em maior evidência, o que contribuiria, a nosso ver, para dar mais responsabilidade e peso político a sua escolha e indicação pelos partidos, exatamente como ocorre com os candidatos a Vice-Presidente, Vice-Governador, etc.

Ao lado dessa medida, estamos propondo, também, a instituição de regra moralizadora que prevê a inelegibilidade, para suplente, dos parentes próximos do candidato a Senador. O objetivo é óbvio: evitar que o exercício de função pública tão nobre e relevante seja tratado, como algumas vezes temos visto acontecer, como verdadeiro “negócio de família”, o que nos parece inaceitável numa democracia republicana como a nossa.

O que se espera, com a aprovação da presente proposta, é que as escolhas dos suplentes de Senador passem a ter a devida visibilidade e importância nas campanhas eleitorais para o Senado, e que venham a recair em candidatos com maior representatividade política e não mais em filhos, irmãos e parentes próximos dos candidatos ao cargo titular, todos, na maioria das vezes, ilustres desconhecidos da maioria da população.

Pelas razões aqui expostas, esperamos contar com o apoio de nossos nobres Pares para a aprovação dessa matéria pelo Congresso Nacional.

Sala das Sessões, de de 2009. – Deputado **João Campos**, Câmara Dos Deputados.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Serviço de Análise de Proposições – SERAP
(Fones: 3216-1110 / 1111 / 1112 – Fax: 3216-1105 –
e-mail: secap.sgm@camara.gov.br)

CONFERÊNCIA DE ASSINATURAS

(53ª Legislatura 207-2011)

Proposição: PEC Nº 402/09

Autor da Proposição: JOÃO CAMPOS E OUTROS

Data de Apresentação: 2-9-2009

Ementa: Dá nova redação ao § 3º do art. 46 da Constituição Federal, reduzindo o número de suplentes de Senador para um e instituindo regra de inelegibilidade em razão de parentesco com o candidato titular.

Possui Assinaturas Suficientes: NÃO

Totais de Assinaturas: Confirmadas 165

Não Conferem	6
Fora do Exercício	4
Repetidas	11
Ilegíveis	000
Retiradas	000
Total	186

Assinaturas Confirmadas

- 1 – ADEMIR CAMILO PDT MG
- 2 – ELTON FREITAS PR MG
- 3 – AFFONSO CAMARGO PSDB PR
- 4 – AIRTON ROVEDA PR PR
- 5 – ALDO REBELO PCdoB SP
- 6 – ALEXANDRE SILVEIRA PPS MG
- 7 – ALFREDO KAEFER PSDB PR
- 8 – ANTONIO CARLOS BISCAIA PT RJ
- 9 – ANTONIO CARLOS CHAMARIZ PTB AL
- 10 – ANTONIO CARLOS MENDES THAME PSDB SP
- 11 – ANTONIO FEIJÃO PSDB AP
- 12 – ANTÔNIO ROBERTO PV MG
- 13 – ASDRUBAL BENTES PMDB PA
- 14 – ÁTILA LINS PMDB AM
- 15 – ÁTILA LIRA PSB PI
- 16 – BETO ALBUQUERQUE PSB RS
- 17 – BETO FARO PT PA
- 18 – BONIFÁCIO DE ANDRADA PSDB MG
- 19 – CAPITÃO ASSUMÇÃO PSB ES
- 20 – CARLOS BRANDÃO PSDB MA
- 21 – CARLOS SAMPAIO PSDB SP
- 22 – CARLOS WILLIAN PTC MG
- 23 – CELSO RUSSOMANNO PP SP
- 24 – CHARLES LUCENA PTB PE
- 25 – CHICO ABREU PR GO
- 26 – CIRO PEDROSA PV MG
- 27 – CLAUDIO CAJADO DEM BA
- 28 – CLÁUDIO DIAZ PSDB RS
- 29 – CLEBER VERDE PRB MA
- 30 – COLBERT MARTINS PMDB BA
- 31 – DAMIÃO FELICIANO PDT PB
- 32 – DANIEL ALMEIDA PCdoB BA
- 33 – DARCÍSIO PERONDI PMDB RS
- 34 – DELEY PSC RJ
- 35 – DOMINGOS DUTRA PT MA
- 36 – DR. NECHAR PV SP
- 37 – DR. ROSINHA PT PR
- 38 – EDIGAR MÃO BRANCA PV BA
- 39 – EDIO LOPES PMDB RR
- 40 – EDMILSON VALENTIM PCdoB RJ
- 41 – EDUARDO BARBOSA PSDB MG
- 42 – EFRAIM FILHO DEM PB
- 43 – ELISEU PADILHA PMDB RS
- 44 – ELIZEU AGUIAR PTB PI
- 45 – EMANUEL FERNANDES PSDB SP

- 46 – ERNANDES AMORIM PTB RO
47 – EUGÊNIO RABELO PP CE
48 – EVANDRO MILHOMEN PCdoB AP
49 – FERNANDO MARRONI PT RS
50 – FERNANDO MELO PT AC
51 – FLÁVIO BEZERRA PMDB CE
52 – FLÁVIO DINO PCdoB MA
53 – FRANCISCO ROSSI PMDB SP
54 – FRANCISCO TENORIO PMN AL
55 – GEORGE HILTON PP MG
56 – GERALDO RESENDE PMDB MS
57 – GERVÁSIO SILVA PSDB SC
58 – GILMAR MACHADO PT MG
59 – GIOVANNI QUEIROZ PDT PA
60 – GLADSON CAMELI PP AC
61 – GONZAGA PATRIOTA PSB PE
62 – GUILHERME CAMPOS DEM SP
63 – HOMERO PEREIRA PR MT
64 – HUGO LEAL PSC RJ
65 – ILDERLEI CORDEIRO PPS AC
66 – INOCÊNCIO OLIVEIRA PR PE
67 – IRINY LOPES PT ES
68 – ÍRIS DE ARAÚJO PMDB GO
69 – IVAN VALENTE PSOL SP
70 – JEFFERSON CAMPOS PTB SP
71 – JERÔNIMO REIS DEM SE
72 – JILMAR TATTO PT SP
73 – JÔ MORAES PCdoB MG
74 – JOÃO CAMPOS PSDB GO
75 – JOÃO MAGALHÃES PMDB MG
76 – JOÃO MATOS PMDB SC
77 – JOÃO OLIVEIRA DEM TO
78 – JOFRAN FREJAT PR DF
79 – JORGE KHOURY DEM BA
80 – JOSÉ AIRTON CIRILO PT CE
81 – JOSÉ ANÍBAL PSDB SP
82 – JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA
PV MG
83 – JOSÉ MAIA FILHO DEM PI
84 – JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS PR MG
85 – JOVAIR ARANTES PTB GO
86 – JULIÃO AMIN PDT MA
87 – JULIO SEMEGHINI PSDB SP
88 – JURANDIL JUAREZ PMDB AP
89 – JURANDY LOUREIRO PSC ES
90 – LELO COIMBRA PMDB ES
91 – LEONARDO MONTEIRO PT MG
92 – LEONARDO QUINTÃO PMDB MG
93 – LÍDICE DA MATA PSB BA
94 – LUCENIRA PIMENTEL PR AP
95 – LUCIANA COSTA PR SP
96 – LÚCIO VALE PR PA
97 – LUIZ BASSUMA PT BA
98 – LUIZ BITTENCOURT PMDB GO
99 – LUIZ CARLOS HAULY PSDB PR
100 – LUIZ COUTO PT PB
101 – LUPÉRCIO RAMOS PMDB AM
102 – MAGELA PT DF
103 – MAJOR FÁBIO DEM PB
104 – MANATO PDT ES
105 – MANOEL SALVIANO PSDB CE
106 – MARCELO ALMEIDA PMDB PR
107 – MARCELO CASTRO PMDB PI
108 – MARCELO GUIMARÃES FILHO PMDB BA
109 – MARCELO MELO PMDB GO
110 – MARCELO ORTIZ PV SP
111 – MÁRCIO FRANÇA PSB SP
112 – MARCIO JUNQUEIRA DEM RR
113 – MARCOS MEDRADO PDT BA
114 – MARIA DO ROSÁRIO PT RS
115 – MAURÍCIO QUINTELLA LESSA PR AL
116 – MAURÍCIO RANDS PT PE
117 – MAURÍCIO TRINDADE PR BA
118 – MENDONÇA PRADO DEM SE
119 – MILTON MONTI PR SP
120 – NELSON GOETTEN PR SC
121 – NILMAR RUIZ DEM TO
122 – OSMAR SERRAGLIO PMDB PR
123 – OSVALDO REIS PMDB TO
124 – OTAVIO LEITE PSDB RJ
125 – PAES DE LIRA PTC SP
126 – PASTOR PEDRO RIBEIRO PMDB CE
127 – PAULO HENRIQUE LUSTOSA PMDB CE
128 – PAULO PIAU PMDB MG
129 – PAULO PIMENTA PT RS
130 – PAULO ROBERTO PEREIRA PTB RS
131 – PAULO ROCHA PT PA
132 – PEDRO CHAVES PMDB GO
133 – PEDRO WILSON PT GO
134 – PINTO ITAMARATY PSDB MA
135 – POMPEO DE MATTOS PDT RS
136 – PROFESSOR SETIMO PMDB MA
137 – PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA PSDB GO
138 – RAUL JUNGSMANN PPS PE
139 – RICARDO TRIPOLI PSDB SP
140 – ROBERTO ALVES PTB SP
141 – ROBERTO SANTIAGO PV SP
142 – RODRIGO DE CASTRO PSDB MG
143 – RODRIGO ROCHA LOURES PMDB PR
144 – RODRIGO ROLLEMBERG PSB DF
145 – ROGÉRIO MARINHO PSDB RN
146 – SANDRA ROSADO PSB RN

147 – SÉRGIO BRITO PDT BA
 148 – SEVERIANO ALVES PDT BA
 149 – SILVIO COSTA PMN PE
 150 – SILVIO LOPES PSDB RJ
 151 – TADEU FILIPPELLI PMDB DF
 152 – TAKAYAMA PSC PR
 153 – VALDIR COLATTO PMDB SC
 154 – VALTENIR PEREIRA PSB MT
 155 – VICENTE ARRUDA PR CE
 156 – VICENTINHO PT SP
 157 – VIGNATTI PT SC
 158 – VILSON COVATTI PP RS
 159 – VINICIUS CARVALHO PTdoB RJ
 160 – VIRGÍLIO GUIMARÃES PT MG
 161 – VITOR PENIDO DEM MG
 162 – WALDEMIR MOKA PMDB MS
 163 – WILLIAM WOO PSDB SP
 164 – ZEQUINHA MARINHO PSC PA
 165 – ZONTA PP SC

Assinaturas que Não Conferem

1 – ABELARDO CAMARINHA PSB SP
 2 – DR. PAULO CÉSAR PR RJ
 3 – FERNANDO GABEIRA PV RJ
 4 – MÁRCIO MARINHO PR BA
 5 – MARCOS ANTONIO PRB PE
 6 – WILSON SANTIAGO PMDB PB

Assinaturas de Deputados(as) fora do Exercício

1 – FERNANDO DINIZ PMDB MG
 2 – JOÃO LEÃO PP BA
 3 – LUCIANA GENRO PSOL RS
 4 – LUCIANO PIZZATTO DEM PR

Assinaturas Repetidas

1 – ANTONIO CARLOS MENDES THAME PSDB SP (confirmada)
 2 – EFRAIM FILHO DEM PB (confirmada)
 3 – HOMERO PEREIRA PR MT (confirmada)
 4 – LEONARDO QUINTÃO PMDB MG (confirmada)
 5 – LUCENIRA PIMENTEL PR AP (confirmada)
 6 – LÚCIO VALE PR PA (confirmada)
 7 – MARCELO CASTRO PMDB PI (confirmada)
 8 – NELSON GOETTEN PR SC (confirmada)
 9 – ROGÉRIO MARINHO PSDB RN (confirmada)
 10 – VICENTINHO PT SP (confirmada)
 11 – VITOR PENIDO DEM MG (não confere)

Devolva-se ao Autor, por não conter o número mínimo de assinaturas indicado no inciso I do art. 60, da Constituição Federal, combinado com o inciso I do art. 201, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Oficie-se e, após, **publique-se.**

Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. 2VIPR/COR. Nº 147/2009

Brasília, 1º de setembro de 2009

Processo nº 124.818/2009

A Sua Excelência
 Deputado Michel Temer
 DD. Presidente da Câmara dos Deputados
 Nesta

Senhor Presidente,

Por força de medida suspensiva dos efeitos de decisão judicial do TRE/PE, encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 124.818/2009, referente ao Deputado Charles Lucena, para que, de acordo com art. 5º, parágrafo único, do Ato da Mesa nº 37/2009, fique sobrestado junto à Secretaria-Geral da Mesa.

Cordialmente, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, Segundo-Vice-Presidente e Corregedor.

Determino o sobrestamento do Processo nº 2009/124818 junto à Secretaria-Geral da Mesa, nos termos do art. 5º, parágrafo único, do Ato da Mesa nº 37, de 2009. Publique-se.

Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF nº 354/GAB

Brasília, 2 de setembro de 2009

Excelentíssimo Senhor
 Deputado Michel Temer
 DD. Presidente da Câmara dos Deputados
 Nesta

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar, como titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em substituição ao Deputado Elismar Prado (PT/MG), e, como suplente, o Deputado Elismar Prado (PT/MG), em substituição ao Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), na composição da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 300-A, de 2008, do Sr. Arnaldo Faria de Sá, que “altera a redação do § 9º do artigo 144 da Constituição Federal”. Estabelece que a remuneração dos Policiais Militares dos estados não poderá ser inferior à da Polícia Militar do Distrito Federal, aplicando-se também aos integrantes do Corpo de Bombeiros Militar e aos inativos. – PECnº 30008

Atenciosamente, – Deputado **Cândido Vaccarezza.**

Defiro. **Publique-se.**

Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

Of. nº 711/2009/PSDB

Brasília, 2 de setembro de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Indicação para membro de Comissão

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Eduardo Barbosa, como membro suplente, para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga as causas, consequências e responsáveis pelos desaparecimentos de crianças e adolescentes no Brasil no período de 2005 a 2007.

Respeitosamente, – Deputado **José Aníbal**, Líder do PSDB, Deputado **Duarte Nogueira**.

Defiro. **Publique-se.**Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

Of. nº 713/2009/PSDB

Brasília, 2 de setembro de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Indicação para membro de Comissão

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Lobbe Neto, como membro suplente, para integrar a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Respeitosamente, – Deputado **José Aníbal**, Líder do PSDB, Deputado **Duarte Nogueira**.

Defiro. **Publique-se.**Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

Of. nº 715/2009/PSDB

Brasília, 2 de setembro de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Indicação para membro de Comissão

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Bruno Araújo, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, como membro titular, para integrar a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Respeitosamente, Deputado José Aníbal, Líder do PSDB, Deputado **Duarte Nogueira**.

Defiro. **Publique-se.**Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

Of. nº 717/2009/PSDB

Brasília, 2 de setembro de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Indicação para membro de Comissão

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, como membro suplente, para integrar a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Respeitosamente, – Deputado **José Aníbal**, Líder do PSDB, Deputado **Duarte Nogueira**.

Defiro. **Publique-se.**Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

Of. nº 719/2009/PSDB

Brasília, 2 de setembro de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Indicação para membro de Comissão

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, como membro titular, para integrar a Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Respeitosamente. – Deputado **José Aníbal**, Líder do PSDB – Deputado Duarte Nogueira.

Defiro. **Publique-se.**Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

Of. nº 731/2009/PSDB

Brasília, 2 de setembro de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Indicação para membro de Comissão

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Raimundo Gomes de Matos, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, como membro titular, para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer a Proposta de Emenda à Constituição nº 47/03, que altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social.

Respeitosamente. – Deputado **José Aníbal**, Líder do PSDB, Deputado **Duarte Nogueira**.

Defiro. **Publique-se.**Em 3-3-09. – **Michel Temer**, Presidente.

Of. nº 733/2009/PSDB

Brasília, 2 de setembro de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Indicação para membro de Comissão

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, como membro suplente, para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 047/03, que altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social.

Respeitosamente, – Deputado **José Aníbal**, Líder do PSDB – Deputado **Duarte Nogueira**.

Defiro. **Publique-se.**

Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF.B/232/2009

Brasília, 2 de setembro de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência a indicação do Deputado Francisco Tenório (PMN – AL), como suplente, da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 300-A, de 2008, do Sr. Arnaldo Faria de Sá, que “altera a redação do § 9º do artigo 144 da Constituição Federal”. Estabelece que a remuneração dos Policiais Militares dos estados não poderá ser inferior à da Polícia Militar do Distrito Federal, aplicando-se também aos integrantes do Corpo de Bombeiros Militar e aos inativos, em substituição ao Fernando Chiarelli (PDT – SP).

Respeitosamente, – Deputado **Márcio França**, Líder do Bloco PSB, PCdoB, PMN e PRB.

Defiro. **Publique-se.**

Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

Ofício nº 323/2009

Brasília, 2 de setembro de 2009

Exmº Sr.
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o Senhor Deputado Luiz Carlos Busato (PTB –

RS), na qualidade de titular, para a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 27-A, de 2007, do Sr. Rodrigo de Castro, que “altera os arts. 34, 35 e 159 da Constituição Federal e o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre a destinação de recursos à área de segurança pública, em especial a ações preventivas da criminalidade e da violência, e sobre a intervenção da União e de Estados”.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Jovair Arantes**, Líder do PTB.

Publique-se.

Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

Ofício nº 324/2009

Brasília, 2 de setembro de 2009

Exmº Sr.
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o Senhor Deputado Luiz Carlos Busato (PTB – RS), na qualidade de suplente, para a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 2.048, de 2007, do Sr. Marcelo Ortiz, que “dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE”.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Jovair Arantes**, Líder do PTB.

Publique-se.

Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

Ofício nº 325/2009

Brasília, 2 de setembro de 2009

Exmº Sr.
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o Senhor Deputado Luiz Carlos Busato (PTB – RS), na qualidade de suplente, para a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6.461, de 2005, do Sr. Silvio Torres, que “institui a Sociedade Empresária Desportiva, com regime tributário específico”.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Jovair Arantes**, Líder do PTB.

Publique-se.

Em 3-9-09. – Michel Temer, Presidente.

Ofício nº 327/2009

Brasília, 2 de setembro de 2009

Exmº Sr.

Deputado Michel Temer

DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o Senhor Deputado Luiz Carlos Busato (PTB – RS), na qualidade de suplente, para a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 632-A, de 1998, do Sr. Gonzaga Patriota, que “altera os artigos 143 e 144 da Constituição Federal, tornando o serviço militar voluntário e estendendo às polícias militares e corpos de bombeiros militares a competência para a formação de reservista”.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de estima consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Jovair Arantes**, Líder do PTB.

Publique-se.

Em 3-9-09 – Michel Temer, Presidente.

Ofício nº 326/2009

Brasília, 2 de setembro de 2009

Exmº Sr.

Deputado Michel Temer

DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o Senhor Deputado Luiz Carlos Busato (PTB – RS), na qualidade de titular, para a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 4.359, de 2001, do Sr. Feu Rosa, que “estabelece critério para a demarcação da divisa entre os estados e municípios costeiros para efeito de participação nos resultados ou compensação financeira pela exploração dos recursos naturais no mar territorial, plataforma continental ou zona econômica exclusiva”.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Jovair Arantes**, Líder do PTB.

Publique-se.

Em 3-9-09. – Michel Temer, Presidente.

Ofício nº 328/2009

Brasília, 2 de setembro de 2009

Exmº Sr.

Deputado Michel Temer

DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o Senhor Deputado Luiz Carlos Busato (PTB – RS), na qualidade de suplente, para a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 80-A, de 1995, do Sr. Fernando Gabeira, que “dá nova redação ao § 2º do art. 14 e ao caput do artigo 143 da Constituição Federal” (determinando a supressão da expressão “durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos” do teto constitucional no que se refere ao alistamento eleitoral, e tornando facultativo o serviço militar em tempo de paz).

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de estima consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Jovair Arantes**, Líder do PTB.

Publique-se.

Em 3-9-09. – Michel Temer, Presidente.

Ofício nº 329/2009

Brasília, 2 de setembro de 2009

Exmº Sr.

Deputado Michel Temer

DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o Senhor Deputado Luiz Carlos Busato (PTB – RS), na qualidade de suplente, para a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 190-A, de 1994, do Sr. Pedro Irujo, que “dá nova redação ao artigo 14, parágrafo primeiro, da Constituição Federal, tornando o voto facultativo”.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Jovair Arantes**, Líder do PTB.

Publique-se.

Em 3-9-09. – Michel Temer, Presidente.

Ofício nº 330/2009

Brasília, 2 de setembro de 2009

Exmº Sr.
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o Senhor Deputado Luiz Carlos Busato (PTB – RS), na qualidade de titular, para a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 100-A, de 2007, do Sr. Raul Henry, que “acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, vedando a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios até que sejam promulgadas a Lei Complementar e a Lei que disciplinará os Estudos de Viabilidade Municipal de que trata o § 4º do art. 18 da Constituição Federal”.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Jovair Arantes**, Líder do PTB.

Publique-se.

Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF/LID/Nº 237/2009

Brasília, 3 de setembro de 2009

Excelentíssimo Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Comissão Especial

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência tornar vago o assento de titular que cabe ao Partido Popular Socialista – PPS, ocupado pelo Deputado Arnaldo Jardim (PPS – SP), na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 5.938, de 2009, do Poder Executivo, que “dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Fernando Coruja**, Líder do PPS.

Publique-se.

Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF/LID/Nº 238/2009

Brasília, 3 de setembro de 2009

Excelentíssimo Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Indicação de membro para Comissão Especial

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência tornar vago o assento de titular que cabe ao Partido Popular Socialista – PPS, ocupado pelo Deputado Dimas Ramalho (PPS – SP), na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 5.939, de 2009, do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – PETRO-SAL, e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Fernando Coruja**, Líder do PPS.

Publique-se.

Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF/LID/Nº 239/2009

Brasília, 3 de setembro de 2009.

Excelentíssimo Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Comissão Especial

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência tornar vago o assento de titular que cabe ao Partido Popular Socialista _ PPS, ocupado pelo Deputado Arnaldo Jardim _ PPS/SP, na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 5.940, de 2009, do Poder Executivo, que “Cria o Fundo Social – FS, e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Fernando Coruja**, Líder do PPS.

Publique-se

Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF/LID/Nº 240/2009

Brasília, 3 de setembro de 2009.

Excelentíssimo Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Comissão Especial

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência tornar vago o assento de titular que cabe ao Partido Popular Socialista – PPS,

ocupado pelo Deputado Nelson Proença – PPS/RS, na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 5.941, de 2009, do Poder Executivo, que “Autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição, e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Fernando Coruja**, Líder do PPS.

Publique-se.

Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

OF. Nº 293 – PP/2009 – CCJC

Brasília, 12 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei de nº 2.718-B/2000.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

Publique-se.

Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 313 – PP/2009 – CCJC

Brasília, 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Projeto de Lei nº 861/2003, apreciado por este Órgão Técnico, nesta data.

Atenciosamente, – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

Publique-se.

Em 3-9-09. – **Michel Temer** Presidente

OF. Nº 325 – PP/2009 – CCJC

Brasília, 20 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 2.069-A/2007.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

Publique-se.

Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 326 – PP/2009 – CCJC

Brasília, 20 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 2.070-A/2007.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

Publique-se.

Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 330 – PP/2009 – CCJC

Brasília, 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 2.670-A/2007.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

Publique-se.

Em 3-9-09 – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 332 – PP/2009 – CCJC

Brasília, 20 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,
Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 3.99-A/2008.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 333 – PP/2009 – CCJC

Brasília, 20 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,
Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 3.940-A/2008.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 334 – PP/2009 – CCJC

Brasília, 20 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,
Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 3.942-A/2008.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 335 – PP/2009 – CCJC

Brasília, 20 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,
Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 4.044-A/2008.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente

OF. Nº 337 – PP/2009 – CCJC

Brasília, 20 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,
Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 1.852-A/2003.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente

OF. Nº 357 – PP/2009 – CCJC

Brasília, 20 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,
Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 929-A/2007.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 358 – PP/2009 – CCJC

Brasília, 20 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 1.595-B/2007.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 359 – PP/2009 – CCJC

Brasília, 20 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 1.623-A/2007.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 361 – PP/2009 – CCJC

Brasília, 20 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 1.818-A/2007.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 362 – PP/2009 – CCJC

Brasília, 20 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 1.953-B/2007.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 363 – PP/2009 – CCJC

Brasília, 20 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 2.036-A/2007.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 364 – PP/2009 – CCJC

Brasília, 20 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 2.039-B/2007.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 375 – PP/2009 – CCJC

Brasília, 20 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,
Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 2.655-A/2007.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – **Deputado Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 376 – PP/2009 – CCJC

Brasília, 20 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,
Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 2.793-A/2008.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – **Deputado Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 377 – PP/2009 – CCJC

Brasília, 20 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,
Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 3.071-B/2008.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – **Deputado Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 378 – PP/2009 – CCJC

Brasília, 20 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,
Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 3.074-A/2008.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – **Deputado Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 379 – PP/2009 – CCJC

Brasília, 20 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,
Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 3.165-B/2008.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – **Deputado Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 385 – PP/2009 – CCJC

Brasília, 20 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,
Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 3.566-A/2008.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 386 – PP/2009 – CCJC

Brasília, 20 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 3.593-A/2008.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 387 – PP/2009 – CCJC

Brasília, 20 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 3.631-A/2008.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 388 – PP/2009 – CCJC

Brasília, 20 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por

este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 3.702-B/2008.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 389 – PP/2009 – CCJC

Brasília, 20 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 3.760-A/2008.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. Nº 392 – PP/2009 – CCJC

Brasília, 20 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 3.975-A/2008.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.

Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. nº 401– PP/2009 – CCJC

Brasília, 26 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, as Emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 4.385-B/1994, apreciadas por este Órgão Técnico, nesta data.

Atenciosamente, – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. nº 402– PP/2009 – CCJC

Brasília, 26 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Projeto de Lei nº 3.587/2008, apreciado por este Órgão Técnico, nesta data.

Atenciosamente, – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. nº 403– PP/2009 – CCJC

Brasília, 26 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, dos Projetos de Lei nºs 2.094-A/2007 e 3.306/08, apensado.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação dos referidos projetos e parecer a eles oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

OF. nº 404– PP/2009 – CCJC

Brasília, 26 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 3.541-A/2008.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Tadeu Filippelli**,
Presidente.

Publique-se.Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Ofício nº 210/2009 – P

Brasília, 19 de agosto de 2009

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Publicação do PL nº 3.358/2008.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no artigo 58 do Regimento Interno, a apreciação do **Projeto de Lei nº 3.358/2008**, do Sr. Vic Pires Franco, que “altera o art. 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para inserir novo parágrafo que dispõe sobre vinculação de garantia na aquisição de produto de consumo durável ou não durável mediante financiamento”, para publicação da referida proposição e do parecer a ela oferecido.

Atenciosamente, – Deputada **Ana Arraes**,
Presidenta.

Publique-se.Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ofício-Pres nº 258/209-CDEIC

Brasília, 26 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Publicação de Projeto de Lei

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno, comunico a Vossa Excelência a apre-

ciação do Projeto de Lei nº 1.897/2007 por este Órgão Técnico.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.

Respeitosamente, – Deputado **Edmilson Valentim**, Presidente.

Publique-se.

Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Of. Pres. nº 265/9-CEC

Brasília, 26 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Edifício Principal

Assunto: Comunica apreciação de Proposição

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, que o **Projeto de Lei nº 4.483, de 2008**, foi apreciado, nesta data, por esta Comissão.

Atenciosamente, – Deputada **Maria do Rosário**, Presidente.

Publique-se.

Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Of. P-255/9-CTASP

Brasília, 26 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Apreciação conclusiva de projeto de lei

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58, **caput**, do Regimento Interno, comunico a V. Ex^a que a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, **aprovou o Projeto de Lei nº 4.221-A/08** – do Sr. Luiz Sérgio – que “dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 8.630, de 23 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias e dá outras providências, para integrar as autoridades de inspeção do trabalho às demais autoridades em exercício no porto organizado”.

Atenciosamente, – Deputado **Sabino Castelo Branco**, Presidente.

Publique-se.

Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

Of. P-426-9-CVT

Brasília, 19 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Declaração de prejudicialidade do PL 3.334/04 e apensados

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 163, inciso I, combinado com o art. 164, inciso I, do Regimento Interno, comunico a Vossa Excelência que declaro prejudicado o Projeto de Lei nº 3.334/04 – do Sr. Carlos Nader – que “dispõe sobre a regulamentação da profissão de transportador de mercadorias por meio de motocicleta (motoboy)”, e seus apensados, Projetos de Lei nºs 3.556/04 e 7.433/06, em razão da edição da Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009.

Atenciosamente, – Deputado **Jaime Martins**, Presidente.

Publique-se.

Em 3-9-09. – **Michel Temer**, Presidente.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 399, DE 2009

(Do Sr. Paulo Roberto Pereira e Outros)

Dá nova redação ao art. 228 da Constituição Federal, tornando relativa a imputabilidade penal dos 14 aos 18 anos para crimes praticados com violência ou grave ameaça à integridade das pessoas.

Despacho: Apense-se à(ao) PEC nº 171/1993.

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O **caput** do art. 228 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 228. São penalmente inimputáveis os Menores de dezoito anos, salvo aqueles que cometerem modalidade de ilícito penal com violência ou grave ameaça à integridade da pessoa, de idade superior a 14 anos, devendo ser julgados equiparados aos maiores de dezoito anos completos, como maior imputável, na forma da Lei, desde que ratificado pelo juízo competente e após análise de junta médica e psicológica que ateste a plena consciência das conseqüências do ilícito praticado.” (NR)

Justificação

Atualmente em nosso País, traduz-se uma realidade de diária de violência e grave ameaça à integridade das pessoas. Somos cidadãos acuados e indefesos diante do descaso do Governo, que não cumpre seu papel de forma satisfatória, seja por falta de uma política de segurança pública eficaz na prevenção e repressão à prática de ilícitos penais, seja pela inaplicabilidade intrínseca de um sistema penitenciário utópico, disposto em normas difusas no Código Penal, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei de Execuções Penais e na Lei de Crimes Hediondos, entre outras. Estas disposições legais encontram extrema dificuldade de concretização frente à dura realidade.

Não estamos avançando na busca de soluções. A reação natural da sociedade, através da grande mídia, que representa uma boa parcela da população brasileira, opina, sobretudo através dos jornais, refletindo categoricamente o sentimento de insegurança e revolta diante da impunidade sobre os atos dos menores infratores na atualidade.

Frente às adversidades legais encontradas e ainda por ser o tema “adolescente infrator” extremamente complexo e carregado de emoções, as medidas especiais, sócio-educativas, discriminadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente são as menos implementadas em nosso sistema carcerário de forma satisfatória. As suscitadas medidas acabam, ao ver da sociedade, privilegiando os adolescentes infratores com, na realidade, pouca ou nenhuma consequência objetiva sobre seus atos, quando da efetiva aplicação da medida coercitiva.

Nossa proposta é relativizar a redução da maioridade penal, de tal forma que deverá ser aplicada apenas aos casos de crimes cometidos com violência ou grave ameaça à integridade da pessoa, por menor infrator, com idade superior a 14 anos. Essa Proposta de Emenda à Constituição está focada no cerne do problema; dada a inviabilidade, frente a quase duas décadas de existência, de efetivo cumprimento das medidas e disposições sócio-educativas do ECA.

Em primeiro lugar, se a lei tem que partir de algum referencial, deve respeitar a constituição, que estabelece que ser dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e também, primordialmente, do poder público, assegurar os direitos referentes à vida dos cidadãos brasileiros.

A mídia televisiva e escrita vincula constantemente casos de violência e ofensa ao ser humano praticados, cada vez mais, por adolescentes menores de dezoito anos, aptos para praticar o ilícito penal com violência ou grave ameaça à integridade da pessoa, e, no entanto, penalmente inimputáveis pela legislação brasileira.

Esse é, a nosso ver, motivo bastante para considerar viável uma mudança em nossa Carta Magna a fim de penalizar criminalmente esses jovens, que efetivamente cometem os ilícitos penais discriminados para garantia da segurança pública e subseqüente repressão e redução da criminalidade.

Além disso, as taxas de reincidência criminal no Brasil são altíssimas. Com a possibilidade de redução relativa da maioridade penal, e trazendo, com essa medida, também para os jovens a incidência da regra geral do Código Penal, dificultaremos sobremaneira ao infrator a reincidência em ato ilícito contra a pessoa, vez que a pena a que estará sujeito é de maior gravidade e tempo de cumprimento em restrição de liberdade.

Outro ponto a ser abordado é a questão de exigência de uma junta médica e psicológica como pré-requisito para atestar a plena consciência das consequências dos atos ofensivos e violentos praticados contra a pessoa, pelo Menor infrator. Essa tratativa de inclusão dos menores infratores, equiparando-os àqueles maiores de dezoito anos, como pessoa penalmente imputável nesse rol de conduta delituosa faz-se necessária, pois, a regra geral do Código Penal estabelece que as pessoas penalmente imputáveis que apresentem um perfil mental criminoso, tais como, por exemplo, os psicopatas, não serão condenados a pena, mas sim a devido tratamento médico, pois o caso é de prática delituosa por ação de doença mental.

Está mantida a justiça: tratamento para quem é doente, pena para quem é criminoso, seja ele adulto ou jovem praticante de crime violento contra a integridade da pessoa.

Hodiernamente, com a facilidade de acesso a informações disponíveis em todos os tipos de mídias, inclusive aos jovens, a delinquência tem ciência do amparo legal permissivo, e justamente por essa razão, gera para o Menor infrator e para a sociedade, o sentimento concreto da impunidade de seus atos.

Estamos reféns, nossa sociedade está com os valores invertidos e precisando cada vez mais de proteção, carente de legislação rigorosa e amedrontada pela impunidade da juventude, que pratica seus ilícitos contra a pessoa sem freios. Some-se a isso o estado atual do país, em que permeia nossa realidade a fome, as drogas, a dificuldade de acesso as escolas e na ausência de um verdadeiro lar, nossos jovens traduzem-se em verdadeiras bombas relógio. Infelizmente, trata-se de verdadeiro risco para a tranqüilidade social permitir que eles sejam protegidos por lei e não possam ser punidos criminalmente.

Analisemos agora a mão de obra adolescente empregada unicamente no tráfico. A criminalidade faz

uso de mão-de-obra jovem porque confia no Estatuto da Criança e do Adolescente minorando as penas cominadas. Não dizemos que com essa medida coercitiva o jovem brasileiro deixará de traficar porque agora poderá ser preso, mas reduziremos consideravelmente a impunidade legalmente implícita nessa conduta.

Em última análise, pode-se dizer que o próprio Estado é tão criminoso quanto qualquer criminoso, pois é o verdadeiro fabricante de condições para o crime progredir com a permissividade excessiva e com a ausência de uma legislação firme e coerente com a realidade atual.

Medidas de combate a violência são necessárias, principalmente através de procedimentos técnicos e instrumentos legais condizentes com a realidade, pois para solucionar os graves problemas da violência na atualidade, torna-se prioritária a redução relativa da maioria penal para os crimes ofensivos à integridade da pessoa.

Para exemplificar, citamos afirmações dispersas na mídia impressa sobre situações atuais que envolvem Menores infratores, assim como opiniões dos respectivos sobre o ECA:

Sobre situações descritas e ocorridas na Zona Sul do Rio: “M., 17 anos (que teria atirado na “socialite”), tem uma passagem pela polícia por assalto à mão armada. Seu comparsa R., 17 anos, tem seis passagens: três por assalto à mão armada, uma por lesão corporal e uma por ameaça.” (**O Dia, 24/11/2006**) “Adolescente matou socialite, diz polícia. Segundo a polícia ele havia sido preso há certa de 40 dias por roubo, mas foi liberado 20 dias depois. O outro adolescente tem em sua ficha mais seis passagens pela polícia. Bira (o outro assaltante, de 21 anos) já foi preso cinco vezes.” (**Folha de São Paulo, 24-11-2006**) “A lei que protege jovens assassinos. A poucos meses de completar 18 anos, o homem que confessou ontem ter atirado no rosto da empresária Ana Cristina Johannpeter voltará às ruas em breve. É protegido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, impunidade contra a qual o **JB** protesta publicando esta foto, sem tarja.” (**JB, 26-11-2006**) “Menor é apreendido com pistola 380 e zomba da lei que o protege. “Não tem problema. Vou voltar para o parque de diversão (DEGASE). Daqui a seis meses volto.”” (**JB, 29-11-2006**) “Menores fazem 3 reféns em Botafogo (...)dois Menores de 15 e 16 anos causaram pânico... Os assaltantes que moram na Ladeira Tabajaras estavam armados com pistola PT380.” (**O Globo, 6-12-2006**)

Sobre situações no Acre, em Xapuri: “Menor de 17 anos, neto de Darly Alves, que mandou matar Chico Mendes, mata um estudante com 10 facadas. O neto de Darly já tinha cumprido uma internação na

Pousada do Menor, acusado de participação na morte de uma estudante executada com dois tiros na cabeça. O rapaz havia saído da Pousada há cerca de três meses.” (**Gazeta do Acre, de 8-11-2006**)

Assim, a busca de soluções para a violência praticada pelos menores de dezoito anos e maiores de catorze merece aprofundamento, por todos nós que vivemos o dia-a-dia oprimidos pela sensação de impunidade que ronda a juventude. Por outro lado, os sucessivos governos não enfrentaram o problema e a sociedade não cobra a sua omissão.

Pelos motivos expostos, peço o justo apoio dos nobres Deputados e Deputadas.

Sala das Sessões, 26 de agosto de 2009. – Deputado **Paulo Roberto**

Proposição: PEC nº 399/09

Autor: PAULO ROBERTO PEREIRA E OUTROS

Data de Apresentação: 26-8-2009 4:25:00 PM

Ementa: Dá nova redação ao art. 228 da Constituição Federal, tornando relativa a imputabilidade penal dos 14 aos 18 anos para crimes praticados com violência ou grave ameaça à integridade das pessoas.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Total de Assinaturas:

Confirmadas:	176
Não Conferem:	8
Fora do Exercício:	1
Repetidas:	10
Ilegíveis:	000
Retiradas:	000
Total:	195

Assinaturas Confirmadas

- 1 – BILAC PINTO (PR – MG)
- 2 – OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR)
- 3 – SANDRO MABEL (PR – GO)
- 4 – EDUARDO DA FONTE (PP – PE)
- 5 – VICENTINHO ALVES (PR – TO)
- 6 – LELO COIMBRA (PMDB – ES)
- 7 – EDIGAR MÃO BRANCA (PV – BA)
- 8 – ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA)
- 9 – MAJOR FÁBIO (DEM – PB)
- 10 – LÚCIO VALE (PR – PA)
- 11 – RIBAMAR ALVES (PSB – MA)
- 12 – OSMAR JÚNIOR (PCdoB – PI)
- 13 – ILDERLEI CORDEIRO (PPS – AC)
- 14 – ENIO BACCI (PDT – RS)
- 15 – ARIOSTO HOLANDA (PSB – CE)
- 16 – AUGUSTO FARIAS (PTB – AL)
- 17 – ANTÔNIO ANDRADE (PMDB – MG)
- 18 – EDGAR MOURY (PMDB – PE)

- 19 – LEANDRO VILELA (PMDB – GO)
20 – JOÃO DADO (PDT – SP)
21 – NEUDO CAMPOS (PP – RR)
22 – ANTONIO CRUZ (PP – MS)
23 – NEILTON MULIM (PR – RJ)
24 – ELISEU PADILHA (PMDB – RS)
25 – DAMIÃO FELICIANO (PDT – PB)
26 – JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA (PV – MG)
27 – NELSON MEURER (PP – PR)
28 – FRANCISCO RODRIGUES (DEM – RR)
29 – PAULO ROBERTO PEREIRA (PTB – RS)
30 – ROGERIO LISBOA (DEM – RJ)
31 – BETINHO ROSADO (DEM – RN)
32 – LIRA MAIA (DEM – PA)
33 – RATINHO JUNIOR (PSC – PR)
34 – CLEBER VERDE (PRB – MA)
35 – FILIPE PEREIRA (PSC – RJ)
36 – MÁRIO HERINGER (PDT – MG)
37 – REGIS DE OLIVEIRA (PSC – SP)
38 – TATICO (PTB – GO)
39 – OSVALDO BIOLCHI (PMDB – RS)
40 – MARCELO CASTRO (PMDB – PI)
41 – EDUARDO GOMES (PSDB – TO)
42 – MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL)
43 – ANTONIO BULHÕES (PMDB – SP)
44 – FRANCISCO TENORIO (PMN – AL)
45 – JEFFERSON CAMPOS (PTB – SP)
46 – CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO)
47 – JÔ MORAES (PCdoB – MG)
48 – NELSON PROENÇA (PPS – RS)
49 – DR. NECHAR (PV – SP)
50 – MARCOS MEDRADO (PDT – BA)
51 – DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA)
52 – WOLNEY QUEIROZ (PDT – PE)
53 – EDMAR MOREIRA (PR – MG)
54 – RÔMULO GOUVEIA (PSDB – PB)
55 – PASTOR MANOEL FERREIRA (PTB – RJ)
56 – PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA (PSDB – GO)
57 – JAIR BOLSONARO (PP – RJ)
58 – ALBERTO FRAGA (DEM – DF)
59 – GERALDO PUDIM (PMDB – RJ)
60 – ALEX CANZIANI (PTB – PR)
61 – COLBERT MARTINS (PMDB – BA)
62 – LUIZ CARLOS BUSATO (PTB – RS)
63 – MOACIR MICHELETTO (PMDB – PR)
64 – GEORGE HILTON (PP – MG)
65 – MOISES AVELINO (PMDB – TO)
66 – ACÉLIO CASAGRANDE (PMDB – SC)
67 – CELSO MALDANER (PMDB – SC)
68 – LEONARDO VILELA (PSDB – GO)
69 – JOVAIR ARANTES (PTB – GO)
70 – EUGÊNIO RABELO (PP – CE)
71 – LUIZ BITTENCOURT (PMDB – GO)
72 – VELOSO (PMDB – BA)
73 – CHICO DA PRINCESA (PR – PR)
74 – ZEQUINHA MARINHO (PSC – PA)
75 – MILTON MONTI (PR – SP)
76 – ELIENE LIMA (PP – MT)
77 – MANATO (PDT – ES)
78 – JAIME MARTINS (PR – MG)
79 – EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB – CE)
80 – FERNANDO DE FABINHO (DEM – BA)
81 – FELIPE MAIA (DEM – RN)
82 – MARCELO TEIXEIRA (PR – CE)
83 – PAES LANDIM (PTB – PI)
84 – JOSÉ OTÁVIO GERMANO (PP – RS)
85 – JURANDIL JUAREZ (PMDB – AP)
86 – MÁRCIO MARINHO (PR – BA)
87 – VITAL DO RÊGO FILHO (PMDB – PB)
88 – JÚLIO CESAR (DEM – PI)
89 – ÁTILA LIRA (PSB – PI)
90 – ULTURICO PINTO (PMN – BA)
91 – OSVALDO REIS (PMDB – TO)
92 – RUBENS OTONI (PT – GO)
93 – FÁBIO FARIA (PMN – RN)
94 – LAERTE BESSA (PMDB – DF)
95 – PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB – RS)
96 – MARCELO ITAGIBA (PMDB – RJ)
97 – WLADIMIR COSTA (PMDB – PA)
98 – LÉO VIVAS (PRB – RJ)
99 – FLÁVIO BEZERRA (PMDB – CE)
100 – DILCEU SPERAFICO (PP – PR)
101 – GLADSON CAMELI (PP – AC)
102 – MARCELO MELO (PMDB – GO)
103 – BENEDITO DE LIRA (PP – AL)
104 – MARCOS LIMA (PMDB – MG)
105 – JERÔNIMO REIS (DEM – SE)
106 – CARLOS ALBERTO CANUTO (PMDB – AL)
107 – SEVERIANO ALVES (PDT – BA)
108 – MARCONDES GADELHA (PSB – PB)
109 – WILLIAM WOO (PSDB – SP)
110 – CAPITÃO ASSUMÇÃO (PSB – ES)
111 – EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ)
112 – CIRO PEDROSA (PV – MG)
113 – AELTON FREITAS (PR – MG)
114 – EDUARDO LOPES (PSB – RJ)
115 – JORGE KHOURY (DEM – BA)
116 – ANTONIO FEIJÃO (PSDB – AP)
117 – GERALDO SIMÕES (PT – BA)
118 – VALDIR COLATTO (PMDB – SC)
119 – TADEU FILIPPELLI (PMDB – DF)
120 – DR. UBIALI (PSB – SP)
121 – AIRTON ROVEDA (PR – PR)
122 – ANDRÉ DE PAULA (DEM – PE)
123 – SABINO CASTELO BRANCO (PTB – AM)

124 – MANOEL SALVIANO (PSDB – CE)
 125 – EDINHO BEZ (PMDB – SC)
 126 – WILSON BRAGA (PMDB – PB)
 127 – GIOVANNI QUEIROZ (PDT – PA)
 128 – FRANCISCO ROSSI (PMDB – SP)
 129 – WILSON PICLER (PDT – PR)
 130 – JOSÉ CHAVES (PTB – PE)
 131 – POMPEO DE MATTOS (PDT – RS)
 132 – ROBERTO ALVES (PTB – SP)
 133 – FERNANDO CHUCRE (PSDB – SP)
 134 – PROFESSOR VICTORIO GALLI (PMDB – MT)
 135 – RAUL HENRY (PMDB – PE)
 136 – JOSÉ CARLOS VIEIRA (DEM – SC)
 137 – LAEL VARELLA (DEM – MG)
 138 – NATAN DONADON (PMDB – RO)
 139 – MARCELO ORTIZ (PV – SP)
 140 – JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PR – BA)
 141 – VITOR PENIDO (DEM – MG)
 142 – FERNANDO MELO (PT – AC)
 143 – PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP)
 144 – RENATO AMARY (PSDB – SP)
 145 – SILAS BRASILEIRO (PMDB – MG)
 146 – ARNON BEZERRA (PTB – CE)
 147 – ARNALDO VIANNA (PDT – RJ)
 148 – ZÉ GERARDO (PMDB – CE)
 149 – VALADARES FILHO (PSB – SE)
 150 – ANTÔNIO ROBERTO (PV – MG)
 151 – CARLOS WILLIAN (PTC – MG)
 152 – ELIZEU AGUIAR (PTB – PI)
 153 – PEDRO NOVAIS (PMDB – MA)
 154 – RODRIGO DE CASTRO (PSDB – MG)
 155 – TAKAYAMA (PSC – PR)
 156 – JOÃO MAGALHÃES (PMDB – MG)
 157 – NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP)
 158 – BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE)
 159 – NELSON BORNIER (PMDB – RJ)
 160 – SANDES JÚNIOR (PP – GO)
 161 – ABELARDO CAMARINHA (PSB – SP)
 162 – SÉRGIO BRITO (PDT – BA)
 163 – ZÉ GERALDO (PT – PA)
 164 – MARCIO JUNQUEIRA (DEM – RR)
 165 – VICENTE ARRUDA (PR – CE)
 166 – JOAQUIM BELTRÃO (PMDB – AL)
 167 – SERGIO PETECÃO (PMN – AC)
 168 – LINDOMAR GARÇON (PV – RO)
 169 – FÉLIX MENDONÇA (DEM – BA)
 170 – LÁZARO BOTELHO (PP – TO)
 171 – ERNANDES AMORIM (PTB – RO)
 172 – ALINE CORRÊA (PP – SP)
 173 – DUARTE NOGUEIRA (PSDB – SP)
 174 – JÚLIO DELGADO (PSB – MG)
 175 – JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PR – MG)
 176 – ADEMIR CAMILO (PDT – MG)

Assinaturas que Não Conferem

1 – WELLINGTON ROBERTO (PR – PB)
 2 – BONIFÁCIO DE ANDRADA (PSDB – MG)
 3 – DR. PAULO CÉSAR (PR – RJ)
 4 – WANDENKOLK GONÇALVES (PSDB – PA)
 5 – MAURÍCIO TRINDADE (PR – BA)
 6 – CIRO NOGUEIRA (PP – PI)
 7 – MARCOS ANTONIO (PRB – PE)
 8 – WILSON SANTIAGO (PMDB – PB)

Assinaturas de Deputados(as) fora do Exercício

1 – RICARDO QUIRINO (PR – DF)

Assinaturas Repetidas

1 – LUIZ CARLOS BUSATO (PTB – RS)
 2 – CHICO DA PRINCESA (PR – PR)
 3 – PAES LANDIM (PTB – PI)
 4 – VITAL DO RÊGO FILHO (PMDB – PB)
 5 – FERNANDO DE FABINHO (DEM – BA)
 6 – BILAC PINTO (PR – MG)
 7 – WELLINGTON ROBERTO (PR – PB)
 8 – LIRA MAIA (DEM – PA)
 9 – ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA)
 10 – MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL)

PROJETO DE LEI Nº 5.773, DE 2009

(Do Senado Federal)

PLS Nº 20/2008

OFÍCIO Nº 1.621/2009

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre veículos para transporte coletivo de estudantes, quando adquiridos por Prefeituras Municipais, pelos Estados e pelo Distrito Federal, bem como por profissionais autônomos e suas cooperativas habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar.

Despacho: Às Comissões de: Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apensem-se a este : PL nº 6.184/2005, e seus Apensados.

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os veículos classificados na posição 8702 e seus desdobramentos, da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), destinados a transporte coletivo de estudantes, quando adquiridos por Prefeituras Municipais, pelos

Estados, pelo Distrito Federal e por Entidades Educacionais sem fins lucrativos.

Art. 2º A isenção de que trata o art. 1º se aplicará também à aquisição dos veículos por profissionais autônomos e suas cooperativas, habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar, na forma do regulamento.

§ 1º A isenção prevista nesta Lei será declarada nula, sendo o imposto cobrado, com todos os acréscimos legais, se verificada antes de decorridos cinco anos da data de aquisição:

I – a transferência, a qualquer título, da propriedade dos veículos objeto da isenção, salvo prévia anuência do órgão de administração fiscal;

II – a comprovação de uso dos veículos em atividade diversa do transporte escolar;

III – a descaracterização dos veículos, se a isenção houver sido condicionada ao disposto no art. 3º desta Lei.

§ 2º O responsável pelo pagamento do imposto e seus acréscimos será o alienante, no caso do inciso I do § 1º deste artigo, e o proprietário no caso dos incisos II e III do § 1º deste artigo.

Art. 3º O Regulamento poderá restringir a isenção de que trata esta Lei a veículos que obedeçam a modelos com características especiais, inclusive quanto a pintura externa e a identificação por palavras ou símbolos.

Art. 4º Fica assegurada a manutenção do crédito relativo a matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados nos bens objeto da isenção de que trata o art. 1º.

Art. 5º Para os fins do disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Poder Executivo estimará o montante da renúncia de receita decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação ocorrer depois de 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. A isenção de que trata esta Lei produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 5º.

Senado Federal, 12 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal

INDICAÇÃO Nº 5.216, DE 2009

(Da Comissão Especial destinada a analisar proposições legislativas que tenham por objetivo o combate à pirataria)

Sugere ao Ministério do Trabalho a adoção de providências nas ações de combate à pirataria.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho,

A percepção, pela Frente Parlamentar contra a Pirataria, do avanço das variadas formas de pirataria no País, com suas ligações a esquemas criminosos do exterior, e dos graves dos problemas causados à economia e ao emprego nacionais por aquele avanço motivou-a agir no sentido de acelerar a tramitação de projetos de lei em tramitação que combatessem tais atividades.

Das ações empreendidas resultou a criação, na Câmara dos Deputados, de Comissão Especial destinada a “analisar as proposições legislativas que tenham por objeto o combate à pirataria”. Nas Audiências Públicas realizadas com a presença de autoridades federais, estaduais e de representantes de associações de segmentos industriais e comerciais, foram apresentadas diversas sugestões e subsídios à Comissão, vários dos quais desbordaram dos limites do Poder Legislativo.

Neste sentido, a presente indicação visa a sugerir a Vossa Excelência que determine sejam estudadas e implementadas ações setoriais de qualificação de mão de obra, com vistas a atender vendedores de produtos copiados ou falsificados e possibilitar sua inclusão na economia formal.

Sugerimos, ainda, a inclusão de vendedores ambulantes de produtos pirateados no Programa de Economia Solidária, pois estes serão os primeiros atingidos pela necessária vertente repressiva do combate ao comércio de produtos piratas. – Deputado **Pedro Chaves**, Presidente – Deputada **Maria do Rosário**, Relatora.

INDICAÇÃO Nº 5.217, DE 2009

(Da Comissão Especial destinada a analisar proposições legislativas que tenham por objetivo o combate à pirataria)

Sugere ao Ministério da Justiça a adoção de providências nas ações de combate à pirataria.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça:

Em maio de 2008 foi criada na Câmara dos Deputados uma Comissão Especial para “analisar as

proposições legislativas que tenham por objeto o combate à pirataria”. Nas audiências públicas realizadas, várias sugestões foram apresentadas por autoridades e por entidades civis que se dedicam ao combate à pirataria de produtos industriais. Aquelas que dependiam de elaboração legislativa motivaram a Comissão Especial a apresentar projetos de lei. Outras sugestões apresentadas dependem da iniciativa do Poder Executivo para sua implementação. Neste sentido a presente Indicação visa sugerir a Vossa Excelência que determine sejam estudadas formas de implementação de ações duradouras coordenadas, integradas por órgãos da estrutura deste Ministério e entre eles e outros órgãos do Poder Executivo, a saber:

1 – ações conjuntas da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal nas regiões de fronteira e em portos onde é frequente a entrada ilegal de produtos, e nas rodovias que ligam estas regiões aos principais centros de distribuição ou consumo.

2 – ações conjuntas entre a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e órgãos da Receita Federal do Brasil no combate aos crimes de contrabando e descaminho.

Destacamos ainda a necessidade de aprofundamento das negociações com governos estaduais com vistas à aceleração de implantação de delegacias especializadas no combate à pirataria, aliás um dos importantes projetos estratégicos estabelecidos por este Ministério.

Por fim, sugerimos o fortalecimento das ações dos Projetos Estratégicos Prioritários do Plano Nacional de Combate à Pirataria, quais sejam: Cidade Livre de Pirataria; Feira Legal; Comércio contra a Pirataria; Portal de Combate à Pirataria e Parceiras e Cooperação com Provedores de Internet.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2009. – Deputado **Pedro Chaves**, Presidente – Deputada **Maria do Rosário**, Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Finda a leitura do expediente, passa-se às

IV – BREVES COMUNICAÇÕES

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Léo Alcântara.

O SR. LÉO ALCÂNTARA (PR – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo hoje esta tribuna para chamar a atenção de todos para um decreto assinado pelo Presidente da República no último dia 17 de março, publicado no **Diário Oficial** do dia seguinte. Esse decreto institui 2009 como o Ano Nacional da Gestão Pública.

O objetivo básico do decreto, segundo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, é dar visibilidade, com seu forte caráter simbólico, a uma série de ações do Governo Federal voltadas para a temática da gestão.

Essa temática não é completamente nova, mas já vem sendo pauta de discussões no âmbito dos Governos Federal, Estaduais e Municipais brasileiros há algum tempo, especialmente após a edição, em fevereiro de 2005, do Decreto nº 5.378, que instituiu o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, o GESPÚBLICA, assim como seu comitê gestor.

Criado com a finalidade de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos e para aumentar a competitividade do País, o GESPÚBLICA, resultado da fusão do Programa de Qualidade no Serviço Público e do Programa Nacional de Desburocratização, deve formular e implementar as medidas necessárias à promoção dos resultados previstos no Plano Plurianual, à consolidação da administração pública profissional voltada ao interesse do cidadão e à aplicação de instrumentos e abordagens gerenciais.

Tudo isso foi elaborado em torno de 5 objetivos básicos:

1. eliminar o déficit institucional;
2. promover a governança, aumentando a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas;
3. promover a eficiência, por meio do melhor aproveitamento dos recursos;
4. assegurar a eficácia e efetividade da ação governamental, promovendo adequação entre meios, ações, impactos e resultados; e
5. promover a gestão democrática, participativa, transparente e ética.

Essa, porém, é a parte legal da gestão pública, a fria letra da lei, que por si só não garante sua aplicabilidade no dia a dia, tampouco os efeitos positivos que uma mudança de foco dessa natureza pode trazer para os cidadãos brasileiros, beneficiários finais dos serviços públicos.

Sim, Sras. e Srs. Deputados, embora pareça uma simples mudança de paradigma, a transformação dos administradores públicos, focados no processo, no desenvolvimento de suas tarefas, preocupações típicas da burocracia weberiana, em gestores públicos, voltados para a obtenção dos melhores resultados possíveis, considerados os recursos disponíveis, pode fazer toda a diferença quanto à qualidade dos serviços prestados à sociedade, bem como em termos de eficiência, de economicidade para a administração.

E não é de se subestimar essa simples mudança de foco. Sabemos que a maior economia do mundo, a americana, cresceu tanto após a revolução industrial porque, diferentemente de outras economias, que voltaram seu foco para o desenvolvimento e criação de produtos para venda ao público consumidor, voltou sua atenção para o desejo do consumidor e começou a disponibilizar bens e serviços a partir de seus anseios. Em suma, enquanto outras economias se desenvolveram a partir da produção, a economia americana cresceu baseada no consumo.

Por tais razões pode-se imaginar a diferença que fará termos nossa máquina administrativa, em todos os níveis de governo, povoada de servidores preocupados com o resultado de seu trabalho, com visão sistêmica e atentos às missões, objetivos e planejamentos estratégicos dos órgãos e entidades a que se vinculam, em lugar dos cumpridores de horários e executores de tarefas.

Estendendo essa visão aos mais variados âmbitos da administração pública, podemos também imaginar uma previdência social e uma receita federal preocupadas em atender os contribuintes de forma completa e unificada, sem desgaste e constantes retornos por falta de informação satisfatória.

Também na saúde pública podemos vislumbrar o atendimento médico de emergência precedendo o preenchimento das intermináveis fichas de atendimento, enquanto médicos encastelam-se em seus consultórios.

Na área de educação, o acompanhamento que permita o efetivo aprendizado do aluno deve se sobrepor à necessidade de o professor preencher formulários com planos de aula e pautas de atividades.

Enfim, mantendo-se a devida importância das atividades que, embora não sejam o objetivo dos serviços públicos oferecidos à população, devem ser desenvolvidas com eficiência, o que se busca, com o aprimoramento da gestão pública, é ajustar o foco do gestor e do servidor público em geral para a busca de qualidade no resultado final de seu trabalho, que deve ser entendido como missão institucional e objetivo de todos.

Diante de tudo isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, e imbuído de uma visão de futuro próximo em que nossa administração pública seja gerida com excelência, solicito veementemente a todos que apoiem, no âmbito federal e em seus respectivos Estados, ações de gestão pública voltadas para a obtenção de melhores resultados no fornecimento dos serviços públicos com a qualidade, eficiência e eficácia que nossa população merece.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Domingos Dutra.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem, a Comissão de Direitos Humanos, sob a Presidência do Deputado Luiz Couto, inaugurou a galeria dos ex-Presidentes, como Iriny Lopes, Pedro Wilson, o próprio Luiz Couto, Orlando Fantazzini, Pompeo de Mattos, Nelson Pellegrino e, de forma especial, o ex-Deputado Hélio Bicudo. Iriny Lopes, a única mulher Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, está lá com a sua foto cada vez mais bonita.

Portanto, eu quero parabenizar o Deputado Luiz Couto pela iniciativa. É muito importante realçar o trabalho da Comissão de Direitos Humanos, que realiza um trabalho fundamental em prol dos mais humildes, dos mais pobres, e que precisa do apoio material e político desta Casa.

Em nome do Deputado Hélio Bicudo, quero parabenizar todos os ex-Presidentes da Comissão de Direitos Humanos e, de forma especial também, o Deputado Luiz Couto, pelo trabalho sério e consistente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Lúcio Vale.

O SR. LÚCIO VALE (PR – PA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo mais uma vez esta tribuna para manifestar minha surpresa com a iniciativa da área técnica do Governo Federal de retirar dos Estados exportadores os recursos destinados a sua compensação financeira, prevista na Lei Kandir e, ao longo dos últimos anos, no próprio Orçamento Geral da União.

Sr. Presidente, meus caros Parlamentares, para o ano de 2010 o Orçamento devia prever, no mínimo, um repasse no montante de 5,2 milhões de reais, como forma de compensar as perdas dos Estados na balança de exportação, e foram, abruptamente e sem qualquer compensação, simplesmente suprimidos.

Apenas para lembrar, Sras. e Srs. Deputados, a Lei Kandir promoveu a exoneração do ICMS nas operações de exportação de mercadorias e produtos a tomadores do exterior. Com isso, os Estados perderam expressiva parcela de seus impostos. É justo e necessário, portanto, compensar essas perdas.

Conhecendo a sensibilidade política do Presidente Lula, busco a atenção de S.Exa. neste momento para que autorize as áreas técnicas a reexaminarem a medida proposta, com vistas a não inviabilizar os Estados, em especial o meu Estado do Pará, contribuindo, sobretudo, para que a nossa Governadora Ana Júlia possa manter equilibrada as contas públicas e investir em programas de infraestrutura.

Compreendo e acho extremamente necessário rever os critérios da Lei Kandir, que, ao longo de sua

existência, causou, só ao meu Estado, prejuízos da ordem de 10 milhões de dólares.

Entendo, entretanto, primordial que votemos o projeto de reforma tributária, porque, caso contrário, seria preciso oferecer ao meu Estado, cujas perdas anuais chegam a mais de 300 milhões de reais, ferramentas que lhe permitam tributar o setor de exportação.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é que conto com a atenção do Presidente Lula, repito, porque acredito em sua sensibilidade política e espero seu acolhimento e o necessário gesto em benefício dos Estados.

Muito obrigado.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em meados dos anos 40, na região noroeste do Estado do Paraná, foi aberta estrada de leito carroçável, conhecida como Estrada Boiadeira/BR-487, assim denominada em virtude de servir para escoamento de produtos resultantes da criação de gado, atividade que sempre caracterizou a região.

Para se ter noção da relevância da referida rodovia, vale registrar que, ao longo dos anos, desde que assumi como Deputado Federal da região, tenho insistido na necessidade de pavimentação daquela obra. A meu pedido, a bancada de Deputados Federais do Paraná tem inserido, todos os anos, no Orçamento Geral da União, os recursos para a obra, exteriorizando, assim, a prioridade da mesma, dentre as obras federais a serem executadas no Estado. Tão relevante é a obra para o País, que está prevista no PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

Em verdade, a Rodovia BR-487 será a principal ligação entre as regiões produtoras do Centro Oeste brasileiro e da região noroeste do Estado do Paraná com o Porto de Paranaguá, utilizando-se do Complexo de Pontes em Porto Camargo, construído pelo Governo do Estado do Paraná sobre o Rio Paraná. No corrente ano, para a obra, por meio da bancada de Deputados do Paraná, estão consignados R\$34.440.000,00 sob a rubrica “Construção de trecho rodoviário Porto Camargo-Campo Mourão – na BR-487 –, no Estado do Paraná”.

Para execução, a rodovia foi dividida em 3 trechos. Ainda em 1987, foram realizadas as primeiras obras, através do Governo do Estado, e, com a federalização da rodovia, o Governo Federal, 11 anos depois, em 1998, prosseguiu sua execução, concluindo o primeiro lote, que corresponde ao trecho Guaraitava/Campo Mourão, com percurso de 33 quilômetros.

Há menos de 1 mês, as obras foram retomadas. O trecho que estava sendo trabalhado fica entre a rodovia PR-180 com a PR-323 (B) (Cruzeiro do Oes-

te) – entre a Rodovia PR-479 (Tuneiras do Oeste), do Km 117,1 ao Km 136,6, perfazendo uma extensão de 19,5 quilômetros, porém, ao todo é necessária a execução nessa obra de 18,7 quilômetros. Operários e máquinas (caminhões, tratores, motoniveladores e rolos compactadores) para lá foram deslocados. Estavam sendo realizadas terraplanagem, drenagem e contenção de erosão.

Para surpresa geral da população regional, a obra foi novamente paralisada. A imprensa registrou que, após 3 semanas de trabalhos, o sonho da obra da Estrada Boiadeira voltou a ser paralisado. Retomada no dia 3 de agosto último, a pavimentação levou otimismo a moradores e futuros investidores. Mas no longo trecho do lote 3, entre Tuneiras do Oeste e Cruzeiro do Oeste, agora o que se vê é somente a poeira, já que os operários e máquinas deixaram o local. De acordo com o supervisor do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), engenheiro José Carlos Belluzzi de Oliveira, a paralisação é temporária, devido à necessidade de readequação do projeto inicial. No entanto, Belluzzi também informou à imprensa que um acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) apresentou alguns apontamentos para a readequação do projeto.

Este Parlamentar entrou em contato com a Superintendência do DNIT no Paraná, com a direção do DNIT em Brasília e também com o Tribunal de Contas da União, em Curitiba e Brasília, para verificar o que levara àquela interrupção. A informação que foi prestada – e que, aliás, é confirmada no sítio do TCU na Internet – é a de que foram constadas “irregularidades graves no processo licitatório, pagamentos por serviços não previstos contratualmente, acréscimos ou supressões em percentual superior ao legalmente permitido e aditivo incompleto ou inadequado”. O que se afirma é que o ex-Diretor do DNIT/PR, Sr. Davi Gouveia, teria incidido em diversos ilícitos e está respondendo por diversos processos administrativos, o que levou à intervenção do Tribunal de Contas da União.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como representante daquela região nesta Casa e traduzindo a preocupação da bancada federal do Paraná, estamos encarecendo ao DNIT e ao Tribunal de Contas da União para que tomem providências urgentes, a fim de dar prosseguimento à obra. Não pode mais a população do noroeste do Paraná sofrer por tão sucessivos entraves decorrentes da própria gestão pública. São dezenas de anos de expectativa e, mais uma vez, uma grande decepção.

A administração pública fica desacreditada. O Governo perde credibilidade. Afinal, os sistemas de controles deveriam ter detectado qualquer irregulari-

dade, para não se chegar ao reinício da obra com mais despesas para a empresa e mais desalento para a população, que ansiosamente aguarda a concretização daquele sonho regional.

Reafirmamos, por isso, nosso pleito ao DNIT para que, com urgência, viabilize a retomada das obras, diligenciando os ajustes necessários perante o Tribunal de Contas da União. A população do Paraná merece esse esforço.

O SR. REGINALDO LOPES (PT – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje entregarei à Câmara o relatório do novo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, para que haja diálogo tanto com o estudante quanto com as instituições privadas. O programa quer ser mais atraente. Por isso os juros serão reduzidos para 3,5%, ou seja, juro negativo para o estudante, e incidirão sobre os contratos de amortização e de liberação, ou seja, sobre os atuais e futuros contratos.

O FIES passará a ser *on-line*. Toda vez que o estudante precisar de financiamento irá ao portal do FNDE – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, porque a Caixa Econômica Federal não será mais a gestora. Os bancos serão só agentes.

Também estamos tornando o FIES mais atraente para as instituições de ensino. Elas passarão a receber, de 3 em 3 meses, o crédito do FIES, e todos os seus tributos federais, inclusive dívidas, poderão se transformar em crédito para o programa.

Então, dialogaremos sobre esse programa, semana que vem, no plenário da Câmara. Acredito que ele ampliará de 30 mil para 200 mil o número de vagas/ano. Mais uma oportunidade – agora, com juro subsidiado, juro negativo – para que os estudantes mais carentes concluam seus cursos com financiamento do Governo Federal.

Muito obrigado.

O SR. ELIENE LIMA (PP – MT. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Deputado Inocência Oliveira, Sras. e Srs. Deputados, aproveito este espaço para elogiar a bela apresentação da 8ª Edição do Festival Cururu Siriri de Cuiabá, com a presença de mais de 60 mil pessoas nos 3 dias de consagração à cultura popular de Mato Grosso.

Estive no encerramento do festival, no domingo, e fiquei encantando com esse que pode ser considerado o maior projeto de revitalização do patrimônio cultural de Cuiabá. Não apenas eu, mas os visitantes também tiveram a felicidade de assistir a um verdadeiro espetáculo de cores e movimentos, que retrata fielmente a alegria dos moradores da capital e das cidades que integram a baixada cuiabana.

Quero parabenizar a Secretaria de Cultura do Estado de Mato Grosso, a Prefeitura, na pessoa do Prefeito Wilson Santos, pelo grande evento realizado no último final de semana na capital.

Sempre que posso, assisto pela tevê ao Festival Folclórico de Parintins, no Amazonas, que considero um dos eventos culturais mais belos deste País. E acredito que, em breve, Mato Grosso também poderá sediar um evento de resgate do folclore, tão magnífico em grandeza quanto o do seu Estado vizinho, o Amazonas.

Para tanto, ponho-me à disposição para ajudar na construção de uma arena própria para sediar o Festival, com capacidade para receber um público superior a 30 mil pessoas por dia. Sou totalmente a favor da ideia de se criar um “Sirirão”, um espaço único para abrigar o Festival de Cururu e Siriri, seguindo o mesmo exemplo da cidade amazonense de Parintins, onde há um local próprio para as disputas entre o Boi Garantido e o Boi Caprichoso.

Mato Grosso está em pleno vapor para as construções que visam atender a Copa de 2014, e entendo que no projeto da Copa do Mundo de Futebol talvez seja possível incluir a construção de um espaço mais amplo e de melhor acesso para o Festival de Siriri e Cururu. O momento é ideal para discutir essa possibilidade, e Mato Grosso não pode deixar de fora do projeto da Copa do Mundo a construção desse espaço.

Se a Copa é do Pantanal, nada mais justo do que essa cultura ser contemplada, visto que todas as regiões pantaneiras têm essa dança no seu berço cultural, já que está enraizada na cidades de Cuiabá, Cáceres, Poconé, Livramento, Barão de Melgaço, Várzea Grande, Rosário Oeste, Nova Mutum, e outros.

Independentemente de cor partidária e futuras eleições, todas as forças políticas e empresariais precisam se unir em torno desse grande projeto.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Arnaldo Faria de Sá; em seguida, aos Deputados Marcelo Teixeira, Albano Franco e Manato.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero trazer ao conhecimento desta Casa manchete publicada no **Correio Braziliense**, edição de hoje. Segundo a matéria, na previsão orçamentária do ano que vem, não está incluído o reajuste dos aposentados.

O Deputado Geraldo Magela, responsável pela área da Previdência, informa, na matéria publicada no **Correio Braziliense**, que não estão previstos os 3,5 bilhões necessários para o reajuste dos aposentados. No momento em que se fala que se quer fazer

um acordo e contemplar o aposentado com alguma coisa a mais, na verdade, é uma mera enganação, porque está sendo feito um acordo fechado com as centrais sindicais que representam os aposentados, e elas não têm autorização para tal, porque é a COBAP que os representa.

É muito grave o que diz essa manchete de primeira página da edição de hoje do **Correio Braziliense**, ou seja, que na peça orçamentária não estão incluídos os 3,5 bilhões previstos para o reajuste dos aposentados. O Deputado Geraldo Magela, responsável por essa parte, diz que precisará cortar recursos de outras emendas para poder garantir o reajuste dos aposentados. Isso é falta de consideração, respeito e atenção! Quero registrar aqui esta denúncia.

Obrigado, Presidente Inocêncio Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Marcelo Teixeira, em seguida, ao Deputado Albano Franco, para seguirmos a lista.

O SR. MARCELO TEIXEIRA (PR – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero parabenizar o Ministro Alfredo Nascimento, que é do nosso partido, bem como o Dr. Luiz Antônio Pagot, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, que neste momento está fazendo obras importantes no Ceará.

O DNIT, na pessoa do Dr. Pagot, tem feito um belo trabalho e dado uma atenção muito grande ao Estado do Ceará. A BR-116, desde o tempo da vinda do Papa ao Brasil, não recebia nova camada asfáltica. Foi reiniciada a obra da ponte sobre o Rio Cocó, que estava paralisada e que, até o final do ano, será concluída. Essa ponte facilitará muito o acesso de Fortaleza ao Beach Park, concorrendo para melhorar substancialmente o turismo em nossa cidade. Além dela há a ponte sobre o Rio Aracati, que também está em obras. É a atuação do DNIT, do Dr. Pagot e do Ministro Alfredo Nascimento no Estado do Ceará.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALBANO FRANCO (PSDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Município de Itabaiana, no meu Estado de Sergipe, realizou, entre os dias 26 e 30 do corrente, a Feira Agroshow do Agreste Sergipano.

O encontro reuniu criadores de caprinos, equinos, bovinos e ovinos de elevado padrão genético e apresentou, além de novidades e técnicas para os que se dedicam a essa atividade, debates em oficinas de trabalho com profissionais de outros Estados, onde técnicas de julgamento de animais, melhoramento genético e também assuntos de agricultura orgânica foram tratados.

Além da presença de um número considerável de pessoas que compareceram à feira, o Prefeito do Município, Luciano Bispo, através da Secretaria Municipal de Agricultura, deu todo o apoio e foi incontestavelmente o maior entusiasta desse acontecimento.

É bom salientar, Sr. Presidente, que já existe por parte de instituições privadas e públicas interesse em desenvolver ações em parceria com órgãos governamentais que visem orientar pequenos produtores, pecuaristas e agricultores na utilização de novas técnicas e aproveitamento melhor da terra.

Vários pontos nessa feira permanecem em destaque:

- I – a qualidade dos animais expostos;
- II – os temas que foram tratados, tais como a legislação sobre a agricultura dos orgânicos;
- III – técnicas para o aprimoramento genético;
- IV – o seguro safra.

Congratulo-me com o Prefeito Luciano Bispo, o Secretário de Agricultura de Itabaiana, Sr. Waltenis Braga Silva, e todos os expositores, que foram os maiores responsáveis pelo êxito desse importante evento.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Manato, do PDT do Espírito Santo, agradecendo a S.Exa. a compreensão para com seus colegas.

O SR. MANATO (PDT – ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na próxima segunda-feira, dia 8, a Capital de nosso Estado, Vitória, irá fazer 458 anos. No sábado passado, uma semana antes, começamos a comemoração.

Foi um marco a inauguração da nova Ponte da Passagem, que começou como uma pinguela, em meados de 1830. Foi construída agora uma ponte maravilhosa, no valor de 68 milhões de reais, numa parceria entre o Governo do Estado, com o Governador Paulo Hartung, e a Prefeitura Municipal, com o Prefeito João Coser.

O simbolismo dessa ponte é que ela marca em definitivo a passagem da época velha para a nova época do Espírito Santo, um Estado moderno, com uma gestão que avança, investe e dá orgulho aos capixabas.

Parabéns, João Coser! Parabéns, Paulo Hartung! Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Capitão Assunção, do PSB do Espírito Santo.

O SR. CAPITÃO ASSUNÇÃO (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente,

as associações de policiais e bombeiros do Estado do Espírito Santo deliberaram que, no dia 7 de setembro, diante do descaso do Governador – do Imperador capixaba Paulo Hartung, que desprestigia aqueles que diuturnamente vão às ruas para defender a sociedade capixaba –, irão fazer o seu grito de protesto após o desfile.

Hoje os policiais militares estão participando da reunião com o Comandante Geral e, se suas reivindicações, mais do que justas, não forem atendidas, com certeza, contarão com a presença deste Parlamentar e de toda a sua equipe, que farão coro na mobilização que vai clamar por justiça no Estado do Espírito Santo. No primeiro semestre, 1.004 mortes foram registradas no Estado pela Secretaria de Segurança Pública, na semana passada, retificaram esse número para 999.

Sr. Presidente, perdeu-se o controle da criminalidade. Mas iremos às ruas para mostrar à sociedade capixaba que se trata de um ato injusto.

Passo agora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a tratar de outro assunto. Gostaria de registrar também neste meu pronunciamento a queda de arrecadação, que fez o Governo Federal rever o valor de repasse do FUNDEB.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação entrou em vigor em janeiro de 2007, por medida provisória, e foi regulamentado em junho do mesmo ano pela Lei nº 11.494, de 2007. Ele substituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que abrangia apenas o ensino fundamental.

Neste ano de 2009, quando a implantação estiver completa, serão disponibilizados R\$4,5 bilhões para o FUNDEB e este fundo atenderá 47 milhões de alunos de creches, educação infantil, ensino fundamental e médio, educação especial e educação de jovens e adultos. Esse fundo terá vigência até o ano de 2020.

O FUNDEB é composto praticamente por recursos dos Estados e Municípios, mas, quando a arrecadação não atingir o valor mínimo por aluno, definido nacionalmente, o Governo Federal liberará verba a título de complementação.

Como disse, o Governo Federal fixa um valor mínimo por aluno para o País, de acordo com a arrecadação e, nos Estados e Municípios onde não se alcança esse valor mínimo, a União paga uma complementação.

A previsão inicial para este ano era de que o Fundo tivesse R\$76 bilhões, mas os números do Tesouro Nacional apontam, agora, somente R\$67 bilhões.

O Governo Federal precisou rever os valores do FUNDEB por causa da queda na arrecadação. A pre-

visão dos impostos e contribuições que compõem o Fundo teve uma queda significativa de R\$9 bilhões, o que levou o Ministério da Educação a reduzir a previsão de investimentos por aluno da rede pública no País do atual valor de R\$1.350,90 para R\$1.221,34. Nove Estados, portanto, tiveram queda na sua previsão de valor médio por aluno, são eles: Paraíba, Pará, Pernambuco, Maranhão, Alagoas, Ceará, Amazonas, Bahia e Piauí. No entanto, o número dos que precisam de complementação da União continua o mesmo.

Mais da metade do dinheiro (60%) do FUNDEB destina-se à remuneração de professores. O restante é aplicado em outras despesas de manutenção e desenvolvimento da educação básica.

Para fiscalizar a aplicação dos recursos, os municípios se organizam em conselhos. Uma grande parte do FUNDEB, que ainda não foi definida pelo Governo, será empenhada para garantir o piso salarial de R\$950,00 reais para educadores, aprovados em concursos realizados em julho do ano passado, 2008. Mas já há sinais de problemas pelo caminho. Um estudo divulgado pela Confederação Nacional dos Municípios alerta para o fato de que os recursos do Fundo não serão suficientes para garantir o pagamento da folha do magistério, mesmo com a complementação da União.

Com essas medidas, percebemos que sempre que houver queda de arrecadação em relação ao repasse para FUNDEB, a educação das nossas crianças, adolescentes e jovens, por conseguinte, será prejudicada. E isso é muito preocupante.

O fundamental é aplicar de forma eficiente e transparente os recursos previstos para a educação, qualificando o corpo docente e investindo na estrutura das escolas, fazendo com que o ensino, verdadeiramente, seja eficiente e atenda todos os alunos. Seguindo essa linha de potencializar os recursos da educação, deve-se ir além de construir e reformar escolas, como, por exemplo, oferecer materiais didáticos adequados e apropriados e promover a inclusão digital dos alunos da rede pública.

Gostaria de lembrar que os governantes dizem que os jovens e as crianças são o futuro do País. Na prática, porém, não demonstram essa preocupação, uma vez que não investem com veemência nessa causa.

Nobres pares, nós precisamos assegurar aos nossos cidadãos um futuro mais promissor, que com certeza está diretamente ligado a uma educação de qualidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto e, em seguida, aos Deputados Geraldo Simões e Chico Lopes.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a obstrução é um direito que tem a Oposição, mas nós não podemos prejudicar a Nação brasileira nem o povo brasileiro, e há necessidade, sim, de resolvermos de forma definitiva a situação dos Vereadores.

O todo momento nós afirmamos que haverá votação da PEC, que há compromisso para que ela seja votada, mas, no final, sempre ocorre um adiamento. Então, é hora de definir se queremos ou não aumentar a representação dos Vereadores, uma vez que o TSE retirou essa prerrogativa.

Nesse sentido, espero que, na próxima quarta-feira, nós possamos votar essa PEC, bem como a que assegura aos policiais de todo o Brasil o mesmo vencimento que recebem os policiais de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Geraldo Simões.

O SR. GERALDO SIMÕES (PT – BA. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje quero registrar a viagem que realizei nos dias 27 e 28 de agosto à região amazônica para visitar a COMARA, Comissão de Aeroportos da Região Amazônica, com o objetivo de conhecer o valioso trabalho desenvolvido pela Aeronáutica.

A Comissão é responsável pelas obras de infraestrutura aeroportuária realizadas na região amazônica, bem como por obras civis feitas para órgãos executivos federais, estaduais e municipais, via convênios.

Na visita tivemos a oportunidade de conhecer, por meio de palestras e debates, o trabalho, sob a direção do 1º COMAR, para construir, equipar e recuperar aeroportos na região amazônica. Para se ter uma ideia, são em torno de 150 aeroportos sob seus cuidados. Além dos aeroportos, a Aeronáutica se responsabiliza pela construção de balsas e empurradores para transportar materiais de construção. Por via fluvial a Comissão transporta de 30 a 45 mil toneladas de matéria-prima, mantimentos e equipamentos por ano. Por meio do transporte aéreo são atendidas as populações locais, sendo muito importante o apoio dado à FUNAI e à FUNASA, para que possam atender as comunidades indígenas.

Fiquei impressionado ao verificar como, aparentemente do nada, no meio da mata, surgem pistas de pouso prontas a entrar em operação. Essa é uma das responsabilidades básicas da COMARA. Essas pistas, além do mencionado acima, são fatores básicos de integração nacional ao permitirem a ocupação e manutenção da presença do Estado nacional nesses rincões afastados do País, permitindo a defesa de nossas fronteiras e também a construção de bases para o combate ao narcotráfico e contrabando.

Quero aproveitar também para deixar registrado meus agradecimentos ao Comandante do I COMAR e ao Presidente da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA), Major-Brigadeiro-do-Ar Robson Ferreira Igreja; ao Vice-Presidente da COMARA, Coronel-Aviador José Carlos Silva; e ao Chefe da Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro-do-Ar José Magno Resende de Araújo, que não economizaram esforços para tornar nossa visita produtiva e agradável.

Sr. Presidente, deixo meu pedido para que este meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também trago meu apoio e solidariedade à PEC dos Vereadores. Sabemos ser importante ampliar a representação nas Câmaras Municipais. Nós, Deputados, devemos legislar e regulamentar logo essa PEC. Portanto, é importante que a Câmara dos Deputados a coloque em votação semana que vem, para que possamos atender à expectativa de milhares de Vereadores espalhados pelo Brasil afora, que foram eleitos mas não foram empossados. Ontem, um número grande de Vereadores veio a Brasília e visitou-nos neste plenário.

Peço a V.Exa. que encaminhe a matéria à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados para que a vote-mos na próxima semana.

Passo agora a tratar de outro assunto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da TV Câmara, ouvintes da Rádio Câmara. Está em curso no Senado Federal, por iniciativa do Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores, a análise do Projeto de Lei nº 248, de 2006, que trata da contribuição assistencial destinada ao financiamento da negociação coletiva e de outras atividades sindicais. Essa matéria acrescenta o Capítulo III-A ao Título V da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. As várias Comissões Permanentes do Senado, entre elas as Comissões de Assuntos Econômicos e Assuntos Sociais, já deliberaram seus pareceres pela aprovação da matéria.

Sras. e Srs. Deputados, é de se destacar os imensos obstáculos e desafios que as entidades sindicais vêm enfrentando para obter das empresas desconto em folha de pagamento das contribuições assistenciais, mesmo quando fixadas em assembleia da categoria ou convenção coletiva, e observados os estatutos fixados em decorrência da autonomia sindical prevista em nossa Carta Magna. Faz-se necessária a apro-

vação de uma norma legal que represente o final da insegurança jurídica que ora caracteriza o tema das contribuições assistenciais.

Como legislador e representante de meu Estado, Minas Gerais, venho de uma caminhada de lutas históricas dos trabalhadores em sua organização, mobilização e direitos fundamentais da classe operária. Entendemos que as contribuições sindicais têm uma importância muito grande para o pleno funcionamento e o desenvolvimento das atividades das instituições na prestação de serviços e na busca permanente das melhorias das condições de trabalho.

Quero lembrar, Sras. e Srs. Deputados, que o impedimento ou a não cobrança desses serviços significará a fragilização dos sindicatos e a perda progressiva da qualidade de serviços na luta pelos direitos dos trabalhadores. De outra forma reitero que os benefícios possibilitados por essas contribuições atingem todos os trabalhadores e não somente os sindicalizados.

Na prática, acreditamos que a aprovação dessa proposição irá colaborar enormemente para o fortalecimento dos sindicatos, principalmente nas negociações coletivas. E não se pode negar que as tendências para o futuro são no sentido da fixação dos direitos em acordos ou convenções coletivas, dada a dinâmica e a evolução das diversas situações do mercado de trabalho.

Sr. Presidente, a contribuição assistencial é uma proposta avançada. A cobrança de uma quota dos membros de uma categoria profissional vem se generalizando em muitos países, com algumas diferenças, como na Argentina, Colômbia, Espanha, Grécia e no Reino Unido, que já a adotaram, exigindo-a dos não associados beneficiados pela negociação ou pela arbitragem.

Ressalte-se que o Comitê de Liberdade Sindical, a quem, no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT), cabe o exame das queixas por violação de direitos sindicais, admite, para reforçar as finanças do sindicato, a instituição de uma quota de solidariedade, ou cânon de participação, na convenção coletiva por ele ajustada, como decorrência da aplicação das vantagens estabelecidas no instrumento negociado ou arbitrado, a ser paga também pelos não associados. Sobre essa modalidade de contribuição o estudioso Benito Pérez observa, acertadamente, que “não é justo que um grande número de trabalhadores sejam beneficiados pelas conquistas logradas pelo sindicato com o esforço dos seus filiados, que contribuíram para conquistá-las, e permaneçam à margem das organizações profissionais sem contribuir de alguma forma para elas (El patrimonio sindical, in Trabajo y Seguridad Social, Buenos Aires, 1986, pág. 1065), como bem assinala em seu parecer o Senador Inácio Arruda.

Por fim, deixo a nossa mensagem de apoio ao PL nº 248, de 2006, de autoria do eminente Senador Paulo Paim, pelo fortalecimento dos sindicatos e pela luta histórica dos trabalhadores em busca de melhores condições de trabalho, mais justiça social, qualidade de vida e desenvolvimento para toda a classe trabalhadora, além de um ambiente de mais segurança jurídica para os sindicatos dos trabalhadores em todo o País.

Saudações sindicalistas!

Muito obrigado.

O SR. LUPÉRCIO RAMOS (Bloco/PMDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há poucos instantes, um colega Parlamentar citou o Festival de Parintins como exemplo de organização de um grande festival nacional. Mas o Amazonas não para aí. Ele vai mais além na expressão da sua cultura, na sua manifestação folclórica.

É por isso, Sr. Presidente, que quero falar neste pronunciamento sobre algumas manifestações culturais que ocorrem no meu Estado do Amazonas. Dentre elas, inicialmente, destaco o 25º Festival da Canção de Itacoatiara (FECANI), realizado pela Associação dos Itacoatiarenses residentes em Manaus/AIRMA, que tem como objetivo estimular a criação, produção e difusão musical no Estado do Amazonas, respeitando-se as especificidades culturais, estreitando-se o contato entre o compositor, o intérprete e o público.

No Município de Manacapuru realizou-se o 13º Festival da Ciranda, evento promovido pelas Cirandas Grêmio Recreativo Flor Matizada, pela Associação Folclórica Unidos dos Bairros – Tradicional, e pelo Grupo Recreativo e Folclórico Guerreiros Mura, com o apoio da Prefeitura de Manacapuru e do Governo do Estado do Amazonas. Trata-se de tradicional manifestação folclórica, formada por um aglomerado de cantigas que busca mostrar por meio da manifestação popular a história de seu povo, sua origem e lendas, com novas músicas e ritmos, com indumentárias características ao tema desenvolvido a cada festival, e alegorias, com seu bailado cadenciado. O Festival da Ciranda de Manacapuru transformou-se em paixão do seu povo e ultrapassou a barreira do regionalismo, mostrando ao mundo sua força e sua arte.

Por derradeiro, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero referir-me à 17ª edição da Festa da Melancia, realizada na cidade de Manicoré. Esse município tem a produção agrícola como a principal fonte de renda da sua população, destacando-se como maior produtor estadual de bananas e melancia, que motiva a realização da festividade para celebrar tal feito.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Sebastião Bala Rocha.

O SR. SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminhados os assuntos do Aeroporto de Macapá e da SUFRAMA, ainda sem solução definitiva, mas já bem encaminhados, passo a tratar de outros temas, daqui para a frente, dois dos quais de âmbito nacional.

Primeiro, a criação de novos municípios. Esta Câmara tem que votar o projeto de lei complementar, já aprovado no Senado, que cria novos municípios. Segundo, o orçamento impositivo.

Vejo vários Deputados virem à tribuna reclamar que as emendas não são executadas, que o Orçamento não é executado. Criamos uma Frente Parlamentar para defesa do orçamento impositivo, mas, quando convoco reunião, os Deputados não comparecem.

Então, vamos nos juntar, vamos nos unir. O Sr. Relator e o Presidente Michel Temer querem o orçamento impositivo, e conseguiremos aprová-lo, se nos unirmos.

O terceiro ponto é um tema regional. No meu Estado, o trecho sul da BR-156, que liga Laranjal do Jari a Macapá, precisa ser pavimentado. São pouco mais de 200 quilômetros. Queremos uma ação concreta do DNIT a respeito da pavimentação dessa rodovia.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (Bloco/PSB – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, alvo de críticas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por causa da paralisação de obras, o Tribunal de Contas da União (TCU) ampliou este ano o cerco aos administradores e demais responsáveis por verbas federais. No primeiro semestre foram julgados 744 processos de tomada e prestação de contas, que resultaram em 1.199 condenações e 488,3 milhões de reais em multas e ressarcimentos.

Em todos esses itens houve aumento em relação a igual período de 2008, com destaque para o valor das punições, 68% maior. No primeiro semestre do ano passado, foram 282,2 milhões de reais. O número de processos julgados cresceu 10% e o de gestores condenados, 14%.

A não prestação de contas é um dos principais motivos de punição, mas há fraudes e outras irregularidades. Em junho, a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA), ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e um ex-Secretário foram condenados a devolver 2,2 milhões de reais ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Segundo o TCU, a verba deveria ser usada em cursos, o que não foi comprovado.

É perceptível que houve um incremento no ritmo do Tribunal neste ano. Entre as medidas tomadas des-

taca-se a redução do prazo de instrução de processos e o aumento de fiscalização. Em 2008, 18% do pessoal se dedicava a essa função. Agora são 30%.

Apesar das insatisfações de parte da sociedade brasileira, o Tribunal de Contas da União faz um excelente trabalho em prol da sociedade brasileira.

Por último, Sr. Presidente, apelo ao Ministro Geddel Vieira Lima e a toda a equipe da Secretaria de Defesa Civil para que socorram os nossos irmãos lá do alto sertão, principalmente os da região de Petrolina, Afrânio, Dormentes e Lagoa Grande, pois eles estão passando sede.

Este ano não tivemos chuva naquela região. O abastecimento por carros-pipas do Exército foi suspenso. E não é fácil, Deputado Inocêncio Oliveira, V.Exa. sabe, estar na caatinga e não ver chegar o carro-pipa com água. A burocracia, segundo me informaram, na Defesa Civil, emperra esse atendimento.

Esse é o nosso apelo ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Quero tornar minhas as palavras do ilustre Deputado Gonzaga Patriota. Realmente, S.Exa. traçou um quadro realista da nossa região. Lá, como em muitas outras regiões onde não choveu, precisamos de carro-pipa para abastecer a população mais carente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, está prevista para a próxima semana decisão, pelo Plenário do Senado Federal, em torno da reforma política, com base no projeto aprovado por esta Casa, em julho passado, que estabelece normas que haverão de prevalecer na competição a realizar-se a 3 de outubro do ano vindouro.

Em conversa com o Senador Marco Maciel, Relator na CCJ, ouvi de S.Exa. a informação de que é provável que os debates cheguem a bom termo, ensejando que algumas alterações sejam encaminhadas ao plenário e, depois de acolhidas, venham a reexame da Câmara dos Deputados, em decorrência do bicameralismo imperante entre nós.

O Senador Eduardo Azeredo, no âmbito da ciência e tecnologia, acha-se imbuído da mesma intenção de celerizar a solução, convicto de que não se pode procrastinar uma manifestação conclusiva, ainda pendente de reavaliação por todos nós, que temos assento nas 513 cadeiras, cuja ocupação dependeu da outorga popular, em 2006.

O próprio Senador Demóstenes Torres, dirigente máximo da CCJ, em entrevista ao Jornal de Brasília, afirma, textualmente, o seguinte: “Faremos toda a discussão nesta quarta-feira, a fim de que o projeto siga

para a definição final”. Houve pedido de vista coletiva, ensejando a que a proposição possa ser submetida à votação, sem delongas.

Há, assim, uma expectativa de que, após o feriado de 7 de setembro, tudo esteja deslindado, possibilitando a remessa do feito ao nosso âmbito, objetivando alcançar-se o derradeiro estágio, reclamado pela Lei Interna.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva naturalmente sancionará o respectivo diploma legal, dando-lhe eficácia para que possa entrar em vigor na refrega que já se avizinha, quando serão escolhidos Presidente da República, membros do Congresso Nacional, Governadores e integrantes das Assembleias Legislativas.

Mesmo sem revestir-se da amplitude desejada, a referenciada sistemática introduz inovações, como a utilização da Internet pelos candidatos e outros registros claramente definidos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JUTAHY JUNIOR (PSDB – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Inocêncio Oliveira, é condenável a ausência de debate sobre o marco regulatório do pré-sal, que o Governo Lula tenta votar em regime de urgência na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, à Sra. Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, na última terça-feira, aqui em Brasília, Distrito Federal, Capital do Brasil, filiou-se ao PCdoB o Sr. Cláudio Avelar, Agente de Polícia Federal, Presidente do Sindicato dos Policiais Federais do Distrito Federal. É um prazer. O partido o recebeu muito bem não só aqui no Distrito Federal, mas no Brasil inteiro.

Quero também comunicar que o Delegado da Polícia Federal, Dr. Protógenes Queiroz, que atuou na Operação Satiagraha, anunciou ontem sua filiação ao PCdoB. Ele destacou que uma das razões que o levaram a escolher o PCdoB foi exatamente o caráter de defesa nacional do nosso partido.

Portanto, dou as boas-vindas aos 2 mais novos filiados.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES (PTB – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, observo pelos jornais que a Câmara está em via de aprovar aumento para o Judiciário. Nós, Deputados, reconhecemos que ganhamos muito e não podemos aumentar os nossos salários. Mas os juízes deste País ganham pouco, por

isso vamos aumentar o salário deles. Naturalmente, isso terá um efeito cascata.

Sr. Presidente, minha preocupação é com os engenheiros deste País, que constroem, com os agrônomos, que produzem, com os veterinários, que mantêm a sanidade animal, com os zootecnistas, que produzem carnes de primeira qualidade neste País e que ganham muito pouco. Os que fazem “justiça” – entre aspas – e os que compõem o Tribunal de Contas ganham 10, 20 vezes mais do que um engenheiro civil. Isso é uma vergonha!

Quero levantar a minha voz por melhores salários para os engenheiros, os agrônomos, os zootecnistas e os veterinários deste País, para que tenhamos uma produção de qualidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO (PT – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar neste meu pronunciamento o transcurso do centenário de criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, órgão estratégico na execução de políticas de combate à seca, mas que acabou sendo apropriado politicamente pelos coronéis nordestinos e usado em proveito próprio, numa época em que a utilização do patrimônio público para o beneficiamento de propriedades particulares era ainda maior que nos dias atuais.

Como explica em artigo o economista André Silva Pomponet, especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental da Secretaria do Planejamento da Bahia, “somente na década de 50 se tentou abandonar o conceito de ‘combater’ as secas e adotar a filosofia da convivência com seus efeitos, deslocando a abordagem da questão da dimensão climática para a econômica e social”. Infelizmente, a longa ditadura que se seguiu terminou por sufocar essa discussão, que incluía o tema crucial da reforma agrária. Assim, o DNOCS permaneceu executando obras que pouco impacto tinham sobre a população mais carente, que não dispunha de meios de produção para se beneficiar com essas realizações, muitas vezes de uso exclusivo dos poderosos locais.

Como Deputado Federal, participei, junto com outros Parlamentares, do início de um debate que visa à modernização do órgão e seu fortalecimento. Os servidores do DNOCS do Ceará promoveram, no dia 31 de agosto, um café da manhã a fim de discutir esse projeto de reestruturação do órgão. O evento teve apoio da Confederação Nacional dos Servidores Públicos Federais (CONDSEF), do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Ceará (SINTSEF-CE), da Associação dos Servidores do DNOCS (ASSECAS), da Associação dos Servidores

do DNOCS no Ceará (ASDEC) e da Sociedade dos Amigos do DNOCS (SOAD).

Acredito, de fato, que a política deve ser de convivência com a seca e não de combate à seca. Por isso entro nessa luta, junto com os funcionários do DNOCS, que estão comprometidos com essa mudança.

Faço também minhas as palavras do companheiro Fernando Ferro de que “o DNOCS deve ter o papel não só de intervenção no semi-árido, mas de instrumento de dinamização dos perímetros de irrigação que o DNOCS historicamente conduz e que precisam ser efetivados”. É preciso, mais que nunca, participar e promover esse debate com toda a sociedade para que essa instituição seja um instrumento de desenvolvimento para o País.

Como Parlamentar, cobrarei e atuarei com os companheiros desta Casa do movimento de reestruturação de um dos órgãos mais estratégicos para o desenvolvimento do Nordeste e que está prestes a comemorar seus 100 anos de existência com um acervo importantíssimo sobre o semiárido nordestino.

Deixo aqui o nosso apelo ao Governo Federal, por meio do Ministério da Integração Regional, para que possa promover essas mudanças, pois não tenho dúvida de que o DNOCS tem uma grande contribuição a dar.

Meu muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO (PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, registro que a PETROBRAS foi considerada, agora, a empresa mais lucrativa de toda a América, o que demonstra a capacidade e o sucesso gerencial da diretoria daquela empresa, a quem parablenizo. Mas os ataques continuam, Sr. Presidente.

Quero deixar registrado que o *site Conversa Afiada*, do jornalista Paulo Henrique Amorim, publicou *e-mail* de uma fonte ligada à indústria de petróleo, sobre a iniciativa de tucanos de contratar uma empresa norte-americana para assessorar o PSDB na CPI da PETROBRAS.

O *e-mail* diz:

“O Senador Alvaro Dias declarou que o partido está em negociação com uma empresa de Houston, Texas, nos Estados Unidos, para auxiliar seu trabalho na CPI da PETROBRAS. E diz mais: foi a única empresa até agora que topou nos ajudar, porque não é daqui e deve trabalhar para as concorrentes da PETROBRAS. Na próxima semana, devemos ter muito mais munção”.

As motivações do PSDB aos poucos vão ficando claras, comenta Paulo Henrique Amorim:

“Para atacar um patrimônio nacional busca apoio em uma concorrente nos Estados Unidos, país que tem enorme interesse no enfraquecimento da PETROBRAS, já que pretende que suas empresas de petróleo ganhem importante fatia do pré-sal. Para isso contam com um senador tucano, que se dispõe a fazer o jogo do capital internacional contra a empresa brasileira”.

E acrescenta:

“Depois de tentar mudar o nome da empresa para PETROBRAX, agora os tucanos se dispõem a prestar relevantes serviços aos concorrentes de nossa maior empresa. Mas, sobre isso, a empresa não fala uma linha. Álvaro Dias deverá se encontrar com representantes de uma empresa de Houston na próxima semana para fechar contrato de investigação sobre a PETROBRAS. Dias deixou subentendido que a investigação que ficará a cargo da tal empresa pode ultrapassar a análise dos documentos enviados à CPI. O senador falou sobre essa questão com jornalista do Globo, Estadão e Folha. Mas não deu detalhes. Outro senador que estaria envolvido nos contatos com a empresa é Sérgio Guerra, mas ele se nega a falar sobre o assunto”.

Era o que tinha a dizer.

O SR. FLÁVIO BEZERRA (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, marisqueiras e pescadores, como já havia anunciado nesta tribuna, finalmente nesse domingo cheguei à Caiçara do Norte/RN, de canoa (embarcação à vela), para o tão esperado 1º Grito Nacional da Pesca e Aquicultura, onde fui recebido calorosamente pelos pescadores de vários Estados que se encontravam presentes, como também pela comunidade local.

O evento, organizado pelo Presidente da Federação dos Pescadores do Rio Grande do Norte, Abraão Lincoln, contou com a presença de milhares de pescadores de diversos Estados e comunidades, além de várias autoridades, entre elas o Ministro da Pesca e Aquicultura, Altemir Gregolin; o Vice-Governador do Rio Grande do Norte, Iberê Ferreira; os Senadores do Rio Grande do Norte; os Deputados Federais e Estaduais do Estado do Rio Grande do Norte e também os Deputados da Frente Parlamentar da Aquicultura e Pesca; o Presidente do CONEPE (Conselho Nacional da Pesca), Fernando Ferreira; os Presidentes das Federações dos Pescadores de diversos Estados, entre eles Raimundo Félix, do Ceará, José Maria Pugas, do Rio de Janeiro, e o da Paraíba; os presidentes de colônias do Ceará;

além de representantes do setor empresarial da pesca. O Presidente o Abrãao Lincoln é um guerreiro, uma pessoa que sempre está aqui em Brasília lutando pela causa dos pescadores não somente do Rio Grande do Norte, mas de todo o nosso Brasil.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esse foi apenas o primeiro grito da pesca de outros que ainda serão realizados nos demais Estados. Na ocasião, tivemos oportunidade de receber dos pescadores suas reivindicações e levar ao conhecimento do Ministro da Pesca, Altemir Gregolin, as dificuldades que o setor tem enfrentado. Entre essas reivindicações podemos destacar o Código Sindical das Colônias, o Seguro Defeso da Lagosta, a aposentadoria dos pescadores, o acesso às águas públicas, os *royalties* para pesca, a extensão pesqueira, a desburocratização do óleo *diesel*, a celeridade na concessão e renovação de licenças ambientais.

É importante destacar a união dos Parlamentares e representantes do setor em torno de um único objetivo, que é a garantia dos direitos dos pescadores, como também a luta por melhores condições de trabalho e de vida aos pescadores e suas famílias.

Nada mais justo, Sr. Presidente, que agora, com a transformação da Secretaria da Pesca em Ministério, o pescador receba também um tratamento mais digno, pois por muito tempo essa categoria tem sofrido e ficado insatisfeita com a política governamental adotada até então. A grande maioria dos pescadores está desesperada sem ter como comprar alimentos para sustentar suas famílias, nem como pagar suas contas de aluguel, água e luz, no entanto, agora temos um Ministério e esperamos que nossas expectativas sejam atendidas. Foi o que ouvi dos pescadores que me procuraram.

A situação da pesca e da aquicultura não é nada boa, no entanto, enquanto estiver aqui na Câmara dos Deputados, lutarei sempre em favor desse setor tão sofrido e que estava esquecido por nossas autoridades esperando que venham dias melhores.

Para finalizar, quero agradecer a todos os pescadores, aos presidentes de colônias de pescadores e ao presidente da Federação dos Pescadores do Estado do Ceará, que se deslocaram até Caiçara do Norte e ali permaneceram atentamente por horas, mesmo sob sol forte.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Paes de Lira.

O SR. PAES DE LIRA (Bloco/PTC – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não me agrada o processo de obstrução que se verifica nesta Casa, mas reconheço

ser ele um dos poucos recursos à disposição de uma minoria sufocada.

Ademais, a atual obstrução representa legítima reação à violação de um acordo. É muito grave que o entendimento obtido no jantar de domingo seja violado na madrugada de segunda-feira. Considero essa ruptura de acordo por parte do Presidente da República ofensiva aos brasileiros de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Os projetos de lei a respeito do aproveitamento do petróleo do chamado pré-sal são relevantes, mas não urgentes.

Exorto as Lideranças da Câmara dos Deputados, bem como a Presidência da Casa, a pressionarem pela obtenção da retirada do indevido pedido presidencial de urgência, a fim de que se possa retomar, sem delongas, a normalidade dos nossos trabalhos.

Em política, acordo é para ser cumprido! Ou não? Derrubar essa regra não escrita atenta contra o convívio democrático e dá margem à radicalização do embate político em prejuízo da população brasileira.

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edigar Mão Branca.

O SR. EDIGAR MÃO BRANCA (PV – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na pessoa do Prefeito Toinho, quero saudar a cidade de Boa Nova, Bahia, que completa mais 1 ano de emancipação política. A todos os cidadãos de Boa Nova um grande abraço. Quero saudar também a população de Iguai, que realiza sua feira agropecuária.

Sr. Presidente, minha preocupação hoje é com algumas emissoras que transmitem em rede neste País. Sabemos que nossa cultura é muito diversificada e que também corremos o risco de ouvir muitas aborinhas transmitidas por algumas dessas emissoras. Estou vendo a hora de gaúcho tomar água de coco e baiano tomar chimarrão, ou, quem sabe, Pernambucano tocar música sertaneja e Goiás, forró.

É um crime contra a nossa cultura a programação transmitida por muitas dessas emissoras de rede. Pensando nisso, solicitarei à Comissão de Ciência e Tecnologia a realização de uma audiência pública com a participação desses segmentos.

Espero que o Ministro da Cultura compareça à reunião para discutir este assunto, que, a meu ver, é de certa gravidade em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, a bancada federal catarinense reuniu-se dia 31, com o Governador Luiz Henrique e o Vice-Governador Leonel Pavan, para montar uma estratégia visando reverter os cortes das emendas parlamentares.

A intenção é reunir esforços com vistas à recuperação dos 50 milhões de reais destinados às obras de prevenção de desastres e tentar manter 14 milhões de reais para a UTI do Hospital de Caridade, na Capital, no Orçamento 2009 da União.

O Governo Federal cortou das emendas da bancada de Santa Catarina R\$142 milhões. Por isso decidimos priorizar estes 2 investimentos.

A emenda coletiva para as obras contra desastres tinha valor inicial de R\$50 milhões. Houve o corte e estamos tentando revertê-lo. A referente à UTI era de R\$14 milhões e sofreu corte de R\$3,4 milhões.

O Fórum Parlamentar Catarinense estará atento e mobilizado para tentar reverter esse prejuízo. Faremos um movimento político de pressão ao Governo Federal para que restabeleça os investimentos destinados a Santa Catarina. Queremos fazer com que se leve em consideração muitos dos projetos em andamento, bem como os que já estão prontos nos respectivos Ministérios aqui em Brasília.

Esperamos contar com o bom senso do Governo Federal.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PINTO ITAMARATY (PSDB – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar que, ontem, esta Casa recebeu milhares de suplentes de Vereador de todo o Brasil. Recebemos uma caravana de suplentes de Vereadores do Maranhão, representados por Joberval Bertoldo, de São Luís do Maranhão, pelo Dr. Ubirajara e pelo ex-Vereador J. Pinto, agora suplente, todos na iminência e na luta pela aprovação da PEC dos Vereadores. São Luís ganhará 10 Vereadores, que, sem sombra de dúvida, irão trabalhar de acordo com a realidade do que necessita a Capital maranhense.

Estamos na luta. A bancada maranhense comprometeu-se, em peso, com a votação da PEC dos Vereadores. Assim também, no meu entendimento, esta Casa deverá votar, em peso, a favor da PEC dos Vereadores, possibilitando o retorno de muitos daqueles afastados pela Justiça.

Por fim, parabênz os suplentes de Vereador de todo o Brasil. Estamos aguardamos a aprovação da PEC dos Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao Deputado Wandenkolk Gonçalves, que nos fará convite para uma audiência pública a ser realizada nesta Casa.

O SR. WANDENKOLK GONÇALVES (PSDB – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero estender o convite, que já oficializamos, para a audiência pública, às 10h, na Comissão de Agricultura, com

o Ministro do MDA e vários técnicos ligados ao setor brasileiro de extensão rural, quando discutiremos o projeto de lei, encaminhado pelo Governo em caráter de urgência urgentíssima, que retoma os serviços técnicos de assistência técnica e extensão rural no Brasil.

É um projeto bastante importante. Como tem caráter de urgência urgentíssima, solicitamos a presença principalmente ao Deputado Valdir Colatto, Presidente da Frente da Agropecuária, aos Deputados membros da Frente Parlamentar da Extensão Rural e a todos aqueles que têm, direta ou indiretamente, alguma questão ligada ao extensionismo rural brasileiro, às 10h, na Comissão de Agricultura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Carlos Brandão. Em seguida falarão os próximos 4 oradores: Chico Alencar, Renato Molling e Fernando Ferro.

O SR. CARLOS BRANDÃO (PSDB – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas fazer um registro sobre a discussão do pré-sal.

O Governo parece querer fazer essa discussão de forma urgente. O pré-sal precisa ser bem discutido. É o grande momento de dividirmos esses *royalties* de forma proporcional com os Municípios e os Estados mais pobres. É a maneira de repararmos a desigualdade social existente no Brasil. As riquezas estão no Sul e no Sudeste, mas muitas vezes construídas por mãos de nordestinos. Este é o grande momento para fazer uma adequação, modificar essa lei e atender os Estados e os Municípios mais pobres deste País.

Deixo meu registro para que se faça uma grande discussão nesta Casa a fim de aperfeiçoarmos esse projeto, com uma grande e justa distribuição de *royalties* no Brasil, que não podem ficar apenas para Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo. Nós todos somos brasileiros e precisamos participar da divisão dessa riqueza.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Congresso Nacional tem sido induzido a operar só no varejo da pequena política. Mesmo a questão momentosa, que lotou as galerias, relacionada ao aumento do número de Vereadores, fora do contexto da reforma política fica apenada, fica aberta a ilações quanto a preocupações com cabos eleitorais para candidatos à própria Câmara ano que vem.

O Senado Federal deverá enviar para cá, agora, a reformulação que fez naquelas pequenas regras eleitorais: primeiro, por absurdo, tentando controlar o território livre da Internet; segundo, não estabelecendo a real transparência com total informação sobre grandes doadores de campanha e inelegibilidades para

candidatos que tenham ficha criminal, o que deteriora nossas condições políticas. Precisamos avançar.

Sr. Presidente, saúdo Santa Rosa de Viterbo, Município do Estado de São Paulo, pelos 99 anos.

Muito obrigado.

O SR. RENATO MOLLING (PP – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputados, o petróleo, principal fonte de energia global, tem seu preço intimamente relacionado ao desempenho econômico das nações. Como a expansão da economia conduz invariavelmente ao maior consumo do combustível, as leis de mercado forçam sua cotação para cima – ainda mais quando auxiliado por um poderoso cartel de produtores que é a OPEP.

A última década foi pródiga para a economia global. A inserção de novos *players* dinamizou o comércio internacional e proporcionou o maior crescimento em 30 anos. A elevação do preço do barril do petróleo para 150 dólares foi o reflexo das expectativas positivas que pairavam sobre o ambiente econômico.

Mas os tempos agora são outros. Um ciclo de expansão econômica teve seu fim em 2008. O cenário imediato é de recessão, desemprego em alta e comércio internacional em retração. Acompanhando o processo, a cotação do petróleo e da maioria das *commodities* veio abaixo. O preço do barril, que hoje se aproxima de 70 dólares, já esteve perto de 40 dólares no começo do ano. Do seu ápice em meados do ano passado até os dias presentes, a desvalorização chega a aproximadamente 50%.

O Brasil, ao que parece, caminha à margem do mercado mundial de combustíveis. Apesar da acentuada queda na cotação do petróleo, no mercado interno os preços continuam estáveis. A PETROBRAS, monopolista no refino e definidora do preço dos combustíveis no Brasil, tem sido mais eficiente em gerar lucros e satisfazer os interesses de seus acionistas privados do que em propiciar o bem-estar dos cidadãos brasileiros. Em março a estatal divulgou um lucro anual histórico de 33,915 bilhões de reais para o exercício fiscal de 2008, quase 60% superior ao apurado no ano anterior.

A favor da PETROBRAS pode-se afirmar que durante os meses em que o barril do petróleo esteve avaliado em mais de 100 dólares os combustíveis foram reajustados somente uma vez. Mas uma análise mais apurada não sustenta esta argumentação.

No último aumento no valor dos combustíveis realizado pela estatal, em maio de 2008, o preço do petróleo estava em torno de 120 dólares o barril. Até atingir seu ápice, o petróleo subiu ainda entre 20% e 25%, permanecendo neste valor por poucos meses. No final de outubro, com o aprofundamento da crise econômica e a reversão das expectativas dos agentes,

o preço do barril desabou e, como dito anteriormente, hoje se situa perto de 70 dólares.

Se a PETROBRAS operou alguns meses subsidiando a estabilidade dos preços internos, pode-se arguir também que está há bem mais tempo usufruindo os preços baixos no mercado internacional para fazer caixa no mercado interno. Afinal, a cotação atual do petróleo é a menor em 3 anos.

Além disso, os combustíveis têm considerável peso na composição dos índices de inflação. As variações nos preços da gasolina e do *diesel* repercutem em praticamente toda a cadeia produtiva. Transporte público, de mercadorias, e mesmo energia elétrica, dado o intenso uso das termoelétricas movidas a *diesel*, são grandes demandantes dos derivados do petróleo.

No momento em que o Banco Central reluta em reduzir com mais intensidade a taxa de juros pelo lento recuo da inflação, o Governo Federal, a quem em última instância a PETROBRAS está subordinada, daria uma salutar sinalização ao reduzir os preços internos dos combustíveis. Seria uma demonstração do compromisso com a inflação sob controle e da busca de taxas de juros menores. Ao mesmo tempo amenizaria a pressão sobre o índice de preços interno e liberaria o Banco Central para executar uma política monetária de queda na taxa de juros.

É incompreensível, nobres pares, que o combustível no Brasil tenha seu preço 50% acima da média mundial. Quando o dólar estava custando quase 3 reais, o preço do produto nas bombas foi elevado. Atualmente, com a queda do câmbio, o preço dos combustíveis nas bombas não baixou. No momento de crise econômica por que passa o Brasil, seria fundamental que a PETROBRAS auxiliasse tanto o consumidor comum quanto a indústria, que com os altos preços da gasolina tem enfrentado dificuldades para competir.

Também gostaríamos de reforçar a importância de o País se beneficiar com o pré-sal de forma que esta nova fonte de energia contribua com o desenvolvimento de todo o nosso País. O investimento feito pelo Governo deverá retornar para todos os Estados brasileiros. Esperamos que aumentando a produção, seja possível um custo menor dos combustíveis, uma vez que no Brasil pagamos um dos preços mais elevados da gasolina. Temos certeza que dessa forma, com redução dos custos, o País poderá ter mais competitividade econômica.

Entendo que o Congresso Nacional precisa de mais tempo para discutir as propostas do Governo sobre ao estabelecimento do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal, pois esta questão é muito importante. A PETROBRAS, apesar de ser uma grande empresa, está sendo sustentada

pelo povo brasileiro, que paga altíssimo preço pelo combustível, muito acima da média mundial. Isso faz com que todos tenhamos também o direito de receber os benefícios.

Nesse sentido, considero muito importante o debate, pois permitirá à PETROBRAS investir e, ao mesmo tempo, oferecer combustível a preços que não onerem tanto o setor produtivo e as pessoas que diariamente pagam muito caro pela gasolina e pelo óleo *diesel*.

Portanto, apelamos para a PETROBRAS no sentido de que ajude a indústria brasileira. E com certeza a PETROBRAS e a PETRO-SAL continuarão com o mesmo lucro e com certeza melhorará a sua eficiência administrativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Fernando Ferro.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, saúdo o Governador José Serra pela fala em apoio à iniciativa do Presidente Lula referente à descoberta de petróleo no pré-sal.

Lamento que a bancada do PSDB tenha feito uma obstrução antipatriótica, contra o Brasil. O petróleo do pré-sal não é do PT, não é do Presidente Lula, não é do PSDB; é patrimônio do Estado e do povo brasileiro. Reagir e criar dificuldades para essa exploração é uma atitude impatriótica.

Inclusive, Sr. Presidente, solicito a transcrição nos Anais desta Casa de notícia que fala sobre uma ação de Senadores tucanos para contratar empresa americana para investigar a PETROBRAS.

Sras. e Srs. Deputados, se nos Estados Unidos um parlamentar contratasse uma empresa brasileira para investigar a Esso ou outra empresa qualquer, ele seria execrado publicamente. No Brasil esse é um ato político descarado, que contraria os interesses nacionais.

Portanto, Sr. Presidente, solicito a transcrição dessa notícia nos Anais da Casa, para que a história não se esqueça desses fatos que estão acontecendo contra os interesses nacionalistas.

NOTÍCIA A QUE SE REFERE O ORADOR:

A petrolífera americana na CPI Petrobrás

Paulo Henrique Amorim denunciou a tentativa de contratação de uma petrolífera americana para assessorar os trabalhos da oposição na CPI da Petrobras. Evitei repercutir até dispor de mais dados.

Em seu Twitter, o senador Álvaro Dias confirma a denúncia. Apenas nega que até agora tenha sido efetuada a contratação.

Por Bruno

PHA conseguiu impedir um crime de lesa pátria que seria cometido pelo Álvaro Dias.

Imagine um parlamentar americano de oposição que para investigar uma importante empresa de petróleo dos EUA, que tivesse acabado de descobrir a maior fonte de petróleo das últimas décadas, contratasse uma empresa chinesa para investigar e repassar informações a essa empresa. Todos sabem que a China está muito interessada em petróleo e que os EUA consideram o petróleo super estratégico. Essa cena seria impossível, pois os parlamentares americanos têm um mínimo de amor ao seu país. Mas, isso fosse possível, teriam aberto um processo contra ele a respeito de espionagem. Era o que o Álvaro Dias pretendia fazer.

Olha o que o Álvaro Dias disse no Twitter dele:

“@mauriciorayel Não. Deve ser algum equívoco de divulgação. Recebemos algumas propostas de trabalho. Não há definição de contratação3:16 AM Aug 29th from web”

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jackson Barreto.

O SR. JACKSON BARRETO (Bloco/PMDB-SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou aqui hoje para registrar que o Brasil está vivendo um momento histórico. E nós, Deputados desta Casa legislativa, iremos em breve colocar nossos nomes em mais uma página da história deste País.

Na última segunda-feira o Governo Federal lançou o conjunto de projetos de lei que constituem o marco regulatório para a exploração de petróleo na camada pré-sal. Sras. e Srs. Deputados, qualquer superlativo pode não dar conta de dimensionar a grandeza e a importância do petróleo que em breve estará jorrando da região do pré-sal.

Só a história poderá contar ao certo, daqui a alguns anos, a importância destas reservas. Dá-nos orgulho saber que a tecnologia desenvolvida no Brasil permite hoje localizar e explorar o petróleo e o gás natural que estão a 7 mil metros de profundidade. É necessário muita tecnologia para submergir 2 mil metros de água e começar a perfurar camadas de rocha e sal, até chegar ao petróleo.

E, quando se fala em pré-sal, tudo é grandeza. A área de ocorrência de novas jazidas se estende por 150 mil quilômetros. Sem o pré-sal, as reservas nacionais de petróleo somavam 14 bilhões de barris. Pois, apenas na bacia de Santos e na do Espírito Santo estima-se que haja reservas de 14 bilhões de barris. Estamos dobrando as nossas reservas.

Na bacia de Santos foram perfurados 13 poços, com 100% de sucesso. Já no pré-sal, que vai da bacia de Santos ao Espírito Santo, foram 31 poços, com taxa de sucessos de 87%. Para o setor, são números empolgantes.

Apenas 28% da área das novas reservas foram concedidas. Ainda assim, a estimativa é que nos próximos anos a produção brasileira dobre.

Precisamos ressaltar também a importância deste petróleo para o mundo, pois as projeções mostram que, se novas áreas não forem descobertas e entrarem em atividade, haverá já em 2030 um enorme déficit, de 75 milhões de barris por dia.

E a grandeza de tantos números nos leva a outro tema: quem irá explorar o óleo, e de que forma? Darei apenas um dado, para os que já pensam em deixar nosso óleo com o capital privado: 77% das reservas mundiais estão em poder de empresas estatais. Gerir tanta riqueza é tão fundamental quanto explorá-la, no cenário geopolítico mundial. E por isso o Governo deve, sim, acompanhar e ter controle sobre este processo. Afinal de contas, os poços de Tupi e Iara estão entre as maiores descobertas mundiais no setor.

Outra questão, que felizmente já está em pauta, é com certeza a mais importante, a partir do momento em que o Brasil entre no time dos grandes produtores de petróleo: o que fazer com os recursos oriundos desta exploração?

Todo o dinheiro que entrar no Brasil por conta do pré-sal será depositado diretamente num fundo social, que contará com um conselho gestor. A lei vai prever que o dinheiro seja empregado no desenvolvimento da educação, no combate à pobreza, em obras de infraestrutura, em ciência, tecnologia e sustentabilidade ambiental.

Está aí o grande trunfo do pré-sal: ser um fator de transformação social. Não se esperaria do Presidente Lula outra atitude que não fosse neste sentido. Lula já mostrou estar comprometido com o desenvolvimento social, com as camadas mais pobres da população.

Defendo, como têm defendido os Governadores dos Estados produtores de petróleo, que os benefícios gerais sejam distribuídos por todo o País, mas ressaltando os direitos dos *royalties*, como manda a lei.

Sou representante de Sergipe, o quarto maior Estado produtor de petróleo no País, mas entendo que a riqueza nacional deve ser distribuída de forma equilibrada, ressaltando, conforme conversava há pouco com o Deputado Alberto Fraga, os Estados produtores de petróleo. Repito: não podemos admitir que toda essa riqueza do pré-sal fique apenas em favor dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Lembro que foi através da nossa luta como Parlamentar, percorrendo todo o País, que os Estados produtores de petróleo no mar passaram a ter direito ao recebimento dos *royalties*, pois a lei que criou a PETROBRAS só previa o pagamento do petróleo extraído em terra. Foi uma grande vitória nossa e do povo brasileiro. Agora temos o pré-sal, que consolida nossa independência econômica.

Por isso desejo que este petróleo jorre das profundezas do mar. E que ele jorre para ser no Brasil um instrumento de desenvolvimento e diminuição das desigualdades sociais. É nisso em que eu acredito.

Aproveito a oportunidade para registrar meus cumprimentos e minha solidariedade à PETROBRAS, pois reconheço a competência dessa empresa, daqueles que, sem dúvida nenhuma, orgulham nosso País, pois são os grandes heróis da descoberta do pré-sal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Chico Lopes.

O SR. CHICO LOPES (Bloco/PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Caixa Econômica Federal promoveu em Fortaleza uma competição chamada Maratoninha, que conseguiu agregar, por meio da corrida e da participação esportiva, várias crianças de 5 a 11 anos. Até atletas não profissionais foram convidados para incentivar essa iniciativa.

Parabenizo o Dr. Gotardo Gomes Gurgel, Superintendente da Caixa Econômica Federal em Fortaleza, pela ação desenvolvida junto à crianças daquela capital.

Da mesma forma, parabenizo os pais e mães que tiveram a compreensão de inscrever os filhos nessa disputa valiosa para a saúde, para a disciplina e, acima de tudo, para a formação das crianças.

Parabéns à Caixa Econômica Federal e à equipe do Dr. Gotardo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Marçal Filho.

O SR. MARÇAL FILHO (Bloco/PMDB-MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, destaco que a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou a proibição de cobrança de taxas de religação de serviços como água e energia elétrica.

Essas medidas importantes tomadas pela Câmara dos Deputados, que, às vezes, não são de conhecimento do grande público, mostram que as Comissões Permanentes estão trabalhando. Apesar de não fazer parte da Comissão de Trabalho, de Administração e Ser-

viço Público – sou titular da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania –, sempre me inteiro de tudo o que vem acontecendo aqui, pois mostra realmente a produtividade da Câmara dos Deputados.

Entendo que o cidadão brasileiro lá do meu Estado de Mato Grosso do Sul, da região de Dourados, ou de qualquer ponto do País já tem dificuldades enormes para pagar as contas de energia elétrica e de água. E, quando o fornecimento de serviços é cortado, ainda há uma taxa de religação, o que torna impossível a quitação dos débitos.

Era isso que gostaria de registrar.

O SR. PEDRO WILSON (PT – GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, a luta pelos direitos humanos continua neste momento, em especial a luta por um sistema de proteção a vítimas e testemunhas da violência urbana e rural.

É preciso revitalizar o Programa de Apoio e Proteção a Vítimas e Testemunhas, o PROVITA, que dá cobertura jurídica e política. Ele é muito importante, Sr. Presidente, pois compreende um conjunto de ações.

Saúdo o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP, entidade de Recife, Estado de Pernambuco, que tem prestado excelentes serviços na luta pelos direitos humanos e contra a violência em todo o Brasil.

Também cumprimento a Comissão de Direitos Humanos e Minorias pela inauguração de uma galeria de fotos dos seus ex-Presidentes, a exemplo de Nilmário Miranda, Hélio Bicudo, Iriny Lopes e Orlando Fantazzini, dentre tantos outros que estiveram à frente daquele órgão, hoje presidido pelo Deputado Luiz Couto. Foi uma bela homenagem que a Comissão prestou aos seus ex-Presidentes.

A luta é pelos direitos humanos! O pré-sal é direito de todo o povo brasileiro!

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Inocência Oliveira, nobres pares, é com enorme satisfação que registro neste plenário o aniversário de 26 anos da Central Única dos Trabalhadores – CUT, comemorados nesta última sexta-feira, 28 de agosto de 2009.

A CUT foi fundada em 28 de agosto de 1983, em São Bernardo dos Campos, São Paulo, e desde então constrói a sua bela história calcada num movimento de luta permanente pela melhoria nas condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora e do povo brasileiro. Reuniu o então chamado sindicalismo autêntico, que procurava superar a estrutura sindical corporativa

e o peleguismo. Foi bem presidida pelo nosso Deputado Vicentinho, que se encontra entre nós, e defendida por mim, durante mais de 20 anos, nas questões advocatícias em Pernambuco. Foi na defesa de direitos básicos e avanços para trabalhadoras e trabalhadores, urbanos e rurais, no fortalecimento de servidores e do próprio serviço público e de bandeiras igualitárias que visavam e visam a uma sociedade mais fraterna e justa, foi nesta caminhada de lutas que a CUT se tornou a maior Central Sindical da América Latina, a 5ª maior do mundo, sem nunca ter capitulado ou deixado de avançar em suas ideias e propósitos.

Orgulha-me ter participado, ainda estudante da Faculdade de Direito do Recife no início dos anos 80, de movimentos de sindicatos de trabalhadores que, tomados dos pelegos, contribuíram para a formalização da Central Única dos Trabalhadores em 1983.

Orgulha-me mais ainda ter tido o privilégio de participar desta construção, de ter minha vida profissional e acadêmica umbilicalmente ligada aos sindicatos de trabalhadores da CUT, entidade da qual por mais de 20 anos fui advogado, defensor e sempre admirador, ao lado de Ricardo Estevão, João Batista, Cláudio Ferreira, Morse Lyra e tantos outros companheiros e companheiras que dedicaram suas vidas a esta causa coletiva.

Creio que um mandato parlamentar não tem um fim em si mesmo, deve ser instrumento das reivindicações justas da sociedade, e a CUT em muito tem colaborado com proposições, debates e ideias que fazemos ecoar no Congresso Nacional.

Avançamos muito, mas ainda temos muito a avançar, seja na redução da jornada de trabalho, na ratificação das Convenções 151 e 158 da OIT, sejam nas mais diversas frentes que, de uma forma ou de outra, tenham como fim um país mais igualitário e justo, e neste sentido, o papel da CUT é imprescindível.

Parabéns à Direção Nacional da CUT, na pessoa do Presidente Artur Henrique; parabéns à Direção da CUT em meu Estado, Pernambuco, na pessoa do Presidente Sérgio Goiana; e parabéns a todos os amigos cutistas, trabalhadoras e trabalhadores que fazem de suas vidas instrumentos de uma causa maior e nobre.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, à ilustre Deputada Fátima Bezerra.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, participei ontem, juntamente com o Prefeito de Parnamirim, Maurício Marques, da solenidade de assinatura dos

convênios entre Municípios, Estados e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Parabenizo meu Estado, o Rio Grande do Norte, pela celebração de um convênio no valor de mais de 200 milhões de reais, destinados à construção de uma adutora, importante obra na cidade de Mossoró. Também a cidade de Parnamirim recebeu mais 41 milhões de reais para dar continuidade ao programa de saneamento ambiental.

Portanto, saúdo toda a população de Parnamirim, pois, com esse investimento, o Prefeito Maurício Marques poderá cumprir uma das principais propostas de campanha: deixar a cidade saneada.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte

Ato da Presidência

Nos termos do § 2º do art. 202 do Regimento Interno, esta Presidência decide criar Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 351/09, do Senado Federal, que “altera o art. 100 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios”.

A Comissão será composta de 17 membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, designados de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 33 do Regimento Interno.

Brasília, 2 de setembro de 2009. – **Michel Temer**

Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Passamos ao período de 3 minutos nas Breves Comunicações.

Concedo a palavra à ilustre Deputada Iriny Lopes, agradecendo a S.Exa. a tolerância que teve para com seus pares, permitindo que todos falassem pelo tempo de 1 minuto.

A SRA. IRINY LOPES (PT – ES. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho neste momento prestar uma homenagem.

O Espírito Santo, o Brasil, perdeu um dos maiores músicos de que tivemos conhecimento e com quem tivemos a alegria de conviver. Perdemos na última terça-feira o Prof. Maurício de Oliveira, grande violonista que conduziu e encaminhou gerações de músicos capixabas, ensinando as artes do violão com suas canções belíssimas, com suas composições, trazendo os grandes mestres da música para o conhecimento da nossa juventude, dos nossos meninos, e nos elevando a todos com sua maravilhosa música.

À família do querido professor Maurício, nosso afeto e nosso abraço, assim como ao Estado do Espírito Santo, por essa perda. E quero agradecer ao professor Maurício a oportunidade, pois não é qualquer pessoa que pôde ter a oportunidade de conviver com aquela força, com aquele carinho e com tudo o que ele nos deu de bom através do seu violão.

Vou encaminhar, junto com outros companheiros e companheiras no Estado, um movimento no sentido de que o nosso novo aeroporto receba o nome do Prof. Maurício de Oliveira, como uma homenagem e como uma marca da sua presença na cultura do Espírito Santo.

Meu afeto e meu abraço à família do professor Maurício.

O SR. VICENTINHO (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero enviar um grande abraço a 2 comunidades que tive a honra de visitar no último domingo. Trata-se das cidades de Florínea e Maracaí, localizadas a 600 quilômetros da capital, São Paulo, ao lado da cidade de Assis.

Em Florínea, tive a honra de visitar nosso amigo e companheiro Horácio Garcia, um empreendedor de Guarulhos que ama sua cidade, Florínea. Visitei sua rádio, a querida *Rádio Comunitária Flor do Vale*. Horácio nos acolheu com carinho na sua casa, onde tivemos a honra de dialogar sobre os destinos e projetos da cidade, acompanhados pelo Vice-Prefeito de Maracaí, o nosso querido companheiro Heber Ricardo.

Transmito, portanto, um abraço a toda a comunidade de Florínea, um povo bom, acolhedor e que se organiza.

Sr. Presidente, depois de Florínea, fomos à cidade de Maracaí. Era um grande dia. A Igreja local comemorava o aniversário do Menino da Tábua. A história diz que um menino projetou milagres e teve um desenvolvimento especial. Até hoje essa data é comemorada. Muitos romeiros vão à cidade, que deve ter aproximadamente 11 mil habitantes, entre trabalhadores do campo e da cidade. Por lá passaram nesse dia mais de 30 mil pessoas – romeiros, trabalhadores rurais, agricultores, assalariados e pessoas com problemas de saúde – que ali manifestaram a sua esperança.

Tive oportunidade, ainda, de fazer uma reunião com a direção do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores.

Saúdo a todos que ali me acolheram com muito carinho: a Prefeita Beth Fetter, muito trabalhadora; o Vice-Prefeito Heber Ricardo; Vanessa, sua amada, e o Vereador José Antonio Ferreira, o Jaf, em nome de quem saúdo todos os Vereadores daquela comunidade. Estou comprometido com esse povo querido das cidades de Maracaí e Florínea.

O meu grande abraço a todos vocês. Continuo à disposição dessas comunidades, que precisam ter representantes em Brasília para falar da sua importância para o Brasil.

Não só as grandes cidades devem ser vistas, mas também as pequenas, que carecem e merecem o apoio deste Parlamento e do Governo Federal, que, diga-se de passagem, tem atendido aos interesses de todas as cidades brasileiras.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JAIR BOLSONARO (PP – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos nós, quando chegamos a Brasília, temos um sonho. Como Capitão do Exército, sou tido como defensor dos militares, mas meu sonho é implantar no Brasil uma política de paternidade responsável, de planejamento familiar ou, utilizando um nome mais pesado, de controle de natalidade.

Deus quando fez o mundo, Deputado Paes de Lira, reservou-nos 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Nos últimos 40 anos, a nossa população cresceu 90 milhões de habitantes, ou seja, são 3 milhões de habitantes a mais por ano em nosso País. Os Estados Unidos, que são extremamente consumistas, cresceram no mesmo período 100 milhões de habitantes. China e Índia juntos têm 2,4 bilhões de habitantes.

Vejo isso como uma grande ameaça aos espaços vazios que temos na Amazônia reservados aos índios. Fico preocupado com as grandes imensidões vazias que despertam a cobiça desses povos.

Outro dia, um Deputado falou aqui, de forma veemente, que temos no Brasil 3 milhões de grávidas. Considerando que a gravidez leva 9 meses, temos 4 milhões de grávidas por ano no País. S.Exa. criticava que essas pessoas estavam desassistidas. Certamente, a grande maioria está desassistida por não ter feito o devido planejamento para engravidar.

Esse pessoal nasce e cresce sem meios e sem condições, apegados a projetos assistencialistas dos Governos. Grande parte vai, depois, para a criminalidade e desemboca no fim da linha na Polícia Militar do Coronel Paes de Lira.

Em São Paulo, Deputado Paes de Lira, Estado de V.Exa., em março, foram 48 mil novos carros emplacados. No Brasil todo, foram 290 mil novos carros. Eu pergunto: o povo de São Paulo tem algum prazer em falar que, no feriadão de 7 de setembro, vai descer para a Baixada Santista? Não, porque está tudo congestionado e, se consegue chegar lá, não tem onde parar seu carro.

No meu Estado, o Rio de Janeiro, quem pode dizer que vai curtir umas férias na Região dos Lagos, ou na Costa Verde? O problema é exatamente o mesmo,

sem falarem em aterros sanitários, problema sério. E cada brasileiro produz em média quase 1 quilo de lixo a mais por dia – e por aí vai.

Então, Sr. Presidente, para concluir, eu entendo, espero que os demais também entendam, que fome, violência, meio ambiente, opções de lazer etc., passam por uma política de controle de natalidade no País. O que nós temos aqui não comporta mais esse crescimento exagerado de pessoas que, na grande maioria, não têm como ter uma vida digna no futuro.

Sr. Presidente, a Proposta de Emenda à Constituição nº 584 libera, descriminaliza a laqueadura e a vasectomia a partir de 21 anos de idade. Esperamos, como já fizemos requerimento à Mesa, que seja instalada Comissão Especial. E nós vamos trabalhar nesse sentido, porque basta de miseráveis e ignorantes com título de eleitor na mão!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao Deputado Domingos Dutra. S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna. Em seguida, usarão a palavra os Deputados Geraldo Simões e Maurício Rands.

Antes, porém, concedo a palavra, por 1 minuto, à ilustre Deputada Maria Lúcia Cardoso.

A SRA. MARIA LÚCIA CARDOSO (Bloco/PMDB-MG. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apenas queria parabenizar, neste momento, minha querida Contagem, meu domicílio eleitoral, hoje a segunda cidade do Estado de Minas Gerais. Aquele Município, por intermédio da Prefeita Marília, recebeu ontem, na Câmara dos Deputados, um prêmio pelos trabalhos sociais desenvolvidos. Trata-se do selo Cidade Cidadã concedido por esta Casa.

Peço a V.Exa., Sr. Presidente, que dê o devido encaminhamento ao meu pronunciamento de homenagem à minha querida cidade de Contagem, que fez aniversário no dia 31 próximo passado.

Enfim, parabenizo todo o meu povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, neste momento, parabenizar minha querida Contagem, meu domicílio eleitoral, hoje a segunda cidade do Estado de Minas Gerais. Aquele Município, por intermédio da Prefeita Marília, recebeu ontem, na Câmara dos Deputados, um prêmio pelos trabalhos sociais desenvolvidos. Trata-se do selo Cidade Cidadã concedido por esta Casa.

Esta é a forma que a Câmara, por intermédio da Comissão de Desenvolvimento Urbano, encontrou para valorizar projetos sociais de municípios brasileiros em duas categorias: até e acima de 100 mil habitantes.

A minha querida Contagem, que na última semana completou 98 anos de emancipação, foi agraciada com o selo pelo Projeto sobre Inclusão Social e Acessibilidade por Meio da Mobilidade Urbana – Projeto Serviço de Transporte Suplementar às Pessoas com Deficiência – Programa sem Limite.

É bom destacar, Sras. e Srs. Deputados, que o Programa sem Limite é um serviço de transporte suplementar destinado à pessoas com deficiência e que atende a 340 usuários, com investimentos na ordem de 2 milhões e 500 mil.

Portanto, quero aqui parabenizar a população de Contagem e a Prefeita Marília Campos, minha companheira de lutas, pela conquista do selo Cidade Cidadã em reconhecimento ao excelente trabalho desenvolvido em sua administração.

Era o que tinha a dizer.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Domingos Dutra.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores jornalistas, público presente nas galerias, senhores internautas, o Tribunal Superior Eleitoral, em abril passado, cassou o Governador Jackson Lago, legitimamente eleito, e impôs ao Maranhão a ex-Senadora Roseana Sarney.

O resultado dessa decisão equivocada, de suprimir a vontade popular pela vontade de 4 julgadores, é que o Maranhão hoje não tem governo. Há um verdadeiro caos naquele Estado: os delegados de polícia estão em greve, os policiais civis também, e há um inquietação muito grande nos quartéis da Polícia Militar.

A Governadora, quando assumiu, retirou os recursos provenientes de convênios assinados pelo Governo anterior com vários Prefeitos. Do Município de São Luís ela retirou os recursos destinados a viadutos e à ampliação de infraestrutura; dos Municípios de Pinheiros e Imperatriz, retirou recursos destinados à construção de hospitais de emergência e de urgência; da Baixada Maranhense, de uma ação que iria beneficiar mais de 1 milhão de habitantes, a Governadora Roseana retirou os recursos para contenção da água salgada que invade os campos naturais, onde seriam construídas pequenas barragens.

Agora a Governadora está retirando recursos de hospitais. Nós temos um único Hospital de Câncer no Maranhão, o Hospital Aldenora Belo, que está fechando as portas.

Também o Hospital de Barreirinhas, conveniado, está com as portas fechadas. Barreirinhas é a capital dos Lençóis Maranhenses, e o único hospital para atender a população e os turistas está fechado há 2 meses. O Prefeito do PT, Dr. Miltinho, está lá sem saber o que fazer diante de tal estado de calamidade.

A Governadora está retirando recursos do Hospital Maternidade de Caxias, e está fazendo o mesmo com o Município de Tuntum.

Portanto, a Governadora Roseana, ao invés de aproveitar a oportunidade que o Tribunal Superior Eleitoral lhe concedeu – oportunidade que o povo do Maranhão lhe negou nas eleições de 2006 – para tirar o Maranhão do sufoco, dedica-se a perseguir os adversários e a agravar a situação dos serviços públicos.

Ao deixar os policiais civis e os delegados em greve, por falta de condições materiais e salariais, a Governadora agrava o caos na segurança pública. Só no mês passado houve 48 assassinatos em São Luís. Os assaltos a bancos se multiplicaram.

Há 1 mês estava eu na cidade de Brejo, onde às 10h houve um assalto ao Banco do Brasil por cerca de 12 bandidos. E os assaltantes, meia hora depois do assalto, ainda ficaram nas ruas dando tiros para todo o lado. A polícia não foi até o local porque eram somente 8 policiais que tinham um armamento do tempo do ronca, com munição de dança no cano dos fuzis. Evidente que eles não poderiam confrontar bandidos, os quais tinham armamento pesado.

Esse é um fato impressionante no Maranhão, pois em todo ano pré-eleitoral aumenta o número de assalto a bancos públicos. Parece-me que estão fazendo caixa de campanha com esses assaltos.

Faço este apelo e espero que a Governadora Roseana Sarney governe. Governe sem perseguição, governe para tirar o Maranhão do Estado de abandono. Que a Governadora não perca essa oportunidade que o Tribunal Superior Eleitoral lhe concedeu.

Muito obrigado.

O SR. EDINHO BEZ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para um breve registro.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há menos de 2 horas faleceu um dos grandes comunicadores de Santa Catarina, Rubens Rabelo, que teve um infarto fulminante, fato que comoveu o nosso Estado.

Portanto, gostaria de fazer o registro do passamento de Rubens Rabelo, grande radialista que trabalhou na *Rádio Tabajara*, de Tubarão; *Rádio Verde Vale*, de Braço do Norte; *Rádio Guarujá*, de Orleans; *Rádio Cruz de*

Malta, de Lauro Muller; *Rádio Marconi*, de Urussanga. Ele tinha 53 anos e deixa 3 filhos e 2 netos.

Rubens estava na rádio, agora de manhã, no momento em que eu estava iniciando a entrevista; mas ele sentiu-se mal minutos antes e faleceu imediatamente, de enfarto fulminante.

Gostaria de fazer esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Está feito o registro, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Capitão Assunção, por 3 minutos.

O SR. CAPITÃO ASSUNÇÃO (Bloco/PSB – ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Inocêncio Oliveira, Sras. e Srs. Deputados, venho de um Município chamado Ecoporanga, que fica a mais ou menos 350 quilômetros de distância da Capital.

Eu passei os últimos 7 anos da minha vida trabalhando nessa localidade. Eu era Comandante da Companhia da Polícia Militar, que é subordinada a um batalhão cuja sede fica a 60 quilômetros de distância.

Durante o tempo que ali passei, sabia da minhas atribuições de comandante da Polícia Militar. Eu nunca entrei na sala de um juiz da cidade para pedir a transferência de um funcionário da Justiça; tampouco entrei na sala do Promotor de Ecoporanga para pedir a saída de um funcionário do Ministério Público. E agora fico estarecido ao saber que 3 policiais foram transferidos, a pedido do promotor e do juiz daquela cidade.

Os que zelam pela lei, pela Constituição Federal, exatamente o Dr. Juracy José de Silva, Juiz da cidade, o Dr. Pedro Rosário de Souza, Promotor responsável pelo Ministério Público local, e o Coronel Antonio Carlos Barbosa Coutinho, homem que já foi Comandante-Geral, essas 3 figuras rasgaram a Carta Magna, porque se esqueceram do princípio da inocência – os 3 policiais não sabem por que foram transferidos. Pegaram o princípio da ampla defesa e do contraditório e jogaram na lata de lixo. E quanto ao princípio da razoabilidade, acho que eles nunca o estudaram, nem o Dr. Juracy ao se tornar juiz nem o ilustre Promotor Dr. Pedro. Eles se esqueceram de que estão ali para defender os princípios da soberania nacional na Constituição Federal.

Eles acham que policial militar é escravo. Essas 2 figuras, uma do Judiciário e outra do Ministério Público, aliados ao Coronel Coutinho, que já foi Comandante-Geral e sabe da dificuldade que é levar segurança pública a sério nos municípios do interior, jogam a Constituição na lata de lixo – a Constituição já está rasgada quando chega à lata de lixo – e transferem policiais militares, compulsoriamente, para um município 60 quilômetros distante de sua cidade natal. Esses policiais militares,

que já ganham mal, passarão mais dificuldade ainda para ir todos os dias ao seu local de trabalho.

Portanto, lamento que esteja envolvido nessa tríade o nome de um Coronel da PM e que já foi Comandante-Geral – torno a registrar.

Coronel Coutinho, lembre-se de que quando estiver na reserva terá que olhar com altivez para seus subordinados; mas acho que eles não vão querer olhá-lo, não. O senhor tem que tomar juízo. É uma lástima que um Coronel não tenha a coragem – falo especificamente do Coronel Coutinho – de falar ao Juiz e ao Promotor o seguinte: “Mande-me algo escrito para que eu possa começar o devido processo administrativo”.

Nesta Casa e na Polícia Militar nós cumprimos a Constituição Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. GERALDO SIMÕES (PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na manhã de hoje, darei entrada a um projeto de lei para suprir uma omissão do Poder Executivo, que data de 1993, ocasião em que foi promulgada a Lei nº 8.630, conhecida também como Lei dos Portos.

Até essa data, Sr. Presidente, os arrendamentos portuários eram de 10 anos. Alguns diziam que poderiam ser prorrogados mais uma vez por 10 anos; outros, que poderiam ser prorrogados sucessivamente de 10 em 10 anos. Com a Lei nº 8.630, o Poder Executivo tinha 180 dias para adequar os contratos antigos à lei nova e, desde então, Sr. Presidente, nada foi feito, gerando no meio portuário uma insegurança, uma enorme intranquilidade.

Para que V.Exa. tenha ideia, os portos ganharam importância extraordinária a partir do Governo do Presidente Lula, com aumento excepcional das exportações.

Cada vez mais é necessário investimento nos nossos portos. Todos eles já estão no limite da sua capacidade de movimentação de cargas. Atualmente, há nas docas do Brasil – na Bahia, por exemplo, há 3 portos – uma centena de contratos que não foram adequados pelo Poder Executivo à Lei dos Portos, de 1993; contrato vencido, Sr. Presidente, o que dificulta os investimentos dos empresários, dos empreendedores nessa área.

A minha intenção, no momento em que apresento este projeto de lei a esta Casa, hoje pela manhã, para ser submetido ao debate – com certeza, ele será aprovado –, é corrigir essa distorção, suprir a omissão do Poder Executivo, que, repito, data de 1993. À época, o Poder Executivo tinha 180 dias para adequar os projetos antigos à nova lei e criar um clima de tranquilidade jurídica aos empreendedores dos portos para que pudessem realizar muitos investimentos.

Para V.Exa. ter ideia, Sr. Presidente, repito, no nosso Estado, há 3 portos públicos – Porto de Ilhéus, Porto de Aratu e Porto de Salvador. Falo de uma realidade que conheço, mas essa situação de dificuldade estende-se a todos os Estados do Brasil onde há docas. Empresários querem realizar investimentos para aumentar a capacidade de movimentação de cargas, mas, por conta da insegurança e pelo fato de o Poder Executivo não ter adequado os contratos antigos à nova lei, eles são impedidos de fazê-los.

Portanto, Sr. Presidente, darei entrada nesta Casa a este projeto de lei. Vamos trabalhar para que a matéria tramite o mais rápido possível, a fim de que o setor portuário tenha tranquilidade de realizar seus investimentos e continuar realizando esse trabalho extraordinário de aumentar suas exportações no Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Antes de conceder a palavra ao Deputado Maurício Rands, concedo a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Átila Lins, que precisa sair.

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PMDB – AM. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Deputado Maurício Rands.

Sr. Presidente, no último final de semana aconteceu no Município de Manacapuru, no Estado do Amazonas, o 13º Festival de Cirandas daquele município.

Trata-se de uma promoção iniciada ainda no primeiro Governo do Prefeito Angelus Figueira, atual Deputado Estadual. Esse evento tem-se consolidado, ao longo desses anos todos, principalmente depois que o Angelus Figueira, com a nossa ajuda em Brasília, construiu o Parque do Ingá, local onde se realiza esse festival e que comporta 30 mil pessoas.

A festa se realizou este ano, com a participação das cirandas Guerreiros Mura, Tradicional e Flor Matizada. O campeão do 13º Festival foi a ciranda Tradicional. Portanto, quero cumprimentar todos os integrantes da ciranda Tradicional por haver, com certeza, galgado a posição de campeã do 13º Festival de Ciranda de Manacapuru.

Ao mesmo tempo em que cumprimentamos os campeões, rendemos homenagem à performance dos Guerreiros Mura e da Flor Matizada, que se apresentaram muito bem naquele festival.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, nobres pares, dentro do programa do Partido dos Trabalhadores para o desenvolvimento da consciência ambiental e para o avanço da posição do Brasil nesse esforço universal de redução do aquecimento global, tenho apresentado alguns projetos que apon-tam nessa direção.

Além do nosso apoio a medidas que já tramitam na Casa, como a PEC dos biomas, o tratamento dos resíduos sólidos, a reestruturação do Fundo Nacional do meio ambiente, que já se encontra na Comissão de Minas e Energia, deveremos apressar a votação dessas proposições, para que, na Conferência de Copenhague, que será realizada dentro de pouco mais de 100 dias, o Brasil tenha um grande exemplo a dar, além da nossa matriz energética que vem sendo aperfeiçoada.

Eu apresentei, Presidente Inocêncio Oliveira, algumas proposições que concretizam esse esforço de aperfeiçoamento da instituição brasileira para favorecer o meio ambiente, dando-lhe maior proteção.

Apresentei um projeto que visa colocar como requisitos, para as empresas contratarem com o Governo, o cumprimento da responsabilidade socioambiental, a alteração na Lei 8.666, a Lei das Licitações, para promover a consciência socioambiental das empresas que contratam com o Poder Público.

Apresentei um projeto também que coloca subsídios para que os particulares, os pequenos empreendimentos, possam instalar painéis de energia solar, podendo, assim, abater, na conta de eletricidade, com o subsídio do Estado brasileiro para desenvolver o mercado de equipamentos de energia solar.

Além disso, um projeto que visa colocar metas de redução de consumo dos automóveis. Uma certificação compulsória pelo INMETRO para que os veículos automotores tenham uma meta de redução do atual nível de consumo no prazo de 5 anos – algo que já vem sendo feito voluntariamente, que seja compulsório, para que emitamos menos CO₂ para o nosso combate ao aquecimento global.

E estamos também promovendo – e já foi aprovado nesta Casa e está no Senado Federal projeto de minha autoria nesse sentido – a Semana Nacional do Meio Ambiente.

Finalmente, um projeto de lei que também apresentei recentemente, no sentido de estabelecer a obrigatoriedade de os estabelecimentos comerciais estamparem nas sacolas plásticas o prazo de degradação do meio ambiente.

Vamos continuar lutando para ter um meio ambiente saudável.

O SR. CHICO LOPES (Bloco/PCdoB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero falar sobre o lançamento do pré-sal, ao qual estive presente, e aproveito para parabenizar não só o Presidente Lula, como sua equipe, a Ministra Dilma Rousseff, o Sr. Sérgio Gabrielli e tantos outros que vêm nessa militância sobre o petróleo; e o pré-sal também é nosso.

Sr. Presidente, não estou horrorizado como vem se comportando a Oposição nesse sentido, porque as elites no Brasil nunca tiveram muito compromisso com os bens do patrimônio nacional, nunca tiveram preocupação com nossas riquezas. A subalternidade ao capital externo permeia toda nossa história. Portanto, ao que estamos assistindo nesta Casa não acho que seja novidade neste País.

A novidade para o futuro, por meio da natureza, como disse o próprio Presidente Lula no seu discurso, “*uma dádiva do Criador*”, pela sua compreensão democrática humanitária, é que essa riqueza seja reinvestida no desenvolvimento do País, na distribuição de riqueza, para que aquelas pessoas que estão na base da pirâmide possam viver com dignidade. O Presidente Lula aponta, como qualquer país sério, para os investimentos na educação, para que os filhos do povo tenham condições de competir com as pessoas que recebem educação de qualidade. Nem sempre educação pública tem a qualidade que desejamos.

A luta começou, mas já estamos com as costas grossas de tanto lutar pela independência, soberania e desenvolvimento do País.

Portanto, vamos para esse embate democraticamente. Tenho certeza de que os meus netos e bisnetos terão as condições que, quando menino, não tive, porque as elites dominavam de ponta a ponta neste País.

No que se refere a esse projeto do Presidente Lula, espero que o próximo Governo siga a mesma linha de aproveitar os recursos naturais e as riquezas, mas distribuí-los de forma a que o povo possa ter felicidade aqui na terra antes de morrer.

O SR. RAUL HENRY (Bloco/PMDB – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu também não poderia permitir que nossa semana legislativa fosse encerrada sem me pronunciar sobre o tema mais importante hoje no País: a exploração do pré-sal.

O primeiro ponto a ser destacado é a insensibilidade e o desrespeito do Governo com o Congresso Nacional, que aqui representa o povo brasileiro, ao enviar para cá proposta que o próprio Governo levou mais de 20 meses para formular, e solicitar que este Congresso vote, em regime de urgência, assunto que só vai gerar frutos depois de 2015 e que certamente repercutirá na vida do povo brasileiro pelos próximos 30 ou 40 anos.

Portanto, o apelo que fazemos – e a esperança que temos – é que o Governo tenha o bom senso de hoje retirar o regime de urgência para que este Congresso possa debater adequadamente matéria de tanta importância.

O segundo ponto a ser ressaltado é o fato de esse assunto ser discutido, de maneira equivocada, pelo viés ideológico. Discute-se se o modelo proposto é mais ou menos estatizante, se é mais ou menos pró-mercado. Temos de debater aqui o mérito específico desse projeto: o que é melhor para o País, o que é melhor para o seu futuro, o que é melhor para o seu desenvolvimento econômico, o que é melhor para enfrentar as históricas desigualdades sociais e regionais do Brasil.

Por falar em desigualdades regionais, é inaceitável que uma riqueza que pertence à União seja apropriada por um pequeno número de brasileiros, que, por coincidência, são da região mais rica do País.

Este é um momento que não podemos deixar passar, momento de enfrentar as históricas injustiças. Hoje, apenas 4% dos *royalties* do petróleo são distribuídos entre os Estados da União. É necessário que enfrentemos essa questão para fazer justiça e distribuir de maneira mais equitativa as riquezas do patrimônio da União.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – A Presidência informa que há requerimentos de retirada de pauta para todos os itens constantes da Ordem do Dia. Como se trata de uma sessão de acordo, nós não vamos votar nenhum deles. Se eu presidir, vou retirar *ex officio* todos os itens da pauta.

Então, vou continuar concedendo a palavra a todos os inscritos até que o último orador utilize o seu direito de falar.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço uma sugestão. Para que os Líderes não fiquem presos aguardando no plenário, por que V.Exa. não chama a Ordem do Dia, retira de pauta todos os itens e continua concedendo a palavra? Nós ficaríamos mais tranquilos.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Eu só posso tomar essa decisão com a aquiescência do Presidente Michel Temer. S.Exa. deve vir, se não, deve mandar que eu o faça. Eu vou retirar, porque é fruto de amplo entendimento. Quando se faz a sessão na quinta-feira, com abertura do painel às 8h, é para que a sessão seja de pleno acordo. Como se tratava de decreto legislativo, esperava-se que houvesse acordo, mas não houve.

Todos os itens da pauta têm vários requerimentos para serem retirados, então, não vai haver. Eu os retiraria logo da Ordem do Dia, mas o Presidente deve tomar uma decisão dentro de poucos minutos e nós a anunciaremos.

Agradeço a V.Exa.

O SR. ALBERTO FRAGA – Peço a V.Exa. que analise essa possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – É uma boa sugestão, nobre Deputado Alberto Fraga. Faria imediatamente, depois continuaria a conceder a palavra aos oradores.

O SR. ALBERTO FRAGA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fico muito preocupado com a violência que tem ocorrido principalmente em áreas consideradas de periferia, de favelas, em diversos Estados, especialmente quanto ao que ocorreu em São Paulo, numa grande área onde a população trabalha. Efetivamente, a violência é praticada quando as pessoas são mortas, são executadas. Isso ocorreu no Rio de Janeiro, isso ocorre nos outros Estados, agora também em São Paulo.

Queremos, inclusive, propor na Comissão de Direitos Humanos uma audiência pública para conversar sobre a criminalização dos movimentos sociais, das lutas sociais, das áreas de periferia do País, porque muitas vezes eles são considerados responsáveis pelos crimes, mas na verdade são vítimas da violência. Como ocorreu lá em São Paulo, quando um Guarda Municipal atirou numa jovem, outros jovens foram também executados por policiais. Daí a importância de fazermos esse debate sobre como tratar da violência sem a força da violência policial.

A primeira Conferência Nacional de Segurança Pública com Cidadania salienta a importância de que não será com a força que resolveremos o problema da violência. Na realidade, precisamos ter uma polícia de inteligência que faça o trabalho preventivo. Temos de investir em políticas públicas, para que, efetivamente, possamos eliminar a violência que ainda é grande em muitas regiões do País.

Sr. Presidente, vamos fazer esse requerimento para discutir sobre a criminalização dos movimentos sociais e a violência praticada por quem deveria assegurar a ordem e a tranquilidade, e que, muitas vezes, faz aumentar a violência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT – AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como disse há pouco, no começo da sessão, nos próximos meses eu meu dedicarei nesta Casa a 2 temas principais: um em âmbito nacional; outro em âmbito estadual.

Quero convidar os Parlamentares interessados nesses temas, sobretudo os nacionais, para organi-

zarmos, de fato, frentes de luta nesta Casa a fim de obtermos êxito nas nossas caminhadas.

Um desses temas é o orçamento impositivo, uma discussão antiga no Congresso Nacional. Lembro-me muito bem de que eu estava no Senado Federal quando o Senador Antonio Carlos Magalhães encabeçou uma luta nesse sentido, inclusive foi autor de uma PEC, aprovada naquela Casa, que está tramitando na Câmara. Depois, um conjunto de Parlamentares ligado ao Movimento dos Focolares da Igreja Católica, inclusive, com a participação do Deputado Luiz Couto, aqui presente, apresentou também uma PEC ou um projeto de lei – não me recordo se PEC ou projeto de lei, mas tenho toda a documentação –, no sentido de instituir o orçamento impositivo, com emendas de iniciativa popular.

Vejo que há um clima favorável para nós prosperarmos nestes 2 aspectos relacionados ao Orçamento – que eu chamo de imperativo – e às emendas de iniciativa popular. Já acompanhei, pela imprensa, manifestações favoráveis ao tema, tanto do Relator do Orçamento neste ano, Deputado Magela, quanto do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer. Portanto, o clima está propício, adequado, para que a Frente Parlamentar, já instituída e que eu presido – e, nas próximas semanas, nós vamos fazer isso –, converse com o Relator e o Presidente Michel Temer, a fim de que possamos votar as proposições que estão na Casa a respeito desse assunto.

Outro tema é a criação de novos Municípios. Há alguns anos o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional nº 15, que passou a exigir uma lei complementar para criação de novos Municípios. Isso impediu que os Estados, por intermédio das Assembleias Legislativas, pudessem ter, como ocorria antes, a iniciativa de criar novos Municípios.

Nós, da Comissão da Amazônia, decidimos apoiar uma Frente Parlamentar nesta Casa, presidida pelo Deputado Manoel Júnior, do PSB da Paraíba. Queremos contar com o apoio de outros Parlamentares para votarmos esse projeto de lei complementar e poderemos criar novos Municípios no Brasil, principalmente na Amazônia, a fim de que possamos levar o desenvolvimento econômico, social, cultural e de infraestrutura para a região.

Sr. Presidente, fica este convite para que os Parlamentares interessados nesses temas possam se empenhar cada vez no orçamento impositivo e especialmente na criação de novos Municípios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra à ilustre Deputada Vanessa Grazziotin, em seguida, aos Deputados Paes de Lira e Jilmar Tatto.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB-AM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de trazer um assunto já abordado pela maioria dos Parlamentares que passou por esta tribuna, cujo teor dos pronunciamentos foi a questão relativa ao pré-sal e à proposta do Governo brasileiro para o novo marco regulatório.

Eu acredito que esse será, Sr. Presidente, não só o maior debate dos últimos tempos, mas o mais importante de todos, porque nós não estamos falando de qualquer projeto. Nós não estamos falando de uma atividade que vai gerar pouco recurso; pelo contrário, estamos falando de uma atividade que vai transformar o País. Nós estamos falando de uma atividade que, por ser muito importante, poderá mudar radicalmente a situação do povo brasileiro.

Exatamente por isso, Sr. Presidente, o debate em torno dos 4 projetos enviados pelo Governo Federal divide as opiniões exatamente ao meio. Não há uma primeira, uma segunda, uma terceira, uma quarta, uma quinta opinião; existem 2 opiniões: a opinião daqueles que entendem que o Estado tem de ter soberania e o controle dessa atividade econômica e a daqueles que, apesar de terem sido recentemente desmascarados pelo próprio mercado, ainda insistem em dizer que o mercado é que tem de mandar em tudo e que a exploração deveria ficar na mão de empresas privadas.

Ora, Sr. Presidente, quando nós discutimos 2 sistemas diferentes de partilha ou a manutenção do sistema atual de concessão, estamos, sim, discutindo interesses do Estado brasileiro e, portanto, do povo brasileiro *versus* interesses do capital privado, das grandes corporações estrangeiras.

A diferença entre um sistema e outro é a seguinte. No sistema de concessão, o proprietário passaria a ser a empresa, no geral, o grande conglomerado, a grande multinacional, enquanto o Estado brasileiro receberia as migalhas dos *royalties*. No sistema de partilha, que propõe o Presidente Lula corretamente, isso se inverte, o Estado Brasileiro, portanto, o povo, é proprietário do petróleo extraído, da riqueza, e uma parte pequena será remunerada às empresas que vão operar a exploração e a comercialização do petróleo.

Eu penso que este é um debate importante. Nós todos temos obrigação de vir à tribuna, dar opiniões e contribuir para a formação da opinião pública brasileira. Esta, sim, será muito importante.

Volto a repetir: está correto o Presidente Lula, plenamente correto.

Fico feliz quando dizem que o Governo está querendo retornar à década de 50, à gloriosa época da luta: *O petróleo é nosso*. Dizem que o Governo tem

um caráter estatizante. Tem, sim, tem um caráter estatizante, entretanto, um caráter plenamente a favor dos interesses do povo brasileiro. Então, não há problema algum. Pelo contrário, eles deveriam subir à tribuna e dizer por que os Estados Unidos – o exemplo, segundo eles, da democracia no mundo – tiveram de estatizar empresas, como fizeram recentemente com a General Motors.

Sr. Presidente, era isso o que eu tinha a dizer. Muito obrigada.

O SR. PAES DE LIRA (Bloco/PTC – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ilustres telespectadores da *TV Câmara*, o Presidente Inocêncio Oliveira acaba de apresentar a nomeação da Comissão Especial relativa à PEC nº 351, de 2009, que teve origem no Senado Federal e recebeu o popular apelido de PEC do Calote.

Eu tinha muita esperança de que a CCJ modificasse profundamente essa PEC, mas, pelo que vejo, não foi bem assim – e lamento dizer isso.

Sras. e Srs. Representantes do povo, quero lembrar a V.Exas. quem são os credores dos precatórios em sua esmagadora maioria. São humildes policiais militares, por exemplo, do Estado de São Paulo, vítimas de decisões legislativas massacrantes a respeito de seus parcos vencimentos e que lutaram na Justiça longos anos para reparar essas decisões indevidas, antijuridicidades colocadas na lei. Eles tiveram vitórias judiciais, mas não conseguem receber esses magros precatórios. São ainda humildes servidores públicos nas mesmas condições e pessoas que, ao contribuir – é bem verdade que não muito voluntariamente – para o progresso de nossas grandes cidades, perderam suas residências e não tiveram o valor adequado pago pelo Estado. Eles foram à Justiça para obter o valor dos modestos imóveis, no máximo, imóveis de classe média em que residiam, quem sabe, há 15, 20, 30 anos, onde criaram um modo de vida. Eles bateram às portas da Justiça, tiveram reconhecidos seus direitos, mas nunca receberam o pagamento desses precatórios.

Isso é um calote que se vem arrastando há anos.

Há pessoas, e pessoas muito humildes, de classe média em sua grande maioria, que estão há 10, 12, 15 anos tentando recebê-los. E quais foram as modificações? Dizem que foi preservada a questão da ordem cronológica dos pagamentos. Mas foi mesmo? Só na metade dos valores, ainda assim, permitindo ao Ente Federativo arrastar por mais 15 anos o pagamento desses valores. E o restante cai num leilão em que o único comprador, sabem quem é? O devedor. A isso é que chamo de negócio da China. O devedor, o Esta-

do, o Ente Federativo, passa a ser o único comprador dessa metade.

Será que isso é justo com os humildes credores desses precatórios, os quais, atingidos gravemente em certa época de suas vidas, foram à Justiça, e agora não conseguem ver cristalizada, realizada, efetivada uma sentença judicial?

Penso que nem mesmo esse substitutivo é adequado e peço a esta Casa de leis que, oportunamente, rejeite essa PEC.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último dia 31, o Presidente Lula lançou o pré-sal, que inclusive gerou o envio de 4 projetos a esta Casa do Congresso Nacional.

Graças a uma benevolência da natureza, o Brasil tem um estoque de petróleo muito grande, e também em função da competência da PETROBRAS, que conseguiu, a 7 mil metros, achar esse petróleo. No Golfo do México, a PETROBRAS, que detém 20% do consórcio em que está participando, já conseguiu perfurar a mais de 10 mil metros para achar petróleo.

Esse debate deixa a Oposição bastante nervosa e desesperada, mas tem a ver com o futuro desta Nação. Nós queremos que o Brasil tenha controle sobre essa riqueza. A Oposição, no entanto, principalmente PSDB e DEM, quer abrir o pré-sal às multinacionais. Isso é que está em debate.

Se nos anos 50 Getúlio Vargas houvesse aberto o capital da PETROBRAS às multinacionais, com certeza, ela não teria forças agora.

No Governo Fernando Henrique Cardoso, abriu-se o capital da empresa às multinacionais e tentou-se privatizá-la, criando a PETROBRAX. Não se conseguiu. Não podemos agora deixar que seja privatizado esse patrimônio do povo brasileiro, o qual significará um grande avanço inclusive do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico.

O Governo está propondo que haja um fundo social para que parte dessa riqueza natural seja investida em ciência e tecnologia, educação, meio ambiente e no combate à pobreza. Eu, particularmente, defendo que seja investida também em habitação, porque a construção civil é o setor que mais emprega no Brasil, e vou apresentar emenda para incluí-lo nesse fundo social, que é do povo brasileiro.

A Oposição está nervosa. Discute até o porquê de o Executivo mandar o projeto para cá em caráter de urgência urgentíssima. Ora, é prerrogativa do Executivo fazê-lo e vamos discutir a matéria. Temos 90 dias. É muito tempo.

A grande discussão é se queremos que a PETROSAL seja realmente brasileira, seja do povo brasileiro, seja uma empresa estatal que, evidentemente, quando for fazer perfuração, seja autorizada pela PETROBRAS. Façamos parceria com todo mundo – as multinacionais são bem-vindas –, mas o controle tem que ser do Estado, tem que ser do povo brasileiro.

O Presidente Lula honrou todos os contratos feitos no passado.

Portanto, a questão não é instabilidade, mas soberania. Trata-se de permitir que o povo brasileiro decida os seus destinos. É assim que os países ricos fazem. Por que os Estados Unidos e os países da Europa não liberam a sua riqueza natural para outros países?

Temos de tomar uma decisão e sermos muito fortes. Cabe ao Congresso Nacional decidir: a PETROSAL é do Brasil, é do Governo brasileiro, é do povo brasileiro, e vai continuar assim. As outras empresas são bem-vindas como parceiras, mas não como donas da riqueza do nosso País.

Parabéns ao Governo Lula por essa grande iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado João Paulo Cunha, ex-Presidente da Câmara dos Deputados, que honrou esta instituição.

O SR. JOÃO PAULO CUNHA (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Deputado Inocêncio Oliveira.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Congresso Nacional e a sociedade brasileira, nos próximos períodos, certamente terão os olhos voltados para o debate sobre essa descoberta fantástica da PETROBRAS em solo brasileiro: o campo de petróleo do pré-sal. Nesse debate serão apresentadas visões diferenciadas sobre a forma de explorar e comercializar essa riqueza e a maneira pela qual o Estado brasileiro e a população se beneficiarão dela.

Quatro projetos foram enviados a esta Casa pelo Presidente da República, demonstrando que o Presidente Lula tem visão de Estado e o olhar voltado para o Brasil, diferentemente de outros Governos e pontos de vista.

Esse atitude, Sr. Presidente, sustenta-se sobre 2 pilares. Primeiro, após a descoberta feita pela PETROBRAS, o Governo tinha que tomar uma medida, o que foi feito. Ele suspendeu os leilões previstos para concessão de novos blocos para exploração de petróleo e tratou de buscar um novo marco regulatório para essa área. Segundo, o Governo considerou muito a crise recente por que o mundo todo passou. Essa crise recente colocou em questão aquela visão política

que via no mercado a razão de tudo e as condições para superar todas as dificuldades.

Exatamente por isso o Presidente enviou a esta Casa 4 projetos. O primeiro muda a lógica do processo; em vez de concessão, será utilizada a metodologia de partilha. Não é a invenção da roda. Em vários países do mundo já se adota esse modelo. Aliás, na maioria dos países que exploram petróleo em larga escala é usado o sistema de partilha.

Por que mudamos, Sr. Presidente? Porque a concessão é para a exploração de alto risco. Se há alto risco, melhor conceder à iniciativa privada, porque o risco de encontrar ou não é exclusivamente dela. Na partilha, não. Como esses campos implicam um risco muito menor, é melhor o Estado investir. Exatamente por isso o modelo da partilha é melhor, porque a riqueza ali descoberta, ali produzida, será revertida em favor da população.

O segundo projeto, Sr. Presidente, cria a PETROSAL. Não será uma empresa estatal nos moldes das construídas nas décadas de 1950 e 1960. Será uma estatal enxuta, pequena, com corpo técnico capaz de fazer a fiscalização e o acompanhamento da produção e da riqueza extraída. É uma empresa estatal para fazer o acompanhamento sob o olhar do Estado, sob o olhar do povo brasileiro. Não tem essa ideia de ser uma estatal com orçamento, com despesas, com receita, com custo demorado. É uma estatal simples, com o objetivo direto de acompanhar e fiscalizar o trabalho da produção no campo do pré-sal.

O terceiro, Sr. Presidente, visa capitalizar a PETROBRAS, e com razão, porque é uma empresa brasileira. Ela foi constituída sob esse ponto de vista, e o Estado quer capitalizá-la com seus acionistas minoritários, fazendo dela uma empresa ainda mais forte.

O último projeto, Sr. Presidente, determina que os recursos oriundos da exploração dessa riqueza sejam investidos em educação, cultura, ciência e tecnologia, e no combate à pobreza, em prol da população brasileira.

Em suma, Sr. Presidente, os 4 projetos apresentados pelo Presidente Lula voltam-se para o povo brasileiro e o seu futuro. É esse o debate que faremos no próximo período. E exatamente a partir daí vamos definir quem quer um Brasil futuramente forte e quem quer um Brasil entregue, no futuro.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT – RN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero aqui fazer um registro. Foi implementada no Rio Grande do Norte, na semana passada, a Agenda em Defesa da Cultura.

Na quarta-feira à noite, no Teatro Alberto Maranhão, apresentei o meu substitutivo ao projeto de lei que trata do Plano Nacional de Cultura, numa solenidade

muito bonita, na presença do Ministro Juca Ferreira e de vários integrantes da sua equipe, da Governadora do Estado, de representante da Fundação José Augusto e de gestores de outros Estados, como o compositor Chico César, Secretário de Cultura da cidade de João Pessoa. Estiveram presentes, principalmente, os artistas, a comunidade cultural.

No dia seguinte, outro belo momento: o lançamento da Caravana da Cidadania Cultural, na cidade de Currais Novos, região do Seridó.

Na verdade, foi um dos mais bonitos espetáculos que meus olhos já viram. A programação começou às 5 horas da manhã, com a alvorada; depois, um cortejo saiu da rodoviária até o centro da cidade, onde houve aula-espetáculo, coordenada exatamente pelo Ministro Juca Ferreira.

Sr. Presidente, a programação contou com várias manifestações artísticas, com exposições, discussões, apresentação de grupos artísticos não só de Currais Novos, mas de todas as cidades que formam a região do Seridó.

Na parte da tarde, o Ministro Juca, com toda sua equipe, reuniu-se com a comunidade cultural, com os Prefeitos, gestores e artistas – uma verdadeira assembleia popular – que puderam apresentar suas reivindicações. Em seguida, Deputado Fernando Ferro, o Ministro deu os devidos encaminhamentos.

Quero saudar o Ministério da Cultura pela bela iniciativa. A caravana seguirá para outras regiões do País.

Finalmente, Sr. Presidente, quero também congratular-me com as artesãs e artesãos do meu Estado. Ontem, o Ministro do Turismo, Luiz Barreto, em audiência que contou com a presença da Governadora Wilma de Faria, assumiu o compromisso de liberar 3 milhões de reais para a construção do Museu do Artesanato. O Governo da Profa. Wilma de Faria tem investido bastante nessa área. É um sonho, uma reivindicação antiga das artesãs e artesãos do meu Estado que, graças a Deus, vai tornar-se realidade. Quero manifestar a minha alegria pela realização desse sonho. Finalmente as artesãs e artesãos do Rio Grande do Norte ganharão um museu para promover, cada vez mais, o belo artesanato daquele Estado.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é tempo de ufanismo, tempo de embriaguez política. O Governo, embriagado com o poder, começa a fazer ufanismo com algo que não tem nas mãos. Começa a vender algo que pertence ao País, riqueza que está aqui há milhares de anos, riquezas minerais, florestas, rios e terras – aliás, temos as melhores terras e florestas do mundo. Quem

tem dúvida de que o Brasil detém as maiores reservas de minerais, de petróleo, de diamante, de ouro do mundo? Ninguém.

Então, o Governo cumpre seu papel e, evidentemente, com a máquina administrativa na mão, faz da descoberta de petróleo na camada pré-sal em alto-mar... Quer chamar a nova empresa de PETRO-SAL – eu chamaria de PETROMAR –, primeiro grande equívoco, porque usar a palavra sal aqui teria efeito contraditório.

Segundo, o Governo quer reforçar a PETROBRAS? Sim, sem dúvida. Eu tenho o maior interesse em uma PETROBRAS forte por 2 grandes motivos: sou brasileiro; amo meu País, amo as nossas coisas. Sempre defendi a PETROBRAS, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal como empresas estatais e fortificadas. Sou acionista minoritário da PETROBRAS. Eu e milhões de minoritários estamos sendo passados para trás por este Governo que não respeita o minoritário.

Aliás, se fosse um Governo de formação socialista, já teria feita a socialização das ações da PETROBRAS, vendendo lotes de 500 reais, mil reais para o povo. Mas o Governo não está interessado nisso. Ele está interessado nas eleições do ano que vem. Faltam 1 ano e 4 meses para acabar o Governo Lula.

Lembram-se V.Exas, quando o Governo disse., ano passado, que tinha conseguido a autossuficiência de petróleo. Houve muita comemoração, mas não conseguiu até hoje deixar de comprar petróleo do resto do mundo.

Outro exemplo é o trem-bala. Sabe quando ele vai ficar pronto? Nunca, pois esse projeto não é viável; são apenas factoides tendo em vista as eleições do ano que vem.

Somos favoráveis à PETROBRAS. Ela se fortaleceu nesses últimos 50 anos, desde que Getúlio Vargas a constituiu. Todos os Governos a mantiveram. É mérito de todos os Governos.

Por isso estaremos aqui para fazer a mais profunda discussão sobre os 4 projetos. Tenho mais de 10 emendas para apresentar. Elas já estão prontas e preparadas. Devo apresentar de 20 a 30 emendas aos 4 projetos. São emendas importantes, que tratam da socialização do capital; da mudança do nome PETRO-SAL – que não é correto, pois o petróleo vem do alto-mar e não do sal, melhor seria PETROMAR –, da divisão territorial e dos *royalties*.

Outra proposta, Presidente: que Estados e Municípios, a União já o é, os 3 entes federados sejam sócios também da PETROBRAS. Todos os Estados seriam sócios, Presidente Inocêncio. Pernambuco e Paraná têm interesse em serem sócios, bem como os Municípios.

Assim fizemos com as empresas elétricas, Presidente Inocêncio: formamos sociedades. Se for aberta ao mercado, que seja somente para acionistas minoritários, nunca para grandes acionistas particulares.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, todos os que conosco participam desta sessão, é evidente e curioso o assanhamento de parte da Oposição no debate sobre o petróleo na região do pré-sal. Primeiro, porque as pessoas deveriam pensar, ter um pouco mais de calma, pois esse petróleo não vai sair na semana que vem nem no ano que vem. Teremos ainda de desenvolver tecnologia para tirar esse petróleo das ultraprofundas águas da nossa plataforma continental. Além disso, é um compromisso com gerações futuras. Serão necessários 20 ou 30 anos para o domínio completo dessas reservas de petróleo. Portanto, não há por que ficar tão preocupado e assanhado com os efeitos eleitorais do pré-sal.

É lógico que foi importante a PETROBRAS, no Governo do Presidente Lula, fazer essa descoberta. Mas essas pesquisas já vêm de 20 anos, é um processo que revela a excelência dessa empresa – a competência de seus geólogos, técnicos, engenheiros – e o papel que ocupa hoje.

Ela é reconhecida como uma das maiores empresas de petróleo do mundo e deveria ser motivo de orgulho e de defesa de todos nós. A PETROBRAS não é do PT nem do PSDB nem do DEM nem será de qualquer partido. Ela é um patrimônio do País. Não vamos ser mesquinhos e tentar fazer esse debate por interesses eleitorais puros. O povo vai descobrir isso.

Lógico que o PSDB tentou privatizar a PETROBRAS, reduziu brutalmente o número de seus servidores, terceirizou a empresa, tentou mudar o nome da PETROBRAS para PETROBRAX e outras “coisitas” mais, que nós sabemos tinham, no fundo, um lado ideológico e político em relação aos negócios do petróleo.

Recentemente, lemos nos grandes jornais do Brasil as mesmas manchetes do tempo do Governo Getúlio Vargas falando do nacionalismo, da estatização, como se ser nacionalista fosse um crime e como se o Estado fosse um pecado.

Ora, os Estados Unidos estatizaram a General Motors e estão comprando o Citibank. Aconteceu uma crise brutal no capitalismo, mas os nossos opositores ainda não descobriram isso. O mundo de 1996 e 1997 não existe mais. Vivemos outro momento político. Há uma crise mundial e quem está salvando a barra no Brasil é exatamente a intervenção do Estado.

Portanto, essa retórica privatista, atrasada, não pertence à história, não faz mais sentido.

É preciso fazer um resgate do momento que estamos vivendo, atualizar o discurso. Não é possível essa sanha antinacionalista e antiestado, quando, em todo o mundo, valem-se do Estado para sair da crise. A Inglaterra privatiza seu sistema bancário, mas é claro que devolverão depois.

Isso demonstra o papel do Estado, principalmente num país como o nosso, com brutais desigualdades regionais e diferenças sociais, para regular as relações e melhorar a qualidade de vida. Assim teremos a sociedade que queremos, mais justa e equânime, onde efetivamente haja distribuição da riqueza.

O petróleo é, portanto, um bem do povo brasileiro. Essa riqueza não pode ficar ao capricho de alguns ideólogos entreguistas, que pensam o Brasil sob a lógica das multinacionais, nem de Governadores que imaginam que o petróleo está na sua cozinha ou no seu quintal. Ela é um patrimônio de todo o Brasil.

O Sr. Inocêncio Oliveira, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marco Maia, 1º Vice-Presidente.

O SR. ALBERTO FRAGA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem com base no art. 82, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM – DF. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nesta sessão extraordinária estão previstas algumas votações. Já atingimos o *quorum*, mas, em virtude dos vários requerimentos sobre a mesa, está mais do que notório que não haverá votação.

Ainda há pouco pedi ao Presidente Inocêncio Oliveira que iniciasse a Ordem do Dia; havendo a perspectiva de não ocorrer votação, ela seria encerrada, e assim os Deputados que desejarem fazer seus pronunciamentos poderiam continuar a usar a palavra.

Portanto, peço que a Ordem do Dia seja iniciada e, se for o caso, encerrada, até mesmo para que aqueles que estão com a responsabilidade de fazer obstrução fiquem desimpedidos no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Vamos analisar.

O SR. EDINHO BEZ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Pois não, D Deputado Edinho Bez.

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, duas universidades catarinenses estão incluídas no *ranking* das 15 melhores universidades e institutos federais do País: o Instituto Federal

de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina e a Universidade Federal de Santa Catarina.

Mais da metade (51%) das universidades e institutos federais avaliados pelo Ministério da Educação obtiveram notas 4 e 5 no Índice Geral de Cursos – IGC da instituição de 2008, conforme anunciado nesta segunda-feira. Divulgado pela primeira vez no ano passado, o indicador atribui notas às faculdades e universidades levando em consideração a qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação.

De acordo com a pontuação, as instituições são classificadas em faixas que vão de 1 a 5. Entre as 79 instituições federais avaliadas, 41 obtiveram notas entre 4 e 5, consideradas boas. Trinta e cinco tiveram IGC 3, que é razoável.

Após avaliação presencial de uma comissão do MEC para aferir as condições da oferta, as instituições que obtiveram IGC 1 ou 2 podem sofrer sanções, como a impossibilidade de abrir novos cursos ou de ampliar vagas. Elas deverão assinar um termo de saneamento para melhorar a qualidade do ensino. Se as medidas não forem implementadas em um ano, as poderão ser descredenciadas.

Congratulações ao MEC, pela fiscalização, e ao Ministro Fernando Haddad, pelo cumprimento do papel do Poder Público, qual seja, a busca do ensino de qualidade.

Congratulações aos Reitores da Universidade Federal de Santa Catarina, Dr. Lúcio Botelho, e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, Dra. Consuelo Sielski Santos, extensivas a respectivos corpos docentes.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Concedo a palavra ao Deputado Professor Setimo.

O SR. PROFESSOR SETIMO (Bloco/PMDB – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho fazer um destaque com relação ao Governo do Maranhão.

A Governadora Roseana Sarney, nos primeiros 90 dias em que assumiu, já mudou a face administrativa do Governo. O Maranhão por mais de 4 anos esteve completamente sem administração pública. O Estado estava desorganizado e ao mesmo tempo não vislumbrava nenhum desenvolvimento. Todas as ações estavam paralisadas. Os servidores estaduais estavam todos em greve. Com a chegada da Senadora Roseana Sarney, o Maranhão voltou ao trabalho.

Destaco, Sr. Presidente, as 3 maiores ações da Governadora. Primeiramente, o Maranhão vivia em estado de greve em função da famosa “lei do cão”, pois muitas vezes pagava-se aos servidores um salário-base abaixo do salário mínimo. A Governadora extinguiu essa

lei. Portanto, o primeiro ato da administração da Governadora Roseana foi a valorização do servidor público, extinguindo a famigerada “lei do cão” e reajustando o salário dos servidores do Maranhão.

A segunda ação a ser destacada refere-se ao programa anunciado pela Governadora, que iniciará, dentro de poucos dias, a construção de 69 hospitais nas cidades mais destacadas e longínquas do Maranhão. Esse programa, voltado para a área da saúde, permitirá que cada cidadão seja atendido no seu município, em local próximo à sua casa. Portanto, a Governadora vai construir 69 hospitais no Estado.

Outra ação que merece destaque, Sr. Presidente diz respeito às estradas estaduais. A Governadora implantou um programa de construção e restauração de 1.300 quilômetros de estradas estaduais, fazendo a ligação entre os municípios e as rodovias federais, com o que vai melhorar o transporte da produção rural e o transporte coletivo.

Portanto, a Governadora está de parabéns por essas iniciativas, que em apenas 90 dias transformaram o Maranhão em um grande campo de trabalho e de ações na área social.

Sr. Presidente, o orador que me antecedeu disse que aumentaram os assaltos e a violência no Maranhão. Registro que nos últimos 4 anos o Maranhão esteve envolvido com problemas de assaltos não apenas à mão armada, mas acima de tudo aos cofres públicos. No Maranhão, o dinheiro do povo passou 4 anos sendo assaltado. No entanto, agora meu Estado voltou ao trabalho.

Quanto à afirmação, feita por um Deputado do Maranhão, de que no período eleitoral os assaltos aumentam no Estado, registro que realmente isso aconteceu nos últimos 4 anos, mas hoje o Maranhão está no caminho do desenvolvimento. A Governadora Roseana está demonstrando que nosso Estado pode crescer e avançar muito mais, e por isso suas ações merecem destaque.

O Maranhão está de parabéns por ter uma Governadora que botou o Estado no trilho do trabalho, com ações que estão sendo bem desenvolvidas.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PR-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há 20 anos o rei do baião encantava-se com o Recife. Deixou gravada na enciclopédia da música popular brasileira uma história que deverá ser reconhecida muitas e muitas vezes pelas gerações futuras. Tudo que existe no Nordeste foi registrado e entoado em suas canções.

Se de nada esqueceu, foi por 2 razões: seu gosto musical apurado pelo chão e o apoio que obteve dos

vários compositores que o auxiliaram na construção desse fato.

Destacou-se, entre outros compositores do renomado cantor, o médico pernambucano José Dantas Filho, ou simplesmente Zé Dantas, pois era assim que assinava suas composições, pela forma diferente como aborda o cotidiano sertanejo em sua poesia.

Nascido na cidade de Carnaíba, no sertão do Pajeú, em 27 de fevereiro de 1921, desde pequeno o menino Zé Dantas tinha predileção pelos fatos que aconteciam naqueles longínquos sertões. Nutria verdadeira admiração pelas expressões do povo, e procurava dar continuidade às tradições sertanejas. Poderia ter deixado tudo isso de lado, ou mesmo nem ter prestado atenção àquilo que o cercava, pois, sendo de família abastada, poderia com certeza ter ido em busca de novidades na cidade grande. Mas não, apurou cada vez mais o gosto pelas raízes e levou-as para onde o destino quis.

Sua poesia foi exatamente isto: a inserção, nas toadas e baiões, da vida dura dos nordestinos, substantiada na conotação político-social. Quando falava do seu amor pelo sertão, costuma dizer que “*para quem ama, catinga de bode é cheirosa*”.

Conheceu Luiz Gonzaga em 1947, no bairro do Pina, no Recife, “*Luiz puxando o fole da sanfona, com sua voz nasalada de tenor caboclo, cantava toadas sertanejas que nos faziam evocar com emoção o longínquo Riacho do Navio e nos levaram às margens do Pajeú das Flores. Contava “causos” e cantava loas aprendidas no chão batido dos forrós à luz dos candeiros.*” A partir daquele conhecimento, que dispensava qualquer apresentação, haja vista que o gosto comum um dia fatalmente os juntaria, nasceu ali, sem tirar o valor das outras, a melhor e mais eficaz parceria do rei. Os sucessos repetiam-se a cada composição de Zé Dantas na voz de Luiz Gonzaga

Quando Zé Dantas mostrou-lhe suas composições, o rei do baião ficou deslumbrado com o espetáculo. Naquele estudante de medicina Luiz encontrara a metade que lhe faltava para divulgar seu canto. E assim começou a gravar as músicas de Zé Dantas, que apenas lhe pediu para ocultar seu sobrenome nas gravações, devido à rigidez de seu pai, que nunca aceitara ter um filho compositor, e com isso poderia até cortar-lhe a mesada. Somente depois de formado é que Zé Dantas começou a assinar sem restrições suas gravações.

Seu cancionário é imenso. Vale destacar algumas composições, que são verdadeiros hinos à cultura sertaneja: o baião *Letra I* foi dedicado à sua noiva lolanda, que mais tarde viria a ser sua esposa; a letra *I*, como se vê, é a inicial de seu nome. Naquele tem-

po, era comum ocultar-se o nome da mulher amada em poesias, em oferecimento de melodias nas rádios e difusoras do interior. Isso explica a razão do título da melodia, que é um primor de singeleza:

“Vai cartinha fechada
 Não deixa ninguém te abrir
 Àquela casa caiada
 Onde mora a letra I
 E diz que como a cacimba
 De um rio que o verão secou
 Meus óio chorou tanta mágoa
 Que hoje sem água
 Não responde a dor
 Vai e diz que o amor
 Fumega no meu coração
 Tal e qual fogueira
 Nas noites de São João
 Que sofro por viver sem ela
 ‘Tando longe dela
 Só sei reclamar
 Que vivo como um passarinho
 Que longe do ninho
 Só pensa em voltar.”

O baião *Vem Morena* retrata as danças em sam-bas de latada, o início do namoro, o cavalheiro a cochilar aos ouvidos da dama os seus desejos:

“Esse teu suor salgado
 é cheiroso e tem sabor
 esse teu corpo suado
 com esse cheiro de fulô
 tem um gosto temperado
 dos tempero do amor.”

A toada-baião *A volta da Asa Branca* revela o outro lado do sertão. O sertão com chuva, o sertanejo feliz com a safra boa, os casamentos que se repetem, enfim, o lado próspero e bom do sertão:

peia
 “Já faz três noites que pro norte relampeia
 a asa branca ouvindo o ronco do trovão
 já bateu asas e voltou pro meu sertão
 ai, ai... eu vou m'imborá
 vou cuidar da plantaço...”

O baião *Forró de Mané Vito* é o depoimento ao delegado de um sertanejo que teve sua honra abalada ao ser proibido de dançar:

“Seu delegado digo a vossa senhoria
 que sou fi de uma famia
 que não gosta de fuá
 Mas tresantonte no forró de Mané Vito
 tive que fazer bonito

e a razão vou lhe contar...”

O xote *Riacho do Navio* é outra canção que nos faz lembrar, pelo chamego da sanfona, os balanços que os rios fazem quando das invernações. Se fosse escolher um hino para a região do Pajeú, *Riacho do navio* seria um candidato forte.

A toada-baião *Vozes da Seca* é fruto da seca de 1953, mas um protesto contra a inércia dos poderes públicos, que se acomodaram ante a generosidade dos sulistas na campanha Ajuda teu Irmão, em favor dos flagelados nordestinos. Assim afirmou o próprio Zé Dantas: “*Revoltados com o fato, lançamos Vozes da Seca, cujo sucesso nos Estados atingidos pela calamidade nos deu a impressão de que interpretamos nessa música o verdadeiro pensamento do Nordeste*”.

“Seu doutor, os nordestinos
 Têm muita gratidão
 Pelo auxílio dos sulistas
 Nesta seca do sertão
 Mas doutor uma esmola
 A um homem que é são
 Ou lhe mata de vergonha
 Ou vicia o cidadão.”

O baião *Algodão* foi uma música-propaganda para incentivo do plantio do “ouro branco”, proposto pelo então Ministro da Agricultura João Cleofas de Oliveira:

“Bate a enxada no chão
 Limpa o pé de algodão
 Pois pra vencer a batalha
 É preciso ser forte, robusto
 Valente ou nascer no sertão
 Tem que suar muito
 Pra ganhar o pão
 Que a coisa lá
 Não é brinquedo, não...”

As composições *Dança da Moda, Acauã, Forró em Caruaru, Cintura Fina, Casamento da Rosa, Forró de Zé Antão, Torrado, Delegado no coco* e tantas outras mantêm o mesmo estilo e o mesmo cenário, ou seja, o sertão. Os objetivos podem até ser diferentes, mas o objeto não muda. Essa é a maior característica desse grande compositor pernambucano.

Aos 41 anos de idade, em 11 de março de 1962, falece Zé Dantas, deixando uma obra considerável, composta por verdadeiros clássicos da música popular brasileira, regravados ainda hoje até por cantores de estilos musicais fora do padrão regional.

Esta é a homenagem que presto a um colega e conterrâneo do Pajeú.

Isso é Pernambuco, imortal!

Obrigado a todos.

O SR. MÁRIO DE OLIVEIRA (PSC – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a independência de um país é fato histórico que costuma se perder nos porões do tempo, como se dissesse respeito apenas à época em que aconteceu e às pessoas que a testemunharam. A cada ano, comemora-se a data nacional como se por mera tradição: militares desfilam, autoridades apresentam-se nos palanques, o público aplaude, mas ninguém parece relacionar a festa cívica ao momento atual, à realidade em que vivemos, aos desafios que enfrentamos no presente e às responsabilidades que o futuro nos impõe.

Assim deverá ocorrer no próximo dia 7 de setembro, quando celebramos os 187 anos da Independência do Brasil. Mais do que um evento festivo, a data nos deve propor uma substancial reflexão sobre o que a cada um de nós incumbe fazer, em nome dos ideais que, em 1822, mudariam para sempre o cotidiano e a história do povo brasileiro.

Na qualidade de filho das Minas Gerais, pois que me fiz mineiro de coração, com muita honra e orgulho, começo por lembrar que a Independência não foi um episódio casual, uma ação imprevista, mas o fruto de um longo e turbulento processo, que nos resgata a Vila Rica de 1789, palco de um dos mais dramáticos e mais importantes momentos da História do Brasil, a Conjuração Mineira. Ali, na segunda metade do século XVIII, o sentimento de insatisfação e de rebeldia para com a metrópole portuguesa organizava-se como uma força política, uma articulação subversiva que acabaria por levar à prisão, ao degredo ou à morte os que ousaram contrapor-se ao domínio de Portugal.

A Conjuração Baiana, em 1798, e a Revolução Pernambucana de 1817 foram, a par de outros movimentos, levantes que deram voz à ideia de que o Brasil Colônia marchava, lenta mas inevitavelmente, para romper os laços que o submetiam ao jugo, ao controle e, principalmente, à exploração do colonizador português, exercidos com mão de ferro já fazia quase 300 anos.

Proclamada em 1822, a Independência parece a muitos que se completava em si mesma, como se fosse a razão de ser dela própria. A declaração de Pedro I teria soado como um passe de mágica, uma atitude miraculosa que satisfizera, da noite para o dia, todas as necessidades do País independente que acabara de nascer. Em nossa opinião, o processo apenas começava, a independência dava não mais do que os primeiros passos em um longo e complexo caminho, que o povo brasileiro percorre há exatos 187 anos.

Porque, para nós, independência é mais do que soberania política, do que autoridade do Governo, do que autodeterminação do povo: é também, e talvez sobretudo, dignidade humana, prosperidade econômica, justiça social e cidadania plena para todos os homens e mulheres, para os trabalhadores que anônima e solidariamente constroem, com o brilho da inteligência e a força dos braços, um país em que os privilégios de poucos se transformem em direitos de todos.

Para que seja realidade no dia a dia do povo, independência pressupõe saúde, educação, emprego, segurança pública, saneamento básico, transporte coletivo, isto é, tudo de que o ser humano carece para viver com dignidade. Sem isso, a independência resume-se a um feito histórico, a um conceito abstrato, a um ato oficial a que o povo comparece sem saber por que nem para quê. Se assim é em outros países, que não o seja no Brasil, nação que sempre deu ao mundo admirável exemplo de autodeterminação e de confiança em si própria.

Certa vez, declarou Chaim Weizmann, primeiro Presidente do Estado de Israel: “A Independência nunca é dada a um povo. Ela deve ser conquistada, e, uma vez, conquistada, tem de ser defendida”. Sigamos, pois, a lutar pela independência do Brasil, em honra daqueles que a proclamaram há 187 anos, no dia 7 de setembro de 1822.

Muito obrigado.

O SR. IRAN BARBOSA (PT – SE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com grande satisfação que venho a esta tribuna hoje para comunicar o aniversário da cidade de Cedro de São João, no meu querido Estado de Sergipe, que comemora nesta sexta-feira 81 anos de emancipação política.

Esse município tem um povo muito hospitaleiro e lutador das causas sociais. E eu quero homenagear neste pronunciamento todos os moradores de Cedro de São João. Para isso, tomo a liberdade de pedir que seja dada ampla divulgação nesta Casa a um texto de um morador do município. Esse texto, cujo autor é o Sr. Gilmar Santos, foi encaminhado ao meu *e-mail*. Nele, “seu” Gilmar descreve a história e a trajetória de Cedro de São João, desde a emancipação política da cidade.

Sr. Presidente, ocupo a tribuna hoje também para pedir mais uma vez a esta Casa que aprecie as propostas de emenda à Constituição que tratam da revitalização do Rio São Francisco. Nesta sexta-feira, 4 de setembro, Dia de São Francisco de Assis, completam-se 508 anos desde que esse rio foi localizado pelos portugueses. Para comemorar a data, em Canindé de São Francisco, em Sergipe, haverá diversos eventos.

A programação inclui desde uma exposição temática na Prainha até uma parada ecológica.

O objetivo da mobilização é chamar a atenção para a importância do Velho Chico. Nesse contexto, é fundamental que as PECs em tramitação na Câmara que preveem a criação de um fundo destinado à revitalização desse rio, que corta diversos Estados brasileiros, sejam aprovadas o quando antes.

A população que vive próximo ao rio precisa de uma solução rápida para os problemas que enfrenta. Não podemos esquecer que essas populações sobreviviam do que o rio oferecia e hoje não têm mais condições de obter seu sustento devido à situação em que o São Francisco se encontra.

A criação do fundo está prevista em 2 propostas de emenda à Constituição em tramitação nesta Casa. As 2 propostas divergem quanto à origem dos recursos para o fundo, mas a ideia do Governo é que o montante chegue a R\$6 bilhões em 20 anos. As propostas em andamento são a PEC nº 524/02, já aprovada no Senado e pronta para votação pelo Plenário, e a PEC nº 287/08, de autoria do Poder Executivo.

O melhor seria chegarmos a um consenso sobre a fonte de financiamento para a votação da proposta em fase mais adiantada de tramitação. O que interessa para aqueles que defendem o Rio São Francisco e para a própria população é que o recurso chegue rapidamente, de forma eficiente, e seja direcionado para os reais problemas que as comunidades enfrentam, para que esses problemas sejam superados.

Aproveito a ocasião para voltar a citar que sou contra a transposição do Rio São Francisco, por acreditar que ela não vai resolver o problema do acesso à água no Nordeste. Para nós do Baixo São Francisco, a transposição significará receber o atestado de óbito do rio e de milhares de ribeirinhos. A transposição reduzirá profundamente a capacidade de geração de energia, o que provocará a instalação definitiva do caos social.

Não poderia deixar de citar neste pronunciamento que reforço o pedido feito pelo Governador Marcelo Déda, que, em audiência na última segunda-feira, 31 de agosto, em Brasília, solicitou ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que não permita a redução da vazão do Rio São Francisco, como pretendem técnicos do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico do Governo Federal.

Na ocasião, o Presidente Lula demonstrou sensibilidade para o problema e garantiu que nada será feito que prejudique os Estados de Sergipe e Alagoas, os mais afetados caso a medida em estudo seja adotada. Ainda durante a audiência, o Presidente Lula determinou que o Ministério de Minas e Energia e outras

instâncias federais envolvidas com o tema repassem informações à Presidência da República.

No relatório entregue ao Presidente, o Governador expôs os desdobramentos negativos da redução da vazão, que implica graves problemas para a captação de água do Rio São Francisco. Em consequência, isso poderá afetar a navegação e o fornecimento de água potável, inclusive na região metropolitana de Aracaju. Além disso, uma redução tão drástica pode redundar em prejuízos ainda desconhecidos.

Era o que tinha para o momento. Muito obrigado.

TEXTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

Texto a que se refere o orador:

A povoação de Cedro de São João, a 94 quilômetros da capital, iniciou-se com a fazenda Cedro, montada no século XVIII por Antônio Nunes, exatamente no local onde está localizada a Igreja Matriz. A produção pecuária cresceu e o município tornou-se o maior produtor de carne-de-sol do Estado. Mas o fechamento do matadouro pela Justiça, por falta de estrutura de funcionamento, prejudicou a produção e fortaleceu o artesanato de ponto de cruz, que envolve praticamente todas as famílias cedreirenses.

O nome do município originou-se do Cedro, árvore encontrada em grande quantidade na localidade, usada para cercar a primeira fazenda. Já em 1834, além da casa do fazendeiro, havia nos arredores cerca de 20 casas de taipas construídas para os vaqueiros. Em 1835, o proprietário conseguiu implantar a primeira escola pública na localidade.

O catolicismo também foi difundido, a primeira missa foi celebrada pelo padre Antônio Machado Capela no altar que Antônio Nunes construiu em sua própria casa, onde colocou a imagem do seu santo protetor, São João Batista, que se tornou o padroeiro da cidade.

Um fato ocorrido no Município de Cedro deixou a população revoltada. Em 1901, o Presidente de Sergipe, Monsenhor Olímpio Campos, através da Lei nº 422, de 29 de outubro, revogou a Lei nº 83, de 26 de outubro de 1894, que elevava o povoado à categoria de cidade.

Só 27 anos depois, no dia 4 de outubro de 1928, o Presidente Manoel Dantas assinou a Lei nº 1.015, que emancipou definitivamente o município. A partir da separação de Própria, Cedro passou a pertencer judicialmente à Comarca de Aquidabã, tornando-se sede dos povoados de Bananeiras, Batinga, Piçarreira, Cruzes e Poço dos Bois – o maior deles.

Outro fato que não agradou à população cedreirenses foi a mudança do nome de Cedro para Darcile-

na. Segundo o ex-Prefeito Paulo Alves, Miguel Seixas, prefeito (1941 a 1945), quis homenagear a mulher de Getúlio Vargas, Darcy, e a de Augusto Maynard, Helena, sem ao menos conhecê-las pessoalmente.

O município permaneceu como Darcilena por quase 10 anos. No dia 6 de fevereiro de 1954 passou a se chamar Cedro de São João, em homenagem ao padroeiro da cidade.

A trajetória política do Município de Cedro foi um pouco complicada. O primeiro intendente, foi o usineiro Antônio Baptista do Nascimento, também o principal articulador da emancipação política. Ele administrou o município apenas de 1929 a 1930. Foi deposto em 1930. De 1930 a 1935, Cedro foi administrado pelo interventor Santos Sobrinho. O Prefeito Antônio Ferreira Melo também foi destituído do cargo em 1964.

Cedro de São João é também conhecida como a terra da melhor carne-de-sol do Brasil, a melhor bolacha da região (conhecida popularmente como bolacha de Dona Carlota), artesanato ponto de cruz e dos bordados em geral.

O SR. JORGE KHOURY (DEM – BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez vimos o deslocamento para nossa Capital dos Srs. Vereadores que, por falta de uma ação mais enérgica e ágil do Poder Legislativo Federal, não foram devidamente diplomados pela Justiça Eleitoral.

Várias iniciativas foram engendradas. No entanto, o que ocorreu na prática foi que o deslocamento custoso e incômodo dessas mulheres e desses homens, depositários da vontade do povo dos seus municípios para representá-los no Legislativo local nas últimas eleições, mostrou-se em vão.

Voltaram mais uma vez com a promessa de que a já conhecida PEC dos Vereadores deverá entrar na pauta da próxima semana, promessa feita pela Mesa da Casa e pelo Colégio de Líderes – que impõem à Casa a sua vontade, como sempre, como neste caso, representando a vontade da Casa, desta Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, reitero perante esta Casa meu voto para fazer valer o desejo do povo dos municípios baianos, dos municípios brasileiros, no sentido de que sejam integradas ao exercício efetivo das suas funções como Vereadoras e Vereadores dos seus municípios as pessoas que o povo escolheu e que a falta da PEC vem impossibilitando de assumir o mandato.

Esperamos que na próxima semana o espírito cívico da Pátria influencie a Mesa Diretora e o Colégio de

Líderes desta Casa e que se coloque definitivamente em pauta a PEC dos Vereadores.

Era o que tinha a dizer.

O SR. SANDES JÚNIOR (PP – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, O Brasil foi o último país a abolir uma das mais abjetas formas de exploração do homem pelo homem: a escravidão. Há pouco mais de 120 anos ainda existiam pessoas que não eram donas de si próprias. Eram, na verdade, propriedades de outros seres humanos. Alimentados e vestidos por seus donos, a eles deviam pagar com o trabalho gratuito até o final de suas vidas.

Mesmo tardiamente, nosso País finalmente aboliu a escravidão em 1888. A partir daí nascia uma nova categoria de cidadãos brasileiros: aqueles que continuariam excluídos apenas por uma questão de maior ou menor quantidade de melanina em suas peles. Mesmo libertos, ou forros, os negros e negras continuaram a habitar uma espécie de subsociedade. No linguajar de hoje, tão afeito aos costumes orientais a partir de uma novela da Rede Globo, eles seriam os dalit de nossa sociedade, também cheia de castas, só que mais disfarçadas.

Aos novos cidadãos foram destinados os trabalhos menos dignos e os mais insalubres. Também a eles nada foi concedido em termos de educação e habitação. Mesmo “libertos”, e isso entre aspas, foram relegados ao analfabetismo. E essa situação pouco mudou por quase 100 anos. Somente nos últimos 2 Governos Federais é que foram criadas políticas públicas efetivas para a inserção social e que se tem ajudado jovens negros e negras a terem acesso aos bancos de universidades públicas federais.

Também na habitação eles sofreram contínua discriminação, tendo de viver em lugares longínquos e forçados, por falta de políticas públicas, dando início ao processo de construções irregulares nas periferias e áreas montanhosas. Suas habitações eram tão precárias que acabaram recebendo no Rio de Janeiro a alcunha de favela, que depois se espalhou para o resto do Brasil. Esse nome, dado a uma planta da Região Nordeste do País, ficou conhecido também por ser usado pelos militares para se referirem aos paupérrimos acampamentos dos miseráveis que seguiram Antônio Conselheiro em sua célebre Canudos.

Foi preciso que um Presidente vindo da Região mais pobre do País, ele também filho de migrantes pobres que buscavam uma possibilidade de sobrevivência, assumisse a Chefia do Executivo Nacional para que essa situação fosse vista sob um novo prisma.

A criação de uma Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial – SEPPIR com

status de Ministério foi o marco inicial dessa nova forma de enfrentar um problema que nossa sociedade teima em não admitir: a existência de preconceitos baseados apenas na cor da pele das pessoas.

Recentemente, na condição de chefe da delegação brasileira na Conferência de Revisão de Durban, que ocorreu na cidade de Bruxelas, o Ministro da Igualdade Racial Edson Santos propôs a ampliação do Acordo contra Discriminação Racial definido pela Organização das Nações Unidas no ano de 2001 no encontro na cidade australiana. Nosso representante pede a definição de critérios para a criação de um índice de discriminação racial, assim como existe o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

A intenção é realmente estabelecer parâmetros que permitam o acompanhamento das políticas de promoção da igualdade racial e ainda ajudem a implementação efetiva dos mecanismos antidiscriminatórios definidos pela ONU em seus países filiados. Mas, segundo nosso Ministro, isso servirá também para medir a evolução de uma sociedade na direção de uma nação mais justa, em que todas as pessoas de cor negra possam ter as mesmas chances de acesso a educação, saúde e ascensão social.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero reportar-me ao desrespeito do Governador Alcides Rodrigues para com a população goiana. Mesmo com as obras de 5 unidades de saúde paralisadas, ou não iniciadas, o Governador anunciou, no último dia 25, na cidade de Uruaçu, a 285 quilômetros de Goiânia, a construção de um novo hospital.

Com uma megamobilização de aeronaves, uma produção dispensável de propagandas e o despertar da imprensa local, deu-se o lançamento da pedra fundamental do Hospital Regional.

Ora, Sr. Governador, deslocar toda uma equipe, gerar gastos públicos para o marco e não apresentar nem indícios do início das obras é algo inaceitável! Foi uma produção desnecessária, em se tratando de um caso pífio, sem relevância para a população. Isso foi feito apenas para a sua promoção política, e não para realmente atender à população carente da região norte do Estado.

Ressalto ainda que a realização do projeto foi uma promessa de campanha feita pelo Governador em 2006, e que no ano de 2007 ele foi previsto no PPA, por iniciativa minha, apresentada como emenda de bancada, decisão essa tomada em conjunto com o Deputado Federal Jovair Arantes, a Senadora Lúcia Vânia e os demais membros da bancada. Já no mes-

mo ano ele recebeu uma emenda orçamentária cujos recursos, por incompetência, o Governo perdeu. Agora, tardiamente, neste ano de 2009, o Governador lança a pedra fundamental da obra, desperdiçando tempo e dinheiro, numa demonstração de despreparo e total desleixo por parte de seu Governo.

Sr. Governador, seu dever é apresentar para a população um hospital já pronto, com uma UTI funcionando, e não, faltando poucos meses para as próximas eleições, uma mera pedra fundamental de obras que ficarão apenas no imaginário dos cidadãos, já que até o momento nem o processo de licitação dessas obras foi realizado, nessa lentidão em que se arrasta há anos o Governo Alcides.

Com o lançamento da pedra fundamental do Hospital Regional de Uruaçu, sobe para 6 o número de unidades de saúde para cujas obras não há previsão de conclusão. Atualmente existem 3 obras ainda não iniciadas e 2 paralisadas. A construção dos hospitais de Novo Gama e de Águas Lindas, no Entorno de Brasília, está paralisada, sem previsão de retomada. Recentemente o Prefeito do Novo Gama, Doka, denunciou à imprensa a negligência do Governador e o total abandono em que se encontra o que era para ser o Hospital do Novo Gama, que na verdade não passa de mais uma obra inacabada que virou abrigo de moradores de rua. Em Valparaíso, outro município da região, a unidade está pronta, mas sem os equipamentos necessários para atender à população. O município de Santo Antônio do Descoberto, também no Entorno, carece de ajuda. Na vizinha Luziânia, a promessa de construção do Hospital de Urgências ainda não saiu do papel.

Ao contrário do que ele diz à imprensa, quem não cumpre suas obrigações é o Governador. Eu sempre me preocupei com todo o Estado de Goiás, principalmente com a região norte, e sempre procurei destinar por emendas recursos para obras locais de infraestrutura, numa ação inversa à do Governador, que tinha a obrigação de realizar benfeitorias para a população e não fez obra alguma de relevância na região norte. Trata-se de um Governo que só oferece promessas e ilusões. Isso é abusar da boa fé dos cidadãos goianos, principalmente os do norte.

O Governo de Alcides vai deixar o comando do Estado sem que nenhum doente seja jamais curado nesse hospital.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Município de Pacoti, incrustado no Maciço de Baturite, em meu Estado, comemorou seu

aniversário de emancipação política em meio a uma programação festiva, com a participação de autoridades e de todos os segmentos sociais.

Nos pleitos majoritários, quando disputei o mandato senatorial, fui ali apoiado por expressiva maioria, da mesma forma como, na última competição, mereci um generoso sufrágio de seu bravo e esclarecido eleitorado.

Quando o ex-Prefeito Edson Leite estava à frente da edilidade, empenhei-me em viabilizar algumas de suas iniciativas por meio de dotações do Orçamento federal, liberadas pelos respectivos Ministérios.

Por tudo isso, não poderia deixar de registrar esse expressivo acontecimento, que tanta relevância possui para as urbes que compõem aquela próspera faixa territorial.

Situado a 95 quilômetros da Capital, Pacoti prima pela hospitabilidade de sua gente e esmera-se em contribuir para o nosso desenvolvimento e para o bem-estar social.

Era o que tinha a dizer.

O SR. MARCELO SERAFIM (Bloco/PSB-AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, passo a destacar artigo de minha autoria, publicado na edição desta quinta-feira do jornal Dez Minutos, de Manaus, sob o título A livre escolha para o serviço militar, em referência à PEC nº 264, de 12 de junho de 2008, que visa tornar o serviço militar facultativo.

Sr. Presidente, eis o que escrevi aos manauaras: “Quando cheguei à Câmara dos Deputados ansiava por apresentar uma proposta que efetivamente pudesse mudar a vida dos brasileiros, já que um Deputado Federal não pode limitar-se apenas a fazer belos discursos ou ser um deputado presente. Teria que ir além, e isso significava propor algo que fosse diferente e que efetivamente trouxesse avanços para a sociedade.”

No artigo do matutino, contei que, tendo estudado as possibilidades por algum tempo, debruçando-me sobre diversos temas, decidi propor o fim do serviço militar obrigatório. Explicando pontualmente para os meus conterrâneos como funcionam as coisas aqui no Parlamento, esclareci que isso teria de ser feito por meio de uma proposta de emenda à Constituição, e que por isso iniciei a coleta de assinaturas de apoio para que a proposta tramitasse, já que são necessárias 171 assinaturas para materializar-se a ideia.

Relatei ainda, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que pouco tempo depois apresentei a proposta, que foi remetida para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania desta egrégia Casa. O próximo passo era o Relator da PEC na CCJC dar um parecer favorável, e isso ocorreu logo depois. Hoje, essa PEC

de minha autoria ainda está na Comissão de Justiça, com parecer do eminente Deputado Bernardo Ariston pela admissibilidade.

Como eu disse, Sr. Presidente, descrevi tudo isso de forma bastante didática, para que sobretudo os jovens entendessem como é a tramitação de uma proposta aqui.

Nesta semana, mais precisamente no dia de ontem, encaminhei um ofício para o Presidente da CCJC, o Deputado pelo Distrito Federal Tadeu Filippelli, solicitando que minha proposta seja colocada em pauta e votada, já que ela está pronta para seguir para a Comissão Especial, que terá o prazo de 40 sessões para apresentar seu relatório e remeter a proposta para o Plenário da Câmara dos Deputados.

Expliquei ainda, no artigo, que quando pensei nessa proposta meu objetivo era o de dar aos jovens de todo o País o direito de escolher entre servir ou não às Forças Armadas. Felizmente, Sr. Presidente, o Brasil é um país ordeiro, sem guerras, pacífico. Aqui, portanto, não se justifica que centenas de milhares de jovens sejam obrigados a se alistar apenas para cumprir a lei, pois na esmagadora maioria os jovens são liberados por excesso de contingente. Na minha visão, muito melhor seria que o alistamento fosse apenas dos que se sentem vocacionados. Com isso, caros colegas Parlamentares, as Forças Armadas Brasileiras contariam com jovens mais aptos e, conseqüentemente, mais preparados para servir à Nação.

Feito este registro, Sr. Presidente, quero, desta tribuna, agradecer ao amigo Cirilo Anunciação, proprietário do jornal Dez Minutos, pelo espaço que me é garantido todas as quintas-feiras, para tratar desse e de outros assuntos pertinentes a Manaus, ao Amazonas e ao Brasil.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO COELHO FILHO (Bloco/PSB-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a educação representa efetivamente condição fundamental e essencial para o desenvolvimento de qualquer região ou país, vinculando-se fortemente aos próprios níveis de constituição do produto interno bruto e, obviamente de maneira mais nítida, ao Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH.

São muito evidentes os casos, no mundo inteiro, de nações que alcançaram elevados padrões de crescimento econômico e de estabilidade social graças a maciços investimentos em educação, desde o ensino fundamental à formação profissional, focada no princípio do contínuo avanço tecnológico. Trata-se de um fator de extrema importância, que faz superar carências de riquezas naturais e determina a elevação do PIB

exatamente pela capacidade adquirida de promover a inovação na elaboração de produtos e na prestação de serviços com alta tecnologia.

O Brasil, lamentavelmente, tem em sua história as marcas da notória deficiência do ensino em praticamente todo o seu território, mas de forma ainda mais profunda nas Regiões Norte e Nordeste, razão maior dos imensos bolsões de miséria e das profundas desigualdades sociais e regionais lá existentes.

Felizmente, nos últimos anos, uma nova trajetória começou a ser traçada na administração de políticas públicas pelo Governo brasileiro e por alguns Governos estaduais, dos quais é exemplo o de Pernambuco, que dá ênfase a ações e programas de caráter social visando resgatar a enorme dívida para com as populações mais pobres, inclusive no plano da falta de acesso à educação.

Hoje, Sr. Presidente, o Governo Federal e o Governo pernambucano, assim como os de outros Estados, concentram esforços para melhorar a infraestrutura da educação, não apenas abrindo novas vagas e salas de aula, a fim de possibilitar a inclusão de crianças e jovens que se encontravam fora da escola, mas também buscando melhorar a qualidade do ensino nos diferentes níveis, além de promover a conquista da inovação tecnológica.

Para isso, tem sido importante a realização de parcerias com a iniciativa privada no processo de aperfeiçoamento profissional de estudantes e trabalhadores, uma vez que, na maioria dos casos, são as grandes empresas privadas que detêm maior capacitação tecnológica e, portanto, condições de transferir conhecimentos.

Resultados nesse sentido já aparecem com destaque e mostram que o caminho da educação, finalmente uma prioridade do Presidente Lula e do Governador Eduardo Campos, começa a render frutos significativos e constitui uma motivação a mais para que as novas gerações de brasileiros realmente transformem nosso País em uma grande potência econômica, com justiça social e elevada qualidade de vida para seus filhos.

Quero registrar o exemplo de estudantes pernambucanos recentemente agraciados com um prêmio internacional concedido pela Microsoft, ao vencerem modalidades da Copa Mundial de Informática, a Imagine Cup 2009, cuja etapa final foi realizada no mês de julho último, na cidade do Cairo, capital do Egito.

Foram mais de 300 mil inscritos, concorrendo por 142 países, e as equipes de estudantes da Universidade Federal de Pernambuco, da Universidade Católica de Pernambuco, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco e da União dos Institutos

Brasileiros de Tecnologia foram as vencedoras de 2 dos 16 prêmios em disputa.

Realmente, são títulos que muito honram o Estado de Pernambuco e o Brasil e enaltecem a capacidade dos estudantes nordestinos e brasileiros, numa demonstração de que, recebendo incentivo e condições, nossos jovens conseguem participar de certames internacionais de elevado nível em igualdade com os melhores alunos e estudantes de países desenvolvidos.

Incluo neste pronunciamento, Sr. Presidente, os termos de carta assinada pelo Diretor de Assuntos Corporativos da Microsoft Brasil, Rodolfo Fisher, que recebi em meu gabinete há poucos dias, dando-me ciência do fato e aplaudindo o feito alcançado por aqueles estudantes pernambucanos. Destaco o seguinte parágrafo da referida correspondência a mim encaminhada: “As conquistas mostram a importância do investimento em educação e capacitação tecnológica. Graças a essa aposta, o Estado de Pernambuco ganha projeção internacional e coloca o Brasil em posição privilegiada. A Microsoft também acredita no poder transformador da educação e nos últimos cinco anos capacitou 2,7 milhões de jovens e adultos para o mercado de trabalho e investiu mais de 100 milhões de reais em programas de cidadania. Mais informações sobre esta e outras iniciativas podem ser encontradas no link <http://imaginecup.com/default.aspx>.”

E o executivo da Microsoft conclui fazendo uma conclamação bastante legítima: “Junte-se a nós para parabenizar esses estudantes e conte conosco para continuar a promover a educação e o desenvolvimento do País”.

Cumprimento, portanto, com muita satisfação e alegria os estudantes Edgar Figueiredo Neto, Luciano José Firmino Junior, Victor Rafael Nascimento dos Santos, Vinicius Ottoni Borges de Figueiredo, Andre Luis Santos, Amirton Bezerra Chagas, Flavio Almeida Araujo Sobrinho, João Paulo dos Santos Oliveira e Lucas Araújo Mello Soares pelas extraordinárias conquistas nas categorias “desenvolvimento de jogos” e “interoperabilidade”, uma conquista a ser comemorada por todos os pernambucanos.

Parabéns à Microsoft, por essa e tantas outras iniciativas que realmente contribuem para a melhoria do ensino e para o pleno desenvolvimento da Região e do País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

A SRA. RITA CAMATA (Bloco/PMDB-ES. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Estado do Espírito Santo amanheceu triste nesta manhã de terça-feira, dia 1º de setembro, diante da perda, não apenas pelo povo capixaba,

mas também pelo Brasil, de Maurício de Oliveira, um grande homem, um mestre da música, nosso querido “pescador de sons”, como se autointitulava, encantando a todos com seu violão delicado e virtuoso.

Nada mais justo do que o gesto do Governador Paulo Hartung de decretar luto oficial por 3 dias, reverenciando assim sua notabilidade artística.

Visto e reconhecido como o principal instrumentista da história da música do Espírito Santo, o percurso de Maurício foi pródigo. Desde tenra idade já guardava familiaridade também com o cavaquinho. Aos 8 anos fez seu primeiro recital, apresentando-se ao lado do irmão mais velho, com quem constituiu o duo Oliveira. Com 15 anos de idade passou a integrar um conjunto regional de chorinho e a se apresentar na recém-formada Rádio Clube do Espírito Santo. O músico ganhou notoriedade, porém, em 1955, na ocasião do V Festival Mundial da Juventude, na Polônia, tendo sido premiado pela execução da Canção da Paz, uma de suas principais composições, na qual entoava instrumentalmente os horrores da II Guerra Mundial.

Foi pioneiro em nosso Estado, tendo sido o primeiro capixaba a gravar um disco, um compacto simples, no ano de 1952. Gravou discos em homenagem a Dilermano Reis, Ernesto Nazareth e Heitor Villa Lobos. Tornou-se diretor da Escola de Música do Espírito Santo. Teve como parceiros um grande elenco de notórios artistas, como Emilinha Borba, Altemar Dutra, Ângela Maria, Orlando Silva, Cauby Peixoto, Francisco Alves, Dircinha, Linda Batista, Dalva de Oliveira e Nelson Gonçalves. De seus pares obteve reconhecimento e deferência, a exemplo do célebre Turíbio Santos: “Era um dos veteranos do ensino e da divulgação do violão erudito e popular. Tive excelentes alunos que aprenderam com ele, e só uma pessoa com grande tarimba poderia formar grandes violonistas.”

Aos 84 anos, Maurício de Oliveira deixa a esposa Luiza Santos de Oliveira, netos e os filhos Tião, Luiz, Heloísa, Maurício e Ludmila. Mas deixa principalmente um belo e perene legado, orgulho de nosso Estado, orgulho de nosso País. Sepultado ao som de sua notável Canção da Paz, Maurício deita sementes e raízes a partir de sua verdade maior: sua alma, seu violão.

A esse maestro, filho de pescador, que tão bem cantou nossa terra – “o músico tem que sofrer, sorrir e chorar com seu povo”, como ele mesmo dizia – registro aqui minha homenagem e meu agradecimento pelo tão delicado e raro patrimônio a nós ofertado: sua música, sua alma, seu sopro imemorial.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigada.

O SR. HUMBERTO SOUTO (PPS-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil dispõe atualmente de uma das

maiores reservas petrolíferas do mundo. Segundo informações do Presidente da PETROBRAS, José Sérgio Gabrielli, a estatal brasileira possui atualmente a quarta maior reserva de petróleo provada do mundo – 11,7 bilhões de barris de óleo.

Ainda segundo o Presidente da empresa, os números não incluem as recentes descobertas da empresa na camada de pré-sal nos campos de Tupi, Júpiter, Carioca e Bem-te-vi, as quais, se confirmadas, poderiam nos colocar como a terceira maior reserva provada do mundo.

Por conta desse imenso potencial, foi enviado pelo Governo Federal ao Congresso Nacional o novo marco regulatório que irá reger as futuras extrações petrolíferas e que pretende alterar as regras vigentes de exploração e produção de petróleo no País definidas pela Lei nº 9.478, de 1997, que quebrou o monopólio da PETROBRAS, permitindo a entrada de competidores estrangeiros no mercado brasileiro.

Desde a Lei nº 9.478, o regime adotado no País passou a ser o da concessão. Ou seja, o setor privado adquire o direito de explorar determinada área mediante uma série de pagamentos ao Poder Público, como bônus, royalties e participações especiais.

Os principais motivos apresentados pelo Governo Lula que justificariam a definição de um novo marco regulatório para a exploração do petróleo da camada pré-sal é que as empresas terão acesso a reservas de alto potencial e com risco exploratório praticamente nulo. Muitos países do mundo operam com esse modelo, normalmente aqueles que dispõem de grandes reservas.

Outra proposta é depositar esses recursos em um fundo para uso específico, que permita maiores investimentos nas áreas social e de infraestrutura.

A crítica feita pelos partidos de oposição nesta Casa é a de que os riscos exploratórios não são nulos, como previstos, e que alterações como essa podem afastar potenciais investidores e prejudicar todo o processo exploratório.

O objetivo deste pronunciamento não é entrar no mérito dessa questão, pois o mais importante é pensarmos na redistribuição dessas riquezas, que atualmente ficam concentradas nos Estados produtores. Aliás, essas explorações são feitas a mais de 300 quilômetros da costa, o que já põe em xeque a questão do pagamento dos royalties, uma vez que eles são pagos para cobrir eventuais danos ambientais.

Independentemente da alteração do marco regulatório, as descobertas na camada pré-sal nos elevam ao caráter de potência petrolífera, e, verificada a viabilidade exploratória, o País passará a contar com enorme riqueza proveniente desses novos poços.

Proponho, portanto, que repensemos a aplicação desses recursos de forma que se beneficie as populações dos municípios menos favorecidos, duplamente penalizada nesse caso, pois, além de estarem submetidas a situações naturais difíceis, têm dificuldade de conseguir emprego, educação e saúde.

Este é o momento propício para pensarmos, sobretudo, na melhor forma de aplicar os recursos financeiros que advirão dessas descobertas, pautados pelo pressuposto de que devemos pensar não apenas no futuro de nossas gerações, mas também na remodelagem do atual modelo distributivo dos royalties do petróleo. E não há dúvida de que isso só pode ser feito quando melhorarmos a situação dos municípios mais pobres do País, o que poderá ser feito de duas maneiras: a primeira, que diz respeito ao presente, por meio da alteração do atual modelo de distribuição de royalties; a segunda, que diz respeito ao futuro, por meio da criação de um fundo de reservas, conforme modelo adotado na Noruega, que possui um fundo para as gerações futuras.

Em relação à atual política de distribuição de royalties, que diz respeito ao nosso presente, atualmente, somente os municípios detentores de poços recebem os valores distribuídos pela PETROBRAS. Neste ano, o Rio de Janeiro recebeu R\$822 milhões de um total de R\$1,3 bilhão distribuído entre 9 Estados. Em seguida, estão Espírito Santo, com R\$99 milhões; Rio Grande do Norte, com R\$84 milhões; Bahia, com R\$79 milhões, enquanto São Paulo recebeu R\$2 milhões.

No ano passado, esses recursos somaram cerca de R\$22 bilhões. De acordo com a legislação, 60% desse dinheiro vai para a União e os 40% restantes para Estados e Municípios onde o petróleo é explorado. A participação da indústria do petróleo no PIB, que era de 3% na década de 90, hoje é de 12%, e tende a crescer.

Simulações preliminares realizadas por especialistas da Universidade Cândido Mendes e do Centro Federal de Educação Tecnológica, incluídas no boletim Inforoyalties, preveem que o teto vinculado às receitas possibilitaria gerar, apenas no âmbito dos municípios, um excedente de no mínimo R\$1,1 bilhão por ano em valores de 2006, ou seja, antes dos aumentos de receita esperados para os próximos anos.

Estimativas preliminares realizadas por técnicos especializados do setor de petróleo indicam que as receitas de royalties e participações especiais deverão atingir no mínimo R\$30 bilhões anuais até 2010, com a produção dos campos do chamado pré-sal apenas na fase inicial. Essa conta, porém, não inclui a produção do megacampo de Tupi, prevista para ser iniciada em 2010.

Portanto, estamos criando uma perigosa situação no Brasil, em que alguns municípios detêm muita riqueza, enquanto outros nada possuem, a não ser o Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

Nesse sentido, estou solicitando à área técnica estudos com vistas à imediata apresentação de projeto de lei. Entendo ser razoável estabelecermos uma nova distribuição dos recursos do pré-sal nos seguintes termos: 40% para os Estados limítrofes às áreas do pré-sal; 30% para o Governo Federal e 30% para os demais Estados.

Há, inclusive, um estudo da Confederação Nacional dos Municípios que preconiza essa redistribuição. Esse estudo visa redistribuir o excedente do crescimento da compensação entre todos os municípios. Se houver mudança na lei, o número de municípios beneficiados passaria dos atuais 853 para 5.563. Sou favorável a essa redistribuição, mas com critérios claros, nos termos que apresentei acima.

Em relação ao futuro das nossas gerações, para a criação de um fundo com recursos do petróleo brasileiro, baseei-me no modelo existente na Noruega, um dos países com maiores índices de qualidade de vida do mundo, que, além de propiciar qualidade de vida aos seus atuais habitantes, formou um fundo de riquezas para gerações futuras. Com produção diária de 3 milhões de barris de petróleo, tirados do Mar do Norte, a Noruega é o terceiro maior exportador de petróleo do mundo. Como os recursos de petróleo são finitos e é importante assegurar o bem-estar das gerações futuras, o Governo norueguês criou um fundo de pensão baseado no rendimento do petróleo, com diretrizes éticas rigorosas.

O fundo petrolífero da Noruega chama muito a atenção internacional por várias razões. A principal delas é que o fato de ser o maior do mundo, com mais de 1,275 bilhão de coroas norueguesas (R\$384 bilhões) investidas. Ademais, é conhecido por suas diretrizes éticas, implementadas em 2005, baseadas em 2 princípios. Primeiro, o fundo é um instrumento utilizado para preservar os recursos de petróleo para as gerações futuras, sendo preciso ter um plano para ganhar dinheiro a longo prazo. Segundo, os recursos não devem ser investidos em negócios imorais ou antiéticos, como violações dos direitos humanos, corrupção ou atos de poluição severos.

Portanto, Sr. Presidente, é preciso que repensemos a política do petróleo sob esses 2 importantes aspectos: no presente, pela mudança no atual modelo de redistribuição dos royalties, de modo que possamos beneficiar também municípios mais carentes, de forma diferente da que vem sendo feita; no futuro, pela criação

de um fundo que garanta educação, saúde e melhores condições de vida para gerações vindouras.

Muito obrigada.

A SRA. MANUELA D'ÁVILA (Bloco/PCdoB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o lançamento do novo marco regulatório para a exploração de petróleo na camada chamada de pré-sal trouxe ao País muita expectativa.

A descoberta de um imenso campo submarino de petróleo deve trazer para o Brasil mudanças profundas. As estimativas sobre o tamanho do pré-sal variam muito, chegando aos 70 bilhões e até aos 100 bilhões de barris. O Governo, por enquanto, trabalha sobriamente com a previsão de 50 bilhões de barris.

Mas o que diferencia historicamente essa descoberta é a definição de como o País vai administrar os recursos do petróleo. Ficou clara a opção do Governo Lula pelo desenvolvimento e pela soberania nacional. Já a Oposição opta por um discurso que se perde em questões menores.

Uma falsa polêmica da Oposição diz respeito ao pedido de urgência feito pelo Presidente Lula. Nós sabemos que diversos projetos tramitam com pedido de urgência constitucional. Isso significa, na prática, 45 dias tramitando na Câmara e mais 45 no Senado, até que se tranque a pauta. São cerca de 120 dias entre debate e votação. A sociedade já está discutindo há algum tempo o projeto, e nós Parlamentares temos condições de debater muito o tema em 45 dias.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, as verdadeiras polêmicas giram em torno da criação de uma nova estatal que acompanhe a exploração, a exclusividade da operação por parte da PETROBRAS e o uso dos recursos para o desenvolvimento social do nosso País, e não para pagamento de superávit, por exemplo.

Portanto, a polêmica real, como sempre, não diz respeito às pequenas questões levantadas, mas sim às disputas ideológicas.

O pré-sal encerra um ciclo em que só era permitido acreditar no deus mercado e em sua mão invisível. Agora as mãos invisíveis podem ser as milhares de mãos do povo brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil está perdendo a batalha contra o desmatamento. Embora o Governo esteja comemorando a queda de 46% do desmatamento acumulado de agosto de 2008 a julho de 2009 na Amazônia em relação ao período anterior, infelizmente os dados do INPE mostram um cenário não tão otimista: o desmatamento na Amazônia em julho atingiu pelo

menos 836,5 quilômetros quadrados de floresta, 157% a mais do que o registrado em julho de 2008, quando o desmate foi de 323 quilômetros quadrados.

Em agosto de 2009, o INPE retificou os dados do desmatamento anual na Amazônia pelo sistema PRODES, que é mais exato do que o DETER, e registrou um aumento da devastação. Entre agosto de 2007 e julho de 2008, a floresta perdeu 12.911 quilômetros quadrados, o equivalente à metade do Estado de Sergipe. Esse índice superou em 12% o do período anterior, quando o desmatamento alcançou 11.532 quilômetros, invertendo a tendência de queda. Em novembro de 2008, o INPE havia divulgado dados preliminares que indicavam uma taxa anual de desmatamento de 11.968 quilômetros quadrados. E o Greenpeace já adverte que a previsão é de que em 2010 as pesquisas devam revelar um novo aumento do desmatamento.

Cabe destacar ainda que a queda do desmate pode ser creditada ao fato de que regiões tradicionais de desmatamento cederam à crise, às pressões do mercado. Também não podemos esquecer que, em março de 2009, o Ministro Minc igualmente havia anunciado uma queda de desmatamento que depois não se confirmou. Ele havia dito que o desmatamento na Amazônia no trimestre de novembro a janeiro teve uma “queda significativa”; segundo o Ministro, nos 8 meses anteriores a redução foi de 40%. Depois, em agosto, o INPE corrigiu os dados e confirmou o aumento no desmatamento.

Para o Greenpeace, o próprio Governo criou medidas que incentivam a derrubada da floresta. Segundo o Diretor de Campanhas do Greenpeace no Brasil, Sérgio Leitão, a retomada da devastação na floresta deve-se à “MP da grilagem”, à retomada do crédito bancário e às obras do PAC, que teriam incentivado a ocupação principalmente de áreas cujos projetos de unidades de conservação foram engavetados.

Na verdade, o que vemos é que as leis ambientais brasileiras são incompatíveis com a realidade da Amazônia e não bastam para controlar a destruição da floresta. Não adianta só punir aqueles que descumprem a lei. É preciso compensar e premiar aqueles que conservam a floresta e se esforçam para trabalhar na legalidade.

Temos que criar novos mecanismos para impedir o desmatamento. Por exemplo, a ideia de fixar um preço para cada árvore correspondente ao carbono que armazena durante toda sua vida e evitar assim o corte das florestas está ganhando adeptos nas conferências internacionais sobre o clima. O conceito é o de que cada tonelada preservada seja compensada

com créditos que possam ser vendidos no mercado global de carbono.

Os grandes países que abrigam vastas extensões de florestas, como o Brasil e a Indonésia, apoiam a criação desse tipo de mecanismo, batizado de “redução de emissões procedentes do desmatamento ou degradação”. Trata-se, além disso, de uma das opções estudadas pelos Estados signatários do Acordo de Princípios da ONU sobre Mudanças Climáticas – CNUCC, que trabalham atualmente num texto que substituirá o Protocolo de Kyoto.

O desmatamento no mundo é responsável por 20% das emissões de CO₂, superando o conjunto das indústrias de transporte. Sua redução permitirá a diminuição das emissões de gases de efeito estufa, consideradas responsáveis pelas mudanças climáticas.

Muito obrigado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar a Associação Beneficente Criança Cidadã – ABCC, do Recife, que completou na quarta, dia 26 de agosto, 6 anos de muitas ações e projetos de inclusão social de crianças e adolescentes em situação de risco.

Para comemorar a data, a Associação promoveu uma missa de ação de graças no seu Espaço Cultural D. Helder Câmara, localizado no Parque do Caiara, no bairro do Cordeiro, em Recife. A missa marcou também os 10 anos de falecimento de D. Helder.

A ABCC foi fundada no ano 2000 pelo então Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco Nildo Nery dos Santos, que, com espírito de responsabilidade cidadã, decidiu agir em prol de uma sociedade melhor. Foi a partir dessa ideia que o magistrado instituiu, em julho de 2000, o Programa Criança Cidadã.

A primeira grande ação do programa foi a retirada de 24 famílias que moravam nas calçadas da Rua do Imperador, no bairro de Santo Antônio. Elas foram levadas para 2 vilas, a de Nossa Senhora de Fátima e a de São Francisco, ambas localizadas no Parque do Caiara, no Cordeiro.

A partir de novembro de 2003 o programa evoluiu e transformou-se numa entidade sem fins lucrativos com o nome de Associação Beneficente Criança Cidadã – ABCC. Trata-se de mais uma iniciativa da sociedade civil organizada que luta para afastar crianças e adolescentes dos riscos da violência e da exclusão social. Os projetos sociais da ABCC estão presentes em diversas áreas, como educação, esporte, lazer e profissionalização.

No segundo semestre de 2004, a ABCC firmou uma parceria com o Movimento Pró-Criança, a Organização de Auxílio Fraternal – OAF e a Pastoral da

Criança. Surgiu dessa forma o Projeto Clarear, que constitui uma frente de atuação para beneficiar crianças e adolescentes em situação de risco social. O Clarear arrecada recursos financeiros que são investidos nos projetos das 4 entidades. A verba é proveniente de contribuições mensais no valor de R\$0,98, feitas via conta de energia elétrica.

Entre os projetos da ABCC, um dos destaques é a Orquestra Criança Cidadã Meninos do Coque, um dos bairros mais carentes do Recife, que acaba de ganhar o prêmio Brasil Social, da Casa da Criança, na categoria Resgate da Cidadania em Área de Risco, concedido pela revista Brasil Social, publicação do Projeto Casa da Criança. O prêmio, que será entregue na próxima terça, 1º de setembro, homenageia organizações sociais que geram impacto positivo na sociedade.

A Orquestra Criança Cidadã Meninos do Coque consolidou-se como um dos projetos sociais de maior destaque do país. Em 2008, ampliou de 100 para 130 o número de alunos nas aulas de música. Além disso, formou um grupo de canto composto por 30 meninos, e também um de percussão. Outros 15 alunos recebem aulas de inglês, patrocinadas pela empresa Ello-Puma, e terão maiores chances para estudar no exterior.

As mudanças estimularam os garotos a estudar cada vez mais. E os resultados chegaram. Em abril de 2008, os instrumentistas Inaldo José do Nascimento e Júlio Carlos foram ao Rio de Janeiro tocar no Theatro Municipal, numa orquestra formada por 40 jovens revelados por projetos sociais em todo o País. Em maio do ano passado, a emoção foi ainda maior: um grupo de 20 meninos foi à Brasília, a convite do Ministro das Relações Institucionais, José Múcio, para uma apresentação no Palácio do Planalto para o Presidente Lula. Depois participaram do Programa Domingo do Faustão. Em seguida apresentaram recitais em eventos em homenagem a Antonio Vivaldi, marcando as comemorações pelos 2 anos do projeto, e em muitos outros eventos, como o do Teatro de Santa Isabel, onde foi anunciada a parceria com a UNIMED/Recife, que oferece assistência médica e odontológica a todos os integrantes da orquestra.

Em dezembro do ano passado, os meninos foram à Costa do Sauípe, na Bahia, onde fizeram uma apresentação, a convite do Presidente Lula, num evento que reuniu chefes de estados da América Latina e do Caribe. O ano de 2008 terminou com uma grande notícia para os meninos do projeto: a Caixa Econômica Federal anunciou o apoio financeiro de R\$720 mil, que vai cobrir parte dos custos da orquestra durante os anos de 2009 e 2010.

Mas a ABCC gerencia outras ações sociais igualmente importantes, como: o Projeto de Aluguéis Tem-

porários, em convênio com o Instituto de Assistência Social e Cidadania – IASC, órgão ligado à Prefeitura do Recife, para abrigar famílias com crianças e adolescentes em situação de moradia de rua; o Projeto Arte Viva, que proporciona atividades educativas e lúdicas para jovens dos bairros do Coque e do Cordeiro, resultado de uma parceria firmada entre a ABCC, a Organização de Auxílio Fraternal – OAF e o Instituto de Assistência Social e Cidadania – IASC; o Projeto Cultura Cidadã, que trabalha no resgate da cidadania de crianças exploradas nas ruas do Recife; o Projeto Frevart, que envolve crianças, adolescentes e jovens em situação de risco social das comunidades carentes do Bairro de Santo Amaro e adjacências, promovendo formação musical e profissionalização cultural, com aulas gratuitas de instrumentos de sopro e percussão, além de atividades de lazer nos finais de semana; e o Projeto Universitário de Liberdade Assistida, para adolescentes em conflito com a Lei, que trocam as unidades de internação da Fundação da Criança e do Adolescente – FUNDAC por atividades esportivas e profissionalizantes, o que contribui para uma melhor reeducação, além de amenizar a superlotação dessas unidades.

Nesse último projeto, jovens em regime de liberdade assistida são orientados por estudantes do curso de Direito de universidades conveniadas com a ABCC, que faz o treinamento desses universitários. O Programa de Liberdade Assistida promove também a reeducação de jovens em conflito com a lei por meio da arte da grafiteagem, em parceria com a Vara Regional da Infância e Juventude da 1ª Circunscrição.

Nas Vilas do Cordeiro e do Parque do Caiara, onde se situa o Espaço Cultural D. Helder Câmara, a ABCC oferece reforço escolar para crianças e adolescentes, além de aulas de música, oficinas de xadrez e capoeira e atividades destinadas aos pais, visando à geração de renda para o sustento das famílias.

Por esse grandioso trabalho de enorme alcance social, quero parabenizar a todos os que fazem a ABCC. Parabéns ao seu fundador, o Desembargador Nildo Nery dos Santos, e a todos e todas que de alguma forma participam dessa importante obra social.

Muito obrigado.

V – ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:

RORAIMA

Angela Portela PT
Edio Lopes PMDB PmdbPtc
Francisco Rodrigues DEM
Marcio Junqueira DEM

Maria Helena PSB PsbPCdoBPmnPrb
Neudo Campos PP
Urzeni Rocha PSDB

Total de Roraima 7

AMAPÁ

Evandro Milhomen PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
Jurandil Juarez PMDB PmdbPtc
Lucenira Pimentel PR
Sebastião Bala Rocha PDT

Total de Amapá 4

PARÁ

Asdrubal Bentes PMDB PmdbPtc
Beto Faro PT
Gerson Peres PP
Giovanni Queiroz PDT
Lira Maia DEM
Lúcio Vale PR
Paulo Rocha PT
Vic Pires Franco DEM
Wandenkolk Gonçalves PSDB
Wladimir Costa PMDB PmdbPtc
Zenaldo Coutinho PSDB

Total de Pará 11

AMAZONAS

Átila Lins PMDB PmdbPtc
Lupércio Ramos PMDB PmdbPtc
Marcelo Serafim PSB PsbPCdoBPmnPrb
Vanessa Grazziotin PCdoB PsbPCdoBPmnPrb

Total de Amazonas 4

RONDÔNIA

Anselmo de Jesus PT
Marinha Raupp PMDB PmdbPtc
Mauro Nazif PSB PsbPCdoBPmnPrb
Moreira Mendes PPS
Natan Donadon PMDB PmdbPtc

Total de Rondônia 5

ACRE

Flaviano Melo PMDB PmdbPtc
Gladson Cameli PP
Henrique Afonso PT
Ilderlei Cordeiro PPS
Nilson Mourão PT
Perpétua Almeida PCdoB PsbPCdoBPmnPrb

Total de Acre 6

TOCANTINS

João Oliveira DEM
Laurez Moreira PSB PsbPCdoBPmnPrb
Lázaro Botelho PP

Moises Avelino PMDB PmdbPtc
 Nillmar Ruiz DEM
 Osvaldo Reis PMDB PmdbPtc
 Vicentinho Alves PR
Total de Tocantins 7

MARANHÃO

Carlos Brandão PSDB
 Davi Alves Silva Júnior PDT
 Domingos Dutra PT
 Flávio Dino PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
 Julião Amin PDT
 Pedro Fernandes PTB
 Pedro Novais PMDB PmdbPtc
 Pinto Itamaraty PSDB
 Professor Setimo PMDB PmdbPtc
 Ribamar Alves PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Washington Luiz PT
Total de Maranhão 11

CEARÁ

Ariosto Holanda PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Arnon Bezerra PTB
 Chico Lopes PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
 Eugênio Rabelo PP
 Eunício Oliveira PMDB PmdbPtc
 Flávio Bezerra PMDB PmdbPtc
 José Airton Cirilo PT
 José Guimarães PT
 José Linhares PP
 Leo Alcântara PR
 Manoel Salviano PSDB
 Marcelo Teixeira PR
 Mauro Benevides PMDB PmdbPtc
 Pastor Pedro Ribeiro PMDB PmdbPtc
 Paulo Henrique Lustosa PMDB PmdbPtc
 Raimundo Gomes de Matos PSDB
 Vicente Arruda PR
 Zé Gerardo PMDB PmdbPtc
Total de Ceará 18

PIAUI

Átila Lira PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Ciro Nogueira PP
 Elizeu Aguiar PTB
 José Maia Filho DEM
 Júlio Cesar DEM
 Osmar Júnior PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
Total de Piauí 6

RIO GRANDE DO NORTE

Fátima Bezerra PT
 Felipe Maia DEM
 João Maia PR

Rogério Marinho PSDB
 Sandra Rosado PSB PsbPCdoBPmnPrb
Total de Rio Grande do Norte 5

PARAÍBA

Armando Abílio PTB
 Damião Feliciano PDT
 Efraim Filho DEM
 Luiz Couto PT
 Major Fábio DEM
 Rômulo Gouveia PSDB
 Vital do Rêgo Filho PMDB PmdbPtc
Total de Paraíba 7

PERNAMBUCO

André de Paula DEM
 Bruno Rodrigues PSDB
 Charles Lucena PTB
 Edgar Moury PMDB PmdbPtc
 Fernando Coelho Filho PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Fernando Ferro PT
 Fernando Nascimento PT
 Gonzaga Patriota PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Inocêncio Oliveira PR
 José Chaves PTB
 José Mendonça Bezerra DEM
 Maurício Rands PT
 Paulo Rubem Santiago PDT
 Raul Henry PMDB PmdbPtc
 Roberto Magalhães DEM
 Silvio Costa PMN PsbPCdoBPmnPrb
 Wolney Queiroz PDT
Total de Pernambuco 17

ALAGOAS

Antonio Carlos Chamariz PTB
 Benedito de Lira PP
 Carlos Alberto Canuto PMDB PmdbPtc
 Francisco Tenorio PMN PsbPCdoBPmnPrb
 Givaldo Carimbão PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Joaquim Beltrão PMDB PmdbPtc
 Maurício Quintella Lessa PR
 Olavo Calheiros PMDB PmdbPtc
Total de Alagoas 8

SERGIPE

Albano Franco PSDB
 Eduardo Amorim PSC
 Iran Barbosa PT
 Jackson Barreto PMDB PmdbPtc
 Jerônimo Reis DEM
 José Carlos Machado DEM

Mendonça Prado DEM
 Valadares Filho PSB PsbPCdoBPmnPrb
Total de Sergipe 8

BAHIA

Alice Portugal PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
 Antonio Carlos Magalhães Neto DEM
 Claudio Cajado DEM
 Colbert Martins PMDB PmdbPtc
 Edigar Mão Branca PV
 Emiliano José PT
 Fábio Souto DEM
 Félix Mendonça DEM
 Geraldo Simões PT
 Jairo Carneiro PP
 João Almeida PSDB
 João Carlos Bacelar PR
 Jorge Khoury DEM
 José Carlos Aleluia DEM
 José Carlos Araújo PR
 José Rocha PR
 Jutahy Junior PSDB
 Luiz Alberto PT
 Luiz Bassuma PT
 Luiz Carreira DEM
 Márcio Marinho PR
 Paulo Magalhães DEM
 Roberto Britto PP
 Sérgio Barradas Carneiro PT
 Veloso PMDB PmdbPtc
 Zezéu Ribeiro PT
Total de Bahia 26

MINAS GERAIS

Ademir Camilo PDT
 Aelton Freitas PR
 Antônio Andrade PMDB PmdbPtc
 Bilac Pinto PR
 Carlos Willian PTC PmdbPtc
 Ciro Pedrosa PV
 Edmar Moreira PR
 Eduardo Barbosa PSDB
 Fábio Ramalho PV
 Gilmar Machado PT
 Jairo Ataíde DEM
 João Bittar DEM
 José Fernando Aparecido de Oliveira PV
 José Santana de Vasconcellos PR
 Lael Varella DEM
 Leonardo Monteiro PT
 Leonardo Quintão PMDB PmdbPtc
 Márcio Reinaldo Moreira PP
 Marcos Lima PMDB PmdbPtc

Marcos Montes DEM
 Maria Lúcia Cardoso PMDB PmdbPtc
 Mário de Oliveira PSC
 Mário Heringer PDT
 Mauro Lopes PMDB PmdbPtc
 Miguel Corrêa PT
 Paulo Delgado PT
 Reginaldo Lopes PT
 Saraiva Felipe PMDB PmdbPtc
 Silas Brasileiro PMDB PmdbPtc
 Virgílio Guimarães PT
Total de Minas Gerais 30

ESPÍRITO SANTO

Camilo Cola PMDB PmdbPtc
 Capitão Assunção PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Iriny Lopes PT
 Jurandy Loureiro PSC
 Lelo Coimbra PMDB PmdbPtc
 Luiz Paulo Vellozo Lucas PSDB
 Manato PDT
 Rita Camata PMDB PmdbPtc
 Rose de Freitas PMDB PmdbPtc
Total de Espírito Santo 9

RIO DE JANEIRO

Alexandre Santos PMDB PmdbPtc
 Antonio Carlos Biscaia PT
 Arnaldo Vianna PDT
 Arolde de Oliveira DEM
 Brizola Neto PDT
 Carlos Santana PT
 Chico Alencar PSOL
 Chico D'Angelo PT
 Deley PSC
 Dr. Adilson Soares PR
 Dr. Paulo César PR
 Edmilson Valentim PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
 Eduardo Cunha PMDB PmdbPtc
 Eduardo Lopes PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Fernando Lopes PMDB PmdbPtc
 Geraldo Pudim PMDB PmdbPtc
 Hugo Leal PSC
 Índio da Costa DEM
 Jair Bolsonaro PP
 Luiz Sérgio PT
 Marcelo Itagiba PMDB PmdbPtc
 Nelson Bornier PMDB PmdbPtc
 Silvío Lopes PSDB
 Simão Sessim PP
 Suely PR
Total de Rio de Janeiro 25

SÃO PAULO

Antonio Bulhões PMDB PmdbPtc
 Antonio Carlos Mendes Thame PSDB
 Antonio Carlos Pannunzio PSDB
 Arnaldo Faria de Sá PTB
 Arnaldo Madeira PSDB
 Bispo Gê Tenuta DEM
 Devanir Ribeiro PT
 Dimas Ramalho PPS
 Dr. Ubiali PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Emanuel Fernandes PSDB
 Jefferson Campos PTB
 Jilmar Tatto PT
 João Dado PDT
 Jorginho Maluly DEM
 José C Stangarlini PSDB
 José Genoíno PT
 Julio Semeghini PSDB
 Lobbe Neto PSDB
 Luciana Costa PR
 Luiza Erundina PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Marcelo Ortiz PV
 Milton Monti PR
 Milton Vieira DEM
 Paes de Lira PTC PmdbPtc
 Paulo Pereira da Silva PDT
 Regis de Oliveira PSC
 Renato Amary PSDB
 Ricardo Berzoini PT
 Roberto Alves PTB
 Roberto Santiago PV
 Silvio Torres PSDB
 Valdemar Costa Neto PR
 Vicentinho PT
 Walter Ihoshi DEM
 William Woo PSDB
Total de São Paulo 35

MATO GROSSO

Carlos Bezerra PMDB PmdbPtc
 Eliene Lima PP
 Valtenir Pereira PSB PsbPCdoBPmnPrb
Total de Mato Grosso 3

DISTRITO FEDERAL

Alberto Fraga DEM
 Jofran Frejat PR
 Laerte Bessa PMDB PmdbPtc
Total de Distrito Federal 3

GOIÁS

Carlos Alberto Leréia PSDB
 Chico Abreu PR
 Íris de Araújo PMDB PmdbPtc

Leandro Vilela PMDB PmdbPtc
 Luiz Bittencourt PMDB PmdbPtc
 Pedro Chaves PMDB PmdbPtc
 Pedro Wilson PT
 Professora Raquel Teixeira PSDB
 Sandes Júnior PP
 Tatico PTB

Total de Goiás 10**MATO GROSSO DO SUL**

Antônio Carlos Biffi PT
 Antonio Cruz PP
 Geraldo Resende PMDB PmdbPtc
 Marçal Filho PMDB PmdbPtc

Total de Mato Grosso do Sul 4**PARANÁ**

Abelardo Lupion DEM
 Airton Roveda PR
 Alcení Guerra DEM
 Alex Canziani PTB
 Andre Vargas PT
 Andre Zacharow PMDB PmdbPtc
 Assis do Couto PT
 Cezar Silvestri PPS
 Chico da Princesa PR
 Dilceu Sperafico PP
 Dr. Rosinha PT
 Gustavo Fruet PSDB
 Luiz Carlos Haully PSDB
 Luiz Carlos Setim DEM
 Marcelo Almeida PMDB PmdbPtc
 Nelson Meurer PP
 Odílio Balbinotti PMDB PmdbPtc
 Osmar Serraglio PMDB PmdbPtc
 Ricardo Barros PP

Total de Paraná 19**SANTA CATARINA**

Acélio Casagrande PMDB PmdbPtc
 Angela Amin PP
 Celso Maldaner PMDB PmdbPtc
 Décio Lima PT
 Edinho Bez PMDB PmdbPtc
 Fernando Coruja PPS
 Gervásio Silva PSDB
 João Matos PMDB PmdbPtc
 Jorge Boeira PT
 José Carlos Vieira DEM
 Nelson Goetten PR
 Paulo Bornhausen DEM
 Valdir Colatto PMDB PmdbPtc
 Vignatti PT
 Zonta PP

Total de Santa Catarina 15

RIO GRANDE DO SUL

Beto Albuquerque PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Eliseu Padilha PMDB PmdbPtc
 Emilia Fernandes PT
 Enio Bacci PDT
 Geraldinho PSOL
 Ibsen Pinheiro PMDB PmdbPtc
 José Otávio Germano PP
 Luis Carlos Heinze PP
 Luiz Carlos Busato PTB
 Marco Maia PT
 Maria do Rosário PT
 Mendes Ribeiro Filho PMDB PmdbPtc
 Paulo Roberto Pereira PTB
 Pepe Vargas PT
 Professor Ruy Pauletti PSDB
 Renato Molling PP

Total de Rio Grande do Sul 16

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – A lista de presença registra o comparecimento de 319 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

O SR. ALBERTO FRAGA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou aguardando a resposta da questão de ordem que formulei a V.Exa. Não deixaram V.Exa. falar, mas eu fiz uma questão de ordem baseada no art. 82, § 2º, do Regimento Interno, que diz que, havendo matéria para votar e quorum, se iniciasse a Ordem do Dia e se encerrasse.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Como temos uma pauta extensa, com vários projetos listados e determinados para esta Ordem do Dia, pergunto aos Srs. Líderes e aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas se há acordo com relação à proposta feita pelo Deputado Fraga, no sentido de que a Mesa, de ofício, retire os itens da pauta e, portanto, não realizemos votações na Ordem do Dia,

Foi feito um acordo ontem, no sentido de que votaríamos o texto da medida provisória no dia de ontem e que retomariamos as votações somente na próxima semana, votando os destaques da medida provisória.

Todos os temas constante da pauta de hoje somente serão votados se efetivamente houver acordo. Há também sobre a mesa requerimentos de retirada dos projetos constantes da pauta, da Liderança do Democratas.

Então, a Presidência pergunta se há acordo no sentido de retirar da pauta todos os itens e, portanto, encerrar a Ordem do dia.

O SR. EUGÊNIO RABELO (PP – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Progressista concorda com a proposta do Deputado Alberto Fraga.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Mais alguém quer falar sobre o assunto?

O SR. PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB concorda, na certeza de que, terça-feira, se reiniciem as votações.

Concordamos com a retirada de pauta dos decretos que estariam para ser votados hoje, já que não há acordo.

O SR. DR. UBIALI (Bloco/PSB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós, do Bloco Parlamentar PSB/PCdoB/PMN/PRB, achávamos que deveríamos votar, sim, alguns itens hoje. Não esse que já está acordado, mas outros, entre eles, uma série de acordos internacionais.

Mas, em função de haver vários requerimentos, que irão obstruir nosso trabalho, seria contraproducente manter a Ordem do Dia.

Somos favoráveis, portanto à retirada desses itens pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Pergunto ao Deputado Fernando Ferro se há acordo para votar os acordos internacionais. (Pausa.)

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Democratas tem algumas restrições, inclusive com relação aos acordos internacionais. Em matérias envolvendo acordos com Bolívia e Venezuela, não temos acordo para votar. São assuntos polêmicos que queremos discutir com mais profundidade.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Com a palavra o Deputado Fernando Ferro.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, concordo com a ressalva do Deputado representante do Bloco, e, diante do posicionamento das Lideranças da Oposição, não há outro caminho se não buscarmos na próxima semana tratar dessas questões. Não há condições para desenvolvermos os trabalhos. Por isso, temos bom senso e vamos acatar a proposta dos Deputados da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Se há acordo, a Presidência retira, de ofício, todos os itens da pauta da Ordem do Dia: Projetos de Decretos Legislativos n.ºs 1.941-A, de 2005; 2.218-A, de 2006; 31-A, 319-A, 358-A, 372-A, de 2007; 496-A, 569-A, 571-A,

795-A, 1.283-A, de 2008; 1.475-A, 1.476-A, 1.478-A, 1.652-A, 1.657-A, de 2009.

Com isso, encerramos a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Encerrada a Ordem do Dia, vamos dar continuidade à sessão.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Concedo a palavra ao Deputado José Maia Filho, pelo tempo de 3 minutos, e logo depois ao Deputado Átila Lins.

O SR. JOSÉ MAIA FILHO (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje eu havia me preparado para falar sobre o pré-sal e principalmente sobre o impacto que essa exploração de petróleo geraria no Nordeste, fundamentalmente no nosso Estado, o Piauí. No entanto, dado o fato ocorrido ontem, de bastante relevância, adiei meu discurso sobre o pré-sal para a próxima semana, para tratar sobre a instalação da Comissão Especial que vai definir a PEC nº 300, de 2008, de fundamental importância para a segurança nacional. Alguns colegas com os quais discuti sobre essa PEC têm a impressão de se tratar de uma proposta corporativista, mas não é nada disso, muito longe disso.

Lembro-me de que, no ano de 1998, quando se criou o FUNDEF no Brasil, a educação brasileira deu um salto. A educação fundamental brasileira se divide em antes do FUNDEF e depois do FUNDEF. O principal ato para a melhoria da educação no Brasil foi exatamente o aumento da remuneração dos professores.

Com certeza, a PEC nº 300, que vai equiparar o salário dos policiais militares e bombeiros de todos os Estados brasileiros ao dos policiais e bombeiros do Distrito Federal, vai representar também um salto na melhoria da segurança do Brasil, fundamentalmente do Piauí, Estado que tem o pior salário do País, com um contingente de 6 mil homens.

Esses policiais são obrigados a fazer bico. Saem de casa sem ter certeza de que vão voltar. É um trabalho muito difícil e arriscado, mas, com a aprovação da PEC nº 300, as famílias dos policiais terão mais dignidade, porque eles terão condições de dar sustentação básica à sua família.

Sr. Presidente, finalizo nosso discurso com a esperança de que haja entendimento entre os Governos Estaduais e esta Casa sobre a necessidade de melhorar as condições dos policiais militares e do Corpo dos Bombeiros do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Com a palavra o Deputado Átila Lins. (Pausa)

Com a palavra o Deputado Gilmar Machado. Tem V.Exa. 3 minutos.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta manhã gostaria de dizer que

fiquei feliz com chegada, na última segunda-feira, do Orçamento de 2010.

Cumprimento o Ministro Paulo Bernardo, o Secretário João Bernardo e toda a equipe do Ministério do Planejamento, que envia a esta Casa Orçamento que nos dá a esperança de que estamos no caminho correto.

O Orçamento mais uma vez mantém a política de reajuste do salário mínimo com ganhos reais acima da inflação, de acordo com o que votamos, garantindo de fato que o salário mínimo cresça além da inflação, o PIB do ano anterior, chegando o salário mínimo à casa dos 507 reais, que será pago a partir de 1º de janeiro.

Votaremos o Orçamento em dezembro e já em 1º de janeiro o novo valor do salário mínimo começará a ser pago aos trabalhadores brasileiros, o que era um grande sonho. O Presidente Lula cumpre mais um compromisso com o povo brasileiro, o de garantir que o salário mínimo seja votado e pago imediatamente a partir de 1º de janeiro do ano seguinte.

Essa é mais uma conquista. O Orçamento vem exatamente expressar o compromisso do Governo de recuperação da máquina pública, garantindo reajuste dos servidores públicos. Tenho visto parte da mídia criticar nosso Governo por estar aumentando o salário dos servidores, porque tem a visão de que o Estado tem de ser desmontado, desestruturado.

No entanto, o Governo e o Orçamento asseguram que teremos um serviço público valorizado e estruturado, a expansão das universidades, mais recursos na área da saúde e a garantia de que as estradas continuarão sendo recuperadas e duplicadas. Amanhã, em Uberlândia, será entregue mais um complexo de viadutos, o que vai possibilitar a melhoria do trânsito, dando mais segurança às pessoas.

Então, esse é o Orçamento que chegou à Casa. Espero um debate franco e aberto para que possamos continuar apontando para o caminho do desenvolvimento.

Para a expansão do Projeto Minha Casa, Minha Vida, que diziam que era apenas um projeto eleitoral, está previsto no Orçamento mais 10 bilhões de reais. Terá continuidade o programa de moradia popular subsidiada para nossa população, porque a visão é de expansão da área social, de vinculação do desenvolvimento com a ciência e a tecnologia, com o ensino profissionalizante.

É isso que conseguimos perceber e ler no Orçamento. Enfim, queremos travar o debate com a Oposição – esperamos que participe – sobre a nossa visão de Estado.

A mídia criticou Chávez – também discordo da expansão de mais mandados. Mas por que não fala de

Uribe, na Colômbia, que mudou a Constituição para ter seu terceiro mandado? Por que a mídia, que tanto criticou Chávez, dizendo que ele era contra a democracia, e tentou criticar o Presidente Lula, que não embarcou nessa, silencia-se diante do que está acontecendo na Colômbia? Por que a Oposição também se cala? Apenas fala da Venezuela?

Queremos fazer esse debate nesta Casa, porque esse é o bom debate, o da democracia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) – Concedo a palavra à Deputada Maria Helena, pelo prazo de 3 minutos.

A SRA. MARIA HELENA (Bloco/PSB – RR. Pela ordem. Sem revisão de oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar a vitória obtida pelos servidores dos extintos Territórios junto ao Tribunal de Contas da União.

Havia o entendimento naquele Tribunal de que a ocupação de cargos comissionados por servidores dos extintos Territórios, cedidos pela Constituição aos Estados criados, seria caracterizada acumulação de cargos. Portanto, eles estavam na iminência de ter que devolver tudo o que haviam recebido durante muitos anos por ocuparem esses cargos comissionados. Daqui para frente teriam de optar entre a função e o cargo que vinham ocupando.

Como os Governos dos Estados haviam escolhido esses servidores para ocupar essas funções importantes em razão da história, do conhecimento, preparo e mérito, haveria prejuízo para o Estado e para o servidor.

Nós, por um período de 3 anos, trabalhamos junto às consultorias técnicas dos Ministros do Tribunal de Contas, esclarecendo que a cessão desses servidores era diferente dos demais servidores federais, porque, nesse caso, eles não eram regidos pela Lei nº 8.112, mesmo porque a cessão havia acontecido por força do art. 31 da Emenda Constitucional nº 19.

Dessa forma, na semana passada, finalmente aquele Tribunal decidiu que esses servidores poderão continuar ocupando os cargos para os quais foram nomeados.

Sr. Presidente, registro a instalação de uma Comissão Especial destinada a apreciar a Proposta de Emenda à Constituição nº 488, de 2005, de minha autoria, que vai trazer justiça aos servidores do extinto Banco de Roraima, instituição criada em 1968 por um decreto-lei do Presidente Sarney que previa o vínculo daquele banco com o Ministério do Interior e o extinto Território Federal – portanto, era um banco federal.

Os seus servidores eram concursados e, pela lei, eram considerados servidores públicos. Havia tam-

bém um decreto do Presidente Sarney determinando que todos os servidores de órgãos da administração direta ou indireta que viessem a ser extintos teriam o direito de fazer a opção por um outro órgão federal. Os servidores do extinto Banco de Roraima fizeram essa opção, mas infelizmente, por ocasião da liquidação do banco, todos foram demitidos.

Por via administrativa tentaram durante anos a reintegração aos quadros federais. E, agora, como isso não foi possível, apresentamos essa proposta de emenda à Constituição que está sendo apreciada pela Comissão Especial presidida pelo Deputado Edio Lopes, que vai, finalmente, em audiência pública, ouvir os servidores, o Ministério do Planejamento, o Ministério da Fazenda e o ex-Governador de Roraima, Senador Romero Jucá, que à época da liquidação do Banco de Roraima governava nosso Estado.

Esperamos que, quando da conclusão desses trabalhos, possamos devolver a esses servidores o que merecem, ou seja, a ocupação de cargos no âmbito da União. Muito obrigada.

O Sr. Marco Maia, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Inocêncio Oliveira, 2º Secretário.

O SR. NILSON MOURÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Nilson Mourão. Em seguida terá a palavra o Deputado Zonta.

O SR. NILSON MOURÃO (PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, qualquer país do mundo estaria vibrando se houvesse descoberto a riqueza extraordinária em petróleo que o Brasil descobriu, com tecnologia da PETROBRAS, na chamada camada do pré-sal.

Trata-se de um fato extraordinário. Um fato desses modificaria a atitude de qualquer nação, de quem é de situação, de oposição, enfim, dos governos e da sociedade civil.

Sabemos que todas as reservas do mundo marcham para o esgotamento. E quem as detiver também deterá um setor estratégico da economia.

Sendo assim, Sr. Presidente, tenho extrema dificuldade de entender a tática da Oposição nesta Casa. Eles estão contra o Brasil! Desejariam, no fundo, que o pré-sal continuasse lá, sem ser explorado, para poderem dizer no plenário da Casa e durante as campanhas eleitorais do ano que vem que o Presidente Lula é um irresponsável, pois, apesar da descoberta dessa reserva extraordinária, não teve competência para explorá-la.

Mas como o Presidente Lula está determinado a explorar essa reserva, a Oposição é contra do mesmo

jeito. Evidentemente, o povo vai perceber a incoerência desse discurso.

É claro que nós precisamos examinar essa matéria em regime de urgência. Precisamos criar a empresa, definir o marco regulatório, decidir a finalidade da aplicação desses recursos, enfim, onde serão aplicados e quem vai coordenar o processo todo, ou seja, qual será o lugar da PETROBRAS nesse processo.

É evidente que o Presidente não está pedindo que ninguém discuta a matéria; está pedindo que nós a votemos em regime de urgência. É normal, sábia e estratégica tal decisão para qualquer país.

Por isso faço, da tribuna da Casa, um apelo à Oposição: que ela tenha pelo menos juízo neste momento. Como diz a novela: que se “acendam algumas lamparinas de juízo” na cabeça dos Líderes da Oposição, para que examinem essa matéria de forma patriótica.

Hoje, quando falamos de nacionalismo, patriotismo, civismo, a Oposição fica em estado de choque. Nós somos, sim, nacionalistas, pois defendemos nossa Nação e seus recursos naturais.

O pré-sal é do povo brasileiro, Sr. Presidente! E esta Casa deve examinar a matéria com urgência para que possamos votar e explorar tamanha riqueza. (O microfone é desligado.)

O SR. ZONTA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ZONTA (PP – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres colegas Parlamentares, visitantes da Casa, a discussão do pré-sal está dominando toda atenção do Brasil e, naturalmente, desta Casa.

O pré-sal é nosso, não tenhamos dúvida disso. Sou a favor de que se deva resguardar as reservas do nosso subsolo, em todos os sentidos.

Mas eu gostaria de iniciar uma discussão que vem a calhar neste momento: enquanto dedicamos toda a nossa atenção para o pré-sal, não podemos descuidar daquilo que é o negócio do Brasil, daquilo que é o alicerce do Brasil, daquilo que representa – como dizem os especialistas em mercado internacional – a bola da vez, a agricultura.

Este, sim, é o maior patrimônio do País. Essa, sim, é a maior atividade econômica de inclusão social. Jamais podemos esquecer isso.

Temos de avançar na garantia ao direito à propriedade, na regulação da preservação ambiental, na demarcação de terras para atividades de resgate aos direitos da sociedade. Mas não podemos esquecer que é do trabalho na terra e nas águas, do agricultor e do pescador, que vem a grande riqueza do Brasil, pois ele

apresenta maior expectativa de resultados. Os números estão aí a mostrar que esse é o único setor superavitário do Brasil nos últimos 20 anos. E isso apesar das dificuldades de o agricultor obter crédito, de renegociar suas dívidas, de auferir renda.

Se a bola da vez é a agricultura, esperamos que não se chute essa bola para a linha de fundo. Aí, de nada adiantará o pré-sal, porque o ser humano precisa primordialmente de comida.

Portanto, não podemos deixar de priorizar a agricultura. Vamos discutir o pré-sal, sim, mas não vamos esquecer que a prioridade deve ser o agronegócio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado William Woo.

O SR. WILLIAM WOO (PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Inocência Oliveira, Sras. e Srs. Deputados, público que assiste a esta sessão pela TV Câmara, o Congresso Nacional recebeu, no dia 31 de agosto, do Governo Federal, os projetos de lei relativos ao pré-sal – área do litoral brasileiro onde foram achadas grandes reservas de petróleo.

De acordo com as estimativas do Governo Federal, as riquezas da exploração do petróleo devem ser divididas entre todos os Estados e Municípios brasileiros. Os royalties do petróleo – que são o percentual calculado sobre a produção que as companhias que exploram o óleo pagam à União, aos Estados e aos Municípios – são definidos pela atual legislação do petróleo como forma de compensar o uso de um recurso natural caro, escasso e não renovável. A atual forma de compensação do Poder Público está em vigor desde 1998.

Segundo a Casa Civil, será criado um Fundo Social para aplicar a receita oriunda do petróleo da camada pré-sal em investimentos em infraestrutura. A proposta original do Governo previa investimentos no combate à pobreza e em educação, cultura, ciência e tecnologia e meio ambiente

É inegável que com o pré-sal o Brasil alcançará um posto muito alto frente aos demais países, pois seremos um das poucas nações que autossuficientes na produção de petróleo. Também é irrefutável o fato de que, se bem aplicados, os investimentos que o País receberá para a exploração dessa fonte de energia poderão suprir muitas das dificuldades atualmente enfrentadas por grande parte da população brasileira.

Esperamos que esses recursos realmente sejam investidos no bem-estar daqueles que nos elegeram. Queremos que as áreas de saúde, educação e, principalmente, segurança pública recebam os investimen-

tos necessários que tantas vezes faltam aos Governos Estaduais e Municipais.

Na área de segurança pública, esperamos a implantação do Número Único do Registro de Identidade Civil – RIC, criado no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas que até hoje não saiu do papel. Com o advento do RIC, o Brasil fará parte dos países que utilizam o Sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais – AFIS, o que agilizará a segurança em todo o País e trará aos cidadãos seu pleno direito de viver com dignidade.

Atualmente, Sr. Presidente, o PSDB, partido da Minoria e da Oposição, está em obstrução nesta Casa. E ouço o apelo de vários Parlamentares da base governista no sentido de que deixemos a Casa funcionar e de que possamos trabalhar. Eles dizem ser favoráveis à discussão mais ampla sobre o pré-sal, porém, na prática, não apoiam nossa pretensão nesse particular.

Hoje, à Minoria só resta uma saída: obstruir, para que o Presidente da República retire regime de urgência dos 4 projetos relacionados ao pré-sal. O regime de urgência obriga esta Casa, formada por 513 Deputados representantes por todas as Unidades da Federação, a debater os projetos do pré-sal em 45 dias.

Se só vamos usufruir das riquezas do pré-sal daqui a 5, 7 ou 10 anos, por que temos de discutir o marco regulatório em apenas 45 dias? Por que temos de discutir sem a presença principalmente dos setores que podem ser beneficiados com essa riqueza encontrada na região do pré-sal? Por que também tanto investimento na procura de combustíveis fósseis quando temos um potencial incrível no tocante a energias alternativas, como a energia eólica, que apresenta imenso campo de exploração na Região Nordeste, e a energia hidrelétrica? Hoje, apenas 42% das nossas reservas são usados.

O que é um carro híbrido? As pessoas acham que é um carro movido a energia elétrica e a combustível fóssil. Não é. É um carro movido à bateria. E que, quando ela acaba, passa a queimar combustível fóssil. O mundo inteiro está caminhando para outro tipo de energia.

Teremos todo o investimento na busca de combustível fóssil? O tal Fundo Social não deveria também ser aplicado na busca de energias alternativas? Será que daqui a 20 anos os combustíveis fósseis serão ainda tão importantes para o mundo, que está lutando contra o aquecimento global?

Sr. Presidente, queremos discutir todos esses aspectos.

Feito esse registro inicial, Sr. Presidente, quero dizer que foi com muita honra que participei, no último final de semana, da 5ª Beauty Fair, o maior evento da

indústria de cosméticos da América Latina, realizado na cidade de São Paulo. Parabenizo o Sr. Hirofumi Ike-saki, Presidente de Honra da feira, pelo sucesso do evento, que reuniu milhares de pessoas.

Desde o ano passado, o mundo tem enfrentado gravíssima crise econômica cujas consequências devastaram as economias dos países mais fortes e demonstraram que ninguém está imune a adversidades econômicas.

No entanto, o Brasil foi um dos poucos países que conseguiu passar pela crise sem grandes impactos. Somos a quinta maior população do mundo, temos economia estável e somos o oitavo mercado consumidor mais lucrativo do planeta – que, diga-se, se expandiu 5,4% no ano passado, mesmo sob o impacto da crise.

E muito me alegra constatar que o nosso País é o terceiro mercado de cosméticos mundial. Com isso, nós nos tornamos geradores não apenas de renda, mas também passamos a foco estratégico das grandes empresas desenvolvedoras e produtoras de cosméticos.

A relação do brasileiro com o cosmético é cultural, com o desdobramento, a inovação e uma boa dose de ação socioambiental. Somos atualmente um mercado promissor para as centenas de marcas que criam produtos voltados exclusivamente para o mercado brasileiro. E esses não são poucos.

No Brasil, nada menos do que 20 milhões de pessoas foram alçadas à classe C nos últimos 3 anos, dando novo contorno à sociedade de consumo. Isso é o que compensa os altos gastos com segmentação. Tudo vale para contemplar hábitos ou até condições climáticas que variam de um país para outro. Aqui, a tarefa é tanto mais difícil quanto mais necessária. Por sua dimensão continental, muda quase tudo de uma região para outra. Até o paladar. Em razão de sua diversidade racial, o Brasil ainda reúne dezenas de tipos físicos.

Portanto, parabenizo também as indústrias brasileiras que, com muito trabalho, driblam a crise e conseguem fazer do nosso País um vencedor.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Arnaldo Madeira.

O SR. ARNALDO MADEIRA (PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO DO SR. DEPUTADO ARNALDO MADEIRA QUE, ENTREGUE AO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Eugênio Rabelo.

O SR. EUGÊNIO RABELO (PP – CE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, coube-me, na condição de Vice-Presidente da Comissão de Turismo e Desporto desta Casa, presidir reunião comemorativa dos 55 anos da Confederação Brasileira de Voleibol, cujo presidente, Dr. Ary Graça Filho, esteve presente, e da qual também participou a Deputada Manuela d'Ávila, Presidente da Frente Parlamentar do Esporte.

O encontro foi agendado com o objetivo de debater ações e desafios do voleibol no Brasil e no mundo e alcançou o êxito esperado, qual seja, a valorização crescente desse esporte, de prestígio consolidado em competições nacionais e com presença certa nos pódios das principais competições internacionais.

Tive oportunidade de destacar, na oportunidade, o trabalho intenso e fecundo que a CBV vem desenvolvendo, até mesmo de inclusão social, levando a prática esportiva do voleibol às escolas. Somos hoje, de fato, campeões mundiais em todas as modalidades, no vôlei feminino, no masculino, no vôlei de praia, octocampeões da Liga Mundial e do Grand Prix, temidos e respeitados no mundo inteiro.

Registro ainda, Sr. Presidente, que amanhã, em Fortaleza, Estado do Ceará, haverá um grande encontro do Partido Progressista, com a presença do Deputado José Linhares, Presidente Estadual; do Deputado João Pizzolatti; de Prefeitos, Vereadores, lideranças políticas e delegados do partido.

Com toda a certeza, será um grande encontro. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Professor Ruy Pauletti.

O SR. PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, às vezes, é interessante analisar como as coisas funcionam neste País, principalmente no Congresso Nacional.

Não entendo bem toda essa discussão em torno do pré-sal. Acho que é para desviar as atenções dos problemas que precisam ser resolvidos. A reforma tributária, por exemplo, cujo debate seria muito mais importante neste momento do que o pré-sal, não vai ser votada. E os Estados e os Municípios continuarão sofrendo com a centralização do poder.

Outros assuntos também relevantes deveriam ser analisados, mas o Governo, a exemplo da reforma tributária, não leva adiante a discussão, não quer que sejam aprovados.

Aí está a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas. Parece que não interessa ao Governo votar a matéria. E aí estão a reforma política, a reforma eleitoral, enfim, inúmeros assuntos palpitantes cujo foco está sendo desviado para o pré-sal.

Aí está também, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao problema dos aposentados. Toda a categoria está passando dificuldades, mas não são discutidas as questões que lhe dizem respeito. Ainda há pouco, li nos jornais: “Não há dinheiro para pagar o aumento das aposentadorias”. Ao mesmo tempo, o Governo faz um acordo sobre o reajuste das aposentadorias e pensões, mas não coloca no Orçamento os recursos necessários. Centrais sindicais se reúnem com o Governo e acordam que deve ser aprovado um substitutivo e não os projetos originários do Senado Federal. O Governo engana os aposentados ao dizer que vai dar um aumento que poderá chegar a 5%, mas tem de retirar o projeto de lei que reajusta as aposentadorias acima de um salário mínimo pelo mesmo índice de aumento do valor do salário mínimo. Além disso, quer manter o fator previdenciário que tanto infelicitava a vida dos que já estão aposentados e dos que vão se aposentar e não se dispõe a repor as perdas em virtude de veto do Presidente da República. E, por fim, estabelecem regras que dificilmente vão beneficiar a maioria dos trabalhadores: as regras 85-95.

Vamos simplificar as coisas e dar a dignidade que precisa ser dada aos aposentados, àqueles que ajudaram a construir o Brasil, àqueles que constituem o segmento mais desprotegido desta Nação e que hoje estão sofrendo! Vamos parar de inventar fórmulas que podem ser mudadas de um ano para outro! A solução é simples: reajuste igual para o salário mínimo e para as aposentadorias, recuperação das perdas e queda do fator previdenciário.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queremos registrar nossa indignação e protesto contra mais uma agressão efetuada pela Polícia de São Paulo contra moradores de favelas.

Novamente, observamos a reiteração do que já tinha acontecido na favela de Paraisópolis: ocupação policial e agressão aos moradores. Agora, em 2 outros locais da cidade de São Paulo, em Jaçanã e em Heliópolis, revoltada com a violência policial, a população foi às ruas protestar. E a resposta da Polícia Militar foi balas de borracha, gás lacrimogêneo, agressões de todo tipo.

Sras. e Srs. Deputados, a Polícia Militar de São Paulo, inábil, procura simplesmente conter a insatisfação do povo com as más condições de vida à base da violência. Ora, não é esse o caminho. O caminho é o da integração com a comunidade, do desenvolvimento social, do fomento da cultura, do esporte e, sobretudo, da educação. Esse é o caminho que devemos perseverar. Mas parece que o Governador de São Paulo não quer enxergar a realidade; quer manter a política de subjugar a população pobre da cidade.

Nos últimos anos, sob a administração Serra e Kassab, a periferia de São Paulo foi abandonada. Foram abandonados vários projetos implantados pela Prefeita Marta Suplicy, tais como o Projeto CEU – Centro Educacional Unificado, os projetos culturais, os projetos dos telecentros, que hoje estão à míngua.

A população de São Paulo não vislumbra mais a oportunidade de crescer e de se desenvolver. O PROJOVEM, por exemplo, projeto posto em prática pelo Governo Federal para formação e qualificação profissional, não foi implantado na cidade de São Paulo. Três mil computadores estão encaixotados nos depósitos da Prefeitura de São Paulo. Ela não quer implantar o PROJOVEM para não reconhecer o muito que o Governo Federal tem feito pela cidade e pelo Estado de São Paulo – atividades que se expressam na construção do Rodoanel, na ampliação das linhas do metrô, na implantação de redes de saneamento e que são constantemente omitidas tanto pelo Governo Municipal quanto pelo Governo Estadual.

Então, Sras. e Srs. Deputados, deixamos aqui o nosso protesto. É necessário implantarmos outro tipo de política em São Paulo: a política de desenvolvimento social e de melhoria da vida do povo. E isso nós vamos conquistar, ainda mais agora quando mudarmos a Lei do Petróleo e fizermos com que o petróleo do pré-sal seja de fato do povo brasileiro e não das multinacionais do petróleo, porque nesta Casa e no Senado Federal vamos aprovar os projetos enviados pelo Presidente Lula.

Muito obrigado.

O SR. DR. UBIALI (Bloco/PSB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todo o mundo sabe que eu fui eleito Deputado estadual. Foi a cidade de Franca que me elegeu – uma cidade de 330 mil habitantes, industrializada desde 1813, quando outras cidades não pensavam em se industrializar.

Só que agora, Sr. Presidente, nós que somos conhecidos como a capital do calçado masculino, que temos o orgulho de produzir o melhor calçado do Brasil, um dos melhores do mundo, que fazemos sapatos de qualidade, com design, com bons preços – antes ven-

díamos um par de sapatos a US\$16,00; hoje vendemos a US\$28,00, porque conseguimos agregar valor – estamos enfrentando um sério problema: o dumping.

Trata-se do dumping de empresas que produziam no Brasil, hoje não produzem quase mais nada, como a Nike e a Adidas, e dizem que o sapateiro brasileiro não sabe fazer calçado. Escreveram isso, acreditem-me! Vejam que absurdo: nós que produzimos calçados de qualidade estamos tendo esse problema.

Amanhã teremos uma reunião com o Ministro Miguel Jorge, que sabe desse dumping, e está preocupado. O Ministro sabe que o calçado é importado por um preço inviável. E não estou dizendo que na China há trabalho escravo. Dizem que há. Não estou dizendo que lá não se pagam impostos. Com certeza, lá não se pagam impostos. Estou dizendo que multinacionais aproveitam sua marca, produzem onde a produção é muito mais barata e vêm aqui tirar o trabalho do nosso trabalhador! Isso, não podemos permitir.

Eu queria destacar que nesta crise econômica ficou muito evidente que o Brasil tem um mercado interno organizado. Diferentemente dos outros países do BRIC, o Brasil está preparado, já é um país do Primeiro Mundo. Nós temos bolsões de problemas, como os da área de segurança, que são sérios, mas os países do Primeiro Mundo também têm. O de que precisamos é preservar nosso mercado interno e a capacidade de gerar empregos, porque emprego digno dá segurança às famílias e permite que o trabalhador sintam-se orgulhoso de ser brasileiro.

Vamos discutir pré-sal, vamos discutir tudo, mas vamos preservar o emprego do brasileiro!

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra à ilustre Deputada Manuela d'Ávila.

A SRA. MANUELA D'ÁVILA (Bloco/PCdoB – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) –

DISCURSO DA SRA. DEPUTADA MANUELA D'ÁVILA QUE, ENTREGUE À ORADORA PARA REVISÃO, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Maurício Rands. Em seguida concederei a palavra aos Deputados Valdir Colatto e Júlio Delgado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Deputado Inocência Oliveira, nobres Deputados, Deputada Manuela d'Ávila, o Plenário da Câmara dos Deputados começa a discutir uma questão estratégica para o futuro do País, mas, infelizmente, nos primeiros momentos da discussão do novo marco regulatório das camadas profundas do petróleo está prevalecendo o debate sobre o prazo

da deliberação do Congresso Nacional, ou seja, sobre o procedimento, sobre o adjetivo, e não é isso o que o povo brasileiro espera do Congresso Nacional.

Se os 4 projetos vão ser deliberados em 45 dias ou num prazo maior, não é essa a questão central que interessa ao futuro do Brasil. Eu até admito que se não insistirmos na urgência poderíamos, no diálogo com a Oposição, encontrar um prazo alternativo, mas sabe o povo brasileiro que essa questão não pode ser adiada às calendas gregas.

Todos nós, desde a descoberta de petróleo no pré-sal, já estamos, sim, debatendo o futuro marco regulatório. Fizemos isso durante todo o ano de 2008. Hoje algumas pessoas que acham que o melhor regime é o da partilha, já estudaram, já se pronunciaram nesse sentido, e outras preferem que continue o regime da concessão.

Não obstante, a probabilidade de se encontrar petróleo nessas camadas profundas é de 87%, diferente da probabilidade média de outras áreas, que fica em torno dos 20%. Então, a exploração, a prospecção desse petróleo é de baixo risco. Há um certo grau de certeza de que os recursos lá estão. Portanto, nós queremos rediscutir, sim, a destinação desse recurso, e o momento é este. O momento não é em um futuro incerto, não. É agora.

Não é certo que um brasileiro, porque nasceu em um Estado que fica na costa onde foram feitas as descobertas, seja mais brasileiro do que o brasileiro que está no sertão, que está no Norte, que esteja no Sul ou em outras Regiões. Esses recursos pertencem à União. A Constituição diz que o recurso do subsolo é da União, e a União é composta de Estados e Municípios. Todos os brasileiros, estejam na costa ou no interior, são igualmente brasileiros e devem, portanto, beneficiar-se do novo marco regulatório, que vai destinar essa riqueza do povo brasileiro para alavancar ainda mais o processo de desenvolvimento com inclusão que se iniciou no Governo do PT, no Governo do Presidente Lula.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Valdir Colatto.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Comissão da Agricultura neste momento está fazendo uma audiência pública para tratar do Projeto de Lei nº 5.665/09, que Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNA-TER, cria o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER e dá outras providências.

O assunto é importante. Esperamos que esta Casa ofereça um projeto melhor do que o que foi encaminhado pelo Executivo.

Sr. Presidente, ontem protocolei nesta Casa 2 projetos de lei. Um deles é para que haja estacionamento especial reservado para mulheres gestantes e para mães com filhos pequenos, de até 1 ano. É importante essa ação, porque, dado o atual volume de carros nas ruas, muitas mães têm dificuldade para estacionar. Não conseguem vagas sequer para ir ao médico, quando há urgência. O outro projeto concede incentivo às empresas que contratem pessoas com idade acima de 60 anos, concedendo-lhes desconto de 10% no Imposto de Renda devido. Com certeza isso vai ajudar aqueles aposentados que precisam de uma renda maior para sobreviver. Eles poderão trabalhar e ajudar o País, com a experiência que têm, mostrando que, mesmo com os 60 anos ou mais, ainda têm força de trabalho, o que é muito importante.

Na próxima terça-feira, dia 8, às 14h, realizaremos um grande seminário nesta Casa sobre o Código Ambiental brasileiro. Estarão presentes o Presidente Michel Temer, lideranças partidárias, entidades representantes de agricultores, de produtores, e o Governador Luiz Henrique, que mostrará o Código Ambiental de Santa Catarina.

Convidamos todos para participarem do grande debate sobre a questão ambiental brasileira. Será inclusive criada uma Comissão Especial nesta Casa para discutir o tema, que vai repercutir nas 2 Casas.

Precisamos aprovar o Código até o final do ano, porque dia 11 de dezembro entrará em vigor a exigência da averbação das áreas de reserva legal, conforme determina Decreto nº 6.514, de 2008. Precisamos mudar essa legislação, descentralizá-la, respeitando a Constituição. A União deve fazer a lei geral e os Estados suas respectivas leis específicas para o planejamento da ocupação territorial deste País, com a definição das áreas em que precisamos plantar e das áreas que precisamos preservar. É importante preservar as áreas cultiváveis para produção de alimentos e biocombustíveis e também compensar os serviços ambientais prestados por aqueles que conservam as florestas em suas propriedades.

Sr. Presidente, é importante que todos os Deputados e Senadores participem dessa discussão. O Congresso tem a obrigação de elaborar uma legislação que venha atender a todo o País e que concilie produção e preservação do meio ambiente. Não é possível que haja tanto conflito num País que tem tanta terra. O território brasileiro tem 8 milhões de quilômetros quadrados. Precisamos conciliar, precisamos elaborar um projeto de desenvolvimento sustentável em

que a produção e a preservação do meio ambiente ocorram em harmonia. Essa é a discussão que esta Casa vai fazer.

Existem mais de 16 mil atos no Brasil normatizando a questão ambiental, e é nossa responsabilidade fazer o Código Ambiental brasileiro, juntando toda essa legislação e dando ao País definitivamente uma lei compatível com a sua realidade. E que cada Estado faça seu planejamento e seu código ambiental de acordo com suas especificidades. Santa Catarina já fez o seu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Para uma breve intervenção, concedo a palavra ao ilustre Deputado Eduardo da Fonte.

O SR. EDUARDO DA FONTE (PPPE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de comunicar a esta Casa e ao povo brasileiro que a CPI das Tarifas de Energia Elétrica realizou na última terça-feira uma reunião no Tribunal de Contas da União, à qual esteve presente também o representante do Ministério Público Federal.

Lá ficou acordado que toda a documentação recebida pela CPI das Tarifas de Energia Elétrica mediante pedidos de informação será enviada simultaneamente ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público Federal, para que eles nos auxiliem nas investigações, a fim de que possamos esclarecer ao povo brasileiro o porquê de a tarifa de energia elétrica no Brasil ser hoje uma das mais caras do mundo.

Eu gostaria que estas palavras fossem divulgadas pelo programa A Voz do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – V.Exa. será atendido, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Júlio Delgado. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. JÚLIO DELGADO (Bloco/PSB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Deputado Inocência Oliveira.

Assim como a grande maioria dos Deputados que ocuparam a tribuna nesta manhã de hoje, nas breves comunicações, venho aqui para falar sobre a questão do pré-sal.

É um tema importante. O pré-sal é uma das grandes conquistas brasileiras. Vamos discutir a divisão dos royalties, a composição do fundo social. E já começamos a observar que há uma grande discussão, Deputado Gustavo Fruet, Deputado Lupércio Ramos, para que possamos fazer do pré-sal a solução para todos os problemas do Brasil.

Ontem participei de uma discussão na Frente Parlamentar da Saúde sobre a possibilidade de, na inviabilidade da recriação da CSS, destinar-se para a saúde uma alíquota sobre o pré-sal.

Precisamos ter maturidade nas discussões das Comissões Especiais, sabendo que o pré-sal é algo para o futuro e que temos de tratar dessa conquista com bastante equilíbrio.

Venho também a tribuna nesta manhã para reportar a esta Casa a questão dos aposentados. O Deputado Ruy Pauletti, do Rio Grande do Sul, disse que a proposta do fator previdenciário até hoje não foi votada.

Deputado Gustavo Fruet, a COBAP não aceitou o acordo celebrado entre as centrais sindicais e o Governo para que no ano que vem os benefícios sejam corrigidos pelo índice da inflação mais 50% do crescimento do PIB. E o que é mais grave: o Jornal de Brasília noticia que o Orçamento de 2010 não prevê nem esse mísero aumento de 6% para os aposentados.

Queremos votar o Projeto de Lei nº 01/07, que equipara o reajuste das aposentadorias e pensões ao do salário mínimo. Essa proposta já está na Casa e não há mais o que discutir; basta votá-la no plenário.

Mas uma discussão teremos de fazer. Para nossa infelicidade, dos 24 milhões de aposentados do serviço público, 6 milhões já recorrem a planos de saúde privados porque não acreditam mais no Sistema Único de Saúde. Cada vez mais os aposentados e pensionistas recorrem a essas entidades, e não recebem restituição. O projeto de lei orçamentária para 2010 não prevê a reposição das perdas pelo reajuste com base no índice da inflação mais 50% do crescimento do PIB de 2008.

Mais grave será a situação em 2011. Reajuste com base em 50% do crescimento do PIB deste ano, que foi negativo, mais a inflação, vai ser o quê?

Esse foi o acordo feito entre o Governo e as centrais sindicais, sem a participação da representação dos aposentados e pensionistas. As Federações dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais, Paraná e Bahia já se manifestaram contra isso. E a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP espera para a semana que vem uma audiência, para que possamos requerer ao Presidente Michel Temer o compromisso de colocar em votação o PL nº 01/07, oportunidade em que cada Deputado se manifestará a respeito do reajuste de aposentados e pensionistas com base no índice de correção do salário mínimo.

Essa é a nossa defesa, essa é a nossa manifestação.

Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente Inocêncio Oliveira, a deferência em relação ao tempo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. Em seguida, Lupércio Ramos e Gustavo Fruet.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO DO SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME QUE, ENTREGUE AO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. LUPÉRCIO RAMOS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LUPÉRCIO RAMOS (Bloco/PMDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta Casa consumiu basicamente ontem e hoje no debate do pré-sal. Mas, como bem disse o Deputado Júlio Delgado, é bom que essa coqueluche não envolva todos nós, imaginando que vamos resolver todos os problemas do Brasil a partir do pré-sal.

A meu ver, o pré-sal é uma riqueza nacional que deve levantar um grande debate nesta Casa e no próprio seio da sociedade. Nós vamos participar desse debate, Deputado Júlio. O Amazonas vai se inserir no debate do pré-sal, até porque é bom ressaltar que hoje o Amazonas também é um produtor de petróleo, embora pouca gente no Brasil saiba que, em plena floresta amazônica, a PETROBRAS tem um complexo de exploração de petróleo e gás. Nós vamos nos envolver nesse debate, sobretudo a criação do Fundo Social, que vai recolher parte da riqueza do pré-sal para ser aplicado na educação, ciência, tecnologia e especialmente no meio ambiente. É nesse detalhe que nós vamos dar a nossa parcela de contribuição a esse grande debate.

Sr. Presidente, o que me traz à tribuna, na verdade, é a inauguração do Parque Temático Senador Jefferson Peres, na terça-feira, desta semana, na cidade de Manaus, pelo Governador Eduardo Braga.

O parque temático faz parte, Sras. e Srs. Deputados, de um grande projeto conhecido e chamado em Manaus de PROSAMIM. É um programa voltado à recuperação dos igarapés da cidade de Manaus, de onde são retiradas as palafitas e, no seu lugar, construídas grandes avenidas, grandes parques, ambientes de lazer para a comunidade.

O PROSAMIM já investiu na cidade de Manaus algo em torno de 600 milhões de dólares. Seria muito bom que gestores da coisa pública pudessem conhecer e comparar Manaus antes dos últimos 5 anos e Manaus hoje. Aquilo que é construído como favela, por exemplo, no Rio de Janeiro, em torno dos morros, também é construído em cima dos igarapés na cidade de Manaus. Ali, o Governo vem removendo todas as famílias, casebres, e o igarapé volta a se tornar um verdadeiro igarapé, despoluído. Ou seja, a população passa a habitar um local com saneamento básico, com condições de vida.

Resultado, o PROSAMIM mudou a feição, mudou a cara da cidade de Manaus, mas o PROSAMIM está mudando, de fato, radicalmente, a qualidade de vida da população de Manaus, proporcionando uma melhor qualidade de vida.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo Eduardo Braga, que cumpre seu segundo mandato no Amazonas, registra conquistas que vão marcar a história do nosso Estado. Vivemos um período de avanços inquestionáveis na proteção ao meio ambiente, desenvolvimento do interior, apoio às famílias mais carentes e no fortalecimento da economia, entre outros.

Mas, uma das transformações mais profundas conduzidas pelo Governo Eduardo Braga acontece na área urbana de Manaus. Trata-se do Programa de Saneamento dos Igarapés de Manaus, o PROSAMIM.

Durante muitas décadas os igarapés, que são braços do rio Negro espalhados em diversas áreas da cidade, foram ocupados com habitações precárias, sem as mínimas condições de urbanização e saneamento.

Com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e do Governo Federal, o Governo do Amazonas implantou o PROSAMIM, que permite a remoção dessas habitações e a urbanização das áreas. Sai a construção precária, o lixo e o esgoto e fica a praça urbanizada com calçadas e espaço para o lazer comunitário. É uma transformação tão profunda que impressiona a todos, sejam moradores de Manaus, sejam turistas.

Diversos igarapés já foram saneados. O mais recente fica no entorno do Centro Cultural Palácio Rio Negro e foi inaugurado pelo Governador Eduardo Braga e o Vice, Omar Aziz, na última terça-feira. Na área foi implantado o Parque Temático Senador Jefferson Peres, em homenagem ao Parlamentar amazonense falecido em maio de 2008. Essa obra marca o início

da recuperação e restauração do centro histórico de Manaus para a Copa de 2014.

Sr. Presidente, o Governo do Amazonas já investiu cerca de 600 milhões de dólares nas obras do PRO-SAMIM. Os recursos para a continuidade das obras estão assegurados.

Nesta semana, o Governador Eduardo Braga assinou um empréstimo complementar com o BID no valor de 77 milhões de dólares, cerca de 145 milhões de reais. É o reconhecimento do Governo Federal e do próprio BID à seriedade com que o PROSAMIM é executado.

Estamos resgatando a qualidade de vida das pessoas, principalmente as mais humildes, e preparando o Estado para o futuro. Não tenho dúvidas de que, já na Copa de 2014, Manaus será mostrada para o Brasil e o mundo como um exemplo de cidade que conquistou avanços significativos nas áreas de urbanização, saneamento e melhoria das condições de vida da população.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Gustavo Fruet. S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o nível dos investimentos do Governo do Paraná em obras e aquisição de patrimônio no primeiro semestre de 2009 é o menor em 4 anos. Segundo dados da Secretaria do Tesouro Nacional, vinculada ao Ministério da Fazenda, o Estado investiu 122,5 milhões de reais nos primeiros 6 meses deste ano, período em que a crise econômica internacional esteve mais forte. O gasto em obras no primeiro semestre deste ano foi menor do que o executado no mesmo período de 2006, 2007 e 2008. Os dados não levam em conta, porém, a inflação do período.

Uma das prováveis explicações para o baixo investimento é a redução dos repasses da União para o Estado no primeiro semestre, o que ocorreu em função da queda da arrecadação federal causada pela crise e pelas desonerações de impostos promovidas pelo Governo Federal para estimular a economia.

O Governo do Paraná informa que a diminuição dos repasses da União ao Paraná foi de 676 milhões de reais em relação ao que estava originalmente previsto para o primeiro semestre de 2009.

E a situação deve continuar ruim. O Estado prevê que, até o fim do ano, a perda de repasses da União será de 1 bilhão de reais, em relação ao que o Governo paranaense pretendia receber. Isso motivou o Governador

Requião a determinar uma diminuição no ritmo do andamento das obras e suspender outras. A reforma do Palácio Iguazu, em Curitiba, por exemplo, estava prevista para começar em 2009, mas foi adiada.

A análise da execução orçamentária estadual mostra que a segunda gestão do Governador Requião, iniciada em 2007, não conseguiu manter o ritmo de investimentos do ano em que ele disputou a reeleição (2006) – tanto no comparativo semestral quanto anual.

Em números reais, o Governo do Paraná passou de um investimento de 383,1 milhões de reais, no primeiro semestre de 2006 – ano em que o Governador Roberto Requião, do PMDB, se reelegeu numa apertada disputa com o Senador Osmar Dias, do PDT – para um gasto de 122,5 milhões de reais neste ano.

O Secretário Estadual do Planejamento, Ênio Verri, diz acreditar que, apesar de 2010 ser ano de eleição, o nível de investimento não deve ser muito diferente do deste ano, já que novas obras não serão iniciadas em 2009. “Embora a receita seja maior que no ano passado, vamos segurar para garantir o equilíbrio orçamentário”, afirma ele.

Ênio Verri também contesta os dados da Secretaria do Tesouro Nacional e diz que a análise desse órgão federal não considera o valor investido pelas empresas públicas – SANEPAR e COPEL – nem o valor gasto na recuperação e construção de estradas, pelo Departamento de Estradas e Rodagens – DER.

“Na Estrada do Cerne, por exemplo, o custo do quilômetro pode chegar a R\$1,5 milhão, dependendo do trecho. Imagine o impacto disso com a política de recuperação de estradas promovida pelo Governo Requião”, diz Verri. O Secretário, porém, não comentou o fato de a metodologia da Secretaria do Tesouro Nacional ser a mesma para todos os anos da pesquisa, ou seja, excetuando-se os investimentos das estatais e do DER, os gastos em obras do primeiro semestre são os menores desde 2006.

O economista Cid Cordeiro, do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, acredita que a análise semestral não é um bom parâmetro para avaliar investimentos públicos devido à sazonalidade dos gastos com a execução do orçamento. “Os gastos se concentram no segundo semestre”, explica. Pela lógica do orçamento, as obras são licitadas e contratadas no primeiro semestre e começam a ser pagas somente na metade final do ano, quando se inicia a construção.

Porém, mesmo se for considerado o nível de investimento durante o ano, mesmo considerando-se que o primeiro semestre talvez não seja o período de maior investimento, em especial num ano de crise,

os dados mostram que o Governo Estadual tem diminuído as despesas com obras e aquisição de patrimônio. Em 2006, foram gastos R\$1.1 bilhão, valor maior do que em 2007, R\$791,6 milhões e em 2008, R\$979,6 milhões.

O economista Cid Cordeiro afirma que os órgãos públicos estaduais estão fazendo uma engenharia financeira para fechar as contas no azul devido à crise econômica. “O Paraná tem feito dois ajustes, em gastos de custeio e investimentos, para compensar a receita menor do que a prevista para este ano”, diz ele.

Enquanto os investimentos do Governo Estadual atualmente são menores do que há 3 anos, a Prefeitura de Curitiba tem aumentado o gasto com obras e aquisições patrimoniais, segundo balanço da Secretaria do Tesouro Nacional. Nos 6 primeiros meses deste ano, o nível de investimento é 163% maior do que no primeiro semestre de 2006 e está acima do executado em 2007 e 2008 no mesmo período.

Em números reais, os investimentos municipais passaram de R\$15 milhões em 2006 para R\$39,5 milhões em 2009. Se a comparação for do primeiro semestre deste ano com os 6 primeiros meses de 2008, quando foram gastos R\$23,5 milhões em obras, o aumento do nível de investimentos foi de 68%.

O principal item na despesa de investimentos foram as obras viárias, sendo a maior delas a da Linha Verde. A Prefeitura de Curitiba precisou aportar na obra mais recursos do que o projeto inicial devido à desvalorização do dólar no período compreendido entre a assinatura do convênio com a agência financiadora (o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID) e o efetivo início das obras.

Quando o financiamento foi acertado, em 2004, o dólar estava num patamar de R\$3. Porém, em 2005, quando a construção da Linha Verde começou, o dólar variava em torno R\$1,80. Isso diminuiu o poder de compra do montante financiado, o que justificou o aporte municipal. Boa parte dos investimentos, desde então, foi gasto nas obras paralelas à nova avenida, como a construção de binários e a instalação de semáforos.

O Secretário Municipal de Obras, Mário Tookuni, informa que entre os investimentos que foram executados com recursos próprios está a reforma da Avenida Marechal Floriano e da Rua Desembargador Westphalen. “Nós gastamos R\$17 milhões no trecho entre a Marechal Floriano e o terminal do Boqueirão e R\$2 milhões na Westphalen”, afirma ele.

O Secretário de Finanças de Curitiba, Luiz Eduardo Sebastiani, lembra também que o nível de investimento do Município cresceu entre 2006 e este ano devido à expansão de serviços destinados à população

na área de saúde e assistência social. “Houve a construção de unidades de saúde, principalmente, além de creches e Centros de Referência em Assistência Social – CRAS”, afirma Sebastiani. “Foram construídas 7 unidades de saúde 24 horas, 14 unidades de saúde e 12 novas creches, além da reforma de 99 creches desde 2006”, confirma Tookuni.

Sebastiani lembra ainda que o nível de investimento está diretamente ligado às despesas de custeio. Quanto mais investimento se faz, mais o custeio tende a aumentar, o que reduz a capacidade de novos investimentos no futuro. “A construção de uma unidade de saúde em um ano significa ter que pagar funcionários no ano seguinte”, exemplifica o Secretário de Finanças.

Isso mostra a necessidade de refletirmos sobre a real situação econômica do Estado do Paraná, bem como a relação Governo do Estado/Governo Federal.

Vêm diminuindo os repasses de recursos do Governo Federal para o Estado, sempre lembrando que o Paraná é credor em relação à União. O Paraná tem um histórico de contribuição. O Paraná é o maior produtor de energia hidrelétrica do País. O Paraná não tem sua dívida em títulos da privatização do Banco do Estado para o Banco Itaú assumidas pelo Governo Federal, que, de seu lado, deu tratamento diferenciado a outros Estados em processos semelhantes. O Paraná, grande exportador, não tem reconhecimento, mesmo com a Lei Kandir, e sofre perdas agora com o repasse do Fundo de Participação dos Municípios.

É necessário assumir essa posição de cobrança. Apesar da relação política do Governador do Paraná com o Presidente da República, não está havendo tratamento justo para que o Paraná possa continuar contribuindo com o País.

É importante também refletir, nesse debate muito oportuno, sobre o modelo do pré-sal. Por exemplo, qual será o tratamento dispensado ao Estado do Paraná?

Deputado Raul Jungmann, o Paraná produz 25% da energia hidrelétrica do País, não recebe ICMS por isso, mas cobrado, quando da distribuição, em outros Estados.

O Paraná agora, com o acordo Brasil/Paraguai de renegociação da tarifa de Itaipu, irá assumir parte desse valor por intermédio da sua empresa de energia pública, a COPEL, superavitária, e irá pagar em dólar esse acordo. Porém, na hora em que se discutem os royalties e a delimitação do mar territorial, o Paraná acaba não sendo levado em consideração, apesar de, na sua extensão, também fazer parte da Bacia de Santos.

É um tema necessário, de interesse nacional. Mas, na condição de representante do Paraná, sei que

é preciso pensar no posicionamento do Estado, que muito contribui para o País, mas acaba sendo desconsiderado neste momento.

Sr. Presidente, registro que os dados citados neste pronunciamento reproduz matéria publicada no jornal Gazeta do Povo, de Curitiba, Paraná, em 31 de agosto de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Raul Jungmann.

O SR. RAUL JUNGSMANN (PPS – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Inocência Oliveira, Sras. e Srs. Deputados, nos últimos 2 dias, assistimos, nesta Casa, a um debate a respeito do pré-sal.

De um lado, o Governo aponta para a necessidade da urgência urgentíssima, para, o mais brevemente possível, colocar de pé esse projeto como um todo. De outro, a Oposição tem o crédito de, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ter passado um período de aproximadamente 8 meses debatendo a Lei do Petróleo, e, quando da quebra do monopólio, ter realizado amplo seminário para que esta Casa e os Ministros discutissem o assunto.

Entendo, Sr. Presidente, que a razão está com a Oposição. O pré-sal vai impactar, em grande medida, as contas nacionais, as exportações do País e a cadeia tecnológica. Em particular, ele gerará efeitos sob o ponto de vista social, além de uma imensidão de outros reflexos, sobretudo sobre a vida nacional.

Como é possível que o Congresso Nacional, Sr. Presidente, debata tudo isso e ainda faça uma escolha entre o modelo de concessão e o modelo de partilha, se não temos tempo suficiente?

Dizem que todos estão debatendo o assunto há aproximadamente 14 meses ou 2 anos. Acontece que aqueles que são eleitos para efetivamente debater, votar e decidir estão aqui dentro do Congresso Nacional. Inclusive, não é possível que, num espaço de apenas 90 dias, venhamos a dirimir todas as imensas dificuldades decorrentes da partilha dos royalties, por exemplo, que terá impacto na vida federativa do País, mas também na questão dos desequilíbrios ou reequilíbrios interregionais.

Ademais, Sr. Presidente, o Governo vem deteriorando o debate político quando busca jogar brasileiros contra brasileiros, como se aqueles que quisessem debater e ter maior consistência na sua tomada de decisão fossem contrários ao Brasil e ao interesse nacional, e estivessem jogando contra os interesses de todos os brasileiros.

Isso é uma maneira de não fazer política. Isso é uma maneira de fazer a disputa eleitoral antecipada.

Isso é uma maneira de capturar e interditar o discurso. Isso é uma maneira de enviesar o debate e, sobretudo, evitar que se discuta, profunda e consequentemente, as implicações decorrentes do pré-sal para todos nós.

Sabemos que existe um calendário político-eleitoral, que, evidentemente, tem importância e significação. Mas faz má política aquele que tenta transformar os interesses permanentes do Brasil e dos brasileiros num mero jogo de disputa eleitoral – como está fazendo o Presidente Lula e o Governo Federal neste momento.

Portanto, apenas nos resta assumir de toda a postura da Oposição, de procurar obstruir em nome da discussão, em nome do debate, em nome da consequência e da responsabilidade que esta Casa e todos nós temos de ter com o destino do Brasil e dos brasileiros.

Essa postura não é antibrasileira nem antinacionalista, pelo contrário, é uma postura consequente, que demonstra responsabilidade com o presente e com as futuras gerações de brasileiros e brasileiras.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, venho fazer somente um pequeno registro. Até as 12h de hoje estará sendo realizada a eleição da presidência do Conselho Municipal do Negro – CONEGRO, entidade que luta pela cidadania do afrodescendente no Estado de Rondônia. Disputam a presidência do conselho a Sra. Ana Maria Ramos, do Grupo Raiz de Mulheres Negras, e Silvestre Antônio Gomes, da Associação Centro de Cultura Negra e Religiosidade Afro-Amazônica – ACCUNERA. Para o cargo de vice-presidente, concorrem Antônio Raimundo, o Tijela, e Orlando Pereira. Disputam a secretaria-geral Jamile Brasil e Cristian Jorge Silva.

Parabéns aos que serão eleitos, pois a apuração será a partir das 12h. Todos aqueles que disputam têm condições de dirigir essa entidade que luta pela ampliação do combate à discriminação racial e pelo fortalecimento da postura étnico-afrodescendente no Estado de Rondônia.

Sr. Presidente, acho interessante a postura da Oposição quando diz que quer mais tempo para discutir os projetos do Governo. Essa desculpa está sendo apresentada por aqueles que não querem discutir, já que o único argumento é falta de tempo.

Ora, essa matéria ligada à exploração do pré-sal está em discussão na Casa há bom tempo. Sou autor de um dos projetos de lei pensados aos projetos

do Governo, assim como o Deputado Pedro Eugênio. Inclusive a Comissão de Minas e Energia realizou seminários sobre o tema.

Tal atitude significa chamar o Congresso Nacional de omissão. Não sou omissão nem acho que o Congresso Nacional seja omissão. Trata-se, na verdade, da falta de proposta e de conteúdo.

É difícil combater a proposta no mérito. Será que são contra o Fundo de Combate à Pobreza? Será que são contra o regime de partilha, segundo o qual a União ficará com o resultado da venda do petróleo e não a multinacional? Será que são contra o fortalecimento da cadeia produtiva industrial, que vai fornecer serviços e produtos para a exploração do pré-sal? Afinal, uma das exigências para se participar do processo é de que as empresas internacionais tenham fábrica no Brasil e, com mão de obra brasileira, aqui produzam equipamentos. São contra isso?

Levaram 8 anos no Governo tucano tentando privatizar a PETROBRAS. Felizmente, não conseguiram. Se tivessem conseguido, certamente a PETROBRAS não reuniria a expertise necessária para ser a principal operadora do pré-sal, com tecnologia produzida no Brasil.

Isso é uma cantilena para encobrir as reais intenções da Oposição, que, por falta de projeto político, tenta atrapalhar o projeto político em curso no Brasil, que leva cidadania a milhares de brasileiros. Falar em igualdade social, distribuição de renda, combate à fome, empregabilidade dos segmentos mais desfavorecidos é um atentado à concepção elitista da Oposição.

Para terminar, não poderia deixar de citar aqui a bela gestão na saúde que o Governador Serra está fazendo em São Paulo. S.Exa. está terceirizando os hospitais públicos – terceirizando, e não contratando pelo regime celetista, como propõe projeto do Governo Federal que tramita na Casa. José Serra está terceirizando, entregando a gestão do hospital público a uma entidade privada, porque a concepção privatista está na essência do modelo tucano de governar.

Diante dessa reflexão tucana, a população tem de saber diferenciar quem é quem nessa história.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicia-se uma discussão, que é salutar e importante.

A Oposição e o PSDB têm o maior interesse nessa questão. Eu, que sou brasileiro e acionista da PETROBRAS – pequeno, pois tenho menos de 500 reais de ações da empresa – quero que as empresas estatais do Brasil sejam fortalecidas, a exemplo do

Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, que defendemos ao longo de nossa vida.

Algumas empresas estatais são essenciais e fundamentais, especialmente nas áreas de monopólio do petróleo e de energia elétrica. Sempre fui defensor das empresas públicas elétricas. Temos o exemplo do Paraná, com a COPEL, uma das melhores empresas elétricas do Brasil, de Minas Gerais, que tem a CEMIG, e por aí fora.

Sr. Presidente, a primeira proposta de mudança na emenda que ofereço aos 4 projetos é que a Empresa Brasileira de Petróleo e Gás Natural S.A. – PETRO-SAL, que lembra Petrossauro, passe a se chamar PETROMAR, Petróleo do Mar, ou Petróleo Marítimo, um nome bonito, uma palavra em língua portuguesa. Então, PETROMAR é muito mais bonito do que PETRO-SAL.

A segunda proposta é no sentido de que os Estados federados – Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Rio Grande do Sul e Santa Catarina – possam ser sócios também desse grande negócio futuro. O Governo ficaria com 50% mais 1 – uma ação – e os 49,9% ficariam nas mãos dos Estados e dos Municípios. Seria como a composição acionária das empresas elétricas na década de 50. As empresas elétricas estaduais foram compostas com a formação do capital dos Estados e dos Municípios.

A terceira é a possibilidade de participação de acionistas, que seriam minoritários, socializando o capital com ações pulverizadas de até 500 mil reais para cada um, para que 1 milhão, 2,5 milhões de brasileiros trabalhadores, que tenham fundo de garantia ou não, possam ser sócios desse futuro promissor negócio. Como é um negócio futuro, é um ponto futuro.

A Oposição quer tempo para que o País também possa opinar. É importante o debate. Mudar o nome para PETROMAR é uma ideia. Eu me lembro de que, quando nas guerras invadiam a terra do inimigo, na casa do rei ou do príncipe derrotado, eles jogavam sal para nunca mais nascer nada lá. Então, o sal é um pouco pejorativo e lembra Petrossauro.

Portanto, Sr. Presidente, em uma emenda que apresento sugiro o nome PETROMAR. Há mais de 10 emendas prontas. Creio que devemos abrir o debate. Vamos fazer um debate de qualidade sobre esta matéria, para engrandecer e fortalecer o Brasil.

Quando o Presidente faz certo, nós o elogiamos; quando faz errado, nós o criticamos. Temos feito isso. Não se trata de um Governo de todo ruim, digamos, é razoável. Então, está na hora de trocar o Governo.

Daqui a pouco, entrará um Governo tucano, e é assim que a democracia funciona. Vamos debater.

O Brasil tem 500 anos de descobrimento, mas tem milhões de anos de existência, esse solo, essa riqueza, os minerais, a água, a floresta e, mais importante, Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, o nosso povo, que é da melhor qualidade, uma mistura de todas as raças do mundo com os nativos brasileiros, os nossos indígenas, são os verdadeiros donos desta terra.

Petróleo tem muito mais do que PETRO-SAL. O Brasil tem as mais importantes reservas petrolíferas do mundo, reservas de ouro, de diamante etc.

Viva o Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Segundo dados da Secretaria-Geral da Mesa, a Presidência permitiu que 98 Srs. Parlamentares utilizassem da palavra hoje.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Isso é democracia.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Muito obrigado.

VI – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Encerro a sessão, antes lembrando que foi convocada para hoje, quinta-feira, dia 3 de setembro, às 14h, a seguinte

ORDEM DO DIA

(Debates e trabalho de Comissões.)

(*Encerra-se a sessão às 12 horas e 33 minutos.*)

Ata da 231ª Sessão, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, em 3 de setembro de 2009

Presidência dos Srs.: Inocêncio Oliveira, 2º Secretário Marçal Filho, Paes de Lira, Capitão Assunção e Paulo Piau, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Havendo número regimental, registrado no painel 376 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

A Sra. Secretária procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN, servindo como 2ª Secretária, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Passa-se à leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido) **O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Passa-se ao

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Conforme determina o Regimento, a primeira meia hora é destinada aos pronunciamentos dados como lido e aos pronunciamentos de 1 minuto.

Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Sr. Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, exalto a ação do Governo Federal no sentido de possibilitar maior presença estatal, principalmente na exploração dos recursos do pré-sal.

Em segundo lugar, vou falar rapidamente sobre a distribuição dos royalties. Não podemos permitir que seja criada uma animosidade dentre os Estados do Rio de Janeiro São Paulo e Espírito Santo com os demais Estados da Federação, como, por exemplo, os do Nordeste.

É natural que o Governador Sérgio Cabral defenda os interesses do Rio de Janeiro, bem como os Parlamentares que o representam, e é também natural que o Governador Eduardo Campos defenda os interesses dos Estados nordestinos.

O que procuramos fazer agora é a conciliação desses interesses, uma vez que os 2 Governadores têm um objetivo comum: a defesa dos interesses do Brasil e dos seus Estados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sobre a atualização dos índices de produtividade agrícola, gostaria de deixar o seguinte registro.

Ruralistas e setores conservadores da mídia se movimentaram nos últimos dias para tentar evitar que o Governo Lula promovesse a atualização dos índices de produtividade rural. Recebi uma dúzia de mensagens eletrônicas de sindicatos rurais (patronais), cujos dirigentes se declaram extremamente intranquilos com a atualização.

Esses índices determinam se uma fazenda é improdutiva ou não. Conforme a Constituição Federal, as grandes fazendas improdutivas, que não cumprem sua função social, são passíveis de desapropriação mediante indenização paga pelo Estado.

Ocorre que os índices de produtividade atualmente em vigor foram estabelecidos em 1975. Essa defasagem, superior a 3 décadas, provoca uma série de distorções. Por exemplo: no Estado de São Paulo, basta produzir 1,9 mil quilos de milho por hectare para que a propriedade seja considerada produtiva. E a produtividade média do milho na safra paulista de 205-2006 foi de 4,2 mil quilos.

Os índices de produtividade rural calculados na década de 70 não levam em conta os avanços tecnológicos da agricultura. A defasagem facilita aos fazendeiros alcançar os indicadores mínimos e evitar desapropriações.

Com novos parâmetros, o número de imóveis que não cumprem sua função social disponíveis para a reforma agrária crescerá e muito no País.

De acordo com a Lei Federal nº 8.629, em vigor desde 1993, os índices devem ser ajustados “periódicamente, de modo a levar em conta o progresso científico e tecnológico da agricultura e o desenvolvimento regional”.

Para atualizar os índices basta ao Governo Federal editar uma portaria conjunta entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. No último dia 18 de agosto, o Presidente Lula voltou a se comprometer a revisá-los – compromisso que já havia sido firmado em seu primeiro mandato.

O Presidente Lula tomou uma atitude que está sendo festejada pelas entidades que defendem a justiça no campo, entre elas a Comissão Pastoral da Terra – CPT. Há anos essa atualização está na geladeira por lobby da bancada ruralista e pela falta de vontade do Ministério da Agricultura, desde a época do antecessor de Reinhold Stephanes, Roberto Rodrigues.

Conforme estudos da própria Pasta da Agricultura, entre 1975 e 2008 a taxa média de crescimento

do produto agropecuário foi de 3,7% ao ano. Em 1975, por exemplo, produziam-se 10,8 quilos de carne bovina por hectare. Hoje são 38,6 quilos.

Como bem aponta a Comissão Pastoral da Terra, por trás da guerra da bancada ruralista está o velho objetivo de preservar o latifúndio improdutivo de empresas nacionais e estrangeiras.

Ao contrário do que insinuam os ruralistas, a medida não inviabiliza a produção agrícola no País. Pelo contrário, serão afetados somente os proprietários que usam as terras como forma de especulação imobiliária. Os que produzem não têm por que se preocupar.

Afinal, onde está a produtividade tão cantada pelos ruralistas? Na hora de buscar dinheiro emprestado e negar o pagamento dos empréstimos, falam em eficiência e em capacidade de produção. Agora é o momento de provar que de fato produzem.

Para além de atualizar os índices de produtividade, é preciso implantar limites para a propriedade da terra, controlar a aquisição de propriedades por empresas estrangeiras e aprovar projetos como a PEC de combate ao trabalho escravo, que prevê a desapropriação de fazendas onde se constate regime similar à escravidão, e está parada no Congresso Nacional.

Fazer avançar a reforma agrária é uma questão de justiça e de cumprir o que diz a lei, além de constar do programa de Governo vitorioso nas eleições presidenciais de 2002 e 2006.

Portanto, Sr. Presidente, os que estão contra a revisão desses índices são aqueles que têm a terra improdutiva ou que mentiram o tempo todo, porque, se eles alegavam ter tamanha produtividade e agora dizem que não é possível produzir de acordo com os novos índices, significa que eles estavam mentindo, porque os novos índices nada mais fazem do que atualizar, e de maneira ainda bastante rebaixada.

Com o avanço da ciência e da tecnologia, a produção por hectare é muito maior. Na hora de pegar dinheiro emprestado no banco dizem que produzem bastante; na hora de pagar acham que o índice de produtividade é muito alto e querem dar o calote.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO WILSON (PT – GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que autorize a transcrição nos Anais da Casa de 2 artigos do jornal O Popular, de Goiânia, de hoje, um do Prof. Paulo César, sobre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – um dos mais bem avaliados recentemente – a Universidade Federal de Goiás, a Universidade Católica e a Universidade Estadual, pela luta contínua por melhoria na educação.

O outro artigo é de Jacqueline Vieira e versa sobre o potencial do cerrado.

Sr. Presidente, a luta pela melhoria da educação torna-se cada vez mais qualificada com os estudos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, do MEC. Por isso, parabéns ao Ministro Fernando Haddad e à equipe do INEP.

No começo desta tarde, em reunião entre o Reitor da Universidade de Brasília, Prof. José Geraldo, e Prefeito de Alto Paraíso e outras autoridades de algumas cidades do Nordeste, foi feito um convênio para a construção de campus da Universidade de Brasília na região da Chapada dos Veadeiros.

E a luta continua pela defesa do cerrado.

ARTIGOS A QUE SE REFERE O ORADOR:

OPINIÃO

Entre os melhores do País

Paulo César Pereira

Dois instituições públicas de ensino superior do Estado de Goiás estão entre as melhores do Brasil, segundo o Índice Geral de Cursos (IGC), divulgado pelo Ministério da Educação na segunda-feira: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) e a Universidade Federal de Goiás. A UFG é bastante conhecida e reconhecida pelos goianos. Já o IFG ainda carece desse conhecimento e reconhecimento.

O IFG obteve a nota 4 (a mesma da UFG), num índice que varia de 1 a 5. Entre todos os institutos federais que compõem a Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico, ficou em 8º lugar, portanto, entre os dez melhores do País. A nota quatro veio com apenas dez anos de atuação no ensino superior.

O Instituto Federal de Goiás tem história e tradição. Comemora seu centenário neste ano, o que o coloca na honrosa posição de instituição de ensino pública federal mais antiga do Estado. Nestes cem anos de atuação passou por transformações significativas que ajudaram a manter o compromisso com a educação e o desenvolvimento econômico, científico, cultural e social do Estado.

Surgiu como Escola de Aprendizes e Artífices, em setembro de 1909, na antiga capital do Estado. Com a construção de Goiânia, veio para a nova capital com o nome de Escola Técnica de Goiânia. Para dar conta dos desafios que o crescimento da capital e do Estado apontavam, passou à condição de autarquia federal autônoma em 1965, recebendo a denominação de Escola Técnica Federal de Goiás.

A atuação no ensino superior foi possível a partir da transformação em Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Cefet), ocorrida em 1999.

Desde então, houve aumento do número de cursos e de vagas ofertados. E em dezembro do ano passado, demos um novo salto. O Cefet Goiás foi transformado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). A mudança não se deu apenas no nome; adquirimos a mesma autonomia e o mesmo status das universidades federais, mas com um papel social diferenciado. Além de atuar no ensino superior, mantivemos nosso papel inicial de atuação no ensino técnico profissional, ampliando esta atuação também para a educação de jovens e adultos. Também tivemos a inauguração de campi no interior.

Nosso esforço é o de manter a excelência no ensino e ampliar nossa atuação na pesquisa e na extensão para formar profissionais cidadãos, na perspectiva de construirmos uma nação mais justa e soberana.

Paulo César Pereira é reitor do IFG e presidente do Conselho Nacional dos Dirigentes das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif)

OPINIÃO

O potencial do Cerrado

Jacqueline Vieira

Até meados dos anos 1970, o Cerrado era tido como enorme sertão imprestável à atividade agrícola. Havia preconceito contra esse território praticamente isolado do Brasil. A exclusão do ecossistema como área prioritária de preservação na Constituição de 1988 expressou essa visão obtusa que imperava no País.

Em virtude dos avanços tecnológicos desenvolvidos principalmente pela Embrapa e do empenho do setor produtivo, o Cerrado se tornou o maior celeiro agrícola nacional. O que era uma paisagem de árvores retorcidas e ásperas apresenta recordes de produtividade no cultivo de soja, milho, café e até de trigo. Em nenhum outro lugar do País se confirmou a frase de Pero Vaz de Caminha de que nessa terra em se plantando tudo dá.

Goiás é um belo exemplo do êxito do agronegócio, que fez o Estado sair da posição de um dos entes mais pobres da Federação para se tornar a nona economia na composição do PIB brasileiro. Mas é preciso olhar o Cerrado sob a ótica do desenvolvimento sustentável. A pesquisa realizada pela ONG WWF-Brasil sobre o potencial de aproveitamento de áreas de pastagens degradadas certamente é um norte nesse sentido.

O que há de extremamente positivo é a mudança de mentalidade do próprio produtor rural. Hoje há entendimento de que o custo da exploração predatória do Cerrado em função da perda de solo e de recursos hídricos não compensa a atividade agrícola sem o emprego de técnicas de manejo sustentável. Na ponta do lápis o empreendedor rural percebeu que os

investimentos em recuperação ambiental, como é o caso da reposição florestal ou de tratamento de processos erosivos, são vultosos e que fica mais barato preservar o Cerrado.

É necessário ainda um envolvimento político amplo para valorização do Cerrado no contexto ecológico brasileiro. O ecossistema é o segundo maior bioma do País e guarda aproximadamente um terço da biodiversidade nacional, mas não tem a sua importância reconhecida. Basta citar que as atenções são voltadas primordialmente para a Amazônia.

A consagração do ecossistema como área prioritária de preservação na carta constitucional é objeto de proposta legislativa de parlamentares goianos, o que é altamente positivo. Agora, tal movimentação precisa sair da esfera da promessa para que possamos envolver decisivamente o governo federal e os Estados interessados em medidas práticas que orientem tanto a exploração econômica quanto a conservação e recuperação do Cerrado. Goiás é um dos maiores interessados e ao Estado está reservada a tarefa de liderar esta decisão política fundamental que importa na qualidade de vida de todos os brasileiros.

Jacqueline Vieira é educadora, diretora-geral da ONG A. Sol

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concede a palavra à ilustre Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nos dias 1º e 2 de setembro foi realizada aqui em Brasília importante reunião, organizada pela bancada feminina e pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Dela participaram inúmeras mulheres do Brasil inteiro, Deputadas Estaduais, Secretárias de Estado, Deputadas Federais e Senadoras.

O objetivo da reunião foi discutir o desenvolvimento da política de combate à discriminação contra a mulher, sobretudo neste momento em que a prioridade é avançar nas conquistas para ampliar a participação feminina nas esferas de poder, inclusive num próximo Parlamento.

Precisamos avançar. Não podemos continuar com a sub-representação que a mulher tem hoje no Parlamento: somente 8%.

Obrigada.

O SR. LUIZ COUTO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna denunciar a situação de 53 jovens bahá'ís iranianos que cumprem pena des-

de 2007 na cidade de Shiraz por participarem de um programa educacional voltado para crianças carentes e questionar como o Governo brasileiro reagirá frente a essa grave violação de direitos humanos.

Esses jovens são falsamente acusados de utilizarem o programa educacional para ensinar a Fé Bahá'í indiretamente, formarem grupos ilegais, ou seja, contrários ao regime islâmico, e fazerem propaganda que se opõe ao regime vigente no Irã.

Vale lembrar que no Irã a divulgação da Fé Bahá'í é proibida, embora o país seja signatário do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, cujo art. 18º assegura a qualquer fiel de uma religião a liberdade de divulgá-la e ensiná-la.

Intrigante é o fato de que muçulmanos iranianos que também participavam desse programa educacional e que foram detidos junto com os bahá'ís foram liberados no mesmo dia. Alguns desses muçulmanos deram declarações oficiais, atestando nem sequer saber que seus companheiros de trabalho eram bahá'ís, quanto mais que estariam ensinando a Fé Bahá'í. O próprio tribunal que sentenciou os bahá'ís reconheceu que o material didático utilizado no programa educacional não continha nenhuma menção à Fé Bahá'í.

Quando 14 desses jovens compareceram ao tribunal para o julgamento, foram informados do veredicto para todos os 53 bahá'ís. A sentença foi apresentada a eles oralmente. Não lhes foi concedido o direito de receber suas sentenças por escrito. Somente após muita insistência puderam copiar à mão o veredicto.

Duas moças e 1 jovem foram sentenciados a 4 anos de prisão; os outros 50 bahá'ís, a 1 ano. As sentenças destes últimos foram suspensas por 3 anos, sob a condição de participarem de aulas preparadas pela Organização de Propaganda Islâmica.

Durante essas aulas, a Fé Bahá'í tem sido insultada e degradada, desrespeitando-se as crenças dos bahá'ís. Apesar das promessas das autoridades iranianas de que haveria respeito aos bahá'ís, de acordo com os jovens, a Fé Bahá'í continua sendo atacada nessas aulas. Segundo advogados experientes, essas aulas demonstram uma clara intenção de pressionar os bahá'ís a negarem sua fé.

Como se não bastasse, os 3 jovens condenados a 4 anos de prisão foram chamados ao Ministério da Inteligência para reaver seus pertences que haviam sido confiscados na ocasião de sua primeira detenção. Ao chegarem ao Ministério, foi imediatamente decretada a sua prisão temporária, situação em que se encontram até hoje, sob condições de detenção que violam as próprias leis do Irã.

O tratamento dispensado a esses 53 jovens bahá'ís no Irã tipifica grave violação aos direitos hu-

manos. O caso específico dos 3 que se encontram presos, porém, é emblemático e merece destaque nesta Casa. Suas celas não possuem janelas; eles são privados dos direitos mais básicos de um prisioneiro, tais como exercícios diários; cama, cadeira, travesseiro e colchão inexistem – portanto, dormem no chão; são negadas a eles visitas regulares de seus familiares; o direito ao uso de telefone para contato com a família também é negado; são impedidos de ter acesso a necessidades pessoais e atendimento médico. Um rapaz que precisava de uma cirurgia na perna sofreu meses de dor e agonia, pois o promotor negou-lhe o pedido, mesmo com a avaliação do médico da prisão sobre a necessidade de cuidados médicos específicos.

A recusa das autoridades iranianas em pôr um fim imediato ao cruel tratamento desses jovens desafia a razão. Será que programas educacionais para as crianças, os mesmos programas que jovens bahá'ís brasileiros oferecem no Brasil, representam um perigo para a sociedade? Esses bahá'ís deram o melhor de si para expressar os nobres princípios e elevados ideais nos quais sua fé os educa. As ações deles atestam que desejavam simplesmente promover o bem-estar social.

Ao receberem a gratidão daqueles para quem prestaram serviço, parece claro que esses bahá'ís também provocaram a ira de seu governo, pois, no âmago de tamanha perversão da justiça, só pode haver ilimitada animosidade e ódio.

As adversidades a que esses jovens bahá'ís estão sendo submetidos não podem permanecer ignoradas. Lembremos que um dos princípios basilares da Fé Bahá'í é o respeito ao governo de seus países. Os bahá'ís são vítimas de uma das perseguições sistemáticas religiosas mais odiosas do planeta. O governo iraniano possui um plano sistemático de extermínio dos bahá'ís. Locais sagrados e cemitérios bahá'ís são destruídos, jovens bahá'ís não podem ingressar em universidades iranianas, crianças de famílias bahá'ís são maltratadas nas escolas, profissionais perdem seus direitos trabalhistas por serem bahá'ís.

Lembremos ainda as 7 lideranças bahá'ís – 2 mulheres e 5 homens – que estão presas há mais de 1 ano sob acusação de “disseminação de corrupção na Terra”. Já tiveram seu julgamento postergado 2 vezes. Serão supostamente julgados no dia 18 de outubro. A Justiça iraniana convocou 2 dos advogados dos réus para o julgamento no último dia 18 de agosto, sendo que Shirin Ebadi, Prêmio Nobel da Paz, encontra-se

fora do Irã e o Sr. Soltani encontra-se preso desde os tumultos pós-eleitorais.

O Senado Federal brasileiro expediu um voto de solidariedade, em julho deste ano, aos bahá'ís do Irã. Diversos Parlamentares brasileiros, a União Europeia, a Anistia Internacional, entre outros, têm-se pronunciando a respeito das severas violações de direitos humanos, em relação às minorias no Irã.

Será que é com esse Irã que o Brasil busca estabelecer laços de cooperação? É o presidente desse Irã que receberemos em Brasília, sem perguntar a ele como vêm sendo tratadas as minorias de seu país? O Irã ignora explicitamente acordos internacionais de direitos humanos, tratando de forma inescrupulosa jovens que prestam serviços educacionais às crianças, e mantém como prisioneiros lideranças de uma religião pacífica, que defende a unidade da humanidade, a igualdade entre homens e mulheres e a paz mundial.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Capitão Assunção.

O SR. CAPITÃO ASSUNÇÃO (Bloco/PSB – ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 2 de setembro comemoramos o Dia do Repórter Fotográfico. Aproveito a oportunidade para parabenizar especialmente os nossos colaboradores desta Casa: o diretor do serviço fotográfico, Sr. Reynaldo Stavale; a chefe dos fotógrafos, Sra. Sônia Baiocchi; os fotógrafos Diógenes Santos, Elton Bonfim, Gilberto Nascimento, J. Batista, Luis Alves, Luiz Cruvinel e Rodolfo Stuckert. Também parabeno todos os profissionais pertencentes aos diversos veículos de comunicação, que diuturnamente frequentam os corredores e os plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, sempre buscando passar a informação, por meio do seu trabalho, o que pode ser traduzido em um antigo provérbio: Uma imagem vale mais que mil palavras.

O etnógrafo Berman costumava dizer que a verdade tem de ser vista como um teatro, que parte importante da verdade está nos bastidores. Os colaboradores desta Casa são os nossos fotógrafos, grandes profissionais da Câmara dos Deputados.

Destaco uma situação ocorrida em meu Estado, envolvendo o repórter fotográfico Fabrício Ribeiro Pimenta: por denunciar a atuação de uma marmoraria, supostamente clandestina, sofreu ameaças de morte

e se viu obrigado a deixar o Espírito Santo, por não se sentir em segurança.

Este meu pronunciamento tem sentido triplo: primeiro, ressaltar a importância da profissão de jornalistas e repórteres fotográficos; segundo, demonstrar que nem mesmo profissionais qualificados e que muitas vezes são considerados membros do quarto poder têm segurança no Espírito Santo, o que demonstra a total falta de controle do Governo do Estado na área de segurança capixaba; terceiro, destacar como a luta contra a degradação do meio ambiente está tomando um rumo cada vez mais arriscado.

Após denunciar sistematicamente o funcionamento da marmoraria, Fabrício Pimenta foi agredido pelo proprietário da empresa, que o atingiu com uma barra de ferro na cabeça, causando um ferimento com grande sangramento. O jornalista registrou denúncia na Polícia Civil, registrou funcionamento irregular da empresa na Secretaria de Meio Ambiente do Município de Serra, mas, com medo, foi obrigado a se mudar, a deixar sua casa, para não correr mais risco de morte.

Destemido, comprometido com a verdade, mais comprometido ainda com a responsabilidade social, Fabrício Pimenta abriu mão do conforto de sua casa para denunciar uma irregularidade ambiental. Dezenas, centenas, milhares de outros jornalistas e repórteres fotográficos vivem situações semelhantes à dele, todos os anos. Alguns perdem a vida em prol da profissão, para defender os interesses da sociedade e a verdade, acima de tudo.

A questão da insegurança no Espírito Santo parece até piada, mas muitos dos senhores que nem sequer conhecem o meu Estado estão cansados de saber o que ocorre ali, pois praticamente todos os dias eu relato fatos escabrosos, desta tribuna, como: policiais assinados, balas perdidas, traficantes mandando em bairros inteiros e impondo o toque de recolher, o crack dominando o interior, milhares de assassinatos todos os anos. E o pior: o Estado não tem um plano de segurança eficaz, eficiente e o efetivo da PM nem sequer é completo, conforme prevê a nossa legislação.

A questão do meio ambiente, inexplicavelmente, está se tornando questão de guerra civil. O Brasil, como sabemos, tem uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo; porém, é o quinto maior poluidor do planeta, por conta das queimadas que nosso povo realiza – muitas delas na Floresta Amazônica.

Inexplicavelmente, em vez de proteger o meio ambiente, algumas pessoas – alguns empresários, principalmente – querem tirar vidas para continuar destruindo o pouco do meio ambiente que nos resta.

Em 5 de setembro será comemorado o Dia da Amazônia. Precisamos conscientizar o povo brasileiro de que a fauna e a flora precisam ser preservadas por um motivo muito simples: não adianta queremos lutar contra a natureza. Enquanto não houver uma conscientização maciça de nossa população, continuaremos a conviver com notícias como esta: um repórter, ao denunciar agressão ao meio ambiente, acabou sendo agredido pelo causador do dano à natureza.

Era o que tinha dizer, Sr. Presidente.

O SR. SEBASTIÃO BALA ROCHA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT-AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a BR-156, no Amapá, é como se fosse a espinha dorsal do nosso Estado, uma vez que liga a região sul ao extremo norte, no Oiapoque, começando em Laranjal do Jari, no sul do Amapá.

O trecho norte da rodovia está previsto no PAC e, embora com dificuldades, tem caminhado, inclusive com possibilidade concreta de inauguração com o asfalto todo concluído em dezembro de 2010, junto com a ponte sobre o Rio Oiapoque. No entanto, o trecho sul está totalmente prejudicado, porque não tem projeto, não está no PAC e não tem licença ambiental.

Estamos unindo todas as forças amapaenses, lideranças, Deputados e Senadores, o Governador Waldez Góes, junto com o DNIT, para apressar a elaboração do projeto da licença ambiental, a fim de incluir a obra na segunda etapa do PAC e construir também o trecho sul da BR-156.

Muito obrigado.

O SR. GERMANO BONOW – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. GERMANO BONOW (DEM-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Rio Grande do Sul vive estranha situação. Recai sobre a Governadora uma série de acusações, politicamente falando, mas ela realiza um bom Governo.

O jornalista Paulo Sant'Ana, do jornal Zero Hora de hoje, faz a seguinte observação:

“É que nosso Estado, pela primeira vez em sua história, tem dois governos.

O primeiro governo que vem tendo nosso amado Rio Grande é uma teia de escândalos...

O segundo governo que vivemos atualmente no Rio Grande é o governo real que

estamos tendo, o governo que conseguiu a façanha de chegar ao déficit zero...”

Sim, o governo que consolidou um trabalho realizado há muito tempo, que é o Instituto de Previdência do Estado, que iniciou o pagamento dos precatórios, que pagou a Lei Britto.

O jornalista conclui dizendo:

“Em razão disso tudo, quero declarar aqui nesta coluna o que muitos discordam, mas muitos também concordam, porém não têm coragem de declará-lo, em face da fuzilaria inclemente que vem sofrendo a governadora. Quero declarar, repito, que este governo estadual que temos hoje no Rio Grande é um bom governo.”

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. seja transcrito nos Anais o artigo de Paulo Sant’Ana, do jornal Zero Hora de hoje.

Muito obrigado.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR:

Dois governos

Vou escrever hoje uma coluna espinhosa. Difícil de escrever, mais ainda pela repercussão que minha coluna tem no Rio Grande.

É que nosso Estado, pela primeira vez em sua história, tem dois governos.

O primeiro governo vem tendo nosso amado Rio Grande é uma teia de escândalos que pareciam em determinado momento não cessar mais, depois que se revelaram escabrosos os fatos de corrupção em torno do Detran.

É indiscutível que houve corrupção grossa no Detran.

Há até réus confessos no processo do Detran.

Apesar de tanto o escândalo do Detran quanto as outras denúncias ou acusações políticas que foram feitas à Governadora nunca, em nenhum momento, terem sido corporificados, comprovados juridicamente, no que se refere ao envolvimento pessoal da Governadora em tais ilícitos concretos ou presumíveis, o Governo viveu e viverá horas tormentosas para rebater as acusações.

O segundo Governo que vivemos atualmente no Rio Grande é o Governo real que estamos tendo, o Governo que conseguiu a façanha de chegar ao déficit zero, o Governo que consolidou a herança do Governo anterior, tirando da falência o Instituto de Previdência do Estado, sob cuja sombrinha se abrigam 1 milhão de associados e dependentes. Já se pode imaginar o que seria do sistema gaúcho de saúde em geral

se ficassem órfãos de assistência 10% da população rio-grandense.

O segundo governo, apesar das atribulações que sofre com o mar de denúncias e acusações, cometeu a façanha de iniciar o pagamento dos precatórios. Início ténue e tímido, mas o pagamento dos precatórios tinha sido transferido para as calendas, o que significaria em outras palavras a falência do Judiciário gaúcho, eis que, se a Justiça manda pagar os precatórios e o Governo não paga, isso é a desmoralização da Justiça e consequente desmoronamento da sociedade.

Além dessas façanhas, acossado pelas denúncias, o Governo tem cumprido investimentos em diversos setores e, diante do caos que se transformara a educação estadual, o setor vem sendo gerido mais que a contento.

E, se é verdade que esta coluna sempre reclamou contra a miséria dos não reajustes dos servidores estaduais, no entanto a governadora pagou inteiramente a Lei Britto aos funcionários públicos e deu aumento às categorias que não foram contempladas por tal diploma.

Nesse ritmo, em face dos escândalos das denúncias que pipocavam todos os meses e todos os anos, de todos os lados, o quadro de horrores que o Governo tentava administrar o próprio Pedro Américo não pinta.

E ainda assim a Governadora teve ânimo ontem à tarde para municiar mais uma reforma do seu secretariado (este Governo Yeda já mudou mais de secretários do que o Fluminense muda de treinador).

E, entre os novos secretários que entram, está um nome animador, impavidamente entusiasmante, de Otomar Vivia para a chefia da Casa Civil.

Em outras palavras, coordenará a política do Governo e talvez a política do secretariado, nada mais, nada menos, do Otomar Vivia, o homem responsável por tirar o IPE dos escombros e elevá-lo ao céu do atendimento total ou quase total na saúde e talvez tornando viáveis aquelas aposentadorias que já tinham se tornado impagáveis.

Em razão disso tudo, quero declarar aqui nesta coluna o que muitos discordam, mas muitos também concordam, porém não têm coragem de declará-lo em face da fuzilaria inclemente que vem sofrendo a Governadora, quero declarar repito, que este Governo estadual que temos hoje no Rio Grande é um bom Governo.

E, se não me escarpelassem e atirassem meu cadáver da sacada do Piratini, eu declararia que temos um ótimo Governo.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Dr. Ubiali.

O SR. DR. UBIALI (Bloco/PSB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna parabenizar o Governador de São Paulo, José Serra, a Assembleia Legislativa de São Paulo e os nossos Deputados Estaduais do PSB – Ed Thomas, Vinícius Camarinha, Luciano Batista, Jonas Donizette e Marco Porta – por terem aprovado ontem à noite uma nova relação de trabalho entre a Saúde do Estado de São Paulo e organizações sociais.

Partindo de uma experiência exitosa realizada em unidades criadas e administradas em parcerias com as organizações sociais, o Governador soube entender, pelos resultados apresentados, que esta alternativa atende às necessidades do povo por uma busca de saúde melhor e por um estado mais eficiente.

A ampliação dos convênios com as Organizações Sociais permitirá melhor ganho aos profissionais do serviço público que forem direcionados a este atendimento – e nós sabemos o quanto está ganhando mal o funcionalismo público da saúde, ainda mais por suas características especiais de lidar diretamente com o ser humano no momento em que este está fragilizado.

A nova lei permitirá que pacientes de outros convênios possam ser atendidos nessas unidades, em uma ocupação de até 25% do atendimento. Isto diminuirá custos, pois haverá aporte de recursos privados para o setor público.

A ideia de que fundações de apoio a hospitais de ensino também possam participar da terceirização não só é justa como inteligente, pois estas fundações têm o saber e a competência já estabelecida na sua sobrevivência e na demonstração de subsistência dos hospitais de ensino.

Em São Paulo existem 25 hospitais sob esse regime de parceria. E o que se observou foi que o atendimento melhorou em número de procedimento e de pacientes atendidos em 25% e o custo foi 10% menor. Portanto, nada mais natural e inteligente que esse tipo de convênio fosse estendido a outras unidades de saúde.

É importante ressaltar que o diferente agora é permitir que as Organizações Sociais passem a atuar em serviços de saúde já existentes, o que anteriormente não era possível.

O fato de se exigir que as fundações de apoio aos hospitais de ensino tenham mais de 10 anos de existência para atuarem como Organizações Sociais e prestar esses serviços traz a segurança da experiência adquirida e do saber acumulado.

Hoje já temos formas e experiência acumuladas de como fazer o controle público sobre os contratos, permitindo a escolha adequada, principalmente baseada no critério de capacitação técnica, fazendo com

que a redução do custo não se dê a custa da qualidade do serviço prestado, mas sim com a melhora da eficiência gerencial e o ganho em escala, facilitando a compra de materiais, uma vez que não será preciso licitações, que neste tipo de serviço é dificultada pela qualidade do material comprado que não pode ser totalmente prevista nos editais de licitação.

Esta lei permitirá resolver um problema crônico que levou o Supremo Tribunal Federal a acatar o pedido da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência para atuar como parte da ação que corre há mais de 10 anos contestando este tipo de contrato entre o serviço público e o privado, uma vez que as licitações limitam a compra de equipamentos adequados por terem quase sempre um único fornecedor.

A parceria entre Estado e sociedade civil sem fins lucrativos tem dado certo. Basta ver o trabalho das APA-ES – Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – no atendimento dos deficientes intelectuais.

Essa solução poderá ajudar a resolver de vez o problema da saúde do Estado de São Paulo, que como em todo o País tem filas de espera para cirurgias eletivas, exames complementares e mesmo atendimento de consultas.

Problemas ainda existirão, mas somente a prática e o controle do Estado poderão respondê-los e corrigi-los.

Parabéns, Governador José Serra. Seu Governo em São Paulo tem sido sinônimo de trabalho, sucesso e competência.

Muito obrigado.

A SRA. FÁTIMA PELAES (Bloco/PMDB – AP. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero falar de uma questão muito grave que o País enfrenta: a pedofilia. Esse é um problema sério que precisa ser enfrentado com mais veemência por todos nós, principalmente pelo Poder Executivo.

Estamos dando entrada a um requerimento de indicação dirigido ao Ministério da Justiça em que sugiro a criação da Delegacia de Direitos Humanos nas Superintendências da Polícia Federal. O requerimento é fruto de audiência pública, realizada esta semana na Comissão de Seguridade Social e Família, para discutir as políticas voltadas para o combate à pedofilia.

O Brasil aparece nas estatísticas como um dos países que mais consomem pornografia infantil mundial. Por esta razão, e também em função das recentes notícias veiculadas na mídia, é que propusemos este debate público, a fim gerar uma discussão mais apurada sobre o tema, para que possamos elucidar as formas de prevenção e educação da sociedade no combate a esta prática criminosa tão repugnante.

A pedofilia é um desvio humano caracterizado pela atração por crianças ou adolescentes sexual-

mente imaturos, com os quais os portadores dão vazão ao erotismo pela prática de obscenidades ou de atos libidinosos. Esse comportamento sexual anormal é observado em todas as classes sociais, raças e níveis educacionais.

Entretanto, entendemos que ainda há muito o que se discutir sobre o tema a fim de promover maior conhecimento.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”. Por isso, também passa a ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de garantir que a população esteja a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Segundo dados da Campanha Nacional de Combate à Pedofilia, a Internet é, atualmente, o principal meio de divulgação, que movimentava milhões de dólares por ano e forma verdadeiros clubes com o objetivo de unir os pedófilos, adquirir fotos, vídeos, fazer turismo sexual e tráfico de menores.

Desta forma, cumpre destacar que é atribuição da Polícia Federal, no que tange à proteção da sociedade contra toda forma de exploração, violência, crueldade, opressão, entre outras, prevista no art. 144, § 1º, I, da Constituição Federal, “apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei”.

Atualmente, são muitas as atribuições das Delegacias de Defesa Institucional da Polícia Federal. A apuração de crimes praticados contra comunidades indígenas, de matéria eleitoral, além dos crimes de tráfico de seres humanos para todos os fins (prostituição, extração e venda de órgãos e trabalhos forçados), redução à condição análoga à de escravo e crimes de ódio e pornografia infanto-juvenil pela Internet, são alguns dos trabalhos realizados.

Obviamente, pelo número de inquéritos que tais delegacias suportam, impossível se torna priorizar as crianças e adolescentes quando inseridas em tais in-

frações como vítimas, como determina o art. 227 da Constituição Federal (Doutrina da Proteção Integral).

A dignidade da pessoa humana, como fundamento do nosso Estado Democrático de Direito, elevada em sua maior expressão na priorização, dentre todos cuja dignidade merece ser protegida, da criança e do adolescente, impõe que se estabeleça, dentre todos os crimes supracitados, o atendimento imediato às investigações em que as vítimas infanto-juvenis possam ser resgatadas de uma situação de risco ou de violência, o que pode ser observado em casos de produção e divulgação de material pedófilo pela Internet, tráfico de pessoas, trabalhos forçados e outros.

Durante o debate, foi possível identificarmos que, no organograma proposto para o Departamento de Polícia Federal, que está sob análise do Ministério do Planejamento, há a expressa previsão de criação de tais delegacias de direitos humanos, faltando-lhe apenas a sua implementação. Observe-se, por último, que tanto no Programa Nacional de Direitos Humanos de 2002, quanto no que está em elaboração para 2009, foi inserida tal demanda, focada nos crimes contra os direitos humanos.

Por isso, apresentamos hoje, nesta tribuna, a necessidade urgente de instrumentalização e instalação de estruturas específicas para a Polícia Federal, a fim de garantir a proteção da sociedade, especialmente no âmbito da exploração sexual das crianças e adolescentes. Hoje estou apresentando formalmente o requerimento com indicação para que o Ministério da Justiça crie as Delegacias de Direitos Humanos nas Superintendências da Polícia Federal.

Esta estrutura tem a pretensão de oferecer orientação e apoio especializados e continuados a indivíduos e famílias com direitos violados. Dentre outras atribuições as delegacias deverão realizar investigações e atendimento especializado, promovendo a prevenção, atendimento e mobilização da sociedade contra o tema em questão.

Também foi possível perceber que, apesar do brilhante trabalho desenvolvido pela CPI da Pedofilia no Senado Federal, presidida pelo Exmo. Senador Magno Malta, ainda há muito o que fazer. Muitos são os projetos de lei que estão tramitando nesta Casa, ainda sem aprovação, que visam estabelecer melhores condições para aprimorar o trabalho do Governo e de entidades privadas que atuam no combate a este crime.

Por fim, nobres colegas, gostaria de ressaltar a necessidade de aprovação destes projetos de lei e in-

formar que precisamos, urgentemente, cobrar a atuação do Poder Executivo de forma mais contundente.

Que Deus nos ilumine rumo a um futuro melhor e mais saudável para nossas crianças e adolescentes
Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Chico Lopes.

O SR. CHICO LOPES (Bloco/PCdoB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero parabenizar a cidade de Potengi, que fica na região do Cariri, no Ceará. A pequena cidade, com um povo trabalhador, que vive da agricultura e de um pouco da área de serviços, vem sendo dirigida pela experiência nova de um candidato do PCdoB, dentista, que foi eleito na região.

Esperamos que o Dr. Samuel Carlos Tenório continue se empenhando no sentido de uma boa administração, voltada para os interesses do município, principalmente para o bem-estar social dos moradores daquela região localizada na Serra do Cariri.

Nestes tempos de crise, sabemos que, para quem tem mais, ela é menor e, para quem tem menos, é maior. Então, os municípios com dimensões menores sofrem muito mais do que os municípios com dimensões maiores, como Fortaleza, São Paulo etc.

Portanto, nossos parabéns ao Dr. Samuel Carlos Tenório Alves de Alencar, que dirige aquele município.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Paes de Lira.

O SR. PAES DE LIRA (Bloco/PTC – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acabo de ter notícia de que o Presidente da República, em reunião realizada hoje pela manhã, manteve sua equivocada decisão de pedir urgência para os projetos de lei relativos à exploração do petróleo da camada pré-sal. Temo que o processo de obstrução continue, portanto, a prejudicar os trabalhos da Câmara dos Deputados.

Falarei um pouco sobre o mérito dos 4 projetos de lei em questão.

Deve-se preparar o Brasil para a exploração de riquezas de tal magnitude, que conduzirão o País ao rol dos exportadores de petróleo.

Um dos projetos modifica o modelo vigente desde 1997, propondo a adoção da partilha em substituição à concessão. Não concordo com a tese de que isso seja um retrocesso. Tanto um modelo quanto o outro, preservada a soberania nacional sobre as riquezas minerais, atende às necessidades da Nação. Vejo pouca diferença entre receber das empresas contratadas para extrair o óleo um valor justo, de mercado, pelo que obtiverem ou uma parte justa de barris de petróleo, que,

evidentemente, só terão significado econômico depois de processados e comercializados. Portanto, apoiarei, em linhas gerais, a adoção do novo modelo, exceto se ele for utilizado para prejudicar as compensações devidas aos Estados produtores.

Um dos projetos de lei trata da capitalização da PETROBRAS com recursos do Tesouro. A medida parece envolver uma ameaça à participação dos pequenos investidores, que não terão condições de aderir à chamada de capital e poderão ver inviabilizada a sua modesta carteira de ações. Muitos adquiriram-nas com recursos do FGTS, na confiança de que não enfrentariam decisões bruscas, dessa magnitude, por parte do Estado, acionista majoritário. Só o anúncio das cifras de tal capitalização, feito de modo açodado, provocou ontem séria queda no valor das ações da empresa. Portanto, essa matéria deverá ser cuidadosamente analisada. Se entre os objetivos dela estiver o de estatizar maior parcela da empresa, atentando contra a democratização de seu capital, merecerá duro combate pelos representantes do povo.

Outro projeto dispõe sobre a criação da PETRO-SAL, empresa pública destinada à gestão dos contratos de partilha e daqueles relativos à comercialização de petróleo, gás e outros hidrocarbonetos. Como se trata de empresa não ligada à produção, suas receitas só poderão advir de parcelas de bônus de assinaturas e dos ganhos da PETROBRAS no novo modelo. Assim sendo, resulta questionável a necessidade de criação da PETRO-SAL, uma vez que os atos de gestão a ela atribuídos podem ser executados dentro da estrutura normal do Ministério de Minas e Energia.

Um último projeto prevê a instituição de um fundo social custeado pelas receitas petrolíferas e destinado ao financiamento de programas de combate à pobreza e fomento à educação, cultura, ciência, tecnologia e proteção ambiental. Ninguém fará oposição a tais objetivos. Espero, no entanto, que o combate à pobreza seja feito mediante estímulos a projetos de desenvolvimento que propiciem renda de trabalho aos brasileiros e não concessão de auxílios meramente assistencialistas, causando dependência moral e perda de vigor nacional – exceto, é claro, em circunstâncias momentâneas ligadas a catástrofes naturais.

Que a riqueza do pré-sal venha para edificar uma grande nação e nunca para enfraquecê-la moralmente, por meio da esmola oficial.

Evidentemente o Brasil precisa se preparar para a exploração das riquezas do pré-sal.

Não vejo razão para não apoiar, em linhas gerais, a adoção do novo modelo, exceto se ele for utilizado para prejudicar as compensações devidas aos Estados produtores.

Sr. Presidente, solicito a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa.

O SR. LINCOLN PORTELA (PR – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputadas, demais senhoras e senhores aqui presentes ou que estejam nos ouvindo ou nos assistindo por meio da Internet, da Rádio Câmara ou da TV Câmara, em especial, ilustres cidadãos do Estado de Minas Gerais, a quem tenho o orgulho de aqui representar.

Quero comentar uma das maiores conquistas dos consumidores brasileiros nas 2 últimas décadas. Trata-se da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que criou o Código de Defesa do Consumidor.

O Código de Defesa do Consumidor é lei abrangente que trata das relações de consumo em todas as esferas, definindo parâmetros, responsabilidades e direitos das partes envolvidas nas relações comerciais.

Em vigência desde 1990, quando foi aprovado pelo Congresso Nacional, o Código do Consumidor soma conquistas e benefícios para consumidores e fornecedores. Ele mudou comportamentos, democratizando os meios para fazer valer os direitos dos consumidores, que hoje têm acesso mais fácil e obrigatório às empresas, aos órgãos de defesa e à Justiça para reclamarem reparações, substituições ou até devolução de dinheiro. Isso pode ser feito de forma simples nos Serviços de Atendimento ao Consumidor ou nos Juizados Especiais Cíveis, onde ações de até 20 salários mínimos dispensam a presença de um advogado.

Também para as empresas a relação ficou mais clara, pois agora sabem exatamente quais parâmetros devem ser seguidos para respeitar os direitos do consumidor, valorizando sua marca e mantendo fidelidade a ela.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em vigor há 20 anos, o Código de Defesa do Consumidor representou a vitória da cidadania e da sociedade, que vive melhor quando é bem protegida pela lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Átila Lins.

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PMDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar que na reunião do Conselho Político, hoje pela manhã, o Presidente Lula decidiu manter o regime de urgência para o exame das propostas do projeto de lei do pré-sal.

É claro que S.Exa. deve ter tido seus motivos políticos para insistir nessa decisão de oferecer ao Poder Legislativo apenas 90 dias para se debruçar sobre uma proposta que vai requerer de todos nós uma profunda reflexão, debate e estudo.

É preciso entender que esse é um tema polêmico e importante para o País. Daí eu não compreender

a razão por que não pode esta Casa ter mais prazo para deliberar e debater esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Edinho Bez.

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Comissão de Turismo e Desporto (CTD) da Câmara dos Deputados, da qual sou membro, promoveu, no último dia 2, uma homenagem aos profissionais de educação física do Brasil.

O Deputado Afonso Hamm, Presidente da CTD, destacou a importância daqueles profissionais. Estavam presentes o Presidente do Conselho Federal de Educação Física, Jorge Steinhilber; a Presidenta do CREF2 do Rio Grande do Sul, Jeane Marques Cazalato; e o Presidente do Conselho Regional de Educação Física do CREF3 de Santa Catarina, Prof. Marino Tessari, que enalteci, no momento em que falei, em nome de todos os presentes. Ele vem empreendendo ações para oferecer conhecimento técnico especializado aos profissionais da área – registre-se que, após 1998, a profissão foi regulamentada pela Lei nº 9.696.

Meus cumprimentos a todos os profissionais dedicados, aos professores de educação física, que têm contribuído para a melhoria de vida da população, visando ao interesse pela saúde e à proteção da sociedade.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, à Sra. Deputada Janete Rocha Pietá.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente Inocência Oliveira, Deputada Vanessa Grazziotin, Deputada Iriny Lopes, demais Deputados e Deputadas, brasileiros e brasileiras, segunda-feira é o Dia da Independência, e para se ter independência é preciso ter soberania na defesa do pré-sal e do fundo social, que certamente será distribuído a todas as cidades, inclusive à de você que está nos vendo e ouvindo, para investimento em educação, cultura, meio ambiente. Isso é muito importante. A partir dessa visão do novo marco regulatório, nós construiremos um País mais soberano.

Para concluir, eu gostaria de registrar que na minha cidade estamos fazendo a segunda audiência do projeto Saúde Participativa, que ganhou o Prêmio Sérgio Arouca de Gestão Participativa no SUS e faz com que gestores e população participem.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A ORADORA:

SAÚDE PARTICIPATIVA

Avanço na participação popular

Em Guarulhos, a Prefeitura inovou o Sistema Único de Saúde (SUS) com a criação do Projeto Saúde Participativa, que agora entra na sua terceira edição. Ele foi implantado em 2005, quando a atual deputada federal Janete Pietá era Secretária Adjunta da Saúde e encarregada deste projeto. A realização das Plenárias de Saúde Participativa, nos moldes do Orçamento Participativo, visa fortalecer e efetivar a participação popular para um sistema de saúde melhor e para atender aos princípios e diretrizes do SUS.

Ganhador em 2007, em Brasília, do Prêmio "Sérgio Arouca de Gestão Participativa no SUS", o Projeto Saúde Participativa passou a ser recomendado a outros municípios pelo Ministério da Saúde, por possibilitar o processo democrático e participativo na gestão desta área tão importante do serviço público.

Em 2005, foi promovido o primeiro processo de eleição de centenas de conselheiros para 62 conselhos gestores das unidades de saúde do município. Assim como no Orçamento Participativo, as plenárias contam com o momento "Fala Povo", canal de escuta das propostas das lideranças populares na orientação dos serviços de saúde. Este instrumento garante o diálogo direto da população com os funcionários da saúde.

Agora, nessa terceira edição do Saúde Participativa, a realização das plenárias nos 14 distritos de saúde permitirão avaliar a necessidade local, elegendo-se prioridades por região e para a cidade, na busca pela gestão de qualidade no SUS, compromisso de governo priorizado pela anterior e atual administração municipal.

Em Brasília, a busca por mais recursos para Guarulhos

A deputada Janete Pietá, na Câmara Federal, tem lutado junto com muitos outros deputados pela regulamentação da Emenda 29, que destinará recursos maiores para a Saúde no Brasil e na nossa cidade, além de batalhar também pela viabilização de outros projetos que melhorem os serviços de saúde. Por meio de emendas de sua autoria, ao Orçamento Federal, a deputada já destinou desde 2007, R\$ 3,2 milhões para Guarulhos, contemplando várias unidades e serviços de saúde.

A Constituição Federal determina que todos tenham direito ao atendimento público de saúde.

Em Brasília, Janete Pietá trata saúde como questão prioritária se empenhando na construção de um conceito ampliado de saúde, onde todos tenham voz, participação e acesso à saúde com qualidade.

Recentemente, esteve com o Secretário da Saúde e vice-prefeito, Carlos Derman, em reunião com o Ministro José Temporão reivindicando, entre outras coisas, agilizar a aprovação, no Ministério, das adaptações sugeridas pela Prefeitura para a ampliação de leitos e novo centro cirúrgico no Hospital Pimentas/Bonsucesso, que foi viabilizado com recursos federais e da Prefeitura, sempre contando com a presença da deputada nas articulações em Brasília. Com o Ministro Temporão também foram tratados outros assuntos de interesse de Guarulhos, como a liberação de recursos e a necessidade da instalação de uma Faculdade de Medicina na cidade.

Recursos para a saúde nas regiões da cidade

Recreio São Jorge, Cabuçu, Taboão e Bela Vista

Assim que assumiu o mandato de deputada federal em 2007, Janete Pietá também destinou verbas federais no valor de R\$ 450 mil para a manutenção e melhoria do PA Paraíso, que atende a população dos bairros Recreio São Jorge, Cabuçu, Taboão e Bela Vista.

Região Central

Janete Pietá também destinou verbas federais para hospitais. Em 2008, o Hospital Municipal da Criança recebeu R\$ 500 mil para a aquisição de equipamentos e estruturação do serviço de triagem ortopédica e R\$ 400 mil para a reestruturação do Banco de Leite. No mesmo ano,

o Hospital e Maternidade Jesus, José e Maria (JMJ) foram destinados R\$ 200 mil para aquisição de equipamentos e em 2009, também para o JMJ, R\$ 500 mil para o aparelhamento da unidade de saúde visando a implantação do Centro de Referência do Mulher de Guarulhos.

Tratamento de esgoto e prevenção à saúde

Graças ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Guarulhos deve receber nos próximos quatro anos cerca de R\$ 250 milhões em investimentos para tratamento de esgotos. Recentemente, a deputada Janete Pietá esteve junto com o prefeito Almeida e o superintendente do Saae, João Roberto, em Brasília, com a ministra Dilma Rousseff para solicitar novos recursos que permitam cumprir a meta de construção de redes coletoras e estações de tratamento para 70% do esgoto produzido na cidade. O impacto dessas obras será enorme na saúde da população e no desenvolvimento do município.

Em 2008, ganhou R\$ 1 milhão para a construção da Unidade Básica de Saúde Nova Bonsucesso que será instalada no terreno da Prefeitura de Jacarepore e contará com mil metros quadrados de área construída. Há uma contrapartida de recursos da Prefeitura, sob a forma de lotes cada pela população durante o Orçamento Participativo, pois a maioria tem de recorrer a outros bairros para ter atendimento médico. O atendimento da UBS Nova Bonsucesso será estratégico para o Programa Saúde da Família.

São João/ Bonsucesso

A região do São João/Bonsucesso foi uma das primeiras a receber recursos federais para a saúde. No ano de 2007, Janete Pietá destinou R\$ 450 mil para melhorias do PA São João, agora em construção, da Prefeitura com a Santa Casa de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Passamos agora ao período de 5 minutos.

Concedo a palavra à primeira inscrita, a ilustre Deputada Iriny Lopes.

A SRA. IRINY LOPES (PT-ES. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares presentes a esta sessão, obviamente eu também quero aqui falar sobre o pré-sal. Desde o anúncio do novo marco regulatório feito pelo Presidente Lula e pela Ministra Dilma, esse tem sido o objeto do debate nesta Casa e no Brasil inteiro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o País todo foi mobilizado nos últimos dias para essa questão do pré-sal. A apresentação pelo Presidente Lula e pela Ministra Dilma do projeto de marco regulatório para essa fundamental reserva energética que o Brasil possui tem sido o principal assunto de todas as conversas. Aqui no nosso Parlamento, centro nevrálgico dos debates, estamos vivendo um alvoroço sem precedentes. A Oposição, desesperada, assume uma postura de obstrução contra a sociedade brasileira. Agora há pouco, de forma irresponsável, obstruiu a votação de requerimentos na CPI que trata da violência urbana, prejudicando os trabalhos da Câmara sobre esse tema tão importante para todos nós.

Hoje nós ficamos bastante atônitos ao perceber como essa questão está sendo conduzida por parte da Oposição dentro desta Casa. A CPI da Violência Urbana teve seus trabalhos interrompidos – uma obstrução injustificável – não se permitindo sequer a votação dos requerimentos, impedindo-se o tratamento de um tema que é da mais absoluta importância e do interesse da nossa sociedade! Afinal de contas, estamos contra quem? A Oposição é contra o que propõe o Presidente Lula ou é contra os interesses da sociedade brasileira?

A realidade é que os projetos apresentados pelo Presidente Lula e pela Ministra Dilma são muito claros, e trabalham com 3 diretrizes importantíssimas, que refletem o interesse nacional: primeiro, a de que o petróleo e o gás pertencem ao povo brasileiro e ao Estado brasileiro; segundo, a de que o Brasil não quer nem vai transformar-se num mero exportador de óleo cru; o Brasil vai agregar valor ao petróleo, exportando derivados, que valem muito mais, ampliando o patamar econômico do nosso País e com isso fazendo a distribuição de riqueza e renda; e, terceiro, o pré-sal é um passaporte para o futuro e deve ser destinado à educação das novas gerações, à cultura, ao meio ambiente, ao combate à pobreza e a uma aposta no conhecimento científico e tecnológico, por meio da inovação.

Quando aqui estamos discutindo os marcos regulatórios, não estamos tratando de um período histórico que se encerra nos nossos mandatos. Nós estamos discutindo um modelo de Estado brasileiro que possa promover crescimento e justiça social, e que possa garantir nossa soberania. A crise econômica por que passa o mundo mostrou claramente a vulnerabilidade dos países que optaram pela autorregulação dos mercados. Na hora em que foi necessário se salvar da *débâcle*, os empresários lançaram mão dos recursos públicos. O Estado brasileiro não quer fazer isso! O Estado brasileiro precisa preservar essa riqueza, que é do povo brasileiro.

É por isso que esta Casa precisa logo começar a discutir. Noventa dias para se discutir o novo marco regulatório, se o debate não for enviesado pelas disputas eleitorais, é tempo mais do que suficiente para que as Comissões e o conjunto da Casa, juntamente com a sociedade organizada, ofereçam um novo projeto ao nosso País, que teve a dádiva de receber essa riqueza até então escondida, que foi localizada pelo esforço da nossa PETROBRAS.

A PETROBRAS foi salva da sanha privatista por brasileiros que querem o desenvolvimento do País. Foi o povo na ruas, foram os partidos de esquerda e os setores democráticos populares que salvaram a empresa, que se não fosse por isso hoje se chamaria PETROBRAX.

Sras. e Srs. Deputados, o modelo neoliberal não preserva as riquezas do País. Precisamos dar um destino universal aos recursos que serão obtidos através da produção e da exploração do petróleo e do gás. É essa a razão da proposta de fazer os investimentos adotando o modelo da partilha, e não só o da concessão. O petróleo, quando sai da boca do poço, tem de continuar a pertencer ao povo brasileiro. É por isso que o modelo da partilha é o mais adequado para um País que deseja ser soberano e que quer colocar-se como uma nova força no mundo multipolar, preservando os interesses dos brasileiros.

O marco regulatório do pré-sal, anunciado pelo Governo, configura um momento histórico para o País, quando o Estado retoma para si a tarefa soberana de definir o seu destino e o de toda a sua população, num momento em que a crise internacional demonstrou a vulnerabilidade de países que delegaram ao mercado a regulação da economia, evidenciando que esse modelo concentra riquezas, aumenta as desigualdades sociais e regionais e portanto fomenta a fome e a intolerância com os mais pobres.

É contrapondo-se ao neoliberalismo que o Governo do Presidente Lula apresenta o modelo de exploração que recoloca o Estado como indutor do desenvol-

vimento econômico, para que milhões de brasileiros tenham um futuro melhor do que aquele que lhes foi reservado nas últimas décadas. O Presidente Lula destacou acertadamente os perigos de se manter o sistema de concessão para o pré-sal. Afinal, pelo atual modelo – que permanece para as áreas já licitadas – a posse da União cessa na boca do poço. Pela lógica atual, as empresas são donas do petróleo e pagam apenas uma pequena parcela da renda, na forma de *royalties* e participações especiais.

No modelo de partilha proposto pelo Governo, o Estado não transferirá toda a propriedade do óleo para grupos privados. As companhias serão remuneradas com uma parcela do óleo extraído, e o Estado fica com a maior parte dos lucros da exploração e produção de petróleo, parte essa bem superior ao que recebe hoje no regime de concessão, possibilitando assim a universalização do uso desses recursos.

O petróleo é finito, mas a disputa por essa riqueza provoca guerras entre povos e impactos ambientais e sociais significativos. Por isso, a questão energética, os recursos naturais, como água, entre outros, são fundamentais para a definição da soberania e do futuro do País.

Devemos fazer também uma revisão da distribuição dos *royalties*. Sou de um Estado produtor, e acho que deve haver um tratamento diferenciado. A distribuição de *royalties* tem de ser acompanhada de resultados. Municípios e Estados que recolhem *royalties* têm de devolver ao Estado políticas públicas e sociais capazes de alterar substancialmente a vida da população local. Portanto, a distribuição de *royalties* deve, acertadamente, contemplar os Estados e municípios produtores, como o meu Estado do Espírito Santo, mas é urgente rediscutir o uso desses recursos. Há Municípios que recebem muito, mas os seus baixos Índices de Desenvolvimento Humano denunciam o mau uso de uma remuneração que deveria estar sendo utilizada para melhorar a vida de seus cidadãos.

A justa regulamentação e a aplicação de todos os recursos oriundos do pré-sal em prol do povo brasileiro será nossa prioridade de atuação. De imediato, estou apresentando uma emenda para garantir que os recursos do Fundo Social não possam ser utilizados na manutenção da máquina pública, para garantir sua aplicação em projetos e programas essenciais.

Também estou apresentando uma emenda para garantir que os projetos voltados para inovações tecnológicas que venham a ser apoiados sejam direcionados para o combate ao efeito estufa, respeitando o Protocolo de Kyoto e respaldando dessa forma o protagonismo do nosso País na Convenção das Na-

ções Unidas sobre Mudança do Clima – COP-15, que acontecerá em Copenhague no final do ano.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos muito à vontade para fazer o debate. Apresentei algumas emendas que tratam com seriedade dos investimentos na área de proteção ambiental. O Brasil precisa apresentar-se como protagonista na COP-15. Precisamos preservar a cultura, combater a pobreza e garantir que as futuras gerações brasileiras, por meio da educação, da ciência e da tecnologia, tenham o futuro em suas mãos, com garantia de trabalho e renda, num País soberano e digno.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – A Presidência tem o prazer de saudar os oficiais do Curso de Engenharia da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Rio de Janeiro.

Registro a presença do Instrutor Tenente-Coronel Santos, a quem cumprimento e desejo boa estada na Casa do povo. Os senhores têm a honra de servir às Forças Armadas Brasileiras, que têm o respeito e a consideração do povo pelo muito que têm feito em prol da segurança do nosso País.

Meus cumprimentos e minhas homenagens a todos.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG – Sr. Presidente, peço a palavra para falar como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB-DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero cumprimentar o Governo do Presidente Lula pelo envio a esta Casa de 4 projetos que mudarão positivamente o destino da população brasileira.

Quero defender, em nome da bancada do PSB e do Bloco Parlamentar composto pelo PSB, pelo PCdoB, pelo PMN e pelo PRB, que esse debate seja feito em regime de urgência. Não há nem haverá nada, nesta Legislatura e muito provavelmente nas próximas, tão importante para o futuro deste País como a regulamentação da utilização das riquezas do pré-sal.

Se os partidos de Oposição estão considerando que o tempo é insuficiente para esse debate é porque não se debruçaram anteriormente sobre os temas de interesse nacional. O pré-sal não é novo. Ele foi descoberto há quase 2 anos. Portanto, todos os partidos não só tiveram a oportunidade de estudar o assunto como também têm a obrigação de apresentar propostas concretas sobre o novo marco regulatório.

Nós da bancada do PSB realizamos 2 debates, 2 grandes seminários este ano, para discutir esse tema. Ainda no dia 31 de março deste ano encaminhei uma

indicação à Ministra Dilma Rousseff e ao Ministro Edison Lobão defendendo o contrato de partilha em substituição ao regime de concessão, defendendo que uma empresa estatal represente a União nos contratos de partilha e defendendo que nesse novo marco legal a PETROBRAS continue a desempenhar o papel estratégico e fundamental que vem exercendo no País.

Os projetos são excelentes, e constituirão um novo futuro para a população brasileira. Isso porque, no que se refere aos recursos auferidos com a exploração do pré-sal, vamos garantir investimentos significativos em ciência, tecnologia e inovação, de forma especial nas energias do futuro, porque sabemos que o petróleo é um combustível que tem prazo, é uma energia que tem prazo, seja porque vai acabar, seja pela pressão mundial em função do aquecimento global. Parte significativa dos recursos auferidos com a exploração dessa riqueza deve ser utilizada para que o Brasil continue a ocupar a vanguarda no que se refere às energias renováveis. Temos uma oportunidade única também para mudar substancialmente a qualidade da educação neste País e para reduzir as desigualdades regionais e sociais.

Sr. Presidente, no momento adequado, este Plenário e o do Senado não podem furtar-se ao debate sobre a utilização dos *royalties*, sobre o modelo vigente hoje, se é o mais adequado para o princípio federativo. Estamos falando de riquezas do futuro, de distribuição de renda, de benefícios para a população brasileira. É importante ressaltar que o pré-sal foi descoberto graças aos investimentos que a Nação brasileira ao longo de muitos anos fez na PETROBRAS. Esse foi um investimento coletivo da Nação brasileira e portanto deve ser compartilhado coletivamente.

Por outro lado, quero parabenizar o Governo do Presidente Lula, a Ministra Dilma Rousseff e o Ministro das Minas e Energia pela engenharia proposta nos projetos. Embora estejam criando uma empresa estatal para representar a União nos contratos de unitização ou nos contratos de partilha da produção, a PETROBRAS está sendo fortalecida com uma injeção de capital equivalente a até 5 bilhões de barris. E essa empresa é motivo de orgulho nacional porque num determinado momento o Estado acreditou e investiu nela.

Este, Deputado Dr. Ubiali, é o debate que queremos travar neste plenário com a Oposição: qual é o modelo de Brasil que nós queremos? É esse o debate que vai ficar claro aqui.

Esses que estão reclamando do regime de urgência no passado quiseram privatizar a PETROBRAS e transformá-la em PETROBRAX. O mundo vive uma crise econômica exatamente em função da desregulamentação dos mercados. Nós entendemos que num

país como o Brasil, de tantas diferenças sociais e regionais, o Estado tem um papel importante a cumprir, no sentido de induzir o desenvolvimento nacional e reduzir as desigualdades.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, temos de agir com muita serenidade e tranquilidade. Tive a oportunidade de expressar a opinião da Liderança do PSB hoje, na reunião do Conselho Político com o Presidente da República. Entendemos que esse debate é urgente. Queremos aproveitar estes 45 dias em que esses projetos não trancam a pauta para discutir e votar outros temas de interesse nacional, mas consideramos que não haverá nada mais importante para o País nos próximos anos do que a regulamentação do pré-sal em favor do povo brasileiro.

O petróleo é nosso! O petróleo é do povo brasileiro!

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Esta Presidência tem o prazer de anunciar a visita à Câmara dos Deputados de delegação de Parlamentares do MERCOSUL, sob o comando do ilustre Presidente do Parlamento do MERCOSUL, Juan José Domínguez, do Uruguai.

Estão aqui vários Parlamentares paraguaios, acompanhados de uma das grandes figuras do Parlamento brasileiro, o Deputado Celso Russomanno, já saudado pelo Deputado Germano Bonow, que S.Exas. conhecem muito bem, devido à integração com o Rio Grande do Sul.

Esta Presidência cumprimenta-os e deseja-lhes boa estada em Brasília. Esta Casa é do povo – e V.Exas. representam o povo na sua inteireza. Somos seus legítimos representantes.

O Brasil tem grande prazer, como um dos integrantes do MERCOSUL, de ver esse bloco consolidar-se cada vez mais, para que não sirva apenas como mercado comercial, mas também como órgão de integração do CONESUL, a fim de que possamos promover intercâmbios educacionais e culturais de toda natureza e tenhamos uma região forte, ativa, neste momento de crise que o mundo atravessa, quando diversas regiões procuram se fortalecer por meio da formação de blocos fortes e atuantes. Vivemos no mundo do conhecimento, vivemos no mundo da informação, vivemos no mundo da globalização. No entanto, essa globalização não foi capaz de diminuir as profundas disparidades existentes entre os países mais ricos e os mais pobres. Ao contrário, aumenta cada vez mais o fosso entre os ricos e os pobres. Mas o mundo moderno haverá de descobrir formas de resolver essa distorção.

O MERCOSUL não é um órgão que vai definir todas as coisas. O MERCOSUL é um instrumento que nos levará aos verdadeiros valores. Saúde, educação,

liberdade, infraestrutura, água, transporte são os valores que definem a verdadeira democracia. Portanto, todos têm de ter acesso a eles e não apenas pequena minoria.

É isso que este Parlamento deseja, com um sentimento de brasilidade e de integração. O Brasil não tem vocação hegemônica. Não queremos isso. O exemplo está aí. Outros países já tentaram ser hegemônicos e hoje passam por uma enorme crise. O Brasil quer ter irmãos no MERCOSUL e não supremacia sobre os demais países-membros.

Um abraço fraterno a todos. Que Deus nos ajude e nos inspire. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Lelo Coimbra, para uma Comunicação de Liderança, pelo Bloco Parlamentar PMDB/PTC. S.Exa. dispõe de 10 minutos na tribuna.

O SR. LELO COIMBRA (Bloco/PMDB-ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parabéns pela manifestação de V.Exa. em homenagem à delegação latino-americana no MERCOSUL. Faço minhas as suas palavras.

Quero inicialmente parabenizar o Corpo de Bombeiros do Espírito Santo, que no último dia 25 de agosto, Dia do Soldado, comemorou em uma solenidade militar os 12 anos de emancipação da Polícia Militar. Quando fui Deputado Estadual no meu Estado, o Espírito Santo, envolvi-me profundamente no trabalho para essa emancipação.

O Corpo de Bombeiros do Espírito Santo foi criado em 30 de dezembro de 1921, sob o comando da Polícia Militar do Estado. Em 25 de agosto de 1997 a corporação desvinculou-se da Polícia Militar e passou a formular suas próprias políticas e a desenvolver seus próprios projetos.

O nível de profissionalização e os avanços estruturais no Corpo de Bombeiros, tanto no Espírito Santo como em todo o Brasil, assumiu uma nova dimensão. Ampliou-se o leque de serviços da corporação. O grau de profissionalização dos integrantes do Corpo de Bombeiros após a emancipação é impressionante, mostrando o quão importante foi aquela medida, adotada em todo o Brasil.

É por isso que tenho orgulho, como capixaba, de ter participado, naquela ocasião como Deputado estadual, do processo de desvinculação, um antigo sonho da corporação. A emancipação foi formalizada a partir da aprovação por unanimidade, pela Assembléia Legislativa do Estado, em 1º e 2º turnos, da Emenda nº 12, de 1997, incorporada à Constituição do Estado.

Estão de parabéns todos os membros da corporação, os quais cumprimento na pessoa do Comandante-Geral Fronzio Calheira Mota.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uso deste espaço também para tratar do tema do petróleo.

Começo dizendo que o petróleo é brasileiro, o petróleo é de todo o Brasil. E falo isso sob o olhar do Espírito Santo.

Em segundo lugar, eu quero dizer que para tratarmos desse assunto não precisamos de regime de urgência nem de todo o tempo do mundo. Precisamos é do tempo necessário para fazermos um debate verdadeiro sobre esse importante tema, o pré-sal, sobre o que significa tal riqueza e sobre o papel que ela deve desempenhar na reestruturação de diversos campos da vida brasileira.

Quase metade dos Parlamentares desta Casa representam Estados que têm petróleo no seu território. A outra metade representa Estados que não têm. Nem por isso essas 2 metades devem ver-se como confrontantes nesse tema. Esse debate não pode dividir esta Casa. Deve ser feito, isto sim, para que compreendamos a importância estratégica dessa grande riqueza para a macroeconomia, para o desenvolvimento de cada Região, sabendo no entanto que ela tem caráter finito. Devemos, portanto, de maneira clara, debater o papel que ela poderá desempenhar em cada Região.

O plano decenal de energia do Ministério de Minas e Energia, que analisa o cenário para o setor no período de 2008 a 2017, prevê para os Estados do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e de São Paulo uma queda da receita de *royalties* e participação no pós-sal, esse que está em exploração. Em 2008 o volume de arrecadação nos campos maduros foi de R\$ 13 bilhões. Em 2015 esse montante diminuirá para R\$ 10 bilhões, e em 2017 para R\$ 8 bilhões. Portanto, estamos num espaço de exploração que já está entrando em sua curva de finitude, esgotando-se seu tempo de vazão. E estamos entrando agora no campo do pré-sal, para o qual se prevê a nova regulamentação de gestão do uso e o conceito de partilha, mas quero deter-me no primeiro campo.

Primeira questão: é preciso entender que o Estado no qual se extrai uma riqueza natural enfrenta comprometer-se do ponto de vista ambiental, do ponto de vista do desenvolvimento e do ponto de vista social. Até 2010, o Espírito Santo terá um volume de gás da mesma proporção do que vem da Bolívia, passando pelo Mato Grosso. Usamos e usaremos 20% desse volume, e queremos que o Brasil use os outros 80%. Para nós, por exemplo, o preço do gás é de fundamental importância para que esse tema seja

resolvido. Portanto, um tema como esse deve ser tratado neste momento.

Segunda questão: nós entendemos que o petróleo é uma riqueza nacional. Na nossa experiência, no Espírito Santo, é assim que ele é tratado, como valor agregado. Nós temos uma legislação, em vigência desde 2007, que determina que os municípios não produtores de petróleo – no nosso Estado, eles são a maioria – têm um percentual de 30% da parte de *royalties* que compete ao Governo do Estado, não da parte dos que têm petróleo. Essa lei é específica, tem destinação específica; portanto, cai na conta de cada município, no mês da apuração, na data seguinte à apuração, esse volume de recursos, que tem feito diferença na área da infraestrutura, nas políticas de saúde e de educação, nas mais diversas áreas que estruturam o município, oferecendo pois à sociedade opções de políticas públicas estruturantes de grande importância. Portanto, nossa experiência com essa riqueza aponta nosso compromisso com o tratamento desse tema.

O Espírito Santo entende que o pré-sal, na sua dimensão nacional, na área que abrange do Espírito Santo a Santa Catarina, configura uma grande bacia que envolve uma riqueza que ainda está por ser definida, embora já esteja estimada entre 9 bilhões e 14 bilhões de barris. Essa bacia implica, em cada momento de sua exploração, de agora em diante, uma complexidade a mais, um custo a mais, dentro de uma matriz energética mundial que vai sofrendo alteração de acordo com suas características, qualidades e complexidades.

Portanto, a experiência vivida por nosso Estado coloca-nos em condição de afirmar que sem sombra de dúvidas o petróleo é brasileiro, essa riqueza é nacional. Nós queremos que aqueles Estados que não detêm essa riqueza tenham a oportunidade de se desenvolver com parte dos frutos dessa riqueza por meio de políticas estruturantes, é importante que se diga. Não dá para pegar esse recurso e fazer com ele o que se faz com outros recursos que, como mostra a experiência nacional, são queimados em ações de curto prazo, inclusive em ações demasiadamente promocionais e festivas, deixando-se de aplicar o recurso em infraestrutura, em investimentos que possam representar uma resposta para as necessidades da sociedade, do conjunto da população brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a experiência do nosso Estado leva-nos a abraçar o conceito de política nacional, de petróleo para todos, o conceito da distribuição desse recurso, mas nós não podemos furtar-nos a defender aquilo que entendemos ser necessário, isto é, os mecanismos de compensa-

ção para cada Estado. Os produtores do Espírito Santo, como quaisquer outros, precisam ter definidas as suas compensações, diante dos impactos ambientais e da necessidade de definir custos e preços, como no caso do gás.

Há nesse sentido um conjunto de itens que devem ser abordados, sob pena de acharmos que a riqueza existente em determinado lugar deva ser transferida para outro que não a possui em detrimento dos benefícios que o Estado de origem possa ter em consequência da riqueza oriunda de seus recursos naturais. Esse conceito bipolar – com ou sem, quem não tem terá tudo e quem tem será penalizado por ter – corresponde a um debate equivocados, na forma como é expresso. Creio que no conjunto os Deputados e Deputadas não deveriam assomar a esta tribuna com uma expectativa litigante, não deveriam promover o enfrentamento entre os Estados produtores e os não produtores de petróleo.

Há uma série de questões importantes. Se trabalharmos, por exemplo, a ideia de tributar os *royalties* hoje existentes na origem, os Estados produtores terão um beneficiamento, que pode dar-se em forma de compensação. Se fizermos quaisquer modificações ou alterações nos conceitos legais hoje existentes, já teremos produzido instrumentos e mecanismos de compensação importantes. Portanto, nós não podemos adotar, neste debate, o viés curto, o viés medíocre, o viés estreito de que essa riqueza servirá para nos dividir. Ela aparece para engrandecer o País. Essa riqueza requer da Presidência da República, do Poder Executivo, do Parlamento, da sociedade civil organizada, dos produtores de serviços e da economia que gira em torno da indústria petrolífera a capacidade de enfrentar esse tema à altura em que ele se apresenta a todo o Brasil.

A riqueza é brasileira, o petróleo é brasileiro, e a responsabilidade é coletiva, mas as diferenças de cada um de nós precisam ser contempladas na dimensão das características dos produtores e dos não produtores.

Nesse contexto, estas ponderações visam situar o Espírito Santo como Estado que entende o Brasil no seu conjunto, mas reivindica que suas especificidades sejam, na dualidade desses aspectos, contempladas à altura e na dimensão do esforço capixaba, dos produtores e dos que estão nas bacias de produção de petróleo.

Eles devem ser contemplados. Eles devem ser avaliados, acompanhados, e deve-se dar a eles o tratamento que merecem.

O Sr. Inocêncio Oliveira, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marçal Filho, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao Deputado Veloso, do PMDB da Bahia. S.Exa. dispõe de até 5 minutos.

O SR. VELOSO (Bloco/PMDB-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já me pronunciei em várias oportunidades, desta tribuna, a respeito dos vários problemas existentes no Porto de Ilhéus. Cito, por exemplo, as obras necessárias para a dinamização e melhor operacionalização do porto ilheense. Entre tais obras estão: reforço do cais, cravações de estacas. Elas foram iniciadas, mas estão paralisadas desde abril de 2007 pelo fato de a empresa de engenharia que estava realizando a obra ter abandonado o canteiro. É necessário concluir com o máximo de urgência os projetos sobre as dragagens.

Desta tribuna, solicito ao Ministro dos Portos, Pedro Brito, que determine que o Dr. Domênico Acetta, do Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias – INPH, dê continuidade ao trabalho. Há grande dificuldade em se manter um diálogo com o Dr. Domênico. Essa dificuldade é encontrada até mesmo pela diretoria da Companhia de Docas do Estado da Bahia. Assim, apelo para que o Ministro Pedro Brito redobre as atenções ao Porto de Ilhéus. Ele é de grande importância para o escoamento da produção do sul, sudoeste e oeste da Bahia, tendo ainda um potencial subutilizado para ampliar suas atividades. O Ministro esteve em Ilhéus e se comprometeu, diante dos portuários, a liberar os investimentos previstos para aquele complexo. Há muita coisa a ser feita. Sua necessidade imediata refere-se à profundidade, que hoje é de apenas 10 metros. O mínimo exigido é de 12 metros, e em um futuro próximo será de 14 metros. É preciso fazer a dragagem da área a barlar, do canal de acesso e da bacia de evolução. Outra necessidade é a obra de ampliação do cais de atracação, que só tem 432 metros, o que limita a operação de 2 navios, quando existe demanda para 4 navios atracarem simultaneamente. Por causa desse problema, surge a necessidade da construção de novas áreas de cais, prolongando o cais hoje existente, construindo-se ao sul mais 130 metros e ao norte mais 170 metros. As obras de dragagem, por exemplo, requerem caráter de urgência, pois atualmente o canal de acesso está com 9.50 metros de profundidade. Isso tem acarretado muitas restrições no recebimento de navios no Porto de Ilhéus. Com o assoreamento no canal de acesso e na bacia de evolução, ao longo do cais, nota-se que o crescimento tem sido enorme, diminuindo a sua profundidade.

O Porto de Ilhéus é chamado de ocioso, mas na realidade ele é subutilizado. O Porto de Ilhéus estruturado é o grande indutor de desenvolvimento econômico e gerador de empregos. Sua importância é significativa

não só para o Estado da Bahia, mas também para o norte de Minas Gerais e Goiás.

O Porto de Ilhéus está no meio da costa baiana; no entanto, tem assistido à evasão das cargas baianas do oeste, sul e extremo sul da Bahia para os portos do Espírito Santo. As cargas do entorno de Ilhéus são movimentadas pelo Porto de Salvador, com uma sangria de mais de 20 milhões de dólares em fretes rodoviários, a cada ano. Muito desse valor é custeado pelas indústrias de cacau, que exportam manteiga e licor.

Desde sua criação, o CAP do Porto de Ilhéus tem solicitado obras de modernização no terminal. Entendemos que é chegado o momento. Queremos ver divulgadas as potencialidades do Porto, por meio da Secretaria Especial de Portos, e vê-lo inserido no contexto dos portos brasileiros, pois hoje ele é subutilizado, apesar de sua estratégica localização.

Outro assunto de suma importância: a situação do projeto do Porto Sul, que está sendo divulgado, em detrimento da existência do terminal atual. Divulgam o novo sem reconhecer que o tradicional tem de continuar existindo e ser modernizado. Na cadeia logística são necessários os 2 portos – um com grande profundidade e o médio com calado de até 14 metros. O Porto Sul, com profundidade maior que 19 metros, será construído para operar com navios de grande porte, graneleiros, que suportam cargas de 250 mil toneladas. As cargas para navios de até 60/75 mil toneladas continuarão a ser operacionalizadas no Porto de Ilhéus, que já está pronto, necessitando apenas receber poucas obras para sua modernização.

O Porto Sul, em sua concepção, terá uma ponte adentrando o mar em mais de 2,5 quilômetros e na sua extremidade, inicialmente, um píer para abrigar as operações da Bahia Mineração. A partir desse primeiro píer, poderão ser construídos outros, dependendo da viabilidade de cargas específicas. Isso demanda alto investimento e muito tempo, mas sempre focando a operação com navios de grande porte.

Vitória e seu entorno possuem vários portos de diversas dimensões e finalidades, vetores que garantem o desenvolvimento do Estado do Espírito Santo. A cidade de Ilhéus, que receberá um porto para navios de grande porte, uma ferrovia, um aeroporto internacional, além de muitas indústrias, deve estar preocupada com a modernização do seu atual porto para, assim, continuar a exercer grande importância no desenvolvimento regional.

Evidentemente, é necessário que o Ministro Pedro Brito invista no Porto de Ilhéus, realizando as obras já citadas, para que o Porto não seja desativado. Essas obras devem ser realizadas em caráter de urgência urgentíssima.

Fala-se muito no Porto Sul, mas é preciso dizer que não há concorrência entre ele e o Porto de Ilhéus. Eles apenas se complementam, pelo desenvolvimento da Bahia e do Brasil. É claro que a região sul do Estado deseja que o Porto Sul seja uma realidade, mas nunca se deve abandonar o Porto de Ilhéus. Ele foi o maior exportador de cacau. Era chamado de porto internacional do cacau.

Para encerrar, registro em nosso pronunciamento o apelo deste Deputado, que é portuário, com muito orgulho, aposentado da Companhia Docas do Estado da Bahia, e da classe portuária.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. LUPÉRCIO RAMOS (Bloco/PMDB-AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero hoje ressaltar desta tribuna a importância das viagens administrativas empreendidas pelo nosso Governador do Amazonas, Dr. Eduardo Braga. No último final de semana, percorremos uma das regiões mais pobres do País. Infelizmente, ainda é assim a nossa região do Alto Solimões, onde se constatou bem recentemente um Índice de Desenvolvimento Humano indesejável nos nossos dias. Mas a região, Sr. Presidente, tem prosperado bastante.

A viagem foi empreendida de Tabatinga, na fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, até a minha querida cidade natal de Tonantins. Percorremos 7 Municípios. Nesses Municípios, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governador está implantando uma série de ações estruturantes de governo, em especial na área da saúde e na área do desenvolvimento sustentável, com a distribuição de inúmeros implementos para a agricultura familiar e a construção de hospitais.

É preciso entender, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e povo brasileiro, como é o acesso aos Municípios do interior na Região Norte do País. É complicado, são comunidades pequenas, são Municípios pequenos. Mas a região aos poucos começa a se integrar ao processo de desenvolvimento do País.

Sempre falei desta tribuna, desde meu mandato passado, que o Governo Federal estava ausente daquela região, que é problemática, de fronteira, onde predomina o tráfico de drogas e há a proximidade com a Colômbia, o que é complicada mais, devido à guerrilha.

O resultado é que temos uma região cujos problemas precisamos enfrentar, como tem feito atualmente o Governador Eduardo Braga.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em particular me chama a atenção o anseio da comunidade pelo estudo universitário.

Na Amazônia, é muito difícil implantar uma universidade, a não ser nas Capitais dos Estados. No Estado do Amazonas, não é diferente. São poucos os

Municípios onde hoje dispomos de faculdades ou de universidade.

Por onde peregrinamos, o grande anseio da sociedade, o grande anseio da população é ver a implantação de um polo da Universidade do Estado do Amazonas.

A Universidade do Estado do Amazonas é nova, recém-criada, mas já é uma das maiores universidades do Norte do País.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna no calor da discussão que se trava, desde ontem, com relação ao pré-sal. Diz-se que uma parte do que se vai arrecadar vai para um fundo social que vai contemplar a educação. Que bom seria se no futuro pudéssemos dar prioridade à educação de nível superior na Região Norte, que o Governo Federal desse um olhar no futuro para compensar o olhar que não foi dado no passado para a população do interior.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

*PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO
PELO ORADOR:*

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tive a honra de integrar a comitiva do Governador Eduardo Braga que, no dia 29 de agosto próximo passado, encerrou visita de 3 dias à região do Alto Solimões.

Naquela oportunidade, foram anunciados novos investimentos da ordem de R\$30 milhões a serem aplicados em ações estruturantes voltadas para o desenvolvimento sustentável integrado daquela mesorregião.

Os novos investimentos, que visam dinamizar o resgate do social e a multiplicação do conhecimento, agregam a construção de 5 núcleos da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), a construção um novo hospital em Amaturá, a conclusão do Ginásio Poliesportivo de Benjamin Constant, a entrega de implementos agrícolas e sementes do programa de recuperação da agricultura familiar, o apoio ao tratamento d'água, a recuperação dos sistemas viários e da infraestrutura dos Municípios atingidos pelas últimas enchentes.

A comitiva do Governador percorreu os Municípios de Tabatinga, Benjamin Constant, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá e Tonantins. Em todos eles foram anunciados investimentos que possibilitam uma transformação efetiva e que podem minimizar os efeitos da exclusão que refletem os baixos índices de desenvolvimento humano das populações.

A meta do Governador Eduardo Braga, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é visitar, até o final deste ano, todos os Municípios do Estado do Amazo-

nas promovendo, efetivamente, ações governamentais que tragam novas perspectivas de vida e de um futuro melhor para a população amazonense.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoíno, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna para falar de um assunto que tem dominado os debates nesta Casa, na sociedade e na mídia. Quero falar do projeto que o Governo Lula enviou ao Congresso Nacional sobre a exploração do pré-sal.

Trata-se de um projeto estratégico, não é um projeto de Governo, mas um projeto de Estado e da Nação. Primeiro, pela potencialidade das reservas do petróleo da camada do pré-sal; segundo, pelo longo período de pesquisa e exploração dessa importante reserva estratégica; terceiro, pela concepção que o Governo Lula, ao mandar esse projeto para a Câmara dos Deputados, na forma de 4 proposições, fez, resultando num estatuto legal que dá conta de questões conjunturais do presente – porque o petróleo já foi descoberto, está começando a ser explorado – e, ao mesmo tempo, projeta regras para o futuro de nosso País.

Estamos, com essas medidas, discutindo o futuro da Nação, do ponto de vista da presença do Brasil no cenário internacional. Estamos nos capacitando para dar conta de uma autonomia estratégica na matriz energética com o petróleo do pré-sal. Isso não exclui todas as fontes de energia em que o Governo está investindo, desde a energia alternativa, o *biodiesel*, a hidrelétrica e a energia nuclear. Mas é muito importante que esse posicionamento estratégico se dê no Brasil e no mundo, possibilitando, com a criação do fundo social, a viabilização dessas riquezas, além da capacitação estratégica do Brasil, para melhorar as condições de vida da população. Os investimentos em educação, combate à pobreza, cultura, inovação científica e tecnológica e sustentabilidade ambiental significam a combinação de um projeto de projeção internacional no Brasil. Portanto, estamos destacando a soberania nesta questão e, ao mesmo tempo, viabilizando mudanças sociais importantes para o nosso povo.

Isso está sendo feito dentro da concepção de redesenhar o papel do Estado brasileiro nessa articulação. Em primeiro lugar, porque a conceituação do petróleo do pré-sal, como propriedade da União, fortalece o papel do Estado, no sentido da regulação, da parceria, no caso, a partilha, no sentido da aplicação dos recursos e

do fortalecimento da PETROBRAS. É um dos projetos que prevê a capitalização da PETROBRAS.

A criação da empresa PETRO-SAL, com corpo técnico qualificado, como uma empresa operadora, representa uma racionalidade, do ponto de vista dessa visão do Estado de indutor, de regulador e de parceria, com o fortalecimento da PETROBRAS, mas também com a parceria com as empresas privadas. Uma visão correta do papel do Estado.

Essa visão correta recoloca na agenda do País o debate político, a discussão do fortalecimento do papel do Estado. Durante 20 anos, assistimos a um discurso de enfraquecimento, de privatizações, para tirar o Estado de funções estratégicas e até de políticas públicas. E no nosso Governo, no nosso projeto democrático, popular e nacional, o Estado passa a ser um elemento-chave, do ponto de vista da presença do Brasil no mundo, do ponto de vista do desenvolvimento econômico sustentável, social e ecologicamente, e do ponto de vista da promoção da cidadania.

Entendo que a tramitação desses projetos aqui na Câmara deveria se dar num amplo debate estratégico de diálogo. Entendo e respeito a posição e a tática da Oposição, mas considero que não é a mais adequada, numa obstrução que impede o debate de mérito dessas questões fundamentais.

O que está em jogo não é o Governo Lula, não é o momento. O que está em jogo é o futuro. Trata-se de um projeto de futuro. Por isso o lema do pré-sal como patrimônio da União, riqueza do povo e futuro do Brasil. Isso representa a marca de um projeto de autonomia, de sustentabilidade e de afirmação do Brasil, numa questão fundamental, que é a exploração do petróleo.

Entendo que o debate dos 4 projetos que vamos realizar nas Comissões Especiais e o debate que iremos fazer aqui no plenário dão a esta Casa e ao Parlamento uma agenda estratégica. Em vez de discutirmos o ramerrame, as questões menores, as querelas, vamos discutir a estratégia sobre o futuro do País.

De certa maneira, é o resgate da ideia de um projeto nacional. Tenho dito, nos meus pronunciamentos, que o Brasil viveu várias experiências e tentativas de construir um projeto nacional. Essa grande tentativa começou com Getúlio Vargas. Não foi por acaso que o tiro no peito se deu por causa da PETROBRAS e do salário mínimo. Tentou-se viabilizar com João Goulart e vieram as reformas de base e a ruptura com o Estado Democrático e Constitucional. E, agora, com a experiência da construção do PT, dos movimentos sociais, do Governo Lula e da nossa experiência de alianças políticas e coalizão partidária, enfim, com a importante participação de todos os partidos de apoio

ao Governo Lula, estamos dando corpo, avançando e dando conteúdo.

É essa a ideia de um projeto de Nação que articula a um só tempo soberania, fortalecimento do Estado, igualdade social e desenvolvimento econômico sustentável, do ponto de vista social, econômico, tecnológico, científico e do ponto de vista das condições de preservação do meio ambiente. É um projeto que caminha processualmente, e esta Casa tem um papel fundamental no seu debate e discussão.

Por isso queria, Sr. Presidente, como Comunicação de Liderança, defender militantemente esse projeto que chega à Câmara na forma de 4 proposições. Vamos debater, vamos discutir porque este debate é fundamental para o futuro do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Sebastião Bala Rocha, para uma Comunicação de Liderança, pelo PDT. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT-AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou tratar rapidamente do tema “pré-sal”.

Ao mesmo tempo em que temos a convicção de que o Brasil se tornará autossuficiente na produção de petróleo para consumo interno (portanto, poderá exportar para o mundo todo), ao mesmo tempo em que o Brasil deve elevar o seu PIB (portanto, deve avançar como potência mundial), temos a expectativa – sobretudo nós, da Amazônia – de que os lucros obtidos sobre o pré-sal serão distribuídos da maneira mais equitativa possível.

Nós, da Amazônia, temos um déficit, do ponto de vista de investimento, em função das peculiaridades da região, das pressões ambientais, das mudanças climáticas e de projetos estruturantes – muitas vezes eles são impedidos de ser realizados por causa dessas pressões ambientais.

Esperamos que todos os dividendos do pré-sal sejam socializados, para que o Brasil não seja só uma potência econômica, uma potência petrolífera, mas também uma potência do ponto de vista da educação, da saúde, da ciência e tecnologia, do bem-estar social, da moradia para todos; enfim, um país mais justo, mais igual, mais próspero e também com uma visão de combate às desigualdades regionais.

É importante para nós, da Amazônia, que estamos privados de desenvolver grandes projetos em função das pressões ambientais, que os grandes projetos realizados fora dali signifiquem melhorias para a região amazônica.

Amanhã, sexta-feira, estarei em Laranjal do Jari, que, na última semana, viveu momentos de muita ten-

são. Moradores, lideranças políticas locais – também estava presente o Senador Gilvam Borges – fizeram grandes manifestações em defesa de obras importantes e estruturantes para o Município, no setor comercial, sobretudo, e também pela construção da BR-156, estrada que liga Laranjal do Jari a Macapá.

É importante que todas as lideranças políticas estaduais e também nacionais – sobretudo o DNIT e o Ministério dos Transportes – possam garantir condições para que, de fato, seja construída a BR-156 e tenhamos, então, integrado todo o Estado do Amapá, por meio da construção e pavimentação completa dessa estrada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Alberto Fraga, para uma Comunicação de Liderança, pelo DEM. S.Exa. dispõe de até 6 minutos.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero lamentar profundamente a decisão antidemocrática e ditatorial que o Presidente Lula acabou de tomar quando anunciou, após ouvir o seu Conselho Político, que vai manter a urgência constitucional dos 4 projetos que tratam da questão do pré-sal.

Essa decisão, Sr. Presidente, mais uma vez vai causar transtornos a esta Casa, a qual o Presidente Lula usa da maneira como quer.

A partir de amanhã as oposições vão fazer obstrução de forma radical. Amanhã, sexta-feira, e às segundas-feiras, os Deputados do Democratas, do PSDB e do PPS vão estar aqui para impedir que aconteçam as sessões plenárias. E aí, Sr. Presidente, a partir da terça-feira vamos estar com o Plenário em guerra, porque as oposições entendem que essa postura do Presidente Lula encerra os diálogos, encerra a discussão a respeito de um assunto para o qual ele está pedindo urgência, mas o sucesso desse pré-sal, se houver, só vai acontecer em 2014, 2015. E a pergunta é: a campanha já começou?

O Presidente Lula quer, na verdade, utilizar um assunto de suma importância para o País para deflagrar a campanha presidencial em favor da sua candidata. Disso não restam dúvidas, porque é um assunto que o próprio Governo Federal, costumeiro em fazer atropelos nesta Casa, levou 16 meses para elaborar. Refiro-me aos projetos do pré-sal, que ele agora quer que os Deputados votem em 45 dias.

É um absurdo que o Presidente Lula, mais uma vez, utilizando sua base aliada, composta, lamentavelmente, pela bondade da concessão de cargos, use esse rolo compressor para empurrar goela abaixo da Oposição um projeto dessa magnitude. O mais impres-

sionante é que o Governo Federal não tem essa mesma visão para outros projetos de importância para o País. Por que não discutir, então, a agricultura, que é o setor que coloca comida na mesa do brasileiro?

Esse projeto do pré-sal só interessa à sua campanha presidencial. Se os primeiros efeitos só vão surgir em 2014, 2015, e isso se correr tudo bem, por que discutir a matéria em 45 dias? E esta Casa aqui critica tanto a ditadura!

Entendo, Sr. Presidente, que essas ações do Presidente Lula nada mais são do que autoritárias, sim, impostas às minorias, que não conseguem manifestar-se diante desse rolo compressor que o Governo faz questão de passar nesta Casa.

A discussão do pré-sal precisa avançar. Isso não pode ser resolvido da noite para o dia, como quer o Presidente Lula. Devem ser criadas algumas Comissões, e precisamos discutir como elas vão ser compostas, quem vão ser seus Presidentes e Relatores, porque serão compostas por todos os partidos. Esta Casa compõe-se de todos os partidos políticos. O Presidente Michel Temer tem o voto do PMDB, do PP, mas há votos do PSDB, do Democratas, do PPS.

A composição das Comissões vai ter de ser discutida. Não pode ser empurrada goela abaixo, da maneira como o Governo Federal quer. Precisamos de tempo, sim, para discutir a composição das Comissões nesta Casa.

Sr. Presidente, ficam estas perguntas para todos os que nos ouvem e nos assistem nesta sessão: por que essa pressa? Por que esse açodamento? O que está por trás de tudo isso? Com certeza absoluta, o pensamento não está apenas no pré-sal.

Sr. Presidente, a partir de amanhã as oposições vão radicalizar e mostrar que a Minoria não vai calar-se. Não podemos calar-nos diante de uma coisa absurda como essa que o Presidente Lula acaba de fazer: manter a urgência para um projeto cujos resultados na verdade só vão aparecer daqui 5 ou 6 anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao Deputado Átila Lins. S.Exa. dispõe de até 3 minutos.

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PMDB-AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna registrar com satisfação visita que fiz ao interior do meu Estado no último final de semana. Acompanhei o Governador Eduardo Braga à região do Alto Solimões. Em Tabatinga, estivemos com o Prefeito Saul Nunes Bemerguy; em Benjamin Constant, com o Prefeito Amaury Oliveira Pio Júnior e com o Vice-Prefeito David Nunes Bemerguy; em Atalaia do Norte, com a Prefeita Anete Peres e com o

Vice-Prefeito Gumerindo; em São Paulo de Olivença, com o ex-Prefeito Sansão Castelo Branco; em Amaturá, com o ex-Prefeito Francisco Marinho; em Santo Antônio do Içá, com o Prefeito Antunes Ruas; em Tonantins, com o Prefeito Simeão Garcia Nascimento; e com outros companheiros.

Nessa visita, além de inaugurar obras, o Governador Eduardo Braga anunciou a realização de muitas outras, que, com certeza, beneficiarão o povo da região do Alto Solimões.

Em algumas cidades foi feita pavimentação de ruas. Em São Paulo de Olivença, por exemplo, decidiu-se construir o novo hospital, grande sonho daquele povo; em Santo Antônio do Içá e Tonantins, um núcleo da UEA.

Essas medidas anunciadas pelo Governador Eduardo Braga e pelo Vice-Governador Omar Aziz serão de grande importância para aquela região, como eu disse.

No domingo fomos a Lábrea, onde prestigiamos, ao lado do Prefeito Gean Campos de Barros, do Vice-Prefeito Nelson Amud, do Presidente da Câmara Municipal, Evaldo de Sousa Gomes, e de todos os nossos companheiros, a tradicional Festa do Sol, que recebe pessoas de todas as comunidades dos Municípios próximos e dos Estados de Rondônia e Acre. Essa festa consolidou-se ao longo do tempo exatamente em função da sua grandiosidade.

Prestigiamos mais essa Festa do Sol em Lábrea, na companhia do Prefeito Gean Barros, como disse. Ela se projeta não apenas no Estado do Amazonas, mas em toda a região da Amazônia Ocidental e – por que não dizê-lo? – da Amazônia.

Parabenizo o Prefeito por essa grande festa. Muito obrigado.

O SR. SILAS BRASILEIRO (Bloco/PMDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para informar que o Governo deve anunciar nesta semana um pacote de medidas de apoio à cafeicultura, com o objetivo de proporcionar liquidez e sustentação econômica aos produtores, prorrogando as linhas do FUNCAFÉ, que vencem nos próximos meses, e fortalecendo os preços, por meio da recomposição dos estoques oficiais.

Entre as medidas que deverão ser anunciadas, estão: repactuação das linhas de custeio e colheita, aumento da linha destinada ao refinanciamento de CPRs, admitindo-se as cédulas “roladas” para 2009. Quanto à recomposição dos estoques oficiais, o Governo deverá autorizar a CONAB a adquirir até mil sacas por produtor, ao preço mínimo de garantia de R\$261,69, com possibilidade de entrega, também, de

cafés tipo 7, bebida dura, riada ou rio, com deságios a serem ainda definidos.

Os cafeicultores que contrataram financiamentos de estocagem deverão, ainda, ter autorização para liquidar suas operações com o produto dado em garantia, tendo como base o preço mínimo fixado.

Esse conjunto de medidas contribuirá para retirar do mercado aproximadamente 10 milhões de sacas, recompondo os estoques estratégicos do Governo, que poderão ser utilizados em momentos de escassez, garantindo assim o abastecimento do mercado interno e o volume necessário para mantermos nossa participação no mercado externo. Após vários anos de praticamente ter abandonado essa política, o Governo retoma a estratégia de trazer os estoques de volta para as mãos dos produtores, a fim de modificar o processo de formação de preços e reduzir os diferenciais dos cafés brasileiros em relação aos nossos concorrentes.

Apesar de não conseguirmos convencer o Governo a aceitar as demandas da maneira que vem sendo pleiteada pelos produtores, percebemos que conseguimos avançar na direção de proporcionar maior liquidez e melhores preços. Percebemos boa vontade do Governo, esforço e apoio do Sr. Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, e de sua equipe. Se o avanço não foi maior, isso se deve às suas limitações orçamentárias e administrativas. Temos, agora, de ampliar nossa agenda para o desenvolvimento de estratégias que financiem a erradicação ou troca de lavouras economicamente insustentáveis, trabalhando com planejamento de produção. Temos de discutir com as lideranças do setor produtivo, indústria e comércio sobre como tirar proveito da crescente qualidade de nossos cafés, das boas práticas sociais e ambientais, que são uma incontestável realidade da produção brasileira, a fim de reverter isso em menores descontos, em relação aos nossos concorrentes (diferenciais), e, conseqüentemente, em melhores preços para nossos cafeicultores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, temos usado a tribuna para falar das dificuldades por que passam nossos cafeicultores. Hoje, queremos registrar, com muito prazer, a realização de reunião, às 16h, no Ministério da Fazenda. Será feito o encaminhamento para que nossos cafeicultores vivam com tranquilidade num novo momento.

O Governo resolveu, por fim, posicionar o Brasil como o maior país produtor de café do mundo. Como segundo consumidor de café, decidi fazer uma política de estoques, não mais transferindo os estoques produzidos aqui para os países consumidores. Isso é extraordinário! Vamos, sim, fazer com que haja equilíbrio

entre demanda e oferta. Conseqüentemente, teremos preços remuneradores para nossos produtores. Essa é uma notícia auspiciosa para aqueles produtores que, desde 2001, estão trabalhando com preços aviltados, com renda mínima ou até com prejuízos.

Houve, sem dúvida, por parte do Ministro Reinhold Stephanes e de toda sua equipe, um trabalho intensivo de convencimento. Finalmente, com a interveniência do Presidente da República, estamos sentindo que agora haverá um novo momento para um segmento que gera 8,4 milhões de empregos no País.

Este é um momento raro, que tem de ser comemorado. Queremos comemorá-lo, sim, com todos aqueles que participaram desse processo, com todas as lideranças que trabalharam intensivamente ao longo do mês de novembro até os dias de hoje. Queremos, sim, comemorá-lo com o Ministério da Fazenda, que finalmente pôde avaliar que eram necessárias as medidas propostas pelo Ministério da Agricultura.

Este momento é extraordinário para nossa Nação! Divisas, geração de emprego e tranquilidade no campo estão na pauta da negociação de hoje, no final da tarde. Possivelmente, o anúncio será feito hoje ou amanhã pelo Ministro Reinhold Stephanes.

Muito obrigado.

O SR. CHICO LOPES (Bloco/PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de manhã, um Deputado disse que alguns Senadores estão contratando uma empresa norte-americana para analisar o pré-sal. Agora, estamos num desafio, numa guerra. O pré-sal vai movimentar esta Casa politicamente, porque sabemos de sua importância não só para o Brasil, mas para o mundo. As invasões do patrão do mundo ocorreram sempre por causa de combustível.

Sabemos também que o Presidente Lula tem sido um homem paciente em relação à demora do Parlamento para aprovar matérias de interesse do País e do povo. O que pode ser decidido em 3 meses pode levar até 1 ano. Quero ser solidário ao Presidente, que bateu o martelo e não vai retirar a urgência do projeto: ou tem maioria nesta Casa ou não tem.

Os 4 projetos são importantes, mas, na minha concepção, o que cria o Fundo Social é o mais importante, porque é aí que o povo vai ter participação. O Fundo vai ser destinado à educação, ao desenvolvimento social. O brasileiro saiu da linha da pobreza e apareceu com os Programas Bolsa Escola e Bolsa Família, tão criticados pela Oposição, que costuma dizer que o brasileiro não quer mais trabalhar.

Ora, uma pessoa que deixa de trabalhar porque ganha 50 reais por mês deve ser doente. Agora, para quem não comia nem uma vez por dia e agora come

e movimentou o comércio localizado nos interiores do Brasil, é de uma importância magnífica.

Então, quanto ao pré-sal, sou a favor de tudo, mas a medida mais importante é a criação do Fundo Social, porque é através dele que o zé-povinho vai poder participar.

Portanto, entendo essa guerra como a guerra da discussão, das ideias, e não da violência, do sangue e do matar. Espero que seja positiva em termos de resultado para a Nação e para o povo brasileiro.

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente. Nós vamos defender o Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Couto, do PT da Paraíba. S.Exa. dispõe de até 3 minutos.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar o transcurso dos 100 anos do DNOCS, Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, com a celebração do centenário de criação de um instrumento de desenvolvimento para a região do semiárido nordestino, um patrimônio do povo nordestino.

O DNOCS, com o seu passado de glória e de luta em defesa do semiárido, precisa ser defendido e revitalizado. É necessário reforçar a campanha em defesa de sua revitalização e redefinição como órgão importantíssimo, instrumento de políticas públicas e desenvolvimento do semiárido, tanto na extensão rural como no apoio aos irrigantes que vivem em luta produzindo emprego.

O DNOCS foi praticamente liquidado no Governo Fernando Henrique Cardoso, com um processo de esvaziamento. Tentaram extingui-lo, mas a população não permitiu. Os servidores se mobilizaram e não permitiram que o DNOCS fosse extinto.

A sociedade brasileira precisa do DNOCS, precisa unir forças para revitalizá-lo. Para isso, faz-se necessário primeiro que todos conheçam o acervo científico e tecnológico produzido por esse órgão, que se mobilizem pesquisadores, estudiosos, universidades, CEFETs, EMBRAPA, ISA, para fazer um grande projeto, redefinindo-o, revitalizando-o e fazendo com que ele seja um instrumento importante de desenvolvimento sustentável em prol do progresso da região do semiárido nordestino.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Paes de Lira, do Bloco/PTC de São Paulo. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. PAES DE LIRA (Bloco/PTC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ilustres telespectadores da *TV Câmara*, na sessão extraordinária desta manhã, um ilustre Depu-

tado, que respeito muito, veio a esta tribuna bater na Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Ora, senhoras e senhores, para bater na Polícia Militar do Estado de São Paulo é preciso muito fundamento e razão, e aquele Parlamentar não tinha fundamento nem razão. Na verdade, o seu objetivo era bater em Gilberto Kassab e José Serra. Nós, que não tínhamos nada a ver com essa briga, ficamos como presuntos de sanduíche na história.

Vamos repor aqui a verdade dos fatos. Não tenho procuração para defender José Serra, por quem todos sabem que não morro de amores. Mas os casos de Heliópolis e o mencionado da Zona Norte da capital são de áreas desagregadas da capital – infelizmente, ainda existem muitas, como todos nós sabemos – em que existe certa influência do crime organizado, apesar do combate sem quartel que a Polícia Militar e do seu trabalho em parceria com a Polícia Civil. É um fato sabido.

Ocorre que uma ação desastrada de guardas municipais de São Caetano do Sul, terminada na favela de Heliópolis, acabou por ceifar a vida de uma menina inocente.

Em razão disso, surgiram distúrbios generalizados naquela área. Não eram distúrbios espontâneos da população. Aquela população sofrida protesta, sim, mas não o faz incendiando ônibus, virando automóvel, tentando incendiar as habitações já pobres daquela gente. Ela protesta tristemente, amargamente.

Aquilo foi encomendado pelo crime organizado. Os indivíduos que o fizeram são jovens que têm ligações e compromissos com o crime organizado.

Portanto, a Polícia Militar, ao intervir em Heliópolis, depois do infausto acontecimento promovido lá pelos guardas municipais, o fez para repor a ordem pública. A Polícia Militar compareceu, a Tropa de Choque em especial, como o faz constantemente, como força de paz. Restabeleceu a paz, restabeleceu as condições de convívio, para que aquela laboriosa população continuasse com sua vida, apesar da tristeza e da injustificada perda da vida de uma menina.

O caso da favela na Zona Norte é muito parecido. Existe influência do crime organizado, há manifestações com o bloqueio de vias públicas e incêndio de ônibus. Em caso desse tipo é necessário utilizar a força do direito, a força do Estado, a força de paz, que é a Tropa de Choque da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Essas intervenções não são desejáveis, mas, quando necessárias, serão sempre feitas, de acordo com a lei, com critérios, em respeito aos direitos humanos.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Valtenir Pereira, do PSB de Mato Grosso. S.Exa. dispõe de até 3 minutos.

O SR. VALTENIR PEREIRA (Bloco/PSB-MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da *TV Câmara*, ocupo a tribuna nesta oportunidade para dizer de uma grande realização que Mato Grosso está buscando: a duplicação da BR-163 nos trechos Rondonópolis-Cuiabá e Cuiabá-Posto Gil.

A Secretaria Estadual de Meio Ambiente, juntamente com o IBAMA, está formando uma equipe de técnicos para elaborar o grande licenciamento ambiental para a duplicação dessa BR, que toda semana tem acidentes, inclusive fatais, levando famílias a perder entes.

Então, Sr. Presidente, quero deixar registrado o nosso trabalho junto ao IBAMA e à SEMA, em conjunto com o Diretor-Geral do DNIT, Sr. Luiz Antônio Pagot, de maneira firme nessa estratégia para a duplicação da BR-163/364, Rondonópolis-Cuiabá, Cuiabá-Posto Gil, numa extensão de 500 quilômetros, e também o asfaltamento da BR-242, que liga o Município de Querência ao Município de Nova Ubiratã, cerca de 500 quilômetros, de leste a oeste, passando pelo centro de Mato Grosso. Isso é de fundamental importância, porque é uma nova etapa de desenvolvimento para o nosso Estado.

Sr. Presidente, também não poderia deixar de registrar os nossos trabalhos relativos à disponibilização de um caminhão AP2, contra incêndio, para os Municípios de Sinop e Alta Floresta. Alta Floresta teve os voos suspensos por falta desse equipamento de segurança.

Estivemos hoje na ANAC e ontem no VI Comando Aéreo Regional, conversando com o Comandante Ricardo Machado, que fez inspeção nos aeroportos de Sinop e Alta Floresta, na busca da disponibilização do caminhão, para o retorno dos voos de jatos naquela região. Então, estamos trabalhando forte também nessa questão.

Sr. Presidente, quero ainda falar da medida provisória que trata do programa Minha Casa, Minha Vida, editada no final de março. Um decreto regulamentador também foi editado. Essa medida provisória tramitou pela Casa e pelo Senado e sofreu várias alterações, e agora estamos aguardando um novo decreto, disciplinando exatamente essas mudanças, principalmente a do art. 19, que disponibiliza recursos para os Municípios com menos de 50 mil habitantes.

Sr. Presidente, passo a falar sobre a situação do sistema carcerário e dos agentes prisionais.

Como cidadão mato-grossense e como cidadão brasileiro, acompanho diariamente o sucateamento do sistema prisional, infelizmente registrado em praticamente todas as regiões do nosso País. Lamentavelmente, a falta de condições de trabalho e também de condições humanas para os reeducandos vem se tornando cada vez mais uma triste realidade para toda a sociedade brasileira, principalmente para as famílias daqueles que poderiam estar sendo preparados para o retorno ao convívio social.

A superlotação das celas, a precariedade e a insalubridade do ambiente prisional transformam as chamadas “cadeias” em um ambiente propício à proliferação de epidemias e ao contágio de doenças. Esse ambiente, tenso por natureza, unido à má alimentação dos presos, ao seu sedentarismo, ao uso de drogas, à falta de higiene e a toda a tristeza da prisão, abala a saúde emocional de qualquer pessoa.

E isso é apenas o básico, Sr. Presidente.

Como é que podemos garantir à sociedade brasileira que os reeducandos vão retornar ao convívio social se não lhe oferecermos nem o básico? O Estado tem o dever de fazer a sua parte. Quanto à reeducação dos detentos, há bons exemplos sendo aplicados pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública. Em parceria com a FUNDATEC – Fundação de Apoio ao Ensino Tecnológico de Mato Grosso, a SEJUSP aplicou cursos de capacitação profissional em hotelaria e soldagem a 60 reeducandos albergados em Cuiabá e Várzea Grande.

No entanto, Sras. e Srs. Deputados, isso não basta. Da mesma forma que temos de reconhecer o que de bom está sendo feito, temos o dever de alertar para o que ainda falta fazer.

Porque a maioria dos detentos que chega às prisões numa condição sadia sai de lá doente ou com a resistência física e a saúde fragilizadas. E isso, Excelências, convenhamos, é o básico. De nada valem todas as outras ações se não oferecermos isso a eles.

Como defensor público, Sr. Presidente, também me preocupo com a necessidade de garantir melhores condições de trabalho aos agentes prisionais, que se esforçam para, acima de tudo, garantir tranquilidade à população. Para esses profissionais, ou para qualquer categoria de trabalhadores, o Estado tem o dever de assegurar a qualificação profissional. É fundamental, por exemplo, a execução de um plano de cargo, carreira e salários, para evitar a injustiça da defasagem e a subutilização dessa categoria de trabalhadores que tanto se dedicam para desempenhar suas funções à altura do que a sociedade espera e precisa.

O ambiente jurídico é meu berço. Por esse motivo e agora na condição de Deputado Federal, não posso

deixar de lado todos os ciclos que envolvem a esfera do Poder Judiciário. Quero ser, na Câmara dos Deputados, o porta-voz dessa categoria, principalmente em nome dos cidadãos mato-grossenses.

Foi perseguindo essa meta que, recentemente, eu tive a honra de ser escolhido Relator de um projeto de apoio aos egressos do sistema penitenciário que possui, entre outros avanços, o incentivo a empresas brasileiras para que contratem reeducandos que retornarem à liberdade. O PROESP, tornado lei, vai permitir que as empresas contratem ex-presidiários, e quem bancará a despesa será o FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador. Com isso, ganha toda a sociedade: é vantagem para os reeducandos, para suas famílias e para todos os cidadãos.

Não podemos permitir que o sistema prisional continue da forma em que está.

A maioria dos detentos que chegam às prisões numa condição sadia saem de lá doentes ou com a resistência física e a saúde fragilizadas. O encarceramento de reeducandos com essa estrutura deplorável e ultrapassada faz com que o caráter ressocializador seja questionado.

Sras. e Srs. Deputados, ao mesmo tempo em que atuamos na defesa dos direitos dos reeducandos, também nos preocupamos com os profissionais desse sistema, que não funciona. Nesse sentido, quero informar que, neste momento, tramita na Câmara Federal a Proposta de Emenda a Constituição 308/2004, que cria as Polícias Penitenciárias Federal e Estadual – Polícia Penal – conforme defende o agente investigador Cledson, Presidente do Sindicato dos Investigadores e Agentes Prisionais de Mato Grosso. Recentemente, estive com os Deputados Fátima Pelaes (PMDB-AP) e Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) e representantes dos agentes penitenciários de diversos Estados (de Mato Grosso estava presente a agente prisional Jacira), para pedir ao Presidente da Câmara, Michel Temer, que incluía a PEC na pauta de votação do Plenário.

O Presidente Michel Temer assumiu conosco o compromisso de levar a PEC a Plenário e se mostrou sensível aos anseios da categoria. A proposta regulamenta as funções já desempenhadas pelos agentes, como custódia, vigilância e escolta de presos. Atualmente, os agentes prisionais precisam ter o poder de polícia. É importante que eles tenham no âmbito das suas atribuições, dentro do sistema penitenciário, os mesmos atributos, as mesmas competências de um policial militar nas ruas.

Mas o Congresso Nacional é lento quando se trata da mudança do Código Penal Brasileiro. É preciso que o agente prisional seja tratado de forma igual e tenha um salário digno e condições estruturais para

trabalhar. É dessa forma que o sistema será eficaz, menos corruptível e mais funcional.

A categoria precisa ter identidade profissional para ser reconhecida. O sistema não está falido, o que falta é o Governo investir em infraestrutura e no corpo funcional. Em Mato Grosso, existem 1.437 agentes penitenciários e agentes orientadores, que trabalham no sistema socioeducativo, ou seja, com os menores. Desse número, 380 são contratados e o restante é efetivo – e todos com o salário inicial de R\$1.301,00.

O sistema prisional em Mato Grosso precisa melhorar.

Defendo também a isonomia salarial dos agentes estaduais. Faltam investimentos, tanto na capacitação técnica dos agentes prisionais, como na remuneração mais justa à categoria.

O sistema prisional avança a passos de tartaruga.

O Governo de Mato Grosso precisa de mais ousadia. Investimentos vêm sendo feitos em segurança pública, mas é preciso fazer mais. É preciso fazer parcerias com a sociedade.

Somente dessa forma as discussões poderão avançar. E é isso que estamos fazendo em Brasília.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que mande publicar este discurso nos órgãos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Gostaria de chamar, com a aquiescência do primeiro orador do Grande Expediente, o Deputado Germano Bonow, que já está presente, os Deputados Capitão Assunção e Vanessa Grazziotin.

Apenas esses 2 Parlamentares farão uso da palavra, para então adentrarmos o período do Grande Expediente.

Tem a palavra a Deputada Vanessa Grazziotin por 3 minutos.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB-AM. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, nobre Deputado Marçal Filho.

Sr. Presidente, estou prestando atenção ao pronunciamento de todos os Parlamentares que passaram pela tribuna no dia de hoje, e a grande maioria abordou a questão relativa ao petróleo da camada pré-sal.

Sem dúvida alguma, esse será o debate mais importante dos últimos tempos, porque estamos diante de uma decisão fundamental para o futuro do nosso País.

Hoje, pela manhã, quando estávamos em sessão da CPI da Violência Urbana, infelizmente não pudemos apreciar e votar os requerimentos. Assim, Deputado Pannunzio, não pudemos iniciar os trabalhos da CPI

que trata da violência urbana, que é um problema grave, talvez um dos maiores da sociedade brasileira hoje.

Poucas votações aconteceram neste plenário porque a Oposição encontra-se em obstrução. Está em obstrução em protesto contra o Governo, pelo fato de ter solicitado o regime de urgência para a votação dos 4 projetos do pré-sal.

Conversávamos há pouco, Deputado Marçal Filho. Aliás, quero concordar com V.Exa., não se trata de ser contra ou a favor da urgência. Esse é um problema político muito maior, muito mais profundo. O que a Oposição quer é que nada seja votado, que nenhuma lei que regulamenta a extração do petróleo do pré-sal seja votada. Acreditam eles que isso vai, e muito, fortalecer o Governo Lula e, portanto, o candidato ou a candidata apoiada pelo Governo à Presidência da República.

Os argumentos são os mais ridículos, eu poderia dizer, Sr. Presidente. Dizer que o Governo debateu 2 anos e agora quer que o Congresso aprove em 45 dias não é verdade, porque a portaria interministerial, destinada a estudar e propor o novo marco, foi criada em julho de 2008 – portanto, só tem 1 ano. Esta Casa discute a matéria há muito mais de 1 ano.

Estou fazendo um levantamento, Sr. Presidente. Semana que vem, mostrarei aqui a quantidade de Deputados e Deputadas que debateram essa questão nos últimos tempos. O Governo vem debatendo esse assunto, e nós, do Parlamento, também.

Vamos vencer essa obstrução. A própria opinião pública se colocará contrário a ela.

Vamos votar o que é importante.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Tem a palavra o Deputado Capitão Assunção.

O SR. CAPITÃO ASSUNÇÃO (Bloco/PSB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Deputado Marçal Filho, quero registrar que ontem foram iniciados os trabalhos da Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 300, com a eleição do Presidente, do Vice-Presidente e do Relator da matéria.

A Presidência da Comissão Especial da PEC nº 300, que trata do piso salarial nacional dos policiais e bombeiros, ficou com o Deputado José Otávio Germano, do PP-RS; a 1ª Vice-Presidência, com o nosso companheiro, militante das causas dos bombeiros e policiais, Deputado Paes de Lira; a 2ª Vice-Presidência, com a nossa companheira da base governista, a Deputada Fátima Bezerra, do PT-RN; a 3ª Vice-Presidência, com o nosso amigo Flávio Bezerra, do PMDB-CE, e a Relatoria, com o Major Fábio, do DEM-PB.

A próxima reunião acontecerá dentro de 2 semanas. A partir deste momento, começaremos a tratar das audiências públicas nos Estados. Dessa forma, conclamo todos os presidentes de associações, cabos, soldados, sargentos e oficiais de todo o Brasil a entrarem em contato conosco para promover essas audiências em todos os Estados. Vamos movimentar os brasileiros para essa causa tão justa, que é valorizar, pela primeira vez na história do Brasil, aqueles que nunca fecharam as portas para o País, os nossos policiais e bombeiros.

Poderemos acompanhar cada sessão da Comissão Especial pelo *blog* da PEC 300, que conta com *twitter*. Cada passo da Comissão estará *on-line*. Assim, todo bombeiro, todo policial militar do Brasil, a sua família, poderá acompanhar os trabalhos da Comissão e também participar apresentando sugestões.

Muito obrigado, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Muito bem, Deputado Capitão Assunção, Parlamentar batalhador pelas causas deste País, especialmente da segurança pública.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PR-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no momento em que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva anuncia o marco regulatório sobre a exploração de petróleo na camada de pré-sal, temos a informação auspiciosa de que o Estado de Pernambuco poderá ser inserido na cadeia produtiva para a prospecção dessas reservas.

Mesmo sem ser produtor de petróleo, Pernambuco irá contar com um fator produtivo a partir da implantação da refinaria Abreu e Lima no complexo industrial-portuário de Suape. Tal empreendimento estruturador agregará tecnologia de inovação e mão-de-obra especializada como fonte de suprimento para a indústria petrolífera nacional e internacional.

Esta é uma visão de médio e longo prazo naturalmente. Um dado de pioneirismo nesse campo é a existência do Centro de Novos Materiais, em funcionamento na Universidade Federal de Pernambuco. Nossa Universidade é um centro de excelências em tecnologia e biotecnologia, com potencial para operar na vanguarda de pesquisas aplicadas ou experimentais, em âmbito nacional e internacional.

A construção da refinaria está sendo tocada. É uma realidade em evolução. Deverá estar operando em 2014. Atualmente, o trabalho complementar consiste na preparação e qualificação de mão de obra e ampliação da infraestrutura para atrair novas empresas e investimentos.

O complexo industrial e portuário de Suape, no litoral sul do Estado, está localizado em posição ge-

ográfica privilegiada em relação aos mercados produtores e consumidores nacionais e internacionais, de modo a oferecer condições atrativas para novos investimentos.

O Governador Eduardo Campos revela que o projeto Suape Global foi montado e está sendo desenvolvido para captar empresas e agregar investimentos com o objetivo de dinamizar o parque industrial de petróleo e gás natural.

Empresários do setor das indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico dão conta de que diversas empresas de Pernambuco já são fornecedoras da refinaria em implantação e também possuem *know-how* habilitado para integrar a cadeia produtiva de exploração do petróleo.

A expectativa do empresariado é de que os grupos estrangeiros formem parcerias e *joint venture* para a transferência e intercâmbio de tecnologias. Este é o posicionamento apresentado pelo Presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Pernambuco, Sebastião Pontes, numa visão promissora em relação às reservas do pré-sal e o potencial de Pernambuco.

As formidáveis reservas do pré-sal, existentes em águas profundas no mar continental brasileiro, que se estende até 370 quilômetros além do nosso litoral, pertencem a todo o Estado nacional e não apenas a regiões localizadas.

No marco regulatório da exploração do pré-sal, lançado pelo Presidente Lula, deverá ser discutida inclusive a distribuição dos *royalties* para que apenas 3 Estados, incluindo o Rio de Janeiro, que ficaria com 68%, e ainda Espírito Santo e São Paulo, aumentando ainda mais o fosso entre os Estados mais ricos e os mais pobres da Federação.

Além do mais, segundo os técnicos do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica – CAEAT mais abalizados, há muitas possibilidades de ter petróleo no pré-sal da região do Araripe, envolvendo Pernambuco e Ceará. Pernambuco é agente solidário e participativo nessa nova era que se prenuncia venturosa quando o Brasil caminha para ser um dos maiores produtores de petróleo do mundo.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO SERAFIM (Bloco/PSB-AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago a esta tribuna uma reflexão acerca do petróleo descoberto no mar territorial na camada chamada de pré-sal. Como é do conhecimento de todos, o petróleo da camada pré-sal só vai estar disponível dentro de 15 anos, no mínimo, mas hoje já causa debates nos diversos níveis da política brasileira.

Ainda ontem, Sr. Presidente, uma Prefeita de Pernambuco, em dificuldades de caixa, procurou o Ministro José Múcio e pediu que liberasse logo “algum dinheiro desse pré-sal”, provocando o riso de quem assistiu a conversa.

Sras. e Srs. Parlamentares, Os debates se dão desde a urgência pedida pelo Presidente Lula para a apreciação da matéria – o Congresso, por exemplo, terá de votar em 90 dias, 45 para cada Casa – passando pelo modelo, se mais estatizante ou se mais liberal.

O que causa problema mesmo, Sr. Presidente, é a divisão do produto dos *royalties*.

Antes de avançarmos no tema, é bom lembrar o que são *royalties*. Está lá no site da Agência Nacional de Petróleo: “*Royalties são uma compensação financeira devida ao Estado pelas empresas concessionárias produtoras de petróleo e gás natural no território brasileiro e são distribuídos aos Estados, Municípios, ao Comando da Marinha, ao Ministério da Ciência e Tecnologia e ao Fundo Especial administrado pelo Ministério da Fazenda, que repassa aos Estados e Municípios, de acordo com os critérios definidos em legislação específica*”.

Portanto, os *royalties* que incidem sobre a produção mensal do campo produtor são recolhidos mensalmente pelas empresas concessionárias por meio de pagamentos efetuados para a Secretaria do Tesouro Nacional, até o último dia do mês seguinte àquele em que ocorreu a produção.

O Tesouro Nacional, Sr. Presidente, repassa os *royalties* aos beneficiários com base nos cálculos efetuados pela ANP, de acordo com o estabelecido pela Lei nº 9.478, de 1997, e Lei nº 7.990, de 1989, regulamentadas, respectivamente, pelo Decreto nº 2.705, de 1998 e Decreto nº 1, de 1991.

A partir da Lei nº 9.478, de 1997, a alíquota dos *royalties* passou de 5% para até 10% da produção, podendo ser reduzida a um mínimo de 5%, tendo em vista os riscos geológicos, as expectativas de produção e outros fatores pertinentes.

Sr. Presidente, a briga pelo dinheiro dos *royalties* se dá entre os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, liderados pelo Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, e os demais Estados, liderados pelo Governador Eduardo Campos, de Pernambuco.

Sérgio Cabral defende que estando os campos de petróleo no mar territorial em frente a esses Estados, a eles devem caber os *royalties*. Já Eduardo Campos diz que o mar territorial é da União e não dos Estados que ficam em frente, e por isso os *royalties* devem ser divididos entre todos os Estados.

Portanto, estamos diante de uma matéria polêmica, que não será resolvida tão facilmente, muito menos

em período curto de debates. O impasse perdurará por longos e longos anos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO DE OLIVEIRA (PSC-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é alarmante a situação do sistema penitenciário brasileiro, caracterizado por déficit de vagas, superlotação, precariedade das instalações carcerárias e pelas condições subumanas na qual vivem os presos.

O próprio Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, Airton Michels, já declarou que o sistema prisional é uma *vergonha para o País*.

No período de 15 anos, o número de presos no Brasil triplicou. Segundo o DEPEN, o País tem atualmente 440 mil presos. O déficit de vagas ultrapassa 160 mil.

São, realmente, aterradoras as imagens de presos amontoados em instalações precárias, sendo que parte dessa realidade se deve também ao descaso do Poder Público, que mantém no cárcere pessoas que já deviam ter sido libertadas. Estima-se em 9 mil o número de homens e mulheres que já cumpriram suas penas e continuam encarcerados. O Ministério da Justiça calcula que 30% da população carcerária esteja cumprindo prisão preventiva – e não são raros os casos de reclusão superior aos 81 dias de tempo máximo da modalidade.

Portanto, há de se incentivar a adoção de iniciativas positivas, a exemplo dos mutirões do Conselho Nacional de Justiça, para tirar das prisões aqueles que já poderiam tê-las deixado, e da ampliação dos serviços de advocacia gratuita, como as Defensorias Públicas. O necessário estabelecimento de novas diretrizes para o sistema penitenciário há de estimular, ainda mais, a adoção de penas alternativas à prisão, e também contemplar as medidas capazes de reverter os altos índices de reincidência.

Em todo o País, verificam-se situações extremamente críticas com relação aos presídios. Prisão e barbárie tornaram-se sinônimos, expondo, assim, o País a constantes vexames, constrangimentos e denúncias perante os organismos internacionais de defesa dos direitos humanos.

Em 2007, por exemplo, chegou-se ao cúmulo de haver no Pará uma adolescente de 15 anos presa com 20 homens em uma cela. No Espírito Santo, denúncias de precariedade e prática de maus-tratos motivaram a interdição de uma unidade. Um juiz, no Rio Grande do Sul, deixou de mandar criminosos para o cárcere alegando superlotação. Rebeliões e conflitos entre facções causaram dezenas de mortes: em

Rondonópolis, Mato Grosso, no ano 2000; em Porto Velho, Rondônia, em 2002; na Casa de Custódia de Benfica, Rio de Janeiro, em 2004; em Ponte Nova, Minas Gerais, em 2007.

Todas essas evidências de injustiça e desrespeito ao ser humano, com sérias consequências ao agravamento da criminalidade, confirmam que a solução para os problemas do sistema prisional brasileiro, com efeito, deve ser prioridade dos governos.

Vale ressaltar que o Estado tem obrigação de manter reclusos os bandidos que oferecem risco à sociedade, mas não vem dando o devido cumprimento a essa responsabilidade. Nesse sentido, a construção e a reforma de penitenciárias têm de tornar-se uma prática regular dos administradores competentes. Afinal, a segurança pública também precisa melhorar e, se melhorar conforme o desejado, a demanda por celas tende a aumentar.

No dia 16 de agosto, o Governador de Minas Gerais, Aécio Neves, assinou o contrato para o início da construção da primeira penitenciária do País por meio de parceria público-privada. A iniciativa tem por objetivo garantir o aumento de vagas no sistema prisional e a otimização do sistema. O complexo terá capacidade para 3.040 presos e cumpre o papel de dar continuidade à política de segurança pública desenvolvida em Minas. A PPP Penitenciária adotada em Minas foi inspirada no modelo do sistema prisional da Inglaterra. No caso, a empresa vencedora do processo licitatório cria o projeto arquitetônico, constrói o edifício e cuida da operacionalização do complexo prisional.

Pelo novo modelo, o consórcio será responsável pela administração interna do presídio, enquanto o Estado continuará fazendo a gestão das unidades e cumprindo as execuções penais da Justiça. O modelo adotado pelo Governo de Minas Gerais mantém o papel constitucional do Estado na área de segurança, que deve cuidar da disciplina e do cumprimento das penas estabelecidas pela Justiça, acompanhando a execução das penalidades em conjunto com o Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas. O Estado também será responsável pela escolta dos sentenciados, segurança externa e de muralhas.

Outros projetos em fase preliminar de coleta de manifestações de interesse da iniciativa privada encontram-se em desenvolvimento no Rio Grande do Sul e no Distrito Federal. Projeto semelhante está sendo adotado também em Pernambuco, e já se encontra em estágio avançado.

No Estado de Minas Gerais, em 6 anos, a capacidade do sistema prisional cresceu 447%, passando de 5.600 para 22.700. Segundo o Secretário de Esta-

do de Defesa Social, Maurício Campos Júnior, hoje já são mais de 4.800 presos trabalhando e estudando. Criam-se, desse modo, condições para garantir reinserção social, dignidade e cidadania para os detentos. Conforme explica o Secretário Maurício Campos Júnior, o Estado, nesse modelo chamado de PPP, vai cobrar indicadores de ressocialização do consórcio que administra o novo presídio.

Trata-se de exemplos que, se aprovados, devem ser seguidos por todas as Unidades da Federação. É preciso, sim, buscar inspiração e alternativas em experiências bem-sucedidas de unidades prisionais daqui e de outros países, com resultados já comprovados.

Não podemos permitir novas edições da monstruosa Casa de Detenção do Carandiru, que chegou a abrigar mais de 9 mil presos, 3 vezes a sua capacidade, e que, até ser desativada em 2003, foi palco de uma série de rebeliões e de tragédias, inclusive o massacre de 111 presos pela tropa de choque da Polícia Militar, em outubro de 1992.

Enfim, importa, além da construção de mais presídios, buscar modos mais eficientes de gerir unidades prisionais e, principalmente, conferir ao sistema prisional um caráter funcional efetivo em termos de ocupação e recuperação do preso, que, em vez permanecer ocioso, a serviço da criminalidade e ser apenas uma fonte de despesa, seja aproveitado em benefício da sociedade. Que sejam úteis, que produzam algo de valor e, com isso, possam elevar a autoestima. Para que a prisão não seja mais uma escola de criminalidade e, sim, um centro de resgate e de valorização do ser humano.

Documento elaborado pelo Conselho Federal de Psicologia – CFP, entregue ao Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional, Airton Michels, no final do ano passado, durante o II Seminário Nacional sobre o Sistema Prisional, observa que, após cumprir pena, parte significativa dos egressos terá precipitado seus vínculos delituosos por compromissos firmados dentro do cárcere, sendo que o próprio Estado alimenta uma vegetação vingativa nas prisões, onde não há investimentos em educação e profissionalização e onde os próprios familiares dos apenados são humilhados.

Em conclusão, cumpre assinalar a necessidade de reverter, urgentemente, o quadro dominante do sistema prisional no País, acabando, em definitivo, com os abusos, maus-tratos, torturas, a omissão de autoridades, o desrespeito sistemático à legislação e aos direitos humanos e as demais atrocidades que, infelizmente, constituem ainda o cotidiano da imensa maioria dos presídios brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, começa nesta sexta-feira, 4, na cidade de Feira de Santana, o XXVI Congresso das Lojas Maçônicas da Bahia, sob o comando do Grande Oriente da Bahia, que tem como Grão Mestre o empresário Humberto Cedraz.

Durante 3 dias – sexta, sábado e domingo – maçons de todo o País ocuparão as dependências do Clube de Campo Cajueiro discutindo os mais variados temas da atualidade, 3 deles merecendo maior destaque: *A Maçonaria e a Igreja, A Exploração Sexual de Adolescentes e Delinquência Juvenil*.

A abertura contará com a presença de várias autoridades, e o palestrante será o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Ainda sobre a secular instituição maçônica, quero ressaltar que na última segunda-feira, recebido pelo casal presidente Veruska e Alexandre Monteiro, estive na Loja Maçônica Sabedoria, Luz e União, no bairro Parque Ipê, falando para os associados da loja e os convidados para a reunião aberta sobre o projeto de implantação da Região Metropolitana de Feira de Santana.

Lembrei das diversas conquistas que Feira de Santana e cidades que sofrem sua influência poderão somar com a Região Metropolitana, inclusive na área social, que é uma das bandeiras da maçonaria, inspirada na trindade liberdade, igualdade e fraternidade.

Era o que tinha a dizer
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Armando Abílio, para uma Comunicação de Liderança, pelo PTB.

O SR. ARMANDO ABÍLIO (PTB-PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sras. Parlamentares, o motivo e a razão da minha fala, da minha participação, da minha presença é para fazer um registro.

Sr. Presidente, durante o mês do julho, o PTB da Paraíba – aliás, Presidente Marçal Filho, eu já disse, mas vou repetir, é com alegria e satisfação que esta Casa recebe de volta V.Exa., pela maneira afetiva, carinhosa como trata todos e todas aqui neste Poder – conseguiu realizar, no nosso Estado, várias convenções. Tive a oportunidade de participar de várias delas.

Sr. Presidente, existem motivos para o nosso partido comemorar, um deles é o seu tamanho. Hoje, o PTB, nos 20 maiores Municípios do Estado, é o segundo maior partido. O partido tem um projeto para as eleições de 2010. Nesse projeto, vamos apoiar o atual Prefeito de João Pessoa, o companheiro Ricardo Coutinho, e como seu companheiro de chapa, no caso,

candidato a Senador, defendemos o companheiro e amigo Deputado Luiz Couto. É um novo modelo que queremos criar e construir no Estado.

Tenho certeza, Deputado Alcení Guerra, de que os paraibanos se cansaram desse modelo que temos na Paraíba, em que entra uma família, que persegue a que sai, e assim por diante. Defendemos um novo modelo de desenvolvimento sustentável para o Estado, comprometido com a cidadania e com a melhoria da qualidade de vida da população.

É com alegria, com júbilo e com satisfação que ouviremos o Deputado Germano Bonow, uma das figuras que mais entendem de saúde pública na Casa. Ficarei no plenário para aprender com S.Exa. o que podemos e devemos fazer para melhorar a qualidade da saúde pública no País.

Era esse o motivo, era essa a razão da minha fala, era essa a minha participação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Agradeço ao Deputado Armando Abílio, grande representante da Paraíba, pelas suas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Passa-se ao

V – GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Germano Bonow

O SR. GERMANO BONOW (DEM-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, é com satisfação que mais uma vez participo do Grande Expediente nesta Casa.

Quero fugir um pouco do assunto pré-sal, projeto que o Governo encaminhou para a Casa, mostrando a magnitude, a seriedade e a importância do problema, projeto esse elaborado há alguns meses, talvez há mais de ano, que deve ser apreciado em regime de urgência urgentíssima – pedido do Governo.

Eu diria, Sr. Presidente, que essa é quase uma questão de saúde mental, assunto que hoje abordarei: a política de saúde mental do meu País.

Quero, Deputado Alcení Guerra, contar uma pequena história, a história de um detento branco, na casa dos seus vinte e poucos anos, que, esperando a abertura da sua cela, dizia ao seu médico: “*Eu não pertenço a este lugar*”. O médico perguntou-lhe: “*Você está com pensamentos suicidas?*” Ele disse: “*Não. Estou apenas lhe dizendo, doutor, que houve um engano*”. O médico disse: “*O senhor está tomando medicação para transtorno mental?*” E o detento respondeu: “*Estou*” – e disse o nome de toda as drogas. Então, o médico perguntou: “*Por que o senhor foi preso?*” Ele disse: “*Eu aprontei uma briga numa loja. Disseram que eu*

estava roubando roupas, mas meu amigo ia pagar por elas. Ele só tinha se atrasado para chegar.” E o médico perguntou-lhe: “*Quem é o seu amigo?*” Ele disse: “*O Presidente Bush. Ele ia pagar as minhas roupas, mas se atrasou em algum lugar. Você sabe, ele é um pouco ocupado.*”

Essa história, Deputado Alcení Guerra, Deputado Armando Abílio, consta do livro *Loucura – A busca de um pai no insano sistema de saúde*, do Jornalista Pete Earley, publicado em língua portuguesa pela Artmed, em 2009, e em inglês, em 2006.

Diz o livro que se em 1903 havia 144 mil pacientes hospitalizados, em 1955 esse número iria para 560 mil, e esperava-se que no ano 2000 seriam 930 mil. No entanto, só existem 55 mil pessoas hospitalizadas – só 55 mil.

E o jornalista continua dizendo:

“Onde estão os outros? Mais de 300 mil estão em cadeias e penitenciárias. Outro meio milhão está sob suspensão condicional da pena.

A maior instituição pública de saúde mental dos Estados Unidos não é um hospital, mas a penitenciária do Distrito de Los Angeles, que, em dia normal, abriga 3 mil detentos com transtornos mentais.”

A história do Programa de Saúde Mental dos Estados Unidos, Srs. Deputados, começa na época de Kennedy, quando há a desativação dos hospitais psiquiátricos e a instalação de serviços ambulatoriais. A consequência hoje é essa.

Quero falar sobre a política de saúde mental do nosso País. Quero deixar claro que é necessário separar a doença mental do sofrimento psíquico. Sofrimento psíquico todos nós temos: é a perda de uma eleição, é a perda de uma namorada, é a perda de um jogo do nosso time no domingo. Eu, no caso, sou do Grêmio; o Deputado Antonio Carlos Pannunzio é do Corinthians – são sofrimento psíquico. A doença mental é o alcoolismo, é a esquizofrenia, é a depressão, é o transtorno bipolar. Isso é doença mental, e é disso que eu estou falando.

Quero dizer que não sou psiquiatra, que essa política de saúde mental não é só deste Governo, não é só do Governo Fernando Henrique, não é só do Governo Itamar Franco, vem dos anos 80. Sou um Deputado de Oposição. Quero dizer que sou contra manicômios. Aliás, não conheço ninguém que seja a favor de manicômio. Não conheço ninguém que acha que um depósito, um asilo, uma prisão, uma casa sem condições de saneamento, um manicômio sejam lugar adequado para receber qualquer tipo de pessoa.

Por outro lado, quando era Deputado Estadual, em 1992, participei, no Estado do Rio Grande do Sul, de uma lei que trata da reforma psiquiátrica. Essa lei determinou o fechamento de inúmeros hospitais psiquiátricos. Essa lei deveria ter sido revisada em 5 anos, mas nunca o foi. Essa é a consequência da reforma psiquiátrica sem revisão, sem estudo.

Hoje, a política de saúde mental do nosso País, que está expressa em folheto do Ministério da Saúde, é alicerçada em 4 ou 5 instrumentos: o CAPS, Centro de Atendimento Psicossocial; o Programa de Volta para Casa, que dá um recurso, uma mesada para as pessoas portadoras de doença mental que têm de voltar para a casa; o Serviço de Residência Terapêutica, no qual instituições públicas alugam casas e lá põem 8 pacientes; centro de convivência; e leito em hospital geral.

Há sempre uma questão que é considerada chave pelo Ministério da Saúde: fechar leitos psiquiátricos.

O Deputado Paulo Delgado apresentou projeto de lei, em 1989, e na sua justificativa ele dizia:

“No Brasil, os efeitos danosos da política de privatização paroxística da saúde, nos anos 60 e 70, incidiram violentamente sobre a saúde mental, criando um parque manicomial de quase 100 mil leitos remunerados pelo setor público, além de cerca de 20 mil leitos estatais”.

Isso dá um total de 120 mil leitos psiquiátricos há 20 anos. Segundo dados de junho de 2009, do Ministério da Saúde, são 35.426. Quer dizer, em 20 anos, fechamos mais de 80 mil leitos psiquiátricos e crescemos uma Argentina, ou seja, 40 milhões de habitantes. A pergunta é: onde estão os nossos pacientes?

Qual é a primeira alternativa dada pela política de saúde mental do País? O CAPS. E o que é o CAPS? Está previsto numa norma de 2002 que o Centro de Atendimento Psicossocial deve estar capacitado “*para realizar prioritariamente o atendimento de pacientes com transtornos mentais severos e persistentes em sua área territorial, em regime de tratamento intensivo, semi-intensivo e não intensivo(...)*”.

Esse é o CAPS, está aqui na portaria. Ele deveria acolher o paciente que é atendido na rede pelo Programa de Saúde da Família, pelo posto de saúde, pelo ambulatório. Ali teríamos um centro de atendimento especializado que atenderia o paciente doente mental.

O curioso é que hoje temos no País pouco mais de 1.300 CAPS, e o primeiro CAPS, o tipo I, não tem psiquiatra. Repito, vejam bem, a base da política de saúde mental do País é o CAPS, que são de vários

tipos, e o tipo I não tem psiquiatra. Dos 1.300, seiscentos e poucos são do tipo I, ou seja, sem psiquiatra, com médico treinado.

Qual é o CAPS mais importante? É o chamado CAPS III, que deve ter 2 psiquiatras – esse é o que todos gostaríamos que houvesse na nossa cidade.

Deputado Paes de Lira, em 16 Estados não há nenhum. Um, numa cidade como a minha, Porto Alegre, não resolve. Mas em 16 Estados não há nenhum. Esses são dados oficiais.

Deputado Alceni Guerra, V.Exa. é voltado para a área da pediatria. Há um CAPS voltado para a criança, que deveria ser especializado em atendimento psicossocial. Em 6 Unidades da Federação não há nenhum. Essa é a base da política de saúde mental do País.

O Sr. Luiz Couto – V.Exa. concede um aparte, Deputado?

O SR. GERMANO BONOW – Por favor, Deputado.

O Sr. Luiz Couto – Em primeiro lugar, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. Essa preocupação, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias também tem, tanto que vamos ter no final de mês de setembro um seminário para tratar dessa questão. Há uma preocupação básica para que possamos ter atendimento àqueles que têm o que é chamado de doença mental. Recebemos muitas reclamações de não atendimento, do caráter não permanente de atendimento. Não adianta atender e dar uma medicação para que aquelas pessoas possam ter um processo de, senão recuperação, pelo menos convivência sem problemas e transtornos. Parabenizo V.Exa. No momento do seminário na Comissão de Direitos Humanos, convidaremos V.Exa. para participar. Muito obrigado.

O SR. GERMANO BONOW – Obrigado, Deputado, muito me honra o convite. Gostaria muito de participar, tenho estudado esse assunto e, por ter participado da Lei Estadual de 1992, no Rio Grande do Sul, sinto-me na obrigação de tentar ajudar o País no que diz respeito a essa política de saúde mental.

Quero voltar a falar de um outro tipo de CAPS, o CAPS Álcool e Drogas, para atender drogados, que é extremamente importante. Há 2 Estados no País que não têm nenhum desses CAPS.

Chamo a atenção para quem são as pessoas que participam do CAPS. Quem faz parte do corpo de atendimento? Vejam – isso está numa portaria, que diz que há no CAPS tipo I – 1 médico com formação em saúde mental – não é psiquiatra; 1 enfermeiro e 3 profissionais de nível superior – e não específica se é engenheiro, se é médico, se é músico, se é educador físico, se é advogado, essa é a definição. Isso se refere ao tipo I, o mais simples.

O tipo III, mais complexo, que tem mais condições de atender, tem 2 psiquiatras. Ele atende 24 horas ao dia – lógico que sábado e domingo não tem nenhum psiquiatra, como se ele pudesse interromper um serviço de urgência. Então, 2 psiquiatras, 1 enfermeira e 5 profissionais de nível superior. Essa é a base da política de saúde mental do País.

Porto Alegre quis abrir 2 CAPS de Álcool e Drogas recentemente. Fez contato com uma instituição filantrópica que aceitou a ideia, estruturou e estava pronto para abrir, mas recebeu um ofício do Ministério da Saúde, que dizia:

“Prezado Sr. Secretário, em relação à questão específica de convênios com entidades filantrópicas, é necessário ressaltar que no que se refere aos CAPS, por sua função, a gestão deve ser de natureza pública.”

Ou seja, o paciente doente mental pode ser atendido pelo Programa de Saúde da Família – PSF, pelo posto de saúde, que pode ser privado ou filantrópico – na minha cidade há posto de saúde filantrópico – pode ser internado em instituição filantrópica ou privada, mas não pode ser atendido pelo CAPS, só pela instituição pública. Essa é a base, a espinha dorsal da política de saúde mental do País.

O Sr. Átila Lins – V.Exa. permite um aparte, Deputado?

O SR. GERMANO BONOW – Pois não, Deputado Átila.

O Sr. Átila Lins – Deputado Germano Bonow, é com muita satisfação que faço este aparte ao seu pronunciamento porque percebo que V.Exa. me parece ser o único Parlamentar que se dedica, muito especificamente, a esse tema. Quem observa, quem presta atenção aos constantes pronunciamentos de V.Exa. deve ter percebido que o fulcro da sua preocupação é exatamente a saúde mental no Brasil. Quando percebi há pouco que V.Exa. estava inscrito para o Grande Expediente, fiquei tranquilo porque sabia que ia aprender um pouco mais sobre essa política. V.Exa. é um estudioso dessa matéria e traz, com muita tranquilidade, contribuições valiosíssimas ao Ministério da Saúde e ao Governo como um todo para aprimorar a saúde mental. Parabenizo-o por isso. Sei que V.Exa. há alguns anos trabalhou no meu Estado, mais precisamente no Município de Benjamin Constant, onde estive na semana passada com o Governador Eduardo Braga em viagem de trabalho. S.Exa. inaugurou uma série de obras, anunciou uma série de benefícios para aquela comunidade. Tive a alegria de contatar uma pessoa que V.Exa. conheceu muito quando trabalhou e viveu em Benjamin Constant, o Sr. João Português, João

Correa de Oliveira, que já foi Prefeito daquele Município. Com mais de 80 anos, tem uma grande família e ainda presta relevantes serviços àquela comunidade. V.Exa. já conhece muito este País e – por que não dizer? – a nossa região amazônica. Por isso fico feliz em apartear-lo e ver a sua preocupação com a política de saúde mental, tentando aprimorá-la, melhorá-la em benefício dos próprios brasileiros. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. GERMANO BONOW – Obrigado, Deputado Átila.

Para mim, é uma satisfação escutá-lo, principalmente porque sei que V.Exa. representa a terra onde comecei como médico, uns 40 atrás, que é Benjamin Constant, na Fundação SESP, do Ministério da Saúde. Aliás, devo muito, na minha formação, àquela cidade, àquele pessoal que vivia em condições muito adversas. Tenho muitas saudades da sua Benjamin Constant, da minha Benjamin Constant. Não sei se V.Exa. sabe, ainda muito jovem, quando saí de lá, aos 28 anos, médico recém-formado, a Câmara de Vereadores me deu título de cidadão benemérito de Benjamin. Era um guri, um menino – talvez até por isso, na ocasião, e não por méritos profissionais. Guardo Benjamin Constant no coração. Pode ter certeza absoluta disso.

Volto à política de saúde mental.

Deputado Pannunzio, os cidadãos, quando necessitam de internação permanente, antes estavam nos manicômios, que foram fechados, agora estão nas ruas. Então, os Governos, para resolverem o problema, criaram 2 programas: De Volta para Casa, que dá em torno de 300 reais para cada um, e o programa Residência Terapêutica. Esses 2 programas têm hoje como beneficiários do Governo Federal 6.300 pessoas. Há 30 anos, o Hospital Psiquiátrico de São Pedro, de Porto Alegre, 1 hospital, 1 manicômio, tinha internadas 5.500 pessoas. O programa de saúde mental beneficia 6.300 pessoas.

Existe outro instrumento chamado Centro de Convivência, uma oficina que ensina a pintar, a cantar, a praticar esporte. Os Governos têm procurado construí-los. Seis Estados os possuem; os demais não têm nenhum.

Preocupa-me muito a questão dos leitos psiquiátricos. Desde quando fiz aqui meu primeiro pronunciamento sobre esse assunto, Deputado Átila, em 2007, até os dias atuais, foram fechados 2.560 leitos psiquiátricos. Naquele tempo, como hoje, há 2.568 leitos psiquiátricos em hospital geral.

Nesses 20 anos, fecharam-se 80 mil leitos psiquiátricos e abriram-se 2.500 leitos psiquiátricos. Não existem CAPS nem instrumentos suficientes. A que lugar deve o paciente doente mental recorrer?

Nesse meio tempo, surgiu outra questão. O Deputado Paes de Lira sabe muito bem do que estou falando, já que é da área de segurança. Refiro-me a drogas como *crack* e cocaína e ao alcoolismo. Cresceu, de modo significativo, o número de pessoas com danos, com problemas.

Para o Ministério da Saúde, esse problema não existe – há uma política de avestruz: álcool e drogas não nos dizem respeito. Exemplo são os gastos federais no Programa de Saúde Mental. Se atentarmos para as ações hospitalares, verificaremos que em 2007 o Ministério da Saúde gastou 439 milhões e, na parte ambulatorial, extra-hospitalar, gastou 760 milhões. Em serviços de álcool e drogas, Deputado Alcení Guerra, zero! Em procedimentos de internação, decorrente de problemas com álcool e drogas, 1,5 milhão dos 439 milhões.

Qual é a consequência do programa do Ministério da Saúde? Visitamos a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – isso aconteceu recentemente, 2 meses atrás – com a Frente Parlamentar contra Drogas. O General Félix, Ministro da SENAD, apresentou-nos uma série de eslaides, nos quais mostrou a participação: do Ministro Tarso Genro, da Justiça, quase 20 milhões; da Embaixada americana, quase 2 milhões; do Ministério da Educação, quase 2 milhões; da Embaixada portuguesa, 300 mil euros; do SESI; da OEA. E perguntei ao Ministro: “*E o Ministério da Saúde? Quanto?*” E ele me respondeu: “*Nada, zero.*”

Qual a consequência, num País como o nosso, em que a área de saúde entende que o problema de álcool e drogas não existe? A consequência é que a sociedade se organizou, abriu mão da questão pública, dos recursos públicos, e começou a montar os seus serviços. Fiz um levantamento, porque os órgãos públicos do meu Estado, em maio deste ano, não tinham os dados de quantos centros de comunidades terapêuticas privadas existiam: 168 no Rio Grande do Sul; pessoas internadas: 4.531. Que amparo financeiro, legal, técnico, de saúde, de medicamentos, prestam as Prefeituras, o Estado, a União? Não existe.

Algumas funcionam muito bem, como a PACTO, que tem médico, assistente social, enfermeiros, que tem centro de recuperação e um centro de desintoxicação, bem próximo ao Centro Administrativo de Porto Alegre. Outras, como foi o caso da Comunidade Terapêutica de Guaíba, que tinha 5 sedes, todas em Guaíba, foram fechadas pelo Ministério Público, porque a pessoa responsável entendia que a tortura era um dos meios de recuperação da pessoa envolvida com drogas e álcool.

Então, eu diria que estamos atravessando momento muito difícil no País. Fiquei muito feliz quando

o Deputado Couto disse que a questão dos direitos humanos vai debater a política de saúde mental e, provavelmente, das drogas, porque hoje há um abandono em relação a isso.

Sei que, em São Paulo, há o Padre Haroldo, de Campinas – talvez o Deputado Pannunzio o conheça – que faz um belo trabalho na área de recuperação de drogados, e o Frei Hans, em Guaratinguetá – até alguns meses atrás, ele possuía 42 fazendas de recuperação terapêutica no País, sendo 3 em meu Estado, e ainda mais 10 no exterior, um belíssimo trabalho.

Há os evangélicos que fazem trabalhos nessa área; os judeus; o Amor Exigente; a Cruz Azul, todo um grupo de pessoas da comunidade brasileira, de gente que se está doando para recuperar os drogados, o que deveria ser função primordial da área de saúde do País.

Ouçó o Deputado Alcení Guerra.

O Sr. Alcení Guerra – Deputado Germano Bonow, V.Exa. faz hoje à tarde mais um notável pronunciamento de sua notória e bem-sucedida carreira política, que já incluiu, por vários anos, a Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul e a presença até na Amazônia, como citou aqui o Deputado Átila Lins. V.Exa. aborda questão fundamental. O que nós somos? Qual é a definição do eu completo, de ego? Nós somos uma mente transportada por um corpo humano. Preocupamo-nos muito quando esse corpo sofre alguma vicissitude que atrapalha o transporte dessa mente, mas não nos preocupamos com questão tão grave quanto a doença mental. Agora, eu gostaria de resgatar do pronunciamento de V.Exa. um dado importante: fechamos 80 leitos psiquiátricos no Brasil. Confesso minha parcela de culpa. Começou comigo no Ministério da Saúde, com uma portaria desativando leitos. A população aumentou em 40 milhões de pessoas. Vivemos, Deputado Bonow, uma terrível realidade. Hoje, temos focos de indução à doença mental, que é a droga, principalmente o *crack*. Sem adequado tratamento psiquiátrico, sem o afastamento do usuário de *crack* da sua comunidade, não conseguimos recuperá-lo. Continuamos desativando leitos. Dois mil e quinhentos, em 2 anos, como relatou V.Exa. Que o Governo do Presidente Lula atente para esse verdadeiro crime que nós, da saúde, cometemos contra o nosso País. Estamos destruindo nossa capacidade de recuperar gente que infelizmente adentrou a droga. Cumprimento V.Exa. pelo pronunciamento. É excelente. Faço votos de que o Presidente Lula ouço o discurso de V.Exa. e tome conhecimento da tragédia da política psiquiátrica hoje no País.

O SR. GERMANO BONOW – Obrigado, Deputado Alcení Guerra.

Concluo, mais uma vez, dizendo: é urgente que se revise a política de saúde mental do nosso País. É um crime o que estamos fazendo com o doente mental.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Deputado Germano Bonow, realmente, uma das grandes preocupações que os cidadãos do meu Estado me trazem é a inexistência de um lugar onde a família possa enviar seu ente querido para solucionar esse tipo de problema. Essa preocupação é de todos nós.

Parabenizo V.Exa. pelo pronunciamento.

O SR. EDINHO BEZ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a comunidade empresarial de Tubarão, Município onde resido, fez no último dia 2 o lançamento da campanha Tubarão é 10, que visa retomar as vendas que caíram 25% durante as 2 semanas em que o Município ficou em situação de emergência por conta da gripe A.

No período de 8 a 15, o comércio vai funcionar em horário especial, das 8h30min às 18h30min, sem fechar ao meio-dia. Todos os dias, serão realizadas ações de prevenção de saúde e distribuição de mudas de árvores frutíferas e ornamentais.

Essas ações têm o objetivo de mostrar que Tubarão já venceu outros desafios, a exemplo do que houve em 1974, quando a cidade foi engolida pelas águas, na grande enchente de sua história, e se reergueu.

No período em que Tubarão ficou em situação de emergência, os eventos públicos com grande concentração de pessoas foram suspensos, como por exemplo a PRODUSUL, que teve a data alterada e a população foi orientada a evitar sair de casa. Tal situação afetou o comércio – o setor de vestuário foi o mais atingido, mas não chegou a demitir.

Vale registrar que Tubarão é importante polo comercial da região e foi durante muitos anos sede da EFDTC. Em 1884, concluiu-se a Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, pioneira na então Província de Santa Catarina, com a extensão de 112 quilômetros, originária de uma concessão obtida pelo Visconde de Barbacena, com o objetivo de transportar o carvão de pedra das minas para o Porto de Imbituba. Atualmente, a ferrovia não conta mais com a importância do passado, mas apresenta grande valor na cultura local. Em função dos anos em que era a principal forma de transporte da região, foi fundado um museu ferroviário que possui até locomotivas produzidas desde o século XIX, lembrando que a estrada continua e que

o projeto deste Deputado, incluindo no PNV, foi dada ordem de serviço recentemente na Câmara Municipal de Imbituba, visando à elaboração do projeto de engenharia com o objetivo de estender a estrada de ferro de Imbituba até Araquari, conhecida como Ferrovia Litorânea, aumentada em mais de 236 quilômetros em Santa Catarina. As empresas vencedoras de editais de licitações terão 18 meses para sua conclusão, de acordo com o projeto.

Cumprimento pela iniciativa o Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas, Walmor Jung Júnior; o Prefeito Municipal Manoel Bertoncini; o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, João Fernandes; o Presidente da Associação Comercial e Industrial de Tubarão, Eduardo Nunes; demais autoridades e a população em geral.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveitando as palavras do Deputado Germano Bonow, devo dizer que lamento a situação a que o País chegou com relação à gripe A, ou gripe suína, como é mais conhecida. Infelizmente, ostentamos hoje um número recorde mundial: 657 vítimas fatais. É assustadora a leniência do Governo, a inércia do Governo, que só tomou medidas depois daquilo que ele chama de “imprensa golpista” ter denunciado a pandemia que assolava o Brasil.

O Governo Lula deve explicações aos brasileiros. Não sabemos se 657 casos reconhecidos expressam a verdadeira extensão dessa calamidade.

O Japão, que tem uma população de idosos muito mais numerosa que a nossa só registrou um óbito até o momento.

Mais uma vez, devemos à atuação da imprensa brasileira os esclarecimentos que levaram a população a se prevenir numa admirável mudança de hábitos de nosso povo.

De novo, o Governo demorou a agir, e quando o fez foi para minimizar o problema. Adotou o discurso enganador de tratar o assunto com argumentos técnicos de conveniência. Difundiu a ideia de que a letalidade do novo vírus é semelhante e até menos agressiva que a do vírus da gripe comum.

Só hoje – repito: só hoje – o Governo anunciou a distribuição do medicamento Tamiflu em farmácias. Fez o anúncio sem reconhecer que cometeu o erro grave de concentrar a distribuição do medicamento.

Quantas pessoas poderiam ter se prevenido? Jamais saberemos. Não saberemos quantas vítimas poderiam ter sido salvas se o medicamento estivesse à venda há mais tempo. O que sabemos é que já morreram 657 pessoas. Pouco importa se esse número é menor ou maior do que o número de vítimas da gripe comum. O que importa é que muitas mortes poderiam ter sido evitadas.

Não fosse a “imprensa golpista” a nos alertar, a nos orientar sobre as situações de risco, o Brasil estaria hoje em situação muito pior.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) Concedo a palavra à Deputada Dalva Figueiredo. S.Exa. dispõe de até 25 minutos.

A SRA. DALVA FIGUEIREDO (PT-AP. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pessoas que nos assistem no Brasil inteiro, especialmente no meu Amapá, quero iniciar o meu pronunciamento lembrando um fato muito importante para o Estado, que este ano completa 9 anos: a criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, que tem 3 milhões e 800 mil hectares destinados à preservação dos nossos recursos naturais e da nossa biodiversidade.

No período da criação do parque, agosto de 2002, eu era Governadora do Estado – fui Governadora por 9 meses. Lembro que na ocasião fui muito criticada porque talvez tenha sido a única – eu não diria liderança política – candidata a apoiar a decisão do Presidente Fernando Henrique de criar o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.

Ao aceitar e apoiar a ideia – e me orgulho de ter apoiado – eu entendia que o parque era importante para o futuro do nosso País, para a pesquisa, para o desenvolvimento do nosso Estado. Na época da criação, foram garantidas compensações sociais e econômicas, principalmente investimentos, de modo a proporcionar infraestrutura ao povo do Amapá, Estado que fica na fronteira, a fim de se desenvolver, já que é um dos mais jovens da nossa Federação.

Decidi iniciar o meu pronunciamento por esse tema porque quero falar da BR-156, que corta o meu Estado, do Oiapoque, terra onde nasci, ao Laranjal do Jari. No trecho norte, conseguimos avanços, agora no Governo do Presidente Lula, mas não na medida do que o Amapá merece e precisa. O Amapá, que tem o Parque do Tumucumaque e muitas outras áreas de preservação, merece as compensações por dar ao nosso País grande contribuição para a preservação da nossa Amazônia, condições de discutir dentro e fora a defesa do meio ambiente.

Quero falar da BR-156 do meu Estado e exigir do nosso Governo que dê a atenção necessária que o

Amapá precisa, por destinar muito mais que 3 milhões e 800 hectares à preservação da floresta brasileira, à floresta amazônica. As áreas indígenas estão homologadas e demarcadas, mas precisamos superar, ultrapassar as compensações ambientais, econômicas, culturais dos galibi marworno, karipuna, palikur, para que a estrada possa seguir rumo ao norte, na fronteira com a Guiana, e assim também se possa avançar na construção da ponte que vai ligar o Brasil à Guiana Francesa. A ponte também está emperrada pelas dificuldades ambientais, dificuldades técnicas, ora do Governo Federal, ora do Governo Estadual, e pelas dificuldades que enfrentamos por ser uma região de dificuldade, durante 6 meses, de realização de obras de infraestrutura. Mas mesmo assim avançamos.

No norte, temos essas dificuldades a serem superadas e, no sul, as dificuldades são muitos maiores. Na fronteira com o Estado do Pará, há um lugar chamado Laranjal do Jari, Vitória do Jari, onde só se chega por uma estrada de terra que corta a floresta, o que, durante um período muito grande na nossa região, até junho, não conseguimos fazer em menos de 6 horas, ou de barco. Aqueles que são da Amazônia sabem muito bem como é viajar nos barcos. As viagens duram 24, 48 e 72 horas.

O povo de Laranjal e Vitória do Jari teve a honra de receber a visita do Presidente Lula. Antes de ser Presidente, Lula foi a um lugar chamado Uiratapuru conhecer uma fábrica de biscoito de castanha. Nós mesmos – na época eu era Vice-Governadora – organizamos a ida do Presidente até lá.

A comunidade de Laranjal e Vitória do Jari já sofreu muito mais que 10 incêndios naquelas casinhas de palafitas, onde as passarelas de madeira são as avenidas, onde o carro da coleta do lixo não entra, onde a escola fica em cima de área alagada, onde não existe esgoto, onde a rede de energia elétrica é precária e a distribuição de água também. Mas eles têm tido a calma e a paciência de mobilizar e reivindicar. Superaram também as cheias, muitas inundações e, *a posteriori*, os incêndios – ora inundação, ora incêndios – até que, Sras. e Srs. Deputados, a paciência, a calma e a generosidade explodiram.

Eles não aguentam mais esperar que o Governo Estadual e a nossa bancada se juntem para exigir do Governo Federal a atenção ao povo de um Estado que doa, que contribui com a preservação do meio ambiente e da nossa floresta e merece as compensações necessárias. O Amapá doa mais de 3 milhões de hectares para a preservação da floresta e contribui com a defesa do meio ambiente.

Eu quero fazer um pedido ao povo do Laranjal do Jari, que carinhosamente me deu a maior votação

que já tive como candidata a Governadora em 2002, no primeiro e no segundo turno, e agora como Deputada Federal. Sei que a paciência de quem espera pelos investimentos tem sido muito grande, que a reivindicação é muito urgente, que os problemas que eles passam são imediatos. Eu mesma já sofri um acidente naquela estrada no ano passado na época da EXPOVALE. Não fosse o meu motorista, o Manuel, um ótimo profissional, talvez eu não estivesse aqui para contar a história. Ele conseguiu passar entre 2 árvores; fomos barranco abaixo, mas conseguimos chegar ao Laranjal do Jari.

Quero pedir ao Presidente da República, ao Ministro dos Transportes, ao Diretor do DNIT, à Casa Civil e ao Ministério do Planejamento que acelerem os investimentos e os recursos necessários à população do Amapá, porque, como todos os brasileiros, merecemos e exigimos compensações pelos investimentos que dedicamos à defesa do meio ambiente, à defesa da floresta.

O Sr. Átila Lins – V.Exa. me permite um aparte, Deputada?

A SRA. DALVA FIGUEIREDO – Pois não.

O Sr. Átila Lins – Quero apartear V.Exa. como amazônida, já que sou do Amazonas. O seu grito de protesto tem ecoado no nosso Estado, talvez de forma diferenciada, porque a única estrada que corta o Amazonas, indo a Porto Velho, para de lá participarmos dessa integração nacional, é a BR-319, que lamentavelmente até hoje não teve a sua licença ambiental concedida e, por causa disso, não pudemos fazer as obras de pavimentação, a despeito de o Ministro dos Transportes ser Senador pelo nosso Estado, o Ministro Alfredo Nascimento e de haver recursos alocados para o prosseguimento da obra. O Presidente Lula fez questão de incluí-la no PAC, porque percebeu que é uma estrada de integração. Não temos outra rodovia. O Amazonas é ligado à Venezuela pela BR-174, mas não é ligado ao Brasil, porque ficamos presos em função da falta de obras na BR-319. De forma que o nosso protesto é diferente do de V.Exa., porque me parece que lá o que está faltando mesmo é a alocação de recursos, a implementação do PAC, a priorização da BR-156, que é exatamente essa rodovia importante para o Estado do Amapá. Diferentemente, no Estado do Amazonas, os recursos já estão previstos, mas o que falta a nós é a boa vontade, que não existe, do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA. Deputada, quero me solidarizar com V.Exa. A mesma dor, o mesmo sofrimento, as mesmas angústias que V.Exa. sente, recebe dos seus conterrâneos também sofremos no Amazonas, pelo fato de que temos uma única rodovia. Há um paradoxo: o Estado do Amazonas, que indicou

o Ministro dos Transportes, é o que tem a menor malha rodoviária do País. Veja a incongruência: o Ministério dos Transportes é ocupado por um Senador do Amazonas. Lamentavelmente, a única rodovia a que ele podia dar uma atenção especial, colocar em tráfego, proceder, portanto, a essa integração para o Amazonas sair do isolamento, já que tudo nosso é feito pelos rios, quer seja de Belém para Manaus, quer seja do Rio Madeira, de Porto Velho para Manaus, é exatamente essa BR que não pode ser construída porque o IBAMA não concede licença ambiental, alegando que vai devastar a Amazônia. Veja que a rodovia já existe, foi implantada no regime de exceção. No tempo em que havia o regime militar, ela foi aberta, entrou em tráfego, mas lamentavelmente se deteriorou, e hoje nós estamos sofrendo por isso. Espero que V.Exa., como o seu problema é só dinheiro, tenha melhor sorte e que a BR-159 saia realmente do papel, enquanto vamos continuar lutando para que o Ministro Carlos Minc pare com a má vontade e ajude o Amazonas.

A SRA. DALVA FIGUEIREDO – Obrigada, Deputado.

O Sr. Paes de Lira – Deputada Dalva, V.Exa. me permite um aparte?

A SRA. DALVA FIGUEIREDO – Pois não.

O Sr. Paes de Lira – Só para contribuir, tenho certeza absoluta – não preciso pesquisar – de que nas 2 estradas federais aqui mencionados um grande problema também é o de policiamento. Tenho certeza de que V.Exa. talvez encontre um policial rodoviário federal, com um pouco de sorte, a cada 500, 600 quilômetros de rodovia. Esse é um problema que atinge de modo geral as rodovias da Região Norte. No entanto, Deputada Dalva Figueiredo, existe um grupo de excedentes num concurso recente da Polícia Rodoviária Federal que tem todas as condições legais para serem aproveitados. O edital, a lei permite o aproveitamento, mas não é tomada a decisão política que evidentemente envolve mais Ministérios do que apenas o Ministério dos Transportes, uma decisão superior do Presidente da República para que aqueles excelentes jovens brasileiros, homens e mulheres preparados, sejam incorporados à Polícia Rodoviária Federal e possam contribuir naquelas imensidões amazônicas com o progresso, o desenvolvimento e a segurança do País. Muito obrigado.

A SRA. DALVA FIGUEIREDO – Obrigada, Deputado.

Sem dúvida, temos dificuldades no nosso Estado, assim como em outros da Amazônia. Queremos as estradas com as compensações ambientais, mas também queremos respeitar as leis que regem o as-

sunto, para que em nossas estradas haja preservação ambiental.

Queremos nos adequar, mas temos pressa. O Amapá tem pressa. O povo do Laranjal do Jari tem pressa. Ora, quem doou mais de 3 milhões e 800 mil hectares para a criação do Parque Tumucumaque merece ser compensado. Então, queremos exigir esse direito.

O povo do Laranjal do Jari, que nesse final de semana fechou a estrada, cavou buracos, queimou pneu, olha para os Deputados, para os Senadores e para a nossa bancada e diz: *“Nós defendemos o meio ambiente; nós temos orgulho do Parque Tumucumaque, mas estamos aqui sofrendo com a inundação e com os incêndios”*. Agora mesmo, na frente do Rio Jari, queriam fazer um aterro de uma área que foi retirada das pessoas por causa do incêndio. Como não havia licença ambiental, as pessoas se rebelaram, houve um clima de violência, de animosidade, numa cidade em que as pessoas são pacatas. É para preservar o meio ambiente? É, mas queremos que sentem os técnicos do Governo Federal, a nossa bancada, que sempre foi unida, independente das disputas políticas com o Governo do Estado.

Aliás, tenho de reconhecer aqui que o Governador Waldez Góes tem tido habilidade e, por isso, conquistado esse respeito político do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, tem procurado se articular com o Governo Federal, com os Senadores Sarney, Gilvam Borges, Papaleo Paes, com o Presidente da República e com os Ministros para defender os interesses do nosso Estado.

Queremos que a ponte que vai ligar o Amapá à Guiana Francesa avance, que superemos as dificuldades ambientais, que os recursos sejam liberados. A área norte da BR-156 está incluída no PAC, mas queremos o trecho sul da BR-156 incluída também no Programa de Aceleração do Crescimento.

Pararam as obras das casas construídas com recurso da Caixa Econômica Federal. A morosidade e a burocracia de todas as partes têm prejudicado aquelas pessoas que saíram do incêndio, saíram da inundação e precisam de um lugar digno para morar no Laranjal do Jari e no Vitória do Jari.

Existe um recurso de 12 milhões de reais, do Ministério da Integração, do Ministério das Cidades, emenda do Senador Gilvam, que está emperrado, que não anda.

Queremos deixar claro que o Governo do Amapá, o Governo Federal e a bancada do Estado do Amapá têm de acelerar, agilizar esse recurso. Para isso nos credenciamos como um dos Estados da Amazônia que

mais preserva as suas riquezas naturais. Mais de 98% das nossas florestas estão preservadas.

Queremos tratamento igual para um Estado tão distante, para um Estado que tem um potencial econômico. Queremos a mesma atenção de um Estado que tem uma bancada maior, que tem uma população maior, que tem um número de eleitores maior e que é tão importante quanto o Estado do Amapá. Talvez esse Estado, não tenho certeza, devaste muito mais do que o Estado do Amapá.

Uma outra obra importante para o nosso Estado é o aeroporto de Macapá. Estávamos todos felizes por ele ter sido incluído no PAC, com recurso garantido, mas houve um problema com as empresas e o Tribunal de Contas da União interrompeu a obra.

Exigimos que o Governo do Estado, o Governo Federal e, mais uma vez, o DNIT e todos os órgãos envolvidos acelerem a liberação desses recursos, para que possamos superar os problemas.

Agora, às terças-feiras e quintas-feiras não há voo, porque a pista está sendo recuperada. As dificuldades são muito grandes quando chegam os voos das 2 companhias que operam no Amapá. Com razão, os passageiros reclamam, porque ficam numa sala de 4 por 4 metros, ou 5 por 5 metros. Imaginem 2 boeings, ao mesmo tempo, embarcando ou desembarcando seus passageiros. E a obra parada, emperrada, porque a burocracia não deixa andar.

Sei que o nosso Governo destinou muito recurso, mas queremos que os Ministérios acelerem, superem, chamem o Governo do Estado, chamem a bancada. Vamos conversar, discutir e encontrar alternativas junto com os técnicos. O Amapá merece isso, porque todas as suas obras de infraestrutura estão com problemas. Temos pressa para resolvê-los.

Quero aqui também parabenizar, já que nesse meu discurso de hoje fiz muitas reclamações à Ministra Nilcéa pelo evento que organizou com as gestoras de todo o País, com as Deputadas e Senadoras. Reclamamos muito porque o orçamento da Secretaria é pequeno, mas sugerimos que se fizesse uma marcha, como fazem os Prefeitos. Cada Secretária Municipal e Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres deve se reunir com suas bancadas para garantir que, por ocasião da elaboração do Orçamento, possamos a cada ano aumentar o recurso da Secretaria Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, na proporção que aumentam as ações da Secretaria, que são muito grandes em todo o País.

No dia 11 de setembro, em Macapá, em parceria com o Governo do Estado, com a Assembleia Legislativa e com a Comissão da Amazônia, realizaremos um seminário sobre o desenvolvimento sustentável e as

mudanças climáticas. Vamos colher subsídios sobre a política de desenvolvimento da Amazônia brasileira com o objetivo de preservar a sustentabilidade da região, que é a maior reserva biológica do planeta. O Estado do Amapá dá uma grande contribuição a essa reserva para que o mundo possa ficar mais tranquilo.

Então, em 11 de setembro, realizaremos esse evento em nossa Capital, na intenção de dar uma grande contribuição.

Também quero, Sr. Presidente, para concluir, apoiar a PEC nº 308, de 2004, que trata da Polícia Penitenciária. Solicito à Mesa Diretora desta Casa que dê prioridade a essa PEC, colocando-a em discussão, para que possamos dar aos policiais que atuam nas penitenciárias de todo o País melhores condições de trabalho.

Portanto, Sr. Presidente, renovo o meu apoio ao Presidente Lula e ao seu Governo, dizendo que o Amapá, Estado que contribui para a preservação do meio ambiente, quer e exige ser olhado da mesma forma que os grandes Estados do País.

Boa tarde a todos e muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Muito bem, Deputada Dalva Figueiredo, brilhante representante do Amapá, Parlamentar apaixonada pelo seu Estado.

A SRA. DALVA FIGUEIREDO – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Paes Landim, do PTB do Estado do Piauí. S.Exa. disporá de até 25 minutos.

O SR. PAES LANDIM (PTB-PI. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO DO SR. DEPUTADO PAES LANDIM QUE, ENTREGUE AO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. PRESIDENTE (Paes de Lira) – Ilustre Deputado Paes Landim, seu discurso foi muito importante. O que nós percebemos é que, nas últimas décadas, os cidadãos brasileiros tornaram-se mais ciosos dos seus direitos e demandam mais a Justiça. E creio que essa seja uma tendência invencível.

Então, além da hipótese de aumentar a capacidade dos nossos Tribunais Superiores e das Varas Federais – aliás, temos um projeto de lei no Senado a esse respeito – penso que nós deveríamos também cuidar de uniformizar jurisprudência, estabelecer mecanismos de conciliação e utilizar as súmulas vinculantes. Senão, não sei aonde chegaremos. Será muito difícil dar atendimento à demanda.

Durante o discurso do Sr. Paes Landim, o Sr. Marçal Filho, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paes de Lira, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paes de Lira) – Para uma breve intervenção, concedo a palavra ao Deputado Capitão Assunção.

O SR. CAPITÃO ASSUNÇÃO (Bloco/PSB-ES. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, compareço nesta tribuna para falar do constante crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil.

Desde a passagem do ano de 2008 para 2009, o PIB vem apresentando resultados positivos, com exceção do primeiro trimestre deste ano.

De acordo com dados do IBGE, quando o ano se iniciou, o PIB estava em baixa em relação ao 4º trimestre do ano anterior (2008). Foi registrada no 1º trimestre deste ano uma queda de 0,8%, e a maior redução se deu na indústria, com menos 3,1%, seguida pela agropecuária, com menos 0,5%, enquanto os serviços apresentaram alta em 0,8%.

Com relação ao mesmo período do ano anterior (1º trimestre), foi registrada uma queda de 1,8% do PIB. O valor somado aos preços básicos teve uma redução de 1,5%, e os impostos sobre produtos mostrou uma redução de 3,3%.

Essa redução dos impostos sobre produtos foi registrada devido à crise econômica que influenciou na diminuição do volume das importações e também devido ao processo acelerado de ajustamento de estoques. Já em relação aos valores adicionados aos serviços, foram os resultados que apresentaram maior desempenho em relação ao mesmo período do ano de 2008, com um crescimento de 1,7%. Na indústria, o valor caiu 9,3%, e na agropecuária, 1,6%.

Ninguém esperava que uma crise mundial fosse possível tão subitamente. No início da crise mundial, em outubro de 2008, a indústria não contava com os movimentos súbitos na economia observados os meses de setembro (antes da crise) para outubro (depois da crise). Desde o início da crise, houve um travamento na liberação de crédito e forte desaceleração das vendas.

Os Governos na época precisavam se pronunciar solicitando à população que não deixasse de fazer suas compras, pois a crise já acabaria e com a continuação das vendas seria possível manter resultados positivos no PIB.

Pensando nisso, boa parte da indústria brasileira aumentou sua produção, ao longo do segundo trimestre deste ano, a fim de realinhar suas vendas.

No segundo trimestre deste ano, o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, relatou que o PIB registrou crescimento devido à soma de bens e serviços produzidos. Uma forte comprovação de que as indústrias também estavam preocupadas com a crise e a diminuição de suas vendas, e essa atitude é uma das principais razões pelas quais a taxa de crescimento do PIB do 1º para o 2º trimestre deste ano poderá revelar-se alta.

Quanto aos comparativos do PIB em relação ao 1º trimestre para o 2º trimestre, o IBGE informou que só divulgará os resultados na segunda semana de setembro e ressaltou que houve uma expansão, lenta, mas progressiva, da produção industrial, alta das vendas do varejo e um importante recuo da taxa de desemprego nas áreas metropolitanas. Esse recuo da taxa de desemprego também pode ser compreendido pelo aumento da produção industrial e pela consequente contratação de mão de obra.

Com base nessas informações divulgadas pelo IBGE, concluo que, mesmo com uma expansão lenta, significa dizer que ela ainda assim é progressiva e isso são vestígios positivos e muito claros de uma recuperação em relação à queda registrada na virada do ano, ou seja, no 1º trimestre de 2009.

Então, quanto terá crescido o PIB brasileiro na passagem do 1º para o 2º trimestre deste ano? E a que ritmo essa recuperação terá continuidade nos 2 últimos trimestres do ano? E depois do 2º trimestre, como evoluirá o PIB?

Nós acreditamos que o PIB continue em alta. Para isso é preciso também uma cooperação mútua e, sobretudo, dos bancos.

Só para se ter uma ideia, bancos públicos reduziram significativamente seus juros e com isso conseguiram lugar de destaque no crescimento do PIB, pois mais pessoas puderam ser beneficiadas pelas novas oportunidades de crédito, enquanto os bancos privados diminuíram insuficientemente o valor das taxas de seus juros, a ponto de perder seu posto de primeiro lugar nos números de crescimento do PIB. Hoje, são os bancos públicos que lideram o *ranking* de crescimento do PIB, e isso se dá pela baixa das taxas dos seus juros.

O PIB brasileiro está registrando recorde. Com o aumento do volume de crédito de 43%, aumentaram as perspectivas de crescimento de oferta de recursos, fortalecendo assim o mercado interno, daí a justificativa para o aumento significativo do PIB em relação aos bancos e a necessidade de continuidade na redução dos juros pelos bancos.

A continuidade da recuperação do PIB é bem provável, diante da dimensão impressionante dos cor-

tes de impostos e taxas de juros dos financiamentos e empréstimos. E assim não há motivos para crer que a recuperação do consumo vá sofrer diminuição ou interrupção.

Ao lado disso, as exportações, que vinham em queda livre, poderão ter alguma reação positiva até o final do ano, em resposta à recuperação dos mercados internacionais.

Essa diferenciação positiva do País já está até contribuindo para um movimento de rápida valorização do nosso real.

O Ministro da Fazenda, Guido Mantega, também já demonstrou otimismo em relação à economia no segundo trimestre deste ano e ressaltou que, se o Brasil continuar assim, deverá apresentar no último trimestre de 2009 crescimento superior a 3% no PIB e que, nesse ritmo, a expectativa é de que o País cresça mais de 5% no ano de 2010.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paes de Lira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Marçal Filho, do PMDB de Mato Grosso do Sul.

O SR. MARÇAL FILHO (Bloco/PMDB-MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paes de Lira, Sras. e Srs. Deputados, amigo Capitão Assunção, nobre representante do Estado do Espírito Santo, gostaria de trazer alguns assuntos durante o Grande Expediente de hoje.

O primeiro deles tem relação com pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgada ontem, relativa ao idoso no Brasil.

Nós temos o Estatuto do Idoso, a Lei 10.741, sancionada em outubro de 2003. Gostaríamos de defender o engajamento da sociedade civil, dos órgãos públicos, como o Ministério Público, no sentido de que cada vez mais o Estatuto do Idoso possa sair do papel e verdadeiramente representar a defesa do direito das pessoas mais velhas.

Sabemos muito bem que, na cultura oriental, há todo um respeito pelo idoso, por tudo o que ele representou, pela experiência que tem, pela sabedoria que acumula, por tudo o que pode oferecer às novas gerações. Infelizmente, nós não temos essa cultura, a pessoa mais idosa significa alguém que não serve mais à sociedade, não é aproveitada devidamente.

Essa pesquisa do IBGE nos preocupa, porque o número de idosos vem aumentando no Brasil, mas não há infraestrutura para atendê-los. Os dados do IBGE mostram que os brasileiros estão vivendo mais. Em 2005, a expectativa de vida de um brasileiro ao nascer era de 72,1 anos. Para 2030, essa expectativa deverá atingir 78,33 anos. No entanto, a maioria dos idosos não têm plano de saúde, porque não têm con-

dições para contratá-lo. Acabam dependendo do Sistema Único de Saúde, do sistema de saúde pública do País, em que a oferta de equipamentos para exame é precária. Enfim, o idoso acaba não tendo condições de cuidar da saúde, haja vista sua parca aposentadoria, que não cobre nem a compra dos seus medicamentos, daqueles remédios utilizados de forma continuada, permanente.

Outro dado preocupante é o número de idosos mortos por câncer. Segundo o Ministério da Saúde, de 1996 para 2005 o percentual das pessoas com mais de 60 anos mortas por neoplasia saltou de 3,3% para 16%.

Meu pronunciamento nesta tarde tem como objetivo fazer com que as pessoas despertem para a preocupação com os nossos idosos, as pessoas mais velhas, porque o Brasil, que era chamado de um país jovem, daqui a pouco será considerado, como muitos outros países, um país de pessoas mais velhas. Precisamos, portanto, ter essa preocupação, no sentido de implementar políticas que garantam ao idoso as condições necessárias para que seja bem cuidado e viva de forma digna.

Leis para isso nós temos, como o próprio Estatuto do Idoso, que já citei. Mas precisamos mudar, não só por parte das autoridades, a forma de ver o idoso, a cultura de uma forma geral.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria também de falar sobre a questão do pré-sal. Não poderia deixar de comentar a respeito desse assunto, que, sem dúvida, tem merecido destaque por parte da imprensa brasileira, das autoridades e principalmente dos representantes do povo no Congresso Nacional, que têm agora a prerrogativa de debater e votar a matéria.

O Presidente Lula foi bem claro ao dizer que o Congresso Nacional é que vai definir tudo em relação ao pré-sal. Evidentemente, eu que sou de um partido da base do Governo, o PMDB, sei que o Governo está com as suas posições muito bem claras.

Nós do PMDB tivemos uma reunião esta semana com o Ministro de Minas e Energia, Edson Lobão, na qual S.Exa. expôs a posição do Governo, mas deixou várias diretrizes para os Deputados e Senadores decidirem. Temos de encarar esse pré-sal, essa descoberta de petróleo, uma das maiores que o Brasil já teve e que sem dúvida poderá pôr o nosso País na vanguarda desse tipo de energia. Ficaremos no topo, entre as maiores nações produtoras de petróleo. Em pouco tempo, isso poderá ocorrer, é algo que salta aos olhos, todo o mundo está vendo.

Há divergência na discussão desses assuntos, mas acredito que a Câmara dos Deputados, o Senado

da República, o Congresso Nacional vai ser respeitado no sentido de poder debater isso à exaustão e tomar uma decisão madura, afinal de contas essa questão do pré-sal é decisiva para o futuro do nosso País.

Nos próximos anos, o Brasil produzirá somente no pré-sal quase o mesmo volume produzido atualmente no País. A produção total média no primeiro semestre deste ano de 2009 foi de 1 milhão, 936 mil barris/dia. A estimativa de produção do pré-sal em 2013 é de 219 mil barris/dia; em 2015, 582 mil; em 2017, 1 milhão, 336 mil. Em 2020, chegaremos a 1 milhão, 815 mil barris/dia de petróleo. Praticamente o que nós produzimos hoje em todo o País, demonstrando realmente a possibilidade que temos de nos tornar autossuficientes e até exportar.

A respeito do nosso álcool, temos tecnologia para produzir um combustível sustentável relativamente barato. Temos toda a condição de ter o álcool ao lado do petróleo. É um projeto no meu Estado de Mato Grosso do Sul, onde muitas propriedades se converteram para a plantação de cana-de-açúcar. Muitas usinas foram construídas e outras estão sendo implementadas para produzir álcool combustível, com tecnologia limpa, sustentável, brasileira, barata. Acredito que o caminho do Brasil é muito promissor nesse sentido se tivermos juízo.

Fiz pesquisas, porque, como disse um Deputado esses dias em Plenário, não existe no Congresso Nacional, creio eu, nenhum especialista nesse assunto, nenhum Parlamentar que saiba tudo sobre isso. Assim, nós nos obrigamos a nos inteirar do prejuízo que poderia haver com a descoberta desse petróleo para o País.

Falou-se muito – existe até artigo publicado na revista *The Economist* – a respeito da maldição do petróleo, a chamada doença holandesa. Por que muitos países têm determinadas riquezas naturais e são extremamente pobres? A nação e a população são extremamente pobres? Por que não se conseguiram converter grandes riquezas em benefícios para a população? A África do Sul, por exemplo, é rica em diamantes, ouro e petróleo, mas as pessoas são muito pobres. Países ricos em recursos crescem mais lentamente do que países pobres, mesmo levando-se em conta variáveis como renda *per capita* e políticas comerciais.

A Holanda – daí vem o nome doença holandesa – descobriu gás no Mar do Norte. Quando um país faz uma descoberta dessas, o fluxo repentino de receitas em dólar frequentemente leva a uma forte valorização da moeda local. Setores como agricultura e indústria são menos competitivos nos mercados mundiais, o que leva o petróleo a dominar a economia. A solução para evitar isso é a criação de um fundo social para

estabilizar a economia – o Brasil, graças a Deus, tem economia estabilizada – e direcionar recursos para a população. Há projeto de criação de fundo tramitando numa Comissão. De nada adianta ter petróleo, descobrir tudo isso, e a população não usufruir.

Por isso, defendemos que todos os Estados brasileiros sejam aquinhoados com essa descoberta, que toda a população, principalmente dos Estados mais pobres, seja beneficiada. Não podemos, de forma nenhuma, fracionar o País. Temos que tratá-lo como Federação. Aqui está o Deputado Átila Lins, do Amazonas. A Amazônia não é só do Amazonas, é do Brasil.

O meu Estado é Mato Grosso do Sul. O Pantanal sul-mato-grossense é um bioma não apenas de Mato Grosso do Sul ou de Mato Grosso, é do País. Nossas riquezas naturais têm que beneficiar toda a população. Por isso, aqui já me filio às declarações do Presidente da República de que todos os Estados devem ser aquinhoados e sentir que valeu a pena a descoberta desse petróleo.

O Sr. Átila Lins – V.Exa. me permite um aparte, Deputado?

O SR. MARÇAL FILHO – Pois não, Deputado Átila Lins.

O Sr. Átila Lins – Deputado Marçal Filho, V.Exa. tocou num ponto que todos temos debatido ultimamente. Nós da Amazônia pagamos um preço muito alto pela sua preservação, pela manutenção do *status quo*. Os projetos são muito bem elaborados, examinados, sempre buscando a sustentabilidade do meio ambiente. Qualquer coisa que se pretenda fazer que venha ofender o meio ambiente é vetada, não recebe financiamento. Pagamos um preço por estar na Amazônia e por ter que mantê-la na situação de santuário ecológico. Então, temos que ter compensações. O mesmo serve para o Pantanal. Ninguém pode tocá-lo, porque é do Brasil. Então, muitos investimentos são proibidos. Por quê? Para não prejudicar a situação do Pantanal. Acredito que nós todos temos que aproveitar esses 90 dias de amplo debate para encontrar caminhos que permitam essa riqueza, que não é dos Estados produtores, porque está a 300 quilômetros do litoral, da costa, possa servir a todo o Brasil. É claro que não queremos criar uma cizânia na Nação. Pelo contrário, queremos encontrar caminhos que permitam que a República continue unida e todos os Estados possam vir a ser beneficiados com uma riqueza que não é de alguns, é da Nação brasileira. Todos precisamos criar meios para que a população toda se beneficie dela.

O SR. MARÇAL FILHO – Muito obrigado, Deputado Átila Lins.

Gostaria de destacar aqui também o papel que o nosso partido, o PMDB, está tendo nessa questão, o

papel do Líder Henrique Eduardo Alves, do Presidente Michel Temer. S.Exas. estão imbuídos do melhor propósito para fazer com que essa descoberta beneficie todos. Todos temos consciência do nosso papel histórico neste momento, de participar de algo que poderá fazer com que nosso País realmente conquiste um patamar privilegiado.

Aliás, o Brasil se encontra em situação privilegiada: com o pré-sal, descobriu que possui grandes reservas; dispõe de alta tecnologia em petróleo, de base industrial diversificada e de grande mercado consumidor; tem estabilidade institucional e jurídica, todas as instituições funcionando, plena democracia. Isso faz com que não incorramos no erro que outros países cometeram quando descobriram grandes jazidas de petróleo e de recursos naturais e acabaram caindo na esparrela de que falamos, da maldição do petróleo ou da doença holandesa, para citar o caso da Holanda. O fato é que temos todas as condições para evitar esses problemas e capitalizar este momento verdadeiramente de forma positiva para o País.

Deputado Átila Lins, V.Exa. mencionou assunto importante relativo ao Pantanal sul-mato-grossense. Está em Brasília o Governador André Puccinelli, do meu Estado, para conversar com a Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e tentar modificar a ideia do Ministério do Meio Ambiente de fazer com que em várias áreas da região não se possa cultivar, produzir.

Hoje, sabemos que há um engessamento muito grande, por questões ambientais, em todos os lugares do País. V.Exa. lembrou que não se pode construir uma rodovia quando não se tem licença ambiental, ainda que seja uma rodovia importante para o desenvolvimento de determinada região.

Acredito que todas as pessoas que moram num local têm interesse em preservá-lo. Quem não tem orgulho da Amazônia? Quem não tem orgulho do Pantanal? Quem não tem orgulho das belezas naturais do local onde vive, do Estado onde mora? Mas, evidentemente, é preciso haver um casamento entre desenvolvimento, de que as pessoas necessitam para sobreviver economicamente, e meio ambiente.

Hoje, vale uma consciência que não havia quanto à necessidade de preservar a natureza. O próprio cidadão brasileiro, no seu dia a dia, põe iniciativas em prática, ainda que individualmente, isolado na sua casa, no seu bairro, na sua cidade, visando à preservação do meio ambiente. Nós não abrimos mão das nossas belezas, nem da boa qualidade de vida. Mas, para isso, a natureza precisa ser preservada.

Nós defendemos esse princípio com unhas e dentes, como todos os Parlamentares desta Casa, tenho certeza. Mas também não podemos ignorar que

as iniciativas para desenvolver uma região não podem ser cerceadas com esse tipo de discurso, com essas medidas que acabam fazendo com que a pessoa que lá vive tenha que sair porque não tem como sobreviver. Não há como ativar uma economia assim.

As pessoas vivem na mais absoluta pobreza, têm cada vez mais diminuída sua condição econômica, vivem de forma precária. Disso também não podemos descuidar. Tem que haver uma forma – e há – para que as pessoas que residem em lugares considerados de preservação ambiental possam sobreviver com a sua atividade econômica.

No meu Estado, já existe todo esse cuidado. Usinas de álcool, por exemplo, foram para lá, e houve cuidado para que não fossem para o Pantanal ou lugar próximo. Tomou-se cuidado para preservar a região. Isso temos que garantir. É uma consciência que não é só das autoridades, do Governo do Estado, de nós Parlamentares, mas de toda a população.

Não pode existir desenvolvimento a qualquer custo, como já ocorreu em outras eras, em outras décadas. Vivemos outro momento. Graças a Deus, o Brasil não está acordando tão tarde, como muitos países que deixaram que o seu meio ambiente fosse totalmente degradado, sem possibilidade de recuperação. Hoje, até querem cuidar do nosso quintal, querem cuidar do Brasil depois de terem dilapidado o seu próprio patrimônio natural.

Gostaria de salientar a luta que o Governador André Puccinelli está travando hoje em Brasília para convencer as autoridades federais de que Mato Grosso do Sul precisa continuar se desenvolvendo. Não se pode retirar da nossa economia a possibilidade de as pessoas produzirem. Vivemos ainda a economia primária de agricultura e pecuária. Essa é nossa base econômica. Apesar de todos os esforços para a industrialização, somos muito incipientes nisso ainda, estamos engatinhando. Então, dependemos muito ainda da agricultura e da pecuária.

A alternativa de usinas de álcool serem instaladas lá não foi consolidada ainda, até porque foi considerada num momento em que se esperava exportar muito álcool para os Estados Unidos, que, no entanto, passam por um momento crítico em sua economia. Por isso, arrefeceram-se os investimentos que iriam ser feitos.

Então, o nosso Estado, Mato Grosso do Sul, ainda depende muito da agricultura, que é o pilar da nossa economia. À medida que há entraves ou dificuldades, toda a economia sofre, e a população como um todo também.

Gostaria de deixar isso consignado nesta Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paes de Lira) – De fato, Deputado Marçal Filho, um grande problema nacional é o delicado equilíbrio existente entre a necessidade de desenvolver o País e a preservação do meio ambiente. Teremos que encontrar esse ponto de equilíbrio – é nosso dever – para a preservação das gerações futuras.

Parabéns pelo pronunciamento de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Paes de Lira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Roberto Rocha, do PSDB.

O SR. ROBERTO ROCHA (PSDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Átila Lins, vou ser muito breve. Quero apenas fazer alguns registros.

Semana passada, honrosamente recebi um convite da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo para fazer uma palestra sobre uma proposta de emenda à Constituição de minha autoria, a PEC nº 353, que tramita nesta Casa e trata da reforma tributária ambiental.

Sabemos que aqui tramita o projeto de reforma tributária encaminhado pelo Governo, com o objetivo de modificar a legislação fiscal, mas de forma clássica, com o intuito de tratar da arrecadação de tributos para financiar políticas públicas. A nossa proposta não tem objetivo fiscal. Baseia-se na extrafiscalidade, na intenção de modificar o comportamento das pessoas, no que diz respeito ao meio ambiente. Basicamente, está assentada em duas vertentes: uma, a da seletividade tributária, e a outra, a da repartição tributária. A primeira diz respeito diretamente aos cidadãos, ao contribuinte; a segunda diz respeito aos entes federados, Estados e Municípios.

Semana passada também, Sr. Presidente, na Assembleia Legislativa do Maranhão, foi realizada etapa do Simpósio Amazônia, que está sendo feito em todos os Estados da Amazônia Legal. Talvez já tenha sido realizado no Estado do nobre colega Deputado Átila Lins, o Amazonas. A audiência, na Assembleia Legislativa, transcorreu com muito êxito, muito sucesso.

Devo registrar também, Sr. Presidente, que a Comissão de Meio Ambiente aprovou ontem um requerimento de audiência pública para realizar uma discussão sobre impactos ambientais decorrentes da exploração do petróleo no pré-sal.

O próprio Ministro Carlos Minc, em declaração à imprensa, anunciou que a exploração da camada de pré-sal vai emitir pelo menos 3 ou 4 vezes mais gás carbônico na atmosfera do que na camada do pós-sal. E o Brasil desconhece esse assunto, que é um território de incertezas no que diz respeito aos recursos

tecnológicos para sequestrar carbono e recompor locais explorados.

Por essa razão, a Comissão de Meio Ambiente aprovou esse requerimento de audiência pública.

Por fim, Sr. Presidente, quero ainda trazer informações à Casa.

A primeira é sobre uma pesquisa da Confederação Nacional dos Municípios, realizada e anunciada recentemente, que demonstrou que dos impactos ambientais nos diversos municípios brasileiros 3 são os maiores: 1º) queimadas, cuja média nacional está em 53%; 2º) desmatamento, cuja média nacional está em torno também de 50%; 3º) assoreamento.

De forma muito triste, registro que o primeiro lugar do Brasil, dos municípios com problemas de queimada, está exatamente o meu Estado do Maranhão, com 88%. No item desmatamento, de igual modo, lamentavelmente está o Maranhão, com 82%. Já no item assoreamento, o problema é deslocado para o eixo sul, e é o Estado do Espírito Santo o que tem o maior problema com assoreamento.

Esses dados foram anunciados pela Confederação Nacional dos Municípios – CNM e foram recolhidos do próprio IBOPE.

Sr. Presidente, por fim, faço um apelo.

O Brasil perdeu o direito a voto na entidade mais importante do clima na ONU. O Brasil perdeu o direito a voto na Organização Meteorológica Mundial – OMM, a principal organização das Nações Unidas para meteorologia e clima.

Sede do prestigioso Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas – IPCC, a OMM está nesta semana realizando uma conferência mundial sobre o clima, com a meta de estabelecer um sistema internacional de coleta e distribuição de dados meteorológicos. A ideia é construir uma rede que permita que dados sobre o clima sejam repassados para a agricultura e para os sistemas de saúde e de energia.

Por conta de uma dívida de 2,5 milhões de dólares, valor considerado baixo para as entidades internacionais, o Brasil perdeu seu direito a voto na ONU.

Nosso apelo é para que o Governo brasileiro não fique inadimplente, porque temos um compromisso com o planeta, na reunião, no final do ano, em Copenhague, Dinamarca, evento que será realizado exatamente pela organização com que o Brasil ficou inadimplente: a ONU.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Roberto Rocha, o Sr. Paes de Lira § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marçal Filho, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Átila Lins.

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PMDB-AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente ilustre Deputado Marçal Filho, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, venho, desta tribuna, conclamar todos os Governadores dos Estados do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul, bem como seus Deputados, Senadores, Prefeitos e Vereadores para que participem de um amplo debate com o objetivo de encontrar uma proposta que possibilite que essas regiões também sejam contempladas com recursos provenientes da exploração do petróleo na camada pré-sal.

Essas autoridades não podem ficar à margem do debate sobre a concentração dos *royalties* do petróleo nos Estados produtores – Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo. A riqueza mineral recém-descoberta tem de beneficiar toda a população brasileira, e não somente os atuais e reconhecidos Estados produtores. É necessário que se evite a hiperconcentração de recursos nesses Estados. Temos que procurar uma saída socialmente mais justa para a Nação brasileira.

A imensa riqueza do pré-sal é um bem do povo brasileiro. Não há como sustentar a atual política de *royalties*. O petróleo em alto mar é propriedade da Nação brasileira. O pré-sal é uma ocorrência que pode vir a ser determinante para o futuro do País, com menos desigualdades entre as regiões e maiores oportunidades no Brasil.

Tenho informações, Sr. Presidente, de que a Confederação Nacional de Municípios está articulando um encontro de prefeitos aqui em Brasília, no próximo dia 23 de setembro. Os Prefeitos estão anunciando que vão entrar firme na luta por uma distribuição mais justa dos *royalties* incidentes sobre as milionárias jazidas de petróleo da camada do pré-sal.

Com o mesmo objetivo, o Governador de Pernambuco, Eduardo Campos, está articulando uma reunião do Fórum dos Governadores do Nordeste para discutir uma proposta para ser enviada ao Congresso Nacional. O Governador pernambucano chegou a classificar de pré-histórico e da idade da pedra o atual modelo da divisão de renda do petróleo.

Volto agora este pronunciamento, Sr. Presidente, para dizer que o chamado pacote do pré-sal, enviado ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, talvez seja a matéria mais importante entre todas as apreciadas pela atual Legislatura da Câmara e do Senado. O novo marco regulatório está consubstanciado em 4 projetos de lei. Eles ditam as regras para a exploração do petróleo na região do pré-sal, um enorme reservatório localizado no mar, em uma área que se estende do Espírito Santo a Santa Catarina, a

uma profundidade mínima de 5 mil metros abaixo do nível do mar.

Um dos projetos de lei estabelece o sistema de partilha para a exploração de petróleo e gás nas áreas do ouro verde, alternando o sistema vigente, que é o de concessões. O segundo projeto prevê a criação da Empresa Brasileira de Administração do Petróleo e Gás Natural, a PETRO-SAL para a administração do pré-sal. O terceiro projeto trata da capitalização da PETROBRAS, que foi a forma que o Governo encontrou para ceder à PETROBRAS o exercício das atividades de lavra e exploração do petróleo mediante a emissão de títulos públicos. O quarto projeto de lei cria o fundo social, o que me parece o projeto mais importante, que será constituído pelas receitas oriundas dos recursos advindos da exploração do petróleo da camada pré-sal. E todo esse dinheiro será aplicado em programas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência e tecnologia e da sustentabilidade ambiental.

Abro um parêntese aqui, Sr. Presidente, para dizer que foi de grande valia a decisão do Presidente da República de ampliar as áreas de aplicação desses recursos do fundo social. Inicialmente, só estava previsto o combate à pobreza e o desenvolvimento da educação. O Presidente Lula resolveu incluir a cultura, a ciência e a tecnologia. Nós, da Amazônia – e o Deputado Zé Geraldo sabe disso – ressentimos muito a falta de mais investimentos na área da ciência e tecnologia. As nossas entidades – no Amazonas, o INPA, e em Belém, o Emílio Goeldi – ressentem-se muito da escassez de recursos para ciência, tecnologia e meio ambiente. Portanto, parece-me correta a atitude do Presidente da República de ampliar um pouco o leque dos setores importantes do País que receberão recursos desse fundo social a ser gerado por essa imensa arrecadação que vamos ter da exploração petrolífera da camada pré-sal.

O Sr. Zé Geraldo – V.Exa. me concede um aparte?

O SR. ÁTILA LINS – V.Exa. tem a palavra para um aparte.

O Sr. Zé Geraldo – Deputado Átila Lins, quero parabenizar V.Exa. pelo seu pronunciamento sobre tema que, com certeza, vai permear os debates nesta Casa, no Senado e no Brasil, que é a descoberta de grandes riquezas minerais, principalmente o pré-sal. Ainda bem que essas descobertas estão acontecendo no Governo Lula, um Presidente que tem trabalhado para distribuir as riquezas para o povo brasileiro. É verdade que o Congresso Nacional existe para discutir, mudar, aperfeiçoar e propor leis. E é natural que, em sendo essa lei aqui discutida e votada, quem sabe, possamos melhorá-la. Mas a proposta, como está

vinho, é revolucionária. Pela primeira vez no Brasil se extrairá uma riqueza e se propõe a fazer a distribuição dos recursos advindos dessa riqueza para áreas bastante atrasadas, como, por exemplo, a da educação. O que nós não podemos admitir é o discurso e o comportamento daqueles que fazem oposição ao Governo Lula, que dizem que o período de urgência é pequeno para debater esta matéria. Os partidos têm grandes assessorias e consultorias, e, portanto, já conhecem o assunto. Então nós não precisamos de mais 6 meses, de 1 ano para ficar neste Congresso debatendo para depois encaminhar, até porque o povo brasileiro sabe que no próximo ano vamos ter eleições, e que neste ano muito pouco se fará neste Congresso, porque para se votar uma lei há uma grande tramitação. Parabéns V.Exa. pelo seu pronunciamento. Tenho certeza de que o povo brasileiro entenderá aqueles que querem realmente aprovar, com seriedade, as matérias que vêm para esta Casa. E distinguirá aqueles que fazem o debate simplesmente para protelar, aqueles que simplesmente estão num debate de palanque eleitoral. Uma coisa é o palanque eleitoral, outra é a preocupação dos Parlamentares com as eleições – isso é justo. Precisamos trabalhar neste Congresso, porque o povo brasileiro tem pressa, o Brasil tem pressa. Precisamos buscar todas as riquezas que temos neste País e administrá-las de forma correta, ambiental e economicamente, como está fazendo o Presidente Lula neste País. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ÁTILA LINS – Agradeço a V.Exa. pelo seu aparte, Deputado Zé Geraldo. V.Exa. tem razão quando diz que esse fundo social que será criado vai melhorar muito a educação do nosso País. Nós mesmos, lá no Amazonas, estamos necessitando, urgentemente, de ampliar a rede de Centros Federais de Educação Tecnológica, os CEFETs, em vários municípios do Estado.

Hoje, dos 62 Municípios do Amazonas só temos 6 com CEFETs: Manaus, nossa Capital, e mais 5 municípios com obras ainda em andamento. Precisamos de CEFET em Tefé, em Eirunepé, em Boca do Acre, em Manicoré, em São Paulo de Olivença, em Fonte Boa e em Codajás.

Enfim, por que o Governo não implantou essa maior rede de CEFETs no interior do Amazonas? E por que não implantou mais no interior do Brasil? Exatamente pela ausência de um volume maior de recursos. Mas, com esse fundo social, que vai destinar recursos para a Educação, com certeza essa área de ensino tecnológico será muito ampliada, em benefício da nossa juventude, que quer adquirir mais conhecimento para o desenvolvimento do Brasil de amanhã.

Quando falamos em ensino tecnológico, podemos falar no ensino superior. Lá no Pará, Deputado Zé Geraldo, a gente sabe que há uma universidade, parece-me que no oeste, com sede em Santarém. Nós estamos lutando para criar uma outra universidade no Alto Solimões, porque lá só temos uma universidade, a Universidade Federal do Amazonas. Temos alguns campi avançados em Humaitá, Benjamin Constant, Coari, Itacoatiara, Parintins, mas queremos campi avançados em Tefé e Tabatinga, também em Carauari.

Enfim, esses recursos serão de suma importância para ampliarmos os investimentos na área da educação e também na área da cultura, da ciência e tecnologia e da sustentabilidade ambiental.

A criação do fundo social, portanto, foi a forma de evitar que somente a atual geração usufrua dos benefícios da exploração de recursos finitos. O Governo entende como necessário que a nova riqueza mineral recém-descoberta seja transformada em ativos, cujo usufruto possa ser estendido no tempo, mesmo depois que o petróleo tenha se esgotado. Todos os programas escolhidos como beneficiários dos recursos do pré-sal são prioritários para o crescimento de um país mais justo e para uma conquista significativa na qualidade de vida dos cidadãos brasileiros.

No caso do regime de partilha, que também é um das propostas inseridas em um dos projetos do Governo, é bom esclarecer que as atuais regras continuam valendo para as áreas já concedidas. No caso de novas áreas, será adotado o regime de partilha, em que a União poderá contratar a PETROBRAS para produzir no pré-sal, ou outras empresas, por meio de licitação. Vencerá quem oferecer maior percentual de óleo à União. Em qualquer caso, a PETROBRAS terá participação mínima de 30% em todos os blocos do pré-sal.

Como se vê, Sr. Presidente, estão aqui na Câmara dos Deputados importantes propostas para o futuro do Brasil. Elas definem regras para a exploração de uma imensa riqueza, uma riqueza que, se bem trabalhada, vai provocar um avanço na qualidade de vida dos brasileiros.

É nossa obrigação, aqui no Congresso, debater e votar a nova lei do petróleo. Não em termos de Governo *versus* Oposição, de público *versus* privado, mas pensando-se na sociedade e nas futuras gerações de nosso País. Temos que evitar, também, que os interesses da campanha presidencial que se aproxima não contaminem os nossos trabalhos aqui no Congresso.

Aliás, abro parênteses para dizer que um dos motivos geradores da decisão do Presidente Lula de encaminhar este projeto com regime de urgência foi exatamente a expectativa de que nós pudéssemos

concluir debates, apreciação e aprovação dessas importantes matérias ainda no ano de 2009, exatamente para evitar que elas adentrem o ano eleitoral de 2010, quando os debates se tornarão, claro, apaixonados em razão dos embates políticos.

No princípio, até achei que o Governo poderia abrir o debate por mais tempo. No próprio PMDB, alguns Deputados advogavam a tese de que o Presidente da República, na reunião do Conselho Político, hoje, poderia extinguir o regime de urgência para propiciar um debate amplo e por mais tempo. Mas, depois, o argumento me convenceu. É preciso que esse debate se restrinja a 2009, até para evitarmos que ele possa ocorrer em 2010, porque então o debate se tornará apaixonado em função da campanha política, num flagrante prejuízo aos interesses nacionais.

O Sr. Paes de Lira – Permita-me um aparte, Deputado Átila Lins?

O SR. ÁTILA LINS – É um prazer ouvir V.Exa., Deputado Paes Lira.

O Sr. Paes de Lira – Eu espero mesmo, Deputado Átila Lins, Sras. e Srs. Deputados, que essa matéria, extremamente importante para o País, não venha servir de embate pré-eleitoral. Temo que possa servir, tanto numa ótica, como noutra. E, no tocante ao regime de partilha, comentei hoje num discurso que discordo de algumas pessoas que dizem ser esse regime um retrocesso. Não me parece que seja um retrocesso. Ele é um modelo tão adequado para o País, no meu modo de ver, quanto o modelo de concessão, porque na concessão as empresas exploram o petróleo e pagam o devido, o justo – e deve ser o justo – ao País. No modelo de partilha, essas empresas vão ter simplesmente que abrir mão de uma parte da produção de petróleo para o País. Espero, portanto, que o nosso Brasil se equipe rapidamente para utilizar esse petróleo *in natura*, quem sabe, para processamento, refinamento e para exportá-lo beneficiado e não cru, como evidentemente as companhias fariam, para depois, quem sabe, nos devolver isso de modo beneficiado, na forma de petróleo refinado. É um grande esforço que terá de ser feito, uma grande estrutura que terá de sair também das riquezas do pré-sal. Mas ambos os modelos são adequados. O Brasil não abre mão da sua soberania, seja com um modelo, seja com outro, porque deve ficar sempre claro que essas riquezas pertencem à Nação. E, se simplesmente se concede ou se partilha, faz-se com frutos para o País, seja com um fundo, seja no Orçamento ao longo do ano. Espero que esse fundo prospere para os seus propósitos.

O SR. ÁTILA LINS – Agradeço a V.Exa. o aparte. Ouço o Deputado Paulo Piau.

O Sr. Paulo Piau – Agradeço a oportunidade ao Deputado e amigo Átila Lins, lá do nosso grande Estado do Amazonas. Quero também falar sobre a PETROBRAS, essa grande empresa brasileira que orgulha a todos nós brasileiros, que tem dado um *show* de tecnologia para todo o mundo, tendo sido requisitada por países de Primeiro Mundo. Praticamente a metade dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico vai exatamente para os trabalhos de pesquisa da PETROBRAS, para um grande centro de pesquisa, que é o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello – CENPS, que possui uma plêiade de pesquisadores preocupados em encontrar mecanismos para exploração do nosso petróleo, seja em terra, seja em mar, mantendo convênios muito importantes com todas as universidades brasileiras. Com esses recursos para ciência e tecnologia, a PETROBRAS investe muito nas universidades, nos centros de pesquisa; e foi por isso mesmo que ela se tornou um ponto de excelência para o mundo. Temos de nos orgulhar da PETROBRAS. Em segundo lugar, quero também dizer que não podemos esquecer da nossa energia renovável, energia fóssil. Claro que o fator ambiental é muito importante, com a emissão de gases, mas este País é fantástico! Quase metade da energia gasta, da sua matriz energética, na verdade é de fonte de energia renovável – exatos 48%. Isso é uma condição que poucos países têm. Portanto, devemos continuar com o nosso projeto de desenvolvimento do biodiesel, do etanol, que hoje já superou, inclusive, o consumo de gasolina. Hoje não podemos chamar mais posto de gasolina, mas posto de etanol. Essas são as coisas fantásticas do nosso País. E agora vem esse projeto. É uma pena que vem em regime de urgência, e urgência constitucional, para podermos debater mais. Mas entendemos a pressa. Ontem, o Ministro Lobão, do nosso PMDB, esteve nesta Casa para justificar o porquê da urgência constitucional. Evidentemente, os Líderes estiveram também com o Presidente da República, que os convenceu de que precisamos agir com rapidez nesse processo. Então, vamos fazer um esforço concentrado em 45 dias e debater esse assunto, que é muito importante. E debater também os projetos que V.Exa., Deputado Átila Lins, muito bem retratou: a constituição da PETRO-SAL, o regime de partilha e, o mais importante, o fundo social, a coisa mais importante para que possamos diminuir as mazelas que ainda existem na sociedade brasileira. Quero concordar em outro aspecto com V.Exa.: os Estados produtores. Acho que está na hora de fazer essa revisão, porque não é possível concentrar recursos nas mãos de poucos brasileiros e deixar tantos brasileiros de outros Estados de fora. Então, temos de debater

esse assunto. Sei que essa talvez seja a matéria mais explosiva nesta Casa, mas temos de ter a coragem de tomar uma decisão para o Brasil, e não continuar com o processo de costume, tradicional. Devemos, sim, ter a coragem de mudar para beneficiar efetivamente o nosso País. Obrigado e parabéns, Deputado!

O SR. ÁTILA LINS – Agradeço a V.Exa. o aparte.

Quero dizer que realmente esse debate será bastante acalorado. Começamos a fazer ontem um grande debate, com a presença do Ministro Edison Lobão, que veio conversar com a bancada do nosso partido, o PMDB. Eu estou preparando algumas emendas para, com elas, ajudar a aperfeiçoar os projetos que serão apreciados por esta Casa.

Tenho certeza, Sras. e Srs. Deputados, de que ao final desses 45 dias haveremos de oferecer ao País uma legislação que realmente atenda à média da vontade da população brasileira. Porque esta Casa, ao mesmo tempo em que é casa das divergências, torna-se também casa das convergências. E é nesse debate, na busca de encontrar caminhos que facilitem e melhorem a vida do povo brasileiro, que haveremos de encontrar soluções adequadas para colocar em prática e tornar viável projetos de grande envergadura para a Nação, como esse.

Sr. Presidente, ao concluir, quero dizer que nos próximos 45 dias esta Casa haverá de debater amplamente essa questão. Mesmo a despeito de muitos considerarem o tempo exíguo, quero crer que esse tema já vem sendo debatido há algum tempo. É claro que todos nós esperávamos que o Governo definisse o que pretendia encaminhar para esta Casa. Já havia estudos por parte dos partidos políticos, como disse o Deputado Zé Geraldo. Todos os partidos já estão estudando para, através de suas assessorias, dar aos seus Deputados os instrumentos necessários para irem para o debate, apresentarem as suas emendas e discutirem melhor a matéria. De forma que essa não é uma matéria que esteja chegando agora e que nos seja completamente desconhecida. Ao contrário, já estamos tratando dela há algum tempo, mesmo a despeito de não conhecermos os detalhes dos projetos que somente agora chegaram a esta Casa.

Vamos encontrar fórmulas para conciliar as divergências e encontrar caminhos para que realmente o grande beneficiário desse debate seja o povo brasileiro. E participaremos ativamente dessa discussão, principalmente nós da região amazônica, que precisamos mais do que nunca encontrar fórmulas e perspectivas de maior volume de investimentos nas áreas de pesquisa, tecnologia e meio ambiente.

Falam muito em preservar, mas os recursos para nos ajudar na preservação ambiental são diminutos e pagamos um preço muito alto por isso. Agora mesmo estamos

em crise com a única rodovia que temos, a BR-319. Em razão da preservação ambiental e das pressões internacionais, o Ministro Carlos Minc não concede a licença ambiental. Então, vamos ficar sem a única rodovia que temos no Estado para sairmos do isolamento. De forma que pagamos um grande preço. Então é justo que, neste momento em que discutimos os recursos do pré-sal, possa a nossa região também ser aquinhoadada, com melhor perspectiva de vida para todos os que lá vivem.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Átila Lins, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Capitão Assunção e Paes de Lira, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paes de Lira) – Apresentação de proposições.

OS SENHORES DEPUTADOS QUE TENHAM PROPOSIÇÕES A APRESENTAR QUEIRAM FAZÊ-LO.:

João Bittar	INC 5281/2009	Sugere ao Município de Campina Verde, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos". Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de União de Minas, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5282/2009	Sugere ao Município de Minas e Energia, a inclusão do município de Limeira do Oeste, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5283/2009	Sugere ao Município de Minas e Energia, a inclusão do município de Camerinho, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5284/2009	Sugere ao Município de Minas e Energia, a inclusão do município de Sacramento, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5285/2009	Sugere ao Município de Minas e Energia, a inclusão do município de Ibiti, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5286/2009	Sugere ao Município de Minas e Energia, a inclusão do município de São Gotardo, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5287/2009	Sugere ao Município de Minas e Energia, a inclusão do município de Campo Florido, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5288/2009	Sugere ao Município de Minas e Energia, a inclusão do município de Pirajuba, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5289/2009	Sugere ao Município de Minas e Energia, a inclusão do município de Pratinha, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5290/2009	Sugere ao Município de Minas e Energia, a inclusão do município de Campos Altos, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5291/2009	Sugere ao Município de Minas e Energia, a inclusão do município de Santa Rosa da Serra, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5292/2009	Sugere ao Município de Minas e Energia, a inclusão do município de Rio Paranaíba, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5293/2009	Sugere ao Município de Minas e Energia, a inclusão do município de Planura, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5294/2009	Sugere ao Município de Minas e Energia, a inclusão do município de Urutal, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5295/2009	Sugere ao Município de Minas e Energia, a inclusão do município de Freixoira, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5296/2009	Sugere ao Município de Minas e Energia, a inclusão do município de Conceição das Alagoas, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5297/2009	Sugere ao Município de Minas e Energia, a inclusão do município de Veríssimo, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5298/2009	Sugere ao Município de Minas e Energia, a inclusão do município de Água Comprida, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".

		"Luz para Todos".
João Bittar	INC 5262/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Tupaciguara, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5263/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Arapuá, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5264/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Lagoa Formosa, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5265/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Cruzeiro da Fortaleza, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5266/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Serra do Salitre, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5267/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Irai de Minas, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5268/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5269/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de São Francisco de Sales, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5270/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Itapagipe, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5271/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Ipiaca, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5272/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Cochoeira Dourada, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5273/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Centralina, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5274/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Gurinhatã Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5275/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Canapolis, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5276/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Capinópolis, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5277/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5278/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Santa Vitória, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5279/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Iturama, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5280/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do

João Bittar	INC 5243/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5244/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Ibirité, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5245/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5246/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de São João Del Rey, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5247/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Formiga, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5248/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5249/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Santa Juliana, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5250/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Estrela do Sul, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5251/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Guimarães, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5252/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Pedrinópolis, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5253/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Patrocínio, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5254/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5255/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Carmo do Paranaíba, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5256/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Perdigões, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5257/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Ceromandel, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5258/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Nova Ponte, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5259/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Ipiros, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5260/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Prata, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5261/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, no Programa

APRESENTAM PROPOSIÇÕES OS SRS.:

<u>Autor</u>	<u>Proposição</u>	<u>EMENTA</u>
Silvio Torres	IMP 5/2009 PL 5417/2009	> Altera a redação do artigo 1º do Projeto de Lei nº 5.940/2009
William Woo	EMP 1/2009 PL 5417/2009	> Altera a redação do artigo 1º e do inciso II do artigo 2º do PL 5940/09.
William Woo	EMP 2/2009 PL 5417/2009	-> Altera a redação do artigo 1º do PL 5940/09.
William Woo	EMP 3/2009 PL 5417/2009	-> Altera a redação do artigo 1º do PL 5940/09.
William Woo	EMP 4/2009 PL 5417/2009	-> Altera a redação do artigo 1º e do inciso II do artigo 2º do PL 5940/09.
Eliene Lima	INC 5232/2009	Sugere, ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a necessidade de liberar recursos para aquisição de um ônibus adaptado para o transporte escolar dos alunos da APAE de Cuiabá/MT.
Eliene Lima	INC 5233/2009	Sugere, ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a necessidade de liberar recursos para aquisição de um ônibus adaptado para o transporte escolar dos alunos da APAE de Comodoro/MT.
Eliene Lima	INC 5234/2009	Sugere, ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a necessidade de liberar recursos para aquisição de um ônibus adaptado para o transporte escolar dos alunos da APAE de Colíder/MT.
Eliene Lima	INC 5235/2009	Sugere, ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a necessidade de liberar recursos para aquisição de um ônibus adaptado para o transporte escolar dos alunos da APAE de Chapada dos Guimarães/MT.
Eliene Lima	INC 5236/2009	Sugere, ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a necessidade de liberar recursos para aquisição de um ônibus adaptado para o transporte escolar dos alunos da APAE de Carlinda/MT.
Eliene Lima	INC 5237/2009	Sugere, ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a necessidade de liberar recursos para aquisição de um ônibus adaptado para o transporte escolar dos alunos da APAE de Canarana/MT.
Eliene Lima	INC 5238/2009	Sugere, ao Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, a necessidade de liberar recursos para aquisição de um ônibus adaptado para o transporte escolar dos alunos da APAE de Campo Verde/MT.
Fátima Pelaes	INC 5303/2009	Sugere ao Ministério da Justiça a criação das Delegacias de Direitos Humanos nas Superintendências da Polícia Federal.
João Bittar	INC 5239/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Cascalho Rico, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5240/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Romaria, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos"
João Bittar	INC 5241/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Araxá, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5242/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Abadia dos Dourados, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".

João Bittar	INC 5299/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Comendador Gomes, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5300/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Delta, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5301/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Conquista, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
João Bittar	INC 5302/2009	Sugere ao Ministério de Minas e Energia, a inclusão do município de Tapira, Estado de Minas Gerais, no Programa "Luz para Todos".
Perpétua Almeida	INC 5304/2009	Sugere ao Ministério da Previdência Social a inclusão de brasileiros indígenas nos programas previdenciários nacionais.
Professor Victorio Galli	INC 5305/2009	Sugere a Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República o uso em larga escala do biocarvão como fertilizante na agricultura e meio eficaz para combater o aquecimento global.
Capitão Assunção	PL 5985/2009	Altera dispositivo da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para obrigar a realização da triagem neonatal completa realizada em recém-nascidos.
Carlos Alberto Leréia Geraldo Simões	PL 5981/2009 PL 5980/2009	Dispõe sobre a avaliação psicológica de puérperas. Dispõe sobre a prorrogação de contrato de arrendamento de área ou instalação portuária firmado antes da entrada em vigor da Lei nº 8.630, de 1993.
Jair Bolsonaro	PL 5982/2009	Altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências.
Marcelo Serafim	PL 5983/2009	Altera o inciso "c" do art. 2º da Lei nº 2.784, de 18 de junho de 1913, visando a alterar o fuso horário do estado do Acre e parte do estado do Amazonas do fuso Greenwich "menos quatro" para o fuso "menos cinco".
Maurício Rands	PL 5984/2009	Dispõe sobre a informação nas sacolas plásticas do seu tempo de decomposição na natureza, e dá outras providências.
Mauro Nazif	PL 5979/2009	Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.856, de 1º de março de 1994, a fim de dispor sobre o piso salarial dos profissionais fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais.
Rodrigo Rollenberg	PL 5986/2009	Dispõe sobre a disponibilização de endereço eletrônico pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, para os fins que especifica, e dá outras providências.
Fernando Coruja	REC 301/2009	Recorre, nos termos do art. 95 § 8º do Regimento Interno, da decisão da Presidência na Questão de Ordem n. 516, de 2009, sobre a inclusão de matéria estranha no Projeto de Lei de Conversão apresentado à Medida Provisória n. 465, de 2009.
Guilherme Campos	REQ 5466/2009 - PL 404/1999	Requer, nos termos regimentais, a desapensação do Projeto de Lei nº 4.057, de 1998 e do Projeto de Lei nº 404/99 (que instituem mecanismos de segurança para estabelecimentos bancários) do Projeto de Lei nº 4.436, de 2008 (que confere direito trabalhista aos vigilantes em geral), por se tratarem de matérias que regulam assuntos distintos.
Jair Bolsonaro	REQ 5465/2009 -> PEC 308/2004	Requer inclusão na Ordem do Dia da PEC nº 308, de 2004, que "altera os artigos 21, 32 e 144, da Constituição Federal,

Luiz Carlos Busato	REQ 5464/2009 - PLP 277/2005	criando as polícias penitenciárias federal e estaduais". Requer inclusão na Ordem do dia do Projeto de Lei Complementar - PLP N° 277 de 2005, que "Estabelece critérios para concessão de aposentadoria aos segurados portadores de deficiência na forma do artigo 210, § 1º da Constituição Federal.
Paes Landim	REQ 5469/2009 - PL 5951/2009	Requer, nos termos regimentais, a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 5.951, de 2009, com o Projeto de Lei nº 5.780, de 2008.
Paes Landim	REQ 5468/2009 - PL 363/1999	Requer, nos termos regimentais, seja declarada a prejudicialidade do Projeto de Lei nº 363, de 1999.
Vicentinho	REQ 5467/2009	requer sessão solene para homenagear o centenário do sport club corinthians
Chico Alencar	RIC 4274/2009	Solicito ao Ministro de Estado da Previdência Social, no âmbito do Instituto Nacional de Seguro Social, informações sobre a política de recursos humanos, nesse órgão.
Chico Alencar	RIC 4276/2009	Solicita ao Ministro de Estado da Defesa, no âmbito do Comando do Exército, informações sobre arquivos que apresentam as circunstâncias da morte do Sr. Virgílio Gomes da Silva em setembro de 1969.
Vanessa Grazziotin	RIC 4275/2009	Solicita ao Senhor Ministro do Meio Ambiente informações sobre uso indireto de conhecimento tradicional dos povos indígenas.

VI – ORDEM DO DIA

(Debates e trabalho de Comissões.)

O SR. PRESIDENTE (Paes de Lira) – Vai-se passar ao horário de

VII – COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

Tem a palavra o Sr. Deputado Átila Lins, pelo Bloco Parlamentar PMDB/PTC.

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PMDB-AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho desta tribuna dirigir um apelo ao Presidente Michel Temer para que mande colocar na pauta de votações a proposta de emenda constitucional que eleva o número de Vereadores em várias Câmaras Municipais do País.

A chamada PEC dos Vereadores foi aprovada na semana passada pela Comissão Especial que a estudou, e agora restam apenas 2 votações aqui no Plenário para ser promulgada.

Com a posse dos novos Vereadores, em número de 7.343 em todo o Brasil, as cidades é que vão ganhar. Ninguém, neste Plenário, desconhece a importância do Vereador na vida de uma cidade. Ele é o elo entre a população e o Poder Executivo no encaminhamento de soluções de problemas diversos. É pelo Vereador, como pelo Prefeito, que nós, Deputados Federais, so-

mos levados a trabalhar por liberação de recursos do Estado e da União para a realização de obras e serviços em sua cidade.

Destaco ainda que o aumento do número de Vereadores não representará aumento nas despesas dos Municípios. Pelo contrário, houve corte nos percentuais repassados pelas Prefeituras às Câmaras Municipais.

Portanto, Sr. Presidente, não há mais razões que possam retardar a votação da PEC dos Vereadores.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paes de Lira) – Muito obrigado, Deputado Átila Lins.

Nessa matéria, eu tenho receio de que haja um corte entre a opinião pública e o pensamento vigente nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paes de Lira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Capitão Assumção, pelo Bloco Parlamentar PSB/PCdoB/PMN/PRB.

O SR. CAPITÃO ASSUMÇÃO (Bloco/PSB-ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Deputado Paes de Lira, é uma honra e um grande privilégio fazer este pronunciamento a respeito da realidade da segurança pública capixaba, tendo V.Exa. na Presidência.

Sras. e Srs. Deputados, na época da Segunda Guerra Mundial, o *Führer*, o nazista supremo da Alemanha, Adolf Hitler, tinha um ministro de propaganda, Joseph Goebbels, que ficou conhecido na história. A principal frase desse ministro era a seguinte: *“Uma mentira muitas vezes repetidas torna-se verdade”*. Por causa dessa frase, que atravessa a história, e até hoje resplandece, mais de 6 milhões de judeus foram trucidados porque se colocou na mente do alemão a supremacia da suposta raça ariana. Na verdade, era um engodo para levar adiante o projeto absolutista do Hitler.

No Estado de Espírito Santo, no fechamento do primeiro semestre, mais de 1 mil homicídios dolosos foram verificados. A Secretaria de Segurança Pública do Estado do Espírito Santo perdeu o controle sobre a segurança capixaba. São diversos os componentes que fazem parte da justiça criminal capixaba. No entanto, somente os policiais militares foram alvos para tentar fazer o controle da segurança pública.

O que foi feito? Qual foi o pensamento do Secretário de Segurança Pública capixaba? *“Vamos aumentar mais ainda a escala de serviço dos policiais, e dessa forma diminuiremos as ocorrências.”* Essa mentira, repetida várias vezes, foi repassada para a sociedade capixaba, para os jornais, televisão. E toda a sociedade gostou porque viu mais policiais nas ruas.

Na verdade, o efetivo da Polícia Militar está defasado. A sociedade capixaba, hoje, conta na verdade com 20% a menos do efetivo previsto, de 8 mil homens.

No entanto, foi feito planejamento estratégico para que, nos conceitos modernos do PRONASCI, fosse colocado condizente número de policiais no novo quadro organizacional, sem escravizá-los, mas humanizando suas escalas, fazendo com que a comunidade tivesse permanentemente o policial presente. Isso é o que o PRONASCI chama de policiamento de proximidade. E o que está sendo retratado hoje para a sociedade é que somente os policiais militares vão resolver o problema da criminalidade. Tem-se a impressão de que os policiais militares passaram por uma máquina copiadora, e que dessa forma se multiplicou o contingente nas ruas.

É um engodo! Os policiais militares estão sofrendo em demasia com a sobrecarga de trabalho; e o novo quadro organizacional, que seria pequeno ponto para resolver o problema, o Secretário não leva à discussão. Mas o planejamento foi feito, em atendimento aos pilares básicos do policiamento moderno, que é a humanização das escalas de serviço e o policiamento de proximidade, aquele em que o policial militar não vai embora.

Aquele tipo de policiamento que hoje está sendo feito nas ruas do Espírito Santo sacrifica sobremaneira a vida do policial militar. Perde-se, com isso, a sensação de segurança, porque o policial militar já está cansado de trabalhar.

Sr. Presidente, a média de tempo serviço dos policiais capixabas é de mais de 20 anos. Há, portanto, necessidade de o Secretário parar de usar a célebre frase de Joseph Goebbels, de que uma mentira repetida várias vezes parece verdade. Que a sociedade capixaba saiba que esse pensamento é anacrônico, que massificação de policiamento não se usa mais.

Colocou-se um secretário – e não estou tirando o mérito de ele ser delegado da Polícia Federal – que gosta de aparecer na televisão. Ele não pode ver uma televisão; parece ser um ator de Hollywood. Enfim, não se usa mais a massificação, porque ela quebra o que o PRONASCI chama de humanização das escalas. E massificação é sazonal: onde ocorre um crime, colocou meia dúzia de policiais, e temporariamente acaba-se a criminalidade. Retiro o policial, a criminalidade volta.

Então, Sr. Secretário “midiático”, vou lembrar aqui os princípios do policiamento moderno, aquele em que a sociedade vai ser beneficiada: humanização das escalas de serviço, com aplicação inteligente do novo quadro organizacional dos policiais militares. O outro é o policiamento de proximidade.

Talvez, o senhor “midiático” não tenha enfrentado os bancos escolares, as academias de polícia, para entender que policial militar não é super-homem, e que a comunidade precisa contar permanentemente com um policial na sua comunidade. É o que o PRONASCI chama de policiamento de proximidade.

Massificação, “midiático”, não existe mais – acabou!

Sr. Presidente, nobre Deputado Paes de Lira, muito obrigado pela compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Paes de Lira) – Não houve compreensão. V.Exa. usou menos tempo do que o Regimento Interno determina.

O SR. PRESIDENTE (Paes de Lira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Renato Molling, para uma Comunicação de Liderança, pelo PP.

O SR. RENATO MOLLING (PP-RS. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, agradeço ao nosso líder Mário Negromonte o espaço, pela importância do tema.

A evolução da economia mundial exige dinâmica rotineira nas ações de governo para permitir que as atividades industriais que geram riqueza no País possam enfrentar e superar as dificuldades e os obstáculos que surgem ou são colocados nos seus caminhos. O Governo brasileiro tem se mostrado receptivo aos

pleitos dos setores produtivos nacionais, implantando medidas que apoiam os atores da economia nacional em parceria extremamente útil para a manutenção da saúde das empresas.

Nesse contexto, em 2007, o Governo Federal lançou o Programa Revitaliza com o objetivo de estimular a competitividade e a eficiência de diversos setores industriais afetados pela valorização cambial e pela concorrência internacional.

Esse programa abrange linhas especiais de financiamento para capital de giro, para investimentos e para exportação, o que foi, e ainda é, de extrema valia para os setores industriais eminentemente internacionalizados.

Acontece que, em setembro de 2008, eclodiu a crise financeira internacional, promovendo a retração de demanda nunca antes vivida, impactando negativamente os preços e acarretando enorme ociosidade em diversos setores industriais do Brasil e do mundo. Esse fato novo, por si só devastador, foi agregado ao problema cambial, recorrente, e as empresas exportadoras, hoje mais do que ontem, enfrentam obstáculos importantes para assegurar a comercialização dos seus produtos e manter os postos de trabalho e, por conseguinte, seus níveis de arrecadação.

Para se ter ideia do impacto causado pela crise, agravada pela política cambial, o setor curtidor brasileiro exportou, no primeiro semestre de 2009, 46% do que havia realizado no mesmo período de 2008. Com isso, a expectativa de exportação de couro em 2009 passou a ser de 1 bilhão de dólares. Para um setor que exportou 1,88 bilhões de dólares em 2008, e 2,2 bilhões de dólares em 2007, a situação se torna preocupante.

Esse quadro fica ainda mais sombrio quando organismos internacionais organizam movimento de boicote ao couro brasileiro que tenha origem em áreas de desmatamento florestal.

Por esse motivo, na condição Presidente da Frente Parlamentar da Cadeia Produtiva de Couro, Calçado, Artefatos e Móveis, solicito ao Governo Federal, em especial ao Ministério da Fazenda e ao BNDES, o alongamento do Programa Revitaliza pelo prazo de 36 meses, com respectiva ampliação do prazo de carência, pelo menos para o setor curtidor brasileiro, permitindo que as empresas façam sua adequação ao mercado atual e possam cumprir seus compromissos, sem qualquer risco de inadimplência decorrente da dificuldade que ora enfrentam na comercialização de seus produtos no mercado internacional.

Essa medida será extremamente importante para a indústria curtidora brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paes de Lira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Raul Jungmann, para uma Comunicação de Liderança, pelo PPS. Na sequência, se desejar, disporá do tempo das Comunicações Parlamentares.

O SR. RAUL JUNGMMANN (PPS-PE e Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, entre o pronunciamento da manhã e o pronunciamento que agora faço tivemos notícia de que o Presidente da República manteve a urgência urgentíssima para o chamado projeto do pré-sal.

S.Exa., o Sr. Presidente, não está atropelando a Oposição brasileira; está atropelando o povo brasileiro. E já, neste momento, há grande reação por parte dos Governadores que entendem que esse projeto tem a ver com as igualdades ou desigualdades regionais. Isso também quer dizer que o Presidente, ao determinar a continuidade da urgência urgentíssima, está trazendo para dentro desse projeto o conflito federativo. Ou seja, discutindo esse projeto, nós teremos aqui conflitos que vão envolver a todos e lançar brasileiros contra brasileiros, região contra região, num espaço de tempo no qual não será possível dirimi-los.

Portanto, acredito que todos perderemos, em especial o Governo e o Presidente da República, que estão a desconhecer que o que estamos discutindo não é uma coisa para o dia seguinte, não é uma coisa que diz respeito apenas ao Governo, a uma região ou a um Estado, mas ao futuro do País. É uma questão de Estado, e que, portanto, tem a ver não só com as atuais, mas sobretudo com as futuras gerações.

Fica aqui este alerta.

Segundo ponto, Sr. Presidente: a questão dos índices de produtividade, que o Presidente da República, Deputado Paulo Piau, acertou com o Movimento dos Sem-Terra. S.Exa. disse que promoveria a atualização; inclusive, o Ministro do Desenvolvimento Agrário teria enviado esses mesmos índices para serem devidamente referendados pelo Ministro da Agricultura. Mas não acredito que o Ministro da Agricultura venha a fazê-lo.

Aliás, permita-me lembrar, Presidente, sabem por que hoje o Ministro da Agricultura assina em conjunto com o Ministro do Desenvolvimento Agrário a mudança dos índices? Porque houve uma iniciativa nossa. No Governo anterior, do Presidente Fernando Henrique, entendi que era excessiva responsabilidade para o Ministro do Desenvolvimento Agrário assumir o ônus, e o bônus também, da responsabilidade de mudar os índices de produtividade em todo o País, e sugeri uma medida provisória ao Presidente. Hoje, tanto o Ministro da Agricultura quanto o do Desenvolvimento Agrário

são os responsáveis, ouvido o Conselho Nacional de Agricultura.

O que vai acontecer se houver essa mudança, Sr. Presidente? Em primeiro lugar, nós vamos influir decisivamente no Sul e no Sudeste, onde se encontra o coração do agronegócio, onde temos a maior produtividade da agricultura brasileira. Questão de produtividade não tem diretamente a ver, a não ser marginalmente, com as Regiões Norte e Centro-Oeste e mesmo com a Região Nordeste, o que quer dizer que a mudança nesses índices terá um impacto altamente significativo nas Regiões Sul e Sudeste do País.

O impacto dar-se-á, Sr. Presidente, dos 2 lados. Se vai ampliar o nível de insegurança do agronegócio no País – e isso não é bom para nós -, vai também acirrar todo um comportamento do Movimento dos Sem-Terra, no momento em que, através dessa mudança de produtividade, estaremos criando neolatifúndios, ou seja, latifúndios na caneta – e isso significa ampliar o estoque de terras potencialmente passíveis de invasão do Movimento dos Sem-Terra. Então, entendam: de um lado, insegurança para quem está produzindo e tem produtividade; de outro, ampliação de estoque de terras passíveis de invasão.

Espero que isso não venha a acontecer, no interesse de todos nós.

Evidentemente, queremos a reforma agrária, pugnamos por ela, mas é preciso fazê-la com responsabilidade, sobretudo injetando qualidade e ampliando a produção. Não é desorganizando e levando mais insegurança, além da que já existe hoje no campo brasileiro, que vamos resolver esse tipo de problema – e falo aqui, se V.Exa. me permite, Sr. Presidente, com a autoridade de ter sido o Ministro da Reforma Agrária que mais longamente exerceu o cargo, por aproximadamente 6 anos, no Governo anterior, do que muito me orgulho.

Passo ao terceiro ponto. Houve, Sr. Presidente, recentemente um acordo, que eu gostaria de trazer a debate nesta Casa. Imaginem os senhores que o Governo convivia com um problema: o projeto do Senador Paulo Paim, que acaba com o fator previdenciário e realiza outras mudanças no âmbito da Previdência, que todos sabemos ter um déficit estrutural histórico. Pois bem. Lendo *O Estado de S. Paulo*, ficamos sabendo que o Governo negociou com as centrais sindicais uma série de opções. Em primeiro lugar, essa negociação deveria evidentemente desaguar nesta Casa; em segundo lugar, conforme editorial de *O Estado de S. Paulo*, o acordo fechado com as centrais sindicais é para que elas procurem, através de pressão nesta Casa, impedir a aprovação de um projeto de um Senador do PT, o ilustre Senador Paulo Paim.

Os senhores perceberam a arquitetura desse processo? Em primeiro lugar, o Governo não é capaz de controlar a sua própria base, inclusive Senadores do seu próprio partido; em segundo lugar, negocia com as centrais sindicais; em terceiro lugar, pede às centrais sindicais que pressionem este Plenário a não aprovar os projetos da sua própria base, do seu próprio partido.

Eu pergunto: isso é comportamento de governo? isso é comportamento de Estado? Ou isso é comportamento de quem atua de maneira ambígua ou híbrida – ora é Governo, quando convém; ora, especificamente, conjuntamente com entidades da sociedade civil, monta acordos para pressionar o Congresso Nacional.

Evidentemente, não é por aí que vamos resolver esse grave problema da Previdência Social no Brasil.

Outro ponto que eu gostaria de abordar é a reincidência da CPMF, porque essa CSS (Contribuição Social para a Seguridade) – se é que esse é o nome -, nada mais é, nada menos é do que uma nova CPMF. E isso é um duplo acinte que nós temos: em primeiro lugar, um acinte à sociedade, que rejeitou de uma maneira absolutamente cabal a CPMF, ou seja, a imposição de novas contribuições e impostos; em segundo lugar, um desrespeito a esta Casa, em particular ao Senado, que recentemente fez a rejeição da chamada CPMF.

Ora, Sr. Presidente, há pouco tempo ouvíamos o Ministro da Saúde, Sr. Temporão, dizer que a FUNASA, seu principal órgão no Ministério da Saúde, era um antro de corrupção. É a palavra do Sr. Ministro. Foi ele quem disse isso. Os senhores viram, todos, porque foi amplamente divulgado pela imprensa. De lá para cá, os senhores ouviram falar em alguma punição? os senhores ouviram falar sobre algum afastamento, alguma mudança de direção da FUNASA? Absolutamente nada! Um grande antro de corrupção, pelo que diz o Ministro. E eu não viria eu a esta tribuna assacar contra qualquer órgão uma acusação como essa levemente. Não é do nosso feitio. Foi o Ministro quem disse isso, e nenhuma providência, que nós soubéssemos, foi até aqui tomada. E, agora, pedem uma nova contribuição, um novo imposto. E a pergunta que não quer calar é a seguinte: e a corrupção? ela foi resolvida?

É claro que o problema da saúde no Brasil não se pode reduzir exclusivamente a um problema de corrupção. Há, sobretudo, um problema de necessidade de mudança de modelo e de melhoria de gestão, Deputado Paulo Piau. Há um seriíssimo e grave problema na distribuição, na alocação e sobretudo na eficácia e na eficiência dos recursos que lá são aplicados. Isso, entretanto, não mudou, e agora se vai pedir à sociedade uma nova contribuição?!

Ora, eu acredito que o dever de casa que este Governo tinha de fazer, em primeiro lugar, era melhorar a gestão, melhorar a eficiência, reduzir o desperdício no âmbito da saúde; em segundo lugar, conter a corrupção – e volto a dizer, nas palavras do Sr. Ministro da Saúde, o antro de corrupção, que é o principal órgão do seu Ministério, a FUNASA. E, repito, não soubemos de nenhuma providência até o presente momento. Aí então, sim, abrir uma discussão séria, real, profunda e consequente sobre a necessidade de mais recursos para a saúde.

Eu não me oponho a isso, mas eu acho, Deputado Paulo, que existe uma prioridade, e esta tem de ser satisfeita para que nós possamos efetivamente abordar esse tema.

Posta essa questão também, aproveito o tempo que me resta, Sr. Presidente, para abordar outra questão que nos preocupa: as bases norte-americanas na Colômbia.

Conversei longamente com militares e diplomatas, e o sentimento comum é o de que isso, em termos militares, não nos ameaça. Por quê? Porque o poder norte-americano já tem uma capacidade de deslocamento, uma capacidade estratégica tamanha, que não serão mais ou menos 7 bases na Colômbia que vão mudar a correlação, o relacionamento, as condições ou o balanço global de poder entre nós e eles.

Entretanto, fica cada vez mais claro, Deputado Paulo, que hoje nós temos que prestar atenção redobrada ao noroeste das nossas fronteiras, especificamente. É o caso da Colômbia, da Venezuela e do Equador. Não no sentido de nos antepormos, não no sentido de gerarmos qualquer tipo de atrito com esses países irmãos e vizinhos. Queremos o seu pleno desenvolvimento. Mas há necessidade de acabar com certa dicotomia que existe hoje na diplomacia brasileira.

Se nós temos o Chanceler voltado para os órgãos multilaterais, a verdade é que nós temos o Assessor Marco Aurélio Garcia, do Sr. Presidente da República, respondendo como se fosse um chanceler *ad hoc* para as questões da América do Sul, que não vêm sendo tocadas como deveriam ser, como política de Estado, mas como política de governo, para não dizer política de um partido, o Partido dos Trabalhadores. É preciso que o Brasil entenda que, se ali não existe uma ameaça militar – e de fato não existe – às nossas fronteiras, ao nosso País, existem crescentes problemas diplomáticos que estão a requerer a nossa atenção.

Nesse sentido, quero dizer que não vejo como bom sinal a possibilidade da reeleição do Presidente Uribe. Isso não significa nos imiscuirmos em assuntos soberanos de outro país. Se critico a possibilidade de reeleição permanente do Presidente da Venezuela é

porque entendo que isso não é democrático; e eu não poderia ter outro raciocínio no que diz respeito ao que se passa Colômbia.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que lamentavelmente o contingenciamento chegou aos quartéis, às Forças Armadas do Brasil. Vimos notícia recente de que as Forças Armadas brasileiras, em especial o Comando do Exército, está trabalhando meio expediente. Quero deixar bem claro que isso não é condizente com as nossas necessidades de defesa, isso não é justo com o trabalho que vem sendo desenvolvido pelas Forças Armadas.

Espero que tenhamos sensibilidade, do setor econômico e financeiro, porque, Deputado Paulo, sabe V.Exa., quando o Exército, a Marinha e a Aeronáutica fazem qualquer tipo de despesa, empenho, e assim por diante, o fazem evidentemente a partir de um orçamento votado e aprovado nesta Casa. Não é justo que se exponham as Forças Armadas ao constrangimento de ter que conviver não apenas com meio expediente, mas também de ter que liberar conscritos, que são fundamentais para o adestramento, a preparação e a defesa da nossa Pátria.

Sr. Presidente, isso é o que me trouxe à tribuna.

Muito obrigado pela sua atenção, e a de todos mais. E até breve.

O SR. PRESIDENTE (Paes de Lira) – V.Exa. ocupou o tempo com maestria. Parece até que falava no Grande Expediente. E, para a minha surpresa – oponho-me a V.Exa. em questões relacionadas a desarmamento –, concordei com tudo o que disse aqui.

O SR. RAUL JUNGSMANN – Sr. Presidente, agradeço. E digo que me sinto duplamente honrado, não só pelo tempo concedido, pela sua atenção, mas também pela generosidade do juízo, que é recíproco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paes de Lira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Domingos Dutra, pelo PT.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna neste final de tarde para parabenizar a PETROBRAS e seus técnicos pela competência de transformar essa empresa numa das mais importantes do mundo. Agora, mais do que nunca, pela descoberta do pré-sal, pelo esforço que estão fazendo para encontrar tecnologia capaz de aproveitar toda a essa riqueza e transformá-la para o bem-estar da população.

Parabenizo o Presidente Lula pelo excelente Governo que faz, pela estabilidade econômica, por conter a crise que abalou vários países, pelos programas sociais voltados para a população mais pobre, e, neste momento, por mais esse fato que vai acrescen-

tar à passagem do Presidente Lula a sua relevância histórica.

O Presidente Lula vai marcar época neste País. Dificilmente, nos próximos séculos, haverá um Presidente com a história que tem e com o Governo exitoso que faz. Também reforço a posição do Presidente Lula de colocar urgência constitucional para apreciação dos 4 projetos que tratam das riquezas naturais do pré-sal.

Vou compor a Comissão Especial que vai apreciar o projeto sobre o fundo social. Espero que parte desses recursos ou a maioria deles sejam destinados para diminuir a pobreza, para encurtar a distancia entre aqueles que têm tudo e essa grande maioria de brasileiros que não têm nada. Já cansamos de ver tanta riqueza neste País beneficiar uma elite arrogante e egoísta, em detrimento da grande maioria que continua na pobreza.

Está aí a Serra dos Carajás, estão aí as hidrelétricas, está aí o projeto de alumínio no Maranhão, da empresa Alcoa, está aí a base espacial de Alcântara. São projetos gigantescos que não conseguem traduzir em distribuição de renda e bem-estar da maioria da população.

Espero que as riquezas do pré-sal consigam transformar o Brasil num gigante para todos e não apenas para a elite. A elite brasileira tem que colocar na cabeça que este País pertence a todos nós. Se é justo alguns alimentar seu cachorro com filé, banhar seu *poodle* com *shampoo*, deixar seu animalzinho de estimação no hotel, mais justo ainda é garantir habitação, saúde, educação e direitos iguais para todos.

A Oposição está estrebuchando porque é um direito dela, mas não tem razão em querer impedir que este Congresso Nacional aprecie os projetos. Dizer que 90 dias são insuficientes para aprofundar a discussão não é verdade. Se este Congresso, se esta Câmara quiser, 45 dias são suficientes para fazer Comissão Geral neste plenário, debater nas Comissões de Meio Ambiente, de Minas e Energia e ouvir a sociedade brasileira para fazer as emendas, os ajustes, as modificações necessárias. Se não for apreciado em 45 dias, a pauta ficará trancada, podendo se estender o debate por mais tempo.

Esta Casa já teve sua pauta trancada continuamente pelas medidas provisórias. Acho que os projetos referentes ao pré-sal são bom motivo para trancamento de pauta. Uma vez aprovados aqui, seguem para o Senado Federal; e, se forem modificados, voltam para a Câmara. Portanto, não serão apenas 90 dias que o Congresso terá para apreciá-los.

A Oposição estrebucha, reclama, grita, obstrui. Isso é direito, mas tem que entender que este País tem

Governo, que sabe o tempo certo das medidas que acha convenientes para mudar a realidade do Brasil.

Esperamos que a Oposição aguarde 2010, coloque seu time em campo e, se tiver condições, ganhe as eleições. Seremos Oposição em 2011, vamos estrebuchar também. Mas a Oposição não pode querer ganhar no grito, querer obstruir medidas urgentes simplesmente com a alegação de que falta tempo. Não falta tempo, porque o Democratas, que sucede vários partidos, já governou por 502 anos. Eles sabem tudo do País, sabem como funciona a máquina. O PSDB governou o País durante 8 anos e conhece a PETROBRAS, a política energética. Portanto, não há justificativa para atrapalhar o funcionamento da Câmara, sob a alegação de que está havendo pressa na apreciação dos projetos.

Parabéns ao Presidente Lula! parabéns ao Governo! parabéns ao Congresso Nacional! Parabéns ao Presidente Michel Temer pela condução dos trabalhos na Câmara! S.Exa. tem dado celeridade e seriedade aos trabalhos e valorizado a ação parlamentar dos integrantes da Casa.

Tenho certeza de que o PSDB e o DEM, no final de semana, quando forem para os Estados, quando encontrarem a população nas ruas, vão ser cobrados para que a Oposição venha para cá, desobstrua a pauta, procure promover todos os debates possíveis, pegue os seus técnicos, seus estudiosos e encontre a melhor forma de aperfeiçoar os projetos, porém sem obstruir a sua tramitação, a sua votação, porque o Brasil tem pressa, o Brasil precisa. A população mais carente precisa de habitação, de saúde com qualidade, de segurança, de terra.

Vou tentar contribuir para que os recursos do pré-sal sejam distribuídos para os mais pobres. O nosso papel aqui é encurtar a distância entre os mais ricos e os mais pobres. Portanto, muito obrigado! Espero que o PSDB e o DEM tenham juízo e, na terça-feira, voltem para cá para desobstruir a pauta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paes de Lira) – Agradeço pelo pronunciamento de V.Exa., Deputado Domingos Dutra. Mas temo que a obstrução continuará.

O SR. PRESIDENTE (Paes de Lira) – Para uma breve intervenção, concedo a palavra ao Deputado Dr. Ubiali.

O SR. DR. UBIALI (Bloco/PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente, agradeço ao Deputado Paes Landim, que cedeu parte de seu espaço para que eu pudesse falar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento em que toda a atenção da Câmara dos Deputados está voltada para o pré-sal, trago um assunto

que, a meu entender, é tão ou mais importante do que discutir o futuro de uma empresa estatal petrolífera. Por mais relevante que isso seja – e tenho a certeza de que estaremos no momento adequado de estabelecer um programa de renda mínima para todo cidadão brasileiro –, é a educação o assunto de que quero tratar, pois somente ela é capaz de provocar o aumento real de renda das pessoas.

Somente como ilustração, cito o fato de que, a cada ano cursado no Ensino Superior, aumenta em 40% a renda do trabalhador.

A educação deve interligar aspectos que levem ao desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável, diferentemente do que muitos acreditam, vai muito além da dimensão do meio ambiente. Muitos fatores devem estar presentes e interligados para que possamos ter um crescimento com sustentabilidade.

Sete aspectos fundamentais devem estar agregados: político, ambiental, social, ético, cultural, econômico e o espacial.

O papel da educação é justamente aglutinar todas essas frentes, porque seu maior desafio é dotar o indivíduo de comportamentos, conhecimentos e competências que lhe permitam tomar decisões, beneficiando a si mesmo e aos demais, tanto quanto para saber por em prática tais decisões, pois colocar este saber nos atos da vida é fundamental.

Como a educação fará isso se não se investir na interdisciplinaridade e na multidisciplinaridade? O Governo Lula trouxe a oportunidade das Escolas Técnicas à Distância – ETECs e CEFETs. Mas o projeto pedagógico para os níveis técnico e tecnológico precisam estar ligados a todas as outras etapas da educação, como os Ensinos Médio e Fundamental, sem o que não conseguiremos cumprir as metas da sustentabilidade.

Temos certeza de que a educação será o caminho para novas relações entre os homens e que trará uma interação de respeito da humanidade com a natureza.

Para isso, há necessidade de investimento em planos educacionais mais consistentes. As estatísticas nacionais da rede pública de ensino mostram que o ensino atual deixa a desejar. Assim, ao fim do primário, somente 21% dos alunos apreenderam o conhecimento desejável em matemática. Quando concluem o Ensino Fundamental, apenas 14% sabem o necessário. Ao fim do Ensino Médio, esse número cai para 9%. Ou seja, mais de 90% dos estudantes que finalizam a educação básica não têm a noção esperada acerca das disciplinas. Isso não pode continuar.

Nós sabemos que a educação é um diferencial prioritário para o aumento de renda no País, como foi

demonstrado na Coreia, Taiwan e em outros países. Em média, cada ano estudado no Ensino Fundamental acrescenta 6% à renda de um trabalhador; já no ensino superior, cada ano agrega 40% ao valor do salário, como já disse.

Devemos estar atentos para o papel e desempenho dos profissionais da educação, algo fundamental para termos qualidade no ensino. Sem o adequado trabalho do professor não há estrutura que garanta a sustentabilidade no ensino. Para que a educação desponte com qualidade e sustentabilidade a situação do professor, geralmente precária, deve ser entendida e modificada.

Quatro principais problemas devem ser enfrentados:

– Salário inicial. Atualmente, o ensino público paga muito mal o professor em início de carreira, o que afasta os profissionais mais talentosos;

– Plano de carreira. Sem perspectiva de melhoras profissionais, o docente se sente desestimulado e, logo, seu desempenho será pior. Destaco aqui o Estado de São Paulo, que possui um dos mais baixos ajustes salariais do País;

– Formação. A Universidade não está em sintonia com a realidade educacional. Assim, é preciso fazer uma reforma pedagógica que dê conta dos novos desafios do ensino;

– Condições de trabalho. O duro cotidiano, com salas superlotadas, indisciplina e falta de estrutura adequada às atividades, representa grande barreira ao professor.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paes de Lira) – Concedo a palavra ao Deputado Paes Landim, pelo PTB.

O SR. PAES LANDIM (PTB-PI. Sem revisão do orador.) -

DISCURSO DO SR. DEPUTADO PAES LANDIM QUE, ENTREGUE AO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

Durante o discurso do Sr. Paes Landim, o Sr. Paes de Lira, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Piau, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Piau) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Paes de Lira.

O SR. PAES DE LIRA (Bloco/PTC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, ilustres telespectadores da *TV Câmara*, no encerramento da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, domingo passado, tive o desprazer de ver um personagem muito conhecido da Polícia de São Paulo, a quem ele fez muito mal, presidindo os trabalhos e realizando o cerimonial de comunicação dos princípios e diretrizes adotadas por aquela conferência.

Essa pessoa foi Ouvidor da Polícia em São Paulo e, entre outras coisas, se envolveu em vários escândalos policiais no litoral do Estado e em Osasco. E está lá posando de conhecedor do assunto e mestre da matéria, representando o Ministério da Justiça. Muito desagradável.

Disse ele que houve uma revolução nas conclusões da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública. Vamos ver se houve essa revolução mesmo.

Foram adotados 10 princípios fundamentais.

O primeiro princípio determina a autonomia administrativa, financeira, orçamentária e funcional das instituições envolvidas com a segurança pública.

Ótimo, perfeito! Lutamos por isso há muito tempo, mas duvido que seja adotada como política de Estado.

Segundo: manutenção da previsão constitucional do art. 144.

Não mudou nada. A decisão é de ficar como está. Isso até me surpreendeu um pouco.

Terceiro: defesa da dignidade da pessoa humana, com valorização e respeito à vida e à cidadania.

Todas as forças policiais têm trabalhado muito fortemente nisso, começando na sua formação.

Quarto: concepção de segurança pública como direito fundamental.

Todas as forças policiais do País estão engajadas nesse ponto há muito tempo.

Quinto: pautar-se pela reconhecimento da importância do Município como cogestor da área.

Há muito tempo convivemos com isso com os conselhos municipais e os conselhos regionais de segurança pública, que atuam em estreito contato com os Polícias Militares e Civis.

Integração sistêmica com as políticas sociais, sobretudo na área de educação, como prevenção do sinistro, da violência e da criminalidade.

Ora, o que é, por exemplo, o grande programa PROERD, da Polícia Militar, senão isso?

Necessidade de reestruturação do sistema penitenciário.

Infelizmente, não está ao alcance da força policial.

Estar fundado no fortalecimento da família e da educação como garantidora da cidadania e de condições essenciais para a prevenção da violência.

Todas as forças policiais estão engajadas nisso. O sistema nacional de conselhos de segurança, as forças policiais de São Paulo, especialmente, desde 1987, estão perfeitamente engajadas nisso.

E há algo que nos agradou bastante: valorização do trabalhador da área de segurança pública, por meio da garantia dos seus direitos e da formação humanista, assegurando o seu bem-estar físico, mental, familiar, laboral e social.

Ora, é isso que esperamos. E é por isso que lutamos, por exemplo, pela PEC 300 nesta Casa, a qual nos concederá condições, pelo menos materiais, para que esses princípios sejam cumpridos.

Essa é a revolução? Então, nós, os membros das forças policiais, todas as forças policiais do País, já estamos nessa revolução há muito tempo.

Assim sendo, descarto a palavra revolução. Essa é a evolução, da qual têm sido parceiras, agentes e partícipes as forças policiais, no meu tempo – e eu estive 35 anos nas fileiras -, e continuarão a ser para o futuro do Brasil.

Então, não vai ser aquele cidadão de má memória à frente da Ouvidoria de Polícia que nos dará lições, porque o povo decidiu, os representantes decidiram por esses 10 princípios, e em todos eles estão engajadas as forças policiais do Brasil.

E refiro-me, com muito orgulho, particularmente, à força policial do Estado de São Paulo, à Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Muito obrigado por sua paciência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Piau) – Agradecemos ao Deputado Paes de Lira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Piau) – Peço a V.Exa., Deputado Paes de Lira, que assuma a Presidência, para que eu possa fazer o meu pronunciamento.

O Sr. Paulo Piau, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paes de Lira, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paes de Lira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Paulo Piau, do PMDB de Minas Gerais.

O SR. PAULO PIAU (Bloco/PMDB-MG. Pela ordem. revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria, em primeiro lugar, de pedir minhas desculpas por ausentar-me da querida cidade de Pirajuba, Minas Gerais, onde acontece um grande encontro, mas deixo o meu abraço àquela comunidade neste dia, sobretudo ao nosso grande Prefeito Marcos Brunozzi.

Sr. Presidente, eu venho a esta tribuna falar bem rapidamente sobre 2 assuntos. Primeiro, sobre índices

de produtividade, polêmica que se instaurou no Executivo, sobretudo envolvendo o nosso grande Ministro Reinhold Stephanes, da Agricultura.

Faço um apelo ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que compreenda que é impossível fazer uma agricultura com os meios de produção de um sistema capitalista, mas com o preço da comida socializado. O Brasil tem comida barata. Então, isso realmente é impossível.

Se os índices de produtividade mudarem, vamos fazer pressão para que se produza mais, e isso vai fazer com que os preços ainda se deprimam mais, com mais prejuízos para os produtores rurais brasileiros. Isso significará que a classe rural média brasileira será a grande atingida nesse processo, porque o pequeno está protegido e o grande investidor na agricultura só fica nela se realmente tiver produtividade alta. Mas a classe rural média brasileira, o produtor médio será realmente atingido, com suas terras sujeitas à desapropriação para a reforma agrária, isso é constitucional, e sobretudo às invasões promovidas pelos movimentos dos trabalhadores rurais sem terra.

Então, deixo aqui meu apelo ao nosso Presidente da República para que reflita e traga estabilidade e segurança ao campo brasileiro.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero dizer que chegou a hora de o Brasil assumir a questão ambiental, o Código Florestal Brasileiro e, mais do que isso, que precisamos de um código ambiental rural brasileiro. Que assumamos um sistema do tipo do SUS, um sistema único do meio ambiente neste País.

Evidentemente, meio ambiente rural é uma responsabilidade da sociedade brasileira. Não é responsabilidade do produtor rural brasileiro. É uma compreensão que muda completamente o enfoque. Queremos que os Estados legislem mais sobre essa questão ambiental, que não deve ser concentrada aqui em Brasília, que não dá vazão.

E que a fadada reserva legal, que é uma criação apenas de Brasil, possa ser substituída exatamente por reserva ambiental – aquilo que tem valor para a biodiversidade, e não apenas uma moita de mato no meio de uma lavoura de soja, no meio de um pasto de braquiária, porque isso não protege nossa fauna, nem nossa flora.

Que num prazo quem sabe de 10 anos os Estados possam fazer seu levantamento econômico e ecológico social. Que assumamos a responsabilidade do desmatamento zero, mas também da criminalização zero.

E, por falar em desmatamento zero, hoje, mais uma vez, vimos o nosso Ministro Carlos Minc fazendo suas presepadas, dizendo que os produtores rurais hoje pedem desmatamento zero na terra dos outros.

Acho que é preciso seriedade, compreensão. Quero pedir ao Ministro Minc que reflita e acerte nas suas palavras, para depois não ter que vir ao Parlamento pedir desculpas. Isso não é bom.

Que os produtores, depois de suas reservas estabelecidas, recebam por elas e sejam os fiéis depositários delas. Assim o nosso meio ambiente será protegido.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO VALVERDE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paes de Lira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer o registro de estudo do IBGE sobre o crescimento da população indígena brasileira. A população indígena que, até a década de 1990, era de 294 mil indígenas, hoje é de 734 mil, o que representou um crescimento de 10,8% nos últimos 10 anos.

Essa pesquisa também aponta a elevação da escolaridade, que era muito baixa, com 2 anos somente de escolaridade, e que hoje chega aos 3,9 anos.

Por outro lado, o crescimento populacional deve-se ao aumento da escolaridade e da qualidade de vida, mesmo tendo havido a redução da fertilidade feminina. O número de crianças nascidas por mulher na década de 1960 equivalia a 6 filhos, enquanto em 2006 chegava apenas a 1,9 filhos por mulher. Há redução, em 30 anos, da taxa da fertilidade. Temos aumento da população indígena, mas, ao mesmo tempo, queda da fertilidade feminina.

Tudo isso faz com que fiquemos alegres pelo fato de haver crescimento, mas, ao mesmo tempo, nos preocupa a baixa escolaridade.

Gostaria de concluir meu pronunciamento exaltando esse lado e a necessidade de o Congresso Nacional discutir o novo Estatuto dos Povos Indígenas, que está tramitando nesta Casa. O recurso foi aprovado por este Plenário e o projeto estará aqui para debate. O Estatuto regulamenta o art. 231 da Constituição Federal.

O atual Estatuto do Índio refere-se à Constituição de 1967, que tem a visão tutelar do povo indígena. Mas a Constituição de 1988 dá uma visão de cidadania. Segundo essa cidadania, estabelecida no art. 231, os povos indígenas devem viver de acordo com seus usos, costumes e tradições.

A regulamentação disso estará no novo Estatuto, que esperamos ver debatido e aprovado pelos Parlamentares brasileiros.

O SR. WANDENKOLK GONÇALVES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paes de Lira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. WANDENKOLK GONÇALVES (PSDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, neste final de tarde, trago ao Plenário e ao conhecimento desta Casa o relato de um momento ímpar vivido após esses 2,5 anos de Parlamento.

Fui o autor da solicitação de audiência pública para analisar o PL, encaminhado pelo Governo, que diz respeito ao Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Foram realmente debates importantíssimos, inclusive acalorados, contribuições importantíssimas advindas de todo o segmento do extensionismo rural brasileiro, com a presença ilustre de Governadores, Senadores, Deputados Federais, Presidentes das diferentes EMATERs do Brasil todo, da ASBRAER, das representações da CONTAG, da FETRAF, da FETA-GRI, enfim, de todos os segmentos envolvidos com a agricultura, sejam de pequeno, médio ou grande produtores rurais do nosso País. Fiquei orgulhoso e, ao mesmo tempo, alegre pelo fato de termos feito um debate realmente à altura deste Parlamento, um debate que é uma questão de Estado.

Tenho a honra e o orgulho de dizer que sou Relator desse projeto de lei vindo do Governo. Deverei apresentar meu relatório na próxima semana já, em função das contribuições que recebemos. Mas quero agradecer principalmente a repercussão que foi dada a esse debate na Comissão de Agricultura, pela *TV Câmara*, *Rádio Câmara*, *A Voz do Brasil*, televisões, principalmente, o Canal Rural, a TV a cabo e pelas diferentes instituições da imprensa deste País, que fizeram uma cobertura emblemática, importante, fizeram repercutir e, acima de tudo, carimbam a importância do extensionismo rural para o Brasil.

Tenho certeza de que haveremos de construir um novo mundo, um novo patamar para a agricultura, seja ela agricultura familiar, seja empresarial, enfim, sejam os agricultores que precisam da nossa assistência técnica e da transferência de tecnologia.

Fiquei orgulhoso na data de hoje, neste Parlamento, e quero dividir meu contentamento com todos os pares ilustres desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. LUCIANO CASTRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paes de Lira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LUCIANO CASTRO (PR-RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras.

e Srs. Deputados, venho a esta tribuna, ao final desta quinta-feira, para tratar de um assunto que já começa a ser amplamente debatido nesta Casa: a exploração do pré-sal.

Acho acertada a posição do Governo ao enviar, em regime de urgência, as propostas com vistas à regulamentação da exploração do pré-sal. Até porque, Sr. Presidente, já estamos numa fase no Brasil de testes finais na exploração do pré-sal. Então é preciso estabelecer regras claras para buscarmos as parcerias internacionais, a fim de explorar essa riqueza incomensurável.

Trata-se de uma riqueza, sem dúvida nenhuma, que tem que ser compartilhada com todo o povo brasileiro. Foi esta Casa mesmo, Sr. Presidente, que na Constituição estabeleceu todo um programa de *royalties* para os Estados produtores de petróleo, beneficiando não só os Estados, mas também os municípios. Ocorre que agora, para a exploração na camada do pré-sal, por exemplo, as áreas se encontram a 300 quilômetros da costa e a uma profundidade de 7 quilômetros.

Não dá para se colocar a exploração ou a divisão dos *royalties* somente nos Estados que podem se dizer produtores daquela área. Na realidade, nessa distância, fica claro que a riqueza pertence ao Brasil como um todo. Por essa razão, nós defendemos que a divisão dos *royalties* seja compartilhada por todos os Estados brasileiros. Naturalmente, o Estado onde o mar se aproxima mais da costa, podendo trazer amanhã impactos ambientais, teria nessa divisão uma parte maior da partilha.

É fundamental que essa discussão seja aprimorada nesta Casa. Acho que nesses 45 dias que vão se seguir, vamos ter oportunidade de debater isso amplamente. E devemos sensibilizar os Estados hoje produtores, que detêm maior riqueza, para que compartilhem com o Brasil a riqueza que é de todos os brasileiros, fazendo com isso que possamos diminuir, inclusive, as desigualdades regionais.

Então, é preciso que esta Casa, este Congresso tenha sensibilidade para isso. E nós estaremos juntos nessa luta. Eu e meu partido, o Partido da República, com vistas a dar agilidade à aprovação desses projetos tão fundamentais para o desenvolvimento do nosso País. Será uma grande riqueza que vai beneficiar todo o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

VIII – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Paes de Lira) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, lembrando que amanhã, dia 4, às 13h, haverá sessão solene em homenagem ao Dia Nacional do Profissional de Educa-

ção Física, e, às 15h, sessão solene em homenagem ao Dia do Biólogo.

O SR. PRESIDENTE (Paes de Lira) – *COMPARECEM MAIS OS SRS.*:

RORAIMA

Luciano Castro PR

Total de Roraima: 1

AMAPÁ

Antonio Feijão PSDB

Dalva Figueiredo PT

Fátima Pelaes PMDB PmdbPtc

Total de Amapá: 3

PARÁ

Zé Geraldo PT

Zequinha Marinho PSC

Total de Pará: 2

AMAZONAS

Sabino Castelo Branco PTB

Silas Câmara PSC

Total de Amazonas: 2

RONDÔNIA

Eduardo Valverde PT

Total de Rondônia: 1

TOCANTINS

Eduardo Gomes PSDB

Total de Tocantins: 1

MARANHÃO

Clóvis Fecury DEM

Roberto Rocha PSDB

Total de Maranhão: 2

CEARÁ

Ciro Gomes PSB PsbPCdoBPmnPrb

Gorete Pereira PR

Total de Ceará: 2

PIAUÍ

Marcelo Castro PMDB PmdbPtc

Paes Landim PTB

Total de Piauí: 2

PARAÍBA

Wilson Braga PMDB PmdbPtc

Wilson Santiago PMDB PmdbPtc

Total de Paraíba: 2

PERNAMBUCO

Armando Monteiro PTB

Carlos Eduardo Cadoca PSC

Eduardo da Fonte PP

Pedro Eugênio PT

Raul Jungmann PPS

Total de Pernambuco: 5

ALAGOAS

Augusto Farias PTB

Total de Alagoas: 1

BAHIA

Daniel Almeida PCdoB PsbPCdoBPmnPrb

Edson Duarte PV

Marcelo Guimarães Filho PMDB PmdbPtc

Tonha Magalhães PR

Uldurico Pinto PMN PsbPCdoBPmnPrb

Total de Bahia: 5

MINAS GERAIS

Alexandre Silveira PPS

Bonifácio de Andrada PSDB

Elismar Prado PT

Humberto Souto PPS

Jô Moraes PCdoB PsbPCdoBPmnPrb

Júlio Delgado PSB PsbPCdoBPmnPrb

Lincoln Portela PR

Paulo Piau PMDB PmdbPtc

Total de Minas Gerais: 8

RIO DE JANEIRO

Edson Ezequiel PMDB PmdbPtc

Glauber Braga PSB PsbPCdoBPmnPrb

Léo Vivas PRB PsbPCdoBPmnPrb

Marina Maggessi PPS

Miro Teixeira PDT

Neilton Mulim PR

Vinicius Carvalho PTdoB

Total de Rio de Janeiro: 7

SÃO PAULO

Abelardo Camarinha PSB PsbPCdoBPmnPrb

Aline Corrêa PP

Carlos Zarattini PT

Celso Russomanno PP

Eleuses Paiva DEM

Fernando Chucre PSDB

Francisco Rossi PMDB PmdbPtc

Guilherme Campos DEM

Janete Rocha Pietá PT

João Paulo Cunha PT

José Eduardo Cardozo PT

José Mentor PT

José Paulo Tóffano PV

Márcio França PSB PsbPCdoBPmnPrb

Nelson Marquezelli PTB
Paulo Teixeira PT
Total de São Paulo: 16

MATO GROSSO

Carlos Abicalil PT
Professor Victorio Galli PMDB PmdbPtc
Total de Mato Grosso: 2

DISTRITO FEDERAL

Osório Adriano DEM
Rodrigo Rollemberg PSB PsbPCdoBPmnPrb
Tadeu Filippelli PMDB PmdbPtc
Total de Distrito Federal: 3

GOIÁS

João Campos PSDB
Leonardo Vilela PSDB
Total de Goiás: 2

MATO GROSSO DO SUL

Waldemir Moka PMDB PmdbPtc
Total de Mato Grosso do Sul: 1

PARANÁ

Giacobo PR
Hermes Parcianello PMDB PmdbPtc
Rodrigo Rocha Loures PMDB PmdbPtc
Wilson Picler PDT
Total de Paraná: 4

SANTA CATARINA

João Pizzolatti PP
Total de Santa Catarina: 1

RIO GRANDE DO SUL

Darcísio Perondi PMDB PmdbPtc
Germano Bonow DEM
Henrique Fontana PT
Manuela DÁvila PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
Nelson Proença PPS
Oswaldo Biolchi PMDB PmdbPtc
Paulo Pimenta PT
Pompeo de Mattos PDT
Total de Rio Grande do Sul: 8

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:

AMAPÁ

Janete Capiberibe PSB PsbPCdoBPmnPrb
Total de Amapá: 1

PARÁ

Bel Mesquita PMDB PmdbPtc
Elcione Barbalho PMDB PmdbPtc

Jader Barbalho PMDB PmdbPtc
Nilson Pinto PSDB
Total de Pará: 4

AMAZONAS

Francisco Praciano PT
Rebecca Garcia PP
Total de Amazonas: 2

RONDÔNIA

Ernandes Amorim PTB
Lindomar Garçon PV
Total de Rondônia: 2

ACRE

Fernando Melo PT
Sergio Petecão PMN PsbPCdoBPmnPrb
Total de Acre: 2

MARANHÃO

Albérico Filho PMDB PmdbPtc
Cleber Verde PRB PsbPCdoBPmnPrb
Nice Lobão DEM
Sarney Filho PV
Zé Vieira PR
Total de Maranhão: 5

CEARÁ

Aníbal Gomes PMDB PmdbPtc
Eudes Xavier PT
Total de Ceará: 2

PIAUI

Alberto Silva PMDB PmdbPtc
Nazareno Fonteles PT
Total de Piauí: 2

RIO GRANDE DO NORTE

Betinho Rosado DEM
Fábio Faria PMN PsbPCdoBPmnPrb
Henrique Eduardo Alves PMDB PmdbPtc
Total de Rio Grande do Norte: 3

PARAÍBA

Manoel Junior PSB PsbPCdoBPmnPrb
Marcondes Gadelha PSB PsbPCdoBPmnPrb
Wellington Roberto PR
Total de Paraíba: 3

PERNAMBUCO

Ana Arraes PSB PsbPCdoBPmnPrb
Bruno Araújo PSDB
Marcos Antonio PRB PsbPCdoBPmnPrb
Total de Pernambuco: 3

BAHIA

Fernando de Fabinho DEM
 Joseph Bandeira PT
 Lídice da Mata PSB PsbPCdoBPmnPrb
 Marcos Medrado PDT
 Mário Negromonte PP
 Maurício Trindade PR
 Sérgio Brito PDT
 Severiano Alves PDT

Total de Bahia: 8**MINAS GERAIS**

Antônio Roberto PV
 Aracely de Paula PR
 Carlos Melles DEM
 George Hilton PP
 Geraldo Thadeu PPS
 Jaime Martins PR
 João Magalhães PMDB PmdbPtc
 Luiz Fernando Faria PP
 Miguel Martini PHS
 Narcio Rodrigues PSDB
 Odair Cunha PT
 Paulo Abi-Ackel PSDB
 Rafael Guerra PSDB
 Rodrigo de Castro PSDB
 Vitor Penido DEM

Total de Minas Gerais: 15**ESPÍRITO SANTO**

Sueli Vidigal PDT

Total de Espírito Santo: 1**RIO DE JANEIRO**

Andreia Zito PSDB
 Bernardo Ariston PMDB PmdbPtc
 Cida Diogo PT
 Felipe Bornier PHS
 Fernando Gabeira PV
 Filipe Pereira PSC
 Leandro Sampaio PPS
 Otavio Leite PSDB
 Pastor Manoel Ferreira PTB
 Paulo Rattes PMDB PmdbPtc
 Rodrigo Maia DEM
 Rogerio Lisboa DEM
 Solange Almeida PMDB PmdbPtc
 Solange Amaral DEM

Total de Rio de Janeiro: 14**SÃO PAULO**

Aldo Rebelo PCdoB PsbPCdoBPmnPrb
 Antonio Palocci PT

Arlindo Chinaglia PT
 Arnaldo Jardim PPS
 Beto Mansur PP
 Cândido Vaccarezza PT
 Carlos Sampaio PSDB
 Dr. Nechar PV
 Dr. Talmir PV
 Duarte Nogueira PSDB
 Edson Aparecido PSDB
 Fernando Chiarelli PDT
 Ivan Valente PSOL
 José Aníbal PSDB
 Michel Temer PMDB PmdbPtc
 Paulo Maluf PP
 Ricardo Tripoli PSDB
 Vadão Gomes PP
 Vanderlei Macris PSDB

Total de São Paulo: 19**MATO GROSSO**

Homero Pereira PR
 Pedro Henry PP
 Thelma de Oliveira PSDB

Total de Mato Grosso: 3**DISTRITO FEDERAL**

Magela PT
 Rodovalho DEM

Total de Distrito Federal: 2**GOIÁS**

Jovair Arantes PTB
 Marcelo Melo PMDB PmdbPtc
 Ronaldo Caiado DEM
 Rubens Otoni PT
 Sandro Mabel PR

Total de Goiás: 5**MATO GROSSO DO SUL**

Dagoberto PDT
 Nelson Trad PMDB PmdbPtc
 Vander Loubet PT

Total de Mato Grosso do Sul: 3**PARANÁ**

Afonso Camargo PSDB
 Alfredo Kaefer PSDB
 Angelo Vanhoni PT
 Eduardo Sciarra DEM
 Moacir Micheletto PMDB PmdbPtc
 Ratinho Junior PSC

Takayama PSC

Total de Paraná: 7

RIO GRANDE DO SUL

Afonso Hamm PP
 Cláudio Diaz PSDB
 Fernando Marroni PT
 Onyx Lorenzoni DEM
 Sérgio Moraes PTB
 Vieira da Cunha PDT
 Vilson Covatti PP

Total de Rio Grande do Sul: 7

O SR. PRESIDENTE (Paes de Lira) – Encerro a sessão, convocando para amanhã, sexta-feira, dia 4, às 9h, sessão ordinária de debates.

AVISOS**PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS OU RECURSOS****I – EMENDAS****1. PROJETOS COM URGÊNCIA – ART. 64, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Prazo para apresentação de emendas: 5 Sessões (Ato da Mesa nº 177, de 1989).

PROJETOS DE LEI

Nº 2.502/2007 (Eduardo Valverde) – Altera a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo. Tendo apensados os PLs: 4290/2008, 4565/2008 (5621/2009), 5333/2009, 5334/2009, 5430/2009 e **5938/2009, ao qual foi atribuído urgência constitucional.**

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 17/10/2009 (46º dia)

DECURSO: 3a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 09/09/2009

Nº 3.971/2008 (Angela Amin) – Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”.

Tendo apensado o **PL 5395/2009, ao qual foi atribuído urgência constitucional.**

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 13/10/2009 (46º dia)

DECURSO: 4a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 08/09/2009

Nº 5.417/2009 (Pedro Eugênio) – Cria o Fundo Sobe-rano Social do Brasil – FSSB e dispõe sobre sua estrutura, fontes de recursos e dá outras providências.

Tendo apensado o **PL 5940/2009, ao qual foi atribuído urgência constitucional.**

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 17/10/2009 (46º dia)

DECURSO: 3a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 09/09/2009

Nº 5.798/2009 (Poder Executivo) – Institui o Programa de Cultura do Trabalhador, cria o Vale-Cultura e dá outras providências.

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 11/10/2009 (46º dia)

ÚLTIMA SESSÃO: 04/09/2009

Nº 5.892/2009 (Poder Executivo) – Altera os limites originais da Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape, situada nos Municípios de Maragogipe e Cachoeira, Estado da Bahia, e dá outras providências.

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 11/10/2009 (46º dia)

DECURSO: 4a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 08/09/2009

Nº 5.939/2009 (Poder Executivo) – Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – PETRO-SAL, e dá outras providências.

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 17/10/2009 (46º dia)

DECURSO: 3a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 09/09/2009

Nº 5.941/2009 (Poder Executivo) – Autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição, e dá outras providências.

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 17/10/2009 (46º dia)

DECURSO: 3a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 09/09/2009

II – RECURSOS**1. CONTRA APRECIÇÃO CONCLUSIVA DE COMISSÃO – ART. 24, II, DO RICD**

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO: art. 58, § 3º, c/c o art. 132, § 2º (PARECERES FAVORÁVEIS), ou com o art. 133 (PARECERES CONTRÁRIOS), todos do RICD.

Prazo para apresentação de recurso: 5 sessões (art. 58, § 1º do RICD).

1.1 COM PARECERES FAVORÁVEIS**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

Nº 942/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Paranhana FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Parobé, Estado do Rio Grande do Sul.

DECURSO: 4a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 08/09/2009

Nº 996/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária a Voz do Povo a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Olinda, Estado do Maranhão.

DECURSO: 4a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 08/09/2009

Nº 997/2008 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Matões do Norte – MA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Matões do Norte, Estado do Maranhão.

DECURSO: 4a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 08/09/2009

Nº 1.692/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

DECURSO: 4a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 08/09/2009

Nº 1.693/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de Juriti, Estado do Pará.

DECURSO: 4a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 08/09/2009

Nº 1.703/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Canarana Telecomunicação Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Quêrência, Estado de Mato Grosso.

DECURSO: 4a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 08/09/2009

Nº 1.717/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que au-

toriza a Sociedade de Amigos do Bairro Vista Alegre – SAVA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Potim, Estado de São Paulo.

DECURSO: 4a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 08/09/2009

Nº 1.725/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores de Palestina de Goiás a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palestina de Goiás, Estado de Goiás.

DECURSO: 4a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 08/09/2009

Nº 1.730/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Cedro – Pernambuco a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cedro, Estado de Pernambuco.

DECURSO: 4a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 08/09/2009

PROJETO DE LEI

Nº 4.746/1998 (Arnaldo Faria de Sá) – Dispõe sobre o exercício da profissão de Pedagogo e dá outras providências.

DECURSO: 4a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 08/09/2009

Nº 2.665/2000 (Senado Federal – Luzia Toledo) – Denomina “Senador João Calmon” a Escola Técnica Federal do Espírito Santo – Uned, de Colatina.

DECURSO: 2a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10/09/2009

Nº 2.876/2000 (Senado Federal – Romero Jucá) – Denomina Rodovia Governador Hélio Campos o trecho da BR-174.

DECURSO: 2a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10/09/2009

Nº 3.271/2000 (Senado Federal – Maria do Carmo Alves) – Institui o Dia Nacional do Inventor e dá outras providências.

DECURSO: 2a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10/09/2009

Nº 3.530/2000 (Senado Federal – Romero Juca) – Denomina Ponte José Vieira de Sales Guerra a ponte sobre o rio Branco, na BR-174, no Município de Caracaraí, no Estado de Roraima.

DECURSO: 2a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10/09/2009

Nº 3.531/2000 (Senado Federal – Mozarildo Cavalcanti) – Denomina Sebastião Diniz a ponte sobre o rio Uraricoera, na rodovia BR-174, no Estado de Roraima.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 4.220/2001 (Senado Federal – Agnelo Alves) – Denomina “Viaduto Trampolim da Vitória” o viaduto localizado no entroncamento das rodovias BR-101 e BR-304(B), no Município de Parnamirim, no Estado do Rio Grande do Norte.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 4.401/2001 (Poder Executivo) – Inscreve o nome do Jornalista José Hipólito da Costa Furtado de Mendonça no Livro dos Heróis da Pátria.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 6.288/2002 (Dr. Rosinha) – Proíbe a utilização de herbicidas para capina química em áreas urbanas e de agrotóxicos em geral em áreas de proteção de mananciais.

DECURSO: 3a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 09/09/2009

Nº 7.025/2002 (Senado Federal – MAURO MIRANDA) – Denomina Viaduto Múcio Teixeira o viaduto localizado no km 166 da BR-060.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 250/2003 (Alberto Fraga) – Institui na República Federativa do Brasil a data de 13 de maio como sendo o dia da Polícia Militar.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 2871/2004 (Rose de Freitas) – Institui o dia 12 de agosto como o “Dia Nacional de Direitos Humanos”.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 2992/2004 (Carlos Santana) – Institui o Dia Nacional do Quilo.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 3040/2004 (Senado Federal – Aelton Freitas) – Denomina “Chico Xavier” o trecho da rodovia BR-050, entre a divisa dos Estados de São Paulo e Minas Gerais e a divisa dos Municípios de Uberaba com Uberlândia, em Minas Gerais.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 3.300/2004 (Severiano Alves) – Inscreve o nome de Getúlio Dornelles Vargas no Livro dos Heróis da Pátria.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 3.308/2004 (Rose de Freitas) – Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional da Parteira Tradicional.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 3.687/2004 (Rubens Otoni) – Denomina “Viaduto Governador Henrique Santillo” o viaduto localizado no km 432 da BR-153, no Município de Anápolis – GO.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 3.738/2004 (Luiz Carlos Haully) – Institui o dia 25 de outubro como Dia Nacional do Macarrão.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 3.984/2004 (Senado Federal – Alberto Silva) – Institui o Dia Nacional do Engenheiro Eletricista. **E seus apensados.**

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 5.091/2005 (Moacir Micheletto) – Institui o Dia Nacional do Engenheiro Industrial Madeireiro.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 5.252/2005 (Senado Federal – Maguito Vilela) – Institui o Dia Nacional da Alimentação.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 5.310/2005 (Daniel Almeida) – Institui o dia 9 de junho como “Dia Nacional do Cipeiro”.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 6.277/2005 (Geraldo Resende) – Denomina Rodovia Federal Francisco Anselmo Gomes de Barros a BR-359, no trecho Coxim – Alcinópolis.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 6.327/2005 (Gonzaga Patriota) – Denomina a nova Refinaria de petróleo de Pernambuco de “Refinaria Abreu e Lima”.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 6.367/2005 (Rafael Guerra) – Institui o Dia do Intensivista.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 7.022/2006 (Beto Albuquerque) – Confere ao município de São Leopoldo o título de “Berço da Coloniização Alemã no Brasil”.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 7402/2006 (Antônio Carlos Biffi) – Institui o dia 8 de julho como o Dia dos Trabalhadores em Massas Alimentícias.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 7.409/2006 (Senado Federal-Cristovam Buarque) – Altera o inciso II do art. 4º e o inciso VI do art. 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino médio público.

DECURSO: 2a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10/09/2009

Nº 7.428/2006 (Paes Landim) – Denomina “Milton Brandão” a rodovia BR-404 que liga as cidades de Piri-piri – PI, a Icó – CE.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 79/2007 (Ana Arraes) – Institui o dia 9 de dezembro como o “Dia Nacional do Frevo”.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 677/2007 (Paulo Roberto) – Institui o Dia Nacional de Conscientização da Hemofilia.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 764/2007 (Geraldo Thadeu) – Institui o Dia Nacional do Ouvidor.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 769/2007 (Angelo Vanhoni) – Institui o Dia Nacional da Educação Ambiental

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 1.677/2007 (Gastão Vieira) – Institui o dia 18 de junho como Dia do Tambor-de-Crioula.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 1.756/2007 (Paulo Henrique Lustosa) – Altera dispositivos da Lei nº 4.886, de 09 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos, dispendo sobre fixação do valor das anuidades, taxas e emolumentos devidos pelos profissionais da categoria, pelas pessoas naturais e jurídicas, aos Conselhos Regionais

dos Representantes Comerciais em que estão registrados.

DECURSO: 4a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 08/09/2009

Nº 1.832/2007 (Senado Federal – Geraldo Mesquita Junior) – Denomina “Euclides da Cunha” o trecho acreano da rodovia BR-364 e altera a Lei nº 8.733, de 25 de novembro de 1993, que “dá a denominação de Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira à rodovia BR-364”.

ÚLTIMA SESSÃO: 04/09/2009

Nº 2.109/2007 (Valtenir Pereira) – Institui o dia 04 de outubro como o “Dia Nacional dos Agentes de Combate às Endemias”.

DECURSO: 2a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10/09/2009

Nº 2.135/2007 (Andreia Zito) – Cria no calendário oficial do Brasil o Dia do Seresteiro.

DECURSO: 2a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10/09/2009

Nº 2.226/2007 (Gorete Pereira) – Denomina “Rodovia Pe. Cícero Romão Batista” o trecho da rodovia BR-116, no Estado do Ceará, entre as divisas com os Estados de Pernambuco e da Paraíba.

DECURSO: 2a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10/09/2009

Nº 2.239/2007 (Vanessa Grazziotin) – Institui o dia 28 de agosto como Dia Nacional em Homenagem a todas às vítimas do regime militar, no período de 1964 a 1985.

DECURSO: 2a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10/09/2009

Nº 2.247/2007 (Pompeo de Mattos) – Declara o Ator Paulo Autran Patrono do Teatro Brasileiro.

DECURSO: 2a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10/09/2009

Nº 2.314/2007 (Wolney Queiroz) – Denomina “Rodovia João Lyra Filho” o trecho da rodovia da BR-104 entre as cidades de Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe.

DECURSO: 2a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10/09/2009

Nº 2368/2007 (Dr. Talmir) – Inclui o nome do Padre José de Anchieta no Livro dos Heróis da Pátria.

DECURSO: 2a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10/09/2009

Nº 2390/2007 (Edson Duarte) – Institui o Dia Nacional de Luta dos Acidentados por Fontes Radioativas.

DECURSO: 2a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10/09/2009

Nº 2.425/2007 (Rose de Freitas) – Denomina “Rodovia Deputado Aloízio Santos” o trecho da BR-262, do quilômetro Zero, em Cariacica, até o quilômetro 20, em Viana, no Estado do Espírito Santo.

DECURSO: 2a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10/09/2009

Nº 2.514/2007 (Senado Federal – Renato Casagrande) – Denomina “Rodovia Prefeito João Eutrópio” o trecho da Rodovia BR-484 situado entre a sede do Município de Afonso Cláudio e seu Distrito de Serra Pelada, no Estado do Espírito Santo.

DECURSO: 4a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 08/09/2009

Nº 2.515/2007 (Senado Federal – Flávio Arns) – Institui a data de 5 de junho como o “Dia Nacional da Reciclagem”.

DECURSO: 4a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 08/09/2009

Nº 2.518/2007 (Senado Federal – Marconi Perillo) – Institui o “Dia do Movimento Pestalozziano no Brasil”, a ser comemorado no dia 26 de outubro.

DECURSO: 4a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 08/09/2009

Nº 2.596/2007 (Maurício Rands) – Inscreve o nome de Domingos Martins no Livro dos Heróis da Pátria.

DECURSO: 4a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 08/09/2009

Nº 2.896/2008 (Poder Executivo) – Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 3.176/2008 (Rodvalho) – Institui o Dia Nacional de Combate e Prevenção a Trombose.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 3.216/2008 (Daniel Almeida) – Denomina “Ponte Antônio Conselheiro” a ponte sobre o Rio São Francisco, localizada na rodovia BR-116, na divisa entre os Estados da Bahia e de Pernambuco.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 3.305/2008 (José Eduardo Cardozo) – Dispõe sobre normas gerais para licitação e contratação pela Administração Pública de serviços de publicidade e dá outras providências

DECURSO: 4a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 08/09/2009

Nº 3.313/2008 (Costa Ferreira) – Institui o Dia Nacional da Fé Cristã.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 3.373/2008 (Guilherme Campos) – Institui o Dia Nacional das Hemoglobinopatias.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 3.536/2008 (Senado Federal – José Nery) – Dispõe sobre a criação do “Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo”, bem como da “Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo”.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 3.817/2008 (Cláudio Diaz) – Denomina “Rodovia Denis William Lawson” o trecho da BR-101, entre as cidades de São José do Norte e Mostardas, no Estado do Rio Grande do Sul.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 3.905/2008 (Leandro Sampaio) – Institui o Dia Nacional de Valorização da Família.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 4.145/2008 (Poder Executivo) – Autoriza a União a doar recursos à República de Moçambique para a primeira fase de instalação de fábrica de anti-retrovirais e outros medicamentos.

ÚLTIMA SESSÃO: 04/09/2009

Nº 4.760/2009 (Poder Executivo) – Autoriza o Poder Executivo a realizar doação para a reconstrução de Gaza.

DECURSO: 4a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 08/09/2009

Nº 4.765/2009 (Sueli Vidigal) – Institui, no Calendário Oficial do País, o “Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil”.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

1.2 COM PARECERES CONTRÁRIOS

PROJETO DE LEI

Nº 1.583/2007 (Enio Bacci) – Acresce o Parágrafo Único aos artigos 4º e 5º da Lei nº 7.102 de 20 de junho de 1983, determinando horário para transporte de valores.

ÚLTIMA SESSÃO: 04/09/2009

Nº 3.337/2008 (Silas Câmara) – Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, autorizando a emissora detentora de outorga para prestação do serviço de ra-

diodifusão sonora ou de sons e imagens a operar em caráter provisório até a apreciação do ato de outorga pelo Congresso Nacional. **E seus apensados.**

DECURSO: 4a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 08/09/2009

Nº 4.069/2008 (Juvenil) – Dispõe sobre o processo de produção de papel e dá outras providências.

ÚLTIMA SESSÃO: 04/09/2009

1.3 PROPOSIÇÕES COM TRAMITAÇÃO CONJUNTA QUE RECEBERAM PARECERES FAVORÁVEIS A UMAS E/OU CONTRÁRIOS A OUTRAS, NÃO DIVERGENTES; E/OU PELA INCONSTITUCIONALIDADE E/OU INJURIDICIDADE.

PROJETOS DE LEI

Nº 5540/2005 (Ary Kara) – Institui o Dia Nacional dos Trabalhadores em Radiologia.

COM PARECER FAVORÁVEL: **PL 5.540/2005, principal.**

COM PARECER CONTRÁRIO: **PL 5.777/2005, apensado.**

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 3459/2008 (Chico Lopes) – Institui a Semana Nacional de Conscientização por um Consumo Sustentável e dá outras providências.

COM PARECER FAVORÁVEL: **PL 3.582/2008, apensado.**

COM PARECER CONTRÁRIO: **PL 3.459/2008, principal.**

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

2. CONTRA PARECER TERMINATIVO DE COMISSÃO – ART. 54 DO RICD C/C ART. 132, § 2º DO RICD

(MATÉRIAS SUJEITAS A DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO EM APRECIACÃO PRELIMINAR, NOS TERMOS DO ART. 144 DO RICD)

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO – PEC: art. 202, § 1º do RICD.

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO – DEMAIS PROPOSIÇÕES: art. 58, § 3º, c/c o art. 132, §2º, do RICD.

Prazo para apresentação de recurso: 5 sessões (art. 58, § 1º do RICD).

2.1 PELA INCONSTITUCIONALIDADE E/OU INJURIDICIDADE OU INADMISSIBILIDADE

PROJETO DE LEI

Nº 1.640/2003 (Eduardo Cunha) – Dispõe sobre a separação pela instituição bancária do limite do che-

que especial do valor do saldo disponível em conta corrente.

ÚLTIMA SESSÃO: 04/09/2009

Nº 5077/2005 (Nelson Bornier) – Obriga todas as praças de pedágio a criarem guichês específicos para o atendimento à veículos ciclomotores, motos, motocicletas, motonetas e triciclos.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

2.2 PELA INADEQUAÇÃO FINANCEIRA E/OU ORÇAMENTÁRIA

PROJETO DE LEI

Nº 5.184/2005 (Barbosa Neto) – Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Universidade Federal do Norte Goiano, no Estado de Goiás e dá outras providências. **E seus apensados.**

ÚLTIMA SESSÃO: 04/09/2009

Nº 3.565/2008 (Senado Federal – Kátia Abreu) – Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Araguaia – UFEVAR, com sede no Município de Araguatins, Estado do Tocantins. **E seus apensados.**

ÚLTIMA SESSÃO: 04/09/2009

3. CONTRA DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE – ART. 164, § 2º, DO RICD

(SUJEITO A DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO, APÓS OUVIDA A CCJC, NOS TERMOS DO ART. 164, §§ 2º e 3º DO RICD)

Prazo para apresentação de recurso: 5 sessões (Art. 164, § 2º, do RICD).

PROJETO DE LEI

Nº 3.334/2004 (Carlos Nader) – “Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Transportador de mercadorias por meio de motocicleta (motoboy)”.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 3.556/2004 (Welinton Fagundes) – Regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros “mototaxista”, em entrega de mercadorias, em serviço comunitário de rua e “motoboy”, com uso de motocicleta.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 4.835/2005 (Poder Executivo) – Institui a Gratificação de Condição Especial de Função Militar – GCEF, devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima e do antigo Distrito Federal, altera dispositivos da Lei nº 10.486, de 4 de julho de

2002, dispõe sobre a reorganização e a remuneração da Carreira Policial Civil dos ex-Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, e dá outras providências.

ÚLTIMA SESSÃO: 04/09/2009

Nº 7.433/2006 (Carlos Mota) – Disciplina a prestação de serviço de transporte remunerado de passageiros ou de carga mediante o emprego de veículo automotor de duas ou três rodas.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

Nº 4.824/2009 (João Herrmann) – Dispõe sobre a padronização, pelo Poder Executivo, das denominações e siglas dos serviços bancários oferecidos aos clientes.

DECURSO: 3a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 09/09/2009

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 11/1991 (AVENIR ROSA) – Cria o Grupo Parlamentar Brasil – Venezuela – Guiana.

DECURSO: 4a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 08/09/2009

4. DEVOLVIDO(S) AO(S) AUTOR(ES)

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO – RCP: art. 35, §§ 1º e 2º, do RICD.

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO – DEMAIS PROPOSIÇÕES: art. 137, § 1º, do RICD.

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO: 5 sessões.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 402/2009 (João Campos) – Dá nova redação ao § 3º do art. 46 da Constituição Federal, reduzindo o número de suplentes de Senador para um e instituindo regra de inelegibilidade em razão de parentesco com o candidato a titular.

DECURSO: 1a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11/09/2009

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 201/2009 (José Carlos Aleluia) – Altera o art. 1º da Resolução nº 21, de 1997, da Câmara dos Deputados

DECURSO: 4a. SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 08/09/2009

ARQUIVEM-SE, nos termos do artigo 133 do RICD, as seguintes proposições:

PROJETOS DE LEI

Nº 207/2003 (Almerinda de Carvalho) – Dá nova redação ao inciso I do art. 10 da Lei nº 9.263, que “regula o parágrafo sétimo do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências”.

E seus apensados: PL 3.326/2008 (Neucimar Fraga) e PL 7.438/2006 (Jair Bolsonaro).

Nº 5.473/2005 (Vic Pires Franco) – Concede em dobro os direitos e benefícios vinculados à maternidade e à paternidade no caso de gravidez gemelar.

ARQUIVEM-SE, nos termos do § 4º do artigo 58 do RICD, as seguintes proposições:

PROJETOS DE LEI

Nº 3.496/2004 (Vicentinho) – Dispõe sobre a redução de impostos e contribuições federais devidas, nos três primeiros anos de funcionamento, por microempresas e empresas de pequeno porte, objetivando proteger as micro e pequenas empresas, gerar empregos e diminuir a informalidade no trabalho.

Nº 4.496/2004 (Senado Federal – César Borges) – Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Oeste da Bahia (Unifoeste).

Nº 6.412/2005 (Senado Federal – Mão Santa) – Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFPAR), por desmembramento da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

E seu apensado: PL 2.675/2003 (Átila Lira).

Nº 1.465/2007 (Senado Federal – Pedro Simon) – Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 10.840, de 11 de fevereiro de 2004, que “cria o Programa Especial de Habitação Popular – PEHP, e dá outras providências”.

Nº 2.523/2007 (Senado Federal – Sérgio Zambiasi) – Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Santana do Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul.

Nº 2.725/2007 (Senado Federal – João Vicente Claudino) – Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Gurguéia (UVG), com sede na cidade de Bom Jesus, por desmembramento da Universidade Federal do Piauí (UFPI), e dá outras providências.

Nº 2.933/2008 (Senado Federal – Cícero Lucena) – Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Patos, no Estado da Paraíba.

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

Nº 296/2008 (Carlos Souza) – Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo da Microrregião do Alto Solimões e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Turismo da Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo da Microrregião do Alto Solimões.

Nº 300/2008 (Carlos Souza) – Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo da Microrregião do Juruá e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Turismo da Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo da Microrregião do Juruá.

ORADORES SORTEADOS PARA O GRANDE EXPEDIENTE DO MÊS DE SETEMBRO DE 2009

Dia 4, 6ª-feira

10:00 ROSE DE FREITAS (PMDB – ES)
10:25 PEDRO WILSON (PT – GO)
10:50 EDUARDO LOPES (PSB – RJ)
11:15 PASTOR MANOEL FERREIRA (PTB – RJ)
11:40 SARNEY FILHO (PV – MA)

Dia 8, 3ª-feira

15:00 CARLOS ALBERTO CANUTO (PMDB – AL)
15:25 CELSO MALDANER (PMDB – SC)

Dia 9, 4ª-feira

15:00 VICENTE ARRUDA (PR – CE)
15:25 LÉO VIVAS (PRB – RJ)

Dia 10, 5ª-feira

15:00 VALADARES FILHO (PSB – SE)
15:25 ALBERTO FRAGA (DEM – DF)

Dia 11, 6ª-feira

10:00 MANUELA D'ÁVILA (PCdoB – RS)
10:25 EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB – CE)
10:50 CARLOS EDUARDO CADOCA (PSC – PE)
11:15 ALBANO FRANCO (PSDB – SE)
11:40 PAULO BORNHAUSEN (DEM – SC)

Dia 14, 2ª-feira

15:00 JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
15:25 TADEU FILIPPELLI (PMDB – DF)
15:50 SUELI VIDIGAL (PDT – ES)
16:15 VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM)
16:40 GUILHERME CAMPOS (DEM – SP)

Dia 15, 3ª-feira

15:00 DÉCIO LIMA (PT – SC)
15:25 HENRIQUE FONTANA (PT – RS)

Dia 16, 4ª-feira

15:00 DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA)
15:25 ARACELY DE PAULA (PR – MG)

Dia 17, 5ª-feira

15:00 PEPE VARGAS (PT – RS)
15:25 EDUARDO GOMES (PSDB – TO)

Dia 18, 6ª-feira

10:00 GLADSON CAMELI (PP – AC)
10:25 NILMAR RUIZ (DEM – TO)
10:50 CLÓVIS FECURY (DEM – MA)
11:15 JAIR BOLSONARO (PP – RJ)
11:40 RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF)

Dia 21, 2ª-feira

15:00 LUCIANA COSTA (PR – SP)
15:25 DAGOBERTO (PDT – MS)
15:50 FÉLIX MENDONÇA (DEM – BA)
16:15 JOSÉ CARLOS VIEIRA (DEM – SC)
16:40 ARMANDO ABÍLIO (PTB – PB)

Dia 22, 3ª-feira

15:00 CLÁUDIO DIAZ (PSDB – RS)
15:25 PAULO ABI-ACKEL (PSDB – MG)

Dia 23, 4ª-feira

15:00 EVANDRO MILHOMEN (PCdoB – AP)
15:25 GERSON PERES (PP – PA)

Dia 24, 5ª-feira

15:00 SILAS CÂMARA (PSC – AM)
15:25 EDUARDO AMORIM (PSC – SE)

Dia 25, 6ª-feira

10:00 SARAIVA FELIPE (PMDB – MG)
10:25 LÁZARO BOTELHO (PP – TO)
10:50 VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG)
11:15 HUMBERTO SOUTO (PPS – MG)
11:40 ÁTILA LINS (PMDB – AM)

Dia 28, 2ª-feira

15:00 VITOR PENIDO (DEM – MG)
15:25 BEL MESQUITA (PMDB – PA)
15:50 GERALDO SIMÕES (PT – BA)
16:15 MARIA HELENA (PSB – RR)
16:40 ARLINDO CHINAGLIA (PT – SP)

Dia 29, 3ª-feira

15:00 LUIS CARLOS HEINZE (PP – RS)
15:25 VALDEMAR COSTA NETO (PR – SP)

Dia 30, 4ª-feira

15:00 LUIZ BITTENCOURT (PMDB – GO)
15:25 MILTON VIEIRA (DEM – SP)

ORDEM DO DIA DAS COMISSÕES**I – COMISSÕES PERMANENTES****COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,
ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL****REUNIÃO**

LOCAL: Pista “J” do parque de Exposições. Esteio/RS
HORÁRIO: 13h30min

A – Mesa Redonda:**Tema:**

“Debater a questão ambiental com ênfase na criação da reserva legal”.

Expositores:

Dr. JOÃO CARLOS FAGUNDES MACHADO – Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Agronegócio – RS;

Dr. FRANCISCO NATAL SIGNOR – Superintendente Federal de Agricultura no Estado do Rio Grande do Sul;

Dr. GUSTAVO RIBAS CURCIO – Pesquisador da EMBRAPA Florestas;

Dr. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul – FARSUL; e

Dr. ELTON ROBERTO WEBER – Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul – FETAG/RS.

Autor do Requerimento de nº 435/09:

Deputado LUÍS CARLOS HEINZE – PP/RS

AVISOS**PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO
DE EMENDAS (5 SESSÕES)**

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11-09-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.768/09 – do Sr. Zé Geraldo – que “modifica o art. 11 da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009”.

RELATOR: Deputado MOISES AVELINO.

PROJETO DE LEI Nº 5.774/09 – do Sr. Homero Pereira – que “institui a Política Nacional de Fomento ao Turismo Rural”.

RELATOR: Deputado FÁBIO SOUTO.

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 08-09-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.639/09 – do Sr. Flávio Bezerra – que “dispõe sobre o pagamento de adicional de insalubridade aos pescadores profissionais e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado PEDRO CHAVES.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 469/07 – do Sr. Flávio Bezerra – que “dispõe sobre o direito dos pescadores a concessão das terras que ocupam para desempenhar suas funções e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado MOISES AVELINO.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA****AVISOS****PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO
DE EMENDAS (5 SESSÕES)**

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10-09-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.641/09 – do Sr. Dr. Nechar – que “autoriza as televisões educativas, culturais e comunitárias a veicularem propaganda comercial”.

RELATOR: Deputado JORGINHO MALULY.

PROJETO DE LEI Nº 5.657/09 – do Senado Federal – Valdir Raupp – (PLS 74/2008) – que “altera o art. 19 do Regulamento a que se refere o Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, que regula a profissão de Leiloeiro ao território da República, para incluir como competência dos leiloeiros a venda em hasta pública ou público pregão por meio da rede mundial de computadores”.

RELATOR: Deputado ELEUSES PAIVA.

PROJETO DE LEI Nº 5.788/09 – do Sr. Eliene Lima – que “veda a publicação de informações acerca de passageiros de transportes públicos por qualquer veículo de comunicação”.

RELATOR: Deputado JOSÉ PAULO TÓFFANO.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA E DE CIDADANIA****AVISOS****PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO
DE EMENDAS (5 SESSÕES)****DECURSO:** 1ª SESSÃO**ÚLTIMA SESSÃO:** 11-09-09**Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)****A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:**

PROJETO DE LEI Nº 4.097/04 – do Sr. Zenaldo Coutinho – que “dispõe sobre as condições para a realização e análise de exames genéticos em seres humanos”. (Apensado: PL 1497/2007 (Apensado: PL 1505/2007))

RELATOR: Deputado COLBERT MARTINS.

PROJETO DE LEI Nº 5.637/09 – do Sr. Celso Russomanno – que “altera a Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal”

RELATOR: Deputado FLÁVIO DINO.

PROJETO DE LEI Nº 5.748/09 – do Sr. Carlos Bezerra – que “altera o parágrafo único do art. 146 da Lei nº 5.869 de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil”.

RELATOR: Deputado REGIS DE OLIVEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.815/09 – do Senado Federal – (PLS 347/2008) – que “altera o art. 806 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para ampliar o prazo para a interposição da ação principal de competência das defensorias públicas”.

RELATOR: Deputado ANTONIO CARLOS BISCAIA.

B – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 4.004/01 – do Sr. Lincoln Portela – que “proíbe a divulgação prévia de informações referentes a operações policiais e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado MARCELO ITAGIBA.

PROJETO DE LEI Nº 6.756/06 – do Sr. Vicentinho – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de parcelamento da concessão de abonos salariais, tendo em vista os limites legais de isenção da tabela progressiva do imposto de renda da pessoa física”.

RELATOR: Deputado JOSÉ GENOÍNO.

PROJETO DE LEI Nº 3.358/08 – do Sr. Vic Pires Franco – que “altera o art. 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para inserir novo parágrafo que dispõe sobre vinculação de garantia na aquisição de produto de consumo durável ou não durável mediante financiamento”

RELATOR: Deputado ANTONIO CARLOS PANNUNZIO.

PROJETO DE LEI Nº 3.643/08 – do Poder Executivo – que “cria cargos de Analista, Inspetor e Agente Executivo no quadro de pessoal da Comissão de Valores Mobiliários”.

RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO.

PROJETO DE LEI Nº 3.910/08 – do Senado Federal – Paulo Duque – (PLS 733/2007) – que “dispõe sobre a criação do “Dia Nacional do Arqueólogo””.

RELATOR: Deputado GONZAGA PATRIOTA.

PROJETO DE LEI Nº 3.956/08 – do Poder Executivo – que “dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS destinados ao Ministério da Fazenda”.

RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO.

PROJETO DE LEI Nº 4.089/08 – do Sr. Roberto Santiago – que “denomina Viaduto Centenário da Imigração Japonesa o viaduto localizado no km 43-44 da BR-381, Rodovia Fernão Dias, no Município de Atibaia, Estado de São Paulo”.

RELATOR: Deputado PAULO MALUF.

PROJETO DE LEI Nº 4.221/08 – do Sr. Luiz Sérgio – que “dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 8.630, de 23 de fevereiro de 1993, que “Dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias e dá outras providências”, para integrar as autoridades de inspeção do trabalho às demais autoridades em exercício no porto organizado”.

RELATOR: Deputado ELISEU PADILHA.

PROJETO DE LEI Nº 4.390/08 – do Sr. Alex Canziani – que “institui o Dia Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade”.

RELATOR: Deputado MOREIRA MENDES.

PROJETO DE LEI Nº 4.483/08 – da Sra. Luiza Erundina – que “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, para prever a instituição de conselhos de escola e de conselhos de representantes dos conselhos de escola”.

RELATOR: Deputado JOSÉ EDUARDO CARDOZO.

PROJETO DE LEI Nº 4.866/09 – da Sra. Rose de Freitas – que “inclui o Rio Santa Maria da Vitória na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que cria o Plano Nacional de Viação”.

RELATOR: Deputado EDUARDO CUNHA.

PROJETO DE LEI Nº 4.894/09 – do Sr. Nelson Bornier – que “torna obrigatório a disponibilização do Código de Defesa dos Direitos do Consumidor, para consulta, pelos estabelecimentos comerciais e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado GERALDO PUDIM.

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 08-09-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 2.340/07 – do Sr. Juvenil Alves – que “dispõe sobre a responsabilidade solidária das pessoas jurídicas exploradoras de atividade de comércio, revenda, transporte ou empacotamento de carvão vegetal e demais atividades relacionadas à circulação de carvão vegetal no mercado nacional e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado EMILIANO JOSÉ.

PROJETO DE LEI Nº 2.726/07 – do Senado Federal – Sérgio Zambiasi – (PLS 574/2007) – que “introduz § 3º ao art. 801 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil”.

RELATOR: Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA.

PROJETO DE LEI Nº 4.731/09 – da Sra. Luciana Costa – que “cria a “identidade odontológica””.

RELATOR: Deputado FERNANDO CORUJA.

PROJETO DE LEI Nº 5.088/09 – do Sr. Carlos Bezerra – que “altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para instituir a imprescritibilidade da ação de nulidade de registro de marca na situação que determina”.

RELATOR: Deputado EDUARDO CUNHA.

PROJETO DE LEI Nº 5.695/09 – do Sr. Regis de Oliveira – que “altera o Código de Processo Civil”.

RELATOR: Deputado FLÁVIO DINO.

PROJETO DE LEI Nº 5.780/09 – do Sr. Gilmar Machado – que “dispõe sobre a informatização dos serviços notariais e de registros”.

RELATOR: Deputado JOSÉ EDUARDO CARDOZO.

B – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 6.243/05 – da Sra. Sandra Rosado – que “acrescenta inciso ao art. 473 da CLT, a fim de permitir ao empregado deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo de salário para acompanhar filho em virtude de enfermidade”.

RELATOR: Deputado CHICO LOPES.

PROJETO DE LEI Nº 3.947/08 – do Poder Executivo – que “cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS destinados ao Gabinete de Segurança Institucional e ao Ministério da Justiça”.

RELATOR: Deputado JOSÉ GENOÍNO.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 3.281/08 – do Senado Federal – Eduardo Azeredo – (PLS 543/2007) – que “altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para instituir a reciprocidade na concessão de prazos de permanência de estrangeiros no Brasil e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado PAES LANDIM.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11-09-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 1.508/07 – do Sr. Felipe Bornier – que “obriga a criação de unidade do Procon nos aeroportos brasileiros, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado JÚLIO DELGADO.

PROJETO DE LEI Nº 5.756/09 – do Sr. Jefferson Campos – que “dispõe sobre a disposição da inscrição do prazo de validade nas embalagens de produtos alimentícios”.

RELATOR: Deputado WALTER IHOSHI.

PROJETO DE LEI Nº 5.805/09 – do Sr. Bispo Gêneta – que “acrescenta parágrafo ao art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990”.

RELATOR: Deputado FILIPE PEREIRA.

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10-09-09

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.014/03 – do Sr. Ricardo Izar – que “dispõe sobre a identificação e os padrões de qualidade da água adicionada de sais e envasamento para comercialização”.

RELATOR: Deputado JOSÉ CARLOS ARAÚJO.

PROJETO DE LEI Nº 3.019/08 – do Sr. Antonio Buhlões – que “acrescenta parágrafo ao art. 43 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que “Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias””.

RELATOR: Deputado VITAL DO RÊGO FILHO.

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 08-09-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 2.807/08 – do Sr. Silas Câmara – que “acrescenta o inciso XIII ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997”.

RELATOR: Deputado ELISMAR PRADO.

PROJETO DE LEI Nº 5.713/09 – do Sr. Celso Russomanno – que “acrescenta o art. 2ºA à Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001”.

RELATOR: Deputado JÚLIO DELGADO.

PROJETO DE LEI Nº 5.783/09 – do Sr. José Paulo Tóffano – que “obriga a manutenção dos calibradores de pressão de pneumáticos e a sua aferição periódica por órgão federal competente”.

RELATOR: Deputado LEANDRO VILELA.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11-09-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 4.960/09 – do Sr. Waldemir Moka – que “altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, assegurando prioridade ao produtor rural titular de créditos, nas condições que especifica”.

PROJETO DE LEI Nº 5.429/09 – do Sr. Ribamar Alves – que “obriga os supermercados, hipermercados e similares a oferecerem em local específico, os produtos alimentícios que comercializam, destinados e/ou indicados para diabéticos e hipertensos, e dá outras providências”.

PROJETO DE LEI Nº 5.510/09 – da Sra. Solange Almeida – que “dispõe sobre a obrigação de restaurantes, lanchonetes, bares e similares instalarem lavatórios nas suas dependências”.

PROJETO DE LEI Nº 5.527/09 – do Sr. Geraldo Resende – que “dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul”.

PROJETO DE LEI Nº 5.563/09 – do Sr. Carlos Bezerra – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de prova de regularidade fiscal às empresas que pretenderem incluir o nome de consumidor inadimplente em bancos de dados de proteção ao crédito ou entidades afins”.

PROJETO DE LEI Nº 5.571/09 – do Sr. Ricardo Quirino – que “acrescenta e altera parágrafos ao artigo 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor”.

PROJETO DE LEI Nº 5.579/09 – do Sr. Fernando Chiarelli – que “dispõe sobre a incidência de Imposto de Exportação sobre petróleo bruto”.

PROJETO DE LEI Nº 5.599/09 – do Sr. Roberto Alves – que “torna obrigatória a contratação de nutricionistas para supermercados e varejo de alimentos em todo o território brasileiro”.

PROJETO DE LEI Nº 5.620/09 – do Sr. Paes Landim – que “extingue a cobrança de encargo financeiro relativo ao cancelamento ou baixa de contratos de câmbio de exportação de mercadorias e serviços e de transferência financeira do exterior”.

PROJETO DE LEI Nº 5.623/09 – do Sr. Carlos Bezerra – que “altera o § 1º do art. 254-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, introduzido pela Lei nº 10.303, 31 de outubro de 2001, que “Dispõe sobre as Sociedades por Ações””.

PROJETO DE LEI Nº 5.687/09 – do Sr. João Dado – que “altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), prevenindo o prévio licenciamento ambiental da importação de substâncias e produtos químicos, e outras substâncias e produtos que comportem risco para a vida, a qualidade de vida ou o meio ambiente, e dá outras providências”. (Apensado: PL 5825/2009)

PROJETO DE LEI Nº 5.696/09 – do Sr. Paulo Rubem Santiago – que “torna obrigatória apresentação do Quadro de Sócios e Administradores para inscrição, suspensão ou baixa da pessoa jurídica domiciliada no exterior no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ”.

PROJETO DE LEI Nº 5.712/09 – da Sra. Vanessa Grazziotin – que “altera a denominação da Zona Franca

de Manaus para Pólo de Desenvolvimento Econômico Incentivado”.

PROJETO DE LEI Nº 5.731/09 – do Senado Federal – Paulo Otávio – (PLS 136/2003) – que “altera as Leis nºs 8.218, de 29 de agosto de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para permitir a produção e a guarda da escrituração em meio eletrônico”.

PROJETO DE LEI Nº 5.751/09 – do Sr. Beto Faro – que “altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 e dá outras providências”

PROJETO DE LEI Nº 5.792/09 – do Sr. Vital do Rêgo Filho – que “altera os §§ 1º e 2º do art. 616 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a prestação de informações na negociação coletiva”.

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10-09-09

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.074/07 – do Sr. William Woo – que “dispõe sobre a obrigação dos postos de gasolina, hipermercados, empresas vendedoras ou distribuidoras de óleo de cozinha e estabelecimentos similares de manter estruturas destinadas à coleta de óleo de cozinha usado e dá outras providências”. (Apensados: PL 2075/2007 (Apensado: PL 2116/2007), PL 2076/2007 (Apensado: PL 2115/2007) e PL 4015/2008)
RELATOR: Deputado ANTÔNIO ANDRADE.

PROJETO DE LEI Nº 4.251/08 – do Senado Federal – Gerson Camata – (PLS 35/2004) – que “altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para incluir novas hipóteses de aplicação de sanções aos infratores que exercem atividades relativas à indústria de petróleo e ao abastecimento nacional de combustíveis”. (Apensados: PL 1509/2007 e PL 5158/2009)
RELATOR: Deputado JOSÉ GUIMARÃES.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11-09-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.611/09 – do Sr. Waldir Neves – que “altera o inciso I do art. 9º da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973”.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE TERÇA-FEIRA (DIA 08/09/2009)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 2.671/07 – do Senado Federal – Kátia Abreu – (PLS 233/2007) – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Turismo do Araguaia, no Estado do Tocantins”.

RELATOR: Deputado ROGÉRIO MARINHO.

PROJETO DE LEI Nº 4.695/09 – do Sr. Vitor Penido – que “declara o Marquês de Sapucahy “Patrono da Filatelia Brasileira” e cria a “Comenda Filatélica Marquês de Sapucahy””.

RELATOR: Deputado JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.160/09 – do Senado Federal – Paulo Paim – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Piratini, no Estado do Rio Grande do Sul”.

RELATOR: Deputado WILSON PICLER.

PROJETO DE LEI Nº 5.723/09 – da Sra. Vanessa Grazziotin – que “dispõe sobre a reserva de vagas de estágio em órgãos da Administração Pública Federal Direta e Indireta aos estudantes dos Programas Universidade Para Todos (ProUni) e Financiamento Estudantil – FIES e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado DR. UBIALI.

PROJETO DE LEI Nº 5.755/09 – da Sra. Gorete Pereira – que “institui, na República Federativa do Brasil, a data de 30 de junho, como Dia do Fiscal Federal Agropecuário”.

RELATORA: Deputada FÁTIMA BEZERRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.767/09 – do Sr. Enio Bacci – que “denomina Campus Professora Josefa Ripalda de Freitas o campus da Universidade Federal do Pampa, localizado no município de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul”.

RELATOR: Deputado ANGELO VANHONI.

PROJETO DE LEI Nº 5.797/09 – do Sr. Felipe Maia – que “altera o art. 1º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e o art. 1º da Lei nº 11.096, de 13 de janei-

ro de 2005, para dispor que os benefícios no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES e do Programa Universidade para Todos – PROUNI são aplicáveis a cursos superiores presenciais ou à distância”.

RELATORA: Deputada NILMAR RUIZ.

PROJETO DE LEI Nº 5.819/09 – do Sr. Luiz Alberto – que “inscreve os nomes de heróis da Revolta dos Búzios: João de Deus, Lucas Dantas, Manuel Faustino e Luis das Virgens, no Livro dos “Heróis da Pátria””.

RELATOR: Deputado EMILIANO JOSÉ.

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11-09-09

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 6.835/06 – do Sr. Gilmar Machado – que “aprova o Plano Nacional de Cultura”.

RELATORA: Deputada FÁTIMA BEZERRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.054/09 – do Sr. Bispo Gê Tenuta – que “inclui na grade complementar dos ensinamentos fundamental e médio das escolas públicas e particulares disciplina relativa a “Doação de Órgãos e Tecidos””.

RELATORA: Deputada NILMAR RUIZ.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 09-09-09

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.935/08 – da Sra. Alice Portugal – que “dispõe sobre a destinação dos bens de valor artístico, histórico e/ou cultural apreendidos, abandonados ou disponíveis, administrados por órgãos e entidades da administração pública federal e da justiça federal”.

RELATOR: Deputado PEDRO WILSONº

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 08-09-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 7.703/06 – do Senado Federal – Benício Sampaio – (PLS 268/2002) – que “dispõe sobre o exercício da medicina”.

RELATOR: Deputado LOBBE NETO.

PROJETO DE LEI Nº 5.701/09 – do Sr. Marcos Antonio – que “institui o dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher, feriado nacional”.

RELATORA: Deputada ALICE PORTUGAL.

PROJETO DE LEI Nº 5.746/09 – do Senado Federal – Serys Silhessarenko – (PLS 23/2009) – que “dispõe sobre a criação do “Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra””. (Apensado: PL 5371/2009)

RELATORA: Deputada ALICE PORTUGAL.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.764/08 – do Sr. Angelo Vanhoni – que “altera as Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para incluir as doações de obras de arte e bens de valor histórico e cultural feitas pelo contribuinte a museus públicos federais, até a data limite de entrega da declaração de ajuste, entre as hipóteses de dedução do valor do Imposto de Renda devido”. (Apensado: PL 3552/2008)

RELATOR: Deputado MARCELO ALMEIDA.

DECURSO: 5ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 04-09-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.434/05 – do Sr. Eduardo Gomes – que “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional”. NOVA EMENTA DA REDAÇÃO FINAL: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no tocante ao ensino da arte”.

RELATOR: Deputado ELISMAR PRADO.

PROJETO DE LEI Nº 7.475/06 – do Sr. Arlindo Chinaglia – que “institui o Dia Nacional da Vigilância Sanitária”.

RELATOR: Deputado EMILIANO JOSÉ.

PROJETO DE LEI Nº 3.725/08 – do Sr. Valdir Colatto – que “institui bolsa de estudo para estudantes de educação superior de cursos que integram os campos agropecuário, florestal e médico veterinário”.

RELATOR: Deputado JOÃO MATOS.

PROJETO DE LEI Nº 4.880/09 – do Sr. Wellington Fagundes – que “denomina Jamil Boutros Nadaf, o contorno Norte, trecho de 39,71 km que atravessa a área periurbana de Cuiaba e Várzea no estado de Mato Grosso, com início na BR-070/163/364 em Cuiabá/MT até interceptar com a rodovia BR-163/364 em Várzea Grande/MT”.

RELATOR: Deputado CARLOS ABICALIL.

PROJETO DE LEI Nº 4.984/09 – da Sra. Maria do Rosário – que “acrescenta inciso ao art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, dispondo sobre dispensa de licitação para compra de produtos destinados à alimentação escolar, quando provenientes da agricultura familiar”.

RELATOR: Deputado IRAN BARBOSA.

PROJETO DE LEI Nº 5.048/09 – do Sr. Inocêncio Oliveira – que “denomina “Viaduto Inspetor Vitorino” o viaduto construído no km 637 da BR-104, no Município de Caruaru, Estado de Pernambuco”

RELATOR: Deputado PAULO RUBEM SANTIAGO.

PROJETO DE LEI Nº 5.144/09 – do Senado Federal – Magno Malta – (PLS 192/2008) – que “denomina “Rodovia Ignez Cola” o trecho da rodovia BR-93 compreendido entre a cidade de Cachoeiro do Itapemirim, no Estado do Espírito Santo, e o contorno da cidade de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro”.

RELATOR: Deputado NEILTON MULIM.

PROJETO DE LEI Nº 5.164/09 – do Sr. Edinho Bez – que “denomina “Rodovia Abel Dal Pont” o trecho rodoviário da BR-285, entre as cidades de Timbé do Sul, no Estado de Santa Catarina, e São José dos Ausentes, no Estado do Rio Grande do Sul”.

RELATOR: Deputado OSVALDO BIOLCHI.

PROJETO DE LEI Nº 5.600/09 – do Sr. Roberto Alves – que “proíbe a recusa da expedição do diploma, suspensão de provas e exames finais, retenção de documentos escolares e quaisquer outras penalidades pedagógicas aos alunos inadimplentes do ensino fundamental, médio e superior, pelas instituições privadas de ensino no Brasil”.

RELATOR: Deputado IRAN BARBOSA.

PROJETO DE LEI Nº 5.660/09 – do Senado Federal– Roberto Saturnino – (PLS 332/2006) – que “altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir os projetos de atualização e aprimoramento profissional para áreas técnicas do audiovisual entre os beneficiários do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac)”.

RELATOR: Deputado ANGELO VANHONI.

PROJETO DE LEI Nº 5.690/09 – do Sr. Manoel Junior – que “acrescenta § 2º ao art. 6º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, dispondo sobre a correção anual dos valores per capita do Programa Nacional de Alimentação Escolar”.

RELATOR: Deputado JOAQUIM BELTRÃO.

PROJETO DE LEI Nº 5.710/09 – do Sr. Átila Lira – que “dispõe sobre a denominação da Barragem de Piaus, no rio Marçal, entre os Municípios de Pio IX e São Julião, no Estado do Piauí”.

RELATOR: Deputado PROFESSOR SETIMO.

PROJETO DE LEI Nº 5.718/09 – da Sra. Lídice da Mata – que “inscreve o nome de Sórora Joana Angélica, no Livro dos “Heróis da Pátria””.

RELATOR: Deputado JOSEPH BANDEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.736/09 – do Senado Federal – Cristovam Buarque – (PLS 332/2008) – que “institui o “Dia Nacional do Piso Salarial dos Professores””.

RELATORA: Deputada FÁTIMA BEZERRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.740/09 – do Senado Federal – Valter Pereira – (PLS 445/2008) – que “institui o dia 22 de novembro como “Dia da Comunidade Libanesa no Brasil””.

RELATOR: Deputado JORGINHO MALULY.

PROJETO DE LEI Nº 5.743/09 – do Senado Federal – Gilberto Goellner – (PLS 491/2008) – que “institui o “Dia Nacional do Distribuidor de Insumo Agrícola e Veterinário””.

RELATOR: Deputado MARCOS ANTONIO.

PROJETO DE LEI Nº 5.759/09 – da Sra. Gorete Pereira – que “denomina Açude Deputado Francisco Diógenes Nogueira, o Açude Figueiredo, localizado no município de Alto Santo, no Ceará”.

RELATOR: Deputado EUDES XAVIER.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE TERÇA-FEIRA (DIA 08/09/2009)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Adequação Financeira e Orçamentária e do Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 1.897/07 – do Sr. Luiz Carlos Hauly – que “altera o caput do art. 294 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que “Dispõe sobre as Sociedades por Ações””.

RELATOR: Deputado ANDRE VARGAS.

PROJETO DE LEI Nº 2.628/07 – do Sr. Flávio Bezerra – que “institui o de Fundo de Aval para Colônias, Associações e Cooperativas de Pesca e dá outras providências”. (Apensado: PL 3475/2008)

RELATOR: Deputado JOSÉ MAIA FILHO.

PROJETO DE LEI Nº 2.640/07 – do Sr. Barbosa Neto – que “dispõe sobre a comercialização de seguro facultativo complementar de viagem no âmbito dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros”.

RELATOR: Deputado LUIZ CARLOS HAULY.

PROJETO DE LEI Nº 3.062/08 – da Sra. Angela Amin – que “altera a Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, para dispor sobre a cobrança de tarifa de pedágio”. (Apensados: PL 3664/2008 e PL 4375/2008)
RELATOR: Deputado ZONTA.

PROJETO DE LEI Nº 3.701/08 – do Sr. Vital do Rêgo Filho – que “altera dispositivos da Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, que “Dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso e o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.522, de 19 de julho de 2002; e dá outras providências”, para instituir novos percentuais de transferências e fixar novos critérios para escolha do Time do Coração”.

RELATOR: Deputado JOÃO DADO.

PROJETO DE LEI Nº 3.823/08 – do Sr. Valdir Colatto – que “dispõe sobre a concessão de crédito rural diferenciado para profissionais universitários na área de agricultura e pecuária”.

RELATOR: Deputado PROFESSOR SETIMO.

PROJETO DE LEI Nº 5.237/09 – do Senado Federal – Tasso Jereissati – (PLS 266/2003) – que “altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário do Fundo Garantia-Safra e permitir a adesão de consórcios e condomínios ao benefício Garantia-Safra”.

RELATOR: Deputado VIRGÍLIO GUIMARÃES.

B – Da Análise da Adequação Financeira e Orçamentária (art. 54):

PROJETO DE LEI Nº 3.523/08 – do Sr. Rodrigo Rollemberg – que “altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991 e o Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, para incluir o artesão como segurado especial da Previdência Social”.

RELATOR: Deputado PEPE VARGAS.

PROJETO DE LEI Nº 4.485/08 – do Sr. Zequinha Marinho – que “dispõe sobre a concessão de pensão especial aos trabalhadores da extinta Sucam e atual Funasa, contaminadas pelos inseticidas DDT e Malathion”.

RELATOR: Deputado VICENTINHO ALVES.

PROJETO DE LEI Nº 4.861/09 – do Sr. Flávio Bezerra – que “concede aos armadores de pesca o benefício de ajuda de custo para a manutenção da embarcação de pesca durante o período do defeso”.

RELATOR: Deputado JOSÉ MAIA FILHO.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE TERÇA-FEIRA (DIA 08/09/2009)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 1.626/07 – do Sr. Augusto Carvalho – que “dispõe sobre a gestão da Área de Proteção Ambiental do Planalto Central”.

RELATOR: Deputado RODOVALHO.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 08-09-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 4.762/09 – da Sra. Luciana Costa – que “altera dispositivos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a utilização de recursos hídricos, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado BRIZOLA NETO.

DECURSO: 5ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 04-09-09

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.986/08 – do Senado Federal – Renato Casagrande – (PLS 204/2008) – que “altera dispositivos da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, para promover a geração e o consumo de energia de fontes renováveis”.

RELATOR: Deputado MARCIO JUNQUEIRA.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11-09-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 178/07 – do Sr. Otavio Leite – que “acrescenta Parágrafo Único ao art. 9º da Lei nº 6.815, de 1980, que “Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração””. (Apensados: PL 3059/2008 e PL 4010/2008 (Apensado: PL 4652/2009))

RELATOR: Deputado ARNON BEZERRA.

PROJETO DE LEI Nº 4.127/08 – do Sr. Marcelo Ortiz – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de levantamento prévio geológico para o gravame ou utilização de áreas de que trata o inciso III do § 1º do art. 91, inciso III do § 1º do art. 225 e o art. 231, da Constituição Federal, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado FERNANDO GABEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.785/09 – do Poder Executivo – que “dispõe sobre o ensino na Aeronáutica e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado LELO COIMBRA.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO**AVISOS****PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)**

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 08-09-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.433/09 – do Sr. Paes de Lira – que “altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado CAPITÃO ASSUMÇÃO.

PROJETO DE LEI Nº 5.605/09 – do Sr. Paes de Lira – que “revoga dispositivos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas-Sinarm, define crimes e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado ANTONIO CARLOS BISCAIA.

PROJETO DE LEI Nº 5.708/09 – do Sr. Nelson Goetten – que “altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal”.

RELATOR: Deputado JOÃO CAMPOS.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**AVISOS****PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)**

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10-09-09

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBE-RÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.763/08 – do Sr. Vital do Rêgo Filho – que “dispõe sobre a comercialização de óculos e lentes de contato”.

RELATOR: Deputado GERALDO RESENDE.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 09-09-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.338/09 – do Senado Federal – Efraim Morais – (PLS 421/2007) – que “altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para conceder isenção progressiva do imposto de renda da pessoa física incidente sobre os rendimentos de aposentadoria e pensão, para os maiores de 66 (sessenta e seis) anos”. (Apensados: PL 2890/2008 (Apensados: PL 3382/2008 e PL 5018/2009), PL 5373/2009 e PL 5761/2009)

RELATOR: Deputado JOÃO CAMPOS.

DECURSO: 5ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 04-09-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 422/07 – do Sr. Flaviano Melo – que “Altera o art. 162, Seção III, e o art. 168, Seção V, do Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho e dá outras providências.” (Apensado: PL 3707/2008)

RELATOR: Deputado GERALDO RESENDE.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**AVISOS****PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)**

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 08-09-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 3.097/08 – do Sr. Arnon Bezerra – que “obriga os Conselhos Profissionais a disponibilizar lista de membros sob os quais pesam sindicância, inquérito ou processos na Justiça em decorrência de suas atividades profissionais”.

RELATOR: Deputado GLADSON CAMELI.

PROJETO DE LEI Nº 2.519/07 – do Senado Federal – Rosalba Ciarlini – (PLS 412/2007) – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Seridó Potiguar, por desmembramento da Universidade Federal do Rio Grande do Norte”.

RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO.

PROJETO DE LEI Nº 4.452/08 – do Sr. Humberto Souto – que “altera o art. 6º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, obrigando os prestadores de serviços de concessões e permissões públicas a participarem de cursos e normas de atendimento ao consumidor”.

RELATOR: Deputado DANIEL ALMEIDA.

PROJETO DE LEI Nº 4.541/08 – do Sr. Vitor Penido – que “autoriza a criação de Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, no município de Nova Lima, no Estado de Minas Gerais”.

RELATOR: Deputado EDUARDO BARBOSA.

PROJETO DE LEI Nº 4.543/08 – do Sr. Vitor Penido – que “autoriza a criação de Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, no município de Itapeverica, no Estado de Minas Gerais”.

RELATOR: Deputado DANIEL ALMEIDA.

PROJETO DE LEI Nº 4.545/08 – do Sr. Vitor Penido – que “autoriza a criação de Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, no município de Ponte Nova, no Estado de Minas Gerais”.

RELATOR: Deputado SANDRO MABEL.

PROJETO DE LEI Nº 4.552/08 – da Sra. Gorete Pereira – que “autoriza o Poder Executivo a criar campus avançado da Universidade Federal do Ceará (UFC) no município de Beberibe-CE”.

RELATOR: Deputado LUCIANO CASTRO.

PROJETO DE LEI Nº 4.783/09 – da Sra. Gorete Pereira – que “autoriza o Poder Executivo a criar campus avançado da Universidade Federal do Ceará (UFC) no município de Canindé – CE”.

RELATOR: Deputado LUCIANO CASTRO.

PROJETO DE LEI Nº 4.796/09 – do Sr. Carlos Zarattini – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal da Região Sul da Grande São Paulo, no Estado de São Paulo, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado VICENTINHO.

PROJETO DE LEI Nº 5.075/09 – do Sr. Geraldo Resende e outros – que “autoriza o Poder Executivo a instituir a Escola Técnica de Dourados, vinculada à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)”.

RELATORA: Deputada THELMA DE OLIVEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.178/09 – da Sra. Gorete Pereira – que “autoriza o Poder Executivo a criar campus avançado da Universidade Federal do Ceará (UFC) no município de Brejo Santo – CE”.

RELATOR: Deputado EUDES XAVIER.

PROJETO DE LEI Nº 5.316/09 – do Senado Federal – Marconi Perillo – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Itumbiara, no Estado de Goiás”.

RELATOR: Deputado JOVAIR ARANTES.

PROJETO DE LEI Nº 5.342/09 – do Senado Federal – Adelmir Santana – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Taguatinga, no Distrito Federal”.

RELATOR: Deputado LAERTE BESSA.

PROJETO DE LEI Nº 5.531/09 – do Sr. Geraldo Resende – que “autoriza o Poder Executivo a instituir Campus em Naviraí, do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008”.

RELATORA: Deputada THELMA DE OLIVEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.540/09 – do Sr. Marcos Antonio – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de São Lourenço da Mata, com sede no Município de São Lourenço da Mata – PE”.

RELATOR: Deputado FERNANDO NASCIMENTO.

PROJETO DE LEI Nº 5.583/09 – do Sr. Marcos Antonio – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Jaboatão dos Guararapes, com sede no Município de Jaboatão dos Guararapes – PE”.

RELATOR: Deputado FERNANDO NASCIMENTO.

PROJETO DE LEI Nº 5.644/09 – do Senado Federal – Serys Slhessarenko – (PLS 26/2009) – que “autoriza o Poder Executivo a criar, no Município de Sinop, no Estado de Mato Grosso, campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Instituto Federal) de Mato Grosso”.

RELATOR: Deputado PEDRO HENRY.

PROJETO DE LEI Nº 5.645/09 – do Senado Federal – Cícero Lucena – (PLS 101/2009) – que “autoriza o Poder Executivo a criar, no Município de Catolé do Rocha, no Estado da Paraíba, campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Instituto Federal) da Paraíba”.

RELATOR: Deputado ARMANDO ABÍLIO.

PROJETO DE LEI Nº 5.646/09 – do Senado Federal – Kátia Abreu – (PLS 123/2008) – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Transporte Hidroviário, com sede no Município de Xambioá, no Estado do Tocantins”.

RELATOR: Deputado JOVAIR ARANTES.

PROJETO DE LEI Nº 5.653/09 – do Senado Federal – Flávio Arns – (PLS 415/2008) – que “autoriza o Poder Executivo a criar campus, no Município de Ibaiti, no Estado do Paraná, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Instituto Federal) do Paraná”.

RELATOR: Deputado LUIZ CARLOS BUSATO.

PROJETO DE LEI Nº 5.734/09 – do Senado Federal – Maria do Carmo Alves – (PLS 257/2006) – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal para o Desenvolvimento do Baixo São Francisco, com sede na cidade de Propriá, no Estado de Sergipe”.

RELATORA: Deputada GORETE PEREIRA.

COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11-09-09

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 4.078/08 – do Sr. Vital do Rêgo Filho – que “dispõe sobre o exercício da Profissão de Agente de Turismo”.

RELATORA: Deputada LÍDICE DA MATA.

PROJETO DE LEI Nº 5.077/09 – do Sr. Silvio Torres – que “dispõe sobre o empregador rural e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado AFONSO HAMM.

PROJETO DE LEI Nº 5.754/09 – da Sra. Gorete Pereira – que “acrescenta artigo à Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, dispondo sobre a paralisação de competições para correção de erros de arbitragem”.

RELATOR: Deputado EDINHO BEZ.

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE TERÇA-FEIRA (DIA 08/09/2009)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 6.758/06 – da Sra. Rose de Freitas – que “dispõe sobre a destinação de espaços

preferenciais para mulheres e crianças nos sistemas ferroviário e metroviário”.

RELATOR: Deputado PEDRO FERNANDES.

PROJETO DE LEI Nº 3.679/08 – do Sr. Eliene Lima – que “dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de ônibus interestaduais e intermunicipais de implantarem em seus veículos sistema de rastreamento via satélite ou similar”.

RELATOR: Deputado OLAVO CALHEIROS.

PROJETO DE LEI Nº 5.145/09 – da Sra. Perpétua Almeida – que “denomina “Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul – Terra dos Náuas” o aeroporto localizado na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre”.

RELATOR: Deputado AFFONSO CAMARGO.

PROJETO DE LEI Nº 5.744/09 – do Sr. Paulo Pimenta – que “obriga a construção e manutenção de estações de apoio ao usuário, no âmbito das concessões rodoviárias federais”.

RELATOR: Deputado LEONARDO QUINTÃO.

PROJETO DE LEI Nº 5.758/09 – da Sra. Gorete Pereira – que “dispõe sobre a utilização de equipamento de segurança em todos os táxis de cidades com mais de 200 mil habitantes”.

RELATOR: Deputado SILAS BRASILEIRO.

PROJETO DE LEI Nº 5.777/09 – da Sra. Gorete Pereira – que “denomina Metrô Governador Virgílio Távora, o Metrô de Fortaleza – Metrofor, no Estado do Ceará”.

RELATOR: Deputado CLÁUDIO DIAZ.

PROJETO DE LEI Nº 5.787/09 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “cria o Programa Nacional de substituição de veículos automotores de transporte privado individual de passageiros”.

RELATOR: Deputado JOSÉ MENDONÇA BEZERRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.790/09 – do Sr. Jaime Martins – que “altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo incluir na Relação Descritiva dos Portos Marítimos, Fluviais e Lacustres, os Portos de Costa Marques, Pimenteiras do Oeste, Tabajara e Cabixi, no Estado de Rondônia”.

RELATOR: Deputado LÚCIO VALE.

PROJETO DE LEI Nº 5.795/09 – da Sra. Marinha Raupp – que “denomina a BR-429, no Estado de Rondônia, como “Rodovia da Integração””

RELATOR: Deputado GIOVANNI QUEIROZ.

PROJETO DE LEI Nº 5.814/09 – do Sr. João Dado – que “denomina “Trevo Rodoviário Alcides de Freitas Assunção” o trevo localizado na BR-153 que acessa a cidade de Bady Bassit, Estado de São Paulo”.

RELATOR: Deputado AIRTON ROVEDA.

**PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO
DE EMENDAS (5 SESSÕES)**

DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 08-09-09

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 561/07 – do Sr. Otavio Leite – que “altera inciso I e exclui parágrafo único do art. 40, e acrescenta inciso no art. 105 da Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro”. (Apensados: PL 4496/2008 e PL 4631/2009)

RELATOR: Deputado PEDRO CHAVES.

PROJETO DE LEI Nº 1.985/07 – do Sr. Wellington Fagundes – que “altera o anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, adicionando ao traçado da BR-080 o trecho, desde Entroncamento BR-158 (Vila Ribeirão Bonito) – Ribeirão Cascalheira, passando por Alô Brasil, Canabrava do Norte, São José do Xingu, até a cidade de Matupá”.

RELATOR: Deputado LEONARDO QUINTÃO.

II – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA
A APRECIAR E PROFERIR PARECER
À PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 47, DE 2003,
DO SENADO FEDERAL, QUE “ALTERA
O ART. 6º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL,
PARA INTRODUIZIR A ALIMENTAÇÃO
COMO DIREITO SOCIAL”.**

AVISO

**PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO
DE EMENDAS (10 SESSÕES)**

DECURSO: 7ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 10-09-09

**Proposta de Emenda à Constituição
(Art. 202, §3º)**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 47/03 – do Senado Federal – Antonio Carlos Valadares – que “altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social”. (Apensado: PEC 64/2007)

RELATOR: Deputado LELO COIMBRA.

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA
A PROFERIR PARECER À PROPOSTA
DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30-A,
DE 2007, DA SRA. ANGELA PORTELA,
QUE “DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO XVIII
DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL,
AMPLIANDO PARA 180 (CENTO E OITENTA)
DIAS A LICENÇA À GESTANTE”.**

AVISO

**PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO
DE EMENDAS (10 SESSÕES)**

DECURSO: 9ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 08-09-09

**Proposta de Emenda à Constituição
(Art. 202, §3º)**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30/07 – da Sra. Angela Portela e outros – que “dá nova redação ao inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal, ampliando para 180 (cento e oitenta) dias a licença à gestante”.

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA
A PROFERIR PARECER
À PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 300-A, DE 2008,
DO SR. ARNALDO FARIA DE SÁ,
QUE “ALTERA A REDAÇÃO DO § 9º,
DO ARTIGO 144 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL”.
ESTABELECE QUE A REMUNERAÇÃO
DOS POLICIAIS MILITARES DOS ESTADOS
NÃO PODERÁ SER INFERIOR À
DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO
FEDERAL, APLICANDO-SE TAMBÉM
AOS INTEGRANTES DO CORPO DE BOMBEIROS
MILITAR E AOS INATIVOS.**

AVISO

**PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO
DE EMENDAS (10 SESSÕES)**

DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 17-09-09

**Proposta de Emenda à Constituição
(Art. 202, §3º)**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 300/08 – do Sr. Arnaldo Faria de Sá – que “altera a redação do § 9º do art. 144 da Constituição Federal”.

RELATOR: Deputado MAJOR FÁBIO.

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA
A PROFERIR PARECER À PROPOSTA
DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 488-A,
DE 2005, DA SRA. MARIA HELENA,
QUE “DÁ NOVA REDAÇÃO
AO ART. 31 DA EMENDA
CONSTITUCIONAL Nº 19, DE 1998”.
(INCLUI OS EMPREGADOS
DO EXTINTO BANCO DE RORAIMA,
CUJO VÍNCULO FUNCIONAL TENHA
SIDO RECONHECIDO, NO QUADRO
EM EXTINÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO
FEDERAL. ALTERA
A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988)**

AVISO

**PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO
DE EMENDAS (10 SESSÕES)**

DECURSO: 9ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 08-09-09

**Proposta de Emenda à Constituição
(Art. 202, §3º)**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 488/05
– da Sra. Maria Helena e outros – que “dá nova redação
ao art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 1998”.
RELATOR: Deputado LUCIANO CASTRO.

**COMISSÃO EXTERNA DESTINADA
A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES
A RESPEITO DA QUADRILHA
DE NEONAZISTAS DESARTICULADA
NO ESTADO DO RIO DO GRANDE DO SUL,
COM CÉLULAS ORGANIZADAS
EM SÃO PAULO, PARANÁ
E SANTA CATARINA,
E SEUS DESDOBRAMENTOS**

REUNIÃO

Local: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo,
Plenário José Bonifácio

Horário: 10h30min

A – Outros Eventos:

Audiência Pública com a presença dos Senhores:

Drª MARGARETTE BARRETO, Delegada Titular da
Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância – DECRADI;

Dr. LOURIVAL GOMES, Secretário de Administração
Penitenciária;

Dr. BORIS BER, Presidente da Federação Israelita do
Estado de São Paulo – FISESP; e

Dr. OCTÁVIO JOSÉ ARONIS, Representante da Con-
federação Israelita do Brasil – CONIB.

III – COMISSÕES MISTAS

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS,
ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

AVISOS

**PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO
DE EMENDAS (8 DIAS)**

DECURSO: 3º dia

ÚLTIMO DIA: 09/09/2009

PROJETO DE LEI Nº 45/2009-CN, que “abre ao Orça-
mento da Seguridade Social da União, em favor dos
Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvi-
mento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no
valor global de R\$ 921.468.538,00 (novecentos e vinte
e um milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, qui-
nhentos e trinta e oito reais), para reforço de dotações
constantes da Lei Orçamentária vigente.”

**IV – COORDENAÇÃO DE COMISSÕES
PERMANENTES**

**ENCAMINHAMENTO DE MATÉRIA
ÀS COMISSÕES**

EM 03/09/2009:

Comissão de Defesa do Consumidor:

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº
100/2009

Comissão de Desenvolvimento Urbano:

PROJETO DE LEI Nº 5.808/2009

**Comissão de Segurança Pública e Combate ao
Crime Organizado:**

PROJETO DE LEI Nº 5.799/2009

**Comissão de Trabalho, de Administração e Servi-
ço Público:**

PROJETO DE LEI Nº 5.816/2009

PROJETO DE LEI Nº 5.894/2009

PROJETO DE LEI Nº 5.895/2009

PROJETO DE LEI Nº 5.921/2009

PROJETO DE LEI Nº 5.922/2009

Comissão de Turismo e Desporto:

PROJETO DE LEI Nº 3.637/2008

Comissão de Viação e Transportes:

PROJETO DE LEI Nº 5.893/2009

Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 4.436, de 2008, do Senado Federal – Serys Slhessarenko, que “modifica o art. 19 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para garantir ao vigilante o recebimento de adicional de periculosidade” – PL. 4.305/04 foi apensado a este.:

PROJETO DE LEI Nº 5.796/2009

(Encerra-se a sessão às 18 horas e 59 minutos.)

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

ARQUIVEM-SE, nos termos do § 4º do artigo 58 do RICD, as seguintes proposições:

PROJETOS DE LEI

Nº 3.496/2004 (Vicentinho) – Dispõe sobre a redução de impostos e contribuições federais devidas, nos três primeiros anos de funcionamento, por microempresas e empresas de pequeno porte, objetivando proteger as micro e pequenas empresas, gerar empregos e diminuir a informalidade no trabalho.

Nº 4.496/2004 (Senado Federal – César Borges) – Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Oeste da Bahia (Unifoeste).

Nº 6.412/2005 (Senado Federal – Mão Santa) – Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFPAR), por desmembramento da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

E seu apensado: PL 2.675/2003 (Átila Lira).

Nº 1.465/2007 (Senado Federal – Pedro Simon) – Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 10.840, de 11 de fevereiro de 2004, que “cria o Programa Especial de Habitação Popular – PEHP, e dá outras providências”.

Nº 2.523/2007 (Senado Federal – Sérgio Zambiasi) – Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Santana do Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul.

Nº 2.725/2007 (Senado Federal – João Vicente Claudino) – Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Gurguéia (UVG), com sede na cidade de Bom Jesus, por desmembramento da Universidade Federal do Piauí (UFPI), e dá outras providências.

Nº 2.933/2008 (Senado Federal – Cícero Lucena) – Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Patos, no Estado da Paraíba.

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

Nº 296/2008 (Carlos Souza) – Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo da Microrregião do Alto Solimões e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Turismo da Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo da Microrregião do Alto Solimões.

Nº 300/2008 (Carlos Souza) – Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo da Microrregião do Juruá e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Turismo da Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo da Microrregião do Juruá.

Brasília, 3 de setembro de 2009. – **Michel Temer**, Presidente.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

ARQUIVEM-SE, nos termos do artigo 133 do RICD, as seguintes proposições:

PROJETOS DE LEI

Nº 207/2003 (Almerinda de Carvalho) – Dá nova redação ao inciso I do art. 10 da Lei nº 9.263, que “regula o parágrafo sétimo do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências”.

E seus apensados: PL 3.326/2008 (Neucimar Fraga) e PL 7.438/2006 (Jair Bolsonaro).

Nº 5.473/2005 (Vic Pires Franco) – Concede em dobro os direitos e benefícios vinculados à maternidade e à paternidade no caso de gravidez gemelar.

Brasília, 3 de setembro de 2009. – **Michel Temer**, Presidente.

PARECERES**PROJETO DE LEI Nº 4.385-B, DE 1994**

(Do Senado Federal)

PLS Nº 41/93

Dá nova redação ao artigo 15 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que “dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências”; tendo pareceres: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação dos de nºs 5.367/90 e 2.640/92, apensados, com substitutivo, e pela rejeição deste e do de nº 3.146/92, apensado (Relator: Deputado Zaire Rezende); da Comissão de Segurança Social e Família, pela aprovação deste e pela rejeição dos de nºs 5.367/90, 2.640/92,

3.146/92, 4.733/94, 305/95 e 409/95, apensados (Relator: Deputado Chicão Brígido); da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, pela aprovação dos de nºs 5.367/90, 2.640/92 e 1.559/96, apensados, com substitutivo, e pela rejeição deste e dos de nºs 3.146/92, 4.733/94, 305/95, 409/95 e 2.414/96, apensados (Relator: Deputado Ivan Valente); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, dos de nºs 5.367/90, 2.640/92, 3.146/92, 4.733/94, 251/95, 305/95, 409/95, 1.559/96, 2.414/96, 4.223/98, 4.742/98, 416/99, 532/99, 805/99, 1.956/99 e 2.108/99, apensados, com emendas, e dos substitutivos das Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, com subemendas (Relator: Deputado José Ronaldo). Emendas de Plenário – tendo pareceres: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela rejeição (Relator: Deputado Sérgio Moraes); da Comissão de Seguridade Social e Família, pela rejeição (Relator: Deputado Simão Sessim); da Comissão de Defesa do Consumidor, pela rejeição (Relator: Deputado Ivan Valente); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela inconstitucionalidade, injuridicidade e falta de técnica legislativa (Relator: Deputado Maurício Rands)

Despacho: Às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Seguridade Social e Família; Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias; e Constituição e Justiça e de Redação (Art. 54)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação do Plenário.

Publicação dos Pareceres das Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, Seguridade Social e Família, Defesa do Consumidor e de Constituição e Justiça e de Cidadania às Emendas de Plenário Emendas Apresentadas em Plenário

PROJETO DE LEI Nº 4.385, DE 1994

(Do Senado Federal)

Dá nova redação ao artigo 15 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que “dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências”.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 1

Acrescente-se ao Projeto de Lei nº 4.385, de 1994, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. Fica permitida a comercialização de medicamento de venda livre ou de venda sem exigência de prescrição médica em comunidades ribeirinhas, cidades interioranas e localidades de baixa densidade demográfica, por estabelecimentos comerciais previamente cadastrados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

§ 1º Os estabelecimentos comerciais, a que se refere o **caput**, são:

- I _ armazém;
- II _ depósito e
- III _ mercearia.

§ 2º O cadastramento do estabelecimento comercial interessado ocorre por meio de simples notificação à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, sendo vedada a cobrança de taxa para a sua efetivação.”

Justificação

A Emenda Aditiva de Plenário busca proporcionar aos habitantes de comunidades distantes o acesso aos medicamentos de venda livre ou de venda sem exigência de prescrição médica. Sabe-se que muitas farmácias ou drogarias não possuem interesse em abrir um ponto de venda em localidade longínqua, em que o potencial retorno econômico é arriscado ou baixo. Os habitantes de cidades interioranas, comunidades ribeirinhas, especialmente de baixa densidade demográfica, são extremamente prejudicados pela dificuldade de acesso aos medicamentos. De nada adianta garantir um sistema único universal de saúde se os pacientes não têm acesso às drogas necessárias ao tratamento médico.

A Emenda Aditiva permite que os medicamentos de venda livre possam ser comercializados em armazéns, depósitos e mercearias, mediante prévio cadastro gratuito do estabelecimento comercial na Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Cabe lembrar que o medicamento de venda livre é aquele que a Anvisa, no uso de suas competências legais, decidiu ser seguro e eficaz para o tratamento de determinadas enfermidades, dadas as suas características de baixa ou ínfima toxicidade. Tais medicamentos podem prevenir doenças odontológicas, curar doenças, como pé-de-atleta, e aliviar sintomas de gripes, hemorróidas, varizes entre outras.

Note-se que a própria Lei nº 5.991/73, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, no

parágrafo único do art. 6º permite que estabelecimentos hoteleiros e similares possam vender para seus hóspedes os medicamentos anódinos ou sem prescrição médica. Nada mais justo do que estender esta possibilidade às mercearias, depósitos e armazéns para que a população de localidades distantes tenha acesso ao medicamento de venda livre.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da Emenda Aditiva de Plenário.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2008.

Deputado

Ricardo Barros

PPS

Lado

PMDB

Justino

PSOL

Flávio

PT

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO nº 2

Acrescente-se ao Projeto de Lei nº 4.385, de 1994, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. A propaganda, publicidade e promoção de medicamentos de venda livre farão alusão somente às indicações terapêuticas dos produtos, em conformidade com o registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, sendo vedada a imposição de divulgação de mensagem esclarecedora.

§ 1º A veiculação de mensagem esclarecedora na propaganda, publicidade e promoção de medicamentos é atribuição exclusiva da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

§ 2º As contra-indicações e reações adversas deverão constar em destaque, obrigatoriamente, na bula do medicamento.”

Justificação

O propósito da Emenda Aditiva de Plenário é adequar as regras sobre publicidade de medicamentos ao Estado democrático de direito, definindo com clareza critérios seguros para a distinção entre a responsabilidade da indústria farmacêutica e as atribuições da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) no que concerne à propaganda.

A liberdade de imprensa e a publicidade são verdadeiros esteios para a democracia. Ora, tanto as prescrições da Resolução nº 102, de 2000, da Anvisa quanto da Lei nº 9.294, de 1996, já resguardam com segurança o público leigo e os consumidores de medicamentos, em geral, definindo e vedando de forma eficiente tanto a propaganda abusiva quanto a propaganda enganosa. Compete à Anvisa controlar, fiscalizar e acompanhar, sob o prisma da legislação sanitária, a propaganda e publicidade de produtos submetidos ao regime de vigilância sanitária. À publicidade compete promover as indicações terapêuticas do medicamento, de acordo com o seu registro na Anvisa, em conformidade com as normas éticas e legais.

Há uma série de proteções legais capazes de resguardar o público consumidor em relação a eventuais reações adversas ou contra-indicações do medicamento. São salvaguardas ao consumidor de medicamento: a bula (em letras grandes e em linguagem compreensível ao leigo), o acompanhamento médico, a regulamentação da propaganda, as informações prestadas pela Anvisa entre outras.

A presente emenda ampara a publicidade de medicamentos de forma responsável, zelando tanto pela saúde e pelo bem-estar do consumidor quanto pela regulamentação da propaganda adequada ao regime democrático.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da Emenda de Plenário.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2008.

COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

I – Relatório

O Projeto de Lei nº 4.385, de 1994, do Senado Federal, dando nova redação ao artigo 15 da Lei 5.991, de 27 de setembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, teve emendas de plenário apresentadas pelo nobre Deputado Ricardo Barros.

A emenda de número 1 tem a finalidade de permitir a comercialização de medicamentos de venda livre sem exigência de prescrição médica em comuni-

dades ribeirinhas, cidades interioranas e localidades de baixa densidade demográfica. A emenda de número 2 adequa as regras sobre publicidade de medicamentos, definindo critérios para a distinção entre a responsabilidade da indústria farmacêutica e as atribuições da Anvisa, no tocante à publicidade.

II – Voto do Relator

Na análise das duas emendas aditivas, venho acompanhar integralmente o voto do nobre Deputado Ivan Valente, quando relatou o projeto na Comissão de Defesa do Consumidor, pois entendo que a saúde da população é primordial e o projeto trata desta forma. Diante deste fato não podemos deixar de destacar também, o que seria o incentivo à automedicação e ao comércio indiscriminado de medicamentos.

Em face do exposto, e no interesse da defesa da população voto pela rejeição das Emendas de Plenário de números 1 e 2.

Sala da Comissão, 4 de junho de 2009. – Deputado **Sérgio Moraes**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela rejeição das emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 4.385-A/94, nos termos do parecer do relator, Deputado Sérgio Moraes.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Sabino Castelo Branco – Presidente, Manuela D’Ávila – Vice-Presidente, Fernando Nascimento, Larte Bessa, Major Fábio, Roberto Santiago, Thelma de Oliveira, Vicentinho, Wilson Braga, Armando Abílio, Edinho Bez, Efraim Filho, Emilia Fernandes, Filipe Pereira, Gladson Cameli, Ilderlei Cordeiro, João Campos, Jorginho Maluly, Marcio Junqueira e Maria Helena.

Sala da Comissão, 10 de junho de 2009. – Deputado **Sabino Castelo Branco**, Presidente.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

I – Relatório

As emendas de Plenário nº 1 e 2, ao Projeto de Lei nº 4.385, de 1994, foram apresentadas pelo nobre Deputado Ricardo Barros, com apoio de diversos líderes, na forma regimental.

A Emenda de nº 1 tem a intenção de permitir a comercialização de medicamentos de venda livre sem exigência de prescrição médica em comunidades ribeirinhas, cidades interioranas e localidades de baixa densidade demográfica, por estabelecimentos comerciais previamente cadastrados pela Anvisa.

Segundo o autor, poderão se beneficiar dessa medida os armazéns, os depósitos e mercearias.

A emenda propõe que o cadastramento desses estabelecimentos comerciais seja simplificado e obtido por meio de uma simples notificação à Anvisa, sendo proibida a cobrança de taxa para o cadastramento dessas empresas.

A Emenda de nº 2 tem a finalidade de adequar as regras sobre publicidade de medicamentos, definindo critérios para a distinção entre a responsabilidade da indústria farmacêutica e as atribuições da Anvisa, no tocante à publicidade.

A emenda determina que as mensagens esclarecedoras na propaganda, publicidade e promoção de medicamentos passam a ser atribuição exclusiva da Anvisa. Acrescenta também, que as contraindicações e reações adversas deverão constar em destaque, obrigatoriamente, na bula do medicamento.

Este é, em síntese, o relatório.

Simão Sessim, Deputado Federal .

II – Voto do Relator

A Constituição de 1988 ao consagrar o direito à saúde como um dos direitos fundamentais da pessoa humana, inscreveu no Contrato Social o princípio de que a saúde não pode ser vista apenas como uma atividade comum ou ainda que esta atividade caracteriza um “setor econômico”, mas sim como o resultado de um conjunto de condições sociais e econômicas cuja promoção exige a implementação de ações pautadas nas relações intersetoriais e transdisciplinares, garantidas por políticas públicas voltadas aos interesses da maioria da população. Assim, elevou-se o direito à saúde à categoria de direito fundamental, e as ações para viabilizar o exercício destes direitos adquiriram, por sua vez, relevância pública, constitucionalmente garantidas.

Desta forma, as ações referentes aos medicamentos, nas diversas etapas que envolvem desde sua produção à sua dispensação e utilização, não podem ser analisadas de forma isolada, mas sim relacionadas à necessidade de implantação da Política Nacional de Assistência Farmacêutica, inserida no sistema criado pela constituição de 88, o Sistema Único de Saúde.

Nesta concepção, definida pelo constituinte originário, a farmácia deve ser vista como estabelecimento de saúde, com atendimento qualificado e diferenciado, já que não se equipara às atividades comerciais tradicionais. O medicamento é um insumo essencial à vida e requer cuidados na sua dispensação não podendo ser tratado como simples mercadoria.

Os medicamentos de venda livre citados no PL, embora sejam medicamentos isentos de prescrição, não são isentos de dispensação por profissional habilitado, uma vez que agem sobre o organismo humano, poden-

do levar ao surgimento de reações adversas graves, interações com outros medicamentos e/ou alimentos, o mascaramento dos sintomas de doenças potencialmente graves e intoxicações decorrentes do uso abusivo e irracional, interferência nos resultados dos exames de diagnóstico e conduta terapêutica, comprometendo decisivamente a vida do usuário.

São inúmeras as distorções verificadas por práticas comerciais de farmácias e drogarias, com suas honrosas exceções, no trato com tão sensível questão, que diz respeito a um direito fundamental do ser humano. Estas distorções podem ser representadas pela indução ao consumo desnecessário e irracional de medicamentos; pela atuação de balconistas como prescritores, cuja prática é incentivada por muitos proprietários de estabelecimentos; pelo pagamento de comissões aos balconistas, o que representa um incentivo para a prática popularmente conhecida como “empurroterapia”; pela presença de grande número de medicamentos no mercado, principalmente sob forma de associações que não se justificam em termos farmacológicos e sanitários e que podem ser classificadas como obsoletas ineficazes e supérfluas; e ainda pela influência negativa nos hábitos de consumo da população, estimulada pela propaganda de medicamentos, muitas vezes abusiva e enganosa; além das práticas promocionais e de vendas realizadas pelos estabelecimentos responsáveis pela produção e comercialização de medicamentos que induzem à prescrição, dispensação e consumo inadequados.

Vale ressaltar que acesso fácil ao medicamento nem sempre alcança seu objetivo, pois quando consumido ou administrado inadequadamente pode gerar consequências indesejadas para a saúde do usuário como também gerar gastos excedentes ao consumidor e ao Poder Público decorrentes de internações evitáveis.

A mudança desta situação tem sido objeto de ação política das entidades farmacêuticas. Alguns avanços têm sido registrados nos últimos anos, como por exemplo a Farmacovigilância, o Fracionamento, a Atenção Farmacêutica, os Genéricos, a 1ª Conferência Nacional de Assistência Farmacêutica, a Política Nacional de Assistência Farmacêutica, a estruturação de alguns serviços junto ao SUS, os Fármacos e Medicamentos definidos como estratégicos na Política Industrial Nacional.

Nos últimos 15 anos foi intenso o debate na sociedade brasileira acerca dos problemas relacionados ao medicamento e as características que devem possuir as farmácias e, após tantos anos de esforço para garantir uma legislação que atenda ao principal interesse envolvido que é o interesse da população,

surgem, repentinamente e de forma absolutamente extemporânea, duas emendas, com a finalidade de ver retomada discussão que já foi rechaçada pelas Comissões especializadas.

Estas duas Emendas Aditivas, porém, vêm na contramão do compromisso com a Saúde Pública, do uso racional de medicamentos e o bem-estar da população brasileira e com o espírito do projeto, que é o direito do cidadão à assistência farmacêutica integral. As emendas seguem a lógica de incentivo das práticas mercantilistas, tratando o medicamento como uma mercadoria e a farmácia como um estabelecimento comercial qualquer.

A venda livre, objeto da emenda nº 1, é a venda sem prescrição, o que não elimina a responsabilidade da dispensação, da orientação para o uso racional e correto dos medicamentos e do direito do cidadão a essa orientação. O cidadão não pode sofrer as consequências dos efeitos nocivos, tóxicos, e colaterais que são o principal motivo das intoxicações no Brasil, a partir do uso indiscriminado e inadequado de medicamentos.

Para ilustrar os possíveis riscos causados por uso inadequado dos medicamentos de venda livre, relacionados na Resolução – RDC138/03 Anvisa, podemos citar alguns exemplos:

Analgésicos contendo ácido acetil salicílico – pela sua ação anti-agregante plaquetária gera riscos de sangramentos, desde nasais até hemorragia, além da irritação gástrica que é uma das reações mais comuns destes medicamentos.

Antiácidos – que são utilizados comumente após as refeições muitas vezes estimulados pelas propagandas. Com o uso de antiácidos pode verificar-se “ricochete” da acidez. Os sais de magnésio podem provocar diarreia, os de alumínio obstipação, o carbonato de cálcio uma ou outra. Podendo também ocorrer algumas interações: a alcalinização do conteúdo gástrico diminui a absorção dos ácidos fracos e aumenta a absorção dos compostos básicos. Os antiácidos que contêm cálcio, magnésio e alumínio podem adsorver fármacos como a anticolinérgicos, clorpromazina, interferindo no tratamento de outras doenças.

Antiinflamatórios – determinados medicamentos antiinflamatórios inibem a produção das prostaglandinas, que são substâncias que reduzem a secreção de muco que protege a parede do estômago, podendo causar úlceras, gastrites e demais complicações.

Outra questão que deve ser considerada são as condições que estes medicamentos serão mantidos.

O armazenamento de medicamentos em armazéns, depósitos e mercearias é outro motivo de preocupação, pois algumas questões devem ser consideradas: condições de temperatura, umidade, luminosidade, ventilação, limpeza e local de armazenagem, proximidade com outros produtos que podem prejudicar a qualidade do medicamento, como por exemplo: inseticidas, domissanitários, alimentos perecíveis, produtos automotivos e produtos inflamáveis.

A temperatura é uma condição ambiental diretamente responsável por grande número de alterações e deteriorações nos medicamentos. Elevadas temperaturas são contraindicadas para medicamentos porque podem acelerar a indução de reações químicas, ocasionando a decomposição dos produtos e alterando a sua eficácia. Para o controle da temperatura, é necessária a utilização de termômetros nas áreas de estocagem, com registros diários em mapa de controle, registro mensal consolidado, e elaboração de relatórios, com gráficos demonstrativos, para correção de eventuais anormalidades.

Dependendo da forma farmacêutica do medicamento, a alta umidade pode afetar a estabilidade do mesmo, favorecendo o crescimento de fungos e bactérias, podendo desencadear algumas reações químicas. Os medicamentos armazenados em áreas úmidas podem sofrer alterações na consistência, sabor, odor, cor, tempo de desintegração. (Fonte: Assistência Farmacêutica na Atenção Básica: instruções Técnicas para sua Organização – Ministério da Saúde, 1ª edição, 2001).

Certamente armazéns, depósitos e mercearias de comunidades ribeirinhas, cidades interioranas e locais com pouca densidade demográfica, conforme descritos da emenda não reúnem as condições sanitárias adequadas ao armazenamento de medicamentos.

Quanto à segunda emenda, entendemos que ao vedar responsabilidade de quem fabrica e comercializa medicamentos da obrigação de incluir mensagem esclarecedora na propaganda, publicidade e promoção de medicamentos mediante venda livre, e, ao atribuir à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, a responsabilidade exclusiva, a proposta também vai pelo caminho da desresponsabilização com o uso racional e responsável dos medicamentos, o que de igual forma fere os princípios que devem nortear a ação pública no que tange à saúde e ainda, a intenção do projeto.

Desta forma, concluímos que as emendas são contrárias ao interesse da saúde e, desta forma, expressamos nosso voto pela rejeição das emendas de nºs 1 e 2 de Plenário.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2008.
– Deputado **Simão Sessim**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Seguridade Social e Família, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela rejeição da Emenda de Plenário nº 1/2008, e da Emenda de Plenário nº 2/2008 ao Projeto de Lei nº 4.385/1994, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Simão Sessim.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Elcione Barbalho – Presidente, Eduardo Barbosa e Dr. Paulo César – Vice-Presidentes, Acélio Casagrande, André Zacharow, Angela Portela, Antonio Bulhões, Arnaldo Faria de Sá, Chico D'Angelo, Darcísio Perondi, Fernando Coruja, Geraldo Resende, Germano Bonow, Jô Moraes, Jofran Frejat, José C. Stangarlini, Raimundo Gomes de Matos, Rita Camata, Roberto Alves, Assis do Couto, Eleuses Paiva, Jorginho Maluly, Leonardo Vilela, Mário Heringer, Nazareno Fonteles, Neilton Mulim, Ricardo Quirino, Roberto Britto e Valtenir Pereira.

Sala da Comissão, 9 de junho de 2009. – Deputada **Elcione Barbalho**, Presidente.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

I – Relatório

As emendas de Plenário nº 1 e 2, ao Projeto de Lei nº 4.385, de 1994, foram apresentadas pelo nobre Deputado Ricardo Barros, com apoio de diversos líderes, na forma regimental.

A emenda de número 1 tem a finalidade de permitir a comercialização de medicamentos de venda livre sem exigência de prescrição médica em comunidades ribeirinhas, cidades interioranas e localidades de baixa densidade demográfica, por estabelecimentos comerciais previamente cadastrados pela Anvisa.

Segundo o autor, poderão se beneficiar dessa medida os armazéns, os depósitos e mercearias.

A emenda propõe que o cadastramento desses estabelecimentos comerciais seja simplificado e obtido por meio de uma simples notificação à Anvisa, sendo proibida a cobrança de taxa para o cadastramento dessas empresas.

A emenda de número 2 tem a intenção de adequar as regras sobre publicidade de medicamentos, definindo critérios para a distinção entre a responsabilidade da indústria farmacêutica e as atribuições da Anvisa, no tocante à publicidade.

A emenda determina que as mensagens esclarecedoras na propaganda, publicidade e promoção de medicamentos passam a ser atribuição exclusiva da Anvisa. Acrescenta também, que as contra-indicações e reações adversas deverão constar em destaque, obrigatoriamente, na bula do medicamento.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Ao consagrar o direito à saúde como um dos direitos fundamentais da pessoa humana, a Constituição de 1988 contratou entre os brasileiros o entendimento de que a saúde não pode ser vista apenas como uma atividade comum ou ainda que estas atividade caracterizam um “setor econômico”, mas sim como o resultado de um conjunto de condições sociais e econômicas, cuja promoção exige a implementação de ações pautadas nas relações intersetoriais e transdisciplinares, garantidas por políticas públicas voltadas aos interesses da maioria da população. Desta forma, elevou-se o direito à saúde à categoria de direito fundamental, e as ações para viabilizar o exercício destes direitos adquiriram, por sua vez, relevância pública, constitucionalmente garantidas.

Desta forma, as ações referentes aos medicamentos, nas diversas etapas que envolvem desde sua produção à sua dispensação e utilização, não podem ser analisadas de forma isolada, mas sim relacionadas à necessidade de implantação da Política Nacional de Assistência Farmacêutica, inserida no sistema criado pela constituição de 88, o Sistema Único de Saúde.

Nesta concepção, definida pelo constituinte originário, a farmácia deve ser vista como estabelecimento de saúde, com atendimento qualificado e diferenciado, já que não se equipara às atividades comerciais tradicionais. O medicamento é um insumo essencial à vida e requer cuidados na sua dispensação não podendo ser tratado como simples mercadoria.

São inúmeras as distorções verificadas por práticas comerciais de farmácias e drogarias, com suas honrosas exceções, no trato com tão sensível questão, que diz respeito a um direito fundamental do ser humano. Estas distorções podem ser representadas pela indução ao consumo desnecessário e irracional de medicamentos; pela atuação de balconistas como prescritores, cuja prática é incentivada por muitos proprietários de estabelecimentos; pelo pagamento de comissões aos balconistas, o que representa um incentivo para a prática popularmente conhecida como “empurroterapia”; pela presença de grande número de medicamentos no mercado, principalmente sob forma de associações que não se justificam em termos farmacológicos e sanitários e que podem ser classificadas como obsoletas ineficazes e supérfluas; e ainda pela influência negativa nos hábitos de consumo da população, estimulada pela propaganda de medicamentos, muitas vezes abusiva e enganosa; além das práticas promocionais e de vendas realizadas pelos estabelecimentos responsáveis pela produção e comercialização de medicamentos que induzem à prescrição, dispensação e consumo inadequados.

A mudança desta situação tem sido objeto de ação política das entidades farmacêuticas. Alguns avanços têm sido registrados nos últimos anos, como por exemplo a Farmacovigilância, o Fracionamento, a Atenção Farmacêutica, os Genéricos, a 1ª Conferência Nacional de Assistência Farmacêutica, a Política Nacional de Assistência Farmacêutica, a estruturação de alguns serviços junto ao SUS, os Fármacos e Medicamentos definidos como estratégicos na Política Industrial Nacional.

Nos últimos 15 anos foi intenso o debate na sociedade brasileira acerca dos problemas relacionados ao medicamento e as características que devem possuir as farmácias e, após tantos anos de esforço para garantir uma legislação que atenda ao principal interesse envolvido que é o interesse da população, surgem, repentinamente e de forma absolutamente extemporânea, duas emendas, com a finalidade de ver retomada discussão que já foi rechaçada pelas Comissões especializadas.

Estas duas Emendas Aditivas, porém, vêm na contramão do compromisso com a Saúde Pública, do uso racional de medicamentos e o bem-estar da população brasileira e com o espírito do projeto, que é o direito do cidadão à assistência farmacêutica integral. As emendas seguem a lógica de incentivo das práticas mercantilistas, tratando o medicamento como uma mercadoria e a farmácia como um estabelecimento comercial qualquer.

A venda livre, objeto da emenda nº 1, é a venda sem prescrição, o que não elimina a responsabilidade da dispensação, da orientação para o uso racional e correto dos medicamentos e do direito do cidadão a essa orientação. O cidadão não pode sofrer as consequências dos efeitos nocivos, tóxicos, e colaterais que são o principal motivo das intoxicações no Brasil, a partir do uso indiscriminado e inadequado de medicamentos.

Em relação à segunda emenda, entendemos que ao vedar responsabilidade de quem fabrica e comercializa medicamentos da obrigação de incluir mensagem esclarecedora na propaganda, publicidade e promoção de medicamentos mediante venda livre, e, ao querer dar à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, a atribuição exclusiva, a proposta também vai pelo caminho da desresponsabilização com o uso racional e responsável dos medicamentos, o que de igual forma fere o espírito do projeto.

Desta forma, não há outra alternativa que atenda ao interesse público se não a de expressar nosso voto pela rejeição das emendas de nº 1 e 2 de Plenário.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2008. – Deputado **Ivan Valente**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Defesa do Consumidor, em reunião ordinária realizada hoje opinou pela rejeição das Emendas de Plenário n.ºs 1/2008 e 2/2008 apresentada: ao Projeto de Lei n.º 4.385-B/1994, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Ivan Valente, contra os votos dos Deputados Júlio Delgado e Antônio Cruz.

Estiveram presentes os Senhores Deputados Vital do Rêgo Filho Presidente; Antonio Cruz, Walter Ihoshi e Laerte Bessa – Vice-Presidentes Barbosa Neto, Carlos Sampaio, Celso Russomanno, Dr. Nechar, Eduardo da Fonte, Ivan Valente, Fernando de Fabinho, Jefferson Campos, João Carlos Bacelar, José Carlos Araújo, Júlio Delgado, Luiz Bassuma, Luiz Bittencourt, Nilmar Ruiz, Rodrigo de Castro e Vinicius Carvalho.

Sala da Comissão, 10 de dezembro de 2008. – Deputado **Vital do Rego Filho**, Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

I – Relatório

Indo a Plenário, o Projeto de Lei em epígrafe recebeu as Emendas n.ºs 1 e 2, de natureza aditiva, apresentadas pelo Deputado Ricardo Barros, nos termos regimentais.

A Emenda n.º 1 pretende acrescentar artigo ao projeto principal para permitir a comercialização de medicamentos de venda livre ou de venda sem exigência de prescrição médica em comunidades ribeirinhas, cidades interioranas e localidades de baixa densidade demográfica, por estabelecimentos comerciais previamente cadastrados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Tais estabelecimentos, que são os armazéns, os depósitos e as mercearias, poderiam ser cadastrados por simples notificação à Anvisa, sendo defesa a cobrança de taxas.

A Emenda n.º 2 busca acrescentar artigo ao projeto original para disciplinar as normas sobre propaganda, publicidade e promoção de medicamentos de venda livre.

De acordo com a Emenda, seria vedada a imposição de veiculação de mensagens esclarecedoras sobre esse tipo de medicamento. A veiculação de tais mensagens esclarecedoras seria atribuição exclusiva da Anvisa. Os alertas relativos a contra-indicações e reações adversas constariam das respectivas bulas.

Registre-se o recebimento das Notas Técnicas n.º 64/2008 e 65/2008, elaboradas pela Assessoria Técnica da Anvisa, corroboradas pelo Ministério da Saúde, as quais opinam pela rejeição de ambas as emendas.

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania examinar as emendas em comento quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a teor do que dispõe o art. 32, IV, a, do Regimento Interno.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Sobre os aspectos preliminares que cabe a este órgão Colegiado examinar, verifica-se que as Emendas de Plenário n.ºs 1 e 2 apresentam flagrantes ofensas ao texto constitucional vigente, do ponto de vista material e formal, como ficará demonstrado nas linhas seguintes.

No que concerne à Emenda n.º 1, constata-se ofensa ao direito fundamental à saúde, previsto no art. 196 Constituição Federal, ao consentir a comercialização de medicamentos de venda livre em armazéns, depósitos e mercearias, mediante simples notificação desses estabelecimentos à ANVISA, sem a necessária supervisão e a assistência de profissional qualificado, como ocorre nos estabelecimentos apropriados para comercialização de medicamentos, por exemplo, farmácias e drogarias.

Como bem alerta a Nota Técnica n.º 64/2008, da ANVISA, *“qualquer medicamento, tanto aqueles sujeitos a prescrição, como os isentos de prescrição ou de venda livre, não são isentos da possibilidade de ocorrência de intoxicações ou reações adversas e, portanto, requerem a dispensação por profissional farmacêutico ou sob sua supervisão”*.

Assim, essa medida, como proposta na Emenda n.º 1, põe em risco a saúde pública, que, em sendo direito de todos e dever do Estado, deve ser protegido e fiscalizado pelo Poder Público.

Em relação à Emenda n.º 2, observa-se a ocorrência vícios de inconstitucionalidade tanto de ordem formal quanto material.

Sob o aspecto formal, constata-se vício de iniciativa, tendo em vista que a iniciativa parlamentar não é legítima, pois a Carta da República reserva ao Chefe do Poder Executivo a iniciativa privativa de matérias que disponham sobre as competências dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Assim, ao conferir atribuições à ANVISA, que é autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Saúde, relativas à propaganda, publicidade e promoção de medicamentos de venda livre, a Emenda incorre em vício de iniciativa legislativa, nos termos do art. 84, III, da Lei Maior, que diz competir privativamente ao Presidente da República iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos no texto constitucional.

Na verdade, a iniciativa legislativa privativa é prerrogativa política de seu titular e projeção específica do princípio da separação dos Poderes prevista no art. 2º da Constituição Federal, cuja violação constitui manifesta inconstitucionalidade.

Sob o aspecto material, a Emenda nº 2 também padece de inconstitucionalidade, quando veda a imposição de divulgação de mensagem esclarecedora sobre os medicamentos, além da mera publicidade de seus efeitos terapêuticos.

O legislador constituinte, ao tutelar o direito fundamental à saúde, pretendeu refrear a automedicação e seu uso indiscriminado. O texto constitucional é claro nesse sentido, conforme o art. 220, § 4º, *verbis*:

“Art. 220

§4º A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso”.

Nesse contexto, como bem assevera a Nota Técnica nº 65/2008, da ANVISA, é que se exigem, mediante leis específicas¹ e resoluções da Agência Reguladora, informações nas propagandas de medicamentos que vão além de mera indicação terapêutica.

No que concerne à juridicidade, as emendas em apreço não estão em conformação com o direito, já que ofendem as normas constitucionais acima apontadas.

Finalmente, quanto à técnica legislativa empregada, as emendas em comento apresentam incorreções, não se ajustando, em consequência, às prescrições da Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Ante o exposto, nosso voto é pela inconstitucionalidade, injuridicidade e má técnica legislativa das Emendas de Plenário nºs 1 e 2 ao Projeto de Lei nº 4.385, de 1994.

Sala da Comissão, 6 de agosto de 2009. – Deputado **Maurício Rands**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela inconstitucionalidade, injuridicidade e falta de técnica legislativa das Emendas de Plenário do Projeto de Lei nº 4.385/1994, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Mauricio Rands.

¹Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Tadeu Filippelli – Presidente, Eliseu Padilha, Bonifácio de Andrada e José Maia Filho – Vice-Presidentes, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Arolde de Oliveira, Augusto Farias, Carlos Bezerra, Eduardo Cunha, Emiliano José, Felipe Maia, Fernando Coruja, Flávio Dino, Francisco Tenório, Geraldo Pudim, Gerson Peres, Gonzaga Patriota, Índio da Costa, Jefferson Campos, João Almeida, João Campos, João Paulo Cunha, José Eduardo Cardozo, José Genoio, Magela, Marçal Filho, Marcelo Itagiba, Marcelo Ortiz, Márcio França, Maurício Quintella Lessa, Mauro Benevides, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paes Landim, Pastor Manoel Ferreira, Paulo Magalhães, Paulo Maluf, Regis de Oliveira, Roberto Magalhães, Rubens Otoni, Sandra Rosado, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vicente Arruda, Vieira da Cunha, Vital do Régo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Bispo Gênata, Dr. Rosinha, Edson Aparecido, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Jair Bolsonaro, João Magalhães, Jorginho Maluly, Renato Amary e Ricardo Barros.

Sala da Comissão, 26 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**.

PROJETO DE LEI Nº 2.718-C, DE 2000

(Do Sr. Dr. Rosinha)

Dispõe sobre a venda de espaços para publicidade nos sistemas de transporte rodoviário, ferroviário e metroviário de passageiros; tendo pareceres: da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, pela aprovação (relator: DEP. SALATIEL CARVALHO); da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (relator: DEP. MAURO LOPES); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda (relator: DEP. PAULO MAGALHÃES).

Despacho: Às Comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente E Minorias; Viação e Transportes; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado DR. ROSINHA, dispõe sobre a venda de espaços para publicidade nos sistemas de transporte

rodoviário, ferroviário e metroviário de passageiros e sua aplicação na redução das tarifas cobradas dos usuários dos aludidos sistemas de transporte.

Na sua Justificação, o nobre autor afirma que os veículos e as edificações relativas aos sistemas de transportes de passageiros são meios de comunicação privilegiados para a divulgação de mensagens, em face do seu elevado grau de exposição junto à população, sobretudo nas cidades. No entanto, apesar de a maioria dos sistemas de transporte já serem utilizados para publicidade, não se vê benefícios para os usuários nas tarifas cobradas pelo seu uso. Nesse sentido, o projeto visa corrigir tal distorção, ao determinar a contabilização do montante arrecadado com publicidade como receita operacional, de modo a abater o valor das tarifas.

O projeto foi inicialmente apreciado, quanto ao mérito, na Comissão de Defesa do Consumidor, que opinou unanimemente pela aprovação do projeto.

A seguir, a proposição foi apreciada na Comissão de Viação e Transportes, a qual também concluiu, de forma unânime, pela aprovação da proposição.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.718, de 2000, a teor do disposto no art. 32, inc. IV, alínea “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A matéria em apreço é da competência privativa da União, (art. 22, XI – CF), cabendo ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a sanção do Presidente da República (art. 48 – CF), sendo a iniciativa parlamentar legítima, em face da inexistência de iniciativa privativa de outro Poder.

A proposição obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

No que tange à juridicidade, o projeto harmoniza-se com o ordenamento jurídico vigente, estando inteiramente adequado quanto à juridicidade, em especial com as normas que regem as relações de consumo, ao visar beneficiar os usuários de transporte coletivo com a redução das tarifas praticadas.

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando o mesmo de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº

95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

Em face do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.718, de 2000.

Sala da Comissão, 9 de julho de 2008. – Deputado **Paulo Magalhães**, Relator.

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Na discussão que se seguiu à apresentação do nosso parecer ao PL 2.718, de 2000, surgiram objeções, sob o argumento de que a iniciativa estaria invadindo competência dos Estados e Municípios. Para superá-las, estamos acatando sugestões recebidas em plenário, mediante emenda de redação ao art. 4º do projeto, para deixar claro que a regulamentação do assunto ficará a cargo da entidade política titular do serviço.

Assim, mantemos nosso voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da proposição, com a emenda de redação inclusa.

Sala da Comissão, 11 de agosto de 2009. – Deputado **Paulo Magalhães**, Relator.

EMENDA DE REDAÇÃO

Dê-se ao artigo 4º do projeto a seguinte redação:

“Art. 4º As instruções relativas ao controle e à fiscalização dos procedimentos para o cálculo da tarifa, tendo em vista a redução prevista nesta Lei, serão definidas em lei da entidade política a que o serviço de transporte estiver subordinado.

Sala da Comissão, 11 de agosto de 2009. – Deputado **Paulo Magalhães**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda (apresentada pelo Relator), do Projeto de Lei nº 2.718-B/2000, nos termos do Parecer, com complementação, do Relator, Deputado Paulo Magalhães.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Tadeu Filippelli – Presidente, Eliseu Padilha, Bonifácio de Andrada e José Maia Filho – Vice-Presidentes, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Carlos Bezerra, Colbert Martins, Eduardo Cunha, Efraim Filho, Emiliano José, Felipe Maia, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gerson Peres, Gonzaga Patriota, Indio da Costa, Jefferson Campos, João Almeida, João Campos, João Paulo Cunha, José

Carlos Aleluia, José Eduardo Cardozo, José Genoíno, Jutahy Junior, Marcelo Itagiba, Marcelo Ortiz, Márcio França, Maurício Quintella Lessa, Mauro Benevides, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Seraglio, Paes Landim, Paulo Magalhães, Paulo Maluf, Regis de Oliveira, Roberto Magalhães, Rubens Otoni, Sérgio Barradas Carneiro, Sérgio Brito, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vilson Covatti, Wolney Queiroz, Zinaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Bispo Gê Tenuta, Chico Lopes, Dilceu Sperafico, Dr. Rosinha, Hugo Leal, João Magalhães, José Guimarães, Leo Alcântara, Luiz Couto, Marcos Medrado, Pastor Pedro Ribeiro, Renato Amary e Silvio Costa.

Sala da Comissão, 12 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 7.177-D, DE 2002

(Da Sra. Jandira Feghali)

OFÍCIO Nº 1.624/09 (SF)

Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 7.177-C, de 2002, que “altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para dispor sobre a obrigatoriedade de fornecimento de bolsas de colostomia pelos planos e seguros privados de saúde”.

Despacho: Às Comissões de Segurança Social e Família; e Constituição e Justiça E de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação do Plenário.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 10-B:

“Art. 10-B. Cabe às operadoras definidas nos incisos I e II do § 1º do art. 1º desta Lei, por meio de sua rede de unidades conveniadas, fornecer bolsas de colostomia.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara dos Deputados, 31 de maio de 2006. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2006 (PL nº 7.177, de 2002, na Casa de origem), que “Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para dispor sobre a obrigatoriedade de fornecimento de bolsas de colostomia pelos planos e seguros privados de saúde”.

Substitua-se o Projeto pelo seguinte:

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para tornar obrigatório o fornecimento de bolsas de colostomia, ileostomia e urostomia, de coletor de urina e de sonda vesical, pelos planos privados de assistência à saúde.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 10-B:

“Art. 10-B. Cabe às operadoras dos produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º, por meio de rede própria, credenciada, contratada ou referenciada, ou mediante reembolso, fornecer bolsas de colostomia, ileostomia e urostomia, sonda vesical de demora e coletor de urina com conector, para uso hospitalar, ambulatorial ou domiciliar, vedada a limitação de prazo, valor máximo e quantidade.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

Senado Federal, 11 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

PROJETO DE LEI Nº 861-A, DE 2003

(Do Senado Federal)

PLS Nº 677/99

OFÍCIO Nº 515/03 (SF)

Institui o Dia do Instrumentador Cirúrgico; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: Deputado Rafael Guerra) e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: Deputado Fernando Coruja).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação do Plenário.

Publicação dos Pareceres das Comissões de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania Comissão de Educação e Cultura

I – Relatório

Este projeto de lei, de autoria do Senado Federal, institui o dia 6 de Maio de cada ano, como o “dia do instrumentador” cirúrgico.

Esgotado o prazo regimental não foram apresentadas emendas à proposição.

II – Voto do Relator

Na condição de cirurgião, conhecendo no dia a dia, o dedicado trabalho dos profissionais alvo da homenagem contida neste projeto de lei, nosso parecer só poderia ser favorável.

Somos, portanto, pela aprovação desta proposição.

Sala da Comissão, 18 de junho de 2003. – Deputado **Rafael Guerra**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Educação e Cultura, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela aprovação do Projeto de Lei nº 861/2003, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Rafael Guerra.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Gastão Vieira – Presidente, Jonival Lucas Junior e Lobbe Neto – Vice-Presidentes, Alice Portugal, Antônio Carlos Biffi, Átila Lira, Carlos Abicalil, Celcita Pinheiro, César Bandeira, Chico Alencar, Clóvis Fecury, Costa Ferreira, Eduardo Seabra, Fátima Bezerra, Gilmar Machado, Humberto Michiles, Iara Bernardi, Ivan Valente, João Matos, Marinha Raupp, Miriam Reid, Neyde Aparecida, Osvaldo Biolchi, Paulo Kobayashi, Paulo Lima, Paulo Rubem Santiago, Rogério Teófilo, Severiano Alves, Eduardo Barbosa e Rafael Guerra.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2003. – Deputado **Gastão Vieira**, Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

I – Relatório

O Projeto de Lei referenciado, de autoria do Senado Federal, institui o Dia do Instrumentador Cirúrgico, a ser comemorado, anualmente, no dia 6 de maio.

A proposição foi distribuída à Comissão de Educação, Cultura e Desporto, que a aprovou, em julgamento de mérito, sem qualquer emenda.

Nesta fase, o projeto de lei, que tramita em regime prioritário, encontra-se submetido ao crivo desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para parecer.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Dispõe o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 32, IV, “a”, do RICD, que compete a esta CCJC manifestar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa e redacional do projeto de lei referenciado.

Analisando-o, verifico que estão satisfeitos os mandamentos dos artigos 22, I e 61 da Lei Maior não

ocorrendo, pois, vício constitucional. Ademais, ele não contraria Princípio Geral de Direito, de onde decorre a juridicidade de seus mandamentos.

A técnica legislativa e a redacional com que foi elaborado não está a merecer reparos, vez que observam os ditames da Lei Complementar n.º 95/98, que disciplina o processo de elaboração das leis.

Face ao exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica redacional e legislativa do Projeto de Lei n.º 861, de 2003.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2008. – Deputado **Fernando Coruja**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 861/2003, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Fernando Coruja.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães

s, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 1.852-B, DE 2003

(Do Sr. Fernando Ferro)

Institui o dia 17 de outubro como o “Dia Nacional da Música Popular Brasileira”; tendo pareceres da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. PAULO RUBEM SANTIAGO) e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. MAURÍCIO RANDS).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Deputado Fábio Ramalho, tem como único objetivo instituir no calendário das efemérides nacionais o Dia Nacional da Música Popular Brasileira, a ser comemorado na data de 17 de outubro, data natalícia da compositora e maestrina Chiquinha Gonzaga.

Segundo o autor, a instituição de datas comemorativas tem por finalidade o resgate da memória brasileira como instrumento de afirmação da cidadania e de valorização da identidade nacional. Nesse sentido, acredita que a música é, entre todas as manifestações artísticas brasileiras, a que mais acentuadamente revela a riqueza de nossa diversidade cultural e regional.

Para ele, a data escolhida faz justa homenagem à Chiquinha Gonzaga, *“primeira maestrina do país, que, em pleno século XIX, quando predominava a música européia nos salões da aristocracia brasileira, desafiou os costumes da época e ousou trazer os ritmos africanos para suas composições musicais.”*

A proposição tramita em regime ordinário e é de competência conclusiva das comissões, conforme preceitua o art. 24, II do Regimento Interno desta Casa. Foi distribuída, para exame de mérito, à Comissão de Educação e Cultura, que a aprovou unanimemente e sem emendas, nos termos do parecer da relatora Deputada ANDREIA ZITO.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas neste Órgão Técnico.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a c/c art. 54), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania analise os aspectos constitucionais, jurídicos e de técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.852, de 2003.

A matéria é de competência legislativa concorrente da União (CF, art. 24, IX). Cabe ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a sanção do Presidente da República (CF, art. 48). A iniciativa do parlamentar é legítima (CF, art. 61), uma vez que não está reservada a outro Poder.

Depois de verificados os requisitos constitucionais formais, afere-se que a proposição respeita, igualmente, as demais normas constitucionais de cunho material.

Além disso, o projeto está em acordo com as demais normas infra-constitucionais em vigor no país, assim como atende aos princípios de Direito.

No que diz respeito à técnica legislativa, nada há a ser modificado. O Projeto de Lei ora examinado foi elaborado conforme as disposições da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01.

Isto posto, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.852, de 2003.

Sala da Comissão, 13 de abril de 2009. – Deputado **Maurício Rands**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.852-A/2003, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Maurício Rands.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 929-B, DE 2007

(Do Sr. Milton Monti)

Dispõe sobre o Dia Nacional de Atenção à Dislexia; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. DR. UBIALI); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. COLBERT MARTINS).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita À Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Milton Monti, institui o Dia Nacional de Atenção à Dislexia, a ser comemorado no dia 16 de novembro de cada ano. Estabelece, ainda, que o referido dia será comemorado com eventos sociais, culturais e educativos destinados a difundir informações sobre a doença, conscientizar a sociedade e mostrar a importância do diagnóstico e tratamento precoces.

O autor argumenta em sua justificação que a desinformação sobre a dislexia é generalizada, o que dificulta o diagnóstico e, conseqüentemente, o oferecimento de um tratamento adequado.

Acredita que a instituição de um Dia Nacional de Atenção à Dislexia contribuirá para conscientizar toda a sociedade sobre o problema e permitir que milhares de crianças possam ser diagnosticadas precocemente, tendo a possibilidade, ao receberem o tratamento adequado, de se desenvolverem como as outras crianças.

A matéria é de competência conclusiva das comissões (RI, art. 24, II) e tramita em regime ordinário (RI, art. 151, III). Foi distribuída, inicialmente, à Comissão de Educação e Cultura, que a aprovou, unanimemente, nos termos do parecer do relator, Deputado Dr. Ubiali.

Esgotado o prazo regimental neste Órgão Técnico, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II – Voto do Relator

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a e art. 54), determina caber a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a pronúncia acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 929, de 2007.

Os requisitos constitucionais formais exigidos para a regular tramitação da proposição foi atendido, na medida em que o projeto disciplina matéria relativa à cultura, sendo, então, competência legislativa concorrentemente da União, Estados e Distrito Federal sobre ela legislar (CF, art. 24, IX). Em decorrência, afere-se do texto constitucional caber ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48). Outrossim, a iniciativa parlamentar é legítima, uma vez que não se trata de assunto cuja iniciativa esteja reservada a outro Poder (CF, art. 61).

Paralelamente, observa-se que a proposição também respeita os demais dispositivos constitucionais de cunho material, estando em inteira conformidade com o ordenamento jurídico em vigor no País, bem como com os princípios gerais de Direito.

No que se refere à técnica legislativa, nenhum reparo há a ser feito, já que a proposição se encontra em acordo com as disposições da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01, que dispõem sobre as normas de elaboração das leis.

Diante do exposto, o voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 929, de 2007.

Sala da Comissão, 4 de setembro de 2008. – Deputado **Colbert Martins**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 929-A/2007, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Colbert Martins.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 1.595-C, DE 2007

(Do Sr. João Oliveira)

Denomina de “Prefeito Leôncio Miranda” a ponte na BR-235, sobre o rio Tocantins, entre os Municípios de Tupirama e Pedro Afonso, no Estado do Tocantins; tendo pareceres: da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (relator: DEP. OSVALDO REIS); da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. JORGINHO MALULY); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucio-

nalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. GONZAGA PATRIOTA).

Despacho: Às Comissões de Viação e Transportes; Educação e Cultura; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Vem, a esta Comissão de Constituição e de Cidadania, a proposição em epígrafe, de autoria do Deputado João de Oliveira, visando denominar de “Prefeito Leôncio Miranda” a ponte na BR-235 sobre o rio Tocantins, entre os Municípios de Tupirama e Pedro Afonso, no Estado do Tocantins.

Justifica o autor:

A construção de uma ponte sobre o rio Tocantins, seguindo o traçado da BR-235 e ligando os municípios de Tupirama e Pedro Afonso, no Estado do Tocantins, foi um sonho que se tornou realidade pelos esforços de um líder político como o Senhor Leôncio de Sousa Miranda.

Nascido em Lizarda, no antigo Norte Goiano, hoje Estado do Tocantins, ele foi fundador de Tupirama tendo sido prefeito desse Município, onde destacou-se no cenário político por suas realizações de homem identificado com sua terra e seu povo.

A proposição foi também distribuída à Comissão de Viação e Transportes, que a aprovou, e à Comissão de Educação e Cultura, que, de igual modo, conferiu-lhe assentimento.

A tramitação é conclusiva, nos termos do art. 24, II.

Sob o prisma de análise desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, estabelecido no art. 32, IV, “a”, do Regimento Interno, nossa análise se circunscreve, considerando-se o despacho de distribuição do Presidente da Casa, à análise da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nos termos, agora, do que preceitua o art. 54 do mesmo Estatuto.

É o relatório.

II – Voto do Relator

No que tange à constitucionalidade não temos óbices à livre tramitação da matéria.

Assim também quanto à juridicidade, que deve ser reconhecida, pois não há afronta a princípio informador do nosso ordenamento jurídico, em que pese, não obstante, em um passado recente, a edição do

verbete nº 3 da Súmula de Entendimentos desta Comissão, que considerava:

“Projeto de lei que dá denominação a rodovia ou logradouro público é inconstitucional e injurídico.”

Ocorre, todavia, que tal verbete foi revogado em razão do conflito com o art. 2º da Lei 6.682, de 1979.

Sob o prisma da técnica legislativa, também não encontramos restrições à matéria.

Nesse sentido, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.595, de 2007.

Sala da Comissão, 26 de novembro de 2008. – Deputado **Gonzaga Patriota**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.595-B/2007, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Gonzaga Patriota.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 1.623-B, DE 2007

(Do Sr. Gervásio Silva)

Institui o Dia Nacional do Motorista de Ambulância.; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. ÁTILA LIRA); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. GONZAGA PATRIOTA).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura; Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

O Projeto de Lei em epígrafe, apresentado pelo Deputado Gervásio Silva, institui o Dia Nacional do Motorista de Ambulância, a ser comemorado, anualmente, em todo o território nacional, no dia 10 de outubro.

Argumenta o autor que o exercício da profissão de motorista de ambulância soma várias competências: técnica, pelo exercício da condição de motorista e humana, por tratar diretamente com pessoas fragilizadas. Ressalta que garantir o dia do motorista de ambulância em âmbito nacional é motivar uma profissão de extrema relevância para a sociedade, assim como retribuir o que estes profissionais no seu cotidiano fazem para salvar inúmeras vidas.

A matéria é de competência conclusiva das comissões (RI, art. 24, II) e tramita em regime ordinário (RI, art. 151, III). Foi distribuída, para exame de mérito, à Comissão de Educação e Cultura, que a aprovou unanimemente, nos termos do parecer do relator, Deputado Átila Guerra.

Esgotado o prazo regimental neste Órgão Técnico, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Segundo mandamento regimental desta Casa (art. 32, IV, a e art. 54), cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a pronúncia acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.623, de 2007.

Os requisitos constitucionais formais exigidos para a regular tramitação da proposição foram atendidos, na medida em que o projeto disciplina matéria relativa à cultura, sendo, então, competência legislativa concorrentemente da União sobre ela legislar (CF, art. 24, IX). Em decorrência, afere-se do texto constitucional caber ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48). Outrossim, a iniciativa parlamentar é legítima, uma vez que não se trata de assunto cuja iniciativa esteja reservada a outro Poder (CF, art. 61).

Paralelamente, observa-se que a proposição também respeita os demais dispositivos constitucionais de cunho material, estando em inteira conformidade com

o ordenamento jurídico em vigor no País, bem como com os princípios gerais de Direito.

No que se refere à técnica legislativa, nenhum reparo há a ser feito, já que a proposição encontra-se em acordo com as disposições da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01, que dispõem sobre as normas de elaboração das leis.

Isto posto, o voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.623, de 2007.

Sala da Comissão, 8 de maio de 2008. – Deputado **Gonzaga Patriota**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.623-A/2007, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Gonzaga Patriota.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 1.818-B, DE 2007 (Da Sra. Cida Diogo)

Institui o Dia Nacional Dedicado à Segurança e Saúde nas Escolas; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. CLÓVIS FECURY); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. ANTONIO CARLOS BISCAIA).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

O projeto de lei em análise, de autoria da Deputada Cida Diogo, institui o dia 10 de outubro como o dia nacional de segurança e saúde nas escolas. Determina, ainda, em parágrafo único, que na data mencionada as entidades governamentais e não-governamentais poderão em parceria com as secretarias municipais e estaduais desenvolverem atividades como palestras, concursos de frase ou redação, eleição de cipeiro escolar e visitas em empresas.

Em sua justificativa, a autora esclarece que “a iniciativa de implantar uma Jornada de Segurança e Saúde nas Escolas, com concurso de cartazes, redações alusivas ao tema, palestras e outros eventos, certamente em muito contribuirá para a proteção da criança e adolescente e na formação de futuros cidadãos”.

Ressalta que “a proposta de implantar um Dia Nacional de Saúde e Segurança nas Escolas não implica em custos adicionais, permite a previsão de um projeto didático e a aproximação das Escolas com empresas parceiras, na ótica do Voluntariado e de Responsabilidade Civil, ministrando palestras sobre prevenção de acidentes.”

Por fim, afirma que o objetivo do projeto é suscitar o debate e permitir que as escolas e a própria sociedade se envolvam no debate e nas ações preventivas nas escolas.

A matéria tramita em regime ordinário (RI, art. 151, III) e é de competência conclusiva das comissões (RI, art. 24, II). Foi distribuída, inicialmente, à Comissão de Educação e Cultura que, no exame de mérito, aprovou unanimemente sem emendas, nos termos do parecer do relator, Deputado Clóvis Fecury.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas neste Órgão Técnico.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme dispõe o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, *a c/c* art. 54), cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a análise dos aspectos constitucionais, jurídicos e de técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.818, de 2007.

Os requisitos constitucionais formais foram atendidos. A matéria é de competência legislativa concorrente da União (CF, art. 24, IX), sendo atribuição do Congresso Nacional sobre ela dispor, com a sanção do Presidente da República (CF, art. 48). A iniciativa

do parlamentar é legítima (CF, art. 61), uma vez que não está reservada a outro Poder.

De igual modo, verifica-se que a proposição respeita as demais normas constitucionais de cunho material. Além disso, o projeto está em acordo com as normas infraconstitucionais em vigor no país, assim como atende aos Princípios Gerais de Direito.

No que diz respeito à técnica legislativa, nada há a ser modificado. O Projeto de Lei ora examinado foi elaborado em conformidade com as disposições da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01.

Regimentalmente, não cabe a esta douta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania o exame do mérito da proposição. Embora o tema seja relevante, manifesto minha posição contrária à competência legislativa federal para criação de datas comemorativas.

Diante do exposto, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.818, de 2007.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2008. – Deputado **Antonio Carlos Biscaia**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.818-A/2007, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Antonio Carlos Biscaia.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 1.897-A, DE 2007

(Do Sr. Luiz Carlos Hauly)

Altera o caput do art. 294 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que “Dis-

põe sobre as Sociedades por Ações”; tendo parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, pela aprovação (relator: DEP. MOREIRA MENDES).

Despacho: Às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) E Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio

I – Relatório

Trata-se de projeto de lei que visa à alteração de dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre a Sociedade por Ações.

Este diploma legal prevê como regra geral, em seu artigo 124, que a convocação da Assembléia Geral far-se-á mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora da assembléia, a ordem do dia, e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria. Ademais, a mesma Lei, em seu art. 133, define que os administradores devem comunicar, até 1 (um) mês antes da data marcada para a realização da Assembléia Geral Ordinária, por anúncios publicados, os seguintes documentos:

I – relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo;

II – cópia das demonstrações financeiras;

III – parecer dos auditores independentes, se houver;

IV – parecer do conselho fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver; e

V – demais documentos pertinentes a assuntos incluídos na ordem do dia.

Já o art. 294 da mesma Lei, foco de modificação pretendida pela proposição em tela, simplifica os procedimentos de convocação de assembléia para o caso de companhia fechada com patrimônio líquido inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), permitindo que aquela seja convocada por anúncio entregue a todos os acionistas e desobrigando, assim, a publicação dos documentos acima listados.

A proposição em análise amplia o valor máximo do patrimônio líquido das empresas beneficiárias desta simplificação de procedimentos de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

A matéria também foi distribuída para apreciação das Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania, estando sujeita à apreciação conclusiva das Comissões em tramitação ordinária.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Cabe à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio proferir parecer sobre o mérito econômico da matéria em tela.

Sob esse ponto de vista, o principal objetivo da regulamentação por lei da forma de convocação das assembléias gerais em sociedades por ações é garantir aos acionistas menores informação tempestiva sobre o que está para ser decidido, de forma a viabilizar a melhor defesa de seus interesses. Tal preocupação do legislador é procedente, tendo em vista que garantir a defesa dos interesses dos investidores menores promove um fluxo mais satisfatório de poupanças para financiar investimentos, o que é imprescindível para o bom funcionamento das economias modernas.

Por outro lado, o aumento dos requisitos de transparência nos procedimentos de convocação acarreta uma elevação do custo burocrático de tais procedimentos. Entretanto, para sociedades por ações com um número maior de acionistas, o fluxo de informação entre a gerência e os acionistas é naturalmente mais difícil, o que torna compensador arcar com esse ônus adicional.

Já para sociedades por ações com um número de acionistas relativamente reduzido, que o legislador decidiu fixar em no máximo vinte (20), o fluxo de informação entre gerentes e acionistas é bem mais fluido, tornando menos necessário incorrer no custo burocrático adicional derivado das providências a serem tomadas para a convocação da assembléia.

Adicionalmente, enquanto este custo é mais diluído para empresas maiores, ele passa a se constituir em um ônus mais relevante para as empresas menores. Por estas razões é que o legislador previu procedimentos mais simples para sociedades por ações fechadas com menos de vinte acionistas e patrimônio líquido inferior a um determinado valor (R\$ 1 milhão).

Naturalmente, o valor do que se considera uma sociedade “pequena”, para a qual o ônus extra dos procedimentos de convocação de assembléia não se compensa, vai se alterando ao longo do tempo, em geral, no sentido ascendente. A última alteração ocorreu em 2001, por oportunidade da Lei nº 10.303, daquele ano. De lá para cá, além da inflação, ainda que resi-

dual, a economia cresceu e as empresas brasileiras se tornaram mais capitalizadas, com ampliação dos valores de seus patrimônios.. Isto implicou que, como destacado na justificção do projeto de lei pelo ilustre Autor, “atualmente, a maior parte das sociedades anônimas possui patrimônio líquido superior ao limite estabelecido de R\$ 1.000.000,00”.

Dado o ritmo corrente de crescimento da economia brasileira, a desatualização do valor-limite mencionado continuará se ampliando. Dessa forma, faz todo o sentido atualizá-lo de forma a evitar custos burocráticos desnecessários para as empresas relativamente menores. Tal atualização deve levar em consideração ainda que a frequência de alteração de valores estipulados em lei não deve nunca ser muito alta. Entretanto, o aumento deste valor não deve ser tão grande a ponto de distorcer o próprio conceito de sociedade “pequena”, fugindo ao princípio de simplificação que se pretende ajustar. Nesse sentido, propomos através de emenda ao projeto que esse limite passe a ser de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) ao invés dos cinco milhões de reais proposto no projeto, o que a nosso ver, conjuga adequadamente o meritório objetivo de adequação com um valor mais razoável para o enquadramento das pequenas sociedades na presente regra.

Diante do exposto, **votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.897, de 2007, com a emenda anexa.**

Sala da Comissão, 19 de agosto de 2009. – Deputado **Moreira Mendes**, Relator.

EMENDA

Substitua-se no art. 1º do projeto a expressão “R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)” pela expressão “ R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) “.

Sala da Comissão, 19 de agosto de 2009. – Deputado **Moreira Mendes**, Relator.

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Trata-se de projeto de lei que visa à alteração de dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre a Sociedade por Ações.

Este diploma legal prevê como regra geral, em seu artigo 124, que a convocação da Assembléia Geral far-se-á mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora da assembléia, a ordem do dia, e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria. Ademais, a mesma Lei, em seu art. 133, define que os administradores devem comunicar, até 1 (um) mês antes da data marcada

para a realização da Assembléia Geral Ordinária, por anúncios publicados, os seguintes documentos:

- I – relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo;
- II – cópia das demonstrações financeiras;
- III – parecer dos auditores independentes, se houver;
- IV – parecer do conselho fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver; e
- V – demais documentos pertinentes a assuntos incluídos na ordem do dia.

Já o art. 294 da mesma Lei, foco de modificação pretendida pela proposição em tela, simplifica os procedimentos de convocação de assembléia para o caso de companhia fechada com patrimônio líquido inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), permitindo que aquela seja convocada por anúncio entregue a todos os acionistas e desobrigando, assim, a publicação dos documentos acima listados.

A proposição em análise amplia o valor máximo do patrimônio líquido das empresas beneficiárias desta simplificação de procedimentos de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

A matéria também foi distribuída para apreciação das Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania, estando sujeita à apreciação conclusiva das Comissões em tramitação ordinária.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Cabe à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio proferir parecer sobre o mérito econômico da matéria em tela.

Sob esse ponto de vista, o principal objetivo da regulamentação por lei da forma de convocação das assembléias gerais em sociedades por ações é garantir aos acionistas menores informação tempestiva sobre o que está para ser decidido, de forma a viabilizar a melhor defesa de seus interesses. Tal preocupação do legislador é procedente, tendo em vista que garantir a defesa dos interesses dos investidores menores promove um fluxo mais satisfatório de poupanças para financiar investimentos, o que é imprescindível para o bom funcionamento das economias modernas.

Por outro lado, o aumento dos requisitos de transparência nos procedimentos de convocação acarreta uma elevação do custo burocrático de tais procedimentos. Entretanto, para sociedades por ações com um número maior de acionistas, o fluxo de informação entre a gerência e os acionistas é naturalmente mais difícil, o que torna compensador arcar com esse ônus adicional.

Já para sociedades por ações com um número de acionistas relativamente reduzido, que o legislador decidiu fixar em no máximo vinte (20), o fluxo de informação entre gerentes e acionistas é bem mais fluido, tornando menos necessário incorrer no custo burocrático adicional derivado das providências a serem tomadas para a convocação da assembléia.

Adicionalmente, enquanto este custo é mais diluído para empresas maiores, ele passa a se constituir em um ônus mais relevante para as empresas menores. Por estas razões é que o legislador previu procedimentos mais simples para sociedades por ações fechadas com menos de vinte acionistas e patrimônio líquido inferior a um determinado valor (R\$ 1 milhão).

Naturalmente, o valor do que se considera uma sociedade “pequena”, para a qual o ônus extra dos procedimentos de convocação de assembléia não se compensa, vai se alterando ao longo do tempo, em geral, no sentido ascendente. A última alteração ocorreu em 2001, por oportunidade da Lei nº 10.303, daquele ano. De lá para cá, além da inflação, ainda que residual, a economia cresceu e as empresas brasileiras se tornaram mais capitalizadas, com ampliação dos valores de seus patrimônios.. Isto implicou que, como destacado na justificção do projeto de lei pelo ilustre Autor, “atualmente, a maior parte das sociedades anônimas possui patrimônio líquido superior ao limite estabelecido de R\$ 1.000.000,00”.

Dado o ritmo corrente de crescimento da economia brasileira, a desatualização do valor-limite mencionado continuará se ampliando. Dessa forma, faz todo o sentido atualizá-lo de forma a evitar custos burocráticos desnecessários para as empresas relativamente menores. Tal atualização deve levar em consideração ainda que a frequência de alteração de valores estipulados em lei não deve nunca ser muito alta. Entretanto, o aumento deste valor não deve ser tão grande a ponto de distorcer o próprio conceito de sociedade “pequena”, fugindo ao princípio de simplificação que se pretende ajustar.

Diante do exposto, **votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.897, de 2007.**

Sala da Comissão, 26 de agosto de 2009. – Deputado **Moreira Mendes, Relator.**

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente, o Projeto de Lei nº 1.897/2007, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Moreira Mendes, que apresentou complementação de voto.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Edmilson Valentim – Presidente, Dr. Ubiali e João Maia – Vice-Presidentes, Capitão Assunção, Edson Ezequiel, José Guimarães, Jurandil Juarez, Laurez Moreira, Leandro Sampaio, Luiz Paulo Vellozo Lucas, Miguel Corrêa, Osório Adriano, Renato Molling, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Guilherme Campos, Moreira Mendes e Rebecca Garcia.

Sala da Comissão, 26 de agosto de 2009. – Deputado **Edmilson Valentim, Presidente.**

PROJETO DE LEI Nº 1.953-C, DE 2007

(Do Sr. Luiz Fernando Faria)

Denomina “Rodovia Historiador Osvaldo Henrique Castello Branco” a BR-499, entre o entroncamento com a BR-040 e o Museu Casa de Cabangu, no Município de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais; tendo pareceres: da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (relatora: DEP. ALINE CORRÊA); da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. ELISMAR PRADO); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. JOÃO MAGALHÃES).

Despacho: Às Comissões de Viação E Transportes; Educação e Cultura; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Cuida-se de Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado **Luiz Fernando Faria**, que tem por escopo dar ao trecho da rodovia federal BR-499, entre o entrocamento com a BR-040 e o ponto onde se localiza o Museu Casa de Cabangu, no Município de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais, o nome de “Rodovia Historiador Osvaldo Henrique Castello Branco”.

Na Justificção, o autor explica que a relevância da pequena rodovia federal decorre dos inúmeros visitantes que se deslocam para a visitação do museu,

também chamado de Museu Casa Natal de Santos Dumont, cuja criação, bem como o próprio nome da cidade em que se situa devem-se ao empenho pessoal do ora homenageado.

A Comissão de Viação e Transportes, pronunciando-se sobre o mérito da proposição, aprovou-a unanimemente, nos termos do voto da Relatora, Deputada Aline Corrêa.

Da mesma maneira, a Comissão de Educação e Cultura aprovou o projeto em posição unânime, seguindo a orientação do Relator, Deputado Elismar Prado.

Nos termos do artigo 32, IV, *a*, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cumpre a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se acerca da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa da proposição.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto, que tramita em regime ordinário e está sujeito à apreciação conclusiva das comissões.

É o relatório.

II – Voto do Relator

O projeto de lei em exame observa os requisitos constitucionais relativos à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à iniciativa parlamentar, nada havendo a obstar ao prosseguimento da matéria, no que concerne à sua constitucionalidade formal ou material.

No que se refere à juridicidade, entendemos que o projeto não diverge de princípios jurídicos que possam barrar a sua aprovação por esta Comissão, restando, ao contrário, bem inserido no ordenamento jurídico-positivo pátrio.

É, inclusive, amparado, pelo artigo 2.º da Lei n.º 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências, cuja redação é a seguinte:

“Art. 2º. Mediante lei especial, e observada a regra estabelecida no artigo anterior, uma estação terminal, obra-de-arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à Humanidade. “

No que toca, por fim, à técnica legislativa da proposição, foram obedecidos os ditames da Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, que *“dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, ...”*, alterada pela Lei Complementar n.º 107, de 26 de abril de 2001.

Feitas essas considerações, nosso voto é pela **constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa** do Projeto de Lei n.º 1.953, de 2007.

Sala da Comissão, 1 de julho de 2008. – Deputado **João Magalhães**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 1.953-B/2007, nos termos do Parecer do Relator, Deputado João Magalhães.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 2.036-B, DE 2007

(Do Sr. Jilmar Tatto)

Institui o Dia Nacional do Paisagista, a ser comemorado em 04 de outubro; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. JORGINHO MALULY); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. JOSÉ GENOÍNO).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Pelo presente Projeto de lei, pretende o seu ilustre Autor homenagear os Paisagistas com a instituição de

um “Dia Nacional” (4 de outubro, também “Dia Mundial da Natureza”).

Ainda em 2007 a proposição foi distribuída à CEC – Comissão de Educação e Cultura, onde foi aprovada nos termos do Parecer do Relator, nobre Deputado JORGINHO MALULY, já neste ano.

Agora o Projeto encontra-se nesta douta CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde aguarda Parecer acerca de sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, no prazo do regime ordinário de tramitação.

É o relatório.

II – Voto do Relator

A iniciativa da presente proposição é válida, pois é evidente que só a lei federal pode instituir um “Dia Nacional” no país.

A matéria insere-se entre as de competência da União (CF: art. 48, **caput**) e a iniciativa não é reservada.

Não há problemas no terreno legal e regimental outrossim, sendo finalmente adequada a técnica legislativa empregada no (sucinto) Projeto de lei.

Assim, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL nº 2.036/07.

É o voto.

Sala da Comissão, 25 de novembro de 2008. – Deputado **José Genoíno**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.036-A/2007, nos termos do Parecer do Relator, Deputado José Genoíno.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 2.039-C, DE 2007

(Do Sr. Nelson Trad)

Denomina “Aeroporto de Três Lagoas Ramez Tebet” o Aeroporto de Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso do Sul; tendo pareceres: da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (relatora: DEP. RITA CAMATA); da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. ANTÔNIO CARLOS BIFFI); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. COLBERT MARTINS).

Despacho: Às Comissões de Viação e Transportes; Educação e Cultura; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

I – Projeto inicial

II – Na Comissão de Viação e Transportes:

- parecer da relatora
- parecer da Comissão

III – Na Comissão de Educação e Cultura:

- parecer do relator
- parecer da Comissão

IV – Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:

- parecer do relator
- parecer da Comissão

Art.º 1º – O Aeroporto de Três Lagoas, município de Mato Grosso do Sul, passa a ser denominado “Aeroporto de Três Lagoas – Ramez Tebet”.

Art.º 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Não é sem propósito cívico e muito menos histórico a escolha do nome de um logradouro público para homenagear figuras de destaque na vida nacional e/ou regional. Nesta iniciativa, quando se intenta nomear o Aeroporto de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, somos impelidos a sugerir o nome de Ramez Tebet pelos relevantes serviços que logrou realizar ao longo de sua vida.

Nasceu em Três Lagoas e nela fez o seu curso primário e completando os seus estudos em Lins – SP. Buscou o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, até formar-se em 1.959, em ciências jurídicas e sociais pela

Faculdade de Direito da Universidade Federal, antiga Nacional, para então regressar a Três Lagoas como advogado. Ingressou nos primeiros anos de 1.960 no Ministério Público do então Mato Grosso com enorme proficiência e respeitabilidade. Com a divisão do Mato Grosso, Ramez Tebet já desligado do Ministério Público, militou intensamente na vida política, elegendo-se, como campeão de votos, Deputado Estadual e com a missão de Relator da Constituição do novo Estado. Ramez Tebet ainda exerceu o cargo de Superintendente da Sudeco e, em seguida, foi eleito, na primeira eleição direta pós 1.964, Vice-Governador de Mato Grosso do Sul. Por mais de 9 meses concluiu o mandato de Wilson Barbosa Martins, com o mesmo espírito público que já o consagrara em seu estado natal. Por duas vezes foi eleito Senador da República, nos anos 90 e 2.000, alcançando a Presidência do Congresso Nacional como arguto e conciliador.

Durante o exercício do mandato de Senador, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, foi nomeado Ministro de Integração Nacional e com habilidade e competência deu mostras da sua reconhecida vocação para a vida pública. Faleceu em novembro de 2.006 em Campo Grande onde sempre recebeu respeito, carinho e reconhecimento. Deixou uma família exemplar agora com a liderança da sua exemplar esposa – Fairte Nassar Tebet, e seus filhos Rames Nassar Tebet (advogado), Rodrigo Nassar Tebet (Professor Universitário), Eduarda Nassar Tebet (Médica) e Simone Tebet (Advogada – UFRJ), hoje Prefeita de Três Lagoas.

Seu trabalho foi incensurável e infatigável e o seu talento político esteve, ao longo da sua vida, a serviço do seu estado natal e do País. Justo, portanto, conferir o seu nome ao Aeroporto de Três Lagoas como reverência e prova de reconhecimento dos seus conterrâneos.

Pelos motivos exposto, solicitamos aos nobres Parlamentares o apoio para aprovação deste PL.

Sala das Sessões, 18 de setembro de 2007. – Deputado **Nelson Trad**.

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

I – Relatório

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Nelson Trad, pretende denominar “Aeroporto de Três Lagoas Ramez Tebet” o Aeroporto de Três Lagoas, nome da cidade localizada a leste do Estado de Mato Grosso do Sul.

O autor afirma não ser “sem propósito cívico e muito menos histórico a escolha do nome de um logradouro público para homenagear figuras de destaque na vida nacional e/ou regional”. Defende que a pre-

sente iniciativa é uma justa homenagem ao Senador Ramez Tebet pelos relevantes serviços que realizou ao longo de sua vida.

Por fim, considera mais do que justo conferir seu nome ao Aeroporto de Três Lagoas pelo trabalho incensurável e infatigável e o seu talento político ao longo da sua vida, sempre a serviço do seu estado natal e do País.

Durante o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto de lei em análise.

É o relatório.

I – Voto da Relatora

Nos termos do art. 32, XX, “f”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cabe a este Órgão Técnico pronunciar-se sobre “*aviação civil, aeroportos e infra-estrutura aeroportuária; segurança e controle do tráfego aéreo; direito aeronáutico*”.

O nobre Deputado Nelson Trad pretende homenagear o ex-Senador Ramez Tebet, natural de Três Lagoas, que fica a leste do Estado de Mato Grosso do Sul, distante 7km da divisa com São Paulo, dando o seu nome ao terminal aéreo da cidade.

Tendo-se destacado no cenário local, regional e nacional, Ramez Tebet manteve ao longo da vida uma postura coerente de homem público comprometido com o bem-estar dos seus conterrâneos e do povo brasileiro. Esse breve comentário não substitui a análise de mérito da homenagem cívica, que é da competência da Comissão de Educação e Cultura, conforme o art. 32, IX, “f” do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O aeroporto de Três Lagoas não consta da lista de aeródromos sob a gestão da INFRAERO por não ser um terminal pertencente à União, mas administrado pela Prefeitura de Três Lagoas. Vemos, assim, que a proposta se apropria de ação específica da Câmara dos Vereadores, a quem cabe denominar ou alterar a denominação de espaços sob a tutela do município.

No entanto, quanto a esta questão nada temos a opinar, uma vez que esta Comissão de Viação e Transportes tem o dever de se ater ao exame do mérito conforme disposto no inciso XX do art. 32 do regimento Interno da Câmara dos Deputados. Sem dúvida nenhuma, a Comissão de Constituição e Justiça pronunciar-se-á a respeito do questionamento de ordem de iniciativa. Atenho-me, pois, ao mérito da matéria.

O projeto de lei sob exame atende parcialmente a Lei nº 1.909, de 21 de junho de 1953, que dispõe sobre a denominação dos aeroportos e aeródromos nacionais, estabelecendo, em seu art. 1º, que todos eles “*terão em geral a denominação das próprias cidades, vilas e povoados em que se encontrem*”. Ain-

da de acordo com o § 1º deste mesmo artigo, “*poderá um aeroporto ou aeródromo ter a denominação de um nome de brasileiro que tenha prestado relevante serviço à causa da Aviação, ou de um fato histórico*”. Ocorre que nos últimos anos, projetos de lei homenageando brasileiros que se destacaram em outros ramos de atividade, notadamente na política, foram aprovados, a exemplo da Lei nº 10.314, de 28 de novembro de 2001, que denomina o atual aeroporto de Guarulhos como “Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro”.

Não se questiona também a justiça da homenagem a uma figura pública de atuação ilibada. Inicialmente como promotor público, depois como professor universitário, prefeito da cidade de Três Lagoas, deputado estadual, vice governador, Governador do Estado, senador, Ministro de Estado, presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional e com dois mandatos de senador, foram mais de 40 anos de vida pública, inteiramente dedicados a Mato Grosso do Sul e ao País.

Ante o exposto, votamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 2.039, de 2007.

Sala da Comissão, 30 de Novembro de 2007. – Deputada **Rita Camata**, Relatora.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Viação e Transportes, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 2.039/07, nos termos do parecer da relatora, Deputada Rita Camata.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Eliseu Padilha – Presidente, José Santana de Vasconcellos, Mauro Lopes e Hugo Leal – Vice-Presidentes, Aline Corrêa, Carlos Brandão, Carlos Zartini, Chico da Princesa, Ciro Pedrosa, Devanir Ribeiro, Dr. Paulo César, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Lael Varella, Moises Avelino, Ricardo Barros, Arnaldo Jardim, Claudio Cajado, Cristiano Matheus, Edinho Bez, Edson Aparecido, Felipe Bornier, Jurandy Loureiro, Milton Monti, Osvaldo Reis, Pedro Fernandes, Roberto Britto e Vanderlei Macris.

Sala da Comissão, 19 de dezembro de 2007. – Deputado **Eliseu Padilha**, Presidente.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

I – Relatório

A matéria em exame, de autoria do ilustre Deputado NELSON TRAD, dá nova denominação ao aeroporto de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul.

O nome sugerido é uma homenagem ao ex-Senador Ramez Tebet, falecido em 2006.

O PL foi distribuído às Comissões de Viação e Transportes – CVT, Educação e Cultura – CEC e de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC (art. 54, RICD).

Na CVT, onde não foram apresentadas Emendas, o Parecer da nobre Deputada RITA CAMATA foi favorável à proposição em apreço, no que foi unanimemente acompanhada no seu voto pela Comissão.

O trâmite da proposição em pauta está sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II, RICD).

Na CEC, onde não recebeu emendas no prazo regimental, cabe examinar a matéria sob a ótica do mérito educacional e cultural, com Parecer de minha autoria, por designação do Presidente da Comissão.

II – Voto do Relator

A pretendida homenagem, muito bem justificada pelo autor da proposta, ressalta os méritos pessoais, profissionais, políticos e de cidadão de Ramez Tebet, que nasceu e viveu grande parte de sua vida em Três Lagoas. E adverte que o seu propósito com a homenagem é muito mais destacar os relevantes serviços à Nação prestados pelo saudoso e ilustre homem de família exemplar, advogado, jurista e político brasileiro, do que estabelecer vínculos históricos ou cívicos de Ramez Tebet com o País.

Os detalhes da rica biografia de Ramez Tebet estão vivos entre nós, com fartura de exemplos de força, determinação e compromisso ético com todas as causas.

Cabe reconhecer, portanto, que a homenagem tem grande mérito educacional e cultural, e nenhum óbice técnico como bem examinado pela CVT.

Posto isso, voto pela aprovação, – no julgamento de mérito educacional e cultural que compete exclusivamente à CEC -, do Projeto de Lei nº 2039, de 2007, do nobre Deputado NELSON TRAD.

Sala da Comissão, 10 de julho de 2008. – Deputado **Antônio Carlos Biffi**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Educação e Cultura, em reunião ordinária realizada hoje, concluiu unanimemente pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.039-A/07, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Antônio Carlos Biffi.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

João Matos, Presidente; Osvaldo Reis e Alex Canziani, Vice-Presidentes; Alice Portugal, Angelo Vannahoni, Antônio Carlos Biffi, Átila Lira, Frank Aguiar, Iran Barbosa, Ivan Valente, Joaquim Beltrão, Lelo Coimbra, Lobbe Neto, Pinto Itamaraty, Professor Setimo, Raul

Henry, Reginaldo Lopes, Waldir Maranhão, Antonio Bulhões, Dr. Talmir, Dr. Ubiali, Jorginho Maluly, José Linhares, Milton Monti, Pedro Wilson, Professor Ruy Pauletti, Raimundo Gomes de Matos e Rodrigo Rocha Loures.

Sala da Comissão, 13 de agosto de 2008. – Deputado **João Matos**, Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

I – Relatório

O projeto de lei em foco, de autoria do ilustre Deputado NELSON TRAD, tem por objetivo dar a denominação de “Aeroporto de Três Lagoas Ramez Tebet” ao aeroporto do Município de Três Lagoas, no Estado do Mato Grosso do Sul.

Na justificativa que acompanha o projeto, o autor procura fazer um breve relato dos relevantes serviços prestados à vida pública pelo homenageado, que foi advogado, membro do Ministério Público, Deputado Estadual e Constituinte de seu Estado, Vice-Governador e Senador eleito por duas vezes, tendo chegado à Presidência do Congresso Nacional. Segundo as palavras do autor, “seu trabalho foi incensurável e infatigável e o seu talento político esteve, ao longo da sua vida, a serviço do estado natal e do País”.

A proposição foi distribuída, para análise de mérito, às Comissões de Viação e Transportes e de Educação e Cultura, cujos pareceres foram no sentido de sua aprovação.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art.32, IV, a), cumpre a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto em foco.

Estão atendidos os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições normativas do Congresso Nacional, nos termos dos artigos 22, X, e 48, *caput*, ambos da Constituição Federal. Não havendo reserva de iniciativa sobre o tema, revela-se legítima a apresentação do projeto por parte de parlamentar.

Quanto aos aspectos de juridicidade, observa-se que a proposição conforma-se ao que dispõe a Lei nº 1.909/53, que dispõe sobre a denominação dos aeroportos e aeródromos nacionais e estabelece que “os aeroportos brasileiros terão em geral a denominação das próprias cidades, vilas ou povoados em que se encontrem” (art. 1º, *caput*), e ainda que “sempre mediante

lei especial para cada caso, poderá um aeroporto ou um aeródromo ter a designação de um nome de brasileiro que tenha prestado relevante serviço à causa da Aviação” (art. 1º, § 1º).

Do ponto de vista da técnica legislativa e da redação, também não há o que se corrigir nem objetar

Tudo isso posto, concluímos o voto no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.039, de 2007.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2008. – Deputado **Colbert Martins**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.039-B/2007, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Colbert Martins.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 2.069-B, DE 2007

(Do Senado Federal)

PLS 177/2006

OFÍCIO Nº 1259/2006 (SF)

Institui o dia 9 de agosto como o “Dia Nacional da Equoterapia”; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. ANGELO VANHONI e relator-substituto: DEP. CARLOS ABICALIL); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. RICARDO BARROS).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura; Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

O Projeto de Lei em epígrafe, oriundo do Senado Federal, chega a esta Casa para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. Tem como único escopo instituir o “Dia Nacional da Equoterapia” a ser celebrado anualmente no dia 9 de agosto.

O Senador Flávio Arns, autor da proposição, ensina:

“A Equoterapia é um método terapêutico que utiliza a relação entre o cavalo e o homem, aplicada nas áreas de saúde e de educação sob uma ótica interdisciplinar, na busca do desenvolvimento biopsicossocial, da habilitação e da reabilitação de pessoas com deficiência.

Os benefícios propiciados pela Equoterapia são vários: o desenvolvimento emocional e cognitivo, a melhoria da qualidade de vida, a aquisição de novas habilidades psicomotoras, o incremento das relações interpessoais, o ganho de maior autonomia pessoal, e a formação de novos vínculos afetivos. Ela contribui para o desenvolvimento da força e do tônus muscular, da flexibilidade e do relaxamento, e proporciona um incremento na autoconsciência e na autopercepção corporal, no equilíbrio e na correção postural, aprimorando a coordenação motora dos que a praticam.”

Argumenta ainda que a escolha da data – 9 de agosto – refere-se ao início do XII Congresso Internacional de Equoterapia no Brasil, realizado em 2007 – o primeiro evento dessa natureza realizado fora dos países centrais – o que consubstancia a importância do crescimento dessa prática terapêutica em nosso país.

A matéria tramita em regime prioritário (RI, art. 151, II, a) e é de competência conclusiva das comissões (RI, art. 24, II). Foi distribuída, inicialmente, à Comissão de Educação e Cultura que, no exame de mérito, a aprovou sem emendas.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a c/c art. 54), cabe

a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a análise dos aspectos constitucionais, jurídicos e de técnica legislativa do Projeto de Lei em análise.

A matéria é de competência legislativa concorrente da União (CF, art. 24, IX), sendo atribuição do Congresso Nacional sobre ela dispor, com a sanção do Presidente da República (CF, art. 48). A iniciativa do parlamentar é legítima (CF, art. 61), uma vez que não está reservada a outro Poder.

Após verificados os requisitos constitucionais formais, afere-se que a proposição respeita, igualmente, as demais normas constitucionais de cunho material. Além disso, o projeto está em acordo com as normas infraconstitucionais em vigor no país, assim como atende aos Princípios Gerais de Direito.

No que diz respeito à técnica legislativa, nada há a ser modificado. O Projeto de Lei ora examinado foi elaborado conforme as disposições da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01.

Isto posto, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.069, de 2007.

Sala da Comissão, 18 de julho de 2008. – Deputado **Ricardo Barros**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.069-A/2007, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Ricardo Barros.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 2.070-B, DE 2007

(Do Senado Federal)

PLS Nº 299/2006**OFÍCIO Nº 1.262/2007 (SF)**

Institui o “Dia da Guarda Municipal”, a ser comemorado no dia 10 de outubro; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. OSVALDO REIS); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. MARCELO ITAGIBA).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24, II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**I – Relatório**

Trata-se do Projeto de Lei nº 2.070, de 2007, do Senado Federal (PLS nº 299/2006), de autoria do eminente Senador ROMEU TUMA, tendo por objetivo homenagear as guardas municipais, criadas em muitos Municípios brasileiros.

Por consenso alcançado no Congresso Nacional de Guardas Municipais, realizado em Curitiba, PR, o dia escolhido pelo autor da proposta foi o dia 10 de outubro tendo em vista que, no ano de 1831, nesta data, o Regente Feijó editou um decreto que autorizava as Províncias criarem seus corpos de Guardas Municipais.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi distribuído às Comissões de Educação e Cultura – CEC e de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC (art. 54, RICD), sob rito prioritário, sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II, RICD).

Na CEC, onde não recebeu emendas no prazo regimental, o projeto recebeu parecer favorável do Relator Osvaldo Reis, manifestação esta aprovada à unanimidade.

Na CCJC, fui designado relator. Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Relativamente à adequação constitucional, não há impedimento para que a matéria seja tratada conforme proposto, tendo em vista caber ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da

União, tal qual preceituado no **caput** do art. 48, da Constituição Federal.

Também presente o requisito da legitimidade para as proposições de lei ordinária, conforme o disposto no art. 61, *caput*, da Lei Maior.

Não há, outrossim, qualquer violação a princípios de ordem material na Constituição vigente.

Nada a opor, de mesmo modo, nem quando à juridicidade nem, tampouco, quanto ao mérito.

Aliás, há muito tenho me manifestado no sentido de prestigiar as guardas municipais no âmbito do sistema nacional de segurança pública, tanto que apresentei uma PEC (nº 187/2007), com o fim de autorizar os Estados e o DF a legislar sobre infrações contravençionais e os Municípios sobre os atos anti-sociais e infrações ao código de postura municipal.

Na minha visão, os guardas municipais são verdadeiros anjos da guarda da população, e seriam ainda mais importantes e atuantes no resguardo dos cidadãos em face das infrações que mais lhes afligem diretamente no seu dia a dia, caso fosse promulgada a PEC referida, de minha autoria, que já recebeu parecer pela admissibilidade nesta Comissão, razão pela qual não poderia deixar de aqui mencioná-la.

Isto posto, reconhecendo meritória a iniciativa, aliás como bem asseverou a Comissão de Educação e Cultura, não havendo óbices quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto, manifesto-me pela aprovação do PL nº 2.070, de 2007.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2008. – Deputado **Marcelo Itagiba**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.070-A/2007, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Marcelo Itagiba.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo

Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 2.094-B, DE 2007

(Do Sr. Gilmar Machado)

Disciplina o couvert artístico e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação deste e do de nº 3.306/08, apensado, com substitutivo (relator: DEP. EUDES XAVIER); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do de nº 3.306/08, apensado, nos termos do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (relator: DEP. JOSÉ GENÓINO).

Despacho: Às Comissões de Trabalho; de Administração e Serviço Público; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição E Justiça e de Cidadania

I – Relatório

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Deputado Gilmar Machado, pretende disciplinar o "couvert" artístico dos estabelecimentos comerciais que se utilizem de serviços de músicos para a divulgação da casa e do entretenimento de fregueses.

À proposição foi apensado o Projeto de Lei n.º 3.306, de 2008, do Deputado Lelo Coimbra, com igual escopo, porém voltado para as relações entre os clientes e os estabelecimentos que cobram o referido "couvert" artístico.

As proposições foram distribuídas à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, para juízo de mérito, tendo dela merecido aprovação nos termos de Substitutivo da lavra do relator, Deputado Eudes Xavier, que integrou a ambas, vez que eram complementares e inseriu a matéria na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Posteriormente, os projetos e o Substitutivo da CTASP vieram a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para julgamento de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, de técnica legislativa e redacional, ocasião em que não receberam emendas.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Segundo o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete a esta Comissão manifestar-se quanto à constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa das propostas legislativas sob comento.

Estão satisfeitos os mandamentos dos artigos 22, I e 61 da Lei Maior não ocorrendo, pois, vício constitucional.

Lado outro, as proposições não contrariam Princípio Geral de Direito nem mesmo norma hierarquicamente superior, decisão jurisprudencial cogente ou disposição regimental, de onde decorre a juridicidade, legalidade e regimentalidade de seus mandamentos.

Quanto à técnica legislativa, razão assiste à Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público quando integrou as proposições e, mais ainda, quando incluiu a matéria na Consolidação das Leis do Trabalho.

Dessa forma, o Substitutivo da CTASP evitou a proliferação de leis sobre o mesmo assunto, o que está em perfeita concordância com o regramento cogente da Lei Complementar n.º 95/98, alterada pela LC n.º 107/01, que disciplina o processo de elaboração das leis.

Face ao exposto, voto pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica redacional e legislativa dos Projetos de Lei n.º 2.094-A, de 2007, e n.º 3.306, de 2008, ambos nos termos do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Sala da Comissão, 8 de julho de 2009. – Deputado **José Genoíno**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.094-A/2007 e do de nº 3.306/2008, apensado, nos termos do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, de acordo com o Parecer do Relator, Deputado José Genoíno.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Tadeu Filippelli – Presidente, Eliseu Padilha, Bonifácio de Andrada e José Maia Filho – Vice-Presidentes, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Arolde de Oliveira, Augusto Farias, Carlos Bezerra, Eduardo Cunha, Emiliano José, Felipe Maia, Fernando Coruja, Flávio Dino, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gerson Peres, Gonzaga Patriota, Índio da Costa, Jefferson Campos, João Almeida, João Campos, João Paulo Cunha, José Eduardo Cardozo, José Genoíno,

Magela, Marçal Filho, Marcelo Itagiba, Marcelo Ortiz, Márcio França, Maurício Quintella Lessa, Mauro Benevides, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paes Landim, Pastor Manoel Ferreira, Paulo Magalhães, Paulo Maluf, Regis de Oliveira, Roberto Magalhães, Rubens Otoni, Sandra Rosado, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vicente Arruda, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Bispo Gênata, Dr. Rosinha, Edson Aparecido, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Jair Bolsonaro, João Magalhães, Jorginho Maluly, Renato Amary e Ricardo Barros.

Sala da Comissão, 26 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 2.655-B, DE 2007

(Da Sra. Jusmari Oliveira)

Fixa a data de 13 de Dezembro como o “Dia Nacional da Vaquejada”; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. OSVALDO REIS); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. GONZAGA PATRIOTA).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura; Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Através da presente iniciativa, a Deputada Jusmari Oliveira, propõe a instituição do “Dia Nacional da Vaquejada” a ser comemorado no dia 13 de dezembro.

Argumenta a autora que “os aspectos culturais da vaquejada são marcantes e altamente significativos para a formação do povo nordestino e estão disseminados por todos os rincões do país. É uma manifestação cultural que transpôs as fronteiras do Nordeste e alcança todos os Estados brasileiros, onde as organizações e associações de vaqueiros já estão formando federações e, em andamento, estrutura-se a Confederação Nacional.”

Para a autora a proposição objetiva “estabelecer uma data como referência como uma atividade cultural e esportiva da maior significação para o país que é a vaquejada”.

Esclarece que a escolha da data se deve ao fato de que 13 de dezembro “é o dia tradicionalmente cul-

tuado religiosamente pelos bravos e valentes homens que muito fizeram e fazem pela região e pelo país”.

A matéria é de competência conclusiva das comissões (RI, art. 24, II) e tramita em regime ordinário (RI, art. 151, III). Foi distribuída, inicialmente, à Comissão de Educação e Cultura, que, no mérito, a aprovou, unanimemente, nos termos do parecer do relator, Deputado Osvaldo Reis.

Decorrido o prazo regimental de cinco sessões neste Órgão Técnico, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II – Voto do Relator

De acordo com o Regimento Interno (art. 32, IV, a e art. 54), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.655, de 2007.

O projeto trata de matéria cuja competência legislativa é concorrentemente da União, Estados e Distrito Federal (CF, art. 24, IX), cabendo ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48). A iniciativa parlamentar é legítima, uma vez que não se trata de assunto cuja iniciativa esteja reservada a outro Poder (CF, art. 61).

Constatada a obediência aos requisitos constitucionais formais, verifica-se, outrossim, que a proposição também respeita os demais dispositivos constitucionais de cunho material.

Ademais, o projeto é jurídico, pois está em conformidade com o ordenamento jurídico em vigor no País, bem como com os princípios gerais de Direito.

No que se refere à técnica legislativa, nenhum reparo há a ser feito, já que a proposição encontra-se em acordo com as disposições da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01, que dispõem sobre as normas de elaboração das leis.

Assim, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.655, de 2007.

Sala da Comissão, 15 de julho de 2008. – Deputado **Gonzaga Patriota**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.655-A/2007, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Gonzaga Patriota.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtênir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 2.670-B, DE 2007

(Do Senado Federal)

PLS Nº 99/07

OFÍCIO Nº 1947/07 – SF

Institui o Dia do Pescador Amador; teno do pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. PINTO ITAMARATY); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. GONZAGA PATRIOTA).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Chega a esta Casa Legislativa para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o projeto de lei em epígrafe, oriundo do Senado Federal, que institui o dia 29 de junho como o Dia do Pescador Amador.

O Senador Mário Couto, autor da proposição, justifica sua iniciativa lembrando que, em alguns Estados da Federação, por tradição religiosa, comemora-se o dia do pescador no dia 29 de junho, data em que se celebra São Pedro, apóstolo pescador e padroeiro dos pescadores, que representa proteção e boa pesca.

Explica que “diferentemente da pesca artesanal e da empresarial, que são atividades econômicas com fins lucrativos, a pesca amadora constitui uma modalidade esportiva, a “pesca desportiva”, e uma atividade

de lazer, que não se destina nem ao uso comercial nem a competições desportivas”.

A matéria é de competência conclusiva das comissões (RI, art. 24, II) e tramita em regime prioritário (RI, art. 151, II,a). Foi distribuída, inicialmente, à Comissão de Educação e Cultura, que, no mérito, aprovou, unanimemente, nos termos do parecer do relator, Deputado Pinto Itamaraty.

Decorrido o prazo regimental de cinco sessões neste Órgão Técnico, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II – Voto do Relator

De acordo com o Regimento Interno (art. 32, IV, a e art. 54), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.670, de 2007.

O projeto trata de matéria cuja competência legislativa é concorrentemente da União, Estados e Distrito Federal (CF, art. 24, IX), cabendo ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48). A iniciativa parlamentar é legítima, uma vez que não se trata de assunto cuja iniciativa esteja reservada a outro Poder (CF, art. 61).

Constatada a obediência aos requisitos constitucionais formais, verifica-se, outrossim, que a proposição também respeita os demais dispositivos constitucionais de cunho material.

Ademais, o projeto é jurídico, pois está em conformidade com o ordenamento jurídico em vigor no País, bem como com os princípios gerais de Direito.

No que se refere à técnica legislativa, nenhum reparo há a ser feito, já que a proposição encontra-se em acordo com as disposições da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01, que dispõem sobre as normas de elaboração das leis.

Assim, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.670, de 2007.

Sala da Comissão, 15 de julho de 2008. – Deputado **Gonzaga Patriota**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.670/2007, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Gonzaga Patriota.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtênir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 2.793-B, DE 2008

(Do Sr. Alex Canziani)

Confere ao Município de Apucarana, no Estado do Paraná, o título de “Capital Nacional do Boné”; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. FRANK AGUIAR); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. GONZAGA PATRIOTA).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

O Projeto de Lei referenciado atribui confere ao Município de Apucarana, no Paraná, o título de “Capital Nacional do Boné”.

A proposição foi distribuída à Comissão de Educação, Cultura e Desporto, que a aprovou, em julgamento de mérito, sem qualquer emenda.

Nesta fase, o projeto de lei, que tramita em regime ordinário e sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões, encontra-se submetido ao crivo desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para parecer, ocasião em que não recebeu emenda.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Consoante o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 32, IV, “a”, do RICD, compete a esta

CCJC manifestar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa e redacional do projeto de lei referenciado.

Analisando-o, verifico que estão satisfeitos os mandamentos dos artigos 22, I e 61 da Lei Maior não ocorrendo, pois, vício constitucional. Ademais, ele não contraria Princípio Geral de Direito, de onde decorre a juridicidade de seus mandamentos.

Quanto à técnica legislativa e redacional com que foi elaborado, não está a merecer reparos, vez que observam os ditames da Lei Complementar n.º 95/98, que disciplina o processo de elaboração das leis.

Face ao exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica redacional e legislativa do Projeto de Lei n.º 2.793, de 2008.

Sala da Comissão, 15 de setembro de 2008. – Deputado **Gonzaga Patriota**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 2.793-A/2008, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Gonzaga Patriota.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtênir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, em 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 3.071-C, DE 2008

(Do Sr. Gonzaga Patriota)

Denomina a BR-363, localizada em Fernando de Noronha no Estado de Pernambuco, de “Estrada Miguel Arraes de Alencar”; tendo pareceres: da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (relator: DEP. BRUNO ARAÚJO); da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. PAULO RUBEM SANTIAGO);

e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. ROBERTO MAGALHÃES).

Despacho: Às Comissões de Viação e Transportes; Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Vem, a esta Comissão de Constituição e de Cidadania, a proposição em epígrafe, de autoria do Deputado Gonzaga Patriota, visando denominar de “Estrada Miguel Arraes de Alencar” a BR-363, localizada em Fernando de Noronha no Estado de Pernambuco.

Justifica o autor:

Miguel Arraes (1916-2005), advogado, economista e político, foi personalidade de destaque no cenário nacional por mais de quatro décadas: foi 2 (duas) vezes governador do Estado de Pernambuco, 3(três) vezes deputado federal e prefeito do Recife. Esse grande nome da política brasileira tem sua trajetória política marcada por duas distintas fases: a primeira, antes do golpe militar de 1964, e a segunda, após a anistia e sua volta do exílio.

O marco que divide a vida política desse notável cearense que conquistou o coração dos pernambucanos é sua prisão em 1º de abril de 1964. Nesse dia, após recusar-se a renunciar ao cargo de governador e a proferir a frase durante o cerco ao Palácio das Princesas que ficou para posteridade como um dos símbolos da resistência à ditadura – “não trairei a vontade dos que me elegeram” –, foi preso na tarde desse mesmo dia na estrada federal BR-363 em Fernando de Noronha.

A BR-363, a “BR” de Noronha, segunda menor estrada federal do país com 7,2 km de extensão, ficou marcada para sempre por esse episódio em que o governador do Estado de Pernambuco foi preso por defender a democracia e obrigado a permanecer em Noronha por onze meses. É no sentido de homenagear Miguel Arraes, esse grande político brasileiro, e de conservar viva a história nacional que solicito o apoio de todos os ilustres pares para a aprovação deste importante projeto de lei.

A proposição foi também distribuída à Comissão de Viação e Transportes, que a aprovou, e à Comissão de Educação e Cultura, que, de igual modo, conferiu-lhe assentimento.

A tramitação é conclusiva, nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno. Por isso foi aberto o prazo para o oferecimento de emendas, nos termos agora do art. 119, I, do mesmo Estatuto. Todavia, nenhuma emenda foi apresentada.

Sob o prisma de análise desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, estabelecido no art. 32, IV, “a”, do Regimento Interno, nossa análise se circunscreve, considerando-se o despacho de distribuição do Presidente da Casa, à análise da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, em conformidade com o que preceitua o art. 54 do Regimento.

É o relatório.

II – Voto do Relator

No que tange à constitucionalidade não temos óbices à livre tramitação da matéria.

Assim também quanto à juridicidade, que deve ser reconhecida, pois não há afronta a princípio informador do nosso ordenamento jurídico, em que pese, não obstante, em um passado recente, a edição do verbete nº 3 da Súmula de Entendimentos desta Comissão, que considerava:

“Projeto de lei que dá denominação a rodovia ou logradouro público é inconstitucional e injurídico.”

Ocorre, todavia, que tal verbete foi revogado em razão do conflito com o art. 2º da Lei 6.682, de 1979.

Sob o prisma da técnica legislativa, também não encontramos restrições à matéria.

Nesse sentido, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.071, de 2008.

Sala da Comissão, 23 de dezembro de 2008. – Deputado **Roberto Magalhães**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.071-B/2008, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Roberto Magalhães.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira,

Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 3.074-B, DE 2008

(Do Sr. Antônio Andrade)

Denomina “Rodovia Juscelino Kubitschek” o trecho da BR-040 entre Brasília, Capital Federal, e Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais; tendo pareceres: da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (relator: DEP. JOÃO MAGALHÃES); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. BONIFÁCIO DE ANDRADA).

Despacho: Às Comissões de Viação e Transportes e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de projeto de lei, de autoria do Deputado Antônio Andrade, que intenta denominar “Rodovia Juscelino Kubitschek” o trecho da BR-040 entre Brasília (DF) e Belo Horizonte (MG).

Na justificação, seu autor esclarece que, “dar ao trecho da BR-040, entre Brasília e Belo Horizonte, o nome de Juscelino Kubitschek, significa prestar uma justa homenagem a um homem que interiorizou e acelerou o desenvolvimento brasileiro no coração do país”.

Adiante, conclui que “justifica-se, portanto, este projeto de lei, pela importância, amplitude e alcance do nome de JK, razão pela qual solicitamos o endosso de nossos ilustres Pares para a sua aprovação”.

A proposição em apreço foi distribuída, inicialmente, à Comissão Viação e Transportes que, unanimemente, decidiu por sua aprovação, nos termos do parecer do relator, Deputado João Magalhães.

Cabe, agora, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania examiná-la quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nos termos do que dispõe o art. 54, I, do Regimento interno.

A matéria está submetida ao regime de tramitação ordinária e sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, a teor do que estabelece o art. 24, II, também do Regimento Interno.

Decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – Voto do Relator

É preciso registrar, nesta oportunidade, que Juscelino Kubitschek marcou a vida brasileira com uma presença presidencial ativa, empreendedora e carismática, deixando ao longo da sua existência uma lembrança que é ressaltada no meio do nosso povo.

A sua determinação político-administrativa, o seu estilo simpático e cordial no contado com todos, inclusive no meio de seus adversários, e suas convicções pessoais, entranhadas em muito de mineiridade, revelam nas páginas históricas que viveu uma atuação de forte teor social e político.

O Projeto de Lei nº 3.074, de 2008, cuida de matéria de competência privativa da União (art. 22, XI, da CF) e de atribuição do Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República (art. 48, *caput*, CF), sendo legítima a iniciativa parlamentar concorrente, já que não se trata de reserva de iniciativa (art. 61, *caput*, da CF).

No que concerne à juridicidade, a proposição em comento afigura-se nos jurídica, porquanto está em conformidade com o ordenamento jurídico vigente, especialmente com o disposto no art. 2º da Lei nº 6.682, de 1979, que estatui, *in verbis*:

“Art. 2º Mediante lei especial, e observada a regra estabelecida no artigo anterior, uma estação terminal, obra de arte *ou trecho de via* poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de *nome de pessoa falecida* que haja prestado relevantes serviços à Nação ou à Humanidade.” (grifo nosso)

Finalmente, no que toca à técnica legislativa empregada, nenhum reparo há de ser feito, posto que a proposição em exame foi redigida consoante às normas da Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Em face do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.074, de 2008.

Sala da Comissão, 16 de dezembro de 2008. – Deputado **Bonifácio de Andrada**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.074-A/2008, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Bonifácio de Andrada.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 3.165-C, DE 2008

(Do Sr. José Otávio Germano)

Denomina Viaduto Deputado Federal Júlio Redecker localizado no km 243 da BR 116, no Município de São Leopoldo/RS; tendo pareceres: da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (relator: DEP. BETO ALBUQUERQUE); da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. PROFESSOR RUY PAULETTI); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO).

Despacho: Às Comissões de Viação e Transportes; Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Pelo presente Projeto de lei, pretende seu ilustre Autor homenagear o saudoso Deputado JÚLIO REDECKER, dando seu nome à um Viaduto localizado no trecho rodoviário descrito na ementa, no Estado natal do Parlamentar.

O Projeto foi distribuído de início à CVT – Comissão de Viação e Transportes, onde foi aprovado nos termos do Parecer do Relator, nobre Deputado BETO ALBUQUERQUE.

A seguir a proposição foi submetida ao crivo da CEC – Comissão de Educação e Cultura, onde também foi aprovado nos termos do Parecer do Relator, nobre Deputado PROFESSOR RUY PAULETTI.

Agora o Projeto encontra-se nesta douda CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde aguarda Parecer acerca de sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, no prazo do regime ordinário de tramitação.

É o relatório.

II – Voto do Relator

A iniciativa da proposição em epígrafe é válida, pois é evidente que só a lei federal pode dar denominação a trecho de rodovia federal. A matéria insere-se entre as de competência da União (CF: art. 48, caput) e a iniciativa não é reservada.

Não há outrossim problemas no terreno de juridicidade e de regimentalidade, sendo o Projeto amparado pelo art. 2º da Lei nº 6.682/79 como bem lembrou o colega Relator na CVT. A técnica legislativa empregada é adequada finalmente.

Assim, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL nº 3.165/08.

É o voto.

Sala da Comissão, 9 de dezembro de 2008. – Deputado **Antonio Carlos Pannunzio**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.165-B/2008, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Antonio Carlos Pannunzio.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo

Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 3.358-A, DE 2008

(Do Sr. Vic Pires Franco)

Altera o art. 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para inserir novo parágrafo que dispõe sobre vinculação de garantia na aquisição de produto de consumo durável ou não durável mediante financiamento; tendo parecer da Comissão de Defesa do Consumidor, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. VINICIUS CARVALHO).

Despacho: Às Comissões de Defesa do Consumidor; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Defesa do Consumidor

I – Relatório

O projeto de lei sob apreciação desta Comissão de Defesa do Consumidor, de autoria do ilustre Deputado Vic Pires Franco, propõe a inserção de parágrafo ao art. 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, dispondo sobre a obrigatoriedade de o fornecedor “assegurar ao consumidor uma extensão da garantia contratual relacionada com o produto” (de consumo durável ou não durável) por idêntico período de duração do respectivo financiamento.

A justificativa se atém ao fato de que bens como automóveis e computadores, como cita o Autor, são financiados por períodos que chegam a oito anos, quando a garantia não excede a trinta ou quarenta por cento desse período.

Entende o Parlamentar que o “princípio da garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, assegurado pelo art. 4º, II, alínea “d”, do Código de Proteção e Defesa do Consumidor (CDC), está sendo completamente desrespeitado pelos fabricantes desses bens, em total prejuízo ao consumidor brasileiro.

A proposição foi distribuída a este Colegiado e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para apreciação conclusiva, em regime de tramitação ordinária.

A análise que ora fazemos, na perspectiva da relação consumerista, se dá nos termos do art. 32, V, “a”, “b” e “c”, do Regimento Interno da Casa. No prazo

regimental, que correu no período de 5 a 26 de junho de 2008, não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Voto do Relator

Como bem destaca o Deputado Vic Pires Franco ao final de sua justificação, é extremamente importante abriremos a discussão sobre este assim como outros aspectos constantes da nossa lei consumerista, para que tenhamos condições de adaptá-la cada vez mais às necessidades dos consumidores brasileiros.

Adicionalmente, parabenizamos o nobre Parlamentar pela iniciativa de tratar tema tão caro para os brasileiros, como é o caso do financiamento de bens, sejam eles duráveis ou não.

Todavia, entendemos que, para garantir o bom nível da discussão, precisaríamos cuidar inicialmente da questão da garantia atrelada ao financiamento, objeto do projeto de lei em comento.

Em nosso entendimento, embora o fornecimento de crédito para aquisição de um bem possa ser vital para que o consumidor possa ter acesso a ele, o financiamento não deve, salvo melhor juízo, ser vinculado ao produto ou ao seu desempenho ou funcionamento. A existência do produto, como suas características, independe da oferta ou não de crédito para sua aquisição.

Se assim fosse, no extremo, um produto pago à vista ou financiado em prazo menor que o de seu funcionamento regular teria a garantia contratual reduzida? Como ficaria isso, caso a garantia contratual fosse igual à concedida pelo produtor?

Veja-se que o inverso também acontece, ou seja, alguns fornecedores, por entenderem ofertar produtos de excelente qualidade e durabilidade, não hesitam em estender, voluntariamente, a garantia desses produtos procurando, assim, elevar suas vendas. É o caso, portanto, em que a garantia contratual chega mesmo a superar a do fabricante.

Há que se distinguir, portanto, também entre a garantia do fabricante, de natureza “material”, e a do comerciante, de natureza “formal”. Os arts. 18 e 19 do CDC estabelecem as bases da garantia “material”, também referida como “legal” pelo Estatuto Consumerista:

Da Responsabilidade por Vício do Produto e do Serviço

Art. 18. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a (*sic*) indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem

ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.

§ 1º Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:

I – a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso;

II – a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;

III – o abatimento proporcional do preço.

§ 2º Poderão as partes convencionar a redução ou ampliação do prazo previsto no parágrafo anterior, não podendo ser inferior a sete nem superior a cento e oitenta dias. Nos contratos de adesão, a cláusula de prazo deverá ser convencionada em separado, por meio de manifestação expressa do consumidor.

§ 3º O consumidor poderá fazer uso imediato das alternativas do § 1º deste artigo sempre que, em razão da extensão do vício, a substituição das partes viciadas puder comprometer a qualidade ou características do produto, diminuir-lhe o valor ou se tratar de produto essencial.

§ 4º Tendo o consumidor optado pela alternativa do inciso I do § 1º deste artigo, e não sendo possível a substituição do bem, poderá haver substituição por outro de espécie, marca ou modelo diversos, mediante complementação ou restituição de eventual diferença de preço, sem prejuízo do disposto nos incisos II e III do § 1º deste artigo.

§ 5º No caso de fornecimento de produtos in natura, será responsável perante o consumidor o fornecedor imediato, exceto quando identificado claramente seu produtor.

§ 6º São impróprios ao uso e consumo:

I – os produtos cujos prazos de validade estejam vencidos;

II – os produtos deteriorados, alterados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, perigosos ou, ainda, aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação;

III – os produtos que, por qualquer motivo, se revelem inadequados ao fim a que se destinam.

Art. 19. Os fornecedores respondem solidariamente pelos vícios de quantidade do produto sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua na-

tureza, seu conteúdo líquido for inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou de mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:

I – o abatimento proporcional do preço;

II – complementação do peso ou medida;

III – a substituição do produto por outro da mesma espécie, marca ou modelo, sem os aludidos vícios;

IV – a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.

§ 1º Aplica-se a este artigo o disposto no § 4º do artigo anterior.

§ 2º O fornecedor imediato será responsável quando fizer a pesagem ou a medição e o instrumento utilizado não estiver aferido segundo os padrões oficiais.

A garantia “legal” independe de termo expresso:

Art. 24. A garantia legal de adequação do produto ou serviço independe de termo expresso, vedada a exoneração contratual do fornecedor.

Já a garantia “contratual” é disciplinada nos seguintes termos, pelo diploma substancial da matéria em apreço.

Art. 50. A garantia contratual é complementar à legal e será conferida mediante termo escrito.

Parágrafo único. O termo de garantia ou equivalente deve ser padronizado e esclarecer, de maneira adequada em que consiste a mesma garantia, bem como a forma, o prazo e o lugar em que pode ser exercitada e os ônus a cargo do consumidor, devendo ser-lhe entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instrução, de instalação e uso do produto em linguagem didática, com ilustrações.

Como bem aponta o texto acima, a garantia “contratual” é complementar à “legal” e deve esclarecer, entre outras especificidades, quais os ônus que recaem sobre o consumidor, para que ele possa estar ciente antes de aceitar os termos da garantia oferecida.

Como é cediço, nem sempre o consumidor é devidamente esclarecido sobre condições especiais que lhe trarão ônus, ainda mais quando forem embutidos em contratos de financiamento.

Além disso, é certo que a extensão da garantia pelo prazo do financiamento trará um custo de “securitização” da garantia, que terminará por incidir sobre o consumidor, embutido no preço do produto ou nas parcelas do financiamento. Aqui reside, em nossa cautelosa opinião, o maior perigo da proposta.

Tais ponderações nos inclinaram inicialmente para uma postura de rejeição do projeto de lei, que foi objeto de discussão pelos membros deste Colegiado na reunião de 26 de novembro de 2008. Naquela ocasião, o nobre colega Deputado Celso Russomanno apresentou sugestão no sentido de aprimorar a iniciativa em questão.

Em 1º de abril de 2009, o ilustre Parlamentar ofereceu Voto em Separado sugerindo que a oferta de seguro (“garantia estendida”) fosse uma opção do consumidor, e não uma obrigação, de modo que os custos decorrentes da contratação não fossem impositivos. Pelo seu voto, se vislumbrou a “possibilidade de disciplinar a atual prática comercial de os comerciantes varejistas oferecerem extensão da garantia do produtor ou montador, mediante pagamento pelo consumidor”. Ressaltou a contribuição que “a maioria dos lojistas não explicita os termos da garantia estendida, pois ela é menos abrangente que a do produtor. Assim, “muitos consumidores que porventura dela necessitarem vão perceber que determinados itens ou defeitos não estão cobertos”.

A feliz e oportuna intervenção resultou também em oferta de emenda modificativa, que nos parece uma solução adequada e ponderada, que resguarda o princípio da garantia enunciado pelo Autor, assim como concilia a garantia do fabricante à garantia complementar.

Diante do exposto, **votamos pela APROVAÇÃO da Emenda Modificativa e do Projeto de Lei nº 3.358, de 2008, nos termos do Substitutivo anexo.**

Sala da Comissão, 1º de julho de 2009. – Deputado **Vinicius Carvalho**, Relator.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.358, DE 2008

Acrescenta parágrafo ao art. 50 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para disciplinar a oferta de garantia contratual adicional à garantia assegurada pelo fornecedor de bens e serviços.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 50 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 2º:

“Art. 50.
 § 1º A garantia contratual, complementar, estendida ou qualquer que seja sua denominação, ainda que sem pagamento adicional pelo consumidor, terá seu termo inicial no dia seguinte ao término da garantia do produtor ou equivalente e não poderá conter cláusula que a restrinja.

§ 2º O termo de garantia ou equivalente deve ser padronizado e esclarecer, de maneira adequada em que consiste a mesma garantia, bem como a forma, o prazo e o lugar em que pode ser exercitada e os ônus a cargo do consumidor, devendo ser-lhe entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instrução, de instalação e uso do produto em linguagem didática, com ilustrações.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, 1º de julho de 2009. – Deputado **Vinicius Carvalho**.

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Em reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, realizada hoje, acatei a sugestão do nobre Deputado Celso Russomanno, apresentada durante a discussão do meu parecer ao Projeto de Lei nº 3.358, de 2008, de alterar, no § 1º acrescido ao art. 50 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, constante no art. 1º do Substitutivo que apresentei, a expressão “que a restrinja” pela expressão “restritiva”.

Nosso voto é, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.358/2008, com o substitutivo anexo, contemplando a alteração proposta.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 2009. – Deputado **Vinicius Carvalho**, Relator.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.358, DE 2008

Acrescenta parágrafo ao art. 50 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para disciplinar a oferta de garantia contratual adicional à garantia assegurada pelo fornecedor de bens e serviços.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 50 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 2º:

“Art. 50.
 § 1º A garantia contratual, complementar, estendida ou qualquer que seja sua denominação, ainda que sem pagamento adicional pelo consumidor, terá seu termo inicial no dia seguinte ao término da garantia do produtor ou equivalente e não poderá conter cláusula restritiva.

§ 2º O termo de garantia ou equivalente deve ser padronizado e esclarecer, de maneira

adequada em que consiste a mesma garantia, bem como a forma, o prazo e o lugar em que pode ser exercitada e os ônus a cargo do consumidor, devendo ser-lhe entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instrução, de instalação e uso do produto em linguagem didática, com ilustrações.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, 19 de agosto de 2009. – Deputado **Vinicius Carvalho**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Defesa do Consumidor, em reunião extraordinária realizada hoje, aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 3.358/2008, com substitutivo, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Vinicius Carvalho, que apresentou complementação de voto.

O Deputado Celso Russomanno apresentou voto em separado.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Ana Arraes – Presidenta, Filipe Pereira e Vinicius Carvalho – Vice-Presidentes; Antonio Cruz, Carlos Sampaio, Celso Russomanno, Dimas Ramalho, Dr. Nechar, Elismar Prado, Elizeu Aguiar, Felipe Bornier, José Carlos Araújo, Júlio Delgado, Luiz Bittencourt, Neudo Campos, Tonha Magalhães, Bruno Rodrigues, João Carlos Bacelar, Julio Semeghini e Nilmar Ruiz.

Sala da Comissão, 19 de agosto de 2009. – Deputada **Ana Arraes**, Presidenta.

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO CELSE RUSSOMANNO:

O projeto de lei em comento pretende obrigar o fornecedor a dar garantia contratual durante o prazo de financiamento concedido ao consumidor, na aquisição de produto de consumo durável ou não durável.

O nobre Relator da proposição, Deputado Vinicius Carvalho, destaca, no parecer em que vota pela rejeição da matéria, seu entendimento que o crédito concedido ao consumidor para aquisição de um produto não se vincula a este, nem a seu funcionamento. Aponta, ainda que a garantia legal é dada em função da qualidade do produto, sem levar em consideração se, no varejo, o produto será adquirido à vista ou mediante financiamento. Com razão, ressalta que garantia adicional sempre terá custo a ser arcado pelo consumidor, que pagará mais caro, seja pela via do acréscimo no preço, seja pela do aumento do custo do financiamento. Com estes entendimentos, conclui que o projeto de lei não contém vantagens objetivas para os consumidores, e vota pela sua rejeição.

De forma diferente, vislumbramos no projeto em comento a possibilidade de disciplinar a atual prática comercial de os comerciantes varejistas oferecerem extensão da garantia do produtor ou montador, mediante pagamento pelo consumidor. Ocorre que a maioria dos lojistas não explicita os termos da garantia estendida, pois ela é menos abrangente que a do produtor. Assim, muitos consumidores que porventura dela necessitarem vão perceber que determinados itens ou defeitos não estão cobertos.

No nosso entendimento o projeto de lei em questão pode ser modificado para que a obrigatoriedade pretendida seja eliminada, e para que a garantia estendida oferecida por comerciante seja dada nos mesmos moldes da do produtor. Para tanto, oferecemos a emenda anexa, que insere parágrafo no art. 50, que trata da garantia contratual.

Sala da Comissão, 1º de abril de 2009. – Deputado **Celso Russomanno**.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 1º do projeto a seguinte redação:

“Art. O art 50 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigor acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art.50

Parágrafo único. A garantia contratual ofertada por tempo determinado pelo comerciante, mediante pagamento pelo consumidor, iniciar-se-á após o término garantia do produtor ou equivalente, e não poderá conter cláusula que restrinja os termos daquela.”

Sala da Comissão, 1º de abril de 2009. – Deputado **Celso Russomanno**.

PROJETO DE LEI Nº 3.541-B, DE 2008

(Do Sr. Cleber Verde)

Institui o “Dia Nacional do Evangélico” no dia 30 de novembro de cada ano; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. GILMAR MACHADO); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emendas (relator: DEP. EDUARDO CUNHA).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Em análise o Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Deputado Cleber Verde, que institui o dia 30 de novembro como o Dia Nacional do Evangélico e determina que este dia ficará reservado no Congresso Nacional para a realização de sessão solene, quando serão realizadas homenagens sem Ordem do Dia.

Em sua justificação, o autor informa que, de acordo com pesquisas do IBGE, os evangélicos representam hoje 20,3% da população brasileira. Cita o Distrito Federal e o Amapá como exemplos onde já existe lei instituindo o referido dia.

A matéria é de competência conclusiva das comissões (RI, art. 24, II) e tramita em regime ordinário (RI, art. 151, III). Foi distribuída, inicialmente, à Comissão de Educação e Cultura, que, no mérito, a aprovou, nos termos do parecer do relator, Deputado Gilmar Machado.

Decorrido o prazo regimental de cinco sessões, não foram apresentadas emendas ao projeto, conforme atesta certidão da secretaria desta Comissão.

É o relatório.

II – Voto do Relator

De acordo com o Regimento Interno (art. 32, IV, a e art. 54), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.541, de 2008.

O projeto trata de matéria cuja competência legislativa é concorrentemente da União (CF, art. 24, IX), cabendo ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48). A iniciativa parlamentar é legítima, uma vez que não se trata de assunto cuja iniciativa esteja reservada a outro Poder (CF, art. 61).

Constatada a obediência aos requisitos constitucionais formais, verifica-se, outrossim, que a proposição também respeita os demais dispositivos constitucionais de cunho material.

Ademais, o projeto é jurídico, pois está em conformidade com o ordenamento jurídico em vigor no País, bem como com os princípios gerais de Direito.

No que se refere à técnica legislativa, nenhum reparo há a ser feito, já que a proposição encontra-se em acordo com as disposições da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01, que dispõem sobre as normas de elaboração das leis.

Isto posto, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.541, de 2008.

Sala da Comissão, 7 de abril de 2009. – Deputado **Eduardo Cunha**, Relator.

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Em virtude da discussão referente ao PL nº 3.541/2008, na reunião deliberativa ordinária do dia 09/07/2009, reexaminei a matéria e conclui que o pleito ficará adequado aos preceitos constitucionais conforme as alterações anexas.

Ante o exposto voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL 3.541, de 2008, com as emendas redacionais supressivas anexas.

Sala das Sessões, 14 de julho de 2009. – Deputado **Eduardo Cunha**, Relator.

EMENDA SUPRESSIVA Nº 1

Suprima-se o art. 2º do Projeto de Lei nº 3.541/2008.

Sala das Sessões, 14 de julho de 2009. – Deputado **Eduardo Cunha**, Relator.

EMENDA SUPRESSIVA Nº 2

Suprima-se do art. 3º do Projeto de Lei nº 3.541/2008 a expressão “revogando-se disposições em contrário”.

Sala das Sessões, 14 de julho de 2009. – Deputado **Eduardo Cunha**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com 2 emendas (apresentadas pelo Relator), do Projeto de Lei nº 3.541-A/2008, nos termos do Parecer, com complementação, do Relator, Deputado Eduardo Cunha de voto.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Tadeu Filippelli – Presidente, Eliseu Padilha, Bonifácio de Andrada e José Maia Filho – Vice-Presidentes, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Arolde de Oliveira, Augusto Farias, Carlos Bezerra, Eduardo Cunha, Emiliano José, Felipe Maia, Fernando Coruja, Flávio Dino, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gerson Peres, Gonzaga Patriota, Índio da Costa, Jefferson Campos, João Almeida, João Campos, João Paulo Cunha, José Eduardo Cardozo, José Genoíno, Magela, Marçal Filho, Marcelo Itagiba, Marcelo Ortiz, Márcio França, Maurício Quintella Lessa, Mauro Benevides, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paes Landim, Pastor Manoel Ferreira, Paulo Magalhães, Paulo Maluf, Regis de Oliveira, Roberto

Magalhães, Rubens Otoni, Sandra Rosado, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vicente Arruda, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Bispo Gênata, Dr. Rosinha, Edson Aparecido, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Jair Bolsonaro, João Magalhães, Jorginho Maluly, Renato Amary e Ricardo Barros.

Sala da Comissão, 26 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 3.566-B, DE 2008

(Da Sra. Luciana Costa)

Confere ao Município de Barretos, no Estado de São Paulo, o Título de Capital Nacional do Rodeio; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. LOBBE NETO); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Vem, a esta Comissão de Constituição e de Cidadania, a proposição em epígrafe, de autoria da Deputada Luciana Costa, visando conferir, ao Município de Barretos, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional do Rodeio.

Justifica a autora:

Próxima de completar seus 53 anos, a Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos tem reconhecimento internacional. A adrenalina que corre solta na arena e a emoção do público fazem desse espetáculo um show que merece ser assistido por pessoas de todas as partes do Brasil e do exterior. Atrações internacionais nas arenas e nos palcos, toneladas de equipamentos e equipes de rodeio de vários países compõem essa mega estrutura, que recebe o maior público do planeta.

A proposição foi também distribuída à Comissão de Educação e Cultura, que conferiu-lhe assentimento.

A tramitação é conclusiva, nos termos do art. 24, II, razão pela qual foi, nos termos do art. 119, I, aberto o prazo para o oferecimento de emendas, mas nenhuma foi apresentada.

Sob o prisma de análise desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, estabelecido no art. 32, IV, “a”, do Regimento Interno, nossa análise se circunscreve, considerando-se o despacho de distribuição do Presidente da Casa, à análise da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nos termos, agora, do que preceitua o art. 54 do mesmo Estatuto.

É o relatório.

II – Voto do Relator

No que tange à constitucionalidade não temos óbices à livre tramitação da matéria. A bem da verdade, a matéria não encontra apoio ou restrição de ordem constitucional.

Sob o prisma da juridicidade, não vislumbramos nenhuma ofensa às normas e princípios que regem o ordenamento jurídico vigente.

No que concerne à técnica legislativa, parece-nos que a matéria obedece aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração da leis, com as alterações conferidas pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Pelas precedentes razões, manifestamos nosso voto no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.566, de 2008.

Sala da Comissão, 11 de março de 2009. – Deputado **Maurício Quintella Lessa**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.566-A/2008, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Maurício Quintella Lessa.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 3.587-A, DE 2008

(Do Sr. Eduardo da Fonte)

Altera o inciso I do art. 1º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para incluir o crime de financiar ou custear o tráfico de drogas como delito antecedente ao crime de lavagem de dinheiro; tendo pareceres: da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação (relator: DEP. ANTONIO CARLOS BISCAIA); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda (relator: DEP. MARCELO ITAGIBA).

Despacho: Às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário.

Publicação dos Pareceres das Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e Constituição e Justiça e de Cidadania

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

I – Relatório

A proposição em epígrafe, de autoria do Deputado Eduardo da Fonte, objetiva alterar o inciso I do art. 1º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a fim de que se inclua os crimes de financiamento ou custeio do tráfico de drogas como delitos antecedentes ao crime de lavagem de dinheiro.

Em sua justificativa, assevera o autor que a legislação brasileira de repressão ao tráfico de drogas foi recentemente alterada pela entrada em vigor da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.

Essa lei substituiu a expressão “*prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica*” da ementa e do art. 1º da Lei nº 6.368, de 1976 (antiga Lei de Tóxicos) pela expressão “*repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crimes*”. A nova lei passou a definir claramente o conceito de “drogas” em seu art. 1º, §1º.

Argumenta que a Lei nº 11.343/06 criou um tipo penal específico para a conduta de financiar ou custear os crimes previstos em seus arts. 33 e 34 (antigos crimes dos arts. 12, 13 e 14 da Lei nº 6.368/76). Anteriormente, o ato de financiar ou custear o tráfico se encontrava englobado no disposto no art. 12, §2º, III,

da antiga Lei de Tóxicos (contribuir de qualquer forma para incentivar ou difundir o tráfico).

O novo tipo penal do art. 36 da Lei nº 11.343/06 tem por objetivo coibir a atividade de lavagem de dinheiro e de outros bens ou valores, porquanto atinge aqueles que fomentam e dirigem com poderio financeiro as organizações criminosas.

No entanto, para o autor a mudança acarretou problema de ordem constitucional. Considerando a opção do legislador brasileiro em enumerar taxativamente os crimes constantes do rol do art. 1º da Lei nº 9.613, de 1998, que o art. 5º, XXXIX da Magna Carta e o art. 1º do Código Penal prestigiam o princípio da legalidade, e que a interpretação extensiva e a analogia são proibidas em direito penal, não se afigura possível caracterizar o crime previsto no art. 36 da Lei nº 11.343/06 como delito antecedente ao crime de lavagem de dinheiro.

Assim sendo, o projeto de lei objetiva dar nova redação ao art. 1º, I, da Lei nº 9.613/98, a fim de permitir tal caracterização.

A proposição se sujeita à apreciação do Plenário e tramita sob o regime de tramitação ordinária. Foi distribuída a esta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Compete à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado a análise do mérito da proposição em exame, a teor do disposto no art. 32, inciso XVIII, alíneas “d”, “f” e “g”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

De fato, o art. 36 da Lei nº 11.343, de 2006 define as condutas de financiar ou custear a prática de qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e §1º, e 34 desse diploma legal.

Contudo, restou inalterada a redação do art. 1º, I, da Lei nº 9.613, de 1998, mantendo como crime as condutas de ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, do crime de “*tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins*”.

Há de se reconhecer, pois, a conveniência e oportunidade da medida legislativa que se pretende implementar.

A alteração possibilitará a adequação da redação do inciso referido, porquanto as expressões ora em vigor serão substituídas por aquelas já adotadas pela Lei nº 11.343/06.

Ademais, constata-se que o projeto de lei em análise corrobora a vontade do legislador no sentido de coibir a atividade de lavagem de dinheiro e de outros bens ou valores, por meio do financiamento ou custeio do tráfico ilícito de drogas.

Em face do exposto, meu voto é no sentido da aprovação do Projeto de Lei n.º 3.587, de 2008.

Sala da Comissão, 6 de outubro de 2008. – Deputado **Antonio Carlos Biscaia**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela aprovação do Projeto de Lei n.º 3.587/08, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Antonio Carlos Biscaia.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Raul Jungmann – Presidente; Marina Maggessi e Marcelo Melo – Vice-Presidentes; Alberto Fraga, Antonio Carlos Biscaia, Arnaldo Faria de Sá, Fernando Melo, Francisco Tenorio, Jair Bolsonaro, João Campos, Laerte Bessa, Paulo Pimenta – Titulares; Enio Bacci, Guilherme Campos, Hugo Leal, Iriny Lopes, José Genoíno e Marcelo Itagiba – Suplentes.

Sala da Comissão, 19 de novembro de 2008. – Deputado **Raul Jungmann**, Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

I – Relatório

Trata-se do Projeto de Lei n.º 3.587, de 2008, de autoria do Deputado Eduardo Fonte, que “altera o inciso I do art. 1.º da Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, para incluir o crime de financiar ou custear o tráfico de drogas como delito antecedente ao crime de lavagem de dinheiro”.

De acordo com o projeto, a Lei n.º 9.613, de 1998, passaria a vigorar com alteração redacional com o objetivo de atualizá-la em face de outras alterações ocorridas no âmbito de legislação específica anterior. Com este desiderato, pois, o inciso I do art. 1.º do referido diploma legal passaria a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime:

I – de tráfico ilícito de drogas ou de financiar ou custear a produção ou o tráfico ilícito de drogas;”

Apresentado em 18 de junho de 2008, o projeto foi distribuído às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e Constituição e Justiça

e de Cidadania, para suas respectivas manifestações, na forma regimental.

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, quanto ao mérito, opinou pela aprovação da proposta, nos termos do Parecer do Relator, o Deputado Antônio Carlos Biscaia.

Designado Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania no dia 10 de dezembro último, passo à minha manifestação quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto, na forma que se segue.

É o relatório.

II – Voto

Quanto à constitucionalidade, nada a objetar, tanto no que se refere aos seus aspectos formais, nem quanto aos seus aspectos materiais. O projeto tem amparo na competência legislativa da União prevista no inciso I do art. 22 da Constituição Federal, não havendo tampouco, vício de iniciativa porquanto não se trata de matéria de iniciativa reservada. Substancialmente não fere qualquer princípio de natureza constitucional.

Não contrariando qualquer princípio geral de Direito, nada a opor, de mesmo modo, quando à juridicidade do projeto.

Razão assiste ao autor da iniciativa legislativa, na medida em que é preciso atualizar a lei que trata de lavagem de dinheiro, de 1998, para fazer face às alterações promovidas pela Lei n.º 11.343, de 2006, que criou um tipo penal específico para a conduta de financiar ou custear a produção ou o tráfico ilícito de drogas. Sem referida alteração, não há como considerar estas condutas como crime antecedente para os efeitos previstos na Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998 que arrola, taxativamente, estes tipos de crime.

Quanto à técnica legislativa, o projeto merece aperfeiçoamento, nos termos da emenda de redação que apresento em anexo, tendo em vista que o caput do art. 1.º em que situa o inciso que se pretende alterar, permanece com a redação atual, razão pela qual não se justifica sua repetição no projeto, nos termos da Lei Complementar n.º 95, de 1997.

Isto posto, concluo, pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei n.º 3.587, de 2008, manifestando-me pela sua aprovação, com a emenda de redação ora apresentada.

Sala da Comissão, de de 2008. – Deputado **Marcelo Itagiba**, Relator.

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 1

Dê-se a seguinte redação ao art. 1.º:

“Art. 1.º

I – de tráfico ilícito de drogas ou de financiar ou custear a produção ou o tráfico ilícito de drogas;” (NR)

Sala da Comissão, 18 de dezembro de 2008. – Deputado **Marcelo Itagiba**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda (apresentada pelo Relator), do Projeto de Lei nº 3.587/2008, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Marcelo Itagiba.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Tadeu Filippelli – Presidente, Eliseu Padilha, Bonifácio de Andrada e José Maia Filho – Vice-Presidentes, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Arolde de Oliveira, Augusto Farias, Carlos Bezerra, Eduardo Cunha, Emiliano José, Felipe Maia, Fernando Coruja, Flávio Dino, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gerson Peres, Gonzaga Patriota, Índio da Costa, Jefferson Campos, João Almeida, João Campos, João Paulo Cunha, José Eduardo Cardozo, José Genoíno, Magela, Marçal Filho, Marcelo Itagiba, Marcelo Ortiz, Márcio França, Maurício Quintella Lessa, Mauro Benedito, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paes Landim, Pastor Manoel Ferreira, Paulo Magalhães, Paulo Maluf, Regis de Oliveira, Roberto Magalhães, Rubens Otoni, Sandra Rosado, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vicente Arruda, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Bispo Gê Tenua, Dr. Rosinha, Edson Aparecido, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Jair Bolsonaro, João Magalhães, Jorginho Maluly, Renato Amary e Ricardo Barros.

Sala da Comissão, 26 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 3.593-B, DE 2008

(Do Sr. Luis Carlos Heinze)

Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Calcário Agrícola; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. PINTO ITAMARATY); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. DILCEU SPERAFICO).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Luiz Carlos Heinze, institui o “Dia Nacional do Calcário Agrícola”, a ser comemorado anualmente no dia 24 de maio, em todo o território nacional, com o objetivo de conscientizar o produtor rural acerca da importância da calagem na agricultura.

Estabelece também que neste dia o Poder Público promoverá campanhas de esclarecimento aos agricultores a respeito da importância e das técnicas de calagem.

Em sua justificativa, o autor explica que o “calcário agrícola age de três formas: corrige a acidez do solo, eliminando o efeito tóxico do alumínio; eleva o pH, tornando disponíveis o fósforo e outros nutrientes para a planta; e constitui fonte relativamente barata de cálcio e magnésio, macronutrientes secundários.” Ressalta que, corrigir a acidez do solo significa efetivamente aumentar a produtividade da lavoura, mas, apesar disso, no Brasil, a prática da calagem é pouco adotada. Nesse sentido, apresenta a presente proposição para chamar a atenção do produtor rural para a importância da calagem.

A matéria é de competência conclusiva das comissões (RI, art. 24, II) e tramita em regime ordinário (RI, art. 151, III). Foi distribuída, inicialmente, à Comissão de Educação e Cultura, que, no mérito, a aprovou, unanimemente e sem emendas, nos termos do parecer do relator, Deputado Pinto Itamaraty.

Decorrido o prazo regimental de cinco sessões neste Órgão Técnico, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II – Voto do Relator

De acordo com o Regimento Interno (art. 32, IV, a e art. 54), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.593, de 2008.

O projeto diz respeito à cultura. Nesse sentido, pode-se afirmar que o projeto trata de matéria cuja competência legislativa é concorrentemente da União, Estados e Distrito Federal (CF, art. 24, IX), cabendo ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48). A iniciativa parlamentar é legítima, uma vez que não se trata de assunto cuja iniciativa esteja reservada a outro Poder (CF, art. 61).

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, verifica-se, outrossim, que a proposição também respeita os demais dispositivos constitucionais de cunho material.

Ademais, o projeto é jurídico, pois está em conformidade com o ordenamento jurídico em vigor no País, bem como com os princípios gerais de Direito.

No que se refere à técnica legislativa, nenhum reparo há a ser feito, já que a proposição encontra-se em acordo com as disposições da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01, que dispõem sobre as normas de elaboração das leis.

Isto posto, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.593, de 2008.

Sala da Comissão, 14 de maio de 2009. – Deputado **Dilceu Sperafico**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.593-A/2008, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Dilceu Sperafico.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 3.631-B, DE 2008

(Do Sr. Dr. Talmir)

Declara Santo Antônio de Sant’Anna Galvão Patrono da Construção Civil no Brasil; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. ÁTILA LIRA); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. MARCELO ORTIZ).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24, II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de projeto de lei, de autoria do Deputado Dr. Talmir, que tem como único fim declarar Santo Antônio de Sant’Anna Galvão patrono da construção civil no Brasil.

O autor destaca, ao justificar a proposição, que Frei Galvão é o primeiro santo genuinamente brasileiro, nascido em 1739, na cidade de Guaratinguetá, no Estado de São Paulo. Foi ordenado sacerdote em 1762, tendo sido transferido para o Convento de São Francisco, em São Paulo, onde viveu até sua morte, em 1822.

Segundo o autor, Frei Galvão foi fundador, arquiteto e construtor do Mosteiro da Imaculada Conceição da Luz em 1774. Cuidou entre os anos de 1774 e 1788 da construção do Recolhimento e, entre os anos de 1788 e 1802 da construção da Igreja do conjunto arquitetônico, inaugurada em 15 de agosto de 1802. Em 1811, a pedido do bispo de São Paulo, fundou o Recolhimento de Santa Clara de Sorocaba, onde permaneceu por onze meses para organizar a comunidade e dirigir os trabalhos iniciais da construção da Casa.

Informa, por fim, que “por solicitação dos Sindicatos dos Profissionais da Construção Civil, a Santa Sé declarou Frei Galvão Padroeiro dos Profissionais da Construção Civil na Arquidiocese de São Paulo.”

A matéria tramita em regime de tramitação ordinária (art. 151, III, RICD) e está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões (art. 24, II, RICD). Foi distribuída, para exame de mérito, à Comissão de Educação e Cultura, que a aprovou unanimemente, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Áttila Lira.

Decorrido o prazo regimental de cinco sessões neste Órgão Técnico, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – Voto do Relator

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a) dispõe caber à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania o exame dos aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de projetos sujeitos à apreciação da Câmara ou de suas Comissões.

O Projeto de Lei em exame disciplina matéria de competência legislativa concorrente da União, Estados, Distrito Federal e Municípios (art. 24, IX, CF), cabendo, então, ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com posterior sanção do Presidente da República (art. 48, CF). A iniciativa legislativa da matéria é concorrente, sendo, pois legítima a propositura do projeto pelo parlamentar (art. 61, CF).

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, verifica-se que a proposição também está elaborada em conformidade com as demais normas constitucionais de cunho material, bem como se insere perfeitamente no ordenamento jurídico brasileiro, eis que coerente com os princípios de Direito em vigor no País.

Em relação à redação e à técnica legislativa, é possível afirmar que o Projeto de Lei ora analisado foi redigido nos termos da Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001, que dispõe sobre a elaboração das leis.

Isto posto, o voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.631, de 2008.

Sala da Comissão, 10 de junho de 2009. – Deputado **Marcelo Ortiz**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.631-A/2008, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Marcelo Ortiz.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 3.702-C, DE 2008

(Do Sr. Luiz Bittencourt)

Denomina “Viaduto José Mendonça de Lima” o viaduto da BR-153, km 501,2, no Município de Goiânia – GO; tendo pareceres: da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (relator: DEP. PEDRO CHAVES); da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. PEDRO WILSON); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. SANDRO MABEL).

Despacho: Às Comissões de Viação e Transportes; Educação e Cultura Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Pelo presente Projeto de lei, pretende o seu ilustre Autor homenagear o Sr. JOSÉ MENDONÇA DE LIMA, falecido no ano passado, dando seu nome ao viaduto mencionado na ementa, na cidade de Goiânia – GO.

O Projeto foi distribuído inicialmente à CVT – Comissão de Viação e Transportes, onde foi aprovado nos termos do Parecer do Relator, o ilustre Deputado PEDRO CHAVES.

A seguir foi a vez da CEC – Comissão de Educação e Cultura, analisar o Projeto, tendo aquele órgão técnico também aprovado o mesmo, nos termos do Parecer do Relator, nobre Deputado PEDRO WILSON.

Agora o Projeto encontra-se nesta douta CCJC – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA, onde aguarda Parecer acerca de sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, no prazo do regime ordinário de tramitação.

É o relatório.

II – Voto do Relator

A iniciativa da proposição em epígrafe é válida, pois à evidência só a lei federal pode dar denominação a trecho de rodovia federal, no caso a BR-153. A matéria insere-se entre as de competência da União (CF: art. 48, V) e a iniciativa não é reservada.

Do ponto de vista da juridicidade, a proposição encontra amparo no art. 2º da Lei nº 6.682/79, como bem lembrou o colega Relator na CVT.

Quanto à técnica legislativa, finalmente, não temos objeções a fazer.

Assim, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL nº 3.702/08.

É o voto.

Sala da Comissão, 3 de junho de 2009. – Deputado **Sandro Mabel**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.702-B/2008, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Sandro Mabel.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 3.760-B, DE 2008 (Do Sr. Chico Alencar)

Institui o dia Nacional do Sociólogo; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. ANGELO VANHONI); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. INDIO DA COSTA).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

O Projeto de Lei nº 3.760, de 2008, de autoria do Deputado Chico Alencar, tem como exclusivo objetivo instituir o Dia Nacional do Sociólogo, a ser comemorado,

anualmente, no dia 10 de dezembro, em todo o território nacional.

Ressalta o autor, que o “sociólogo é o profissional que interpreta a realidade dos fatos e das relações sociais através da aplicação de métodos científicos e técnicas sociológicas, buscando a partir destes estudos a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos na sociedade.”

Informa que, no Brasil, estão organizados em sindicatos e associações e aguardam a aprovação de um Conselho Federal e dos Conselhos Regionais dos Sociólogos. Destaca que já foram realizados inúmeros congressos nacionais, tendo sido definido em 2008, em Natal, o dia 10 de dezembro como a data nacional dos sociólogos, que faz referência ao dia da sanção presidencial à Lei nº 6.888, de 1980, que reconheceu a profissão de sociólogo.

A matéria é de competência conclusiva das comissões (RI, art. 24, II) e tramita em regime ordinário (RI, art. 151, III). Foi distribuída, inicialmente, à Comissão de Educação e Cultura, que, no mérito, a aprovou, unanimemente e sem emendas, nos termos do parecer do relator, Deputado Ângelo Vanhoni.

Decorrido o prazo regimental de cinco sessões neste Órgão Técnico, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II – Voto do Relator

De acordo com o Regimento Interno (art. 32, IV, a e art. 54), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei em epígrafe.

O projeto trata de matéria cuja competência legislativa é concorrentemente da União (CF, art. 24, IX), cabendo ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48). A iniciativa parlamentar é legítima, uma vez que não se trata de assunto cuja iniciativa esteja reservada a outro Poder (CF, art. 61).

Verificada a obediência aos requisitos constitucionais formais, constata-se, outrossim, que a proposição também respeita os demais dispositivos constitucionais de cunho material.

Ademais, o projeto é jurídico, pois está em conformidade com o ordenamento jurídico em vigor no País, bem como com os princípios gerais de Direito.

No que se refere à técnica legislativa, nenhum reparo há a ser feito, já que a proposição encontra-se em acordo com as disposições da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01, que dispõem sobre as normas de elaboração das leis.

Isto posto, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.760, de 2008.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2009. – Deputado **Indio da Costa**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.760-A/2008, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Indio da Costa.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 3.909-B, DE 2008

(Do Senado Federal)

PLS Nº 294/2007

OFÍCIO Nº 1.300/2008 (SF)

Inscribe o nome de Ana Néri no “Livro dos Heróis da Pátria”; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relatora: DEP. ALICE PORTUGAL); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. CHICO LOPES).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24, II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de projeto de lei, de autoria do Senado Federal, que inscreve no Livro dos Heróis da Pátria,

depositado no Panteão da Pátria Tancredo Neves em Brasília, o nome de Ana Justina Ferreira Néri.

Em sua justificativa a autora, Senadora Serys Slhessarenko, assevera que a primeira escola oficial de enfermagem de alto padrão no Brasil, fundada por Carlos Chagas, recebeu o nome de “Ana Néri”, em homenagem à primeira enfermeira brasileira que serviu de voluntária na Guerra do Paraguai. A homenageada partiu da Bahia em 1865 para auxiliar o corpo de saúde do Exército, começou seu trabalho no hospital de Corrientes e, mais tarde, assistiu os feridos em Salto, Humaitá, Curupaiti e Assunção.

Ressalta, ainda, que Ana Néri, mulher de posses, montou uma enfermária limpa e modelar na própria casa onde morava na capital conquistada. Voltou ao Brasil em 1870, quando recebeu inúmeras homenagens em função do seu heroísmo e dedicação.

A matéria vem em revisão à Câmara dos Deputados, conforme dispõe o art. 65, da Constituição Federal, é de competência conclusiva das comissões e foi distribuída, inicialmente, à Comissão de Educação, Cultura e Desporto que a aprovou unanimemente, nos termos do parecer da relatora, Deputada Alice Portugal.

Decorrido o prazo regimental nesta Comissão, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – Voto do Relator

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a) bem como o despacho da Presidência determinam que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei em epígrafe.

A matéria é de competência legislativa concorrente da União (CF, art. 24, IX), sendo atribuição do Congresso Nacional sobre elas dispor, com a sanção do Presidente da República (CF, art. 48). A iniciativa da parlamentar é legítima, sedimentada no que dispõe o art. 61 de nossa Constituição Federal.

Atendidos os requisitos constitucionais formais, resta-nos examinar se o projeto está em conformidade com o ordenamento jurídico-constitucional em vigor no país, o que se constata afirmativamente.

Outrossim, nada há a criticar no tocante à técnica legislativa e a redação empregadas na elaboração da proposição, que se encontra de acordo com as exigências da Lei Complementar nº 95/98, que trata das regras de elaboração das leis, alterada pela Lei Complementar nº 107/01.

Diante do exposto, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.909, de 2008.

Sala da Comissão, 15 de junho de 2009. – Deputado **Chico Lopes**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.909-A/2008, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Chico Lopes.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtênir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 3.940-B, DE 2008

(Do Senado Federal)

PLS Nº 588/07

OFÍCIO Nº 1.371/08 (SF)

Dispõe sobre a instituição do “Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes”; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. LELO COIMBRA e relator-substituto: DEP. LOBBE NETO); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. ROBERTO MAGALHÃES).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Chega para revisão nesta Casa, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, projeto de lei do Senado Federal, que institui o “Dia Nacional de Luta pelos

Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes”, a ser celebrado no dia 27 de outubro.

A expressão “doenças falsiformes” é utilizada para designar um grupo de doenças hematológicas hereditárias em que a característica de todas elas é a presença de hemoglobina “S”, em substituição à hemoglobina “A”, que é a forma normal desse componente dos glóbulos vermelhos ou hemácias.

O autor, Senador Paulo Paim, enfatiza, em sua justificativa, o caráter grave da doença falciforme que, na falta de cuidados específicos, causa a morte de cerca de 25% dos seus portadores, antes que eles completem cinco anos de idade. Ressalta, ainda, que a instituição da data tem como escopo a sensibilização, mobilização e organização das pessoas com doença falciforme na busca dos seus direitos à assistência.

A matéria é de competência conclusiva das comissões (RI, art. 24, II) e tramita em regime prioritário (RI, art. 151, II, a). Foi distribuída, para exame de mérito, à Comissão de Educação e Cultura, que a aprovou, unanimemente, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Lelo Coimbra, e do Relator Substituto, Deputado Lobbe Neto.

Esgotado o prazo regimental neste Órgão Técnico, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II – Voto do Relator

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a e art. 54), determina caber a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a pronúncia acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.940, de 2008.

Os requisitos constitucionais formais exigidos para a regular tramitação da proposição foram atendidos, na medida em que o projeto disciplina matéria relativa à cultura e à proteção e defesa da saúde, sendo, então, competência legislativa concorrentemente da União, Estados e Distrito Federal sobre ela legislar (CF, art. 24, IX e XII). Em decorrência, afere-se do texto constitucional caber ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48). Outrossim, a iniciativa parlamentar é legítima, uma vez que não se trata de assunto cuja iniciativa esteja reservada a outro Poder (CF, art. 61).

Paralelamente, observa-se que a proposição também respeita os demais dispositivos constitucionais de cunho material, estando em inteira conformidade com o ordenamento jurídico em vigor no País, bem como com os princípios gerais de Direito.

No que se refere à técnica legislativa, nenhum reparo há a ser feito, já que a proposição encontra-se em acordo com as disposições da Lei Complementar nº

95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01, que dispõem sobre as normas de elaboração das leis.

Diante do exposto, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.940, de 2008.

Sala da Comissão, 26 de maio de 2009. – Deputado **Roberto Magalhães**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.940-A/2008, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Roberto Magalhães.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 3.942-B, DE 2008

(Do Senado Federal)

PLS Nº 640/07

OFÍCIO Nº 1372/08 (SF)

Institui o dia 10 de dezembro como o “Dia da Inclusão Social”; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. FRANK AGUIAR); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. JOSÉ GENOÍNO).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura e Constituição E Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

O Projeto de Lei em epígrafe, oriundo do Senado Federal, chega a esta Casa para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. Tem como único escopo instituir o dia 10 de dezembro de cada ano como o “Dia da Inclusão Social”, com o objetivo de promover e conscientizar toda a sociedade sobre a importância dos direitos humanos e sua efetividade.

O Senador Antônio Carlos Valadares, autor da proposição, define: “a inclusão social introduz um novo horizonte para a sociedade, pois indica outra etapa no processo de conquista dos direitos por parte dos diversos segmentos sociais, tais como, pessoas portadoras de necessidades especiais, os explorados, excluídos e discriminados em razão da raça, do sexo, da orientação sexual, da idade, da origem-etnia, etc.”

Para ele, a homenagem significa marcar a data de 10 de dezembro com ações voltadas para a promoção e conquista dos direitos humanos. “Trata-se de designar um momento para a reflexão sobre um conjunto de políticas, projetos e atividades; preventivos e estruturantes, que objetiva construir uma cultura de direitos humanos em nosso país.”

A matéria tramita em regime prioritário (RI, art. 151, II, a) e é de competência conclusiva das comissões (RI, art. 24, II). Foi distribuída, inicialmente, à Comissão de Educação e Cultura que, no exame de mérito, a aprovou unanimemente e sem emendas, nos termos do parecer do relator, Deputado Frank Aguiar.

É o relatório.

II – Voto do Relator

De acordo com determinação do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a c/c art. 54), cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a análise dos aspectos constitucionais, jurídicos e de técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.942, de 2008.

A matéria é de competência legislativa concorrente da União (CF, art. 24, IX), sendo atribuição do Congresso Nacional sobre ela dispor, com a sanção do Presidente da República (CF, art. 48). A iniciativa do parlamentar é legítima (CF, art. 61), uma vez que não está reservada a outro Poder.

Após verificados os requisitos constitucionais formais, afere-se que a proposição respeita, igualmente, as demais normas constitucionais de cunho material. Além disso, o projeto está em acordo com as normas infraconstitucionais em vigor no país, assim como atende aos Princípios Gerais de Direito.

No que diz respeito à técnica legislativa, nada há a ser modificado. O Projeto de Lei ora examinado foi elaborado conforme as disposições da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01.

Isto posto, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.942, de 2008.

Sala da Comissão, 22 de abril de 2009. – Deputado **José Genoíno**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.942-A/2008, nos termos do Parecer do Relator, Deputado José Genoíno.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 3.975-B, DE 2008

(Do Sr. José Santana de Vasconcelos)

Institui o “Dia Nacional Da Silvicultura”; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (Relator: DEP. ÁTILA LIRA) e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela Constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: DEP. JAIME MARTINS).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

O projeto de lei sob exame visa a instituir o “Dia Nacional da Silvicultura”, a ser comemorado em 7 de dezembro, com o objetivo de conscientizar os produtores rurais e a sociedade brasileira sobre a importância de silvicultura para o meio ambiente e para a economia (art. 1º).

Diz, ainda, que nessa data o Poder Público promoverá campanhas de esclarecimento sobre a importância dessa atividade, a serem direcionadas ao setor agropecuário e à população em geral (art. 2º).

Despachado, inicialmente, à Comissão de Educação e Cultura, foi ali aprovado, unanimemente, nos termos do parecer do relator, Deputado Áttila Lira.

A proposição vem, agora, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para que se manifeste sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa., a teor do art. 54, I, do Regime Interno.

É o relatório.

II – Voto do Relator

A matéria se insere na competência legislativa da União e na atribuição do Congresso Nacional. Não há reserva de iniciativa.

Nada há, pois, no projeto que mereça crítica, no que toca à constitucionalidade.

Da mesma forma, nada há a criticar negativamente quanto à juridicidade, já que estão atendidos os princípios e regras de direito, podendo a proposição vir a integrar o ordenamento jurídico pátrio.

Quanto à técnica legislativa e à redação empregadas, a proposição está bem escrita e atende ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Ante o exposto, opino pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.975, de 2008.

Sala da Comissão, 13 de agosto de 2009. – Deputado **Jaime Martins**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.975-A/2008, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Jaime Martins.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe

Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 4.044-B, DE 2008

(Do Senado Federal)

PLS Nº 673/2007

OFÍCIO Nº 1.660/2008 (SF)

Institui o Dia da Integração Jurídica Latino-Americana; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. LIRA MAIA e relator-substituto: DEP. CARLOS ABICALIL) e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. MAJOR FÁBIO).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24, II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Chega à Câmara dos Deputados para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o Projeto de Lei nº 4.044, de 2008, de autoria do Senado Federal, que institui o “Dia da Integração Jurídica Latino-Americana”, a ser comemorado anualmente no dia 19 de agosto.

O Senador Valdir Raupp ressalta, em sua justificação, que a presente proposição “visa a homenagear e preservar a memória do grande jurista e advogado Augusto Teixeira de Freitas. Baiano de Cachoeira, cidade distante a 61 quilômetros de Salvador, Teixeira de Freitas nasceu em 19 de agosto de 1816. Iniciou seus estudos jurídicos em Olinda e, depois, em São Paulo, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Ser errático, acabou por concluir a graduação em Olinda onde se diplomou em 1837.”

Acrescenta que o “célebre jurista baiano teve como obras a *Consolidação das Leis Civis* e o famoso *Esboço de Código Civil* (o conhecido “Esboço de Freitas”), que influenciaram o direito civil mundial, não só pela técnica utilizada, como também pela fecunda produção doutrinária nelas expressadas.”

A matéria é de competência conclusiva das comissões (RI, art. 24, II) e tramita em regime prioritário (RI, art. 151, II). Foi distribuída, inicialmente, à Comissão de Educação e Cultura, que, no mérito, a aprovou, unanimemente e sem emendas, nos termos do parecer do relator, Deputado Lira Maia, e do Relator Substituto, Deputado Carlos Abicalil.

Esgotado o prazo regimental neste Órgão Técnico, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II – Voto do Relator

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, *a* e art. 54), determina caber a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a pronúncia acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei em análise.

Os requisitos constitucionais formais exigidos para a regular tramitação da proposição foram atendidos, na medida em que o projeto disciplina matéria relativa à cultura, sendo, então, competência legislativa concorrentemente da União, Estados e Distrito Federal sobre ela legislar (CF, art. 24, IX). Em decorrência, afere-se do texto constitucional caber ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48). Outrossim, a iniciativa parlamentar é legítima, uma vez que não se trata de assunto cuja iniciativa esteja reservada a outro Poder (CF, art. 61).

Paralelamente, observa-se que a proposição também respeita os demais dispositivos constitucionais de cunho material, estando em inteira conformidade com o ordenamento jurídico em vigor no País, bem como com os princípios gerais de Direito.

No que se refere à técnica legislativa e à redação, nenhum reparo há a ser feito, uma vez que a proposição está inteiramente adequada às disposições da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01, que dispõem sobre as normas de elaboração das leis.

Isto posto, o voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.044, de 2008.

Sala da Comissão, 14 de maio de 2009. – Deputado **Major Fábio**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.044-A/2008, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Major Fábio.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Tadeu Filippelli – Presidente, José Maia Filho – Vice-Presidente, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Augusto Farias, Colbert Martins, Felipe Maia, Fernando Coruja, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gonzaga Patriota, Jefferson Campos, João Campos, José Genoíno, Jutahy Junior, Marçal Filho, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Chico Alencar, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Hugo Leal, Luiz Couto, Major Fábio e Renato Amary.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009. – Deputado **Tadeu Filippelli**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 4.221-B, DE 2008

(Do Sr. Luiz Sérgio)

Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 8.630, de 23 de fevereiro de 1993, que “Dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias e dá outras providências”, para integrar as autoridades de inspeção do trabalho às demais autoridades em exercício no porto organizado; tendo pareceres: da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (relator: DEP. CAMILO COLA); e da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (relator: DEP. GLADSON CAMELI).

Despacho: Às Comissões de Viação e Transportes; Trabalho, de Administração e Serviço Público; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

I – Relatório

O projeto de lei em epígrafe altera a redação do art. 3º da Lei nº 8.630/93 (Lei dos Portos) para incluir as autoridades de inspeção do trabalho no rol daque-

las que exercem suas funções no porto organizado de forma integrada e harmônica.

De acordo com o Deputado Luiz Sérgio, autor da proposta, os agentes da inspeção do trabalho atuam nos portos, inclusive com dedicação exclusiva e permanente, já que lhes são disponibilizadas instalações para o exercício de suas atribuições. Apesar disso, não foram incluídos no texto do art. 3º da Lei nº 8.630/93, entre aqueles que devem atuar, juntamente com a autoridade portuária, de forma integrada e harmônica.

A proposição foi aprovada, por unanimidade, pela Comissão de Viação e Transportes desta Casa, conforme parecer exarado pelo relator, Deputado Camilo Cola.

Decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – Voto do Relator

A Lei nº 8.630/93 modernizou a exploração dos portos organizados e das instalações portuárias brasileiros em diversos aspectos. Uma das alterações mais marcantes diz respeito ao trabalho portuário, com a transferência, para o órgão gestor de mão de obra, da administração que até então era feita pelos sindicatos de trabalhadores.

A magnitude da reforma promovida pela Lei dos Portos não foi, entretanto, acompanhada de uma adequada regulamentação do trabalho e de sua fiscalização. Um exemplo da vagueza da Lei no que diz respeito à questão trabalhista é a incompletude do art. 3º, o qual, em sua redação original, ainda vigente, dispõe que “exercem suas funções no porto organizado, de forma integrada e harmônica, a Administração do Porto, denominada autoridade portuária, e as autoridades aduaneira, marítima, sanitária, de saúde e de polícia marítima”. Não se faz, portanto, qualquer menção à fiscalização do trabalho.

A inspeção do trabalho nos portos foi instituída pelo Presidente Getúlio Vargas há quase oitenta anos, através do Decreto nº 23.259, de 20 de outubro de 1933. De acordo com essa legislação, os serviços de inspeção, disciplina e policiamento do trabalho nos portos foram incumbidos às Delegacia de Trabalho Marítimo (DTM), criadas pelo mesmo diploma legal. Após a extinção das DTMs pela Lei nº 7.731, de 14 de fevereiro de 1989, a fiscalização do trabalho nos portos passou a ser organizada pelas Delegacias Regionais do Trabalho, com amparo no art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que lhes incumbe, de forma ampla, “a fiscalização do fiel cumprimento das normas de proteção do trabalho”, e no art. 7º, inciso XXXIV, da Constituição Federal, que garantiu “igualdade de

direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso”.

A necessidade de regras mais claras e precisas sobre o trabalho portuário levou à edição da Lei nº 9.719, de 27 de novembro de 1998, que, além de dispor sobre normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário, estabelece expressamente, no art. 14, que “compete ao Ministério do Trabalho e ao INSS a fiscalização da observância das disposições contidas nesta Lei, devendo as autoridades de que trata o art. 3º da Lei nº 8.630, de 1993, colaborar com os Agentes da Inspeção do Trabalho e Fiscais do INSS em sua ação fiscalizadora, nas instalações portuárias ou a bordo de navios”.

A fiscalização do trabalho, portanto, apesar da atuação constante, presente e histórica dentro do porto organizado, não foi ainda formalmente incorporada ao rol de autoridades que devem funcionar integrada e harmonicamente, conforme estabelecido pelo art. 3º da Lei 8.630/93. O que o art. 14 da Lei nº 9.719/98 prevê é apenas a colaboração durante a ação fiscalizadora. Essa é uma distorção que precisa e deve ser reparada, e é esse o mérito desta proposição.

Estamos, portanto, de acordo com o Deputado Luiz Sérgio, quando afirma, na justificção, que “essa integração ou harmonização”, como afirma a justificção do projeto, “não deve somente ocorrer quando esses agentes fiscalizam as instalações portuárias, as embarcações mercantes ou navios turísticos, mas na consecução de outras atividades inerentes à vida portuária como, por exemplo, a participação em reuniões do Conselho da Autoridade Portuária ou com as demais autoridades no que diz respeito às ações conjuntas em prol dos objetivos institucionais, sem prejuízo de suas competências previstas em lei”.

Diante do exposto, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 4.221, de 2008.

Sala da Comissão, 15 de julho de 2009. – Deputado **Gladson Cameli**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 4.221-A/08, nos termos do parecer do relator, Deputado Gladson Cameli.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Sabino Castelo Branco – Presidente, Sérgio Moraes e Manuela D’ávila – Vice-Presidentes, Andreia Zito, Daniel Almeida, Edgar Moury, Eudes Xavier, Fernando Nascimento, Hermes Parcianello, Laerte Bessa, Major Fábio, Mauro Nazif, Milton Monti, Paulo Rocha, Roberto Santiago, Thelma de Oliveira, Vicentinho, Wilson Braga,

Armando Abílio, Carlos Alberto Leréia, Carlos Santana, Edinho Bez, Gladson Cameli e Maria Helena.

Sala da Comissão, 26 de agosto de 2009. – Deputado **Sabino Castelo Branco**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 4.483-A, DE 2008

(Da Sra. Luiza Erundina)

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, para prever a instituição de conselhos de escola e de conselhos de representantes dos conselhos de escola; tendo parecer da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação, com emendas (relator: DEP. PAULO RUBEM SANTIAGO).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Educação e Cultura

I – Relatório

O Projeto de Lei n.º 4.483, de 2008, tem por objetivo alterar os dispositivos sobre gestão democrática do ensino público que integram a Lei n.º 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, para exigir que a complementação nos Estados, Municípios e Distrito Federal das respectivas diretrizes nacionais seja feita necessariamente na forma de lei editada por cada um desses entes federados. Atualmente não se exige lei *strictu sensu*, mas apenas a legislação do Sistema de Ensino, constituída de atos administrativos.

Nesse sentido, o Projeto de Lei aqui relatado propõe as seguintes mudanças:

No inciso VIII do art. 3º da LDB, substitui-se “*gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino*” por “*gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação da respectiva unidade federada*”.

No inciso VIII do art. 10 da LDB, acrescenta-se como atribuição dos Estados “*instituir, na forma da lei de que trata o art. 14, os conselhos de escola e conselhos de representantes dos conselhos de escola*”;

No inciso VII do art. 11 da LDB, acrescenta-se como atribuição dos Municípios “*instituir, na forma da lei de que trata o art. 14, os conselhos de escola e conselhos de representantes dos conselhos de escola*”;

No inciso IX do art. 12 da LDB, acrescenta-se como atribuição dos estabelecimentos de ensino “*ins-*

tituir, na forma da lei de que trata o art. 14, os conselhos de escola”.

No **caput** do art. 14 da LDB, no lugar de “os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica...” propõe-se “*Lei da respectiva unidade federada definirá as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica...*”;

No inciso II do art. 14 da LDB, que dispõe sobre um dos princípios da gestão democrática, propõe-se nova terminologia para os conselhos escolares, que passam a se chamar conselhos de escola e prevê-se novo fórum para a participação das comunidades escolar e local, qual seja o “conselho de representantes dos conselhos de escola”;

No art. 14 da LDB, incluem-se três parágrafos que tratam, respectivamente, da composição e função do Conselho de Escola, da função do Conselho de Representantes dos Conselhos de Escola, e da composição desse último conselho.

Por último, este projeto de lei insere no capítulo das disposições transitórias da LDB novo dispositivo para determinar que até a entrada em vigor da lei estadual, municipal ou distrital responsável pela normatização da gestão democrática do ensino público, os conselhos de escola e os conselhos de representantes de conselhos de escola já instituídos continuam a observar as normas expedidas pelos respectivos sistemas de ensino.

Esta proposição está distribuída à Comissão de Educação e Cultura; para apreciação conclusiva de mérito, nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD; e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para exame de constitucionalidade ou juridicidade, nos termos do art. 54 do RICD. Tramita sob regime ordinário.

No prazo regimental, não recebeu emendas.
É o relatório.

II – Voto do Relator

A iniciativa da nobre Deputada Luiza Erundina vem propor nova regulamentação para a gestão democrática do ensino público, um dos princípios constitucionais do ensino.

A primeira mudança proposta neste Projeto de Lei é a de atribuir aos entes federados a incumbência de definir as normas de gestão democrática por meio de lei e não apenas por intermédio de documentos normativos emanados por suas secretarias administrativas, no caso, as que constituem os respectivos sistemas de ensino. A idéia é meritória na medida em que promove discussão e decisão mais democráticas para a regulamentação, muito apropriado neste caso.

Em seguida, ao princípio da participação das comunidades escolar e local nos conselhos escolares, em vigor no inciso II do art. 14 da LDB, acrescenta-se a previsão de conselhos de representantes dos conselhos escolares ou equivalentes, de caráter deliberativo, cujo objetivo seria o fortalecimento dos conselhos escolares e a efetivação do processo democrático nas unidades educacionais e nas diferentes instâncias decisórias, de forma a alcançar uma maior qualidade da educação. Esta segunda idéia também é meritória, pois certamente nesse novo colegiado poderão ser debatidas dificuldades enfrentadas pelos conselhos escolares. Soluções e vias de ação também poderão ser melhor pensadas e, fortalecidas por uma maior representatividade, enfrentadas com mais vigor. Os princípios norteadores determinados para sua ação não poderiam ser mais apropriados: democratização da gestão; do acesso e permanência; e qualidade social da Educação.

A composição sugerida no parágrafo terceiro sugerido para o art. 14 da LDB configura-se apropriada também ao determinar dois representantes de cada Conselho Escolar e dois representantes do órgão responsável pelo sistema de ensino, o que poderá contribuir para dar maior efetividade às decisões.

Este Projeto de Lei também inova ao definir como integrantes do Conselho Escolar o diretor da unidade educacional, como membro nato, e representantes eleitos pela equipe técnica, corpo docente, demais servidores ou empregados e corpo discente.

Notamos nessa composição a ausência dos pais, entidades sociais e outros representantes da comunidade local, incluídos na diretiva genérica prevista tanto no art. 14, inciso II, vigente, quanto na sugerida no Projeto de Lei. Além disso, depreende-se do texto que qualquer pessoa, independentemente de pertencer ou não à comunidade escolar ou local, pode integrar o conselho escolar, desde que eleita pela equipe técnica, corpo docente, demais servidores ou empregados e corpo discente.

O mais democrático e que vem sendo praticado na legislação de cento e um sistemas de ensino analisados na publicação “Conselhos Escolares: Uma estratégia de gestão democrática da educação pública¹” é a representação dos trabalhadores da escola (direção, professores, especialistas e demais servidores) e também dos pais e estudantes (em alguns casos incluem-se membros da comunidade local), eleitos pelas respectivas categorias. Nesse sentido, propomos emenda ao texto do parágrafo primeiro do art. 14 da LDB sugerido neste Projeto de Lei.

¹ Conselhos Escolares: Uma estratégia de gestão democrática da educação pública. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília-DF. Novembro de 2004.

Quanto à terminologia sugerida, preferimos “conselho escolar”, mais utilizado e tradicional na área de Educação, a “conselho de escola”. Também optamos por uma expressão mais curta para Conselhos de Representantes dos Conselhos de Escola e propomos a seguinte: Fórum dos Conselhos Escolares. Por fim, sugerimos substituir a expressão “da respectiva unidade federada” por “dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal” nas redações propostas para os arts. 3.º e 14 da LDB.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei n.º 4.483, de 2008, de autoria da Ilustre Deputada Luiza Erundina, com as três emendas anexas.

Sala da Comissão, 14 de julho de 2009. – Deputado **Paulo Rubem Santiago**, Relator.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao § 1.º do art. 14 proposto no art. 1.º do projeto a seguinte redação:

“§ 1.º O conselho escolar, órgão deliberativo, será composto pelo Diretor da Escola, membro nato, e por representantes da comunidade escolar e local, eleitos por seus pares nas seguintes categorias:

I – professores, orientadores educacionais, supervisores e administradores escolares;

II – demais categorias de servidores públicos que exerçam atividades administrativas na escola;

III – estudantes;

IV – pais ou responsáveis;

V – membros da comunidade local.”

Sala da Comissão, 14 de julho de 2009. – Deputado **Paulo Rubem Santiago**, Relator.

EMENDA SUBSTITUTIVA

Substitua-se em todo o texto do projeto, inclusive em sua ementa, a referência a “conselhos de escola” por “Conselhos Escolares”; a referência a “Conselho de Escola” por “Conselho Escolar”; a referência a “Conselho de representantes dos conselhos de escola” por “Fórum dos Conselhos Escolares”; e “conselhos de representantes dos conselhos de escola” por “Fóruns dos Conselhos Escolares”.

Sala da Comissão, 14 de julho de 2009. – Deputado **Paulo Rubem Santiago**, Relator.

EMENDA SUBSTITUTIVA

Substitua-se em todo o texto do projeto a expressão “da respectiva unidade federada” por “dos respectivos Estados, Municípios e do Distrito Federal”.

Sala da Comissão, 14 de julho de 2009. – Deputado **Paulo Rubem Santiago**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Educação e Cultura, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente, com emendas, o Projeto de Lei n.º 4.483/2008, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Paulo Rubem Santiago.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Maria do Rosário – Presidente, Fátima Bezerra, Lobbe Neto e Alice Portugal – Vice-Presidentes, Angelo Vanhoni, Antônio Carlos Biffi, Ariosto Holanda, Átila Lira, Bel Mesquita, Carlos Abicalil, Clóvis Fecury, Iran Barbosa, João Matos, Jorginho Maluly, Joseph Bandeira, Lelo Coimbra, Osvaldo Biolchi, Paulo Rubem Santiago, Professor Setimo, Raul Henry, Reginaldo Lopes, Rogério Marinho, Wilson Picler, Angela Portela, Eleuses Paiva, Fernando Nascimento, José Linhares, Lira Maia, Luiz Carlos Setim, Mauro Benevides, Paulo Magalhães e Raimundo Gomes de Matos.

Sala da Comissão, 26 de agosto de 2009. – Deputada **Maria do Rosário**, Presidente.

COMISSÕES

ATAS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

SEMINÁRIO: Direito à Verdade e à Memória

EVENTO: Seminário

Nº: 884/09

DATA: 18-6-09

INÍCIO: 10h10min

TÉRMINO: 12h38min

DURAÇÃO: 02h28min

TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h28min

PÁGINAS: 47

QUARTOS: 30

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

VERA REGINA ROTTA – Representante da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência República e Coordenadora do Projeto Direito à Memória e Verdade.

PEDRO WILSON – Deputado Federal, representante da Comissão de Direitos e Minorias da Câmara dos Deputados na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

IARA XAVIER – Representante de familiares de mortos e desaparecidos políticos.

JAIME ANTUNES DA SILVA – Diretor do Arquivo Nacional.

JOÃO CARLOS ARAÚJO SANTOS – Representante da FENASP e da ASTAPE.

ALEXANDRINA CRISTENSEN – Representante da Associação Brasileira de Anistiados Políticos – ABAP.

JOSÉ BEZERRA DA SILVA – Representante da ADNAM – Associação Democrática e Nacionalista de Militares.

HELENA UEMA – Representante da Associação dos Anistiados Políticos da Paraíba.

DALTRO JACQUES D'ORNELLAS – Representante da Unidade de Mobilização pela Anistia, do Rio de Janeiro.

JARBAS SILVA MARQUES – Ex-preso político.

SUMÁRIO: Seminário Direito à Verdade e à Memória.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de vídeo

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Declaro abertos os trabalhos do presente seminário, sobre o tema *Direito à Verdade e à Memória*, que colocará em debate questões relevantes a respeito da memória coletiva dos “Anos de Chumbo”.

A realização deste evento atende a diferentes requerimentos, de iniciativa deste Presidente e dos Deputados Pedro Wilson, Pompeo de Mattos, Manuela d'Ávila e Chico Alencar.

Decidimos somar a este seminário diferentes iniciativas. Em primeiro lugar, por se tratar de temas convergentes que podem ser incluídos na denominação “memória e verdade”. Em segundo lugar, para atender ao pedido de companheiros que vieram de todo o País para participar do seminário da Comissão de Anistia, realizado ontem, e que têm interesse nos assuntos em debate hoje.

Também queremos que este encontro seja um marco alusivo ao Dia Mundial de Combate à Tortura, comemorado no dia 26 de junho.

Este seminário será dividido em 4 mesas. Na primeira, cujo tema é *Da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos a uma nova Comissão Memória e Verdade, nos moldes propostos pela ONU*, teremos por finalidade ouvir e debater as avaliações e as propostas de equacionamento de questões não resolvidas no período da ditadura militar. Nesse sentido, avaliar o trabalho da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, a sua contribuição e as suas limitações é um primeiro passo necessário.

Na mesma linha, acreditamos que se deve evoluir para a criação de uma Comissão de Memória e Verdade, nos moldes defendidos pela ONU. Precisamos começar a discutir os termos desta nova Comissão. E o papel do Legislativo é o de realizar este debate com as autoridades públicas responsáveis pela área

e com as representações da sociedade civil envolvidas com o tema.

Na segunda mesa serão apresentadas as recomendações elaboradas pelo Ministério Público Federal a partir da análise do livro *Orvil, O Livro Negro do Terrorismo no Brasil*, escrito por ordem do Ministro do Exército em 1986. Esse livro tem quase mil páginas e contém versões sobre a repressão nos “Anos de Chumbo”.

Na terceira mesa serão analisadas as revelações contidas no livro *Sem Vestígios*, feitas por um agente secreto da ditadura militar brasileira. O livro é de autoria de Taís Morais. Entre essas revelações há uma sobre as circunstâncias da execução do líder estudantil Honestino Guimarães.

O seminário será encerrado com uma mesa de debates e de reflexão sobre o fenômeno da tortura no Brasil. Teremos a apresentação de um brasileiro que estudou profundamente o tema e de outro que sofreu profundamente a tortura. Ambos estão hoje na luta para que esse crime contra a humanidade seja banido.

Inicialmente, estava programada uma outra mesa, destinada ao debate da criação, da composição e dos objetivos do grupo de trabalho coordenado pelo Ministério da Defesa e destinado a localizar e a identificar corpos de pessoas desaparecidas durante a Guerrilha do Araguaia. Em razão de viagem inadiável ao exterior, o Ministro Nelson Jobim solicitou à Comissão de Direitos Humanos o adiamento de sua vinda para uma data no começo de julho. Definimos, então, a data de 9 de julho. Neste dia, às 9h, promoveremos uma audiência pública sobre o tema da Guerrilha do Araguaia. E fizemos isso em acordo com o Ministro. Esperamos que nesta data ele possa estar aqui para dar as explicações sobre a criação, a composição e os objetivos do referido grupo de trabalho.

Vamos dar início à primeira mesa deste seminário, convidando os expositores que vão tratar sobre o tema *Da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos a uma nova Comissão Memória e Verdade, nos moldes propostos pela ONU*.

Informo que foram convidados como expositores o Ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, e o Presidente da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Marco Antônio Barbosa. Recebemos, ontem, comunicado da Secretaria dos Direitos Humanos de que foi designada a Sra. Vera Regina Rotta, Coordenadora do Projeto Direito à Memória e à Verdade, para representar o Ministro daquela Secretaria; e o comunicado da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos informa que um de seus membros, o Deputado Pedro Wilson, representará o Sr. Marco Antônio Barbosa.

Lembro que o Deputado Pedro Wilson é o 1º Vice-Presidente desta Comissão de Direitos Humanos e representante deste órgão na Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

Convido para compor a mesa a Sra. Vera Rotta, representante da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *(Palmas.)*

Convido as pessoas que estão sentadas na parte de trás do auditório que tomem assento nas fileiras mais próximas à Mesa, apenas deixando a primeira fileira para os Parlamentares.

Convido para compor a Mesa o Deputado Pedro Wilson, representante da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *(Palmas.)*

Convido a Sra. Iara Xavier, da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos. *(Palmas.)*

E convido o Sr. Jaime Antunes da Silva, Diretor-Geral do Arquivo Nacional. *(Palmas.)*

Antes de passar a palavra aos expositores convidados, gostaria de lembrar que, em 2 de novembro de 2005, o Comitê de Direitos Humanos da ONU recomendou ao Brasil tornar públicos todos os documentos relevantes sobre abusos de direitos humanos, inclusive os atualmente retidos pela legislação específica. Afirma o relatório, no trecho referente ao regime militar, que não houve responsabilização direta pelas graves violações de direitos humanos da ditadura militar no Brasil. Diz ainda o mesmo relatório: *“Não estamos pedindo a abertura de todos os arquivos da ditadura no Brasil, mas queremos a abertura daqueles que possam permitir que se investiguem os casos de tortura”*.

Os Governos atual e mesmo o anterior fizeram esforços efetivos para encontrar arquivos. Recentemente, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos e o Arquivo Nacional lançaram importante projeto, visando buscar e disponibilizar esses arquivos.

Deve ser reconhecido o trabalho da Comissão de Anistia e da Comissão de Desaparecidos Políticos nesse sentido. Mas agora é possível ir além, para implementar a recomendação da ONU.

Há de se convir que as providências atuais, embora dignas de reconhecimento, são focadas mais na reparação dos danos causados às vítimas. Mas poucas são as informações disponíveis aos familiares das vítimas.

Acredito que é preciso avançar, pois há perguntas que só vão se calar diante de respostas. E as indagações a serem respondidas são as seguintes: Aonde foram parar os arquivos da ditadura, que permanecem ocultos? Por que os remanescentes daquele período insistem em sonegar essas informações históricas?

Acredito que o Brasil está maduro para criar uma Comissão de Memória e Verdade, com escopo e atribui-

ções mais amplos, como outros países fizeram. Buscar os responsáveis pela violação dos direitos humanos e por crimes contra a humanidade é revanchismo, como tentam colocar? Será revanchismo exigir um direito tão fundamental como a memória e a verdade? Hoje já admitimos legalmente que várias pessoas foram mortas ou que desapareceram por conta de sua resistência à ditadura militar. Mas, se é assim, quem ordenou sua morte? Quem mandou fazê-las desaparecer? As famílias, a sociedade, o País, o futuro merecem e necessitam das respostas.

Sabemos que a verdade tem uma força reconstrutora. Ela pode ajudar na construção de uma nova consciência pública, uma comissão de caráter ético e histórico com a tarefa de restabelecer a verdade negada ou não reconhecida durante o período de 1964 a 1985.

Quero fazer 2 comunicados, sobre iniciativas desta Comissão. Em primeiro lugar, vamos atuar para que seja votado pelo Congresso Nacional o tratado internacional sobre desaparecimentos forçados. Sempre que se tenta colocar em pauta esse tratado da ONU, forças nada ocultas, mas bastante eficazes, acabam por retirar a matéria do debate. Talvez porque o tratado reforçaria o caráter imprescritível dos crimes contra a humanidade, que são os desaparecimentos forçados e a tortura. Talvez porque a incorporação do tratado no nosso ordenamento jurídico permita a responsabilização pelos desaparecimentos forçados naquele período.

Quero dizer que vamos requerer ao Presidente da Câmara dos Deputados e ao Colégio de Líderes da Casa a inclusão desta matéria, como prioridade, na pauta de votações do plenário. E será um compromisso desta Comissão, em parceria com as entidades civis, acompanhar atentamente, para que o Legislativo afinal se manifeste sobre o tratado.

O nosso segundo comunicado é de que estamos encaminhando ao Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, indicação da Comissão de Direitos Humanos no sentido de que o Governo Federal tome as medidas necessárias para criar a Comissão Memória e Verdade.

Feitas essas considerações, passo a palavra à primeira expositora, Sra. Vera Rotta, representante do Ministro Paulo Vannuchi.

Informo que os convidados dispõem de 20 minutos para a sua exposição e que estamos transmitindo as nossas informações no endereço eletrônico www.twitter.com/cdhcamara.

Registro a presença neste seminário do Deputado Veloso.

E informo que outro seminário ocorre neste momento, também sobre tema ligado a direitos humanos. Alguns Parlamentares deverão comparecer a esse evento depois.

Com a palavra a Sra. Vera Rotta.

A SRA. VERA REGINA ROTTA – Muito obrigada.

Bom dia a todas e a todos, aos meus companheiros de Mesa e ao Deputado que preside a Comissão de Direitos Humanos.

No último dia 13 de maio, em evento que contou com a presença do Presidente Lula, foram anunciadas novas iniciativas do Governo para facilitar o acesso às informações públicas: o lançamento do Arquivo *Memórias Reveladas*, que integra arquivos estaduais com o acervo do Arquivo Nacional, bem como o envio a este Congresso de proposta de nova lei que tende a substituir a Lei nº 11.111, reduzindo o prazo de classificação de documentos e da portaria interministerial de chamada para recolhimento de documentos e arquivos sobre a repressão política representam mais um passo para a afirmação do Brasil como democracia consolidada, numa história de 20 anos.

A recuperação da história do período militar no Brasil é um dos requisitos indispensáveis para que o País assuma o papel que lhe cabe, de fato e de direito, no cenário internacional e nos organismos dirigentes da ONU.

Essas ações são o prosseguimento de outras que, nos Estados, na sociedade civil e no Governo Federal, vão se somando como acúmulo histórico. O Ministério da Justiça e a sua Comissão de Anistia recentemente anunciaram a formação do Memorial da Anistia Política, em Belo Horizonte.

O Governo de São Paulo é responsável por importantes passos, como a criação do Memorial da Resistência no antigo DOPS.

Iniciativas como essas também estão sendo discutidas e desenvolvidas em outros Estados, como Bahia e Rio de Janeiro. Trata-se de longa caminhada, que começou no Governo Fernando Henrique, com a edição da Lei nº 9.140, que criou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, que promoveu a reparação administrativa de familiares e que hoje segue na etapa final do seu trabalho, com vistas sobretudo a localizar os restos mortais de cerca de 140 de brasileiros e brasileiras.

Cabe lembrar que essa iniciativa se deu graças à luta de familiares de mortos e desaparecidos. Foi graças à luta dessas pessoas que se conseguiu chegar até essa lei.

Há 2 anos, em ato no Palácio do Planalto, foi lançado o livro *Direito à Memória e à Verdade*, um marco

na luta pela recuperação desse período histórico. Ele, na verdade, foi o ponto de partida do Projeto Direito à Memória e à Verdade, da SEDH, que atualmente eu coordeno.

Com o objetivo de instigar o debate sobre o regime de exceção e suas consequências na atualidade, várias ações estão sendo desenvolvidas dentro desse projeto. Não é nenhuma novidade para este Plenário que as violações dos direitos humanos cometidas pelo Estado durante a ditadura militar são desconhecidas pela maioria da população, em especial pelos jovens. Esse projeto pretende dar visibilidade à história desse período, sem mitificar o passado, conectando os fatos ocorridos naquela época com os atuais, ao relacioná-los com outras violações dos direitos civis, entre eles o direito à informação.

Foi com esse intuito, de informar e educar, que a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos lançou o livro a que já me referi, com a biografia e a maneira como foram mortas 475 pessoas, durante o período ditatorial brasileiro.

Também foi criada a Exposição Fotográfica *A Ditadura no Brasil: 1964-1985*, que tem sido instalada em várias cidades brasileiras.

Além disso, a Secretaria tem apoiado várias outras exposições com a mesma temática, pelo País, sempre acompanhadas de debates para que a sociedade tome conhecimento do que aconteceu nesse período.

Temos inaugurado memoriais em homenagem a mortos e desaparecidos políticos em locais simbólicos. Por exemplo: em Osasco, palco da greve de 1968; em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Recife e em Florianópolis.

Em conjunto com os países do MERCOSUL, a Secretaria criou um material didático voltado para o professor de ensino médio, buscando inserir nos currículos escolares esse tema. O material insere-se nas diretrizes do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que possui várias ações voltadas para a consolidação da cultura democrática e para o resgate da memória e da verdade, como forma de garantir a inviolabilidade dos direitos humanos. Pretende-se com isso tornar amplamente reconhecidas e conhecidas as violações dos direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar, difundir sua discussão, buscar consolidar a democracia e evitar que esse triste período da nossa história se repita.

Por fim, importa lembrar que, independentemente do regime político adotado pelo Brasil ao longo dos anos, desde o seu descobrimento, a prática da tortura tem sido utilizada pelo Estado, ainda que de forma velada e tolerada. Períodos como os da escravidão e do regime militar apenas a escancararam.

Ainda que nenhuma lei brasileira corrobore essa prática, há muito por fazer para que esse tipo de violação seja totalmente banido da nossa sociedade. Considera-se, desta forma, que o resgate da memória e da verdade dos fatos sócio-históricos ocorridos no País é importante também para a superação de mazes ainda mais antigas e arraigadas, como a da cultura escravocrata, bem como para garantir a preservação da memória de comunidades tradicionais, impedindo, assim, mais uma vez, que as violações dos direitos humanos se repitam.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Muito obrigado, Vera, pela exposição.

Passo a palavra ao Deputado Pedro Wilson, nesta oportunidade representando a Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

V.Exa. dispõe de até 20 minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO WILSON – Mais uma vez, bom dia a todas e a todos os presentes.

Nesta manhã de 18 de junho, quero saudar todos aqueles que continuam com aquele lema, depois da Lei da Anistia de 1979, que achamos que foi uma vitória: *A Luta Continua*. Ou seja, não aceitávamos; era um fato; ainda era ditadura. Beneficiou, mas só depois, com a Constituição e outras leis em 1995, ampliaram-se as perspectivas para a anistia.

Então, o meu papel aqui é difícil. Eu sou Deputado da Comissão de Direitos Humanos e represento também a Comissão de Direitos Humanos na Comissão de Mortos e Desaparecidos.

Quero justificar que, por um compromisso assumido, o Dr. Marco Antônio Rodrigues Barbosa, Presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, não poderá estar presente a este seminário. Com muita honra, eu o substituo e também a Comissão.

Outro membro da Comissão, o Dr. Augustino Veit, que inclusive trabalha conosco na Comissão de Direitos Humanos, está viajando com a Comissão do Ministério da Defesa, num esforço, mais uma vez, de localizar os restos mortais de desaparecidos na região em que ocorreu a Guerrilha do Araguaia, que todo mundo conhece.

São membros da Comissão também representantes do Ministério Público, das Forças Armadas, dos familiares; Diva, Iara e Suzana. Enfim, grupos de busca da anistia.

Quero falar rapidamente, mas também quero fazer um histórico. A principal resultante, o principal fruto de toda essa luta são os familiares dos anistiados, os familiares de mortos e desaparecidos. É a organização de vocês, de todos nós, que faz com que essa luta persista até hoje, seja no Parlamento, seja no Governo, seja no

Judiciário, seja no Ministério Público. A insistência, a consistência, o apelo, o drama inacabado, inconcluso, irredento da situação de muitos brasileiros que foram anistiados, mas não foram reintegrados. E não foram anistiados porque não tiveram nem o direito de pedir anistia! E daqueles que lutaram, que combateram a ditadura. E até hoje há um enfrentamento dentro do Governo, do Parlamento, de pessoas que não querem reconhecer nem a lei nem a verdade da história.

Então, quero homenagear aqui todos os combatentes pela democracia, pela cidadania, que trazem para nós a possibilidade de estarmos neste seminário e de continuar a luta, de responsabilizar, de esclarecer.

Se nós tivéssemos interesse em vingança, em revanche, os mecanismos seriam outros, que, aliás, existem em outros países. O nosso mecanismo é o da democracia, mas também o de conhecer toda a verdade, doa a quem doer, se não nós não vamos passar a limpo esse período da história do Brasil, que jamais gostaríamos que voltasse. Mas, se não aprendermos com a história, poderemos repetir a história.

Esse é um desafio para nós. Como membro da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Mortos e Desaparecidos, sem nenhum sentimento de dualidade, assumo que a Comissão tem trabalhado, tem feito um esforço enorme para avançar, tanto que chegamos a uma constatação: temos de buscar novas leis, novos atos.

Por exemplo: esse grupo de trabalho organizado pelo Ministério da Defesa é insuficiente e parcial; outras pessoas têm de participar. Fruto da ação da Comissão de Mortos e Desaparecidos junto ao Ministro Paulo Vannuchi, achamos que a Secretaria Especial dos Direitos Humanos tem o direito de estar presente, assim como os familiares e o Ministério Público, para que não parem dúvidas ao final. Quantas vezes fazemos uma investigação e encontramos pessoas com boa vontade? Mas também temos de contar com a competência dos peritos da Antropologia, da Arqueologia, de todos os elementos da Ciência.

Versões desencontradas a toda hora nós temos no Brasil. Aliás, tanto na Comissão de Direitos Humanos quanto na Comissão de Mortos e Desaparecidos, temos ouvido pessoas que participaram da repressão, mas que não revelam toda a verdade ou dão versões diferentes.

Vocês sabem que estão surgindo livretos... Quando se busca dar justiça a um companheiro morto e desaparecido, aparecem escrituras falsas sobre questões pessoais, sobre questões familiares, como forma de destruir a memória das pessoas. Um jornal de grande circulação no Brasil publicou um dossiê falso sobre a Ministra Dilma Rousseff. Diz reconhecer, mas não re-

conhece. Na hora de publicar o dossiê, é na primeira página; na hora de dar explicação, é na quarta página. Vocês sabem disso. Isso em relação a uma Ministra. Imaginem o que ocorre com pessoas simples.

Vocês se lembram da história, de como se mentia. O aparelho de repressão no Brasil chegou ao requinte de mostrar jornal a pessoas presas, vivas, com a notícia de que elas já tinham morrido.

Então, eu quero mais uma vez parabenizar os familiares do Grupo Tortura Nunca Mais, do Movimento Nacional de Direitos Humanos; a criação da Comissão de Direitos Humanos na Câmara; advogados, organizações de igrejas; gente da OAB, da ABI, de órgãos de comunicação, que estão atuando junto a familiares de pessoas que tiveram seus direitos postergados e que estão na luta, que não aceitam.

O Brasil é a última República da América do Sul que ainda não fez investigações. Tem de identificar! Há pessoas que até hoje defende a tortura; e, às vezes, aqui dentro do Parlamento. Muitas vezes, sem nenhuma advertência nem punição.

Quero parabenizar pelo trabalho a Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo Deputado Luiz Couto e por outros, de memória – Nilmário, Hélio Bicudo e outros -, por Deputados que foram à luta e ao limite... A nossa Comissão sempre foi limitada em termos de orçamento e de condições materiais. Aliás, nós queremos garantir numa rubrica os recursos mínimos para uma investigação antropológica, para pagar a um perito ou para uma viagem, quando forem necessários.

Julgo importante o papel da Comissão de Direitos Humanos e do movimento dos familiares, para esta nossa reflexão sobre o espaço que queremos, a partir deste seminário.

É importante também o trabalho da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, apesar de todas as dificuldades: o 1º Plano Nacional de Direitos Humanos; a formação da Comissão de Mortos e Desaparecidos; a publicação do livro em que o Estado reconhece a biografia de pessoas que estão lá, em que o Estado se responsabiliza.

Mas não basta publicar o livro. Temos de continuar fazendo as nossas investigações. O livro foi importante para mostrar que o Brasil assume oficialmente. E nós levamos 15 anos, na democracia brasileira, para ter a coragem de publicar. Todo mundo já sabia; era só recolher os dados. Mas publicaram. Acho que esse é um fato importante.

Agora, Sr. Presidente, lanço o desafio de elaborar uma lei para organizar e buscar os arquivos da República. O Brasil ainda tem decreto, tem documento secreto da Guerra do Paraguai! Ou da situação de João Cândido. Vocês não sabem a reação que hou-

ve aqui e em muitos lugares para considerá-lo anistiado, considerá-lo um herói do Brasil. Houve reação também, no passado, quando se reconheceu Zumbi de Palmares. Todo mundo disse: *“Olha, não tem nem nome. Como se pode reconhecer a pessoa?”* E vocês lembram que houve uma série de reportagens sobre a vida pessoal de Zumbi dos Palmares. Será que, se fizessem também sobre Duque de Caxias, o pessoal gostaria? Porque é um dos pais da Pátria.

Então, recorro ao passado para falar sobre o trabalho do Ministério da Justiça, da Comissão de Anistia. É uma dívida que o Estado brasileiro ainda tem com muitas pessoas que saíram do emprego, que saíram das Forças Armadas, que saíram dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público na época e desapareceram. E as famílias não tiveram nem condições de requerer os direitos. Mas, entre aqueles que requereram, muitos não foram reintegrados nas condições históricas de direitos humanos. Agora mesmo, quando se reconheceu o título militar de Lamarca, todo mundo se assustou.

Então, sobre a questão da anistia, que se dizia ampla, geral e irrestrita, ela foi restrita e continua restrita. E nós continuamos com o livro aberto para buscar ressarcir direitos. Sabemos que muitos não têm condições porque morreram – assassinados, torturados, desaparecidos; outros estão vivos, mas às vezes morrendo porque não têm seus direitos garantidos, seus direitos de aposentados, para tratar de sua família.

Com todo o respeito, sem entrar na questão do Poder Executivo, mas fazendo parte da sua base aliada, tenho a ousadia de dizer que é preciso que o Ministério da Defesa faça a investigação mais ampla possível, não só na Serra das Andorinhas, mas também em todos os lugares.

A dificuldade está também no fato de que muitos estudos, depoimentos e livros de pessoas que, direta ou indiretamente, participaram da ditadura trazem informações completamente desconstruídas; que, em vez de ajudar, atrapalham as investigações. Eu cito o caso do meu amigo Honestino Guimarães. Agora surgiu uma ideia nova, de que ele veio para Brasília e, de Brasília, foi jogado na Serra das Andorinhas. Eu acho que ele foi preso no Rio, torturado e morto lá, talvez jogado no mar ou enterrado num lugar ermo. Mas nós queremos a explicação, a responsabilização.

Volto a dizer que a publicação e a possível abertura de todos os arquivos... Hoje eu tenho consciência. Aliás, fico dividido: como o sistema de segurança de um país pode queimar todos os dados? Talvez tenham sido microfilmados, talvez tenham sido digitalizados e estão por aí. Então, nós temos o direito de confrontá-los. A Comissão está neste caminho, mas às vezes sente-

se impedida por questões financeiras. Recentemente, surgiu a possibilidade de identificar a ossada de um companheiro cearense desaparecido na Guerrilha do Araguaia, mas faltaram recursos. Se nós temos recursos para outras coisas, por que não temos para resgatar o direito à memória e à verdade no Brasil?

As investigações sobre a responsabilização política. Quando se levanta o caso de um torturador ou algum responsável, que poderia ajudar no encontro, porque ele participou do sistema, a grande imprensa chegar a dizer que a ditadura foi “ditabranda”. O que se quer com isso? Minimizar, pasteurizar? Daqui a pouco o Brasil será visto como o País em que não houve nada, no qual há um grupo de pessoas loucas que ficam discutindo direitos humanos.

Então, Sr. Presidente, senhores presentes, acho que nós temos de aprofundar as investigações, contar com recursos e condições. Que esse grupo de trabalho do Ministério da Defesa possa avançar na participação. Nós não desconfiamos de ninguém, mas queremos estar presentes na história, porque já confiamos em muita gente e não chegamos a nenhum resultado porque, às vezes, houve desvio de investigação. Não acusamos ninguém, mas queremos estar presentes, para saber se esta realmente é a verdade, para formarmos a memória do Brasil.

Há novas leis internacionais que estão obrigando os países, inclusive o Brasil... Será que temos de reformar as leis de 1995 e outros decretos? Se precisamos, acho que temos de fazer um esforço legislativo e buscar as leis, porque esse é um dever nosso; nós somos um país democrático. Então, novas leis internacionais nos ajudam a refazer ou a obrigar o Estado a ter competência e capacidade para avançar. Para isso, nós temos a Comissão de Mortos e Desaparecidos, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o Ministério da Justiça, o Ministério da Defesa, o Ministério Público Federal, dos direitos do cidadão; temos o Poder Judiciário; temos meios de comunicação; temos os familiares e todos aqueles que têm memória e querem também descobrir toda a verdade.

Então, é preciso que tenhamos mais elementos dentro da Comissão de Direitos Humanos, dentro da Comissão de Mortos e Desaparecidos, elementos materiais e de inteligência, para avançarmos nas investigações e nas respostas a todas as pessoas. Os desafios continuam para nós; a luta continua; a solidariedade, o compromisso, o sentimento, que não se transfere. Nós não podemos ficar entre uma notícia animadora – “os arquivos vão ser abertos” – e outra desanimadora, porque, lá dentro, vemos que não há dados, ou foram subtraídos, ou foram queimados etc. Então, vamos responsabilizar a quem de ofício. Há

necessidade de identificação e responsabilização de todos os culpados. Olhando para o passado, temos de avaliar o presente e construir um futuro melhor para nós e para os nossos filhos.

Este é o desafio, esta é a palavra, diante do sentimento de impotência que a Comissão de Mortos e Desaparecidos ainda tem. Mas vamos romper essa impotência, vamos questionar, tanto no âmbito do Governo quanto do Parlamento e da sociedade, os deveres que temos de trabalhar em prol do direito à memória e à verdade sobre esse período da história do Brasil.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Muito obrigado, Deputado Pedro Wilson.

Antes de passar a palavra à Sra. Iara Xavier, quero comunicar que a ONG Ágere, em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, promoverá o Curso Direito à Memória e à Verdade. É um curso a distância, via Internet, para professores da rede pública de ensino médio. Serão abertas 3 mil vagas, e as inscrições são gratuitas. Quem quiser se inscrever, poderá acessar o endereço eletrônico www.direitome-moria.org.br.

Passo a palavra à Sra. Iara Xavier.

A SRA. IARA XAVIER – Bom dia.

Eu gostaria de cumprimentar todas e todos os anistiandos e anistiados presentes; o Deputado Luiz Couto, Presidente da Comissão; o Deputado Pedro Wilson; o nosso parceiro de caminhada e de luta em busca da verdade, Sr. Jaime; e a companheira Vera Rotta, que também nos tem acompanhado nessa longa trajetória.

Hoje, eu estou aqui representando a companheira Diva Santana, que atualmente representa familiares na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, criada pela Lei nº 9.140. Ela está no Araguaia, onde vai ser realizada a Caravana da Anistia, para reconhecimento da população de camponeses atingidos pela repressão à Guerrilha do Araguaia.

Eu participei, enquanto assessora – inicialmente da companheira Suzana, que foi a nossa primeira representante – na Comissão, desde a sua fundação. Também participei, nesses longos corredores, da tentativa de que a lei fosse mais ampla. Eu participei também, como muitos aqui, em 1979 – estivemos aqui presentes à vigília -, quando da votação da Lei da Anistia. Participei também, enquanto combatente, da Ação Libertadora Nacional, no combate ao regime militar, desde os meus 16 anos.

Eu venho de uma família de comunistas. Tive 2 irmãos assassinados em São Paulo, Iuri e Alex; o meu primeiro marido, Arnaldo; a minha mãe foi presa, barbaramente torturada, e conseguiu fugir do Hospital

Pinel, no Rio de Janeiro, em homenagem a todos nós trabalhadores, no dia 1º de maio.

Fui para o exílio grávida, tive o meu filho no exílio e retornei em maio de 1979. Peguei o final da luta. Desde então me engajei ativamente na busca pela verdade.

O que nós familiares queremos? É tão simples, do nosso ponto de vista. Nós queremos justiça. Nós queremos ter o direito de saber como, onde e quando eles prenderam, torturaram, assinaram e enterraram os nossos familiares. Queremos ter o singelo direito de pegar aqueles restos mortais. Sim, são ossos, como diz um integrante desta Casa. Nós buscamos ossos, sim. Nós buscamos cada falange, cada fio de cabelo, cada pequeno fragmento que possa resgatar a dignidade dos nossos familiares. Queremos ter o direito de sepultá-los e, assim, recuperar a sua memória.

Então, nós consideramos algo simples. Lutamos por uma anistia que foi capenga; lutamos por uma comissão que ia reconhecer, que foi limitada – não lhe foi imposto o ônus da prova; ao Governo não cabia nada! Nós tínhamos de apresentar as provas, nós temos de indicar onde os nossos familiares estão sepultados. Lutamos, mas perdemos todas as emendas aqui – contamos com o apoio de vários Parlamentares. E perdemos por quê? Perdemos porque a transição do regime militar para uma democracia nossa... Até hoje nós estamos num período de transição! Mas que transição tão longa! Já tem 30 anos a Lei da Anistia e ainda não há estabilidade nesta democracia que permita vir a público, esclarecer, uma verdade, o direito à verdade, que não é minha, que não é sua, é de toda a sociedade. Será que não basta? A famosa reconciliação foi feita em detrimento do nosso direito, nós familiares, de sabermos a verdade.

Falamos aqui de leis, de convenções, de tratados. Ontem eu estava acompanhando a audiência da Comissão Especial da Lei da Anistia. Nossa! Não é por falta de lei. Leis nós temos para todos os gostos, cores, credos e religião. O que falta é coragem e decisão política para cumprir essas leis! (*Palmas.*)

Nós somos pisoteados, novamente agredidos e violados diariamente na busca do reconhecimento dos nossos direitos, como vítimas de um regime de exceção, de barbárie, de tortura, de crime contra a humanidade.

A Comissão criada pela Lei nº 9.140 fez muitos esforços. Agora, quem dela participou desde o início e quem dela participa agora não pode negar que, se não fosse o trabalho dos familiares, essa Comissão não teria conseguido metade dos êxitos que conseguiu. Fomos nós que, analisando os documentos que recuperamos do extinto DOPS e as fotos da perícia,

vamos madrugadas, com lentes de aumento, para identificar os sinais de torturas nos corpos dos nossos familiares; noite após noite, montamos os dossiês para provar àqueles conselheiros que lá estavam que a verdade oficial era mentirosa; que, sistematicamente, a repressão mentiu, encobriu; e que um governo democrático não pode continuar encobrindo a verdade, que é um direito dos familiares.

Atualmente, apenas 10 ou 12 mães dos desaparecidos cujos corpos ainda não localizaram estão vivas. Porque nós temos desaparecidos e temos mortos, com cujo corpo eles sumiram. O meu irmão é um deles; e eu consegui recuperar no Cemitério de Perus por sorte. Elas já se foram. Essa memória não vamos ter mais. São muito poucas as que ainda resistem.

Por isso, nessa briga pela constituição de uma Comissão da Verdade e da Memória, vocês que estão aqui presentes e nós que somos sobreviventes desse período vamos ser fundamentais, como testemunha viva dos horrores daqueles que morreram nos porões da ditadura.

Vocês estão vendo aqui: este tema não dá ibope, este tema não dá manchete. Quem está aqui ouvindo a nossa fala? Nós mesmos. Entendemos que os Parlamentares têm outras audiências, comissões e trabalhos. Mas foi marcado com antecedência. Não houve prioridade. Estamos falando para nós mesmos. Este tema a própria sociedade brasileira não tomou como seu. (*Palmas.*)

Eu quero me ater um pouco ao tema: *Da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos a uma nova Comissão Memória e Verdade, nos moldes propostas pela ONU.*

Eu estou falando aqui enquanto familiar. Aqui está dizendo que represento a Comissão. Estou representando Diva, que representa, enquanto integrante, a Comissão de Familiares. Então, este é um posicionamento dos familiares e não da Comissão, que tem aí o seu representante.

O Conselho da ONU diz que, numa transição, nós temos um conceito de justiça; que nós devemos adotar medidas que permitam o acesso à informação e a dados públicos, para preservar a memória daquele período de ditadura; a reparação dos prejuízos sofridos pelos cidadãos que tiveram os seus direitos lesados; a promoção de mudanças institucionais de segurança pública, com o objetivo de acabar com a mentalidade autoritária; a apuração de todos os crimes contra os direitos humanos e contra a humanidade, para que não mais se repitam, para que não continuem as impunidades, para que as torturas não sejam uma exceção, mas uma realidade na maioria das delegacias, para que os nossos companheiros que brigam por uma reforma

agrária, que lutam nos campos do Brasil, não continuem sendo barbaramente assassinados, e o seus assassinos continuem impunes, sem nenhuma justiça.

Por isso, a importância de revermos o nosso passado, de acertarmos as nossas contas e de tornar públicas todas as violações de direitos humanos.

A nossa justiça de transição não foi plenamente adotada, segundo os critérios do Direito Internacional. Ainda se mantém sob sigilo os arquivos das Forças Armadas, não apuramos os crimes e não garantimos o direito à Justiça em sua concepção mais ampla. Se vamos à Justiça cobrar a punição de um agente que torturou nosso familiar, é revanchismo. Estamos cheios de ódio, somos revanchistas. Não! Queremos justiça.

Já é o momento de dar um basta, chegou o momento de o Brasil ter a atitude política, que tem que vir do Poder Executivo, de realmente fazer uma Comissão da Verdade e a recuperação da memória que nós é devida.

O direito à verdade é parte da reparação. Existe a reparação administrativa e há um grande contingente insatisfeito. A maioria de nós, que fomos à Comissão de Anistia, seja aquela primeira do Ministério do Trabalho, seja a atual, podemos dizer que ela não repara nenhum prejuízo causado.

A busca pela verdade é importante. Consideramos que é um dever moral para os familiares, para todos os atingidos e para a sociedade como um todo descobrir e punir os culpados, para afirmar que há democracia e controle das instituições públicas. Só assim vamos evitar que esses fatos se repitam. A verdade deve ser completa, oficial, pública e imparcial. Sim, nós queremos a verdade como um todo: o que aconteceu, como aconteceu e quando aconteceu.

Na transição do Governo de exceção para a nossa democracia, em nome dessa estabilidade democrática, muitas vezes a exigência de justiça foi colocada em segundo plano e acabou favorecendo a impunidade dos que violaram os direitos humanos. Esse caminho adotado foi novamente uma agressão. Em nome de uma reconciliação nacional, nós, familiares e vítimas, fomos novamente agredidos, e continuamos sendo agredidos até que cesse.

Aos responsáveis pelas violações de direitos humanos não interessa saber a verdade dos fatos, nem interessa que se faça justiça. Desconhecem que em 1985 a Comissão Interamericana de Direitos Humanos estabeleceu que toda sociedade tem o direito de conhecer a verdade do que ocorreu, assim como as razões e circunstâncias em que se cometeram horríveis delitos para se evitar que volte a acontecer no futuro.

Hoje estamos abrindo uma discussão também entre nós, familiares. Qual é a Comissão da Verdade

que queremos? Tantas já ocorreram, seja aqui, no MERCOSUL; seja uma das famosas, a da África do Sul; seja a do Peru. E todas tiveram problemas, nenhuma resolveu a contento.

Vamos dizer que vai haver um milagre? Não. Não estamos esperando que vamos ter a totalidade das informações que queremos, porque já temos a experiência de que isso não ocorreu nos outros lugares. Mas queremos que se busque conhecer criticamente o passado, conhecer as violações, identificar os agentes de Estado que as cometeram, permitir identificar as estruturas da repressão, as suas ramificações nas diversas instâncias da sociedade, seja nas Forças Armadas, na Polícia, no Poder Judicial e inclusive em empresas, pois, como sabemos, foi citada a questão dos carros cedidos pela imprensa, por órgãos de divulgação na repressão aos militantes.

Essa investigação vai abrir a possibilidade de reivindicar a memória das vítimas, de propor uma política de reparação e de impedir que aqueles que participaram de violações aos direitos humanos sigam cumprindo suas funções públicas como se nada tivesse ocorrido.

Gostaria de lembrar que a Comissão deve ser neutra, imparcial, mas deve contar com integrantes e entidades de defesa dos direitos humanos para que ela possa seguir uma linha, uma trilha em respeito a esse direito internacional.

Pedi uma informação para a Vera Rotta, que eu não tinha, de qual seria o número de pessoas atingidas e levantadas pelo *Brasil: Nunca Mais*. Ela está me passando que aproximadamente 50 mil pessoas foram atingidas.

Os senhores, pertencentes a várias entidades e organizações de anistiados, sabem o quanto é difícil essa luta, quantos ainda desconhecem o seu direito a essa reparação. Vimos o último número que a Vera passou aqui: 457 mortos e/ou desaparecidos. Perto das outras ditaduras, fica sempre parecendo muito menor. Mas não importa! Uma só vítima seria suficiente para que se fosse feita justiça, um só morto que houvesse! (*Palmas.*)

Não se trata de números. Se morreram 10, se morreram 20, se morreram 30. Isso não está em jogo. Se a nossa ditadura foi mais ou menos feroz, isso não se mede por fita métrica. O sofrimento de ninguém pode ser medido qualitativamente: você sofreu mais do que eu ou não. O sofrimento abateu todos, e se abateu sobre a sociedade como um todo.

Finalizando, gostaria de dizer que nesta discussão da Comissão da Verdade, Deputado Pedro Wilson, Deputado Luiz Couto, precisamos de uma caixa de ressonância. Esperamos contar com a Comissão de Direitos

Humanos, com os Deputados, que, infelizmente, não estiveram aqui presentes, porque sem uma pressão da sociedade não vamos conseguir. Vamos morrer, como já morreram nossas mães. Eu vou morrer, o Jarbas vai morrer, e a memória vai-se diluir, vai-se perder. Temos filhos, já temos alguns netos engajados na luta. Mas eles contam com o fator tempo. Eles conseguiram nos vencer pelas armas, mas não conseguiram destruir o nosso espírito de luta. Hoje eles querem nos destruir pelo tempo. Vamos morrendo. Não podemos permitir isso. (*Palmas.*)

Precisamos que o Presidente Lula entenda que a democracia já chegou num estágio. Imaginem a África do Sul, que começou em 1995! O que era aquele regime e eles tiveram a coragem de fazer! E as pessoas que participaram não estão contentes. Lá era um sistema muito mais pernicioso. Eu fui ver como foi a resposta dos que tinham familiares desaparecidos. A maioria saiu sabendo o mesmo que já sabia. Um dos membros fez um documento muito bonito analisando que lá também era necessária uma justiça social, o direito à educação, ao trabalho e a uma vida digna, porque lá os negros continuam num *apartheid*, continuam segregados por essa limitação. O Governo lá não fez. Haveria reparações por aqueles que foram beneficiados pelas empresas, e isso não foi implementado. A reparação, que iria ser de 3 mil dólares por 12 anos, uma coisa assim, caiu também; deram apenas 400 dólares. Ora, como refazer tantos anos de opressão e segregação! Lá também falhou.

Queremos apreender com esses exemplos, com as limitações que eles tiveram para que consigamos construir uma Comissão que se aproxime mais da justiça, queremos que ela apure e indique para que possamos, na Justiça, punir aqueles que mataram e torturaram, porque crime de tortura, de lesa-humanidade, é imprescritível. Espero contar com os senhores nessa luta.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Muito obrigado, Iara Xavier.

Concedo a palavra ao nosso convidado Sr. Jaime Antunes da Silva.

O SR. JAIME ANTUNES DA SILVA – Bom dia. Agradeço a oportunidade, na condição de representante do Arquivo Nacional, de conversar com os senhores. Agradeço, portanto, ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Deputado Luiz Couto. Saúdo os familiares dos mortos desaparecidos, na pessoa de Iara Xavier, uma batalhadora.

A minha abordagem é para apresentar aos companheiros o andamento a partir do estímulo que o Arquivo Nacional vem recebendo da Casa Civil na

construção de um projeto que visa reunir dados e informações dos acervos que estão dispersos em instituições públicas, em instituições privadas e em centros de documentação e informação. É um projeto que teve início com uma propositura do Ministro Nilmário Miranda, que era o Secretário Especial dos Direitos Humanos em 2005.

Foi constituída uma Comissão, um Grupo de Trabalho, que teve a honra de coordenar, para que pudéssemos trabalhar em cima de diagnósticos feitos com os acervos do período do regime militar e sua dispersão, como eles poderiam ser integrados.

Essa Comissão contou com a participação do atual Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, que também era membro da Comissão, com professores universitários, e houve uma participação ativa do então Ministro Nilmário Miranda.

Em maio de 2005, foi possível terminar o relatório desse Grupo de Trabalho, que apresentava alternativas e ações de curto, médio e longo prazos. Esse relatório foi entregue formalmente à Secretaria Especial de Direitos Humanos, em maio de 2005. Depois houve a saída do Ministro Nilmário e a redução do *status* da Secretaria Especial de Direitos Humanos, que perdeu o nível de Ministério. Depois, nesse mesmo ano, com o novo *status*, o *status* ministerial, assume o Ministro Paulo Vannuchi, que tem sido um aliado constante desta ideia de conceber um projeto. Isso avançou em termos de reuniões, contatos e propostas.

Com a reconfiguração da proposta de criação dos centros, que passou por diversos nomes (esse se chama Memórias Reveladas – Centro de Referência das Lutas Política no Brasil 1964-1985), havia um encaminhamento dos seguintes problemas.

No mapeamento feito com os arquivos estaduais, que são detentores de documentos das delegacias ou divisões de ordem política e social, eles, em grande parte, não tinham controle sob o que tinha dentro de seus acervos. Ao mesmo tempo, havia uma necessidade de buscar alternativas.

Em 2005, temos um dado bastante significativo. Um decreto do Presidente Lula determinou que documentos que estavam sob custódia da ABIN – que era o Serviço Nacional de Informações –, da Comissão Geral de Investigações e do Conselho de Segurança Nacional fossem transferidos. Então, houve uma decisão de que, até dezembro, os documentos teriam que estar recolhidos ao Arquivo Nacional.

Uma equipe da Coordenação Regional do Arquivo Nacional e agentes da ABIN foram comissionados. Fez-se um trabalho pesado com o grupo, para levantarmos todo esse acervo. E esse acervo entrou no Arquivo Nacional no dia 21 de dezembro de 2005.

Em 2006, a Ministra Dilma Rousseff envia avisos circulares a todos os Ministérios no sentido de que fossem identificados nos acervos acumulados dentro desses Ministérios, de autarquias, enfim, de órgãos e universidades, acervos dos órgãos que compunham o aparato de fiscalização do Estado, que integravam, direta ou indiretamente, o SISNI – Sistema Nacional de Informações e Contra-Informações, cujo cabeça era o SNI.

No dia 15 de janeiro de 2006, dá entrada no Arquivo Nacional acervo da divisão da Polícia Federal encarregada de inteligência. É o primeiro acervo que entra a partir desse chamamento oficial de documentos oficiais. Entram, então, o acervo da Polícia Federal e, depois, progressivamente, vão entrando acervos das divisões de segurança e informação de Ministérios, acervos de assessoria de informação de autarquias, de empresas públicas, de universidades.

Hoje, nós temos um acervo extremamente expressivo de divisões de segurança e informação, de órgãos de assessoria de informação de universidades etc. São acervos importantes que se somam.

Dentro desses acervos, há registros documentais de relatórios vindos do CENIMAR, do CISA e do CIE. Não devemos confundir CIEIX com CIE. O CIEIX é o Centro de Informação do Exterior, que foi recolhido junto com a Divisão de Segurança e Informação do Ministério das Relações Exteriores. Era o órgão do Ministério das Relações Exteriores que acompanhava os passos dos exilados políticos do País e municiavam de informações os órgãos de informação. Esse também é um acervo recolhido, embora misturado com o acervo da divisão de segurança e informações que a equipe de Brasília apartou e se constituiu no acervo que seria o Centro de Informação do Exterior.

Mas nós não tivemos a entrada no Arquivo Nacional de nenhuma informação, de nenhum dado proveniente, ou seja, produzido e acumulado dentro do CENIMAR, do CISA e do CIE. O que nós temos dentro dos diversos conjuntos documentais, como têm os DOPS nos Estados, são relatórios, dados, documentos produzidos por esses órgãos de informação.

Então, a ideia que foi amadurecendo de se constituir o centro, a partir da ideia pioneira do Nilmário, era um centro em que os acervos ficam nos órgãos que os detêm, mas nós teríamos que encaminhar e centralizar a informação.

A equipe de TI do Arquivo Nacional desenvolveu o banco de dados do Memórias Reveladas para que os órgãos pudessem, com a mesma linguagem, alimentar *on-line* um mesmo banco de dados para que, progressivamente, esses órgãos também pudessem

ser apoiados na organização, na digitalização e nos acervos.

Então, a ideia concebida para esse projeto lançado no dia 13 de maio, como disse a Vera, é que pudéssemos ter um mecenato que apoiasse essas instituições na organização de seus acervos. Esse mecenato está em curso. Os projetos de organização dos acervos dos Estados começaram em novembro do ano passado. Isso faz parte das estratégias que foram sendo decididas na Casa Civil com a Secretaria Especial de Direitos Humanos para que essas instituições detentoras dos acervos pudessem ter apoio e que, no bojo dessa criação do centro, criassem uma política pública de valorização das instituições arquivísticas públicas do nosso País.

Com isso, estão sendo firmados acordos de cooperação técnica entre a União e os Governos estaduais para que, nos Estados onde não tenham sido descobertos vestígios documentais do aparato repressor do Estado, possam estimular os Governos a identificar esses acervos dentro das divisões de segurança pública, nos presídios, nas delegacias e que, com isso, possam afluir para os arquivos e possamos integrar essa informação e, depois, os dados e as representações digitais, mais adiante.

Então, a ideia de construção foi que se tivesse o centro criado formalmente, um banco de dados que some, um portal que aproxime essa informação, uma aproximação dos Governos estaduais para dar busca e identificação dos acervos que tenham sido perdidos. E essa integração se daria através de um portal que depois eu vou fazer uma demonstração do que seria.

Dos documentos de delegacia de ordem política e social, nós temos vestígios. No Rio Grande do Sul, essa documentação do DOPS foi integralmente incinerada em uma fábrica de louças, em uma missão cívica. Então, a pretexto de que se estava apagando da memória, destruíram-se provas que comprovavam direitos ou a participação dos agentes públicos na fiscalização, no acompanhamento, na tortura etc. E o que aconteceu? No Rio Grande do Sul, foi preciso recolher a documentação que estava nas delegacias. Isso compôs o Acervo da Luta Contra a Ditadura, que compõe uma comissão especial.

No Paraná, há acervo do DOPS. Também há acervo do DOPS no Arquivo do Rio de Janeiro, no Arquivo Público do Espírito Santo, no Arquivo do Estado de São Paulo, no Arquivo de Ceará, no Arquivo de Alagoas, no Arquivo de Sergipe, no Arquivo do Rio Grande do Norte, no Arquivo do Maranhão e no Arquivo de Pernambuco. E há um núcleo documental de segurança pública no Arquivo do Distrito Federal, fora

os acervos que o Arquivo Nacional vem reunindo. A ideia é integrar.

O Governo da Bahia criou as Memórias Reveladas da Bahia com o objetivo de mapear, dentro das diversas repartições na Bahia, onde estão os documentos. Lá, com a presença marcante de ACM, era muito difícil que esses documentos aparecessem. Então, após a sua morte, é possível que agora, com o Governo mais pró-ativo, se identifiquem acervos que estejam em órgãos perdidos, em uma sala, em um depósito, e que não se reconheçam. Da mesma forma como os Ministérios e as universidades começaram a rastrear dentro dos seus acervos acumulados e apareceram as DSIs.

A equipe de pesquisa da coordenação regional, coordenada pela Vivien Ishaq, que está aqui, levantou que, desses órgãos do aparato tirado dos acervos do SNI e de outros, havia pelo menos 250 unidades de monitoramento e de informação. Dessas, nós não recolhemos sequer 5%, talvez em torno de 10%. Então, ainda há um conjunto por descobrir.

No bojo dessa solenidade na qual foi feito o lançamento do Memórias, foi assinada também uma portaria interministerial, com assinatura de diversos Ministros envolvidos, no sentido de fazer um edital de chamamento de identificação de acervos que porventura estejam em mãos de pessoas, civis ou militares. Essa portaria interministerial é acompanhada de um edital de chamamento. Neste momento, a SECOM prepara uma série de filmes de chamamento desses acervos. É garantido o anonimato de quem queira doar.

Com isso, acho que se cria também um mecanismo de buscar entre arapongas arrependidos, torturadores arrependidos ou pessoas ligadas ao movimento acervos que possam disponibilizar. Esse acervo não precisa ser doado ao Arquivo Nacional. O importante é que esse acervo chegue ao Arquivo Nacional. O Arquivo, então, se encarrega de dar tratamento a essa informação, descrever e digitalizar com autorização desse detentor. Esse acervo é devolvido a quem tem o acervo, mas a informação fica veiculada e socializada, cumprindo uma função social.

Nós temos uma expectativa muito positiva de que isso possa caminhar. O Centro de Referência do Memórias Reveladas tem um conselho consultivo que vai ser composto por representantes da sociedade, de órgãos ministeriais e a sua instalação está prevista para 14 de julho. Ele é assessorado também por uma comissão de altos estudos na qual tem assento professores de universidades que têm linhas de pesquisa específicas sobre estudos do período do regime militar no País.

Temos uma expectativa de que possamos construir juntos, tanto com o Conselho quanto com a Comissão, o aprimoramento desse sistema.

Eu preparei um PowerPoint que é longo, mas eu vou selecionar os pontos que eu vou dar publicidade aos senhores na medida em que eu já falei de uma maneira geral sobre o que é o centro. Esperamos contar também com a contribuição de todos vocês, informando ou indicando acervos onde possamos buscar depoimentos para criarmos uma linha de história de vida, de história oral, para aproximarmos as universidades nesse processo.

A Secretaria Especial de Direitos Humanos abre um curso à distância para integrar 3 mil professores da rede pública a esse tema. A ideia é que tenhamos no centro uma revista eletrônica, para que possamos depois, junto à CAPES, obter sua qualificação, uma Qualis para que ela possa divulgar reflexões, conhecimentos, produção vinda da sociedade ou da universidade. Ao mesmo tempo, prepararmos um edital para lançar um prêmio de pesquisa do Memórias Reveladas, que será lançado ainda em 2009, com a verificação de trabalhos monográficos, teses ou produzidos especificamente, que sejam premiados não com dinheiro, mas com uma edição dos melhores trabalhos, a fim de que possamos formar progressivamente uma biblioteca do Memórias Reveladas.

Sou muito otimista. Acho que devemos buscar com entusiasmo que isso avance.

Ao mesmo tempo, nesse conjunto, havia a necessidade de haver uma lei de informação. Não havia uma lei de informação. A Lei de Arquivos, no seu Capítulo 5, tem 4 artigos que falam de acesso e de classificação. Havia necessidade de integrar o País no rol dos países que possuem lei de acesso a informações. Essa lei está no Congresso Nacional buscando aprimoramento. Vão ser agregados aprimoramentos que venham de familiares e das organizações sociais engajadas na defesa dos direitos humanos, para que possamos caminhar em um processo que venha a uma desclassificação geral simbólica – isso não está previsto no projeto de lei – dos documentos oriundos desses órgãos que integravam o sistema de informação do nosso País, para que possamos, com procedimentos comuns, dar acesso e direito à essa informação.

Quanto aos órgãos que tenham destruído os seus acervos, que haja apuração de responsabilidade, porque mesmo com a vigência do Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos, o conhecido RSAS, que autorizava que fossem eliminados e que perdeu a sua vigência em 1997, quando saiu o primeiro decreto regulamentando a Lei de Arquivos, mesmo com o RSAS era preciso guardar provas da eliminação. E a

partir da Lei nº 8.159, de 1991, não se pode eliminar documento público das instâncias federais sem autorização do Arquivo Nacional. E o Arquivo Nacional não recebeu por parte de nenhum órgão da Administração Pública autorização para eliminar documentos que porventura tenham sido produzidos e acumulados por alguns desses 250 órgãos que integravam o aparato de vigilância e de monitoramento do Estado em cima dos movimentos sociais e políticos do nosso País.

Vou apresentar pequenos trechos do meu Power-Point, que depois ficará disponível para quem quiser copiar. *(Pausa.)*

Não é possível. Essa é Lei de Murphy. Se tem de dar errado na questão de tecnologia, é porque vai dar certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – O tempo...

O SR. JAIME ANTUNES DA SILVA – Nós já encerramos o tempo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – É. Já são 20 minutos.

O SR. JAIME ANTUNES DA SILVA – Então, fica disponível aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Fica disponível, ou em outro momento, se o pessoal encontrar uma saída, V.Sa. será chamado para apresentar. Está bom?

O SR. JAIME ANTUNES DA SILVA – Muito obrigado. Desculpe por ter passado um pouco o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Obrigado, Sr. Jaime Antunes da Silva.

Vocês sabem que aqueles que não querem a verdade e a memória tentam desqualificar nosso Seminário. Um terrorista ou um daqueles que são favoráveis ao abafamento nem sabe escrever: Seminário Direito à Verdade e à Mentira. Peço à Segurança que verifique quem é esse terrorista que está tentando desqualificar o nosso seminário.

Agradeço a presença aos expositores. No segundo momento, haverá os questionamentos. Vamos agora à segunda Mesa. *(Pausa.)*

Dando continuidade ao nosso Seminário, damos início à segunda Mesa, que tratará do tema *Recomendações do Ministério Público sobre o livro escrito por ordem do então Ministro do Exército, em 1986, com versões a respeito da repressão aos Anos de Chumbo.*

Convido para compor esta Mesa os expositores Dr. Marlon Alberto, Procurador Regional da República, e Jornalista Lucas Figueiredo, que revelou a existência do livro em uma série de reportagens nos *Diários Associados.* *(Pausa.)*

Recebemos a informação de que esta Mesa acontecerá à tarde. Então, agora, vamos passar aos questionamentos.

Sr. Lucas Figueiredo, desculpe. À tarde teremos a exposição.

Solicito aos membros que estavam aqui que tomem assento à Mesa, porque não nos foi comunicado que após as exposições seriam levantadas as questões. Pensei que já iríamos iniciar a segunda Mesa.

Peço à Sra. Iara Xavier, ao Sr. Jaime Antunes da Silva, ao Deputado Pedro Wilson e à Vera Rotta que tomem assento à Mesa.

Vamos abrir a palavra para os questionamentos, primeiro dos Parlamentares e depois das demais pessoas presentes, que também poderão fazer suas indagações e comentários sobre o tema desta primeira Mesa.

Está aberta a inscrição para quem quiser fazer uso da palavra para fazer questionamentos. *(Pausa.)*

Por favor, diga o nome e a entidade que representa.

O SR. VLADIMIR – Vladimir, do Rio de Janeiro, petroleiro.

A pergunta é a seguinte: existem várias empresas, como a PETROBRAS, como no meu caso, que possuem serviço de informações de segurança. Eu pergunto se essas informações do Serviço de Informações da PETROBRAS são passadas para algum órgão, por exemplo, o próprio SNI, ou ficava restrito à própria empresa.

O SR. JAIME ANTUNES DA SILVA – Vão as outras ou eu posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – As pessoas vão falando, o senhor vai tomando nota e responderá no conjunto, depois de 5 indagações.

O SR. JOÃO CARLOS ARAÚJO SANTOS – Sou da FENASP e da ASTAPE. Desde 1966, quando entrei na PETROBRAS, me tornei um renomado sindicalista, aliás, reconhecido, a projeção até ultrapassou a categoria de petroleiro, assim como o Presidente da República, e fomos parceiros em muitas lutas.

Quero constatar que eu pedi o meu *habeas data* à ABIN em 2003 e só conseguiram me enviar em 2005.

Recentemente, no mês passado, solicitei o mesmo ao Arquivo Nacional e recebi em 15 dias, cerca de 40 e tantas páginas dando todo o relatório sobre as minhas funções, minhas atividades recolhidas e anotadas pelos órgãos de investigação.

Isso é importante porque, inclusive, revela coisas, como a nossa companheira Iara falou. Por exemplo, eu tive a honra de conviver com os 2 que ela citou, o Iuri e o Alex. Foram meus colegas da Escola Técnica

Nacional, da mesma turma. Nós estudamos juntos no nível secundário e já ali fizemos política. Tive a honra de conhecê-los. O Arquivo também apresentou que, quando fui Subsecretário de Trabalho do Estado do Rio de Janeiro, consegui montar um centro de trabalho e renda que, em homenagem a esses 2 companheiros meus, recebeu o nome de Iuri e Alex.

Também consta desse Arquivo toda a movimentação feita pela questão sindical.

Há outra coisa importante também. Estou na luta para verificar a questão dos mortos e desaparecidos do Araguaia, que me interessa muito, porque o Arildo Valadão, do PCdoB, um dos que morreram lá, e Áurea Valadão, que foi assassinada, eram respectivamente Presidente e Vice-Presidente do Diretório Acadêmico do Instituto de Física da UFRJ, e eu era secretário desse centro acadêmico. Nós conhecemos vários colegas e queremos saber qual é o destino que foi dado a Arildo e Áurea Valadão. Misteriosamente, nós não sabemos.

No mesmo aspecto me interessa saber, numa política mais geral, por exemplo, na questão da PETROBRAS e do Ministério de Minas e Energia, se esses relatórios das atividades dos trabalhadores já foram enviados para esse centro de memória. Se não foram, por que o Ministério de Minas e Energia e a PETROBRAS não obedecem os últimos decretos colocados em prática pela Ministra Dilma Rousseff?

Isso seria importante para nós, porque muitos dos trabalhadores petroleiros estão sem dados sobre a anistia porque não tinham, no caso, o meu renome ou as minhas atividades, mas cumpriam muitas das decisões que eu tomava em âmbito nacional para poder levar as lutas concretas da minha categoria, aliada à luta dos trabalhadores em geral do nosso País.

Então, isso seria importante isso, porque aliviaria. A questão da anistia seria importante para os trabalhadores da PETROBRAS, porque refletiria... Os companheiros que foram punidos, desde 1964, porque a PETROBRAS sempre foi um antro de ditadores... Dali saiu a maioria dos Presidentes da República dessa ditadura. Eram Presidentes da PETROBRAS ou diretores da PETROBRAS, a exemplo de todos os que conhecemos que passaram pela PETROBRAS.

Então, seria importante termos isso para mostrar para a Comissão de Anistia que esses trabalhadores, a maioria que está aqui e outros que não vieram, em idade até avançada, merecem realmente consolidar a anistia para honrarem as suas vidas e terem uma reparação econômica.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Há um outro inscrito. O tempo é de 3 minutos, para que possa haver maior participação.

Informamos ao Dr. Jaime que já resolveram o problema do vídeo. O senhor poderá responder as questões e depois apresentar o vídeo.

O SR. PINHEIRO – Sou diretor do Sindicato dos Químicos e Petroleiros da Bahia.

Segundo a explanação feita, havia 250 órgãos que monitoravam os movimentos com um todo. Na época eu trabalhava numa empresa com quase 100% do capital da PETROQUISA, uma *holding* da PETROBRAS, a antiga COPENE, no Polo Petroquímico de Camaçari, e lá também havia um órgão de informação, a DIRIN, que se reportava diretamente à PETROBRAS.

Já tentamos, quando o Dutra era Presidente da PETROBRAS, com uma série de representantes da PETROBRAS, obter essas informações, porque na época nós fizemos greve, paramos o primeiro polo, e estamos tendo dificuldade em pegar essas informações.

A pergunta é se os senhores têm acesso tanto ao órgão de informação da PETROBRAS e também da antiga COPENE, que era uma *holding* da PETROBRAS.

A segunda pergunta é em relação aos documentos que foram queimados na Base Aérea de Salvador. Alguns foram recolhidos, não conseguiram queimar todos. Isso ocorreu há 5 anos, ainda na época do ACM. Desses documentos, os senhores conseguiram recuperar de fato algumas informações? E onde podemos ter acesso a essas informações?

A SRA. ALEXANDRINA CRISTENSEN – Eu sou representante da ABAP – Associação Brasileira de Anistiados Políticos.

Eu pergunto ao Sr. Jaime, consolidando todas essas perguntas: existe uma comunicação do arquivo de todas as grandes empresas – Banco do Brasil, PETROBRAS – e de todos os Ministérios? Porque sabemos que havia DSI. Já existe um comunicado oficial, um pedido para que eles remetam esses arquivos? Não é só o problema da PETROBRAS, mas de todos os anistiados: não existe informações. As DSIs não existem mais e não temos mais essa informação.

Também gostaria de fazer um comunicado, que já fiz à lara e quero fazer a todos. No Seminário de Anistia e Direitos Humanos, que está sendo programado, com apoio da própria Comissão de Anistia, para o mês de novembro, nós vamos fazer um painel e um estudo para dar continuidade a esta criação da Comissão de Justiça e Verdade. Essa é uma coisa que tem de ser reforçada e nós estamos propondo que isso também faça parte do 3º Seminário. Gostaríamos de contar

também com o apoio tanto do Arquivo quanto das outras pessoas presentes.

Muito obrigada.

O SR. JOSÉ BEZERRA DA SILVA – Srs. Deputados, demais presentes, bom dia. Eu represento a ADNAM, Associação Democrática e Nacionalista de Militares.

A minha manifestação aqui, Deputado, se refere principalmente ao papel dos militares na resistência à ditadura, porque os militares, de uma certa forma, são vistos como torturadores. No entanto, desses militares, muitos foram torturados pelos ditadores das próprias Forças Armadas.

Temos aqui pessoas que foram torturadas dentro das próprias casernas. E na Base Aérea do Galeão existia um depósito subterrâneo de presos políticos. Muitos presos passaram por lá, muitas torturas foram praticadas nesse depósito do CISA, na Base Aérea do Galeão.

O livro que retrata o desaparecimento do filho da Zuzu Angel relata muito bem a história daquele presídio e de outros presos políticos que lá estiveram.

Como ícones dessa história dos militares resistentes à ditadura podemos citar o Almirante Negro e o próprio Brigadeiro Rui Moreira Lima, que foi cassado, torturado e preso nos calabouços da ditadura.

Durante essa mesma ditadura, os militares que não foram adeptos do golpe tiveram seus empregos tolhidos, suas carreiras frustradas. E na Base Aérea do Galeão uma quantidade desses militares foram torturados. Nós temos depoimentos desses militares, que brevemente faremos chegar às mãos de V.Exas. Já na época do *Petróleo é Nosso* outros militares da mesmas Forças Armadas foram também torturados nessas entidades.

Registro o meu pedido no sentido de que esta Comissão apure o caso dos militares que tiveram papel relevante no combate à tortura e à ditadura militar no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Pode falar, companheira Helena.

A SRA. HELENA UEMA – Sou representante da Associação dos Anistiados Políticos da Paraíba.

Primeiramente quero parabenizar a Comissão pela promoção deste evento e também os componentes da Mesa.

Vou ser breve, para não tomar muito tempo.

Presto a seguinte informação para dar mais força a essa luta. Na Universidade Federal da Paraíba está sendo formado um núcleo de direitos humanos e também estão organizando um arquivo. Um dos

responsáveis é a Profa. Lúcia Guerra, que trabalha nesse setor.

Gostaria de saber se há condições de fazer um convite à ABL e, em conjunto, a todo o pessoal da imprensa, para prestar esclarecimentos. Poderiam estar presentes a um seminário como este para que não misturem alhos com bugalhos. Estão na outra posição porque estão condicionados a ser assim.

Quanto à verba específica, eu senti na Universidade que são necessários recursos humanos e materiais, instalações. Se poderia pensar em votar uma verba específica para tanto.

A exemplo da UFPB, poderíamos convidar o Conselho de Reitores, para que todas as universidades se engajem nesta luta pelo resgate da verdade e da memória, para garantir um futuro mais promissor para o nosso povo.

Deputado Luiz Couto, também na Paraíba ouvimos notícias de pessoas que desapareceram. Tudo isso tem de ser, no âmbito do Estado da Paraíba, pesquisado, organizado, resgatado, com a história de cada um.

Há o caso de um militar – acabava de falar com o Deputado Genoíno aí fora, porque S.Exa. o mencionou – que teve indeferido o seu pedido de anistia porque era militar. E, em declaração feita numa roda de reuniões que fizemos na associação, ele disse: *“Olhe, eu sempre fui ensinado a salvar a vidas, não a fazer o contrário”*. E rebelou-se. Aquilo sensibilizou-me muito.

Mas há muita coisa também, Dr. Jaime, às vezes difícil de se provar. Então, esse depoimento oral, a recuperação da história via oral acho que é muito importante, porque já vi, na Comissão de Anistia, ser votada favoravelmente uma indenização dizendo-se: *“Olhem, está tudo descrito em detalhes. Isso foi a verdade.”* E o que se contou foi reconhecido pela Comissão de Anistia como fundamento para o pedido de anistia.

Finalmente, entre 9 e 10 haverá a Caravana da Anistia na Paraíba. Está por confirmar, já praticamente confirmado que o Ministro vai fazer-se presente lá, o Ministro da Justiça. Então, eu pediria que, na organização do calendário, fosse levado em conta que esse evento acontecerá lá.

Finalmente, agradeço a chance de falar. E estaremos aí, lutando pela verdade e pela justiça. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – O companheiro tem a palavra.

O SR. DALTRO JACQUES D’ORNELLAS – Minha pergunta vai para Jaime Antunes da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Seu nome e...

O SR. DALTRO JACQUES D'ORNELLAS – Sou Jacques D'Ornellas, da Unidade de Mobilização pela Anistia, do Rio de Janeiro.

Aqui houve um trecho em que ele disse que os serviços de informações da Marinha, do Exército e da Aeronáutica não forneceram ao Arquivo os dados que porventura detêm. E com certeza detêm, porque se são órgãos de informação das Forças Armadas eles têm esses documentos. E, pelo que eu ouvi, esses documentos não chegaram ao Arquivo Nacional. Bem, essa é a primeira questão.

A segunda questão é: estamos aqui tratando de memória e verdade. Há os que querem sepultar a memória e a verdade, há os que querem esquecer-se da memória e da verdade, mas nós queremos resgatá-las, nós queremos recuperar aquilo que é a história do nosso povo e que vai ser a história do futuro do Brasil. Esta é a verdade: é o nosso futuro que está em questão. Por quê? Se eles consideram, esses militares que golpearam o regime democrático no Brasil, o Estado de Direito, se eles consideram que estavam fazendo a coisa certa, eles não devem envergonhar-se. Eles devem mostrar sua cara, dizer seu nome, sua identidade, seu posto, o que fizeram, porque eles estavam fazendo a coisa certa. E agora vêm algum de seus expoentes porta-vozes à imprensa dizer que eles impediram que o Brasil se transformasse numa imensa Cuba, ou coisa que tal.

Muito bem, se fizeram a coisa certa, por que se escondem? Por que se omitem? Por que acovardam? Por que não vêm a público? Alguns até já escreveram livro, como o Tenente Vargas. Um, por exemplo – Curió -, disse que ia escrever, que ia lançar um livro; eu ainda não vi. De qualquer forma, estamos aguardando que eles mostrem sua cara e digam para a população brasileira o que fizeram, se é que estavam fazendo a coisa certa.

Então, nós entendemos que, neste contexto, precisamos acima de tudo entender uma coisa que é muito sutil: dizem que a ditadura foi militar; quer dizer, todos os militares – como o companheiro observou aqui, o que me antecedeu -, todos os militares são ditadores, são repressores, são fascistas? Enfim, isso não é verdade. Nós tivemos, depois da Segunda Guerra Mundial, a volta dos nossos pracinhas, e um sentido libertário veio com esses pracinhas, oficiais, sargentos, soldados que combateram na Itália o nazifascismo, que ajudaram a derrotar o nazifascismo, que voltaram e formaram aqui no Brasil um setor, no Exército principalmente – porque eu sou do Exército; estou falando aqui porque eu vivi esse período. Eu fui testemunha desses fatos. Eu fui preso, fui expulso e tudo mais do Exército.

Então, o que aconteceu? Nesse processo havia os militares nacionalistas, democráticos nacionalistas,

e havia o setor entreguista. Por quê? Porque queriam entregar o Brasil ao setor hegemônico, principalmente dos Estados Unidos da América do Norte. Essa é a verdade. Havia o setor nacionalista, que éramos nós, e o setor entreguista, que eram eles.

E quem venceu? Isso já começou em 1954. Em 1955 cerramos fileira com os nossos contemporâneos, na época do General Lott. O General deu um contra-golpe, garantiu a posse de Juscelino, e eles foram simplesmente derrotados. Em 1961 tentaram novamente, os 3 Ministros militares, um golpe militar contra a ordem constituída, e nós conseguimos vencê-los outra vez. Então, estávamos fazendo um trabalho político, sim, o de consolidar a democracia, de fazer as reformas de base, de transformar o Brasil numa Nação justa, digna, fraterna, respeitada internacionalmente. E o que esse pessoal fez? O Golpe Militar de 64.

Agora, nós tínhamos mais força militar do que eles. No plano militar, nós éramos mais fortes do que eles, e isso a população não sabe. E isso a população não sabe! Eles eram uma minoria, e continuam a ser minoria, porque a ínfima minoria das Forças Armadas hoje diz que não há mais ditadura militar, que temos de esquecer que houve ditadura militar. É claro, queremos esquecer, mas queremos que a verdade seja trazida a público. Que seja mostrada à população brasileira a verdade do que eles fizeram. Então, é isso. Na verdade, estamos buscando apenas isso.

E dizem que somos derrotados. Não somos derrotados, nós somos vitoriosos! Vamos continuar sendo vitoriosos, porque nosso princípio é o princípio democrático, é o princípio da justiça, é o princípio do direito, é o princípio da igualdade, da fraternidade, da paz, e não da guerra, não da repressão, não da violência, não da covardia. Nós sempre lutamos de cara aberta. Nós mostramos nossas posições em todos os momentos. Sempre mostramos os nossos posicionamentos. Nunca nos escondemos no anonimato, sempre mostramos nossa cara. E agora eles se escondem, querem continuar no anonimato. Por que isso? Por que isso, se a construção do futuro exige que haja transparência, que a história esteja realmente contada nos livros escolares, para os nossos jovens aprenderem? Porque este Brasil, para se tornar uma Nação respeitada, uma Nação digna e fraterna, uma Nação progressista, precisa contar a verdade a partir dos bancos escolares. Isso não pode mais ser escondido!

Então, nesse contexto, eu acho que os serviços de identificação do Exército, da Marinha e da Aeronáutica devem recolher os documentos em seu poder ao Arquivo Nacional.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Muito obrigado.

Vamos agora passar a palavra para os expositores, para que possam fazer comentários, respondendo às indagações. O material que o Sr. Jaime Antunes da Silva vai apresentar parece que já está em ordem. Nós ouviremos a resposta aqui ao... Porque vamos ter outras Mesas aqui, e os companheiros poderão participar delas também. E vamos fazer uma suspensão também, para o almoço, e às 14h vamos retomar os trabalhos.

Mas concedo a palavra ao companheiro.

O SR. JARBAS SILVA MARQUES – Meu nome é Jarbas Silva Marques. Dr. Jaime, apesar de eles relutarem em entregar, sob sua custódia administrativa, esses acervos, eles escalam – lara comentou com propriedade -, escalam, de tempos em tempos, a desmoralização de grandes figuras do processo libertário deste País. E o último a vazar, a ter sido plantado no primeiro jornal que o poder lê, que é o *Correio Braziliense*, foi desse acervo do Itamaraty, da DSI, que procurou desmoralizar 2 grandes figuras, colocando-os como informantes policiais, primeiro porque nenhum jornal revela seu informante. E procuraram denegrir a imagem de Alberi Vieira dos Santos e de James Allen da Luz.

Eles nunca perdoaram o Coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório e Alberi Vieira dos Santos, que não deixou o golpe completar 1 ano sem uma ação militar lá em Três Passos. E Alberi – eu estive preso com ele, no presídio do Exército, na Fortaleza de Santa Cruz, durante 4 anos -, ele vivia no pauperismo, porque apenas um companheiro do Rio Grande do Sul, João Bona Garcia, enviava-lhe sabonete, essas coisas, e roupas, ou nem isso. Seu irmão caçula foi remetido contra a parede com um aríete e ficou louco, e o segundo irmão foi torturado no Rio Grande do Sul pelos mesmos agentes da polícia e da brigada que depois participaram da Operação Condor. Ele foi torturado e enrolado em arame farpado.

Depois que Alberi saiu da prisão, ele e o Coronel Jefferson Cardim deram uma entrevista ao jornal da cooperativa dos jornalistas do Rio Grande do Sul e explicitaram uma porção de coisas que houve. O Coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório foi uma das primeiras vítimas da Operação Condor. Ele tinha passaporte da ONU de refugiado político, foi ver a família no Uruguai, e havia um comando de coronéis do Exército brasileiro que ia ao Uruguai para matá-lo. Ele foi para lá com o filho e o sobrinho, e foi preso em Buenos Aires. Ele, o filho e o sobrinho foram torturados. E o Embaixador Azeredo da Silveira participou, a mando de Ernesto Geisel, do sequestro dele. Saiu do Rio de Janeiro o avião do Ministro da Aeronáutica

com o Embaixador, que depois ganhou o Ministério das Relações Exteriores por ter participado do sequestro de Cardim, a mando de Geisel.

E nesses arquivos, que eles dizem que não existem, eles escalam, em determinadas épocas, e plantam em jornais a desmoralização desses quadros que foram eliminados fisicamente. E esse acervo da DSI do Ministério das Relações Exteriores já chegou às mãos de V.Sa., porque esse Azeredo da Silveira é o mesmo Azeredo da Silveira que em 1953 roubou os códigos criptográficos do Itamaraty, cometendo um crime contra a segurança nacional, contra a segurança do País, e deu-os a Lacerda, para forjar as Cartas Brandi, para obrigar o Presidente Getúlio Vargas a demitir do Ministério do Trabalho o ex-Presidente João Goulart. Esse acervo do Itamaraty já está no Arquivo Público?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Então, vamos agora passar a palavra aos expositores. A maioria das perguntas foram dirigidas ao Sr. Jaime Antunes.

O Deputado Pedro Wilson pede a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO WILSON – O desafio é grande. A gente precisa ter força para constituir oficialmente no Brasil essa Comissão Especial do Direito à Memória e à Verdade, uma comissão com condições materiais e culturais, e mobilidade para trabalhar.

Mas eu gostaria de explicar que sou da Universidade Federal de Goiás, e também da Universidade Católica. A partir da sugestão, vou dirigir-me à ANDIFES e ao CRUB para formar uma comissão das universidades, pelo menos das universidades federais, que tinham também os seus DSIs impedindo o acesso de pessoas às universidades, ou dedos-duros que...

Tivemos muitos professores e servidores aposentados. Vou ver com a ANDIFES se é possível que as universidades, por meio de um ato, constituam uma comissão para descobrir arquivos nas universidades de... Dizem que na época da transição, a chamada “transição lenta, gradual e segura”, muitos documentos foram transferidos ou foram sequestrados pelo aparelho de segurança do Estado brasileiro, na época de Figueiredo. Mas vamos procurar, porque há muita coisa nas universidades. Então, encarrego-me de falar sobre isso com Ivan Barbieri, que é o Reitor da Universidade de Tocantins e hoje é o Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior, das universidades públicas. A universidade particular também teve, mas lá nós temos dificuldade. Mas, a partir daí, vamos tentar, e depois encaminhar, assim que tivermos alguma comunicação. Nós vamos continuar encontrando-nos. A luta prossegue.

Então, eu gostaria de dizer isto, quer dizer, da importância de nós lutarmos junto ao Governo para

criar a Comissão, e da outra questão, especificamente da universidade, dado que é uma área que... Como professor, eu mesmo fui impedido, por 10 anos, de fazer concurso para a Universidade Federal de Goiás, porque havia a história do famoso atestado de ideologia que se tinha de apresentar para se inscrever. Isso desapareceu; eu, por exemplo, não tenho nenhum documento que proíbe. Mas só pude depois, em 1980, entrar na universidade.

E eu peço desculpas também. Eu saí da Mesa porque estamos com outro seminário, mas acho que não houve nenhuma questão a mim dirigida. Mais uma vez quero agradecer. Vamos continuar na parte da tarde, quando vamos ter condições inclusive de somar não só as dúvidas que temos aqui, mas também descobrir um pouco o caminho, junto com a Comissão de Direitos Humanos, que nós queremos.

Da minha parte, sempre como membro – bem disse lara aqui -, eu mesmo, como membro da Comissão de Mortos e Desaparecidos, fui escolhido pelo Deputado Luiz Couto e pelo Plenário. Quer dizer, na outra vez em que fui Deputado, lara, havia uma pressão, não é? Hoje ninguém me pressiona para sair; quase dizem: fique aí (*risos*). Mas eu estou firme, porque a solidariedade e o nosso compromisso são maiores.

E certamente, como lara diz, um desafio para nós é o fato de que a mídia silencia, e a sociedade também silencia, e muitos organismos também silenciam, não dão vazão. E isso também não dá voto, não é? Mas para mim o melhor voto é o da consciência política, que nos leva, com ou sem mandato, a continuar a lutar pelos direitos humanos, pelo direito à verdade e à memória.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Obrigado.

Passo a palavra ao Sr. Jaime Antunes da Silva.

O SR. JAIME ANTUNES DA SILVA – Há uma sequência de perguntas, e algumas são interrelacionadas. Como é que funcionava essa questão do sistema de informação, aperfeiçoado a partir de 1964, mas que já havia? Os militares, quando assumiram e aperfeiçoaram todo esse sistema, já vinham com uma longa experiência anterior de monitoramento.

Quanto à questão específica das assessorias de informação, havia em cada Ministério civil... porque nos Ministérios militares havia os órgãos de informação: o CENIMAR, o CISA e o CIE. Dentro dos Ministérios civis era obrigatório haver uma DSI, uma Divisão de Segurança e Informação. Todos os órgãos ou entidades subordinados ou vinculados a esses Ministérios constituíam suas Assessorias de Informação, que eram as ASIs. Essas Assessorias de Informação, dependendo

da empresa – como é o caso da PETROBRAS, que tinha uma ramificação maior -, constituíam um núcleo de informação em cada uma delas, que devia informação à ASI da PETROBRAS, que por sua vez devia informação à DSI do Ministério correspondente. Então, esse era o mecanismo. E não havia Internet, mas esses órgãos comunicavam-se com extrema agilidade.

Cada um desses relatórios, encaminhados, por exemplo, dentro do CENIMAR, ou do CISA, ou do CIE, ou das DSIs, eram produzidos em cópias eletrotásticas, e cada cópia ia para o seu destino, dependendo do conteúdo daquela informação. Então, se era uma DSI do Ministério da Educação... que também nós não temos pista de onde poderia estar; há uma suspeita de que os acervos foram encontrados numa fazenda de um ex-Ministro da Educação do Rio Grande do Sul. Quem sabe o nome desse sujeito? Dutra. Como é que era o nome? Tarso Dutra. Foram encontrados na fazenda dele, espargidos lá no pátio. Isso foi reunido por um monitoramento do Ministério Público, e está hoje no acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Eu falei com Caio, que é o Diretor do Arquivo e que está mapeando para ver. Eu desconfio que parte da DSI do MEC está lá. Mas, pela DSI do Ministério das Relações Exteriores, a gente vê que elas tinham inter-relações muito grandes.

Vou responder, e depois volto à ASI.

Mas há a DSI do Ministério das Relações Exteriores, que tem um acervo bastante volumoso, tem 130 metros lineares de documentos. Metro linear mede-se como se eu empilhasse um documento sobre o outro. Isso daria 130 metros. Eles estão agora em fase de digitalização, já, no Arquivo Nacional. E são 1.092 folhas de texto, que, se duplicadas, dariam cerca de 2.000 páginas.

O do CIEIX, que é o Centro de Informação do Exterior, que eu monitorava, é um acervo um pouco menor, que daria 1 metro e 80 centímetros, mas que corresponde a cerca de 22 mil páginas de texto, com informações como essa que Jarbas aponta, que foi noticiada pelo *Correio Braziliense* e que aqui e acolá aparece.

Do que seria a ASI da PETROBRAS, é preciso instar de novo, porque... houve uma pergunta da companheira: como é que o arquivo age em relação a isso? Quem tem feito reiterações por aviso é a Ministra Dilma, para que haja a apresentação desses documentos. Então, vou reforçar essa questão, no caso específico da PETROBRAS, porque não recebemos da Assessoria de Informação, nem do Ministério das Minas e Energia, nem da ASI, se porventura ainda existe, do que seria a Assessoria de Informação da PETROBRAS – e deveria ser uma assessoria de informação muito atu-

ante, em função dos movimentos dos petroleiros, das greves, das paralisações; e, logicamente, com muitas informações estratégicas.

Do Banco do Brasil não recebemos. Recebemos da ASI do BNDES, mas do Banco do Brasil não recebemos, nem da Caixa Econômica. Todos esses órgãos federais, as estatais, PETROBRAS, bancos, enfim, todos eles integravam-se por informações. Da Rede Ferroviária Federal, que está em processo de inventariação, não se descobriu ainda no acervo da RFF o que seria a ASI, que é lógico que essas empresas todas tinham.

Então, de Assessorias de Informação de universidades, até o momento nós recebemos da Universidade Federal de Ouro Preto, que tem 14 centímetros de documentos, mas não é possível que seja só isso, porque eles “arapongavam” os professores, os alunos. Enfim, só 14 centímetros. Ou seja, é assim. É isso

Outra Assessoria de Informação de universidade: nós recebemos da UnB, que tem 53 caixas de documentos, que correspondem a 7 metros e 42 centímetros de documentos, que perfazem mais ou menos 100 mil páginas de texto. Essa ainda é razoável. Depois temos a Assessoria de Informação da Universidade Federal de Sergipe, que tem menos ainda: 178 folhas de documentos. Ou seja, o dobro daria um tanto mais de páginas.

Há a Assessoria de Segurança e Informação da Universidade Federal do Pará, que tem pouquíssimos documentos e 4 fotografias. Há indicativos da época, de que houve um momento em que foi feita uma pira de documentos, e queimaram-se os documentos da ASI da Universidade Federal do Pará. Então, há indicativos de que...

Nós recebemos da Universidade Federal de Minas Gerais também. Chegou no dia 12 de maio deste ano. Esse ainda está em fase de levantamento pela equipe, no sentido de identificar. O que a Universidade fez, porque ela havia organizado o acervo da ASI da UFMG, foi solicitar ao Arquivo que, em vez de enviar ao MEC os próprios originais que tinha, pudesse enviar cópias eletrostáticas autenticadas, porque lá eles já tinham um centro de informação aberto a consultas. A gente não se incomodou que enviassem ao MEC, porque é o próprio Ministério que nos recolhe o acervo. A Universidade Federal Fluminense está enviando ao MEC a ASI da UFF. Mas há uma quantidade enorme de universidades que ainda...

Eu acho que a observação de Wilson é extremamente importante. Conforme a colega disse, temos de envolver... Eu conversei com Lúcia recentemente, porque o acervo do DOPS da Paraíba estava no Conselho de Direitos Humanos, que o passou à Universi-

dade Federal da Paraíba para organizá-lo, adequá-lo. É lógico que estamos abertos a receber a adesão do Conselho de Direitos Humanos à Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas do Memórias e a colocar, na próxima linha de mecenato, um apoio para que a universidade tenha recursos humanos e material para poder organizar esse acervo.

Portanto, a ASI da PETROBRAS não recebemos, mas vou levantar de novo essa questão junto à Casa Civil para que haja uma reiteração à PETROBRAS, ao Banco do Brasil e ao Ministério, para que haja uma identificação desses acervos e sejam eles recolhidos ao Arquivo Nacional.

Quanto ao acervo do CENIMAR e do CISA, concordo plenamente que esses acervos existem; embora eles informem que tenham destruído, eu não creio. A ditadura no Brasil é a mais documentada da América Latina. Mais documentada! Com os militares, quando havia uma ação, tudo era documentado, para que ficasse um registro daquilo que foi feito. É lógico que é possível que esses acervos tenham sido eliminados, aqui e acolá. De material, por exemplo, o SNI, quando foi recolhido ao Arquivo Nacional, foi recolhido em microfichas. São 220 mil microfichas. Então, é possível que tenhamos 4 milhões de imagens de texto dentro do acervo do SNI. Mas no bojo do recolhimento temos processos de eliminação de 75 mil, processos reunidos pelo SNI, mas com ata, porque era obrigatória. Havia ata sobre o que seria eliminado, o que continha. Então, é possível resgatar-se, dos processos que foram eliminados, o que seria e o que foi eliminado. Então, desses outros órgãos todos, uma vez eliminados com base no Regulamento de Salvaguarda de Assuntos Sigilosos, tem de haver informações.

Foi observado que a ditadura não era dos militares. Logicamente a ditadura era civil-militar. Ela não era uma ditadura militar. Havia um conjunto de civis atuantes. O Arquivo Nacional tem o acervo do IPES, do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais, que reunia militares, civis e empresários que discutiam uma visão de Brasil, e dali saiu parte do ideário do Golpe de 64. E esses documentos do IPES estão recolhidos ao Arquivo Nacional. Logicamente a ditadura não era uma ditadura militar. Foi um período de regime militar, mas a ditadura foi engendrada por civis e militares. E eu concordo plenamente que havia um conjunto de militares contrários a isso, a esse movimento, e que eles foram calados no momento oportuno, quando a força se colocou mais presente nesse sentido.

Portanto, o chamamento de acervos abertos em 13 de maio deste ano historicamente é importante. É importante que os companheiros que conhecem, aqui e acolá, acervos que contenham depoimentos, que nos

procurem e indiquem onde eles estão, porque estamos abertos a receber esse material para tratar, digitalizar e colocar no circuito de informação.

Mas, sobre a questão da ASI da PETROBRAS, não nos chegou até hoje qualquer informação. Vou levantar essa questão junto à Casa Civil para que reitere o pedido ao Ministério das Minas e Energia e aos demais Ministérios. E, no momento oportuno, vamos sugerir novamente uma campanha para que os órgãos se identifiquem.

Muitos dos órgãos públicos têm um enorme acervo acumulado, amontoado dentro dos arquivos gerais dos Ministérios. Muitos deles não estão organizados. É possível, daqueles 250 órgãos que aponte, de que só 10% entraram, que muitos desses Ministérios não informaram no tempo oportuno – porque estão pingando os acervos, progressivamente – porque esses acervos ainda estão lá, perdidos no emaranhado de acervos acumulados e não organizados.

Então, a ideia é de que possamos buscar acervos da sociedade civil, de militares ou civis que porventura tenham acervos em sua posse, que possam torná-los públicos, mas ainda há uma quantidade de acervos de órgãos públicos, seja do CENIMAR, seja do SISA, seja do CIE, que fazem ouvidos de mercador ao recolhimento desse material, com indicativos de que foram incinerados – como houve o balão de ensaio, lá na Base Aérea de Salvador. Esse acervo está no Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia, o que sobrou. O Ministério Público recolheu-o, e nós recebemos no Arquivo Nacional esse acervo digitalizado. Estão eles sendo revistos, porque muitos foram queimados, mas muitos contêm informação. Logicamente, aquilo foi um balão de ensaio para dizer...

Da mesma forma como um Ministro que dirigiu o Gabinete de Segurança Institucional, quando houve essa queima, informou, quando houve um incêndio no Aeroporto Santos Dumont, que lá também haviam sido queimados acervos do CISA, e não é verdade. Não iriam guardar no Aeroporto Santos Dumont o acervo do CISA, do serviço de informações da Aeronáutica. Isso não seria guardado no Aeroporto Santos Dumont. E também teria sido queimado nessa época, lá. Então, parece-me que ainda há muita coisa a ser revelada, muita coisa a ser buscada, e logicamente a Câmara dos Deputados, com a Comissão de Direitos Humanos, todos esse órgãos têm papéis fundamentais de pressão, de sensibilização, para que esses acervos sejam efetivamente descobertos e abertos, como um efetivo direito à memória e à verdade, porque não faz sentido...

O SR. JARBAS SILVA MARQUES – Prof. Jaime, V.Sa. permite-me uma ajuda?

O SR. JAIME ANTUNES DA SILVA – Pois não.

O SR. JARBAS SILVA MARQUES – Só para V.Sa. ter uma ideia, com meu *habeas data*, vi que eles me acompanhavam até 1987. Então, há lá a ficha: “*Jornalista credenciado para cobrir a Conferência do Partido Comunista em Brasília*”. Então, até 1987...

O SR. JAIME ANTUNES DA SILVA – Houve monitoramento até o início da década de 90.

Eu queria ver se o Deputado me permitiria mostrar 2 pequenos trechos da apresentação: um pequeno vídeo, que é o do lançamento do Memórias, e depois uma sequência de imagens e sons de filmes retirados de um conjunto de acervos que progressivamente vêm sendo recuperados para integrar o Memórias, para que vocês tenham uma ideia do universo que pode cobrir esse projeto. Eu não sei se posso mostrar esse pequeno...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Jaime, antes de passarmos esse vídeo, eu pergunto: há um documento dos processos da Justiça Militar que tem muitas informações. Isso também está...?

O SR. JAIME ANTUNES DA SILVA – Isso é uma boa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – É? Ou seja... E depois, há o seguinte: nós estivemos lá no Ceará, porque foi feita uma doação, por parte de um Delegado da Polícia Federal, que se aposentou e fez a doação da sua biblioteca para uma escola, e no meio dos livros e dos atlas havia documentos...

O SR. JAIME ANTUNES DA SILVA – Ah, que coisa interessante!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – ...documentos que ele talvez... Por exemplo, um companheiro lá do Ceará não encontrou no Exército nenhum documento sobre ele; quando foi buscar, disseram que tudo havia sido queimado. Sabe onde ele encontrou? Em Ribeirão Preto, porque eram feitas diversas cópias dos inquéritos, que eram encaminhadas a cada local onde havia a Justiça Militar, para acompanhar o andamento.

Então, pergunto se o Ceará... Porque naquela época ficaram de enviar essa documentação para a Comissão de Direitos Humanos, mas parece que não enviaram, não. Chegou ao Arquivo Nacional essa documentação do Ceará?

O SR. JAIME ANTUNES DA SILVA – Olhem, eu acho que é uma indagação muito importante que levanta o Deputado. O STM tem ramificações em todos os Estados. O arquivo do Superior Tribunal Militar foi objeto de um movimento cívico engendrado em São Paulo, com D. Evaristo Arns, com segmentos, com advogados dos presos políticos, com Ana Maria Camargo, que é da USP, que acompanhava a questão arquivística. Os

advogados retiravam o processo, e havia uma equipe em São Paulo que duplicava aquilo tudo em cópia eletrostática; depois aquilo entrava em microfilmagem, e depois o processo era recomposto.

Esse material todo, em cópia eletrostática, está no Arquivo Edgard Leuenroth, em Campinas, que deu origem ao livro *Brasil nunca mais* etc. Esse acervo está lá, e segundo... Estive com a Ministra Beth e com a chefe do arquivo, e vou voltar a ter contato com eles, porque estamos convidando o STM para que integre a rede, na medida em que eles informem que o arquivo está aberto e quem for lá tiver acesso. O que argumenta a diretora do arquivo é que aquilo é complicado; que o ideal seria digitalizar todo o material, porque cada vez que eles têm de copiar determinado documento há toda uma costura administrativa. Eles têm de desmanchar a costura judicial, para manter a integridade do processo, e depois têm de fazer um registro de que foi aberto na data tal, copiar o documento e devolver.

Eu disse: olhem, fica mais fácil se criarmos um processo comum, digitalizarmos esse acervo em conjunto, o Arquivo Nacional e vocês, porque esse acervo já está exposto ao público na UNICAMP e nos volumes publicados. Então, não faz mais sentido guardar. Por quê? Desses microfilmes, cujo texto está no Arquivo Edgard Leuenroth, eles têm uma cópia numa universidade americana e uma em Genebra. Mas esse microfilme é feito com uma tecnologia... Embora a tecnologia do microfilme seja estável, provavelmente é uma cópia de 16mm. Não é a cópia ideal. O ideal seria passarmos por um processo de redigitalização todo o conjunto. Então, estamos numa fase de namoro, no sentido de tentar sensibilizá-los para que possamos fazer isso.

O Corregedor Nacional de Justiça, que esteve comigo no dia 13, tem interesse de integrar a Justiça nisso, dentro do processo, porque os diversos tribunais têm, não só os da Justiça Militar, mas diversos tribunais têm processos que deveriam ser integrados. Eles têm interesse em firmar um acordo de cooperação com o Arquivo Nacional, integrar todos os tribunais que são envolvidos na Corregedoria-Geral de Justiça, para que esses acervos também possam ser tornados públicos, duplicados, para integrar a rede.

Então, estamos num movimento, numa onda positiva, para criar uma Rede Nacional de Cooperativa de Informação do bem, e não a rede que funcionava com o SISNI. Mas essa rede do bem tem o sentido de integrar esses processos todos de informação. Eu acho que há um movimento positivo no sentido de que possamos pegar aqui e acolá. Do Estado do Ceará não recebemos nada. Seria muito importante termos esse indicativo, porque aqui e acolá surgem pistas

de materiais que podem ser resgatados, publicados e integrados.

Os advogados de presos políticos têm um acervo estupendo. Estamos tentando uma mediação com os detentores desses acervos para que se agreguem à rede, para que possamos ter apoio para a organização. O arquivo de Greenhalgh é estupendo. Enfim, de uma série de advogados. Como é o nome daquele advogado de São Paulo que tem um sobrenome italiano, que tem um grupo de música? Pivetta. Exato. Pivetta tem um acervo estupendo. Sobral também tem. Então, é importante que a gente vá aproximando-se, porque nesses materiais há conteúdo importante para isso.

Agora, se o Deputado pudesse mediar essa questão dessa biblioteca que foi parar lá, e no meio dela há um acervo, seria importante que pudéssemos ter cópias desse material, e que ele pudesse chegar ao Arquivo Nacional. Seria uma enorme contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Nós vamos dar agora 2 minutos para a apresentação do vídeo e depois passaremos a palavra para lara e para Vera.

(Exibição de vídeo.)

(Palmas.)

O SR. JAIME ANTUNES DA SILVA – Eles cedem os direitos para que pudéssemos veicular. A página do Memórias é simples: www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br. Nesse site é possível acessar o banco de dados do que os órgãos. É o contrário? Não, não. É isso mesmo. É www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br.

Por esse portal é possível ver os bancos de dados, as exposições virtuais preparadas pelo grupo, pela equipe do Arquivo. Há vídeos, há documentos do *Brasil nunca mais*, há entrevistas com D. Paulo Evaristo Arns, de como foi formado o *Brasil nunca mais*. Enfim, há uma...

O SR. JARBAS SILVA MARQUES – Prof. Jaime, prometo que é a última vez que faço intervenção. Há uma foto histórica aí, da Passeata dos 100 mil, em que Norma Benguel está de óculos. Ela, depois da passeata, foi seqüestrada pelo I Exército, e todos os artistas brasileiros do Brasil tomaram uma posição: não haveria espetáculo musical e teatral no Brasil até que ela aparecesse. E os 2 únicos fura-greve, para registro da história, foram Juca Chaves e Eva Tudor, que furaram a greve. (Palmas.)

O SR. JAIME ANTUNES DA SILVA – Olhem, esse é um portal preliminar em que estamos trabalhando para aperfeiçoá-lo. Peguem ali a multimídia, os vídeos. Há uma série de vídeos produzidos. À medida que vamos recebendo o material, vamos digitalizando e disponibilizando para que a informação vá circulando.

Então, há exposições, enfim. Fica à disposição para os companheiros visitarem e nos encaminharem pelo nosso *e-mail*, que é o *e-mail* do centro, *memoriasreveladas@arquivonacional.gov.br*, sugestões para a melhora, ou sugestões de dados, indicativos de que haja acervos que seria importante visitar, ou indicativos de que é preciso tentar mecanismos para se identificar algum acervo, como foi comentado pelos companheiros da PETROBRAS.

Enfim, o Arquivo montou uma pequena equipe de gerenciamento desse material, e estaremos lá, sempre à disposição, para ver o que é possível ser feito, “*para que nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça*”. Não é isso? Como diz Arns, numa frase histórica. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Com a palavra a Dra. Iara Xavier.

A SRA. IARA XAVIER – Só quero agradecer a oportunidade ao Deputado Luiz Couto, à platéia a paciência, e dizer que continuamos na luta. (*Palmas.*)

O SR. JARBAS SILVA MARQUES – Prof. Jaime, só peço que repita novamente o *e-mail*, porque não o pegamos aqui.

O SR. JAIME ANTUNES DA SILVA – Olhem, o *e-mail* é *memoriasreveladas@arquivonacional.gov.br*. Esse é o *e-mail*. O site é *www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br*. Tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Lembramos que este seminário está sendo exibido pela *TV Câmara* via Internet, porque é claro que a cobertura estava na sessão do Congresso, e à tarde haverá sessão da Câmara. Mas via Internet a *TV Câmara* está exibindo este seminário.

Às 14h retornaremos com a Mesa que terá a presença do jornalista Lucas Figueiredo e do Procurador Regional da República Dr. Marlon Alberto.

Está encerrada esta primeira Mesa de trabalho.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

EVENTO: Seminário

Nº: 893/09

DATA: 18-6-09

INÍCIO: 14h27min

TÉRMINO: 19h12min

DURAÇÃO: 04h46min

TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h46min

PÁGINAS: 93

QUARTOS: 57

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

MARLON ALBERTO WEICHERT – Procurador Regional da República.

LUCAS FIGUEIREDO – Jornalista.

ADAIL IVAN LEMOS – Médico, Doutor pelo King College, de Londres.

ALEXANDRINA CRISTENSEN – Representante da Associação Brasileira de Anistiados Políticos.

TAÍS MORAIS – Jornalista e autora do livro *Sem Vestígios*.

GILDA PEREIRA DE CARVALHO – Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão.

YURI SOARES FRANCO – Coordenador-Geral do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília – UnB.

ANTÔNIO MODESTO DA SILVEIRA – Jurista.

JARBAS SILVA MARQUES – Jornalista e ex-presos político.

SÉRGIO MUYLEAERT – Ex-Vice-Presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

SUMÁRIO: Seminário Direito à Verdade e à Memória.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.

Há palavra ininteligível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Declaro aberta a presente reunião da Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

Um dos nossos expositores, Dr. Marlon Alberto, deve estar chegando no aeroporto, mas o Lucas Figueiredo está presente. A idéia é a de começarmos a segunda Mesa do seminário *Direito à Verdade e à Memória*.

Quando o Dr. Marlon Alberto, Procurador Regional da República, chegar nós o convidaremos a compor a Mesa. Ele apresentará as recomendações do Ministério Público Federal sobre o livro escrito por ordem do então Ministro do Exército, em 1986, com versões a respeito da repressão nos anos de chumbo.

Convido a compor a Mesa o jornalista Lucas Figueiredo, que revelou a existência do livro em série de reportagens nos Diários Associados. (*Palmas.*)

Convido a compor a Mesa o Sr. Marlon Alberto, que acaba de chegar. (*Palmas.*)

O tema desta Mesa tem importância emblemática para a verdade e a memória do período da ditadura no País. Todos nós nos lembramos da importância do livro *Brasil: Nunca Mais*, o primeiro a relatar a memória disponível do que aconteceu com os combatentes militantes que foram torturados e mortos.

Ali começou-se a desmontar o grande repertório de mentiras que a ditadura criou para esconder seus crimes. Em 1986, no início da transição para o poder civil, o então Ministro de Estado do Exército, General

Leônidas Pires Gonçalves, determinou a elaboração de um livro destinado a responder às denúncias e informações contidas no *Brasil: Nunca Mais*, que tinha sido lançado no ano anterior pela Arquidiocese de São Paulo.

Em cumprimento a essa determinação ministerial, cerca de 30 oficiais do Centro de Informações do Exército trabalharam de forma sigilosa durante 2 anos no que denominaram Projeto *Orvil* – orvil é livro ao contrário. Foram 975 páginas de textos e documentos.

Os militares deram-lhe o título de *Livro Negro do Terrorismo no Brasil*, confirmando a finalidade de apresentar versões das Forças Armadas para diversos episódios da repressão aos grupos de esquerda durante a ditadura militar – 1964/1985.

Em 2007, trechos do *Orvil* foram revelados numa série de reportagens do Jornal *Estado de Minas*, assinado pelo jornalista Lucas Figueiredo. Diante da importância desse material para o esforço de busca da verdade histórica sobre os anos de chumbo, esta Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou audiência pública para analisar o conteúdo e as circunstâncias da elaboração e divulgação de um livro. E solicitou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão uma ampla, profunda análise do referido livro e suas implicações.

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão criou Comissão, pela Portaria nº 4 de 2007, para analisar o *Orvil*.

O relatório desse trabalho, concluído recentemente, sugere a adoção de 8 medidas, entre as quais a de nº 2, nos seguintes termos: “recomendação à Presidência da República para a instituição de uma Comissão da Verdade, nos moldes preconizados pelas Nações Unidas”, recomendação essa já incorporada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, que aprovou indicação ao Presidente da República para criar uma nova Comissão da Verdade.

Como podemos deduzir das exposições feitas pela manhã, a criação da Comissão da Verdade é imperiosa para o estabelecimento da verdade histórica sobre episódios nunca revelados oficialmente.

Vamos conhecer também as demais recomendações do Ministério Público para que a CDHM exerça, em relação a elas, suas atribuições.

Na Mesa encontram-se os 2 expositores: o Dr. Marlon Alberto, membro do Ministério Público Federal, que fez a análise do livro chamado *Orvil*; e o jornalista Lucas Figueiredo, do jornal *Estado de Minas*, que revelou a existência do livro em série de reportagens nos Diários Associados no ano de 2007.

Vamos às exposições dos nossos ilustres convidados. Concedo a palavra ao Dr. Marlon Alberto, que disporá de 20 minutos.

O SR. MARLON ALBERTO WEICHERT – Muito obrigado, Deputado Luiz Couto, a quem agradeço imensamente pela honra do convite formulado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

Sr. Deputado Luiz Couto, estimado jornalista Lucas Figueiredo, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, boa tarde.

Dividi a minha apresentação em basicamente 2 partes. Uma para falar um pouco do *Orvil*. Espero não ser repetitivo em relação ao que foi dito na parte da manhã ou ao que, eventualmente, o Lucas Figueiredo vier a falar depois. Esse é o privilégio de ser o primeiro orador. Posso roubar a sua fala e depois ele ficará com o problema para resolver.

O livro *Orvil* foi objeto de estudo pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, órgão do Ministério Público Federal, da Procuradoria-Geral da República, que culminou na elaboração de relatório em abril de 2008. Esse estudo e esse relatório foram frutos de solicitação da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, formulada no ano de 2007.

A obra denominada *Orvil*, ou *Livro Negro do Terrorismo no Brasil*, é extensa. É composta de 2 volumes, totalizando 966 páginas. Seu título original, segundo consta, seria *As Tentativas de Tomada de Poder*. Mas a sua ficha catalográfica o identifica como *Livro Negro do Terrorismo no Brasil*, de autoria de um grupo de pesquisadores anônimos e com o índice organizado por Sérgio Augusto de A. Coutinho, Rio de Janeiro, 2005.

Há uma apresentação, na versão que nos foi entregue, datada de 3 de junho de 2005, na qual consta que o texto original ficou pronto em 1988 e permaneceu inédito até então.

Apesar de se afirmar que os autores do livro são um pequeno grupo de pesquisadores, a apresentação é assinada apenas por uma pessoa com as iniciais SAAC, que parecem ser de Sérgio Augusto de A. Coutinho, o mesmo que se identifica como responsável pelo índice onomástico. Em diligências realizadas, verificou-se que se trata aqui do General Brigadeiro reformado do Exército Sérgio Augusto de Avelar Coutinho.

O livro começa com uma exposição intitulada “Uma explicação necessária”, que procura demonstrar, em tese, certa imparcialidade ou questionar os autos do Estado, o que, porém, não se confirma no curso da obra.

O livro explica que as organizações terroristas surgiram no Brasil de 1961 a 1967, no entanto, diz que o movimento comunista, antes disso, em 1935, já teria

realizado o que eles denominam de “primeira tentativa de tomada do poder”. Em 1964, o movimento comunista teria ensaiado uma segunda tentativa de tomada de poder, que teria sido frustrada pela denominada “Revolução democrática” – assim os autores do livro designam o Golpe de Estado Militar.

O período que vai de 1966 a 1974 é denominado de “terceira tentativa de tomada do poder” pelo movimento comunista, também a iniciativa mais violenta por parte desses movimentos.

A “quarta tentativa” apontada pelo livro é tida como a mais perigosa e teria surgido – vejam só! – em 1974, quando a esquerda revolucionária teria tentado transformar a derrota militar em uma vitória política por meio do apoio da população e do aliado clero denominado, entre aspas, “progressista”. É o que designam como “quarta tentativa”, que ainda estaria em andamento quando o livro foi feito e contra a qual, em tese, o livro se posicionaria.

A primeira parte do livro trata, então, da “primeira tentativa de tomada do poder”, que seria a Intentona Comunista de 1935, a pretexto da qual o livro faz uma abordagem do movimento comunista no mundo, suas várias fases e o surgimento do Partido Comunista no Brasil.

Na segunda parte, o Orvil trata da que seria a segunda tentativa, supostamente frustrada pelo Golpe Militar de 1964, e busca principalmente justificar o movimento militar e a derrubada do Governo de João Goulart.

O livro relata que as Forças Armadas resistiam à ideia de depor Jango – abre aspas – “pelo simples fato de que era o sucessor constitucionalmente eleito” e que – abre aspas – “Jango poderia ter chegado ao final de seu mandato se não adotasse medidas que ferissem a Constituição”. Entretanto, não há no livro nenhuma descrição das medidas de Jango que teriam violado a Constituição; ao contrário, o Orvil menciona que as medidas almejadas por Jango foram, de certo modo, acolhidas pela Revolução vitoriosa. Admite, então, que ele não caiu por causa delas, mas, sim, por causa da estratégia e das táticas que adotou, mobilizando massas para a esquerda e ligando seu Governo ao PCB.

O livro diz que a maioria das Forças Armadas era um movimento legalista, que resistia à derrubada de um Governo legítimo. Mas o estímulo emocional foi fruto das ações de Jango que deram origem à criação de um grupo conspiratório. Vou ler um pequeno pedaço que ilustra o fato.

“Liderado pelo então Coronel João Baptista Figueiredo, esse grupo congregava a maioria dos oficiais da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e recebera a ade-

ção dos oficiais da Escola Superior de Guerra. Graças à confiança que esse grupo depositava no General Castelo Branco, decidiram seus membros confiar suas apreensões ao Chefe do Estado-Maior do Exército. Aceito o contato reservado, o General Castelo Branco integrou-se de forma efetiva ao esquema revolucionário.”

A terceira parte do Orvil é dedicada ao relato pormenorizado do que eles chamam de “combate à terceira tentativa de tomada do poder” pelos grupos subversivos.

Trata-se de uma análise feita ano a ano, a partir de 1964, sobre quais movimentos subversivos teriam ocorrido e, a partir deles, quais teriam sido a reação e a investigação adotada por parte das forças militares.

Nesse pedaço, fica ainda mais clara a linha temática do livro, que é essencialmente tendenciosa ao governo militar e que respalda as ações por ele deflagradas.

O enfoque do livro é tão favorável ao governo militar que, em certo momento, aventava-se até mesmo ter inexistido ditadura militar, regime esse que, tão somente, teria sido criado por condicionamento psíquico imposto às massas pelos movimentos revolucionários (pág. 287).

Essa visão dos acontecimentos do período está presente ao longo de toda a narrativa. Nela se depara, a todo momento, com atribuição de atos de terrorismo revolucionário, afirmação de que não havia tortura aos presos políticos e de que tampouco houve prisões ilegais.

Aliás, em nenhuma oportunidade os autores do livro tocam no assunto concernente à própria ilegalidade do Golpe e da restrição das liberdades individuais impostas pela ditadura. Ao contrário, o livro apoia essas medidas.

É descrito o processo de assunção pelo Exército do comando da repressão no sentido de que, a partir da fragmentação e da ineficiência dos órgãos de segurança, principalmente estaduais, teria sido necessária a unificação das ações de repressão no Exército, e o balão de ensaio foi a Operação Bandeirantes, em São Paulo, e, diante de seu – entre aspas – “sucesso”, tiveram origem os famosos CODI e DOI, conhecidos pela sigla DOI-CODI.

O livro diz que os órgãos de repressão não souberam divulgar adequadamente suas atuações, e talvez isso tenha sido fruto da censura que o regime teria imposto. Então, por força da censura, não puderam as Forças Armadas divulgar o belo trabalho que estavam fazendo. E foi isso que, de certo modo, permitiu a cam-

panha negativa de que eles teriam praticado tortura como meio de investigação.

Não cabe, no espaço dessa apresentação, um relato ano a ano, mais detalhado, mas um pouco mais adiante vou citar uns 3 ou 4 casos que ilustram a versão que consta do livro e a versão que foi posta pelo relatório da Presidência da República, em 2007, no livro “Direito à memória e à verdade”.

Enfatizo que em nenhum momento o livro faz menção a torturas, tampouco identifica os autores dos atos de repressão. Quando menciona alguém das Forças Armadas, o faz de forma muito genérica, numa função muito distante de comando. Ou seja, não há identificação de autorias. O enfoque, aliás, é sempre o de que aqueles que foram presos colaboraram, em regra, em 2 situações: ou espontaneamente se convenciam de que deveriam colaborar com as forças de segurança, eram convencidos do desacerto de suas iniciativas e se arrependiam ou então suicidavam-se. E o suicídio, na verdade, era fruto de uma doutrina imposta pelos grupos de esquerda, que diziam que, quando presas, as pessoas deveriam suicidar-se para não frustrarem o movimento revolucionário.

O Orvil tenta, eventualmente, justificar a violência da repressão. Vou ler um parágrafo em que eles falam da Guerrilha do Araguaia:

“Ao escolher a luta armada, isto é, submeter a vontade da Nação pela força física, pela ação violenta, essas organizações comunistas decidiram-se igualmente por arcar com as conseqüências de sua atitude. A escolha de tal forma de luta, desafiando a autoridade constituída, agredindo as instituições de forma violenta, com apoio do exterior, implicou ação legítima e oposta do Estado agredido”.

É importante, no entanto, salientar que os autores negam que o aparato de repressão da Guerrilha do Araguaia tenha produzido alguma vítima fatal entre os guerrilheiros que foram presos. E, novamente abrindo aspas, diz o livro:

“Hoje, choram seus mortos como se fossem inocentes surpreendidos e subreptícia e insidiosamente combatidos. O combate, porém, foi franco e aberto, tanto quanto é qualquer combate numa guerra irregular, conduzido por uma tropa fardada e obediente a uma disciplina militar. Nesse episódio, Guerrilha do Araguaia, todos os subversivos presos pelas forças de segurança permaneceram vivos e foram postos em liberdade, desenvolvendo hoje atividades normais do cidadão comum”.

A última parte do Orvil, quarta parte, é um texto extenso sobre o que consideravam esses autores a “quarta tentativa de tomada do poder, em 1987”. É uma parte, diria, datada, porque foi fruto de avaliação, feita em 1987/1988, que mostra, na verdade, tratar-se de um grupo que era resistente à anistia e à abertura política. Sua utilidade, para mim, é apenas para conhecer mais profundamente os conceitos dos autores sobre democracia e Estado de direito.

Nessa parte, gostaria de mencionar, apenas para ilustrar o valor dessa obra, alguns casos de algumas vítimas da repressão. Por exemplo, em relação a Odijas Carvalho de Souza, Mário Miranda de Albuquerque e Lígia da Silva Guedes, o Orvil diz simplesmente que foram presos em janeiro de 1971, em um mesmo aparelho, localizado na praia Maria Farinha, em Paulista, Pernambuco. Odijas faleceu 6 dias depois com problemas de saúde que o levaram a uma embolia pulmonar, Deputado. O livro da Presidência da República diz que “*Odijas foi torturado, desde o momento de sua prisão, de maneira brutal no DOPS de Recife até o dia 6 de fevereiro de 1971. Foi, então, levado para o Hospital da Polícia Militar de Pernambuco em estado de coma. As torturas lhe causaram fratura de ossos, ruptura de rins, baço e fígado*”.

Com relação a Aldo de Sá Brito, diz o Orvil: “Em Belo Horizonte, no dia 6 de janeiro de 1971, ia ser preso com Newton Moraes e Milton Campos de Souza, mas morreu ao pular da janela em tentativa de fuga. Consta que foi socorrido na Fundação Estadual de Assistência Médica de Urgência, mas não resistiu e faleceu na manhã do dia seguinte”.

O livro “Direito à memória e à verdade”, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, diz que Aldo de Sá Brito morreu no âmbito do DOI-CODI e DOPS de Belo Horizonte, foi torturado e morto com um instrumento denominado “coroa-de-cristo”, que é uma fita de aço que esmaga paulatinamente o crânio. Houve um esquema envolvendo a divulgação de notícias contraditórias sobre sua morte de modo a omitir essa verdadeira causa.

Com relação a Joaquim Alencar Seixas e seu filho Ivan, o Orvil diz simplesmente que foram presos em 16 de abril de 1971, que Joaquim teria levado os policiais a um ponto, mencionado em seu primeiro depoimento, e de lá tentou fugir, vindo a morrer nessa fuga sob fogo cruzado.

O livro “Direito à memória e à verdade” diz que Joaquim Alencar e seu filho, ainda adolescente, foram espancados já no pátio do estacionamento da Delegacia de Polícia. Levados ao DOI-CODI de São Paulo, foram torturados sob responsabilidade do Major Carlos Alberto Brilhante Ustra, do Capitão Dalmo Lúcio Muniz

Cirillo, do Delegado Davi Araújo dos Santos e do Investigador de Polícia Pedro Mira Grancieri. Os jornais divulgaram a morte de Joaquim em tiroteio quando ele estava ainda vivo e submetido a torturas.

Sobre a Guerrilha do Araguaia, há o caso de Helenira Rezende de Souza Nazareth, ou Fátima. O Orvil diz simplesmente que ela morreu em 28 de setembro de 1972 em confronto no Araguaia. No entanto, Helenira – ou Fátima – foi presa após confronto em setembro de 1972 no qual ela teria matado um militar e ferido outro, sendo que acabou metralhada nas pernas. Depois, torturaram-na até a morte e está desaparecida desde então. Segundo o guerrilheiro Ângelo Arroyo, apurou-se que seu corpo foi enterrado num local chamado “Oito Barracas”.

Em procedimento da Procuradoria da República em Marabá, houve um depoente, José Morais Silva, que revelou que a guerrilheira foi enterrada em São Domingos do Araguaia, antiga Bacaba, próximo ao igarapé Taurizinho, entre 2 árvores de inajá. A guerrilheira teria sido morta em São Domingos do Araguaia, no local conhecido como castanhal do Mano Ferreira, em combate com o Exército. Foram realizadas escavações nesses locais, em 2001, por um técnico administrativo do Ministério Público Federal, acompanhado de perito do Museu Emílio Goeldi e de técnicos do INCRA. Entretanto, a diligência não logrou êxito, não foram encontrados sequer indícios de que ali ocorreria um sepultamento.

Consta também da investigação do Ministério Público que Helenira foi vista por um depoente baleada na coxa e na perna, sendo carregada em cima de um burro pertencente a um morador da região, próximo à localidade de Bom Jesus.

Outro depoente ouviu referências de que Fátima foi vista na base do Exército denominada “Oito Barracas”.

Um terceiro conta que ouviu dizer que Fátima teria chegado já morta em “Oito Barracas”.

Há ainda o relato de um quarto ou quinto depoente que diz que ela teria sido enterrada a 100 metros de “Oito Barracas”, base utilizada pelos militares.

Estes casos ilustram bem como o Orvil pouco contribui para a apuração da verdade, para o conhecimento das circunstâncias. Em síntese, ele procura sempre justificar as violências que teriam sido praticadas.

Encerro a primeira parte, que é um relato sobre o que diz o livro.

Partimos para o que pensa o Ministério Público Federal em relação a estes fatos. Vamos fazer algumas considerações sobre o contexto atual com relação ao direito à verdade e com relação à responsabilidade por

crime contra os direitos humanos praticados durante o regime militar.

Temos afirmado reiteradamente – inclusive, neste relatório, os membros desta comissão, composta por mim, pela Dra. Eugênia Augusta Gonzaga Fávoro, pela Dra. Livia Tinoco e pelo Dr. Marcelo Ferreira -, que a repressão praticada contra os dissidentes políticos durante a ditadura militar caracteriza o que o Direito Internacional denomina como crimes contra a humanidade.

Crimes contra a humanidade é um conceito muito importante de ser compreendido. Não é todo crime de tortura que é um crime contra a humanidade, não é todo homicídio praticado por um agente do Estado que é um crime contra a humanidade. O crime contra a humanidade pressupõe uma perseguição promovida por agentes do Estado, ou apoiados pelo Estado, em nome do Estado, contra um determinado segmento da sociedade civil, por fundamentos políticos, étnicos, raciais, religiosos.

Quando há um cenário do que se chama de uma perseguição ampla e sistemática a um determinado segmento civil pelos agentes do Estado, e essa perseguição se dá com a prática de atos violentos, tais como homicídios, torturas, desaparecimento forçado, violações sexuais, então tenho caracterizado um cenário de crime contra a humanidade.

Qual diferencial repousa neste caso? O diferencial está em que o Poder Público, o Estado, que tem o monopólio da força, que tem o dever de proteger o cidadão, volta-se contra um determinado segmento da sua população a quem deveria proteger, para perseguir-lo violentamente, praticando atos que caracterizam graves violações aos direitos humanos.

Em função dessa natureza peculiar, que é exatamente a mesma que foi praticada, por exemplo, pelo governo nazista contra segmento da população alemã que era ou judia, ou negra, ou comunista, é neste momento que se consolida este conceito. Quando o governo nazista, os oficiais nazistas são postos em julgamento no Tribunal de Nuremberg, em 1945, a comunidade internacional solidifica esse conceito de crime contra a humanidade e diz que esses crimes são tão graves, que não atingem só o cidadão, só a família, só a sociedade de um determinado Estado, mas toda a humanidade.

Por isso esses crimes recebem um tratamento jurídico diferenciado, proporcional à sua gravidade. Por isso a comunidade internacional fixou inicialmente, por meio do costume internacional, de uma prática reiterada e, depois, por meio de convenções das quais o Brasil é signatário, que crimes contra a humanidade não podem ficar impunes em hipótese alguma.

Esta é uma realidade posta pelo Direito Internacional para todos os Estados que defendem a aplicação dos direitos humanos, inclusive o Estado brasileiro. Este conceito de crime contra a humanidade não está disponível para que os agentes políticos do Brasil apliquem-no ou não o apliquem; é algo que transcende a possibilidade de uma decisão meramente interna, porque faz parte do rol das obrigações internacionais do Estado Brasileiro. O Estado brasileiro tem o compromisso internacional de punir, de investigar, de responsabilizar aqueles que praticaram crimes contra a humanidade. Se o Estado brasileiro não o fizer, como não tem feito, submete-se à condenação em cortes internacionais. Mais de perto, falamos da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que já recebeu uma ação proposta pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos pedindo essa condenação do Estado brasileiro.

Pelo fato de ser crime contra a humanidade, essa perseguição promovida contra segmentos da sociedade civil, essa omissão brasileira autoriza também que outro país possa vir julgar membros autores desses delitos. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o ex-Presidente Pinochet, processado pela Justiça espanhola; é o que já está ocorrendo com alguns fatos relacionados à Operação Condor, pois a Justiça italiana já está processando esses fatos. Isso significa que a inação brasileira autoriza o Judiciário de qualquer outro país a fazer essa investigação e esse julgamento. A nossa omissão autoriza a comunidade internacional a não só responsabilizar o Brasil mas também, eventualmente, substituí-lo.

Neste ponto, é importante fixar que não cabe nenhuma alegação perante a comunidade internacional de que esses crimes foram anistiados por lei interna. A comunidade internacional e as cortes internacionais já fixaram que crimes contra a humanidade não são passíveis de anistia, especialmente quando se trata de anistia que venha a ter sido dada pelo próprio Governo autoritário.

Este seria o nosso caso, porque em 1979 ainda vivíamos sob a ditadura militar, e sob os auspícios da ditadura militar que se aprovou uma lei de anistia, a qual, diga-se de passagem, Sr. Presidente, não prevê anistia para os militares. Trata-se daquela interpretação construída artificial e politicamente, não tecnicamente, no sentido de que, se estavam sendo anistiados os perdedores, também teriam de ser anistiados os vencedores daquela suposta batalha, daquela suposta guerra revolucionária.

Se for feita uma análise técnica da lei, verificar-se-á que a figura denominada “crimes conexos” não se presta juridicamente a abranger os crimes que tenham sido praticados pelos órgãos de repressão, porque

não há conexão do ponto de vista técnico. Do ponto de vista do Processo Penal e do Direito Penal, não há conexão entre o crime daquele que age em nome do Estado para investigar ou punir um outro crime, que é um crime político. O conceito de conexão não chega a esse ponto.

Ainda que houvesse uma lei de anistia editada em favor também dos agentes da repressão, essa lei seria inválida, por força do que dizem as obrigações internacionais que o Estado Brasileiro assumiu.

Da mesma forma, não se aplica a esses crimes o conceito de prescrição penal. O Brasil sempre participou da comunidade internacional de direitos humanos, o Brasil ajuda até hoje na perseguição dos oficiais nazistas foragidos. Nosso País tem participação relevante neste particular, porque aplica o conceito de imprescritibilidade de crimes contra humanidade, mas está-se recusando a aplicar esse conceito para os crimes contra a humanidade praticados em seu próprio território. Essa é uma incoerência que não conseguimos conciliar ou justificar.

Diante desse quadro, o Ministério Público Federal, inicialmente nessa Comissão da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, e também por meio da Procuradoria da República no Estado de São Paulo – e especialmente a partir de julgamento feito pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, no ano de 2006, que classificou a ditadura chilena autora de crimes contra a humanidade e determinou que o Governo chileno investigasse e punisse esses crimes, porque no Chile, tanto quanto aqui, a situação era de inação, de não atuação -, especialmente a partir desse paradigma, começou a trabalhar na seara tanto da responsabilização civil quanto da responsabilização criminal, com pedidos ao departamento específico da Procuradoria da República, ao setor de ações penais, para que analisasse a possibilidade de propositura das ações. Daí vem a polêmica instaurada publicamente, que teve pelo menos o condão de, no ano passado, desinterditar a discussão sobre esse processo.

Sr. Presidente, existem no Supremo Tribunal Federal dois processos de extrema relevância para a definição do quadro jurídico em relação à responsabilização e à apuração da verdade desses crimes.

O primeiro caso é a Extradução nº 974, pedida pelo Governo da Argentina para que o Brasil extraditasse um major uruguaio, Manuel Cordeiro, processado naquele país por crimes de desaparecimento forçado de cidadãos argentinos. Essa extraditção, que tem trâmite bastante demorado, recebeu do Procurador-Geral da República parecer favorável à extraditção, sob o conceito de que o crime de desaparecimento é crime em relação ao qual não se pode afirmar a prevalência da

prescrição penal ou da anistia. Sabemos a data em que o “desaparecimento forçado” começou, mas não podemos definir a data – por ser uma espécie de sequestro, que chamamos tecnicamente de crime permanente – em que cessou a conduta. Não posso, aliás, ter certeza de que a conduta cessou. Em tese, essa conduta ainda pode estar ocorrendo, o sequestro pode ainda estar em curso. Enquanto não há a identificação de restos mortais ou a constatação de que essa pessoa está viva, o Direito trabalha com a figura de que esse crime ainda está ocorrendo.

Em função disso, disse o Procurador-Geral da República, não podemos falar em prescrição e tampouco em anistia. A Lei de Anistia era datada para crimes ocorridos até 15 de agosto de 1979, e o desaparecimento pode ter-se protraído no tempo para além dessa data.

O referido processo está em julgamento no Supremo Tribunal Federal. Num primeiro momento, o STF inclinou-se a entender que esses crimes estariam prescritos e anistiados. Depois, houve mudança de entendimento. O julgamento não foi concluído. Hoje, há uma situação de 4 votos favoráveis à extradição e 2 votos contrários à extradição, aguardando ainda o voto de 5 Ministros.

Essa extradição tem entrado reiteradamente em pauta do Supremo Tribunal Federal, mas pelo excesso de trabalho da Suprema Corte não tem sido julgado. Seria importante que a Comissão de Direitos Humanos acompanhasse, eventualmente, o andamento desse processo e, se possível, solicitasse à Suprema Corte priorização desse julgamento.

O outro julgamento é a conhecida ação de descumprimento de preceito fundamental proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil, a chamada DPF. A OAB solicitou ao Supremo Tribunal Federal uma interpretação da Lei da Anistia e decida se a referida lei abrangeu ou não os atos praticados pelos agentes da repressão, ou seja, que o STF fixe, desde logo, interpretação que servirá então de baliza para todo o sistema brasileiro de Justiça.

Esta é a situação hoje no sistema brasileiro de Justiça.

Há ainda no Sistema Interamericano de Direitos Humanos a ação que mencionei, proposta pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, demanda que busca a condenação do Estado Brasileiro por não promover a verdade e a responsabilidade em relação aos crimes cometidos na Guerrilha do Araguaia. A ação foi proposta em março de 2009. O trâmite normal na Corte Interamericana é de aproximadamente um ano para que caso como este seja julgado.

Há também pendente a questão pertinente à execução da sentença judicial da ação promovida pelos familiares na Justiça Federal do Distrito Federal, também sobre a Guerrilha do Araguaia, matéria que recebeu sentença favorável, confirmada tanto no Tribunal Regional Federal quanto no Superior Tribunal de Justiça, no sentido da obrigação de o Estado brasileiro abrir seus arquivos sobre o episódio e revelar o que for possível sobre os paradeiros desses corpos.

Infelizmente, a notícia que temos é que a execução dessa decisão por parte da Advocacia da União será liderada pelo Ministério da Defesa, que programa para o próximo mês a realização de diligências de escavação na região do Araguaia – o que, com o máximo respeito a essa iniciativa, intencionada no pleno e cabal cumprimento de decisão judicial, parece-nos extremamente arriscada e inadequada. Digo o porquê.

Primeiro, a ação é inadequada porque não se trata de somente ir à região fazer o que já foi feito, ou seja, ouvir os moradores. O Ministério da Justiça já fez isso três vezes, o Ministério Público já fez isso uma vez, a Comissão de Anistia já fez isso uma vez, os militares já fizeram isso em outra ocasião, quando fizeram relatório para a Presidência da República justamente sobre a execução da sentença.

Segundo, não adianta também ir à região do Araguaia fazer escavações. Naquele trecho da Sra. Elenira, que li para todos, fiz questão de destacar esse caso. Percebiam quais são as referências para identificar, segundo a população local, um sepultamento! Observem, por exemplo, que a Fátima foi enterrada próximo ao Igarapé Tauarizinho, entre duas árvores de inajá. Esse local chamava-se Castanhal do Mano Ferreira. Os senhores não sabem que, ao término da guerrilha, foi providenciada toda a descaracterização ambiental daquela região. Hoje, não existem mais duas árvores de inajá, não existe mais o Castanhal do Mano Ferreira.

Na verdade, a única informação que pode permitir a identificação, a localização do paradeiro desses restos mortais, é a abertura dos arquivos militares. Não é necessário que o Exército diga exatamente a coordenada geográfica – pode ser até que isso ele não tenha -, mas se, por exemplo, o Exército Brasileiro fornecesse à Justiça Federal, ao Ministério Público Federal, a planta das suas bases militares – porque há informações da existência de cemitérios a tantos metros da cabeceira da Base Militar da Bacaba e há informação de que há um cemitério a tal distância de casas que existiam na Base Aérea de Xambioá -, se o Exército fornecer essas informações sobre as estratégias, sobre as atividades militares, somadas ao que já existe em termos de pesquisas e colheitas de depoimentos,

isso poderia permitir a localização de restos mortais. Contudo, inverter a ordem...

E isso já foi afirmado não só pelo Ministério Público mas também pelas equipes de peritos internacionais que acompanharam as iniciativas da Comissão de Anistia, da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, que têm acompanhado vários trabalhos pelo mundo e entendem que não adianta escavar, fazer trabalhos de arqueologia e antropologia forense sem rigorosa pesquisa prévia, que pressupõe a colaboração dos que participaram da repressão.

Se não há arquivo, Sr. Presidente, ainda há combatentes vivos, os quais dizem cotidianamente que, se autorizados pelas Forças Armadas, adorariam contar suas histórias, mas que pelo dever de disciplina e hierarquia não as contam.

Portanto, seria muito produtivo que, antes de iniciativas de diligências com grandes aparatos militares, que podem mais constranger a população do que trazer outros resultados, fosse feita a apuração e a colheita de depoimentos, de forma transparente e pública, para a qual as Forças Armadas expressamente ordenassem que fossem revelados os fatos pelos seus ex-agentes, para que então pudéssemos falar de cumprimento do direito à verdade e, eventualmente, do direito à memória.

Já estourei muito o tempo que V.Exa. me concedeu a honra de extrapolar. Vejo nessa iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados um espaço fantástico para que essas ações possam avançar e caminhar.

A legitimidade da Comissão é muito grande. Além de monitorar todas as iniciativas e continuar a participar desse debate público, há uma série de iniciativas que eventualmente poderíamos, com alguma arrogância, sugerir à Comissão. Por exemplo: a defesa intransigente e a produção eventual de um projeto, de um modelo de uma Comissão de verdade, assunto comentado hoje, na parte da manhã; um esforço para aprovação da Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, que está em trâmite no Congresso Nacional, e, eventualmente o acompanhamento dessa execução da ação julgada procedente pela (*ininteligível*).

Não me reporto objetiva e diretamente às recomendações que constavam daquele relatório que V.Exa. mencionou, porque ele já está há 1 ano sendo, de certo modo, executado pelo Ministério Público e recebeu recomendações, por parte de várias de suas instâncias, seja o Procurador-Geral da República, que expediu diversas recomendações ao Presidente da República, seja por parte da Procuradoria Federal dos Direitos Cidadão, por meio de quem a instituição

também tem solicitado e empenhado esforços para que o Governo cumpra com esse dever de verdade e responsabilidade.

Há uma necessidade de atualizar aquelas recomendações. Gostaríamos de convidar a Comissão a tomar, ao nosso lado, essa participação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Muito obrigado, Dr. Marlon Alberto Weichert.

Concedo a palavra ao nosso convidado e jornalista Lucas Figueiredo, que dispõe de 20 minutos, mas, se precisar de mais tempo, esteja à vontade.

O SR. LUCAS FIGUEIREDO – Boa tarde. Em primeiro lugar, agradeço o convite da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, na pessoa do Deputado Luiz Couto, por essa honra de estar presente aqui.

O Procurador foi muito didático na sua explanação. Quero apenas apresentar alguns pontinhos sobre o chamado Livro Secreto do Exército, o ORVIL. O Deputado também falou um pouco do histórico do ORVIL. Quero voltar um pouquinho a alguns pontos importantes.

Como disse o Deputado, em 1985, meses depois do fim do Governo de João Batista Figueiredo, nos primeiros meses do Governo José Sarney, início da transição democrática, aparece nas livrarias o livro *Brasil: Nunca Mais*, que causa um tremendo reboliço, por revelar como funcionavam os nossos porões, tanto em relação à tortura, quanto em relação ao assassinato e desaparecimento de presos políticos.

Logo que aparece, o livro se torna a grande luz do que tinha acontecido naquele período negro. O então Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, ordena ao CIE – antigo Centro de Informações do Exército, atual Centro de Inteligência do Exército, que nada mais é do que o serviço secreto do Exército, que tinha participado ativamente da repressão – que faça um documento, um livro para rebater *Brasil: Nunca Mais*. Assim nasce o Projeto ORVIL, que é a palavra livro ao contrário.

Durante 3 anos, a Seção de Informações do CIE, presidida pelo então Coronel Agnaldo Del Nero Augusto, atualmente general retirado, produz esse documento. Estamos falando de um documento de Estado, não estamos falando de um livro produzido por alguém. Trata-se de um documento produzido a mando do então Ministro do Exército. Três anos depois, 12 oficiais do CIE passam 3 anos produzindo esse documento de quase mil páginas.

Quando o documento fica pronto, o Ministro Leônidas o leva ao então Presidente José Sarney, segundo me confirmou o próprio Ministro, em entrevista

gravada. O Ministro vai ao Palácio do Planalto, apresenta os originais do ORVIL ao Presidente, que não dá autorização ao General para publicá-lo, dizendo que não convinha naquele momento acirrar os ânimos. Já que estávamos vivendo um processo constituinte, não caberia ao Exército naquele momento publicar sua versão sobre a luta armada.

O General Leônidas, muito contrariado, pega o seu documento e o leva de volta para o Exército. Esse documento passa a constar do grande escaninho de documentos secretos do Exército referentes à ditadura. Tanto o Deputado quanto o Procurador já falaram bastante sobre o conteúdo desse documento.

Quero frisar que esse Livro Secreto do Exército, livro que nunca virou livro, antes de tudo era um documento de Estado. A meu ver, esse documento de Estado é muito importante, por mais que haja muitas inverdades nele. Pela primeira vez é apresentada a versão do Exército para a luta armada. Uma versão que nunca tivemos o direito de saber. Por si só já é bastante importante essa razão, mesmo contendo todas as inverdades que contém.

Em relação a 23 desaparecidos políticos, como é o caso da Elenira, quase sempre há versões contendo muitas inverdades. Sabemos que ela foi presa e morta depois de presa. Mas no ORVIL está escrito o dia que a Elenira morreu, em enfrentamento com as forças militares. Isso foi escrito pelo Exército entre 1987 e 1988.

Duas vezes depois dessa oportunidade, uma vez instado pela Justiça e outra pelo então Ministro da Justiça, Maurício Corrêa, que pediram o envio das informações que possuía sobre vários desaparecidos políticos, entre eles a Elenira, o Exército disse não ter informação nenhuma sobre essas pessoas. Disse não constar nada em seu arquivo.

Esse ponto é importante. Mesmo não tendo contado a verdade do que aconteceu com a Elenira naquela oportunidade, naquele documento de Estado, o Exército assumiu que ela havia morrido num enfrentamento com as forças militares. Então, a questão seguinte é: onde está o corpo da Elenira?

Pela primeira vez o Exército, mesmo usando de mentiras, assumiu a verdade, confessou que tinha participado, no seu entendimento, de uma luta justa. Não nos cabe aqui entrar nessa discussão, mas pela primeira vez o Exército admitiu ter participado da morte de 23 desaparecidos políticos e ter uma versão para essas mortes.

Passamos da questão: o Exército tem ou não documentos que indicam como essas pessoas morreram e aonde estão os corpos? O Exército produziu um entendimento de que a Elenira morreu naquele dia. E

já não é nem a fonte primária, o documento feito ainda no Araguaia, no calor do combate dizendo que no dia tal Elenira foi morta nessas condições e enterrada em tal local.

O Exército, anos depois, produz um entendimento de que Elenira morreu naquele dia. Esse documento de Estado, que confessa a participação do Estado na morte de 23 desaparecidos políticos, sai do Ministério do Exército – era um documento na época classificado como reservado -, possivelmente por algum militar que fez um contrabando, e passa a circular num pequeno grupo de militares e civis de extrema direita. Segundo informações que eu colhi, foram feitas 15 cópias, que circularam durante 19 anos sem que tivessem vindo a público.

Um documento de Estado dessa importância passa para a mão de particulares que de novo seqüestram a história. Primeiro temos o seqüestro da história determinado pelo Exército, que produziu um entendimento daquela época. Se não há hoje nenhum documento sobre a Elenira, há a produção de um conhecimento sobre a morte dela.

O ORVIL é um documento público que está na Internet. O Exército tem de responder por aquilo que escreveu. Aquele é um documento oficial.

Esse documento oficial depois circulou entre algumas pessoas, entre elas o ex-chefe do DOI-CODI de São Paulo, Carlos Alberto Brilhante Ustra, um dos acusados formalmente de ter sido responsável pela morte de mais de uma dezena de presos políticos. Essas pessoas se adonaram de um documento que na verdade é do País e que joga luz sobre a nossa história.

Para encerrar, não vou usar os meus 20 minutos, pois o mais importante seria fazer um debate.

O Exército, sobretudo aquele comando que produziu o ORVIL, se não tem nenhum documento do Araguaia, tem um documento que ele produziu. O Ministério Público tem cópia, a Comissão de Direitos Humanos tem cópia, eu tenho cópia, várias instituições têm cópia, está na Internet, na página averdadesufocada.com, que é comandada pelo Coronel Ustra. O Exército tem de dar conta daquilo que escreveu. Se o Exército escreveu que Elenira morreu naquele dia, e também as outras 22 pessoas, ele tem de dar conta da produção desse conhecimento.

As pessoas que durante 19 anos se adonaram desse documento têm de contar como ele saiu do Exército e circulou durante tanto tempo num círculo tão restrito de pessoas sem nunca vir à tona.

Agradeço mais uma vez. Estou à disposição. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Obrigado, Sr. Lucas Figueiredo.

Nós temos duas mesas ainda. Uma outra mesa vai tratar do livro *Sem Vestígios*.

Vamos dar a palavra para 5 inscritos, por 3 minutos, para fazerem os questionamentos.

PARTICIPANTE – Dr. Marlon, esse livro ORVIL se dá pela necessidade por parte da repressão política, pelo Ministro Leônidas Pires Ribeiro Gonçalves, em função de ele ter tutelado a posse de José Sarney, depois da morte de Tancredo Neves. O episódio que provoca essa ação administrativa do Ministro do Exército ocorreu quando o Presidente José Sarney foi ao Uruguai. O Coronel Brilhante Ustra fez aquela grande provocação. Ele, que tinha torturado a artista Beth Mendes, que era Deputada pelo PT, perguntou se ela o reconhecia. Naquela época, houve o acobertamento da instituição do Exército. Todos os grandes assassinatos e torturadores foram nomeados adidos militares, o Avólio e o Coronel Ary. Nesse livro administrativamente foi colocada a necessidade e a ordem pelo Ministro do Exército, em função de a proteção dos torturadores e assassinos ter dado errado.

O Ministro Leônidas Pires Ribeiro Gonçalves era General do Exército, Comandante da 1ª Região Militar. E eu, preso político, estava preso na Fortaleza de Santa Cruz. Fui cumprir prisão numa cela, de castigo, onde o limite humano é um mês. O tenente que liderou a revolta no Palácio da Guanabara, Severo Fournier, ficou um mês e saiu tuberculoso. Eu fiquei 15 dias e 15 noites sem comer, lutando contra ratazanas de esgotos de uma fortaleza de 400 anos que avançavam para me morder. As famílias dos presos políticos foram até ele, e ele disse que eu era um preso irre recuperável, que eles tinham perdido 3 oportunidades de me matar e que, quando eu saísse, eu seria morto. Para azar deles, eu ainda estou vivo.

Lucas, antes de você publicar essa matéria, se eu fosse cotejar *Rompendo o Silêncio*, do Ustra, nada mais haveria do que trechos daquele livro.

Todos os torturadores foram apeados da condição de adidos militares, e os maiores assassinos têm sobre eles mais de 200 mortes. É só fazer um levante estatístico da época em que o ex-Ministro do Exército Leônidas Pires Ribeiro Gonçalves foi chefe do Estado Maior do Exército para saber quanto sangue correu na Guanabara e quantos assassinatos aconteceram. A Casa da Morte se deu na gestão dele. Está aqui o advogado que historicamente me defendeu e descobriu a Casa da Morte em Petrópolis, Antônio Modesto da Silveira.

Tudo isso simplesmente é uma cretinice de ordem pessoal e histórica. Nesse livro, o Ustra se instituiu líder,

um grande herói da repressão que queria chegar ao generalato. Desses torturadores, foi cassado pelo Conselho Federal de Medicina Ricardo Agnese Fayad.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – O Dr. Adail Ivan de Lemos pediu a palavra.

O SR. ADAIL IVAN DE LEMOS – Não pretendo fazer nenhuma intervenção. Apenas tinha uma pergunta, especialmente ao meu querido amigo Lucas Figueiredo. Sou admirador dele e de seu livro *Ministério do Silêncio*, uma obra que todos têm de ler e conhecer, por ser a base do nosso conhecimento sobre muitas coisas que nunca foram reveladas.

A minha pergunta é muito simples: como citar numa bibliografia o ORVIL? Qual é a sua sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Com a palavra Alexandrina. Depois, o companheiro, a Rosa, e em seguida as respostas.

A SRA. ALEXANDRINA CRISTENSEN – Faço pergunta ao Marlon e ao Lucas. Ainda sabemos de documentos mais gritantes desse período que existem nos escaninhos do Exército, como disse o Lucas. E esses livros não têm como sair.

Eu estive numa reunião em São Paulo, há 2 meses, onde estava o Brilhante Ustra. Quando o Presidente da ABAP – Associação Brasileira de Anistiados Políticos, da qual sou Vice-Presidente se identificou como tal, ele se levantou e disse que tinha sido acusado de torturas, mas que era uma injustiça. Em seguida, levantou-se uma outra pessoa, um coronel que eu não identifiquei e que disse: “*Se alguém te acusar, se essa associação ou esses supostos anistiados te acusarem, você fale comigo, porque lá no PIC, em Brasília, nós temos uma porção de documentos.*”

Lucas, você, que é investigativo, poderia tentar saber mais sobre o assunto. O Dr. Marlon poderia ver se não há como o Ministério Público incluir o tema nos seus pedidos de abertura de arquivos. Sabemos que vocês estão batalhando em cima disso, ou seja, há uma força maior para que esses arquivos, que ele diz que existem – então existem -, venham a público, como esse livro, que é realmente sensacional.

PARTICIPANTE – Quero parabenizar o Dr. Marlon. Muito bom seu relato.

Quero ainda questionar apenas 3 pontos. Primeiro, a questão da derrota militar. Nós não fomos derrotados militarmente, porque não entramos em combate. Fizemos o maior esforço para isso, inclusive na última hora exortando o Gen. Osório, no Comando da Divisão de Infantaria da Vila Militar, no Rio de Janeiro, para que ele assumisse o comando da resistência, porque nós tínhamos condições militares de resistir àquele golpe. O general se negou, porque não queria de maneira nenhuma, pois o Presidente da República

havia pedido a ele para não resistir. O Presidente não queria resistência. Tentamos várias vezes mostrar essa possibilidade que nós tínhamos, concreta, de superar aquele golpe, de esmagar o golpe militar, e os generais golpistas sabem disso. Então, não podia ter havido confronto. Eles fugiram do confronto. Eles fugiram do combate naquele momento. No Rio de Janeiro, a vila militar havia descido toda para o Areal, na fronteira com Minas Gerais, e a tropa do Mourão vinha de Belo Horizonte, de Juiz de Fora, e nós tínhamos condições militares de esmagar aquela posição. Eles não tinham condições militares de reagir. Entretanto, tínhamos em mente que o nosso Presidente da República havia de assumir a condição de Presidente. Ele se negou a ser o Presidente da República. Ele refugou o fato de ser Presidente da República naquele momento, porque já em 1961 ele não queria também reagir, porque ele estava na China, aí Leonel Brizola e o Comandante do 3º Exército se levantaram e conseguiram tomar aquela região. Foi o que ocorreu. Não houve derrota militar porque não houve combate militar.

Tomada do poder pelos grupos subversivos. Os grupos subversivos foram eles, que rasgaram a Constituição, que violaram o Estado de Direito e que praticaram o golpe. Então, subversivos foram eles. Nós não, nós éramos legalistas e nos colocaram a pecha de subversivos porque nós estaríamos tramando uma revolução sindicalista, sei lá, baboseiras. O que nós queríamos eram as reformas de base; nós queríamos a democracia; nós estávamos lutando de peito aberto claramente pelas liberdades democráticas em nosso País. Nunca saímos dessa linha.

A outra questão. O combate foi franco e aberto. Ora, isso é ridículo. Como foi franco e aberto? A repressão contra a Guerrilha do Araguaia foi feita de forma secreta. Foi uma guerra secreta. Ninguém sabia. Eu por acaso sabia, algumas pessoas sabiam porque tinham conhecimento daquelas entranhas ali, mas a grande maioria do povo brasileiro não sabia que havia uma guerra no Araguaia naquele momento. Ninguém sabia. A mídia não publicava nada. Então, não foi um combate franco e aberto.

Eram esses 3 pontos que queria abordar. Parabéns, Dr. Marlon. Foi muito boa a sua exposição.

A SRA. ROSA – Eu só quero falar um pouco com o Dr. Marlon e o jornalista. Já conheço de São Paulo o Dr. Marlon, não sei se ele se lembra. Eu sou filha de ex-presos políticos. Estou fazendo 50 anos este ano e, quando meu pai foi preso, eu tinha 4 anos. Sempre gosto de frisar isso porque de lá para cá é lógico que houve avanços, mas eu milito na área da anistia e, quando vemos que os milicos até hoje têm documentos e os seguram, e às vezes não conseguiram

anistiar companheiros que foram torturados, que passaram por toda uma prisão... Temos essa dificuldade de conseguir até uma anistia para as pessoas que passaram por tudo isso. Eles detêm e se negam a nos dar essas informações. E vimos agora, não tem nenhum mês, que o Curió matou 2 pessoas aqui em Brasília, um delas pelas costas, um dos torturadores da Guerrilha do Araguaia. Ele disse que eles reagiram. E o Curió foi absolvido.

Então, o que nos resta, Dr. Marlon, é mesmo a Corte Internacional, porque aqui o Judiciário ainda está muito impregnado dos generais e dos coronéis da ditadura, daqueles que não deixam nada ir adiante.

Eu só queria pedir aos senhores que tomassem muito cuidado, porque não podemos perder 2 patriotas como vocês por nada. E eles não deixam de estar atrás de nós em nenhum minuto. Então, tomem muito cuidado, porque é muito perigoso. Vocês são uma ameaça para eles, porque eles ainda estão entranhados aí no Governo, estão entranhados por aí. Eles ainda estão dando as cartas.

Meus parabéns. Eu tenho toda uma militância, e o senhor e o jornalista, apesar de tão novos, têm a capacidade de estar do nosso lado, de estar do lado da verdade. Tenho um filho da sua idade, então, eu estou muito orgulhosa e esperançosa com vocês, com a juventude. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Há 5 inscritos. Depois do segundo momento do outro livro, *Sem Vestígios*, outros poderão também fazer as indagações.

Antes de retornar a palavra para os expositores, quero ler a seguinte nota:

“Por intermédio do gabinete do Deputado Paulo Teixeira, do PT de São Paulo, recebemos a informação de que o ex-Tenente Marcelo Paixão de Oliveira, torturador confesso da ditadura em Minas Gerais, faleceu em março passado, um mês após ser instaurado processo investigatório por parte do Ministério Público Federal, a partir de representação protocolada em dezembro de 2008 pelos seguintes Parlamentares: Paulo Teixeira, PT de São Paulo; Antônio Carlos Biscaia, PT do Rio de Janeiro; Chico Alencar, PSOL do Rio de Janeiro; Iriny Lopes, PT do Espírito Santo; Janete Pietá, PT de São Paulo; Jô Moraes, PCdoB de Minas Gerais; Luiz Couto, PT da Paraíba; Lúiza Erundina, do PSB de São Paulo; e Pedro Wilson, do PT de Goiás.

Na representação os Deputados pediram a responsabilização civil e penal do torturador, argumentando que os crimes de tortura se en-

quadram na categoria de lesa-humanidade, portanto, são imprescritíveis e tampouco podem ser inocentados pela Lei da Anistia.

O gabinete do Deputado Paulo Teixeira recebeu do Ministério Público Federal, no dia de hoje, a notificação de que o processo foi arquivado em razão do falecimento do réu, em comunicação que inclui a certidão de óbito do torturador Marcelo Paixão, que se tornou conhecido nacionalmente pela entrevista concedida à revista *Veja*, na qual não apenas assumiu as práticas a ele atribuídas, como ainda manifestou desdém, escárnio e ironia às suas vítimas.”

A entrevista de Marcelo Paixão de Oliveira e a representação dos Parlamentares contra ele estão disponíveis no *site* do Deputado Paulo Teixeira, www.pauloteixeira13.com.br, e também no *site* da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, que é www.camara.gov.br/cdh. Ou seja, com escárnio, ironia e desdém, com certeza, ele não estará no tribunal e não tem apelação.

Quero apenas perguntar ao Dr. Adail, que levantou a questão em seu livro *Ministério do Silêncio*, se esse livro que você trabalhou tão bem, com toda essa preocupação em abafar, em dizer que, hoje, querer levantar a questão sobre torturadores é um revanchismo, não é sinal de que estaria o Ministério do Silêncio continuando até hoje?

O SR. ADAIL IVAN LEMOS – O Ministério do Silêncio foi uma expressão cunhada pelo Gen. Golbery do Couto e Silva, na reunião de inauguração do SNI. Ele, depois de fazer uma exposição incompreensível do que seria aquele órgão, resume dizendo: “*Esse órgão será o Ministério do Silêncio*”. O termo que ele usa explica tudo.

Eu cobri, durante muito tempo, em Brasília, como repórter, a área militar, a área de inteligência. Depois sai da redação para fazer um livro sobre a história dessa instituição de inteligência civil, que começa no Governo Washington Luiz, passa pelo SNI e continua hoje existindo no Governo Lula com outro nome.

Durante 8 anos eu tive contato com pessoas que trabalharam nessa área em diversas fases e que ainda estão na ativa com militares da reserva. Elas me cederam 28 quilos de documentos classificados como reservados. Então, é impossível dizer que não existem documentos que contém coisas a que nós ainda não temos acesso, porque esses documentos existem, inclusive na mão de pessoas que hoje estão fora do serviço público.

Agora, como conseguir esses documentos hoje? Eu acho que essa é a grande questão, sobretudo em

relação aos desaparecidos políticos, que, para mim, é o grande nó dessa transição democrática.

A Justiça já fez pedido, Ministros de Estado já fizeram pedidos oficiais às Forças Armadas, e elas se negam a abrir os seus arquivos. Já se tentou negociação. Entra Presidente, sai Presidente, inaugura-se uma nova fase, e as Forças Armadas se negam a dar qualquer informação.

Se fosse um outro caso que não o das Forças Armadas, como se faria num processo criminal? O réu ou o acusado é intimado para um depoimento. Agora, as forças institucionais, o Ministério Público, a Justiça têm o direito de expedir mandados de busca e apreensão. A Justiça, a partir de um pedido do Ministério Público.

Tenho certeza absoluta, pelo conhecimento que tenho dessa área, pelo conhecimento das pessoas que ainda estão na ativa, de que, se fizéssemos uma busca de documentos no CIE do Exército, no CECINT da Aeronáutica e no SIM – Serviço de Inteligência da Marinha, eu não teria a menor dúvida de que viriam à tona documentos que hoje nos são negados com a desculpa de que foram destruídos.

Então, era um dispositivo relativamente simples para se chegar à verdade, mas de um choque institucional muito grande. É a questão de decidirmos se estamos dispostos a isso, porque eu acho que, nessa geração e na próxima, talvez, os militares não irão ceder. Eu acho que também não adianta ficar cavando buraco aqui e ali sem saber onde é que estão. Ou se pega esses documentos com o aval da Justiça ou os militares nunca vão liberá-los. Nesse sentido, sim, nós continuamos vivendo sob os Ministérios do Silêncio que ainda estão presentes em nossa instituição.

A respeito da indexação do Orvil. O Orvil, para mim, é um documento de Estado. A partir do momento em que o ex-Ministro Leônidas assume que durante a sua gestão mandou fazer o documento e que o Gen. Agnaldo Del Nero, também em entrevista gravada, confirma que ele foi o coordenador desse projeto e o documento está lá com o carimbo de reservado, isso, para mim, é um documento do Exército e tem que ser classificado como tal.

PARTICIPANTE – Como fazer a citação?

O SR. ADAIL IVAN LEMOS – Documento produzido pelo Exército entre 1985 e 1988, classificado como reservado. A intenção era ter virado um livro, nunca virou, e continua sendo um documento de Estado

PARTICIPANTE – E o nome do editor? O general?

O SR. ADAIL IVAN LEMOS – Pois é, o Gen. Agnaldo Del Nero Augusto coordenou o projeto. Depois o Procurador citou aqui o nome do Gen. Sérgio

Augusto Avellar Coutinho, que foi outro que trabalhou nesses originais. Agora, ele é fundamentalmente um documento do Ministério do Exército, porque a ordem primeira partiu do então Ministro Leônidas. Acho que ele não tem um autor. Não se pode dizer que é um documento do general "A" ou do coronel "B". Ele é um documento do Ministério do Exército.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Muito obrigado.

Passamos a palavra ao Dr. Marlon Alberto Weichert.

O SR. MARLON ALBERTO WEICHERT – Muito obrigado pelas perguntas. A primeira questão que eu queria salientar para evitar algum mal entendido é que todas as versões que apresentei dos fatos não são as versões que eu ou o Ministério Público temos sobre os fatos narrados. Isso é muito importante. Fiz questão inclusive de usar a citação, entre aspas, em alguns dos momentos. Já estava vivo, mas não sou contemporâneo desses movimentos e nosso estudo tem revelado que, de fato, diferentemente do que ocorreu no Chile e na Argentina, no Brasil não havia um movimento revolucionário armado de esquerda que pudesse colocar em risco naquele momento a estabilidade do Estado constitucional, diferentemente do que ocorria na Argentina e no Chile, onde havia grupos armados de esquerda que em alguns momentos apoiavam o Governo, mas que tinham ambições e se preparavam eventualmente também para um enfrentamento pelo poder.

Aqui no Brasil, onde se deu o primeiro golpe, praticamente o primeiro, não foi necessariamente o primeiro, porque o Paraguai já vivia a sua ditadura desde antes, o que houve foi quase... A ideia, eu diria assim, forçando um pouquinho, foi o risco zero. A partir do momento em que um presidente dialogasse com a esquerda, já era um pretexto para apagar-lhe do poder. Parece-me que é o fato que ocorreu.

O grande ponto que sempre se apresenta é essa questão de como acessar os documentos. Que documentos existem não tenho a menor dúvida, mas como ter acesso a esses documentos? O instrumento da busca e apreensão só faz sentido em 2 condições estratégicas processuais: primeiro, quando se sabe onde estão os documentos. Essa é a primeira questão: onde estão os documentos? Segundo, o que quero achar naqueles documentos? Não posso ter uma ordem judicial, vá no endereço tal, leve um caminhão e busque tudo o que estiver lá dentro, uma ordem genérica desse ponto.

Não podemos esquecer de um episódio importante que ocorreu em Marabá, em que o Ministério Público Federal recebeu uma notícia, fez uma investigação de que havia uma determinada casa em Marabá, que

não se identificava como sendo o próprio público do Exército ou de qualquer um, mas sim de uma empresa e que ali havia algum envolvimento de alguma forma com atividades de amedrontamento da população que havia participado da Guerrilha do Araguaia.

O Ministério Público solicitou informações formalmente ao Gabinete Militar da Presidência da República se ali era um próprio público federal ou não. A informação não veio. O Ministério Público Federal requereu judicialmente um pedido de busca e apreensão, executou essa busca e apreensão, e deu uma crise institucional que durou pelo menos 6 meses. Até hoje, os únicos que pagaram por alguma consequência foram os procuradores da República que requisitaram judicialmente aquela busca e apreensão e o delegado de polícia que executou aquela ordem. Foram os únicos que tiveram contra si procedimentos disciplinares e procedimentos penais, por incrível que pareça.

Isso é só para mostrar que a busca e apreensão é um remédio muito bom quando se tem a condição e se sabe o que buscar. Uma busca e apreensão genérica contra determinado órgão das Forças Armadas é algo praticamente impensável, primeiro, pela sua impossibilidade de execução; segundo, pela sua imprecisão.

Acreditamos que as Forças Armadas cumprem o seu papel constitucional. Se algumas autoridades, alguns membros das Forças Armadas estão se recusando a cumprir ordens, devem ser investigados, e esse descumprimento deve ser apurado, se possível, tanto no âmbito interno como, eventualmente, no externo.

O Ministério Público Federal já solicitou, não só a partir da contestação que foi apresentada na ação civil pública, como também em outras situações, que fosse investigada essa suposta notícia de destruição de documentos. Inclusive, a Advocacia-Geral da União, na sua contestação à ação civil pública proposta em São Paulo, no ano passado, juntou um ofício no qual o chefe de gabinete do Comando do Exército diz que os documentos foram destruídos e também foram destruídas as atas de destruição desses documentos, o que é algo realmente muito preocupante do ponto de vista jurídico, do ponto de vista de cumprimento de obrigações. Foi pedida uma apuração sobre a responsabilidade por essas destruições, todas elas indevidas.

Mas, ainda assim, temos certeza de que muitos documentos existem. Seria outra irregularidade, outro fato gravíssimo, se documentos sobre a maior operação militar do Exército Brasileiro, desde a Guerra do Paraguai, e a única experiência de guerrilha na selva, pudessem ser simplesmente destruídos, impossibilitando, inclusive, sua utilização para fins de estudo e de aprofundamento das técnicas militares.

Mais de um oficial nos confidenciou que ainda hoje se estuda claramente o que foi, como aconteceu, porque aquilo foi no mínimo uma fonte de aprendizado importante de estratégias e técnicas militares.

Na nossa percepção, o único caminho disponível hoje para se produzir a verdade sem que se diga que são visões parciais, visões manipuladas, para que lado seja, é o de uma comissão da verdade, plural, isenta, autônoma e dotada de poderes. É o único caminho, porque essa comissão poderá reconstituir os fatos, se não houver documentos, através de testemunhos, de fontes históricas, de fontes jornalísticas, como aconteceu em outras países.

Na Argentina, por exemplo, nunca se encontraram documentos sobre a repressão. Lá há menos documentos do que temos aqui, mas eles conseguiram produzir 2 relatórios bastante esclarecedores sobre circunstâncias de crimes, através das comissões de verdade que houve lá.

Esse é um instrumento que se conhece para reconstituir a história, quando há falta de contribuição oficial. Se houvesse documentos oficiais, isso poderia simplificar o trabalho. Mas a falta deles não impossibilita a realização do trabalho. O que vai impossibilitar é este outro fenômeno: os óbitos. Quanto mais o tempo passa, tanto as vítimas como os algozes estão morrendo. Então, não é possível ficar mais postergando essa discussão. É preciso que se tome uma atitude que não é difícil. O Brasil já dispõe de várias leis que dão a várias instituições poderes que para fazer algo próximo a uma comissão de verdade. Falta apenas uma sistematização, uma regulamentação, para que isso possa ser levado adiante.

Quero fazer o registro de que a eventual absolvição do Curió num julgamento aqui no Distrito Federal não tem relação alguma com os fatos que lhe são imputados em relação à guerrilha do Araguaia. O julgamento ocorrido aqui foi por um crime comum, cometido aqui, supostamente numa questão de reintegração de terra, mas sem nenhuma vinculação com a guerrilha.

Eu não faço nenhum juízo de valor sobre a posição do Ministério Público, que entendeu que houve legítima defesa, e sobre a decisão judicial de sua absolvição. É importante que sejamos precisos, porque tem a ver com essa questão de dizerem que o Ministério Público está do lado das vítimas, está do lado da Esquerda. Essa às vezes é uma espécie de acusação que nós é imputada por alguns segmentos.

O Ministério Público está onde sempre esteve, desde 1988, do lado da promoção dos direitos humanos. Se a situação fosse, do ponto de vista ideológico, exatamente a inversa, o Ministério Público ao qual eu pertença e eu estaríamos exatamente na mesma

situação, a de defender a aplicação do Direito e da Constituição Federal por aqueles que foram vítimas de crimes praticados por agentes do Estado, fossem quem fossem.

Quero terminar enfatizando a importância da iniciativa adotada por vários Deputados, entre eles o Deputado Paulo Teixeira, de representar ao Procurador-Geral da República para apuração de algum crime. Façam isso talvez para outros casos, porque nesse tivemos um impacto, que foi a extinção da punibilidade pelo falecimento do réu, ou melhor, do investigado – nesse caso, ele ainda não era réu. Mas há outros casos relevantes que podem dar ensejo a processo, e V.Exas. têm legitimidade e um peso institucional que conferem a uma representação proveniente desta Casa toda uma atividade diferenciada por parte do Ministério Público.

Agradeço mais uma vez o convite. Continuo à disposição para qualquer solicitação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Muito obrigado, Dr. Marlon Alberto Weichert, Procurador-Regional da República, pela contribuição. V.Exa. trouxe para nós informações importantes e também caminhos por onde devemos buscar sempre mais direito à memória e à verdade.

Agradecemos também ao jornalista Lucas Figueiredo, que anteriormente contribuiu muito conosco por meio de uma série de reportagens dos Diários Associados e hoje trouxe essa outra contribuição importante, além de livros de sua autoria com essa temática como elemento importante para que tenhamos sempre essa busca da memória e da verdade, para fazer com que haja esse encontro da Nação com essa parte da história que não foi totalmente revelada.

Vamos para a terceira Mesa deste nosso seminário.

Muito obrigado. (*Palmas. Pausa prolongada.*)

Registro a presença do Dr. Sérgio Muylaert, Vice-Presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

Dando continuidade ao nosso seminário, daremos início à terceira Mesa, que tratará das revelações contidas no livro *Sem Vestígios – Revelações de um agente secreto da ditadura militar brasileira*, que apresenta, inclusive, uma versão até então desconhecida sobre a morte de Honestino Guimarães.

Honestino Guimarães era provavelmente o mais importante dirigente estudantil no Brasil, no momento em que desapareceu. Anos atrás, circulou uma versão de que ele teria sido capturado por militares e levado ao Rio de Janeiro, onde teria sido morto depois de torturado. O livro da jornalista e escritora Taís Morais,

lançado recentemente, traz uma nova versão sobre o episódio. Consideramos que essa versão deve ser conhecida e debatida, inclusive para que se possam analisar eventuais repercussões. Será possível ter acesso ao informante? Há documentos que comprovam a informação? O que pode o Ministério Público fazer diante dessa informação?

Animado com a experiência de ter contato com o trabalho inestimável de análise do *Orvil*, que debatemos há pouco, convidamos a Dra. Gilda Pereira de Carvalho, para que ela possa avaliar a hipótese de criar, de forma similar, um grupo para estudar e preferir recomendações que possam ajudar a elucidar os fatos narrados no livro da jornalista Taís.

Convido para compor a Mesa sobre este tema os seguintes expositores: Sra. Taís Morais, jornalista e autora do livro *Sem Vestígios – Revelações de um agente secreto da ditadura militar brasileira (palmas)*; Dra. Gilda Pereira de Carvalho, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão (*palmas*); Sr. Yuri Soares Franco, coordenador-geral do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília – DCE Honestino Guimarães. (*Palmas*.)

Cada expositor tem até 20 minutos para sua exposição, a fim de que tenhamos tempo para o debate. Teremos ainda uma quarta Mesa de trabalho, com o confronto entre alguém que foi torturado e alguém que trabalha essa temática.

Concedo a palavra à primeira expositora, Sra. Taís Morais.

Este seminário está sendo transmitido pela TV Câmara, via Internet.

A SRA. TAÍS MORAIS – Boa tarde. É uma satisfação, Deputado, estar aqui ao seu lado.

Não é uma satisfação falar sobre esse assunto, mas, infelizmente, precisamos olhar para o nosso passado como algo que nos foi escondido. É muito triste saber que os nossos adolescentes não conhecem a história recente deste País. É muito triste saber que crescemos numa ignorância sem fim sobre o que nos aconteceu.

Cresci na época da repressão militar. Não aprendi nos livros de história o que leio e escuto hoje de pessoas que foram torturadas ou que eram da época da repressão, os agentes torturadores. Admira-me muito um país como este continuar vivendo essa falta de memória. Admira-me que um evento como este esteja tão vazio e que não tenhamos pessoas engajadas na nossa história. Isso é uma coisa que muito me entristece como cidadã e como jornalista. (*Palmas*.)

Tenho 34 anos. Há mais ou menos 12 anos pesquisei a ditadura, não porque gosto, mas sim porque me foi dada a oportunidade de conhecer os fatos de

perto. Não é mentira, não é omissão, e é notório que eu sou filha de militar. Nasci no meio deles, conheço-os, conheço os bons e conheço os ruins. Nem todos foram torturadores. Conheço pessoas que honram as suas fardas, mas, infelizmente, convivi com pessoas também que não honraram as fardas que utilizaram.

O *Sem Vestígios* nasceu na época da minha pesquisa sobre a guerrilha do Araguaia, assunto no qual me tornei especialista, porque gosto de saber que pude revelar o que as nossas autoridades nunca revelaram, os 59 mortos que foram escondidos de nós, tal qual esconderam também os 16 militares mortos, muitos deles por fogo amigo. Da mesma forma como nos omitiram os nomes dos guerrilheiros, nos omitiram também aqueles que morreram pelos seus pares.

Enfim, na publicação do *Operação Araguaia*, em 2005, sofri muitas ameaças de morte. Graças a Deus, ninguém me matou. Eu acho que se ameaçam não matam. Se querem matar, matam de uma vez. E estou aqui para contar o segundo livro.

Chegou às mãos da minha editora uma caixa cheia de manuscritos, fitas e coisas que, a princípio, a meu ver, eram absurdas. Eu dizia: “*Isso não é possível*”. E o meu editor disse: “*Olha, Taís, como você é uma pessoa em quem eu confio, eu vou entregar essa caixa a você, e cabe a você buscar as suas fontes militares para confirmar essas histórias. Nós só publicaremos esse livro se forem confirmadas*”.

Muito me doeu saber que pessoas como David Capistrano, um grande militante da nossa Esquerda e que lutou, inclusive, fora daqui, foi esquartejado. E o nosso personagem de *Sem Vestígios* viu os seus pedaços pendurados em ganchos na casa de Petrópolis. Ele viu! Ninguém contou a ele. Ele narra isso, e você sente o cheiro da carnificina nas letras.

Aí veio a grande revelação do Honestino Guimarães, que é um dos nossos 144 desaparecidos. Ele não deixa de estar desaparecido. Nós não temos 143 desaparecidos a partir dessa revelação. Eles continuam sendo 144. Mas agora nós sabemos que, dos aparelhos de repressão do Rio de Janeiro, ele partiu para Brasília e, de Brasília, num jato da Presidência, foi direto para as matas do Araguaia, para ser morto lá, porque naquela época ninguém sabia sobre o Araguaia.

Alguém disse muito claramente aqui que a guerrilha do Araguaia não era publicada em lugar nenhum; havia um silêncio absurdo. Então era muito fácil levar pessoas para morrerem lá, porque era uma mata, era tudo fechado, um vazio de população, um vazio de publicidade, não existia nada naquele local. Era muito fácil simplesmente esconder corpos de quaisquer pessoas lá.

O Boanerges de Souza Massa foi enterrado aqui próximo, em Formosa. Ou seja, quando falamos em buscar corpos, aonde vamos buscar? E pelo que eu conheço das Forças Armadas, a última coisa que eles são é inconsequentes e burros. São muito inteligentes. Não amarram ponto sem nó. Se eles enterraram pessoas, eles sabem onde enterraram. E segundo o personagem do *Sem Vestígios*, no Araguaia eles desenterraram muitos corpos para fazer a grande pira da Serra das Andorinhas. E, como foi dito, depois fizeram o favor de descaracterizar a região.

Eu passei umas 10, 15 vezes na região, e realmente não há nem mata no lugar. Onde existia mata, hoje há pasto e gado em cima. Não se encontra nem castanheira no lugar. O Castanhal do Ferreira, que era do Ribas, não existe mais, não existe nada lá, a não ser gado e soja. Então, como é que vamos seguir a indicação: “*A 8 passos da castanheira, perto do igarapé Gameleira*”? Onde está a árvore? Nós não temos condições de buscar os corpos assim. Nem acredito que haja essas localidades em documentos por escrito. Não acredito nisso. Acredito, sim, que haja pessoas vivas que podem nos ajudar, dizendo o que foi feito com os nossos guerrilheiros, ou com os nossos militantes de esquerda, ou qualquer que seja a denominação que as pessoas queiram dar.

O que mais quero hoje é que tenhamos uma memória. É esta a nossa luta hoje: a memória do País. É por isso que luto como jornalista.

As pessoas querem sempre saber por que luto, por que escrevo. E me atacam pessoalmente: “*Ah, mas você é filha de militar, e faz isso?*” Por isso mesmo, tenho a obrigação de revelar o que os pares do meu pai não revelaram. Não tenho obrigação de dizer quem me deu, quem me falou e onde foi que consegui as fontes. Mas a Justiça tem obrigação de ir atrás dos nomes conhecidos e fazê-los falar.

Hoje foi citado, por exemplo, o Major Curió. Ele é um sanguinário. Ele simplesmente ordenou tudo na terceira e quarta manobras do Araguaia, sem uma linha por escrito. A ordem era matar e acabou. Não tinha um documento escrito lá. Por que não pegaram até hoje o Major Curió e o fizeram falar? Mas não, todas as vezes que vejo alguém falar, diz: “*Ah, vai acontecer uma abertura de arquivos*”.

O ex-Major Curió hoje comanda uma cidade chamada Curionópolis, que apresenta uma pobreza insuportável e tem na entrada da cidade, numa árvore, uma placa dizendo: “*O pau da mentira*”, decreto da Prefeitura de Sebastião de Moura Curió; ou sei lá qual é o nome daquela coisa, daquele monstro.

Perguntei o porquê daquela placa com a frase “*O pau da mentira*”. Disseram-me que era porque amar-

ravam os garimpeiros lá para bater. Não há crime em Curionópolis por causa disso, por causa das torturas. E ninguém nunca o responsabilizou, mesmo todo o mundo sabendo o que ele fez. Ninguém o chama a um tribunal oficialmente para dizer: “*Você fez, você vai responder por isso*”.

A tortura é um crime que não prescreve. Torturou, matou? Onde está o corpo? Não tem corpo? Então, vai responder por sequestro continuado, ou qualquer outra coisa. Mas alguém tem que responder.

O Brilhante Ustra foi responsabilizado, mas está por aí, andando, bonito. Temos que nos mover e dizer: “*Você foi torturador, sim*”. Acho que a vergonha é pior do que a cadeia para um homem de 70 anos, em função de os seus filhos, netos e bisnetos saberem o que ele fez.

Hoje o nosso movimento deveria ser em prol da responsabilização, e não brigar para saber quem foi anistiado com a Lei da Anistia. A Lei da Anistia é clara: quem sequestrou, matou, praticou atentado, fez o que fez, não foi anistiado. Então, os militares não foram anistiados.

Vamos continuar sabendo que o Honestino Guimarães morreu no Araguaia, que o Boanerges morreu aqui, em Formosa, que o David Capistrano foi sequestrado e esquartejado e tantas outras pessoas foram escondidas e privadas do conforto da sua família, e suas famílias privadas de sua presença, ou dos seus enterros. Esse é o caso do Bergson Gurjão Farias.

Sabemos que foram retiradas ossadas de Xambioá, em 1996. A única guerrilheira identificada foi a Maria Lúcia Petit. Outras ossadas continuam dentro de uma caixa de papelão, no Ministério da Justiça, sem que se proceda às identificações.

Houve uma escavação em Xambioá, em 2003, início de 2004, na chuva. Eu estava lá. O Nilmário Miranda foi escavar o lugar. Como assim, escavar, na chuva? Estava tudo inundado. O que ele queria fazer lá? Os corpos retirados de lá, onde Maria Lúcia Petit e Bergson Gurjão Farias foram encontrados, estavam no cemitério de Xambioá. Os corpos que não foram retirados da mata, mas do cemitério.

Um cabo de Belém me disse que no cemitério de Marabá foram enterradas pessoas. E os militares enterravam de maneira diferente; os guerrilheiros eram enterrados numa posição diferente, para que depois eles pudessem retirá-los.

Por que vamos ficar escavando um lugar na mata, na selva amazônica, sendo que não temos nem noção do que se passou por ali ou se foram retiradas as ossadas, e não procuramos nos cemitérios? Por que ninguém busca aqueles nomes que já saíram no Projeto Brasil Nunca Mais, colocam os militares ali e perguntam

o que foi feito, onde foi feito e como foi feito, para que as famílias dos desaparecidos e mortos possam ter paz, como a mãe do Bergson, que já podia ter enterrado a ossada de seu filho, mas o ex-Ministro Nilmário Miranda levou um osso para a Argentina, achando que era do João Carlos Haas, sendo que todo o mundo sabia que aquela ossada não era do João e parece muito mais com o tipo físico do Bergson Gurjão?

A equipe de antropologia argentina que fez as escavações lá simplesmente deu 6 tipos físicos para a mesma ossada, e pessoas de porte, estatura e naturalidade completamente diferentes. Como uma equipe de antropologia pode atribuir a mesma ossada a 6 pessoas completamente diferentes? Isso é falta de competência para a coisa ou alguma omissão que não sabemos qual é.

Então, o que muito me incomoda é saber que temos muitas coisas nas nossas mãos. Hoje já há várias denúncias, várias ossadas retiradas, várias pessoas que têm como nos ajudar a escrever a memória de nosso País, e ficamos olhando lá para trás, tentando buscar coisas que não nos são mais concedidas buscar, como as pessoas que foram queimadas na pira. Acho que hoje temos a obrigação de não ficar debruçados no livro, perguntando: “*Ó, como será que os jornalistas conseguiram esses documentos?*” Temos, sim, que, a partir desses documentos, perguntar o que podemos produzir daqui para a frente. É nisso que temos que pensar.

Há uma gama de documentos já publicados. O *Operação Araguaia*, o meu primeiro livro sobre a guerrilha, tem 1.167 páginas de arquivos publicados que doe para a Comissão de Direitos Humanos da Câmara no ano retrasado. Doe todos, para quem quiser acessar. Está tudo na Internet. Digitalizei, coloquei tudo na Internet, para que as pessoas tenham acesso aos nomes de quem estava lá, de quem assinou os documentos. Há militares vivos que podem ser chamados pelas Comissões, mas essas Comissões têm que parar de pensar em si próprias, nas suas dores, e ir atrás das dores de todo o mundo. Tem de pensar nos camponeses do Araguaia, que tiveram suas plantações, suas casas, seus corpos queimados, ultrajados, barbarizados e até hoje não receberam nem pedido de desculpa da União. Muita gente foi indenizada. Pessoas que não precisavam ser indenizadas foram indenizadas, e nenhum camponês do Araguaia até hoje recebeu um pedido de desculpas do nosso Estado, e isso me entristece muito.

Era isso que queria deixar para vocês. Estou à disposição para o debate. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Veloso) – Depois de ouvirmos atentamente a palavra da jornalista Taís

Morais – parabéns pelo pronunciamento -, concedo a palavra à Dra. Gilda Pereira de Carvalho.

A SRA. GILDA PEREIRA DE CARVALHO – Boa tarde a todos.

Sr. Presidente, Sr. Coordenador do Diretório Acadêmico da UnB, podemos nos sentir muito orgulhosos, porque temos aqui uma jornalista investigativa, que nos legou esse livro com tanto conteúdo. Muito orgulha todos nós conhecermos sua coragem, sua determinação de legar ao povo brasileiro esse conteúdo tão rico, principalmente neste *Sem Vestígios*, onde mais explicações, mais informações vêm para as autoridades brasileiras.

Sr. Presidente, gosto sempre de invocar a Constituição brasileira quando estou neste ambiente, na sede do Legislativo brasileiro.

Início lembrando que no art. 1º da Constituição Federal, entre os princípios que devem reger esta República, está o princípio da dignidade da pessoa humana. Mais adiante, estabelece a nossa Constituição que a política brasileira deve respeitar o princípio dos direitos humanos. E, mais à frente, a nossa Constituição ainda nos lega no art. 5º o direito à informação.

Vejam, senhores e senhoras, que a nossa Constituição nos dá todos os instrumentos de que precisamos para ter um País com memória e com verdade.

Gostaria – sempre faço isso – de lembrar obrigações internacionais que o Brasil assumiu, principalmente na Convenção de Genebra, na qual está escrito que, independentemente de as guerras serem internas ou externas, devem os vencedores, os que estão no poder, dar dignidade aos corpos que tombaram nos campos ou nos confrontos com as forças do país ou daquela região. Não podemos nos afastar desses caminhos.

Não é sem causa, portanto, que o Brasil está atualmente respondendo a várias ações nas cortes internacionais de direitos humanos. E seguirá respondendo por essa omissão, por não termos ainda esclarecido esses desaparecimentos, e em função do direito que temos todos nós à informação.

É certo que tanto os jornalistas quanto o Ministério Público têm feito algumas gestões e algumas ações, além de relevantes ações das próprias vítimas da ditadura. Mas as respostas têm vindo muito tarde. Basta lhes dizer que eu estava lendo, ontem à noite, um acórdão de uma ação proposta em 1982 e que só agora teve resposta da Justiça brasileira.

Isso já nos lembra e nos revela as dificuldades que têm tido tanto os autores dessas ações como o próprio Ministério Público, quando vai investigar e posular em juízo o direito à informação.

Em 1992, o Ministério Público Federal, em Marabá, já tinha proposto uma ação civil pública para que viessem a público todas essas informações e, inclusive, para que fossem revelados pelas Forças Armadas os locais de sepultamento dos desaparecidos políticos. Até hoje não temos essa resposta.

Fala-se agora na lei de informação. Está havendo um certo entusiasmo com esse projeto de lei que se diz nos será legado nos próximos dias. Eu gostaria de registrar aqui a minha preocupação, porque esse documento legal, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que está sendo agora examinado, não atenderá a necessidade de informação que buscamos para ter esclarecidos esses desaparecimentos, tampouco nos possibilitará obter mais informações sobre o que verdadeiramente ocorreu no nosso País. Isso porque ainda prospera nesse documento o sigilo por mais de 100 anos para as informações pessoais e, definitivamente, para as informações oficiais. Isso não acabou, persiste. Não obstante termos avanços nesse documento, ainda se preservam essas injustiças.

Na condição de Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, não poderia neste momento deixar de compartilhar com as senhoras e os senhores dessa profunda preocupação em ver que ainda estamos retardando que o povo brasileiro, cada uma das famílias, cada um de nós possa ter acesso a essas informações.

Ainda não vislumbro por esses dias, embora quisesse muito que isso ocorresse, ver esclarecidos por completo esses desaparecimentos, essas mortes e, finalmente, ver o que pode sintetizar tudo isso: o direito que temos todos nós à verdade e à memória.

Sr. Presidente, ponho-me à disposição para o debate posterior.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Veloso) – A seguir concedo a palavra por 20 minutos ao Sr. Yuri Soares Franco, Coordenador-Geral do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília.

O SR. YURI SOARES FRANCO – Boa tarde a todos e a todas.

Além de Coordenador-Geral do DCE Honestino Guimarães, também sou estudante de História, o que me traz, então, muito gosto por estar aqui discutindo esse tema do direito à memória e à verdade da nossa sociedade.

O nosso diretório, ao longo de tantas décadas de luta pela democratização do País, pela construção de um País mais democrático, mais justo, mais livre, teve grande participação nas lutas da nossa sociedade. O grande mártir, o grande símbolo do movimento estudantil da Universidade de Brasília é Honestino Guimarães, que muito justamente dá nome ao nosso diretório.

Nós seguimos na luta, e uma das grandes lutas encampadas pelo movimento estudantil nacional, em especial pela União Nacional dos Estudantes e pela executiva da Federação Nacional dos Estudantes de História – FENEH, é justamente pela abertura dos arquivos da ditadura, pela criação de um comitê nacional de direito à memória e à verdade e pela responsabilização dos culpados de tantos crimes cometidos nesses anos de exceção, fazendo coro com o que foi dito pela Taís.

A história não pode ser apenas um ponto morto, letra morta nos livros. Os livros de história não podem servir apenas para se tomar conhecimento do que ocorreu. Os historiadores e, em grande parte, jornalistas, sociólogos, militantes políticos e entidades já vêm fazendo ao longo do tempo a clara e aberta denúncia de todas essas arbitrariedades cometidas nos anos de chumbo. Porém, esse conhecimento, essa denúncia não pode apenas ficar no plano abstrato da responsabilização pública desses agentes da ditadura. Nós precisamos partir também para o ponto que seria a responsabilização judicial, oficial, desses agentes que participaram direta ou indiretamente da criação de um Estado de exceção durante vários anos no Brasil.

Em certo ponto, o movimento estudantil ainda precisa se reencontrar com sua própria história. Ele ainda tem uma certa peculiaridade que acaba gerando, por vezes, o esquecimento da sua própria memória.

Militantes do movimento estudantil costumam ficar não mais que 4, 5 anos numa universidade. Normalmente, os próprios integrantes do movimento estudantil não costumam fazer essa discussão mais aprofundada sobre os erros, sobre os acertos, sobre a história do seu próprio movimento e, a partir daí, buscar novos métodos, novas frentes, novos caminhos para o próprio movimento estudantil.

Grande parte da luta do movimento estudantil relacionada à história da sua atuação durante a ditadura militar é para que os militantes que entram na universidade, no diretório acadêmico, no Diretório Central dos Estudantes, na sua executiva de curso, nos conselhos superiores, também tenham espaços de formação política que resgatem essa história, a fim de que saibam que não estão apenas começando algo do zero, algo totalmente novo. O novo deve, sim, ser buscado, só que relembando suas raízes, relembando os antigos militantes, relembando sua própria história, para, a partir daí, buscar novos caminhos, sem perder de vista a sua história, sem perder de vista a sua memória.

Outra coisa que se discute muito no movimento estudantil é a importância de espaços como este aqui. Que tenhamos não apenas espaços de discussão da memória da sociedade brasileira em eventos, mas es-

paços institucionais de articulação, de discussão dessa memória, da nossa história, para que quotidianamente se construam relatórios, livros, revistas, artigos, a fim de que a memória não fique sendo apenas um texto num *site* da *TV Câmara*, um evento, ou algo restrito à própria Câmara dos Deputados, mas algo que articule as instituições do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, as entidades representativas de estudantes e de sindicatos, as entidades representativas de trabalhadores do Poder Judiciário, de trabalhadores que participaram e que participam da construção da memória dos centros de documentação.

Eu trabalho no Centro de Documentação do *Correio Braziliense* e faço parte da Comissão Brasília 50 anos, instituída pela Reitoria da Universidade de Brasília. Uma das coisas que mais se sente falta na construção da memória da sociedade brasileira é a articulação das instituições que guardam a memória, ou seja, os centros de documentação. Há muito material em vários centros de documentação de jornais, de instituições públicas, das próprias universidades. O Diretório Central dos Estudantes também tem, desde essa época, o seu material histórico com fotos, com jornais.

Então, precisamos saber articular essas instituições, porque o que temos de memória atualmente são arquivos, pessoas, entidades, tudo ainda muito fragmentado, muito separado. Cada um trabalha a sua memória, o seu livro. São pontos de partida muito importantes, mas que precisam começar a ser articulados num espaço maior, num espaço de diálogo, para que essas instituições, esses jornalistas e esses historiadores tenham uma gama de material físico, de material humano, a fim de trabalhar a história recente do nosso País.

Nós, movimento estudantil, sentimos muita falta de uma articulação maior com outras entidades, com outros pesquisadores. É até muito estranho. Mas, muitas vezes, a última coisa que os professores, pesquisadores da história da ditadura militar da Universidade de Brasília fazem – essa é uma crítica aberta que faço na universidade – é procurar o Diretório Central dos Estudantes. Eles publicam livros, publicam artigos, vão aos jornais, à *Folha de S. Paulo*, mas não vão ao Diretório atrás de material sobre a ditadura militar. Temos muito material, muita discussão sobre esse período.

Segundo os pesquisadores especialistas em ditadura militar e – pasmem! – em movimento estudantil, a última coisa que as instituições públicas fazem, quando vão tratar do direito à memória e à verdade, é procurar o Diretório Central dos Estudantes ou os centros de documentação.

Há algum tempo, uma ex-perseguida política da Universidade de Brasília, militante da ação popular,

que teve de exilar-se no Chile e, posteriormente, na França, procurou o Centro de Documentação do *Correio Braziliense*. As instituições não procuram o Centro de Documentação do *Correio Braziliense*, nem a Universidade de Brasília, nem o Diretório Central dos Estudantes para buscar arquivos, para buscar pessoas que realizam discussões sobre a história recente da UnB.

Então, este espaço aqui é muito importante. A partir daqui, temos de começar a fazer uma articulação maior, porque ainda há muito o que se discutir, há muito material a ser buscado. Espero que isso não seja apenas o início, porque não vamos ter a ilusão de que estamos começando algo. A história é prócera em mostrar que quem acha que está começando nunca está começando nada, na verdade.

Que articulemos de maneira mais institucional, de maneira mais organizada todos esses arquivos, todas essas pessoas, os militantes históricos, os militantes atuais, a fim de conseguirmos reconstituir essa história e, a partir dessa reconstituição, construir uma nova história.

O Honestino é para nós, do movimento estudantil, uma figura viva, não apenas o nome da nossa entidade. Temos plena convicção de que a maior homenagem que podemos dar a Honestino Guimarães e aos antigos lutadores é continuarmos a luta, reconstruirmos a luta, a fim de construirmos uma nova sociedade.

A melhor homenagem que podemos dar aos lutadores do passado é continuarmos a luta deles. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Veloso) – Com a palavra o Deputado Luiz Couto, Presidente desta Comissão.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Em primeiro lugar, parabéns a companheira Taís pelo livro e pela pesquisa.

Na realidade, não temos hoje uma única memória; temos diversas. Seria importante realizarmos um seminário para confrontar diversas memórias, na perspectiva da busca da verdade. São memórias múltiplas a universidade, o jornalismo, os livros, os quais são publicados, inclusive, por militares. Então, é sinal de que há muita fonte, muito documento. Há necessidade de buscá-los. Por isso, a constituição da comissão da memória ou das memórias e da verdade seria fundamental, até para fazer com que essas pessoas possam ser esclarecidas, porque o depoimento é um elemento importante na perspectiva da construção desse conjunto que o Yuri aborda.

Há muitas pessoas que têm documentos. Não sei se o edital de convocação de entrega de documentos irá atraí-las.

Tivemos, há 4 anos, um araponga chamado Firmino, que disse que hoje estava estudando. Ele vivia à custa de trabalhos que realizava, no tempo da ditadura. Fez diversos serviços e andou em diversos lugares, participou inclusive de eventos se infiltrando em movimentos sociais, estudantis, universitários e religiosos. Enfim, mostrou que, de fato, essa questão da investigação, por parte de segmentos das Forças Armadas, pode ter continuidade. Tivemos até situações, em 1992, em que pessoas teriam vindo ao Brasil à procura de indícios de outras pessoas de países do MERCOSUL. É importante verificarmos essa questão.

A história do Carioca (nome fictício) mostra efetivamente que, no final, é o problema de alguém que serviu muito. Ele, pela primeira vez, não fala de assassinato, fala de execução – execução sumária. Esse é um elemento importante. Ou seja, havia realmente grupos de extermínio.

Esse é um aspecto importante, que mostra a origem dessas organizações chamadas milícias armadas, de esquadrão da morte, de oficina do crime, que vêm de muito tempo. Verificamos que há uma aprendizagem que vai, cada vez mais, se fortalecendo.

O senhor mostra algumas fotografias, nas quais há 4 figuras. Em uma delas há o Carioca. É claro que o Carioca, no final, estava vivendo momento de depressão. Dois deles já tinham morrido. Há uma figura – tentei descobrir quem era, mas não consegui – sobre a qual conversarei pessoalmente para saber se é o Carioca. Um deles está montado no jumento e se parece com o outro. Talvez possamos descobrir quem é.

É claro que ele morreu, por conta de uma machadada, vítima da informação. O pior é que, depois da morte, ele foi desqualificado. Diziam: “*Olha, ele se desviou, estava ligado ao narcotráfico, ligado ao jogo do bicho*”. Enfim, na realidade, é isso o que ocorreu.

Para mim, com a morte de David Capistrano, foi revelado todo o trágico processo: foi para o Rio Grande do Sul, levado para uma casa em Petrópolis e, por último, foi vista aquela imagem do corpo dele todo despedaçado. E não se sabe onde o corpo de David Capistrano foi jogado: se na serra, se no mar. Enfim, foi jogado onde? O fato é que ele foi executado. Mais do que isso: trucidado, como se fosse um animal; dividido em partes e exportado como carne em açougue.

Seriam necessários mais cariocas, paulistas, paraibanos, goianos, brasilienses para ter a coragem de escrever essa história, mesmo sabendo que, quando se escreve, há o real e o imaginário, há muita versão, mas, dentro dela, é possível também descobrir alguma verdade.

Esse livro é interessante, tanto é que quando comecei a lê-lo foi de uma tirada só. Ou seja, não pa-

rei de lê-lo, porque cada vez mais trazia a vontade de saber o que há no próximo capítulo.

A história do dono do açougue de uma cadeia, que foi sequestrado... Imaginem um militar praticar sequestro somente porque um rapaz estava devendo algo a um amigo do militar! Então, toda aquela história foi desmontada, depois, nesse sentido. Fiquei muito curioso. Disse: “*Vamos trazer a Taís aqui, para que ela possa continuar o livro Sem Vestígios, escrevendo o Sem Vestígios II*”.

Taís, parabéns pelo livro e obrigado aos senhores pela contribuição ao debate.

PARTICIPANTE – Eu poderia fazer um questionamento à Mesa? (*Pausa.*)

Também parabenizo a Mesa, foi um excelente debate, houve várias posições distintas.

Realmente, o livro da Taís Morais é um sucesso literário. Mas, Taís, sinceramente, acho que o seu primeiro livro, *Operação Araguaia*, contribuiu muito mais do que o segundo, não somente porque o volume é maior, tem maior número de páginas, mas também porque há mais informações. Talvez toda essa questão do Araguaia deve-se ao seu primeiro livro.

Quanto ao segundo livro, é realmente bom de ler, mas não sei se mostra 33% e esconde 66%, ou vice-versa. A verdade é que esconde muito mais do que mostra, ao contrário do primeiro livro.

Ficam algumas dúvidas. Por exemplo, você trouxe um tema importante para nós hoje, ou seja, de que a verdade não tem raça, nem ideologia, nem crédulo, enfim, não tem nada. A verdade pode vir de qualquer lugar. E é pela verdade que vamos reconstituir a memória. Ou seja, não existe memória reconstituída por meio de falsificações, de mentiras, de omissões.

Na verdade, essas coisas não reconstituem nada. Mas há coisas que você diz que concordo, em princípio. Por exemplo, existem militares que honram ou não a farda. Faço questão de citar só 1 parágrafo do seu livro e peço-lhe que me dê uma explicação a respeito.

Na pág. 147:

“O major Lício passava pela área com 8 homens, entre os quais seu fiel acompanhante e amigo sargento Cid. Um sujeito, dizem, muito divertido em certos momentos, branco, de estatura média, careca. Cid reunia uma série de qualidades, além do bom humor. Inteligente acima da média, era exímio motorista, função que exerceu na segurança do Ministro Orlando Geisel. Suas intermináveis piadas, sempre na ponta da língua, não raro de extremo mau gosto, pois imitavam as expressões faciais dos presos executados”.

Uma pessoa que faz piada fazendo mímica das expressões faciais de presos executados.

Diante disso, pergunto-lhe: esse militar, que você descreveu tão bem aqui, honra ou não a farda?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

PARTICIPANTE – Que bom. Parabéns! Eu gostaria de ouvir isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Veloso) – Solicito a quem for usar a palavra que, pelo menos, decline o nome.

O SR. ANTÔNIO MODESTO DA SILVEIRA – Como o Plenário representa o povo e o povo olha e vê o mundo, vou começar da direita para a esquerda, com os jovens estudantes, representando Honestino Guimarães, de algum modo.

Sou advogado, fui Deputado Federal por um tempo, infelizmente, antes de vocês, jovens. Pois bem. Diria, jovem Yuri, que o Honestino despertava tanto respeito e interesse que teria feito este plenário estar superlotado.

Não sei qual é o problema de hoje, mas constato que aqui estão pessoas do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Nordeste, mas não vejo tantas de Brasília, muito menos estudantes. Esse, é claro, foi o primeiro choque quando entrei neste plenário. Gostaria que se desse uma palavra a isso, mas vou continuar fazendo o mundo ir para a esquerda.

A procuradora sabe o quanto temos pago pelos nossos impostos não só pela continuidade dos torturadores recebendo não mais como tenentes e capitães, mas sim como coronéis ou generais. Eles provocaram descalabro humano e até econômico no orçamento brasileiro.

Por acaso, a Procuradoria já promoveu, ou tem procurado encaminhar, algum pedido de ação regressiva contra esses poucos que provocaram todo esse problema humano e até orçamentário?

Continuando para a esquerda, agora com a jovem Taís, cujo livro está fazendo muito sucesso, como diz o Dr. Ivan.

Quando à exposição desses documentos, que devem ser apreendidos para se chegar à memória da verdade, pergunto: quando esses documentos vierem à tona, por acaso o seu pai estaria correndo algum risco de estar nos documentos revelados? *(Pausa.)* Pois bem. Essa é uma questão realmente muito clara e você a fixou muito bem. Houve até exposição em forma de açougue, não de Tiradentes, mas de pedaços de carne dos quartos pendurados em ganchos de açougue na casa de Petrópolis.

Não ousou presentear o seu livro a uma pessoa comedida e sensível, porque ele me emudeceu tanto que talvez cause até dano a algumas pessoas mais sensíveis do que eu. E a minha sensibilidade, que pensei iria explodir ao longo do tempo, acabou criando um pouco de casco de proteção. De tal maneira que passei, vi e sofri durante esse tempo coisas terríveis. O seu livro revela muito mais até. Coisas que eu vi e ouvi são mais reveladoras e terríveis do que o seu livro. Não posso nem dizê-las aqui para, numa outra edição do seu livro, você revelá-las, até com depoimento meu, se quiser. Não ousou porque tempo não há. Mas se houver, se tivermos oportunidade de conversar honestamente, até para colaborar com você e você colaborar com a memória e a verdade, estou a sua disposição.

Essas são as pequenas provocações que faço, por ora, se não houver outra oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Veloso) – Alguém mais quer usar da palavra? *(Pausa.)* Por favor, decline o nome.

A SRA. ALEXANDRINA CRISTENSEN – Sou da Associação Brasileira de Anistiados Políticos.

Taís, o seu livro realmente é chocante. Mas tanto o primeiro como o segundo livro estão mostrando fatos. Estão colocando na rua, mostrando às pessoas, que não têm a menor ideia do que seria, esse período nefasto que passamos e ainda continua.

Dra. Gilda, a Constituição realmente nos dá o direito, mas não nos preserva tanto assim, acaba não nos defendendo, a tal ponto de hoje estarmos discutindo essa questão. Este realmente é um momento que temos de segurar.

Agora, para o Yuri. Se você, Yuri, no seu DCE, tem tantos documentos assim... O Dr. Jaime Antunes, que esteve aqui, participando da primeira Mesa, é o diretor do Arquivo Nacional. Ele está se empenhando em arrecadar documentação, em fazer com que cheguem ao Arquivo Nacional se não os documentos, pelo menos cópia deles. Eles se propõem a digitalizar e a devolvê-los. É uma chance para que você faça isso.

Vou aproveitar o gancho de uma coisa que o Deputado Pedro Wilson disse, de manhã. Ele vai fazer um trabalho, por intermédio da Universidade do Tocantins, nas diretorias e reitorias das universidades. Yuri, você poderia fazer, em Brasília, esse trabalho de captação da documentação nos DCEs. Seria um trabalho muito importante, e você o estaria fazendo em nome do Honestino.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Veloso) – Por favor, o nome.

PARTICIPANTE – Parabenizo os expositores.

Acho que é irrelevante o fato de ter ou não muitas pessoas presentes. O importante é que o debate está sendo feito.

Parabenizo o Yuri, a procuradora e a escritora. Realmente não li o livro, estou em falta, mas, de qualquer sorte, já é importante, porque esse debate precisa crescer, e fatalmente vai crescer. É inexorável que ele vá crescer. Neste momento, é evidente que não há mídia apoiando. De qualquer sorte, já é um ganho político o fato de ter o Yuri aqui. Muito bons seus conceitos; ótimos. Eu acho que é a partir daí que vamos crescer.

Não podemos nos atemorizar com o fato de não haver plateia. Não interessa. O importante é o que está se fazendo, porque a plateia vai acontecer, com certeza, num futuro muito breve.

De modo que eu só quero parabenizar os expo-
sitores, independente de ter ou não plateia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Veloso) – Por favor, o nome.

O SR. VLADIMIR – Sou petroleiro, do Rio de Janeiro.

Enfatizo que, no golpe militar de 1964, eu tinha 18 anos. Indignado com o que tinha acontecido, certamente estava exposto a possíveis aventuras. Fui convidado por várias organizações a participar de movimentos de resistência armada. Até que chegou o momento em que uma pessoa mais idosa, certamente muito mais experiente, disse um negócio que marca muito a história do Araguaia. Foi o seguinte: *“Vocês vão lutar com armas na mão, com a cabeça preparada ideologicamente, contra soldados inteiramente despreparados, sendo utilizados pelos golpistas”*.

Eu me lembro de algumas pessoas que se deram bem, que foram mandras... Infelizmente, a palavra “mandra” da pior forma possível: tipo Curió; um tal capitão Guimarães, no Rio de Janeiro, e outros, que usaram a repressão em benefício próprio. Não foi nem somente a questão ideológica; foi a questão marginal mesmo. Hoje, o Guimarães está envolvido em contrabandos e é bicheiro no Rio de Janeiro.

Acho que está faltando alguma coisa para nós discutirmos, até porque ninguém sabe para que lado vai esse mundo hoje em dia. Há uma crise que pode causar sérios problemas sociais em todo o mundo.

O Yuri, jovem, não pode ser muito impulsivo a ponto de tomar uma atitude. É o que me preocupa. Quando não se escuta as pessoas mais experientes, cai na aventura. Não podemos negar, com todo o respeito, aos companheiros do Araguaia, que partia para o mato, isolado de tudo, enfrentar um Exército, com soldados preparados simplesmente para matar – não discutiam nada, matavam.

Acho que falta para nós, mais experientes e vividos, passar isso para a sociedade, de modo que ela possa se preparar, porque ninguém sabe o que vem por aí.

É basicamente isso que está faltando: prepararmos o futuro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Veloso) – Por favor, o nome.

A SRA. ROSA – Sou militante da anistia, filha de ex-presos políticos. Minha filha também quer fazer história, Yuri, na UnB, mas não vai entrar na cota dos negros, porque a mãe é contra e a filha também. Como ela é stalinista, como eu, vai seguir o que estou dizendo.

A Taís diz que existem militares bons. Tive um tio, em Goiânia – viemos fugidos do golpe militar de Santa Maria, no Rio Grande do Sul -, o qual me dava guarida, porque eu não declinava o nome do meu pai. Ficamos sem pai. Até vir a anistia, dizíamos que não tínhamos pai. Esse tio era capitão do Exército.

Comecei a fazer minha passeata aos 9 anos, carregando uma faixa: *“Edson Luís, esse aluno poderia ser seu filho”*. Eu e meu irmão. Meu pai clandestino, em Goiânia, e fazendo passeata conosco.

O meu tio dizia ao meu pai – porque na época eu era muito miúda: *“Quando a Rosinha cair, ela não pode falar que tem pai. Ela tem de dizer que tem tio”*. De vez em quando caíamos por averiguações ou alguma coisa. Goiânia era pequena, e meu tio era uma autoridade, um capitão do Exército. Até hoje um capitão é autoridade. Aí ele me tirava; eu não ficava detida.

Então, sei que existe o bom militar. Em toda profissão há pessoas boas e ruins – há o médico ruim, o médico safado, há o dentista que não vale nada e há também o militar que não valeu nada, que torturou.

Para mim, o seu livro não é uma agressão. Li *Torturas e Torturados* quando tinha exatamente 12 anos. Meu pai não queria que a minha mãe deixasse eu ler esse livro. Mas eu consegui pegá-lo da minha mãe, que o estava lendo. Eram coisas horríveis. Anotei o nome do seu livro. Não vou deixar a minha filha, que tem 14 anos, e o meu filho, que tem 32 anos, sem saber o que ocorreu. É muito importante para a formação política dos meus filhos saber dessas questões.

É uma sorte muito grande a Taís ser filha de militar e ser normal. A filha do Brilhante Ustra é tal qual o pai, tanto é que eu tive de dar um cacete nela, no barzinho Libanus. Ela mandou uma menina sair da mesa, bateu nela, mas a situação reverteu-se. É isso o que o Dr. Marlon não entendeu. A menina Andreia apanhou da filha do Brilhante Ustra. Foram para a delegacia, fizeram exame de corpo de delito, e se reverteu tudo contra a menina. Ela apanhou, mas ficou pagando cesta básica numa favela chamada Estrutural, que agora é uma

cidade. Tinha de levar cestas básicas lá. Nós estávamos no Libanus, a menina do Brilhante Ustra chegou e disse: “*Saiam da mesa*”. Pensei que fosse brincadeira. Andreia já havia me contado a história e me pediu para sair. Eu não entendia. Perguntei: “*O que é?*” Ela disse: “*É a do Brilhante, é a do Brilhante*”. Perguntei: “*Que Brilhante? Que Brilhante?*” Pensei que fosse anel de brilhante. “*É aquela que eu te falei que me bateu*”. Aí eu tive que bater na filha do Brilhante Ustra. Dei o meu endereço, o CPF e a identidade para ela e disse: “*Manda o seu pai me procurar. Diga-lhe que sou filha de um comunista e quero ter um acerto com ele*”. Até hoje ele não me procurou. Faz 14 anos!

Então, eles são militares covardes da ditadura militar que se juntavam. Entraram 50 soldados na minha casa para prender 1 negro comunista e ferroviário. Entraram 50 soldados e 4 oficiais para levar o meu pai preso e torturam o meu pai. Meu pai nunca nos contou isso. Descobrimos de outro jeito.

Mas é com isso que me preocupo. O Yuri estar aqui é muito bom. Se houvesse mais jovens aqui, melhor seria. Mas é culpa nossa, Yuri, porque nós do Partido Comunista Brasileiro, nós do Partido Comunista do Brasil e o próprio PT, não vamos até a massa. Se fôssemos, aqui estariam mais estudantes. Não é culpa do Yuri, nem do DCE da UnB, nem da doutora, nem da jornalista. A culpa é nossa por estarmos fraquejando na militância.

Mas os militares não. Eles continuam atuando. O Curió não tem nada a ver com a Guerrilha do Araguaia, foi absolvido. Quem são os desembargadores? Quem são os juizes? Há o Dr. Marlon que, além de ser um grande jurista, é um revolucionário. Mas no Judiciário há somente pessoas como o Dr. Marlon? Não. Existem também os filhotes da ditadura, criados pela ditadura e muitos que devem favores ao Brilhante Ustra, ao Curió.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Veloso) – Sra. Rosa, peço que conclua, por favor.

A SRA. ROSA – Concluo dizendo que o trabalho da Comissão de Direitos Humanos é muito bom. Mas o nosso trabalho, sou stalinista e faço uma autocrítica, é muito fraco, camarada Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Veloso) – Vou conceder a palavra aos senhores expositores para que respondam.

Vou iniciar com o jovem Yuri.

O SR. YURI SOARES FRANCO – Primeiramente vou me referir à questão da mobilização. Como a realidade é dura, as coisas importantes acabam acontecendo ao mesmo tempo. Resultado: estamos tendo agora à tarde, na UnB, uma mobilização contra o processo de credenciamento da FINATEC no Conselho de

Administração, um dos conselhos superiores da universidade. Temos representantes de discentes nesse conselho e estamos tendo um grande ato para impedir o credenciamento da FINATEC. Destacamos somente 1 diretor do DCE para participar deste seminário e fizemos a opção política de não mobilizar o pessoal para vir aqui porque o não credenciamento da FINATEC é essencial na pauta política da universidade.

Não sei se vocês acompanharam, mas houve o grande escândalo do apartamento do reitor, das fundações e tudo mais. A FINATEC é justamente essa fundação que estava desviando dinheiro destinado à pesquisa para o apartamento do reitor. Tivemos um grande processo de mobilização, ocupamos a reitoria, derrubamos o reitor, conquistamos a paridade, que é uma luta histórica do movimento estudantil desde sempre, tanto que, com as greves dos anos 60, como a do um terço, conseguimos ter eleições paritárias para a reitoria. Foi o que garantiu a vitória da reitoria progressista que temos hoje.

Os juristas presentes devem conhecer o Prof. José Geraldo, atual reitor da UnB. Tivemos avanços na assistência estudantil e estamos conseguindo vitórias. Mas o principal, a cereja do bolo, é conseguir o não credenciamento dessas fundações. Então, estamos num processo duro, porque os adversários conservadores e privatistas da universidade, que são as fundações que a corroem e corrompem, não estão mortos, estão ainda nessas fundações e presentes nos conselhos superiores, no conselho de administração, no conselho universitário. Então, não vencemos a batalha ainda. Estamos numa batalha dura e por isso fizemos essa opção política de destacar apenas 1 coordenador-geral para cá. Lá poderemos lutar contra as fundações, porque a briga está difícil. Acho que vamos conseguir vencer mais essa batalha. O prognóstico está bom, e acho que vamos conseguir o não credenciamento da FINATEC. Acompanhem os jornais, porque ainda haverá muitas notícias sobre essa briga.

Depois, quero conversar com a Alexandrina para saber direito sobre esse contato com o Diretor do Arquivo Nacional, segundo disse o Deputado Pedro Wilson. Isso é muito importante, ainda mais porque você disse que pegam o material emprestado e depois o devolvem. Existem alguns programas de memória que querem centralizar tudo, como o Memória no Movimento Estudantil. Faça essa crítica ao projeto. Há outros projetos que querem receber os arquivos da entidade e ficar com eles. Aí não dá, a nossa memória tem de ficar conosco. Podemos doar cópias. É um ótimo projeto mesmo.

Também quero o contato da filha da Rosa, para, assim que ela entrar na universidade, começarmos a discutir o ingresso dela no movimento estudantil.

PARTICIPANTE – (*Inaudível*)...da história de Brasília. Grandes líderes de 50 anos de Brasília: Jarbas, seu colega de faculdade que não pôde terminar, grande historiador; Geraldo Campos; Raimundo Nonato... Eu te dou 10 nomes de história viva que podem ser documentos, está bem?

O SR. YURI SOARES FRANCO – Com certeza.

PARTICIPANTE – Então, fale comigo depois.

O SR. YURI SOARES FRANCO – São importantes essas duas frentes: resgatar a história e convencer quem vai entrar para a universidade a fazer parte do movimento estudantil. Conseguimos esse processo de legitimação na luta. O movimento estudantil da Universidade de Brasília até o processo de ocupação, que começou em março do ano passado, estava bastante desacreditado, porque movimento social só consegue convencer as pessoas a vir construir o movimento a partir de pautas concretas e da conquista de vitórias. Estava bem desacreditado, desmoralizado mesmo, o movimento da UnB. Eu comecei a militar no movimento estudantil da UnB em 2006, apesar de já ter vindo do movimento secundarista. Inclusive fui presidente do grêmio da minha escola e lembro que antes da ocupação e desse processo era uma cena triste de se ver. Por exemplo, assembleias com 100 pessoas – cena ridícula para uma universidade que tem quase 30 mil estudantes. Reunião de centros acadêmicos com 20 pessoas. Esse é o processo de mobilização que estamos construindo.

Por isso, fica novamente a explicação: temos aqui apenas um estudante, porque os estudantes mobilizados estão na UnB para barrar o recredenciamento da FINATEC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Veloso) – Eu quero pedir desculpas aos demais expositores, porque ainda temos outra Mesa.

Passo a palavra à Dra. Gilda Pereira de Carvalho.

A SRA. GILDA PEREIRA DE CARVALHO – Acho que merece destaque o auditório presente. Como já foi comentado, temos a memória viva aqui.

Sempre invoco a Constituição, não obstante ainda ter alguns dispositivos que não estão efetivados, mas estamos aqui lutando por isso. O fato de estarmos, nesta tarde, discutindo esse assunto já demonstra uma efetivação da nossa Constituição no que diz respeito ao direito que temos de nos reunir. Naturalmente, a efetivação no que diz respeito ao direito à informação e responsabilização, seja penal, seja civil, seja admi-

nistrativa, seja dos que cometeram assassinatos e torturas no passado, está ainda para vir, mas certamente haverá esse momento.

Respondendo à pergunta sobre o que teria feito o Ministério Público Federal em face dessa responsabilização, porque todos nós brasileiros pagamos nossos impostos e gostaríamos de saber se alguém foi responsabilizado, posso dizer que o Dr. Marlon Weichert – que inclusive está aqui – e outros colegas ajuizaram uma ação para responsabilizar civilmente 2 conhecidos do DOI/CODI, em São Paulo. Essa ação está tramitando na Justiça Federal de São Paulo. Também, em decorrência do trabalho dessa equipe de procuradores, foram remetidas cópias desse trabalho para outros Estados da Federação onde se deram essas torturas e esses assassinatos. Desde dezembro, os colegas estão analisando e investigando essa questão. Então, espero que não demore muito tempo para que haja algum provimento judicial no sentido de atender ao que é tão cobrado por nós: a efetividade da nossa Constituição.

Para concluir, Sr. Presidente, gostaria de fazer um esclarecimento à senhora escritora. Eu li o seu livro e queria destacar a parte sobre o nosso homenageado de hoje, o Honestino. O livro trouxe várias luzes, mas destacaria essa do Honestino, porque ele foi morto no Araguaia. Não tinha tido essa informação em nenhum dos livros que já li. Então, para mim, foi algo inovador e, certamente, quando estiverem sendo feitos os trabalhos no Araguaia, nas pesquisas que forem efetivadas, já se terá uma luz para dizer que ele morreu e, com certeza, foi enterrado no Araguaia. Para mim foi muito preciosa essa informação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Veloso) – Tem a palavra Sra. Taís Morais.

A SRA. TAÍS MORAIS – Vou procurar ser objetiva e rápida, em função do horário apertado.

Começo respondendo ao Deputado Luiz Couto, que falou sobre “açougue”, expressão que cunhei no livro, porque, quando li o depoimento do Carioca, me pareceu mesmo um açougue de antigamente, no qual víamos aquelas partes de bois penduradas. Então, dei esse aspecto de terror no livro. Não sei se fiz bem ou mal, mas foi isso que senti e foi assim que resolvi colocar.

O Deputado comentou também sobre as execuções que mencionei e o Carioca afirmou. Era muito difícil a questão dos agentes da ditadura, da repressão, porque como eles tinham a lei do lado deles, com o passar do tempo, sentiram-se Deuses, donos da vida e da morte das pessoas. Tanto que ele mesmo afirma que matou um cidadão porque esse cidadão não pagou

as prestações do carro que ele vendeu, ou seja, houve um assassinato deliberado, ele pensou nisso e fez.

Voltando ao Orvil, e o promotor está ali, ele foi feito na mesma época em que os agentes da repressão mais atuantes foram exonerados dos seus cargos de informantes e executores. Eles foram enviados para as localidades mais remotas do País. Ou seja, o ex-Ministro Leônidas Pires Gonçalves, para desarticular o movimento, tirou todos esses agentes e os mandou para longe, jogou no ostracismo pessoas que se sentiam importantes naquele momento. E veio esse livro que era uma inverdade, uma coisa institucional, uma publicidade institucional.

Não é a primeira vez que eles utilizam a questão da Helenira. No documento do General Bandeira, publicado na *Operação Araguaia*, ele afirma que ela morreu em confronto. Por isso afirmo que em documentos nunca vamos ver registradas as execuções. Ela foi carregada num burro. Um camponês falou isso e eu acreditei naqueles camponeses, porque eles sofreram mais do que qualquer pessoa. E no documento oficial do General Bandeira estava escrito: "*morta em combate*".

O Dr. Ivan falou que o meu segundo livro não contribui tanto quanto o primeiro. Eu concordo, pois o primeiro é muito mais documental. Mas acho que esse livro contribui, sim, porque é um depoimento, mostra coisas que não sabíamos, nem pesquisadores, nem promotores, nem juízes. O livro trouxe depoimento de pessoas que confirmaram os depoimentos de outras pessoas, e outras pessoas também confirmaram. Muitos militares foram consultados para que eu chegasse a isso. Então, ele traz luz à história, sim; não com documentos, mas com depoimentos que são arquivos vivos.

O Sr. Modesto me pergunta se haveria risco de o meu pai ser indicado. Eu não sei. Se houver, ele é um homem muito reservado. Eu falaria da mesma maneira, se ele for citado como torturador, como matador, ele vai ser revelado por mim da mesma maneira, se eu tiver acesso aos arquivos.

Sobre ele já falei que era um treinador de defesa pessoal de alguns dos coronéis e capitães. Ele era um professor de defesa pessoal. Se ele participou das atividades extraoficiais, está na cabeça dele, e espero que me conte isso antes de morrer.

Dona Alexandrina, eu é que agradeço a presença de todos. Espero ter estômago para continuar na luta. Eu disse que iria me aposentar depois disso, mas não consigo.

O SR. ANTÔNIO MODESTO DA SILVEIRA – Em relação a uma pequena omissão, posso repetir? A pergunta bem objetiva foi: o número de assassinos

e torturadores das Forças Armadas é muito pequeno, e na medida em que esse pequeno grupo é protegido pela instituição, o sangue respinga nas instituições que protegem esse pequeno grupo. Correto? De acordo? Nesse caso, eu perguntaria: se essa memória para a verdade vier a tona, não só o militar, seu pai, como os demais poderiam surgir nesses documentos para a memória e verdade que buscamos?

A SRA. TAÍS MORAIS – Não acho difícil.

O SR. ANTÔNIO MODESTO DA SILVEIRA – Poderiam surgir aí? Ou o Governo e as instituições brasileiras preferem que internalizemos os arquivos que estão nos países da Operação Condor, para que, então, a gente saiba, não só qualquer militar, o seu pai ou qualquer outro desse pequeno grupo, e seja revelado de fora para dentro.

A senhora, como historiadora, é agora uma das maiores responsáveis pelo desenvolvimento e pela realização até da história viva do País da geração dos seus avós e da minha, que queremos reconstituir. A senhora tem uma opinião muito importante. Tanto é assim que, no seu livro, cita um francês preso que se ofereceu para matar os brasileiros para que ele permanecesse vivo. É um estrangeiro, traidor dos direitos humanos, e eu não o vi no seu livro. Seria possível dizer o nome dele agora? Assim como as demais perguntas poderiam ser preenchidas, porque a senhora hoje se tornou uma testemunha muito importante da memória e da verdade.

A SRA. TAÍS MORAIS – Sr. Modesto, o que eu não revelei não me foi dado saber. Dos escritos a que tive acesso, dei os nomes todos que consegui apurar, mas, por exemplo, o francês eu não sei quem é. Alguém me disse que seria um franco argentino chamado Henri Martí, mas eu não tenho um documento que me afirme isso. E o Carioca também não sabia, porque ele mesmo diz, em seus escritos, que ele não sabia quem era. Quando o capuz foi tirado do Honestino, ele reconheceu o Honestino. Tanto que, erroneamente, eles disseram que um deles era o Bacuri, que já havia sido entregue para a família muitos anos antes. Então, eles agiam em silêncio, não contavam um ao outro quem eram. Eles reconheciam.

Mas se houver documentos, tanto da Operação Condor como de qualquer outra operação, nos quais eu venha a ter os nomes, eu os revelarei, quem quer que seja a pessoa.

O SR. ANTÔNIO MODESTO DA SILVEIRA – Estou às ordens para o enriquecimento do seu livro.

A SRA. TAÍS MORAIS – Vamos conversar depois. Obrigada.

Vou concluir rapidamente. O Vladimir falou do Araguaia e do preparo dos guerrilheiros. O senhor

falou muito bem disso. Eles foram para lá pegando em armas e foram muito corajosos, porque as armas nem existiam. Quando a guerrilha foi deflagrada, em 1972, eles tinham poucas armas e muitas delas eram carabinas de caça, eram 38 enferrujados, porque o armamento que a cidade e o movimento urbano ia mandar para o Araguaia não chegou. Então, quando foram descobertos, muitos tinham acabado de chegar, como é o caso da Luzia Reis e do Dagoberto. Eles estavam no Araguaia havia uma semana. Ou seja, eles não eram guerrilheiros, eram militantes que estavam ali para treinar a guerrilha e foram surpreendidos pelos militares. Isso foi muito corajoso da parte deles, porque nenhum se entregou, a não ser o Tobias, no final. Alguns se entregaram, mas muitos deles que se entregaram também não resistiram e foram executados da mesma maneira.

O Araguaia, para mim, é um grande símbolo da resistência que eu admiro muito, por isso, sou especialista no Araguaia.

Quanto à questão do Capitão Guimarães e do Carioca, sobre a qual começamos a falar, eles estavam muito ligados. O Carioca trabalhou para o Capitão Guimarães depois que saiu do CIE e se infiltrou no meio dos traficantes de drogas. Acabou se drogando, em função da vida dupla que levava. E tudo me leva a crer que as Forças Armadas o executaram como queima de arquivo, tanto que um coronel virou-se para mim e disse: “*Bem feito. Foi tarde.*”

PARTICIPANTE – Não, o Capitão Guimarães está vivo e inclusive banca algumas coisas.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

PARTICIPANTE – Desculpe, o Carioca. O Capitão Guimarães é bicheiro lá no Rio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Veloso) – Por favor, já estamos encerrando.

A SRA. TAÍS MORAIS – Para ser mais rápida, então, vou com a Rosa, falando do militar bom e do militar mau. Eu já tinha falado e é claro que sempre vamos nos deparar com isso em qualquer lugar. Temos milhares de exemplos e não nos cabe julgar, cada um faz a sua história da melhor maneira. Como jornalista, procuro ser uma boa jornalista e uma melhor historiadora. Pena que a UnB não me aceitou como historiadora, acho que vou ter que voltar para a Comunicação Social.

Obrigada.

Boa tarde. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Veloso) – Dra. Taís, como a senhora doou aquele material, eu gostaria de saber se também poderia nos doar o diário do Carioca.

A SRA. TAÍS MORAIS – Não pude doar esse porque a pessoa que o entregou pediu de volta. Foi uma coisa a que eu queria muito ter acesso, mas a esposa não aceitou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Veloso) – Agradeço à jornalista Taís Moraes. Jornalista deve ser responsável pelo que escreve e pelo que fala, e não deve ter medo nem receio de nada. Por isso acho que todo bom jornalista, como é a senhora, é um guerreiro. Continue assim.

Agradeço a participação à Dra. Gilda Pereira de Carvalho e ao jovem Yuri Soares Franco, Coordenador Geral do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília, o DCE Honestino Guimarães. É um rapaz muito jovem e muito interessado no tema.

Digo ao Presidente desta Comissão, Deputado Luiz Couto, que as oportunidades virão para novas audiências sobre este mesmo tema ou outros.

Hoje, pela manhã, o plenário esteve completamente cheio. Pena que, à tarde, não tenhamos tantas pessoas aqui.

A discussão foi importante. Agradeço aos expositores Taís Moraes, Gilda Pereira de Carvalho e Yuri Soares Franco.

Passo a Presidência ao Deputado Luiz Couto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Dando continuidade ao Seminário pelo Direito à Verdade e à Memória, daremos início à quarta e última Mesa, que tratará do tema *Tortura – crime imprescritível: estudo sobre a prática no Brasil durante o período 1964-1985*.

Convido para compor a Mesa os expositores: Dr. Adail Ivan de Lemos, médico, doutor pelo King’s College de Londres, autor de estudo sobre o tema; e o jornalista Jarbas Silva Marques, ex-presos político e torturado.

Concedo a palavra ao Dr. Adail Ivan de Lemos.

O SR. ADAIL IVAN DE LEMOS – Tenho muito prazer de fazer parte desta Mesa e de poder compartilhar com os senhores essa palestra sobre tortura.

Está escrito ali: “*Grupo Tortura Nunca Mais*”. Muita pessoas falam sobre tortura. Tortura, de certa forma, é um tema que está na moda. É um tema central discutido no Brasil. Mas muita pouca gente sabe verdadeiramente o que é tortura. As pessoas têm uma ideia sobre tortura.

O objetivo da minha exposição é investigar o que aconteceu no Brasil em relação à tortura. Como se deu este agravamento da tortura desde 1964 até 1986, ou seja, ao longo de 21 anos de regime militar.

Falo numa dupla condição: na condição de pesquisador, porque fiz a minha formação em pesquisa, na Inglaterra, e acho que não sei nada, as únicas coi-

sas que eu sei são as coisas que leio, que aprendo através da leitura; e também na condição de colega do Jarbas. Fomos companheiros juntos. Fomos presos na mesma época e fomos torturados juntos. Então, é também como ex-presos políticos que vou fazer esta exposição para os senhores.

(Segue-se exibição de imagens.)

Esse foi um trabalho de pesquisa. Ele foi revisado pelo professor de História Rubem Aquino e pelo Dr. Modesto da Silveira, aqui presente.

Uma das implicações óbvias da tomada do poder, através de um golpe militar, é como um novo poder instituído controla a sua oposição política.

A divisão entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, características dos sistemas democráticos, desaparecem e o Executivo é o poder dominante nas mãos das Forças Armadas.

Essas instituições, domesticadas pelo Executivo e auxiliadas pela censura dos meios de comunicação, favorecem tanto a coesão do Estado quanto a tarefa de combater a oposição.

Seus objetivos são assegurados por uma ação repressiva que abrange desde o que deve ser informado ao público, as informações liberadas pelos órgãos de contrainformação, passadas pela infiltração de agentes, e se completam com a organização de centros de torturas, legais ou clandestinos, para obter a oposição do regime. Isso consta do livro do Castanho, de 2001.

Esse é o tipo de governo que se instalou no Brasil a partir de 1º de abril de 1964.

A questão da tortura é complexa e nunca é muito simples debatermos uma questão com tal complexidade.

O exemplo clássico é o exemplo das crianças no avião. Imagine-se um avião cheio de crianças no qual se sabe que há uma bomba. Ela explodirá dentro de 2 horas e acaba de ser preso o terrorista que, com quase toda a certeza, sabe onde ela foi escondida. Ele se recusa a falar. A solução é torturá-lo? Se não sabe onde está a bomba, é possível, inclusive, que a bomba sequer exista. Além disso, nada garante que o preso saiba onde ela está.

Aceitando-se que a bomba existe e que o preso saiba onde ela está, é preferível torturá-lo e salvar as crianças? Uma grande maioria de pessoas a quem fizermos essa enquete pública vai dizer que “sim”.

Então, a tortura é sancionada para não se assumir a responsabilidade pela morte das crianças, ou seja, ao torturar o indivíduo estaríamos salvando as crianças da morte.

Porém, neste exemplo do avião das crianças, há um truque de lógica. Ao fingir demonstrar a necessidade da tortura, o que se busca, na verdade, é a sua imputabilidade e a sua impunibilidade. Não se trata simplesmente de autorizar a tortura com o intuito de salvar as crianças. Mas, principalmente, de estabelecer o entendimento de que, uma vez autorizada, as suas consequências devem ficar impunes.

No exemplo há também uma generalização. Dá-se ao torturador o direito de decidir quando as circunstâncias requerem o uso da força para obtenção de informações.

A admissão da tortura implica em assumi-la em toda a sua extensão. E essa é a nossa tarefa aqui hoje, ou seja, os seus efeitos físicos, psicológicos e o fato de poder levar à morte, ou até mesmo a suicídios depois da tortura.

A sua aceitação torna-se particularmente intolerável quando se tortura uma pessoa errada ou quando a confissão não é obtida. Então, essa é a problemática em relação à justificativa da tortura.

Há também uma diferença muito grande entre a tortura relatada e a tortura vivida. Lembro que, quando saí da prisão, contei para uma amiga minha, também da minha organização, o que eu tinha passado. Fiquei quase 2 dias conversando com ela. Três meses depois, ela foi presa e voltou completamente arrasada e deprimida. Aí ela disse assim para mim: “*Ivan, ninguém me disse isso. Eu não sabia como era.*” Eu falei: “*Espera aí. Eu te disse. Conversei 2 dias contigo sobre isso.*” Ela falou: “*Pois é! Mas falar é uma coisa; viver a tortura é outra.*” Eu falei: “*Pois é. É diferente.*” Ninguém explica, ninguém prepara alguém para ser torturado.

Aqueles que não passaram pela tortura tendem a racionalizá-la ou a entendê-la como uma surra, assim como um pai, às vezes, se descontrola e bate num filho.

Quantos autores, como Gaspari, por exemplo, em 2002, reduzem a um método rotineiro, relativamente inócuo, caracterizado por socos, pontapés e eletrochoques.

Um sargento do Exército, citado pelo próprio Gaspari, já descreve a tortura de uma forma mais realista. Vejam a descrição dele:

“Um torturador dava um tapa na cara. Outro, um soco na boca do estômago. Um terceiro, um soco nos rins. Tudo para ver se ele falava. Eu gostava muito de aplicar a palmatória. É muito doloroso. Faz o sujeito falar. Eu era muito bom de palmatória. Você manda o sujeito abrir a mão e aí se aplicam 10, 15 bolos na mão dele, com força. A mão fica roxa. A etapa seguinte era o famoso telefone

das Forças Armadas. É uma corrente de baixa amperagem em alta voltagem. Eu gostava muito de ligar as duas pontas nos dedos. O sujeito fica arrasado. O que não se pode fazer é a corrente passar pelo coração. Aí, mata. O último castigo a que cheguei foi o pau-de-arara com choque.”

Vê-se que essa descrição neutra do Gaspari aqui começa a cair, começa a ficar derrubada. Quer dizer, começa-se a perceber, nessa outra descrição aqui, não apenas um puro relato da tortura, mas se percebe o prazer que essa pessoa tinha em torturar outra pessoa.

Há, também, um outro engano quando nós falamos da descrição da tortura, é a diferença entre tortura inócua e tortura perigosa ou violenta, que também está contida na descrição acima.

Passar mal, por exemplo. Muitas vezes, lá no DOI-CODI as pessoas diziam: “*Fulano passou mal*”. Passar mal era um eufemismo para encobrir toda sorte de acidentes durante a tortura, tais como desmaios, convulsões, paradas cardíacas, descontroles de esfíncteres e até mesmo convulsão cerebral.

Durante a prática da tortura, a morte inesperada é rotulada como acidente de trabalho e é muito mais frequente do que se imagina.

Essa descrição também esconde uma outra prática que era comumente utilizada nos primórdios da tortura. A tortura de terceiros para coagir o preso a falar. Isso é citado no livro *Preso Político*, de 1979.

Existiam variantes desse processo. Prisão e tortura de parentes e amigos para coação psicológica, gravações com simulações de gritos de parentes e amigos, simulação de execução ou fuzilamento de parentes e amigos, tortura de prisioneiros na frente de outros prisioneiros e simulação de afogamento de terceiros.

Todos essas variantes eram extremamente influentes para vulnerabilizar o indivíduo que estava sendo torturado e para fazê-lo falar.

A tortura também tem de ser entendida não apenas como uma experiência vivida por um determinado indivíduo. Ela também se dá como uma ação repressiva, ou seja, ela se dá dentro de uma estrutura que, na verdade, propicia a tortura.

Como estamos observando, essa descrição simples de tortura que começou com Gaspari se ampliou e se sofisticou. O tema dessa apresentação é este: o agravamento da tortura durante o regime militar.

A tortura realizada durante a ditadura brasileira ocorreu em estágios e não pode ser comparada a partir de uma simples descrição individual.

Entretanto, em termos de coação, toda a tortura se submete a uma estrutura repressiva, que, no Brasil, se organizou e se intensificou com o passar do tempo, especialmente entre 1968 e 1975.

Mesmo que tenha sido sempre cruel, a tortura foi realizada num contexto sociopolítico que nós também temos que entender e que implicava uma correlação social de forças e o desenvolvimento do aparato repressivo.

Por esse motivo, é preciso saber em que indivíduo e em que momento a tortura se realizou. Comparações muito superficiais e inadequadas fazem com que, às vezes, julguemos um militante um herói e outro, um traidor. Mas, na verdade, é porque não estamos entendendo bem em que contexto a tortura se deu, qual era a correlação de forças e a função desse militante quando ele foi preso e torturado.

É preciso, também, saber uma coisa muito importante: abrir informações sobre tortura irresistível não é traição; é limite de resistência. Isso quem diz não sou eu, foi um militante da ALN quem disse isso. Carlos Eugênio Sarmento da Paz, no seu livro *Viagem à Luta Armada*, diz isso.

A linha que separa a pessoa resistente da que sucumbe é muito tênue. Mas há uma grande diferença entre aquele que fala e aquele que passa para o outro lado e vira um colaboracionista. Só este último é realmente um traidor.

Como veremos a seguir, os métodos inquisitoriais dependeram muito mais da época em que o indivíduo foi torturado do que da atitude do sujeito diante dos seus torturadores.

Esse estudo revelou também que muitas descrições de tortura não levaram em conta que ela sofreu uma significativa progressão com o passar do tempo.

Um estudo minucioso, entre 1964 e 1985, permite dividi-la em 5 períodos. Quero deixar bem claro para os senhores que há sobreposição desses períodos. Quer dizer, às vezes, uma coisa que é típica do estágio 2 da tortura, do processo inquisitorial, já aconteceu no estágio 1. E, às vezes, uma coisa do estágio 1 acontece no estágio 3, e vice-versa.

Mas o que quero registrar aqui é o que predominou, em termos de orientação, do aparato repressivo.

Estes termos que constam aqui – primeiro estágio, tortura desorganizada; segundo estágio, tortura inquisitorial; terceiro estágio, tortura científica; quarto estágio, tortura punitiva; e quinto estágio, tortura sádica – tentam dividir determinados períodos de acordo com o que predominava, com o tipo de tortura predominante na época.

Muitas vezes a pessoa diz: “Ah, fulano, o Honesto não morreu no quinto período; ele morreu no quarto”. Não importa. Ele morreu no quarto, com características que seriam, depois, as do quinto período.

Vamos analisar, então, a tortura desorganizada. A tortura desorganizada corresponde aos primeiros processos de tortura, logo depois do golpe de 1964.

Esse primeiro estágio se caracterizou pela perseguição política de opositores do regime militar recém-instaurado. Não havia centros de tortura e muito menos centros integrados de informação.

A captura e tortura de indivíduos considerados subversivos era promovida por setores autônomos das polícias e das Forças Armadas. Deteve pessoas vinculadas principalmente ao PCB e ao PTB.

Os primeiros opositores do regime foram os nacionalistas de esquerda (isso está no livro do Silva) organizados em vários movimentos, como o MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário, o MR-26, a Guerrilha do Caparaó e a figura de Leonel Brizola e seus simpatizantes, agrupados, em 64, no grupo dos onze, que encarnam a orientação inicial dessa resistência.

O combate à subversão depende também da ação de grupos de direita dentro das Forças Armadas, especialmente nesse período.

O Departamento de Ordem Política e Social – DOPS tinha relevância nesse primeiro período e setores da própria sociedade civil, como o Comando de Caça aos Comunistas, também exerciam uma ação repressiva.

Esses grupos tomavam para si a iniciativa de capturar, torturar, obter informações e, eventualmente, aniquilar os opositores do regime.

O caso clássico desse primeiro estágio é o do Sargento Manoel Raimundo Soares, membro da Brigada Militar gaúcha. É um caso emblemático. Preso pelo DOPS do Rio Grande do Sul em 1966, ele foi torturado pelo Delegado Itamar Fernandes de Souza, em vários cárceres clandestinos. O seu corpo mutilado, comido por peixe, foi encontrado boiando no Rio Guaíba.

O segundo estágio começa em 1969/1970. A tortura passa a ser progressivamente coordenada nos Centros de Informação das Forças Armadas. A Taís Moraes, que esteve aqui conosco, diz isso em seu livro.

Os principais eram o Pelotão de Investigações Criminais – PIC, tanto na Polícia do Exército, da Barão de Mesquita, quanto na Vila Militar; o Centro de Informações da Marinha – CENIMAR; e o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica – CISA.

Hoje ainda me lembro, por exemplo, do hino que era cantado no PIC, Pelotão de Investigações Criminais. Quando nós descíamos, eles diziam assim: “Aqui não

tem brinquedo. Aqui não tem moleza. Aqui é barra P. É o PIC, com certeza”.

Então, esse era o momento do período inquisitorial. O principal objetivo da tortura era obter informações na fonte, isso é, com os que militavam contra o regime. Já havia aqueles movimentos populares, a movimentação estudantil, a passeata dos cem mil, a morte do estudante Edson Luiz e havia um avanço das lutas sociais.

Nesse caso, alguns setores mais avançados, de *avant-garde*, daí a palavra vanguarda, se mobilizavam e se organizavam em termos de luta armada. Com isso, a repressão tinha que obter informações sobre essas organizações e como estavam ocorrendo esses desdobramentos.

Os opositores do regime eram líderes de grandes manifestações de massa, a maioria proveniente do movimento estudantil, que iria desdobrar-se em diferentes facções de oposição armada.

Nesse novo estágio foi mantido o método anterior, baseado no espancamento, choques elétricos, pau-de-arara, palmatória e formas de mobilização para ocasionar desgaste físico.

Mas foram principalmente introduzidas técnicas novas, como o capuz, que é típico do período inquisitorial. Passou a ser usado por vários motivos. Primeiro para desorientar o preso e impedir as reações de defesa. Quer dizer, quando se está encapuzado, não se sabe de onde vem o golpe. Então, a pessoa não faz movimentos de defesa. Se alguém vai bater em uma pessoa que está enxergando, ela faz o movimento de defesa e se protege do golpe. Com o capuz, não. A pessoa é acertada de uma hora para outra, sem saber de onde vem o golpe. Além do mais, dificulta a respiração, porque a pessoa está ansiosa, respira fundo e o capuz cola no nariz, dificultando a respiração. Gerava insegurança psicológica, ansiedade e principalmente impedia o reconhecimento dos algozes e particularmente dos locais de tortura.

Também se iniciou a utilização de serviços médicos para monitorar a resistência do torturado. Isso é típico desse estágio 2. Por que o médico teria que monitorar o grau de resistência do torturado? Porque a informação era importante. Então, não era prioritário nesse período matar o preso, mas obter a informação. Na maioria dos casos, os subversivos eram sequestrados pela polícia política e sua detenção era ocultada da família, dos advogados e da própria Justiça.

Devido à grande necessidade de se obter informações, as mortes eram menos frequentes, e os presos, em sua maioria, chegavam às cortes marciais, principalmente militares, e tinham direito a um advogado. O nosso grande amigo Modesto, que revisou o texto,

foi advogado de um sem-número de pessoas, talvez de mais de 12 mil presos. Mas por que chegava a um número tão grande? Exatamente porque estávamos nesse estágio inquisitorial da tortura.

O fato de deixar poucas marcas fez com que o eletrochoque fosse, sem dúvida, o instrumento principal nesse período. As agressões físicas eram intercaladas com choques elétricos, desorganizando momentaneamente o sistema neurológico do preso, provocando aflição.

Na verdade, a máquina de eletrochoque era uma adaptação do telefone de campanha e recebia, às vezes, o apelido de Maricota. Fios desencapados eram ligados às extremidades corporais, como dedos, orelhas, pênis e vagina, e aproveitava-se para jogar água e aumentar a potência do choque. Quando rodavam a manivela, o corpo estremecia em espasmos e dores.

Excepcionalmente, outras ameaças eram utilizadas – a própria Taís Morais cita isso em seu livro – para aumentar a ansiedade dos torturados, especialmente das mulheres.

No meu caso, por exemplo, eles colocaram um jacaré esfomeado no meu pescoço. Só que o bicho estava tão apavorado com os berros que estavam sendo dados que acabou não mordendo o meu pescoço e foi imediatamente dispensado.

Nas acareações, a tortura de um servia de exemplo para os outros. Um depoimento do *Brasil: Nunca Mais*, de 1986, indicou a utilidade da pressão familiar. A tortura de parentes próximos – esposas, filhas e irmãs – era valiosa para culpar o interrogado, que, intimidado, era responsabilizado pelo sofrimento do outro. Os torturadores diziam: “*A sua filha está sofrendo por sua causa, porque você não quer falar, não quer abrir*”. Aí o indivíduo, obviamente, se sentia extremamente culpado e arrependido por estar causando aquele mal para uma criança inocente, para uma esposa que não sabia da sua militância. Isso muitas vezes vulnerabilizava ainda mais a possibilidade de resistir à tortura.

A tortura científica é um período que muda completamente a tortura que vinha sendo praticada até então. É o terceiro estágio. Começa com Dan Mitrone, que vem dos Estados Unidos para aperfeiçoar os métodos de tortura do Brasil. Começa em Belo Horizonte, de 61 a 64, e depois vai para a PE da Barão de Mesquita.

Foi Dan Mitrone quem estabeleceu algumas regras básicas que hoje são usadas por quase todos os torturadores: separar o interrogado de companheiros e jogá-los uns contra os outros; tentar obter informações com blefes e, se não funcionasse, baixar o pau; intensificar a tortura quando o prisioneiro começasse a admitir alguma acusação ou atingisse os limites de

suas forças; dar a impressão de que a repressão sabia de tudo; se tudo falhasse, desestruturar o prisioneiro até a completa perda de sentidos, sentimentos e raciocínio; e, principalmente, no final, fazê-lo se arrepender, colaborar ou aceitar ser um agente infiltrado.

Já não se tratava mais, portanto, de arrancar denúncias urgentíssimas, mas de completar informações, recheiar fichários a serem trabalhados pelos analistas de informação. Isso está no livro do Gorender.

Depois de inovar as técnicas inquisitoriais na América Latina, Mitrone acabou sendo justificado no Uruguai por um comando Tupamaro, mas os seus métodos de tortura continuaram a ser aplicados no Brasil.

No início de 1971, o método já dava resultados impressionantes. Estava muito mais científico e eficaz. Sobre essa nova orientação era útil organizar todas as informações em órgãos centralizadores. O resultado foi a unificação de vários centros de informação nos DOI-CODI, a partir de setembro de 1970. Os antigos locais de tortura perderam a relevância e foram sendo substituídos por centros mais bem aparelhados, como a Tutóia, em São Paulo, chamado também pelos militares de Codão, e a PE da Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro. Esses passaram a centralizar os processos de tortura.

Dentre os muitos que batiam, alguns agentes haviam sido selecionados. Esse processo de seleção acabou garimpando apenas os mais sádicos, os mais destemperados e os psicologicamente mais perturbados. Por isso, essa elite representava o que havia de pior nas forças repressivas.

Essa unificação dos órgãos de repressão, patrocinada pelo General Orlando Geisel, inaugurou um outro estágio nos métodos de tortura e passou a incluir novas técnicas, chamadas tortura limpa, importada da Inglaterra.

A tortura limpa baseava-se em elevar o máximo de estresse ambiental e diminuir o máximo a resistência individual. Luzes fortes e intermitentes para desorientar o indivíduo; ruídos acima de 200 decibéis para provocar atordoamento; intervenções regulares para impedir o sono e absoluto isolamento do preso. Tudo isso ajudava também a baixar o nível de resistência do preso à tortura.

Esses preâmbulos tornavam os presos ansiosos, cansados e vulneráveis. Acima de tudo, serviam como aperitivo para a tortura violenta, que agora era muito mais cruel. Ela incluía, por exemplo, as seguintes coisas:

– Corredor polonês: era um ritual de iniciação. O preso era recebido por filas paralelas de soldados e torturadores, que lhe davam

as boas vindas por meio de uma saraivada de socos e pontapés.

– Telefone: consistia na aplicação simultânea de pancadas em ambos os ouvidos, com as mãos em concha ou espalmada. O método foi responsável pelo rompimento de tímpano de vários presos, provocando surdez permanente em alguns.

– Hidráulica: consistia em emergir a vítima amarrada na água. O método provoca enorme ansiedade respiratória e favorece infecções pulmonares. Em sua forma mais sofisticada, um fio d'água era introduzido na garganta do preso durante o pau de arara, gerando o mesmo tipo de sufocamento.

– Compressas de éter: aplicar éter principalmente nas mucosas, genitais e ânus. Provoca enormes dores corporais.

– Abuso sexual, especialmente com as mulheres.

– Queimaduras: consistia em apagar charutos e cigarros no corpo do prisioneiro.

– E a famosa cadeira de dragão, utilizada na Tutóia, em São Paulo, que era uma cadeira forrada com folhas de zinco para elevar a carga dos choques elétricos, onde os pés e mãos ficavam imobilizados. O método obrigava o preso a ter convulsões elétricas sem poder esquivar-se dos choques.

A consolidação hierárquica dos serviços de repressão e informação detalhada sobre a periculosidade do preso, conduziram ao próximo degrau: a necessidade do estabelecimento de critérios para a execução de prisioneiros. Se, de um lado, a tortura científica produzia dossiês extremamente precisos, de outro, dificultava a eliminação física do inimigo. As decisões sobre a sua vida e morte, especialmente dos combatentes, passaram a ser centralizadas e dependiam do chefe do Centro de Informações do Exército, General Milton Tavares de Souza, que manteve o cargo desde 1969 até 1974. A decisão de matar implicava reformulação radical dos locais de tortura e da condução dos interrogatórios, que deveriam servir também para a consecução de assassinatos políticos.

Tornou-se imprescindível implementar Centros Clandestinos de Tortura e Morte – CCTM para uma nova categoria de prisioneiros: os desaparecidos políticos.

Aqui estão alguns exemplos dos centros clandestinos de tortura e morte: Casa da Morte de Petrópolis; a Mansão de São Conrado, no Rio de Janeiro; a Casa dos Horrores, em Fortaleza; a Casa de Itapevi; a Casa

Azul, no Araguaia; e a Fazenda 31 de Março, em São Paulo, que era propriedade do Delegado Fleury.

Esses foram os centros clandestinos mais utilizados durante esse terceiro estágio. Em sua maioria, os executados dos centros clandestinos eram idealistas e socialistas, e foram mortos porque participavam de diversas organizações armadas que lutavam contra o regime.

A lição aprendida nesse estágio é óbvia: nenhum Estado ou Governo pode sancionar a tortura como método inquisitorial sem que essa decisão implique a eliminação física dos opositores do regime.

Quer dizer, não existe essa história de tortura para obter informação. Isso é cascata. Quando se admite que se vai usar tortura como método para obter informação, vai acabar tendo gente morta no local da tortura.

Essa história de que a tortura era branda, que era para obter informação, não era bem isso; era, na verdade, uma autorização para matar. Isso vai ficar cada vez mais claro no desenvolvimento da tortura científica.

A tortura científica também recebeu contribuições do serviço secreto inglês, recebeu aulas de técnicas de infiltração. Graças a essas aulas que a repressão conseguiu infiltrar o Cabo José Anselmo dos Santos na VPR e na VAR-Palmares.

As técnicas de tortura por estresse ambiental, isolamento e desorganização cronológica do tempo foram aprimoradas, graças à colaboração do Exército de Israel. Ainda mais: o prisioneiro não recebia nem comida nem água.

Eu, por exemplo, fui preso 2 vezes: uma no início de agosto de 1969, junto com o Jarbas; e outra, em abril de 1973, no próximo estágio, que é o estágio punitivo. A grande diferença que eu notei é que no primeiro estágio, como a estrutura vinha passando de desorganizada para inquisitorial, comíamos no bandejão com os soldados. A pessoa era torturada mas, daqui a pouco, pegava uma dieta hipercalórica de feijão, arroz, batata, batata doce, queijo e goiabada de sobremesa. Era uma dieta de 3.500 calorias. Quer dizer, se o cara deixasse a pessoa fora da tortura durante 3 ou 4 dias, ela voltava forte para a próxima.

Aqui, não; aqui era diferente, se cortou comida e água. O enfraquecimento físico também afetava a vulnerabilidade do militante à tortura.

Mitrione preocupou-se também em modificar a própria arquitetura dos locais de interrogatório. A sala principal de tortura foi equipada com 2 paus-de-arara, para provocar acareações. Eram muito mais eficazes, porque um estava no pau-de-arara e o outro estava no pau-de-arara também. Uma sala com Insulfilm garantia

a invisibilidade dos torturadores e propiciava acareações somente entre os prisioneiros.

Esta era outra cascata: “Ah, vocês discutem entre vocês que a gente vai sair.” Eles não estavam saindo. Eles estavam olhando o que estava acontecendo atrás do Insulfilm, e com os microfones ligados. Essas técnicas também influenciaram a forma como os presos reagiram à tortura.

Além do mais, eles transformaram as 4 solitárias do andar térreo da PE em geladeiras, onde os presos ficavam trancafiados sem sequer poder ir ao banheiro.

As inúmeras modificações introduzidas produziram um resultado bizarro, uma tortura científica levada a cabo por bestas selvagens que não davam a mínima para o sofrimentos dos presos políticos. Ainda assim, a máquina de sofrimento não foi considerada adequada. Constantes denúncias de tortura, advogados procurando localizar seus clientes e associações de direitos humanos impediam a agilidade do sistema. O sistema tinha que se estruturar melhor e evoluir.

Começa o quarto estágio, a tortura punitiva, que predomina entre 1973 e 1974. Esse estágio se caracterizou pelos centros de informações já bastante ordenados, informatizados e integrados. Os níveis de tortura atingem o seu ápice em termos de sofrimento. O método se caracteriza por 4 crimes: sequestro, tortura com mutilação, assassinato e ocultação de cadáver.

Os torturadores não tinham mais a preocupação de preservar o corpo do prisioneiro, primeiro porque estavam autorizados a matar; segundo porque utilizavam os centros clandestinos; terceiro porque o preso sequer possuía registro no sistema legal de detenção. A mãe chegava e perguntava: “Major, o senhor viu se o meu filho está preso nesse quartel?” “Não, não. Aqui não deu entrada.” Ia para outro quartel: “O meu filho está preso aí?” “Não, aqui ele não deu entrada”. Realmente ele não tinha dado entrada, ele tinha ido direto para Casa de Petrópolis ou para um centro clandestino. Portanto, ali ele estava totalmente a mercê dos torturadores.

A decisão de matar passava por um novo filtro baseado em suposto critério de periculosidade. Muitos dos presos, entretanto, não eram tão perigosos para o regime por já estarem detidos. Os detidos eram reavaliados e tinham a sua sentença de morte decretada pelo alto escalão do Exército. Os alvos desse estágio foram principalmente os guerrilheiros do Araguaia e os combatentes do Movimento de Libertação Popular – MOLIPO.

Na guerrilha rural o critério era amplo: assassinar todos os que fossem presos depois de 1972. Na guerrilha urbana, as execuções se concentravam nos banidos, que retornavam ao Brasil; nos participantes de

grupos táticos armados; nos líderes de organizações clandestinas e nos guerrilheiros que provinham das Forças Armadas. Esses eram os principais alvos.

Desaparecem nos processos judiciais relatos de tortura e a citação dos participantes do inquérito, especialmente aqueles envolvidos em assassinatos. A tortura sofrida e a causa da morte só podiam ser inferidas a partir dos achados necrológicos. Ou seja, era um exame do corpo do preso, no Instituto Médico Legal, que dava alguma ideia do que aquele preso havia sofrido.

Torturadores recebiam aulas e aprendiam novas técnicas; algumas já testadas em estágios anteriores, que eram de uma crueldade nunca vista.

Cama cirúrgica – era um leito de cirurgia, adaptável e flexível, onde a vítima era amarrada, para provocar rompimento de músculos e tendões.

Escalpo – retirava-se, com o indivíduo vivo e sem anestesia, parte do escalpo.

Churrasquinho – 2 métodos: um, que era introduzir um cone de papel no ânus ou na vagina e atear fogo, para provocar queimaduras; outro, molhar parte do corpo com álcool e atear fogo.

Maçarico – não preciso falar a respeito disso, não é, mas um combatente, chamado João Lucas Alves, apresentou sinais de uso de maçarico.

Coroa de cristo – foi usada em 2 companheiros, Aldo de Sá Brito e Autora Furtado do Nascimento. Era uma banda metálica, cheia de furos com parafusos, que eram apertados progressivamente. Tipo um garrote vil. E, na medida em que ia sendo apertados, penetravam no crânio da vítima.

Esfolamento com viatura – esse talvez seja bastante conhecido, porque é o caso do filho da Zuzu Angel, Edgar Stuart Angel, morto com a boca no cano de descarga de um jipe, sendo arrastado no pátio interno do CISA, pelo Brigadeiro Burnier.

Em fevereiro de 1974, o General Milton Tavares, que decidia sobre a vida e a morte dos subversivos presos, foi substituído por Confúcio Danton de Paula Torres Avelino. Porém, como os senhores podem imaginar, absolutamente nada mudou.

Esse estágio também se notabilizou por ação de agentes infiltrados. Os agentes providenciavam quase todas as informações essenciais, antes da prisão do militante. Restavam apenas algumas lacunas. A partir desse conhecimento prévio, a tortura era então utilizada de 2 maneiras, muito piores do que antes.

Sobreviver. Para o indivíduo sobreviver, deveria aceitar ser torturado e não denunciar publicamente. Os arrependidos políticos, que foram para a televisão, são bons exemplos desse período.

Também, na medida em que já se sabia que ia matar quem estava sendo torturado, era muito mais fácil conseguir que o guerrilheiro entregasse um ponto com o companheiro. Eles mentiam. Eles diziam “*Se você entregar o ponto com o companheiro, você vai para casa. Nós salvamos sua vida*”. Aí, o cara entregava, e morria logo em seguida.

Os agentes infiltrados tinham tripla função: identificar o militante, supervisionar os interrogatórios e marcar encontro com os militantes remanescentes.

Para os que estavam marcados para morrer, a tortura não visava interrogar. Os objetivos eram mórbidos e retaliatórios, antes da execução. Servia para satisfazer o instinto sádico de alguns, como vingança, e de exemplo a não ser seguido. O combatente era assassinado para sinalizar a impossibilidade prática de manter a guerrilha.

Caracteriza também esse período fotos nos jornais, às vezes, de guerrilheiros totalmente deformados e massacrados. Essas fotos eram uma clara sinalização da inviabilidade da guerrilha.

De qualquer modo, essas mortes eram especialmente dolorosas e lentas. Em sua maioria, os mortos desse período foram líderes ou combatentes remanescentes das diversas organizações armadas que lutavam contra o regime.

Este é o último período. Tortura sádica. Desde o quarto estágio, a morte estava incluída no ritual de tortura, e, quando ocorria, não resultava de excessos individuais, descontrole ou mesmo de acidentes de trabalho. A decisão de matar os opositores do regime se manteve, mas ficou submetida a novo filtro, o ideológico. As novas vítimas se opunham ao regime apenas ideologicamente, e em sua maioria não haviam participado da luta armada.

A tortura do quinto estágio caracterizou-se pelo aspecto sádico. Na medida em que os órgãos repressivos já possuíam quase todas as informações necessárias, ela tornou-se irrelevante, pois perdera seu caráter inquisitorial.

Entretanto, o método coercitivo mantinha todas as suas características cruéis dos estágios anteriores, tornando-se um instrumento útil apenas para os torturadores sádicos. Em sua maioria, as mortes desse período estavam pré-definidas, eram intencionais. Alguns não sabiam que iam morrer, e eram inesperadamente assassinados. Outros já sabiam que eram preparados para morrer. E aqui podemos citar 2 exemplos: do Victor Papandreu e do Honestino Guimarães. Victor Papandreu foi torturado na casa de Petrópolis, e quando o torturador disse para o Major Rubens Sampaio: “*Ele não tem mais nada a dizer*”, o major pegou um revólver e deu-lhe um tiro no peito e o matou de forma

inesperada. O caso de Honestino Guimarães é completamente diferente. Ele chegou dopado no Araguaia para ser executado. Ele foi preparado de certa forma, já lhe disseram antes que iria morrer.

Os combatentes enfrentavam o momento final de suas vidas na mais absoluta fragilidade, em estado de torpor ou completamente deprimidos. O deplorável Sargento Cid, que eu citei aqui no caso da Taís, o homem de confiança do Major Lúcio Ribeiro Maciel, dava-se ao escárnio de imitar os rostos dos combatentes antes de serem executados.

Além de executar os opositores ideológicos do regime, baseado numa avaliação de futura periculosidade, esse estágio também serviu para apagar a história cruel e os rastros de sangue deixados pelo regime.

Ainda no quarto estágio, Honestino Guimarães foi um exemplo desse tipo de execução, que nós já comentamos aqui. Testemunhas oculares do que acontecia eram perigosas e poderiam facilmente desmascarar as notícias falsas publicadas pela imprensa. Foram muito poucas as testemunhas de atrocidades que sobreviveram. Inês Etiene Romeu, por exemplo, foi a única dirigente da VPR levada à casa de Petrópolis e que sobreviveu a duas tentativas de execução, escapando das ordens superiores de extermínio. No caso da Inês, temos de respeitá-la – hoje em dia está com uma concussão cerebral -, a repressão voltou a sua casa e deu-lhe pauladas até não se lembrar mais de nada. Ela não se lembra mais de nada. Mas temos de prestar uma homenagem pública à Inês, porque, por 2 vezes ela saiu da casa de Petrópolis, no centro clandestino, para ser morta, conseguiu gritar, conseguiu abrir a porta num ponto de ônibus, chamar a atenção dos transeuntes e evitar a própria morte. Então, para mim a Inês não precisa fazer mais nada. Se a Inês estiver viva sentada numa cadeira, ela já merece todo nosso respeito e admiração. (*O orador se emociona.*)

A regra era eliminar os subversivos que haviam testemunhado manobras sórdidas realizadas pela repressão. Edgard Aquino Duarte, por exemplo, foi morto depois de alguns anos de prisão, porque sabia que o Cabo Anselmo era um agente infiltrado. A eliminação dos arquivos vivos era uma exigência complementar para apagar os vestígios remanescentes dos desaparecimentos políticos. Alguns colaboracionistas, como Boanerges de Souza Massa e Alberi Vieira dos Santos, foram executados para preservar esse fim.

O critério para a execução dos arquivos vivos era tão necessário que pode ter atingido inclusive quadros da repressão. Dois bons exemplos são os casos de Alexandre von Baumgarten – Lucas Figueiredo, que esteve aqui conosco hoje cita isso em *Ministério do Silêncio* – e do próprio Delegado Sérgio Paranhos Fleury, cuja

morte se encontra bastante mal explicada. Os outros mortos desse período foram comunistas ou líderes de organizações armadas já aniquiladas pela repressão política. Por exemplo, o assassinato de 3 membros do comitê do PCdoB em dezembro de 1976, durante uma reunião política na Lapa, em São Paulo. Os líderes do PCdoB foram mortos não apenas porque o partido havia organizado uma guerrilha no Araguaia, mas especialmente pelas informações sigilosas contidas no Relatório Arroio que descreviam o desaparecimento e o esquartejamento de guerrilheiros.

Membros do PCB – isso é importante que se diga, por que essa informação quase ninguém a tem – também foram mortos simplesmente por serem marxistas. A tortura desses divergentes foi intensa e sádica. Pelo menos 10 comunistas históricos que não haviam apoiado a luta armada foram conduzidos aos porões da ditadura e assassinados em centros clandestinos com requintes de crueldade, a maioria deles esquartejada.

Entretanto, essa bem azeitada máquina de tortura e morte montada ao longo dos estágios anteriores iria cobrar o seu preço ao regime. Acostumados a matar impunemente, os torturadores tinham dificuldade de voltar aos primeiros estágios da tortura nos quais a informação era o objetivo principal. Morriam pessoas que não deveriam morrer. A morte do jornalista Vladimir Herzog, que se apresentou espontaneamente, e do operário Manoel Fiel Filho, preso pelo DOI-CODI de São Paulo, atestavam que a tortura havia alcançado o seu máximo de irracionalidade, a ponto de o próprio Geisel ter demitido o Comandante do 2º Exército de São Paulo, o General Ednardo D'Ávila Mello.

Na tentativa de justificar os homicídios políticos da ditadura, Moraes, que escutamos aqui hoje, cita vários órgãos de informação estrangeiros envolvidos em assassinatos de opositores políticos e ex-agentes. Seus exemplos são teatrais e pontuais, em nenhum momento há indicações de que essas agências estrangeiras visavam à execução ideológica de seus concidadãos. Em tese, as Forças Armadas existem para proteger o povo, não para torturar e executar os cidadãos de determinado país.

De outro lado, há uma grande disparidade numérica entre as mortes sob tortura provocadas pelos agentes de repressão (Souza, 2000) com as mortes provocadas durante as ações pelos insurgentes. Em seu livro sobre o Delegado Fleury, Souza soma 85 pessoas mortas pela guerrilha, incluindo-se 8 mortes acidentais, algumas referentes a transeuntes. Em sua maioria, essas baixas resultaram de tentativas de civis de impedirem ações guerrilheiras. E há uma proporcionalidade entre o número de mortos e o número de

feridos. As baixas contrastam com mais de 400 mortes intencionais provocadas pelos militares logo após a prisão, seguidas de tortura e morte. Obviamente, nessas execuções não sobreviveram pessoas feridas, tornando totalmente inverossímil a alegação de que os terroristas foram mortos em combate ou em tiroteio. Ao contrário, muitos guerrilheiros foram presos feridos, porque levaram tiros, eram torturados e acabavam mortos.

Conclusão do nosso trabalho. A percepção de uma organização progressiva da tortura foi fruto de minuciosa pesquisa histórica. E aqui estão as fontes. Essa progressão ocorreu em função da necessidade de se obter informações nas frentes de combate, mas também em função do fechamento do regime que levou à concretização de uma oposição armada.

A nossa pesquisa não favorece a visão de uma tortura padronizada aplicada de forma genérica a todos os subversivos. Esta é descrita como um processo estandarizado que, às vezes, se acompanhava de alguns excessos, as mortes eram atribuídas à maldade de alguns indivíduos. Definitivamente, essa concepção generosa para com os torturadores é irreal e leviana. A tortura não foi sempre a mesma e se agravou claramente com o passar dos anos.

Algumas perguntas são fundamentais para se avaliar as torturas sofridas por alguém. Quando você foi preso? Qual era o seu posto na hierarquia da organização? Você conhecia algum alvo procurado pelos órgãos de repressão? Por que você sobreviveu? Qual foi o estágio em que você foi torturado? Essas são as perguntas que precisamos fazer.

Essa investigação também fez parte de um inquérito pessoal meu e ajudou a esclarecer os motivos da minha própria sobrevivência. Eu nunca havia entendido bem por que sobrevivi à tortura, tendo sido interrogado em 69 e 73, ou seja, no segundo e no quarto estágio do processo inquisitorial. No início, atribuí a minha vida a uma força imponderável que guia o universo, depois à sorte. Talvez o fato de ter caído logo no início, depois, no final do processo inquisitorial, tenha ajudado.

No estágio inquisitorial, a necessidade de se obter informações na fonte era essencial. No meu caso, havia uma atenuante ainda maior, porque eu fui preso depois da captura do líder da organização. O outro líder foi trocado pelo embaixador americano. Portanto, havia muito pouco a informar. Já no estágio punitivo, exceto por ser um reincidente, havia pouca evidência contra mim. A recente publicação eletrônica dos órgãos de segurança, Orvil, que foi discutido hoje aqui, na nota de rodapé 16 da página 831, diz assim: “*Adail Ivan de Lemos seria agregado à estrutura do Comando Regional da Guanabara tão logo se libertasse dos*

problemas judiciais, por problemas de assalto a banco e sua participação com o MAR". Ora, nomear alguém de assaltante de banco não é apenas denegrir a sua imagem, mas associá-la a uma escória desonesta. É como se a função do regime militar fosse livrar a sociedade de delinquentes.

Aqui, torna-se vital reconhecer as diferenças entre assaltar banco e fazer uma expropriação bancária. Ao menos no meu caso, elas são verdadeiras. Assalto a banco é realizado por um líder marginal; expropriação bancária é realizada por um líder revolucionário. O assalto a banco não ataca o sistema capitalista, aliás, a pessoa é um capitalista, ataca e procura substituí-lo por outro sistema. O motivo interno da ação é egoísta. Na expropriação bancária o motivo interno é ação altruísta, por exemplo, pagar o aluguel dos aparelhos onde os companheiros viviam. No caso do assalto a banco é o objetivo em si. No caso da expropriação serve à organização. Quem recebe o dinheiro é a organização. No caso do assalto, é obtenção pessoal de recursos. No caso da organização, é obtenção logística de recursos. O impetrante, no caso de assalto, é ladrão e desonesto; o impetrante, no caso do revolucionário, é honesto e às vezes até incorruptível. Os exemplos de bandidos comuns são Lúcio Flávio, Pepe Gordo etc. Os exemplos de assaltantes de bancos foram presidentes da Argélia, Ben Bella, Boumediene, Stalin e Michael Collins, que foi o primeiro presidente da Irlanda do Sul.

O assalto a banco dá fundos para a sobrevivência da gangue, a expropriação dá fundos para a sobrevivência da organização. O chefe é alguém ganancioso no assalto a banco; o líder é ideologicamente solidário, na expropriação. Os ladrões ficam com milhões no banco; os militantes não ficam com um centavo no bolso. A exposição do grupo é apenas durante a ação do assalto; a exposição da organização era permanente durante todo o período da ditadura. Finalmente, a diferença mais fundamental, o fruto da ação, no caso de assalto a banco, resulta em lazer e consumo, enquanto no outro caso resulta em perseguição e tortura.

Portanto, não existem coisas mais diferentes e mais desonestas do que caracterizar alguém como assaltante de banco para defender os propósitos da ditadura de executar militantes.

Portanto, no quarto estágio, de alta informatização, não seria uma delação não corroborada que levaria à minha morte. Ainda assim, sobreviver a esse estágio punitivo foi muito sofrido e até hoje guardo em meu corpo as marcas de tortura. Também não foi fácil conviver com a sensação de ter escapado quando tantos outros companheiros foram mortos.

A conclusão mais óbvia é que, durante o combate à guerrilha urbana e rural, houve uma grande injustiça histórica e social que até hoje não foi reparada. A geração que representou esse vínculo humanitário com o outro foi coagida, morta e eliminada pelo Regime Militar. Com isto, a ideia de um país socialmente justo e mais igualitário desapareceu e talvez demore muito para se refazer.

Quando desaparece uma utopia, parte do real a ser construído também desaparece. Mesmo sem conseguir atingir os seus ideais, não há precedente na história do nosso País de uma geração que tenha lutado com tanto afinco contra o regime ditatorial.

Talvez a persistência de um país, de um Brasil socialmente injusto permita reconhecer a falta que essa geração nos faz. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Nós vamos ouvir, agora, o segundo convidado porque alguns têm que viajar, inclusive eu, que amanhã, às 7 horas, tenho um compromisso na Paraíba.

PARTICIPANTE – Permita-me apenas um pequeno reparo. O Sargento Manoel Raimundo Soares era do Exército, meu companheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Não era da Brigada.

PARTICIPANTE – Não era da Brigada Militar, apenas para corrigir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Concedo a palavra ao jornalista Jarbas Silva Marques.

O SR. JARBAS SILVA MARQUES – Eu fecharia falando sobre os tipos de tortura. Os senhores viram que o Ivan viveu 2 fases da repressão. Eu também vivi 2 fases da repressão. Dos sobreviventes, talvez eu seja o que mais tenha experimentado no corpo a evolução técnica da tortura.

Em 1964, fui o primeiro jornalista preso, em Goiás. Saí da prisão e vim para Brasília. Em 1967 fui preso e torturado pela equipe do Meira Mattos, que havia chegado de São Domingos, com as torturas clássicas utilizadas pelos nazistas na Segunda Guerra Mundial e das escolas de tortura dos americanos.

Não vou falar sobre o manual do Torquemada, o manual de tortura da Inquisição, se bem que muitos dos tipos de tortura da época da Inquisição nós as sofremos na pele. Para os companheiros da Marinha, eu tenho uma pesquisa.

Ano que vem vai-se completar 100 anos da Revolta da Chibata. O Exército também torturava. O Exército esconde que, em 1905, houve uma revolta na Fortaleza de Santa Cruz, quando os oficiais batiam não com chibata, mas com a espátula da espada.

Um tenente bateu em um sargento de que a tropa gostava muito, e a tropa o executou, o matou. O Major Digno veio em socorro. Eu mais o Modesto fomos lá depois que saí da prisão. Então, o Exército esconde isso. E as barbas brancas do Pedro II, para desmoralizar a estrutura republicana que existia no Exército... Há revolta contra isso. O Exército, depois da Guerra do Paraguai, se negava a ser capitão-do-mato. Eles baixaram um decreto pelo qual um senhor de escravo que quisesse dar uma chibatada tinha que procurar o quartel mais próximo e pagar as chibatadas. Aquilo era um ganho financeiro, com o objetivo de desmoralizar o Exército. Isso foi feito pelo regime escravocrata dos Orleans e Bragança.

A mim coube falar sobre a tortura, de 1964 até 1985. A tortura não começa em 1964. Em 1945, quando as tropas brasileiras estavam na FEB, na Itália, Vernon Walters cooptou o Tenente-Coronel Humberto de Alencar Castello Branco para o alinhamento ideológico com os Estados Unidos. Dois anos depois de terminada a guerra, os primeiros militares foram levados para fazer curso de tortura. O Maia foi da Aeronáutica e sabe muito bem quem é o Bornier. O Bornier e o General Hélio, que foi presidente do Clube Militar, foram os primeiros militares a ir às escolas de tortura onde os Estados Unidos treinavam todos os militares. O Vernon Walters tem 2 milhões e 200 mil cadáveres nas costas, desde o golpe que ele organizou contra o Mossadegh até o golpe de 64.

Para os senhores terem ideia do que fizeram os Estados Unidos, eles mataram 250 mil pessoas na Guatemala. Eu conversava com o Modesto outro dia sobre um bispo, Dom Romero, que foi trabalhar com a pobreza e viu o que faziam. Uma menina foi vista em uma passeata e depois a mataram. Quando entregaram o cadáver, a família viu que a barriga estava protuberante. Sabe o que fizeram? Abriram o ventre dessa menina, cortaram a cabeça do namorado e a colocaram dentro da sua barriga. Isso sob instrumentação dos Estados Unidos. Eles instrumentalizaram os militares, e tudo aquilo que ensinaram para os assassinos de todos os países eles fizeram agora, sob a tutela do Bush. Torturam muçulmanos com cachorro, tudo isso.

Esse alinhamento ideológico preparou os militares e eles tentaram dar o golpe desde 1945. E o que aconteceu? A tortura já existia na Polícia Civil. O pau-de-arara é uma invenção dos torturadores brasileiros, é um resquício da escravidão. As torturas mais vexatórias eram o empalamento e o pau-de-arara, com queimadura de óleo quente, com cigarro, com charuto, nos órgãos sexuais. A mesma coisa que se faz em castração de animal, se fazia com alicate nos testículos, e com a mulher a infibulação, a queima do

clitóris, como é a tradição muçulmana, para que as mulheres não tenham prazer.

Havia uma equipe em Brasília. Eu sofri essas torturas. Não vou falar outros que sofreram a tortura. Por exemplo, a cada dia eu era torturado em um quartel. Nos Dragões da Independência, sob o comando do Coronel Epitácio Cardoso de Britto eu sofria a tortura do escovão. Botaram os meus companheiros de processo e eu, algemados, com as mãos às costas e os pés e uma corda. Então, 6 militares me levavam em 2 tambores de fezes e urina e me afogavam naquilo, e os outros companheiros torturados. *“Se vocês não falarem, vão comer com merda, igual a esses comunistas”*. Isso foi feito aqui, em Brasília, nos Dragões da Independência, que no Paraná tinha outro nome. No Paraná, eles pelo menos botavam um saco de anagem para evitar a parte sólida das fezes. Eu sofri aqui sem isso.

Essa tortura ainda está em companheiros que sofreram isso aqui, em Brasília, porque ele pensa: *“Se a minha amiga souber que este rosto que beijou a sua face foi lambuzado de fezes, ela vai ter nojo de mim”*. Então, até hoje essa tortura está nesses companheiros que não explicitam isso. É o exemplo que o Fleury fez com o Padre Tito.

Essa evolução tecnológica da tortura passa. Por exemplo, aqui eu sofri torturas clássicas do nazismo: o sino, que era botar lata na cabeça e bater, interrogando com luzes fortes, com calor, com cigarro, com choques. Essas torturas, depois... O Modesto foi a pessoa que mais salvou vidas. O Ivan falou aqui do companheiro que morreu lá em Belo Horizonte, as torturas que Filinto Müller aplicou no Estado Novo, de enfiar agulhas debaixo da unha. Como a mulher do Harry Berger, eles cortaram o seios dela a navalha na frente dele, e ele ficou louco.

Então, essas torturas foram repassadas do ponto de vista da estruturação dessas fases repressivas, e esse assessoramento, quando o Ivan falou sobre o Dan Mitrione, eles tinham 2 faces de atualização: a da Polícia Civil, que tinha uma tradição vindo da escravidão, com as torturas que aplicaram em todos os ex-escravos; e a tortura instrumentada nos quartéis para os militares. Então, havia 2 focos de treinamento de tortura.

Dan Mitrione, quando veio preparar o golpe – ele era o instrutor do FBI que veio preparando todas essas torturas da América Latina -, foi a Belo Horizonte. O que eles fizeram em Belo Horizonte, que era a sede decidida com Magalhães Pinto para organizar o golpe? Eles saíam nas ruas, pegavam os mendigos e os levavam para dentro da delegacia. Eles os torturavam para ensinar os outros torturadores.

Fui interrogado pelo membro do quadro mais especializado da Polícia, o David Hazan. Ele era o único policial brasileiro que escrevia na revista técnica do FBI. Depois de o Figueiredo mandar matar o Sérgio Paranhos Fleury, porque o Sérgio quis vender o seu arquivo pessoal para o Figueiredo, e o Figueiredo falou que não valia 50 mil dólares, o que aconteceu? O David Hazan caiu na besteira de dizer que ia escrever as suas memórias. Os senhores se lembram de que depois o Modesto foi com a Inês localizar o Lobo, que falou sobre a casa de Petrópolis. Eles aplicaram aquela injeção nas nádegas do Lobo, que simulou um ataque cardíaco.

Os Estados Unidos faziam o quê? Se a pessoa não fosse careca como eu e o Maia, se fosse cabeluda, eles batiam um prego na cabeça porque no Instituto Médico Legal eles não veriam. Quando a pessoa era calva ou uma mulher, os Estados Unidos ensinaram um método de assassinar: enfiar uma agulha aqui, atrás da orelha, que a Medicina Legal não vê, e simplesmente injetar ar para comprimir e causar uma embolia. Tudo isso foi aplicado no Brasil, essas técnicas de tortura.

Todo mundo ouvia falar do Boilesen. O Delfim Neto, que é assessor desse atual Presidente da República, se reuniu com os empresários e disse que cada um tinha que dar 250 mil dólares para o Ustra e os outros comandantes de tortura pagarem os salários de assassinos e torturadores por fora do que eles recebiam do Estado brasileiro. Esse Boilesen era um nazista que tinha sido *boxeur*. Se ele ia na rua, dava uma fechada no carro e alguém reclamava, ele descia e metia pancada, porque era *boxeur*.

Então, o empresariado hoje, que vive se escondendo... Esse Lalau, que está sendo protegido, era um dos caixas da OBAN que ia aos empresários receber dinheiro para pagar o salário dos torturados. Por isso é que ele se finge de morto, que está doente. Por isso que ele é acobertado pela Justiça de São Paulo porque, se ele abrir a boca, todo mundo vai saber que muito empresário que está posando de bom moço aí pagou religiosamente o que o Delfim Neto estipulou: 250 mil dólares.

O Otávio Frias fornecia os carros da *Folha de S. Paulo* para transportar assassinados, torturados e pessoas a serem torturadas. Então, o empresariado estabeleceu isso. Por quê? Porque a estatística é de que passaram pelo Brasil 92 mil brasileiros – homens, mulheres e crianças .

O Chandler, que foi justificado em São Paulo, atuou no Vietnã. Era a primeira fase de atualização da tortura. Em agosto de 1969, Nelson Rockefeller, Chefe do Departamento de Estado americano, veio ao Brasil para atualizar a tortura. Eu e o Ivan fomos torturados. Fui

torturado. Eu estava no corredor da morte. Conheço muitos torturadores porque eu estava listado para ser morto e eles me torturavam sem capuz.

O que aconteceu? Essa vinda do Rockefeller atualizou os padrões de tortura. Não são só a França, Israel e Inglaterra, não. O General Paul Aussaresses, que atuou na Indochina, torturando vietnamitas, e depois na Argélia, quando se introduziu o padrão de tortura de choques, era adido militar da França aqui e dava aula de torturas em todos os lugares. E ele confessa. Tenho aqui a resposta, fora o livro dele, dizendo essa mesma coisa que o Ivan falou, “*que tem que torturar um sujeito para evitar outras mortes*”.

Em uma fase, eu, o Ivan e o irmão dele fomos torturados nus. Era aquele processo de reduzir a pessoa à posição fetal. Você nu, sofrendo frio e choque. Fui torturado na frente de uma freira. Era o problema de você ficar constrangido. Eles faziam apelações do ponto de vista fático, torturando a gente, com o recolhimento da bolsa escrotal, e dizendo: “*Esse comunista nem homem é*”.

Todo esse processo era científico e pensado. Os analistas de tortura, de terno e gravata, ouviam as torturas. Ouviam uma parte e depois mandavam reinterrogar sobre aquela parte que ouviram.

E as torturas sexuais? Você foi advogado da Dadora. Ela foi estuprada na Vila Militar porque um cabo da equipe desse Presidente das Escolas de Samba, o Capitão Guimarães, começava a bater na gente, saía sangue, ele tinha ereção e estuprava o preso. A Dadora saiu num sequestro, foi para a Alemanha e nunca se recuperou. Suicidou-se. Ela pulou em frente a uma composição. O Modesto sabe disso porque evitou que ela morresse lá.

Quando eu e o Ivan estávamos presos e sendo torturados, trouxeram uma criança de 8 anos que tinha rasgado aquele cartaz de “Procurados”. Os torturadores abaixaram as calças, e a criança entrou em crise porque eles disseram que iam estuprá-la.

Eu assisti à tortura sexual de mulher. O Fayad examinou a barriga da Célia Manes para ver se ela não abortava. Ela estava grávida de 5 meses. E o que aconteceu? Como aos 5 meses o feto está formando os ouvidos, o filho dela nasceu surdo, mudo e com uma lesão cardíaca. Depois, quando eu e o Ivan estávamos presos na Fortaleza de Santa Cruz, conhecemos a criança. Tudo isso cientificamente, de pessoas frias, racionais que até hoje estão aí, impunes.

O Ivan falou da “coroa de cristo” e da Aurora. Vou lhes mostrar uma das coisas mais incríveis. Esta aqui é a foto da Sônia Angel, viúva do Stuart Angel, filha de um coronel do Exército, um educador, um professor. Ela foi presa sem arma, sem coisa nenhuma.

Eles torturaram a Sônia – essa foto, a família a conseguiu – e depois que ela morreu, eles a empalaram com um cassete.

O pai, que era do Exército, o Coronel João, queria o cadáver. Sabe o que o General Adyr Fiúza de Castro fez? Mandou para o pai um cassete, desse tamanho, que era o cassete que estuprou a filha. Esse homem era o chefe do serviço de informação do Exército, General.

O Coronel João teve enfarto e morreu, e hoje tem uma sala no Tortura Nunca Mais com o nome dele.

Então, não se tem ideia do que fizeram. Na vila militar, por exemplo, eles quebravam os dedos com canículas de aço. Sem falar, por exemplo, que o Castor de Andrade financiava a repressão. Ao nosso lado, quando estávamos presos e torturados na PE, o Castor de Andrade mandava o Capitão Guimarães matar os bicheiros que faziam concorrência. Eles era torturados ao nosso lado. No outro dia, aparecia no jornal, queimado o rosto com maçarico, e com os braços... Foi assim que o Capitão Guimarães ganhou os pontos de bicho, assassinando os bicheiros para o Castor de Andrade.

Em Bom Sucesso, para quem conhece, ali perto da Penha, há aquele quartel de tanques, de cavalaria blindada. Aquele quartel tem fornos grandes, para esquentar os roletes que fazem a esteira rolar. Então, os cadáveres dos presos eram levados para lá e os fornos eram esquentados, para acabar a higidez cadavérica, para fazer o teatro de atropelamento.

Era uma política de Estado, com cabeças racionais. Depois da vinda do Rockefeller, quem criou o DOI-CODI foi o Orlando Geisel. E tudo isso pensado e racionalizado. Uma política de Estado.

Eu falei das técnicas do Mossad, que era aquela do isolamento, isso que eles fazem na Palestina. A pessoa perde o referencial do dia e da noite; afóra colocarem sons da nossa tortura e de lâmpadas, aquelas lâmpadas, que a pessoa perde o referencial, de jogar a gente...

Eu e o Ivan fomos torturados com jacaré; porque eles foram prender os marginais no Amazonas e trouxeram jacaré, para nos torturar sexualmente. Esses jacarés eram grandes, e nós, amarrados.

Por exemplo – só para os senhores verem a fase de sadismo – eu fui torturado durante 3 dias e 3 noites, para dar conta de uma Luciana, e eu negando, negando. A sala em que éramos torturados era chamada boate, porque era um dos fundos que dava para a fábrica da Brahma, lá na Tijuca. Era boate, porque eles ligavam 2 eletrolas, para os operários não ouvirem nossos gritos.

Depois de 3 dias, de eu ser torturado dia e noite, eles falaram: “*Você quer ver como você conhece a Luciana?*” Então, vocês se lembram do festival, com a *Evinha cantando a Luciana*”. Puseram a música, todo mundo rindo e dizendo: “*Não falei para você que você conhecia a Luciana?*” Só para mostrar o sadismo, o comportamento. Fora aqueles que tinham uma estrutura de viciados de droga, que torturavam a gente, drogados, como o Timóteo. Você se lembra, não é, que torturaram a mim, você e o Paulinho.

Então, isso é só para se ter uma pálida ideia do que foi a tortura neste País. Fora aquele processo da inquisição, e o Wilson, que foi da Operação Condor, que o trocaram na... Nós brincávamos com ele dizendo que ele foi trocado por banana, no Uruguai. Levaram os uruguaios daqui e entregaram o Wilson. O Wilson tinha sido atleta... Wilson Barbosa do Nascimento, que é professor na USP até hoje. A espinha dele está escangalhada. Ele tinha 110 quilos; eles o dependuraram pelas mãos, a chamada tortura espanhola, e com os braços para trás; acabaram com a coluna dele.

Ele foi resgatado nesse sequestro, mas a saúde dele não existe. Está sobrevivendo, não sei como.

Quando nós estávamos na PE, estavam começando a treinar cachorro para tortura sexual, e depois eles levaram esses cachorros para o Chile. Nós éramos colocados nus, em crucifixo, aberto. Ele dava um sinal, vinha um cachorro amarelo, de uns 200 quilos, abocanhava nossa genitália e falava que se não fálássemos ele arrancaria nosso brinquedo. Depois, o Fleury e os militares usaram isso lá no Chile, no golpe do Pinochet.

Então, não se tem ideia do que essas pessoas fizeram, em desatino, em loucura, em processo de tortura, os processos mais vis.

Eu vou citar – eu me questiono no âmbito do humanismo até hoje – uma tortura sexual que faziam conosco: traziam, lá na PE, naquela mesa grande, uma guilhotina e davam um pique, assim, em nossa bolsa escrotal. Nós, vendo, saindo sangue e doendo. Vinha um torturador por trás, pegava a cabeça e puxava, o outro batia na mesa. Um desses companheiros desmaiou e acordou maluco. Não vou citar o nome dele, porque não sei em que condições ele está.

Esse companheiro tentou se matar na PE e eu evitei que ele fizesse isso. Depois, o que aconteceu? Com a tortura, ele ficou com coprofagia. O que é coprofagia? Eu tinha que vigiá-lo para que não comesse merda. Eu me questiono em termos de humanismo se não seria mais humano eu tê-lo deixado se matar. É um questionamento que vou levar até o final da vida. Eu não sei em que estágio esse companheiro se encontra.

São as torturas sexuais. Eu vi botar barata viva na vagina de mulher. A Biguinha, por exemplo, Abigail, que foi do Tortura Nunca Mais. O Fayad, depois de me torturar, torturou-a também. O Fayad inventou tortura no meu corpo. Eu era colocado no pau-de-arara; arrancaram minha barba com alicate; botaram um esparadrapo na minha boca, e o centro de gravidade, a cabeça, eles vieram com um conta-gotas, me afogando com um conta-gotas, porque só havia um duto de inspiração e expiração.

Botou éter no meu ânus. Eu tinha a impressão de que a língua estava do tamanho da língua de uma vaca, que eu ia ter um edema. Tudo isso eles fizeram, racionalmente.

Esse Fayad foi cassado como médico, e o Figueiredo baixou um decreto de anistia aos médicos instrumentadores de tortura, dizendo – o Figueiredo passando por cima da Lei de Hipócrates, do Juramento de Hipócrates – que todos os médicos militares estavam fora das configurações éticas do Conselho Federal de Medicina.

Na Operação Condor, um dos exemplos mais patentes: numa dessas Mesas anteriores, eu falei do sequestro do Coronel Jefferson Cardim. Ele ficou completamente desestruturado psicologicamente. Imaginem, ele ser torturado na frente do filho e do sobrinho e depois torturaram o sobrinho e o filho. Ele chegou à Fortaleza de Santa Cruz, o Sílvio Frota proibiu que os outros presos conversassem com ele, para não dar reestruturação.

Eu tenho o orgulho e o privilégio de ter enfrentado o Sílvio Frota, e ajudei a recompor o Coronel Jefferson Cardim, a ponto de ele começar a escrever uma ópera sobre Canudos, de que fui o revisor. O Maestro Francisco Miglione iria musicar essa ópera.

O choque elétrico. Meu corpo era usado para tortura. O Gary Prado, que prendeu Che Guevara, que roubou o relógio do Che Guevara, assistia eu ser torturado, para aprender a torturar na PE. É aquilo que o Ivan falou: eles diziam *“Bota o brinco na orelha e bota no saco desse comunista. Agora, não pode botar tudo de um lado só, senão ele vai morrer com um choque cardíaco, um colapso cardíaco”*. Eles diziam o que sentíamos, tomando um choque na região genital, o que acontece. Nós tínhamos a sensação de que todas as vísceras iam sair pela boca.

Quanto àquilo que o Ivan registra, aqueles que defecavam no corpo eram escrachados do ponto de vista de não conseguir... Além da tortura física e psicológica, havia a desmoralização e a desintegração psicológica.

Eu e Luís Edgar de Andrade estávamos no corredor da morte, nós 2 estávamos sendo torturados

um ao lado do outro no dia em que o Brasil estava jogando, nas eliminatórias, contra o Paraguai. Um torturador olhou a ficha dele e disse: *“Olha, você é cearense. Então, vou te dar um fresco, vou parar a brincadeira agora e, depois que acabar o jogo, a gente volta a conversar”*.

E, do ponto de vista da solidariedade, nós estávamos no corredor da morte com água e tremendo de frio, e tínhamos que ficar ali, e um soldado ficou com tanto dó do Luís que deu um rolo – não podia falar com a gente – de papel higiênico, e o Luís se enrolou nesse papel higiênico. Ele disse para mim: *“Foi o maior cobertor que eu já recebi na vida”*. O Modesto foi advogado desse Luís Edgar também. Depois, durante 15 anos, ele foi o editor de jornalismo da *Globo*.

Eu e Inês Etienne – eu me casei com ela – estávamos presos. A ditadura baixou uma lei de segurança de que não havia preso político neste Brasil, e 1975 era o Ano Internacional da Mulher, e a única presa do mundo – vejam o ridículo – que cumpria prisão perpétua e mais 2 anos de cadeia era a Inês Etienne. E nós 2 fomos levados, eu algemado e ela. Fizeram pressão na minha família e na dela para a gente não casar, e depois explodiu no mundo que a única presa política que cumpria prisão perpétua e mais 2 anos de cadeia era a Inês Etienne.

Quando os provocadores, o General Mercadante e o almirante lá de Santos estruturam o pedido para desmoralizar a anistia do Anselmo, antes de o Anselmo entrar com o pedido de anistia, eles tentaram matar Inês, porque Inês foi a primeira a descobrir que o Anselmo era uma infiltração. A velha briga que eu tenho com os marinheiros é que eles acham que ele foi nessa história virada pelo Fleury. Ele já era agente policial desde quando trabalhava na biblioteca da Almirante Wandelcoc, amante de um general, de um tenente do CENIMAR.

Ele ficava na biblioteca, e todo coitado do marinheiro que ia pegar um livro já entrava no índice político. Pelo livro que o marinheiro pegava na biblioteca, o Anselmo já catalogava.

Comigo aconteceu uma coisa: eu já estava preso há quase 9 anos e, na última matança no Nordeste, morreu Jarbas Pereira Marques – eu fui militante político e social, intelectual em Goiás -, e acharam que era eu que estava sendo morto. Rezaram uma missa na catedral de Goiás para mim. Eu aqui na mobilização. Depois que eu saí da prisão, participei de todos os movimentos, e nós éramos ridicularizados quando lutávamos pelos mortos e desaparecidos. Eles diziam: *“Lá vai a turma do saquinho de osso”*. E eu conheci a viúva desse xará meu, do Jarbas Pereira Marques, que foi assassinado no esquema.

Por exemplo, um dos tipos de torturas feitas foi a acrofobia. Vocês sabem o que é acrofobia? É uma pessoa que tem medo de altura. Em 1971, o Delegado Romeu Tuma torturou Pedro Castilho, um metalúrgico caldeireiro que trabalhava na CONFAB, em São Caetano. Esse é apenas um dos nomes que eu tenho do Delegado Romeu Tuma. Cada Legislatura tem um Filinto Müller. Esse é um deles. Como o Curió, que se elegeu Deputado. É uma vergonha para esta Nação que torturadores e assassinos tenham assento no Parlamento brasileiro dizendo que representam o povo.

A minha indignação é grande. Eu poderia falar muito sobre todas as coisas que eu vi e a que assisti. Sou um sobrevivente por quê? Sou um sobrevivente pela delação de Flávio Aristides Freitas Tavares. Ele já sabia que ia sair um sequestro de um americano e que eu estava sendo levado para a Quinta da Boa Vista com o cartaz do Esquadrão da Morte e com o maçarico para me queimar o rosto e as mãos quando chegou a ordem de Brasília – o Flávio disse que eu tinha umas armas enterradas em Brasília. Sou sobrevivente pela delação do traidor e colaboracionista Flávio Aristides de Freitas Tavares, que hoje, infelizmente, goza de 3 aposentadorias. Um arrivista, um traidor, e eu vou denunciá-lo publicamente. Ele é o responsável pela morte do Marighella. Agora, nos 40 anos, ele entregou os padres que foram acampanados pelo Fleury e que chegaram ao Marighella. Flávio Aristides de Freitas Tavares, arrivista, traidor e colaboracionista. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Obrigado, companheiro Jarbas Silva Marques.

São quase 7h da noite, e tenho que ir ao gabinete assinar um bocado de documentos da Comissão de Direitos Humanos antes de sair. No caso, eu daria a palavra a você, na sua homenagem, e a gente não teria mais nenhuma pergunta, porque o que ouvimos aqui faz com que soframos também com aquilo que eles sofreram.

O SR. JARBAS SILVA MARQUES – Presidente, eu queria só fazer uma justiça histórica. Em 1971, eu estava sendo levado para a 1ª Auditoria do Exército, que ficava na Praça da República. O meu advogado, Antônio Modesto da Silveira, defendeu mais de 12 mil presos políticos, que, como eu, não pagavam, não tinham dinheiro. E, até hoje, vocês precisam ver a mediocridade da conta bancária dele.

Ele, para me defender, disse que eu era acusado, eu comandeí algumas intervenções bancárias no Rio de Janeiro que o Ivan repôs historicamente, algumas desapropriações. Até há bem pouco tempo, eu me hospedei quando vou ao Rio de Janeiro na casa do Modesto, e ele vai me dar o título de capitão fila-bóia. O Modesto não se lembrava por que ele foi

sequestrado pelo DOI-CODI, ele e mais outros grandes advogados. Foi porque, em 1971, ao me defender, ele disse: “*Ó, meu cliente, o professor e jornalista Jarbas, está sendo acusado de roubar banco, mas o atual Presidente*” – isso no auge da matança, 1971 – “*da República, Emílio Garrastazu Médici, quando era major em Santa Maria, respondeu a 2 IPMs por roubar comida de cavalo*”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Dr. Modesto.

O SR. ANTÔNIO MODESTO DA SILVEIRA – Olha, como vocês já perceberam, fui advogado de muita gente. Não sei de quantos mil, mas, na minha frente e ao meu lado – e havia outros aqui atrás -, estão pessoas que foram meus clientes, de Belém a Porto Alegre, mas sobretudo do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Juiz de Fora, de sei lá quantos lugares.

E aqui foi muito oportuno. Eu cumprimento a Comissão de Direitos Humanos por ter convidado esses 2 cavalheiros: um médico e psicanalista que eu conheci quase menino ainda preso no Rio de Janeiro por vários anos, e o Jarbas, meu cliente de maior tempo de prisão que eu conheço entre os presos políticos, quase 10 anos preso, muitos processos. E vieram aqui. Estou até com dificuldade, porque sou testemunha de que o que eles disseram – ele não, mas os colegas dele de processo foram, e o Jarbas, meu cliente, em vários processos – é a estrita verdade. Eu conheço. E conheço até mais. E, na medida em que eles contavam a cachoeira das histórias deles, que se vinculavam a outras histórias, essa cachoeira de histórias vem queimando a minha consciência. E a vontade de falar aqui.

Enquanto ele falava, por exemplo, de uma das torturas, a de provocar diarreia, o meu amigo advogado, líder historiador, agente da história dessa região dizia: “*Comigo foi a mesma coisa. A primeira coisa que fizeram foi me dar muito óleo de ricino e me deixar convivendo com a minha própria sujeira durante um tempo enorme*”. E cada um dos que passaram por lá certamente tem. E até eu, como simples advogado, sequestrado, separadamente de outros advogados, cuja ousadia era defender homens dessa dignidade, sou testemunha disso, porque, também sequestrado, eu vi coisas que não posso nem descrever. E ouvi mais ainda.

Tudo isso que diz, como médico e psicanalista, e sabe muito bem que muitos dos seus colegas médicos e psicanalistas foram às vezes mais psicopatas do que psicanalistas. Um deles mencionou um tal Amílcar Lobo, cujo primeiro nome foi descoberto por uma das minhas clientes, Tânia, uma moça canadense. Defendi do Canadá à Terra do Fogo, de Portugal à Rússia. Defendi gente de lá também, colegas dele. Por isso, eu até me interessei em saber quem era aquele francês que se

propunha a matar brasileiros. Ela não pôde responder, deu uma vaga dica, daí por que o livro dela é muito interessante e me desperta muita curiosidade.

Precisamos de verdade para memória. Esta Comissão tem de ser mais prestigiada. (*Palmas.*) Lamento que os nossos colegas, os nossos estudantes não estejam aqui sentados pelos corredores. Olha, é uma vontade enorme de convalidar isso, dando dados novos. Sei lá, ele falava e eu me lembrava. Desde Harry Berger, de 1935, e ele falava em Dan Mitrone. Eu vi as operações pré-Condor, com todas as ditaduras daquele tempo, participando e colaborando com a ditadura brasileira. Por isso, eu disse agora há pouco: se os poucos causadores de todo esse desastre histórico brasileiro, com sequelas até hoje até no Orçamento nacional, forem perdoados e elevados à categoria de heróis, como algumas instituições estão fazendo, essas instituições assumem a culpa da tortura, do assassinato, do estupro e da gravidez de muitas mulheres que não ousam falar, porque ainda têm vergonha e medo.

Se esta Comissão tiver o sucesso que merece, nós podemos passar a limpo a história do Brasil recente, desde o meio do século passado para cá. São muitas histórias. Os documentos eles escondem. Eu não acredito que estejam escondendo ou tenham destruído. Eles podem ter escondido e enfiado e, quem sabe, até queimaram umas fotocópias por aí.

Sr. Presidente, perdoe-me e permita-me: a Câmara, às vezes, é sonogada de informações – outro dia, ouvi colegas dizendo que eram sonogados importantes documentos -, não tem acesso a esses documentos para a realização de CPIs corretas, porque eles escondem. No entanto, eu já disse a algumas autoridades que, se continuarem escondendo esses documentos, nós vamos trazê-los do exterior para cá. Já trouxe até um colega nosso aqui, Martín Almada, Prêmio Nobel Alternativo, dado pela ONU, que compareceu a uma dessas Comissões. E, além de dizer, ele comprovava: *“Olha, aqui está um monte de documentos autênticos da Operação Condor que eu descobri. E estão à disposição desta Casa”*. Ele forneceu um pacote de quilos de material, dizendo: *“Esses documentos eu tenho acesso a eles. Posso internalizá-los no Brasil”*. E, através dessa internalização, os órgãos de segurança, os órgãos que estiverem protegendo bandidos assumirão a bandidagem com eles.

Sr. Presidente, perdoe-me. Talvez a emoção da inspiração que eles me deram de saber e me lembrar de milhões de coisas assim me esteja fazendo abusar, e eu lhe peço perdão. Que toda essa gente, quando vier, traga seus filhos e netos, traga seus estudantes e todo mundo para ouvir essas verdades e colaborar com essa sessão de direitos humanos. Perdoe-me.

Obrigado. (*Palmas.*)

PARTICIPANTE – Sr. Presidente, permita-me dizer uma palavrinha. Só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Não dá mais, porque senão nós vamos...

PARTICIPANTE – Disse que o Flávio Tavares o denunciou e tudo.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

PARTICIPANTE – Sim. Só vou dizer uma coisa para você. Você está íntegro, dando a sua mensagem, dando o seu retorno, explicando e dizendo as coisas e dizendo o que aconteceu. E o Flávio está absolutamente doente e largado.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

PARTICIPANTE – Vejam, há o retorno...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Depois, nós vamos tratar disso. É o seguinte: esse seminário não termina com essa mesa. Nós vamos dar continuidade ao processo, porque nós queremos que as diversas memórias que existem possam chegar à verdade, porque a verdade vai libertar-nos de situações.

Eu acho que o Seminário pelo Direito à Verdade e à Memória trouxe essa contribuição.

A partir daqui, haverá novas reflexões, e pessoas que estão vendo através da Internet vão poder contribuir e procurar a Comissão de Direitos Humanos para novos depoimentos. Tenha certeza de que nós vamos dar continuidade.

Eu agradeço a contribuição ao Dr. Adail Ivan de Lemos, ao jornalista Jarbas Silva Marques, que falaram daquilo de que viveram, falaram das entranhas.

O SR. SÉRGIO MUYLEAERT – Posso fazer apenas uma consulta ao Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Pois não.

O SR. SÉRGIO MUYLEAERT – Sou ex-Vice-Presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, e minha consulta é exatamente em relação a esse núcleo de trabalho, de direito ao resgate da memória. Este encontro de hoje será compilado, será digitalizado, será disponibilizado? De que forma?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Com certeza. Toda o seminário está sendo gravado, e depois – inclusive o Márcio, que é o nosso Secretário – reuniremos um grupo de trabalho para, já que não temos a comissão da memória e verdade, na Comissão de Direitos Humanos tratar dessa questão.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO MUYLEAERT – Minhas homenagens. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Eu agradeço a presença a todos e aos convidados. Rogério está pedindo a todos os convidados que tirem uma fotografia.

Está encerrado nosso seminário. (*Palmas.*)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 17ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de Junho de 2009.

Às quinze horas e três minutos do dia vinte e quatro de junho de dois mil e nove, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, no Plenário 09 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com as presenças dos Senhores Deputados Luiz Couto – Presidente; Pedro Wilson, Cleber Verde e Geraldo Thadeu – Vice-Presidentes; Chico Alencar, Domingos Dutra, Lucenira Pimentel, Pastor Pedro Ribeiro, Ricardo Quirino e Velloso – Titulares; Antônio Roberto, Luciana Genro e Paes de Lira – Suplentes. Compareceu também o Deputado Dr. Talmir, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Edmar Moreira, Janete Rocha Pietá, Miguel Martini, Pompeo de Mattos e Suely. Justificadas as ausências da Deputada Janete Rocha Pietá que se encontrava participando das comemorações alusivas à emancipação política dos municípios de Atibaia e Joanópolis, no Estado de São Paulo e dos Deputados Pompeo de Mattos e Suely que se encontravam afastados a pedido médico. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. **EXPEDIENTE:** O Presidente anunciou a apresentação do filme Garapa, fome e miséria de José Padilha, no Plenário 2. Informou que o Deputado Pedro Wilson, na qualidade de Vice-Presidente desta Comissão, encontrava-se em audiência com o Ministro da Justiça, Tarso Genro, para tratar de denúncias de torturas dos índios tupinambás. A seguir, anunciou sua participação juntamente com os Deputados Geraldo Thadeu e Cleber Verde no 3º Encontro Europeu de Brasileiras e Brasileiros no Exterior a ser realizado no período de 26 a 28 de junho próximo. **ORDEM DO DIA: A – Requerimentos: 1 – REQUERIMENTO Nº 71/09** – da Sra. Janete Rocha Pietá e outros – que “requerem a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Legislação Participativa, para discutir o dia internacional de apoio às vítimas de tortura”. Em discussão, ninguém fez uso da palavra. **Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade dos presentes.** A Presidência foi assumida momentaneamente pelo Deputado Chico Alencar. **2 – REQUERIMENTO Nº 72/09** – dos Srs. Pedro Wilson e Luiz Couto

– que “requerem, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, com convites ao Major Sebastião Curió Rodrigues de Moura e ao Jornalista do Jornal “O Estado de São Paulo”, Sr. Leonencio Nossa, para prestarem esclarecimentos a respeito de documentos de interesse público sobre a Guerrilha do Araguaia, cujo teor foi revelado pelo Major Curió ao referido Jornal, no último dia 21 de junho”. Em discussão, ninguém fez uso da palavra. **Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade dos presentes.** **3 – REQUERIMENTO Nº 73/09** – do Sr. Cleber Verde – que “requer a realização de audiência pública com a finalidade de debater a PEC 471/2005, que dá nova redação ao parágrafo 3º do artigo 236 da Constituição Federal”. Em discussão, os deputados Paes de Lira, Pastor Pedro Ribeiro, Chico Alencar e Cleber Verde fizeram uso da palavra. **Em votação, o requerimento foi aprovado com votos contrários dos deputados Paes de Lira e Pastor Pedro Ribeiro.** **B – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário: PRIORIDADE 4 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 452/09** – do Sr. João Herrmann – que “dá nova redação ao caput do art. 1º da Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001”. RELATOR: Deputado VELOSO. PARECER: pela aprovação. Em discussão, os deputados Paes de Lira, Chico Alencar, Geraldo Thadeu, Pastor Pedro Ribeiro e Pedro Wilson fizeram uso da palavra. **Em votação, o requerimento foi aprovado com voto contrário do Deputado Paes de Lira.** **TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA 5 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 50/07** – do Sr. Valdir Colatto – que “susta os efeitos da Portaria nº 790, de 19 de abril de 2007, do Ministério da Justiça, que homologa a demarcação da área denominada pela Funai como Guarani de Araçá”, nos Municípios de Cunha Porã e Saudades, Estado de Santa Catarina, declarando-a como de posse permanente do grupo indígena Nhandéva-Chiripá”. RELATOR: Deputado PEDRO WILSON. PARECER: pela rejeição. Vista ao Deputado Pastor Manoel Ferreira, em 11/03/2009. O Deputado Pastor Manoel Ferreira apresentou voto em separado em 29/04/2009. Em discussão, os deputados Paes de Lira, Domingos Dutra, Luiz Couto, Pastor Pedro Ribeiro e Pedro Wilson fizeram uso da palavra. **Em votação, o requerimento foi aprovado com voto contrário do Deputado Paes de Lira.** **6 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 510/08** – do Sr. Homero Pereira – que “susta os efeitos do Decreto do Presidente da República, de 11 de dezembro de 1998, sem número, que homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Maraiwatsede, localizada nos Municípios de Alto Boa Vista e São Félix do Araguaia, no Estado do Mato Grosso”. RELATORA: Deputada JANETE CAPIBERIBE. PARECER: pela rejeição. **Retirado de pauta**

de ofício. 7 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 797/08 – do Sr. Dagoberto – que “susta as Portarias do Presidente Substituto da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, de nº 788, 789, 790, 791, 792, e 793, todas de 10 de julho de 2008, que instituem Grupos Técnicos com o objetivo de realizar a primeira etapa dos estudos de natureza etno-histórica, antropológica e ambiental necessários à Identificação e delimitação de terras tradicionalmente ocupadas pelos Guarani nas regiões que mencionam, localizadas ao Sul do Estado do Mato Grosso do Sul”. (Apensado: PDC 858/2008) RELATOR: Deputado PEDRO WILSON. PARECER: pela rejeição deste, e do PDC 858/2008, apensado. Em discussão, o Deputado Chico Alencar fez uso da palavra. **Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade dos presentes.** 8 – **PROJETO DE LEI Nº 1.057/07** – do Sr. Henrique Afonso – que “dispõe sobre o combate a práticas tradicionais nocivas e à proteção dos direitos fundamentais de crianças indígenas, bem como pertencentes a outras sociedades ditas não tradicionais”. RELATORA: Deputada JANE TE ROCHA PIETÁ. PARECER: pela aprovação, na forma do substitutivo anexo. **Vista ao Deputado Chico Alencar. C – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA** 9 – **PROJETO DE LEI Nº 490/07** – do Sr. Homero Pereira – que “altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio”. (Apensados: PL 1218/2007, PL 2302/2007 e PL 2311/2007) RELATORA: Deputada IRINY LOPES. PARECER: pela rejeição deste, do PL 1218/2007, do PL 2302/2007, e do PL 2311/2007, apensados. Vista conjunta aos Deputados Janete Rocha Pietá, Lucenira Pimentel e Veloso, em 24/10/2007. **Retirado de pauta de ofício.** Nada mais havendo a tratar, a presente reunião foi encerrada às dezesseis horas e cinquenta minutos. E, para constar, eu, Márcio Marques de Araújo, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Luiz Couto, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 4ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de Julho de 2009.

Às quinze horas e vinte e oito minutos do dia primeiro de julho de dois mil e nove, reuniu-se a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, da Comissão de Finanças e Tributação, na Sala da Pre-

sidência da Comissão de Finanças e Tributação, sob a presidência do Deputado Manoel Junior, Presidente; e com a presença dos Senhores Deputados Aelton Freitas, José Maia Filho, Júlio Cesar e Luiz Carreira (titulares). Deixaram de registrar presença os Deputados Eduardo Amorim, Professor Setimo, Rodrigo Rocha Loures e Tonha Magalhães. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a ata da 3ª Reunião Ordinária Deliberativa, realizada em três de junho, cujas cópias foram distribuídas aos membros. Por solicitação do Relator, Deputado Júlio Cesar, foi dispensada a leitura da ata e, não havendo quem quisesse discuti-la, foi aprovada, unanimemente, a ata da 3ª Reunião Ordinária Deliberativa. **EXPEDIENTE:** O Presidente, Deputado Manoel Junior, agradeceu a presença dos técnicos da Secretaria da Receita Federal do Brasil, os senhores Geraldo Gangana, Coordenador de Arrecadação e Atendimento da Secretaria da Receita Federal, e Marcos Quaresma, e dos técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional, o senhor Cléber Ubiratan de Oliveira, Secretário-Adjunto, e as senhoras Lúcia Paiva Gomes, Coordenadora de Programação Financeira e Liane Ferreira Pinto, Gerente de Projeto. Em seguida, passou a palavra ao Relator, Deputado Júlio Cesar, que, iniciou, lamentando o veto ao projeto de conversão da Medida Provisória nº 457/2009, que resultou no aumento dos débitos dos municípios em virtude da mudança de indexador da SELIC pela TJLP. O relator elogiou a discriminação detalhada dos créditos judiciais feita pela Secretaria do Tesouro Nacional, mas criticou a falta de transparência nos relatórios dos dias dezoito e trinta de dezembro de dois mil e oito e do dia dezoito de junho de dois mil e nove, afirmando que os valores não coincidem com os números divulgados pela Secretaria da Receita Federal. O Deputado Júlio Cesar criticou a exclusão de trezentos e dezoito municípios do benefício concedido pela medida provisória. Sugeriu ainda à Secretaria do Tesouro Nacional que as transferências de atrasados do Fundo de Participação dos Municípios e do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal sejam realizadas em dia distinto daqueles reservados aos repasses convencionais. Em seguida, o Deputado Luiz Carreira solicitou que os técnicos, além de apresentarem respostas às indagações do Relator, fornecessem explicações sobre as razões dos vetos à MP nº 457/2009. Passada a palavra ao senhor Geraldo Gangana, Coordenador de Arrecadação e Atendimento da Secretaria da Receita Federal, este explicou que as razões do veto e a mudança de indexador foram decididas de acordo com a motivação política do Ministro da Fazenda e do Presidente da República, sobre a

qual ele não se sentia apto a se manifestar. O senhor Marcos Quaresma, técnico da Secretaria da Receita Federal, entregou o Ofício nº 114/2009/RFB/Codac, com informações sobre a penhora de R\$ 504 milhões da Companhia Siderúrgica Nacional, em maio de dois mil e sete. Após, manifestaram-se os técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional, o senhor Cléber Ubiratan de Oliveira, Secretário-Adjunto, a senhora Lúcia Paiva Gomes, Coordenadora de Programação Financeira, e a senhora Liane Ferreira Pinto, Gerente de Projeto. A seguir, os membros da Subcomissão deliberaram por solicitar as seguintes providências à Secretaria da Receita Federal: 1) cópia da Fita 50; 2) identificação de montante dos débitos dos municípios com a União, destacando-se os oriundos de prescrição e decadência estabelecidos pela Súmula Vinculante nº 8, do Supremo Tribunal Federal; dos agentes políticos e de compensação previdenciária; 3) estudo, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional e o SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados, da viabilidade de criação de DARF – Documento de Arrecadação de Receitas Federais, com compartilhamento automático das receitas federais com estados e municípios. À Secretaria do Tesouro Nacional, serão solicitadas as seguintes informações: 1) recálculo do apoio financeiro devido aos municípios, previsto na Medida Provisória nº 462/2009, com a exclusão da base de comparação de repasses atípicos decorrentes de passivos da União com os entes federados; 2) demonstrativo dos repasses atípicos efetuados desde dezembro de dois mil e oito, referentes a receitas do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados não compartilhados automaticamente, identificando origem, período de arrecadação, valor apurado/estimado dos impostos, montante do repasse, data do crédito; 3) ordens de pagamento referentes aos repasses do item anterior; 4) estudo, em conjunto com a Secretaria da Receita Federal do Brasil e o SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados, da viabilidade de criação de DARF – Documento de Arrecadação de Receitas Federais, com compartilhamento automático das receitas federais com estados e municípios; 5) informações sobre o encaminhamento de projeto de lei de crédito suplementar que permitirá novos repasses previstos na Medida Provisória nº 462/2009; 6) publicação, na internet, até o dia dez de cada mês, da arrecadação do Imposto de Renda – IR e do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, por decêndio, a fim de viabilizar a conferência tempestiva dos repasses aos fundos de participação dos Municípios e dos Estados e do Distrito Federal; 7) crédito das transferências de atrasados do Fundo de Participação dos Municípios e do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal em dia

distinto daqueles reservados aos repasses convencionais. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente, Manoel Junior, encerrou os trabalhos às dezessete horas e dois minutos, antes, porém, convocando os senhores parlamentares para Reunião Ordinária Deliberativa, que acontecerá às dezesseis horas do dia sete de julho, terça-feira. E, para constar, eu, , Marcelle R. Campello Cavalcanti, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. , Deputado Manoel Junior, Presidente da Subcomissão.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária Ata da 23ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada em 12 de agosto de 2009.

Às onze horas e dois minutos do dia doze de agosto de dois mil e nove, reuniu-se a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no Anexo II, Plenário nº 2 da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Roberto Rocha – Presidente. Registraram presença os Senhores Deputados Roberto Rocha – Presidente; Jurandy Loureiro – Vice-Presidente; Antônio Roberto, Edson Duarte, Gervásio Silva, Jorge Houry, Paulo Piau e Rebecca Garcia – Titulares; Aline Corrêa, Antonio Feijão, Arnaldo Jardim, Fernando Gabeira, Fernando Marroni, Homero Pereira, Luiz Carreira, Moreira Mendes, Nilson Pinto, Paulo Roberto Pereira, Wandenkolk Gonçalves e Zezéu Ribeiro – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados André de Paula, Givaldo Carimbão, Leonardo Monteiro, Marcos Montes, Marina Muggessi, Mário de Oliveira, Rodovalho, Sarney Filho e Zé Geraldo. Justificou a ausência o Deputado Marcos Montes. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a Ata da 22ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada no dia 05 de agosto de 2009. A leitura da ata foi dispensada a pedido do Deputado Gervásio Silva. Em votação, a Ata foi aprovada por unanimidade. **ORDEM DO DIA: A – Requerimentos: 1 – REQUERIMENTO Nº 270/09** – do Sr. Arnaldo Jardim – (PL 3009/1997) – que “requer a realização de reunião de audiência pública, em conjunto com as Comissões de Minas e Energia e de Viação e Transportes, para debater o Projeto de Lei n.º 3009/1997, que “Estabelece a obrigatoriedade da inclusão de eclusas e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática dos cursos d’água, quando da construção de barragens””. **ENCAMINHOU A VOTAÇÃO O DEPUTA-**

DO ARNALDO JARDIM. DISCUTIRAM A MATÉRIA OS DEPUTADOS NILSON PINTO (PSDB-PA), ZEZÉU RIBEIRO (PT-BA), JORGE KHOURY (DEM-BA) E PAULO PIAU (PMDB-MG). O DEPUTADO ZEZEU RIBEIRO FEZ UM ADENDO PARA INCLUIR, NO ROL DE EXPOSITORES, O PROF. SIDNEY LÁZARO MARTINS, DA ESCOLA POLITÉCNICA DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA HIDRÁULICA E SANITÁRIA DA USP. APROVADO. 2 – REQUERIMENTO Nº 272/09 – do Sr. Antonio Feijão – que “solicita sejam convidados em reunião de Audiência Pública, o Diretor Geral do DNPM, Engº de Minas Miguel Antonio Cedraz Nery, o Presidente do IBAMA, Roberto Messias Franco e o Presidente do ICMBIO, Rômulo Jose Fernandes Barreto Mello, para prestarem esclarecimentos acerca das denúncias das comunidades caboclas e garimpeiras de áreas de entorno ou inscritas em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, no estado do Amapá contra a atuação violenta, ameaçadora, e discriminatória de técnicos do ICMBIO, IBAMA e DNPM”. O DEPUTADO NILSON PINTO SUBSCREVEU O REQUERIMENTO E ENCAMINHOU A VOTAÇÃO. APROVADO. O Deputado Nilson Pinto assumiu a presidência dos trabalhos. 3 – REQUERIMENTO Nº 273/09 – do Sr. Roberto Rocha – que “requer a realização de seminário no Vale do Mearim, no Maranhão, para discutir estratégia de prevenção a novas enchentes”. O DEPUTADO ROBERTO ROCHA ENCAMINHOU A VOTAÇÃO. APROVADO. O Deputado Roberto Rocha reassumiu a presidência da Reunião. B – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário: 4 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.618/09 – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – (MSC 476/2008) – que “aprova os textos das Resoluções MEPC 117 (52) e MEPC 118 (52) MEPC 132 (53), MEPC 141 (54), MEPC 143 (54), MEPC 154 (55), MEPC 156 (55) e MEPC 164 (56), adotadas por ocasião de realização das Sessões de nº 52ª, 53ª, 54ª, 55ª e 56ª, do Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho, que resultaram na adoção de Emendas à Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Marinha por Navios – MARPOL 73/78, da Organização Marítima Internacional”. RELATOR: Deputado ZÉ GERALDO. PARECER: pela aprovação. O Deputado Paulo Piau leu o Parecer. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 5 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.372/09 – da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional – (MSC 230/2008) – que “autoriza a União a ceder ao Estado de Rondônia, a título de utilização gratuita, o imóvel rural de sua propriedade parte de um todo maior denominado Gleba Rio Preto”. RELATOR: Deputado MOREIRA MENDES. PARECER: pela aprovação. O Deputado Moreira Mendes defendeu o seu**

Parecer. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 6 – PROJETO DE LEI Nº 7.478/06 – do Sr. Edson Duarte – que “proíbe a produção de carvão para fins comerciais e industriais com base em matéria-prima proveniente de vegetação nativa na bacia do rio São Francisco”. RELATOR: Deputado PAULO PIAU. PARECER: pela rejeição deste. VISTA AO DEPUTADO GERVÁSIO SILVA. 7 – PROJETO DE LEI Nº 4.820/09 – do Sr. João Herrmann – que “altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências”. RELATOR: Deputado FERNANDO GABEIRA. PARECER: pela rejeição. Vista ao Deputado Gervásio Silva, em 03/06/2009. O Deputado Gervásio Silva apresentou voto em separado em 10/06/2009. RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO. C – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: 8 – PROJETO DE LEI Nº 3.876/97 – do Sr. Paulo Rocha – que “altera o art. 66 da Lei nº 9.503, de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro”. (Apensados: PL 837/1999, PL 4.889/1999 e PL 389/1999 (Apensado: PL 1.757/1999)) RELATOR: Deputado LUIZ CARREIRA. PARECER: pela aprovação deste, dos PLs 1.757/1999, 389/1999, 837/1999, e 4.889/1999, apensados, com substitutivo. RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR. 9 – PROJETO DE LEI Nº 4.961/05 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “altera dispositivos da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996”. (Apensado: PL 654/2007) RELATOR: Deputado GERMANO BONOW. PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL 654/2007, apensado. O Deputado Hamilton Casara apresentou voto em separado em 11/04/2006. RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR. 10 – PROJETO DE LEI Nº 2.630/07 – do Sr. José Carlos Vieira – que “dispõe sobre a adoção de providências visando economizar ou otimizar o uso da água, nas instalações hidráulicas e sanitárias das edificações que estejam sob a responsabilidade de órgãos pertencentes à administração pública federal”. (Apensados: PL 4285/2008 e PL 4286/2008) RELATOR: Deputado JORGE KHOURY. PARECER: pela aprovação deste, e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Urbano, com subemenda, e pela rejeição dos PLs 4.285/2008 e 4.286/2008, apensados. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PL nº 2.630/07, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO, COM SUBEMENDA, E REJEITADOS OS PLS Nº 4.285/2008 E 4.286/2009, APENSADOS, NOS TERMOS DO PARECER DO RELATOR. 11 – PROJETO DE LEI Nº 2.831/08 – do Sr. Max Rosenmann – que “define as condições para a exploração de espécimes nativas do Euterpe edulis, o palmitreiro”. RELATOR: Deputado GER-****

VÁSIO SILVA. PARECER: pela aprovação. **Vista ao Deputado Fernando Marroni, em 05/08/2009. O RELATOR DEFENDEU SEU PARECER. DISCUTIU A MATÉRIA O DEPUTADO ZEZÉ RIBEIRO (PT-BA). RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR. 12 – PROJETO DE LEI Nº 3.480/08** – da Sra. Vanessa Grazziotin – que “altera o art. 1º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 – Código Florestal, para obrigar os órgãos competentes do Governo Federal a divulgar, no mínimo uma vez por mês dados sobre desmatamento na Amazônia”. RELATOR: Deputado MÁRIO DE OLIVEIRA. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **Vista ao Deputado Zé Geraldo, em 01/04/2009. RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR. 13 – PROJETO DE LEI Nº 4.173/08** – do Sr. Juvenil – que “revoga o art. 1.291 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil”. RELATORA: Deputada MARINA MAGGI. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **Vista ao Deputado Leonardo Monteiro, em 03/06/2009. RETIRADO DE PAUTA PELA RELATORA.** Antes do término da Reunião, o Deputado WANDENKOLK GONÇALVES comunicou sua participação, naquela mesma data, em evento promovido pela Frente Parlamentar Mista pela Extensão Rural, no Auditório Nereu Ramos, com a presença do excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, ocasião em que foi apresentado o Projeto de Lei nº 5.665/2009, do Poder Executivo, que “institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, e dá outras providências”. Ressaltou que apesar de o referido Projeto de Lei contemplar, em vários dispositivos, questões ligadas à competência da CMADS, esta não foi relacionada no despacho para manifestar-se sobre o mérito da matéria, razão pela qual solicita que a CMADS requeira à Mesa sua inclusão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a Reunião às doze horas e dezenove minutos. E, para constar, eu, Aurenilton Araruna de Almeida, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Roberto Rocha, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 24ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada em 19 de agosto de 2009.

Às onze horas e um minuto do dia dezenove de agosto de dois mil e nove, reuniu-se a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no Ane-

xo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Roberto Rocha – Presidente. Registraram presença os Senhores Deputados Roberto Rocha – Presidente; Jurandy Loureiro e Leonardo Monteiro – Vice-Presidentes; Antônio Roberto, Edson Duarte, Givaldo Carimbão, Jorge Khoury, Paulo Piau, Rebecca Garcia, Sarney Filho e Zé Geraldo – Titulares; Antonio Feijão, Fernando Gabeira, Germano Bonow, Luiz Carreira, Moacir Micheletto, Moreira Mendes, Nilson Pinto, Paulo Roberto Pereira, Paulo Teixeira, Valdir Colatto e Wandenkolk Gonçalves – Suplentes. Compareceram também os Deputados Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Faria de Sá e Nazareno Fonteles, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados André de Paula, Gervásio Silva, Marcos Montes, Marina Maggesi, Mário de Oliveira e Rodovalho. Justificou a ausência o Deputado Marcos Montes. A Deputada Marina Magessi encaminhou correspondência datada de 20 de agosto e recebida por esta Comissão no dia 24 de agosto, justificando sua ausência na Reunião Deliberativa Ordinária do dia 12 de agosto de 2009, por estar cumprindo agenda no Estado do Rio de Janeiro. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a Ata da 23ª reunião, realizada no dia 12 de agosto de 2009. A Leitura da Ata foi dispensada a pedido do Deputado Leonardo Monteiro. Em votação, a Ata foi aprovada por unanimidade. **ORDEM DO DIA: A -Requerimentos: 1 – REQUERIMENTO Nº 274/09** – do Sr. Moacir Micheletto – que “solicita sejam incluídos os nomes dos senhores: Professor Marcelo Gravina da Moraes, agrônomo, mestre em Microbiologia Agrícola e do Ambiente, doutor em Fitopatologia; Professor José Maria Ferreira Jardim da Silveira, membro do Conselho de Informações sobre Biotecnologia, pesquisador do CNPq e doutor em economia; e Patrícia Fukuma, advogada especialista em relações de consumo, na lista de convidados a participar da audiência pública que irá debater sobre rotulagem, atuação da CTNBio e liberação de sementes transgênicas, conforme requerimento nº 257/2009 CMADS, aprovado em 17 de junho de 2009”. **O DEPUTADO MOACIR MICHELETTO ENCAMINHOU A VOTAÇÃO. APROVADO. 2 – REQUERIMENTO Nº 275/09** – do Sr. Zé Geraldo – que “requer a realização de uma Audiência Pública para se discutir a Revisão dos Limites em Áreas de Conservação Ambiental, na Região do Oeste do Pará– limites de influência da Br 163”. **DISCUTIU A MATÉRIA O DEP. EDSON DUARTE (PV-BA). RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO. 3 – REQUERIMENTO Nº 276/09** – do Sr. Sarney Filho – que “requer a inclusão de convidado na Audiência Pública, objeto do Requerimento nº 266/2009, aprovado na Reunião Deliberativa Ordinária dessa Co-

missão, realizada em 15/07/2009”. **O DEPUTADO SARNEY FILHO ENCAMINHOU A VOTAÇÃO. APROVADO. Extrapauta: a) REQUERIMENTO Nº 277/09** – do Sr. Homero Pereira e outros – que “solicita realização, por esta Comissão, de um Seminário no município de Alto Araguaia – MT, para discutir sobre a Degradação do Rio Araguaia”. **O DEPUTADO MOREIRA MENDES ENCAMINHOU A VOTAÇÃO. APROVADO. b) REQUERIMENTO Nº 278/09** – do Sr. Paulo Piau e outros – que “solicita que seja convidado para Reunião de Audiência Pública o Sr. Ministro-Chefe de Assuntos Estratégicos, Daniel Vargas, para discutir o posicionamento da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República sobre o Código Florestal Brasileiro”. **O DEPUTADO PAULO PIAU, QUE SUBSCREVEU O REQUERIMENTO, ENCAMINHOU A VOTAÇÃO. APROVADO.** A seguir, o Presidente informou que, em face da decisão do Presidente da Câmara dos Deputados à Questão de Ordem nº 466/2009, de cancelamento de todas as deliberações ocorridas na Reunião Ordinária do dia 13/05, as matérias serão novamente incluídas para deliberação em reuniões futuras. **B – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário: 4 – PROJETO DE LEI Nº 7.478/06** – do Sr. Edson Duarte – que “proíbe a produção de carvão para fins comerciais e industriais com base em matéria-prima proveniente de vegetação nativa na bacia do rio São Francisco”. RELATOR: Deputado PAULO PIAU. PARECER: pela rejeição deste. **Vista ao Deputado Gervásio Silva, em 12/08/2009. O DEPUTADO PAULO PIAU DEFENDEU SEU PARECER. DISCUTIRAM A MATÉRIA: DEP. EDSON DUARTE (PV-BA) E DEP. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG). RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR.** Em relação a essa proposição, o Presidente sugeriu ao Deputado Edson Duarte apresentar uma Indicação ao Poder Executivo, no sentido de reforçar os mecanismos de fiscalização na área, elencando alguns itens nesse sentido: a) coibir o corte raso em áreas de preservação permanente; b) verificar se as siderúrgicas dispõem de florestas suficientes plantadas para seu suprimento; e c) punir exemplarmente as fraudes relacionadas às certificações de origem. O Deputado Edson Duarte acatou a sugestão e comprometeu-se a adotar os procedimentos de elaboração e encaminhamento à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados para envio ao Poder Executivo. **5 – PROJETO DE LEI Nº 1.965/07** – do Sr. Marcelo Ortiz – que “altera dispositivos da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998”. (Apensados: PL 4099/2008 e PL 4489/2008) RELATOR: Deputado WANDENKOLK GONÇALVES. PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição dos PLs 4099/2008 e 4489/2008, apensados. **Vista conjunta aos Deputados Gervásio Silva e Leonardo Monteiro, em 03/06/2009. O Depu-**

tado Gervásio Silva apresentou voto em separado em 10/06/2009. RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO. 6 – PROJETO DE LEI Nº 3.821/08 – do Sr. Flávio Bezerra – que “acresce dispositivo no parágrafo único do art. 33 da Lei nº 9.605, de 1998”. RELATOR: Deputado EDSON DUARTE. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO. 7 – PROJETO DE LEI Nº 4.820/09** – do Sr. João Herrmann – que “altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências”. RELATOR: Deputado FERNANDO GABEIRA. PARECER: pela rejeição. **Vista ao Deputado Gervásio Silva, em 03/06/2009. O Deputado Gervásio Silva apresentou voto em separado em 10/06/2009. O DEPUTADO FERNANDO GABEIRA DEFENDEU SEU PARECER. DISCUTIU A MATÉRIA O DEP. PAULO PIAU (PMDB-MG). APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. C – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: 8 – PROJETO DE LEI Nº 3.876/97** – do Sr. Paulo Rocha – que “altera o art. 66 da Lei nº 9.503, de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro”. (Apensados: PL 837/1999, PL 4889/1999 e PL 389/1999 (Apensado: PL 1757/1999)) RELATOR: Deputado LUIZ CARREIRA. PARECER: pela aprovação deste, do PL nº 1.757/1999, do PL nº 389/1999, do PL nº 837/1999, e do PL nº 4.889/1999, apensados, com substitutivo. **O DEPUTADO LUIZ CARREIRA DEFENDEU O SEU PARECER. APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 9 – PROJETO DE LEI Nº 4.961/05** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “altera dispositivos da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996”. (Apensado: PL nº 654/2007) RELATOR: Deputado GERMANO BONOW. PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL nº 654/2007, apensado. **O Deputado Hamilton Casara apresentou voto em separado em 11/04/2006. O DEPUTADO GERMANO BONOW LEU O SEU PARECER. RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO. 10 – PROJETO DE LEI Nº 7.675/06** – dos Srs. Mariângela Duarte e Luiz Bassuma – que “define as diretrizes da Política Brasileira de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Mata Atlântica, da Zona Costeira e Marítima, da Amazônia, e outros Biomas Nacionais, e dá outras providências”. RELATOR: Deputado SARNEY FILHO. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO VALDIR COLATTO. 11 – PROJETO DE LEI Nº 2.174/07** – do Sr. Jurandy Loureiro – que “institui o Programa Adote uma Nascente, em todo o território nacional”. RELATOR: Deputado GERMANO BONOW. PARECER: pela aprovação, com emenda. **O DEPUTADO GERMANO BONOW LEU O SEU PARECER. VISTA AO DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO.**

12 – **PROJETO DE LEI Nº 2.831/08** – do Sr. Max Rosenmann – que “define as condições para a exploração de espécimes nativas do *Euterpe edulis*, o palmitero”. RELATOR: Deputado GERVÁSIO SILVA. PARECER: pela aprovação. **Vista ao Deputado Fernando Marro-ni, em 05/08/2009. RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.**

13 – **PROJETO DE LEI Nº 4.173/08** – do Sr. Juvenil – que “revoga o art. 1.291 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil”. RELATORA: Deputada MARINA MAGGESSI. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **Vista ao Deputado Leonardo Monteiro, em 03/06/2009. O Deputado Leonardo Monteiro apresentou voto em separado em 16/06/2009. RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.**

14 – **PROJETO DE LEI Nº 4.297/08** – do Sr. Homero Pereira – que “altera o art. 73 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para especificar a destinação dos valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental”. RELATOR: Deputado MARCOS MONTES. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.**

15 – **PROJETO DE LEI Nº 4.762/09** – da Sra. Luciana Costa – que “altera dispositivos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a utilização de recursos hídricos, e dá outras providências”. RELATOR: Deputado ANTONIO FEIJÃO. PARECER: pela rejeição. **Vista conjunta aos Deputados Gervásio Silva e Leonardo Monteiro, em 03/06/2009. Os Deputados Sarney Filho e Gervásio Silva apresentaram votos em separado. O DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO DEFENDEU SEU PARECER. DISCUTIU A MATÉRIA O DEP. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG). APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO.** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a Reunião às doze horas e dezenove minutos. E, para constar, eu, Aurenilton Araruna de Almeida, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Roberto Rocha, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 25ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de agosto de 2009.

Às dez horas e cinquenta e seis minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e nove, reuniu-se a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Leonardo Monteiro – Vice-Presidente. Registraram suas presenças os Senhores Deputados Jurandy Loureiro e Leo-

nardo Monteiro – Vice-Presidentes; André de Paula, Edson Duarte, Gervásio Silva, Givaldo Carimbão, Jorge Khoury, Paulo Piau, Rebecca Garcia, Rodovalho, Sarney Filho e Zé Geraldo – Titulares; Fernando Gabeira, Fernando Marroni, Germano Bonow, Homero Pereira, Luiz Carreira, Moacir Micheletto, Moreira Mendes, Nilson Pinto, Paulo Roberto Pereira, Paulo Teixeira e Wandenkolk Gonçalves – Suplentes. Compareceram também os Deputados Antonio Carlos Mendes Thame e Nazareno Fonteles, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Antônio Roberto, Marcos Montes, Marina Maggessi, Mário de Oliveira e Roberto Rocha. Justificaram suas ausências os Deputados Roberto Rocha e Marcos Montes. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a Ata da 24ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada no dia 19/08/09. A Leitura da Ata foi dispensada a pedido do Deputado Nilson Pinto. Em votação, a Ata foi aprovada por unanimidade. **ORDEM DO DIA: A – Requerimentos: 1 – REQUERIMENTO Nº 246/09** – do Sr. Fernando Marroni – que “requer a realização de Audiência Pública conjunta, entre as Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CMA-DS e a Comissão de Direitos Humanos e Minorias – CDHM para debater os atuais problemas das reservas extrativistas brasileiras”. **O DEPUTADO FERNANDO MARRONI ENCAMINHOU A VOTAÇÃO. DISCUTIU A MATÉRIA O DEP. NILSON PINTO (PSDB-PA). APROVADO, COM ADENDO DO DEPUTADO FERNANDO MARRONI DE INCLUIR REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE.**

2 – REQUERIMENTO Nº 275/09 – do Sr. Zé Geraldo – que “requer a realização de uma Audiência Pública para se discutir a Revisão dos Limites em Áreas de Conservação Ambiental, na Região do Oeste do Pará – limites de influência da Br 163”. **O DEPUTADO NILSON PINTO SUBSCREVEU O REQUERIMENTO E ENCAMINHOU A VOTAÇÃO. APROVADO, COM ADENDO DO DEPUTADO FERNANDO MARRONI PARA INCLUIR REPRESENTANTES DO INCRA-INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA E DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO NO ROL DE EXPOSITORES.**

3 – REQUERIMENTO Nº 279/09 – do Sr. André de Paula – que “solicita a realização de Seminário para discutir sobre a Conservação Costeira Marinha no Brasil”. **O DEPUTADO NILSON PINTO SUBSCREVEU O REQUERIMENTO E ENCAMINHOU A VOTAÇÃO. APROVADO.**

B – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário: 4 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.144/08 – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – (MSC 443/2008) – que “aprova a proposta

de participação do Brasil na Quarta Recomposição dos Recursos do Fundo para o Meio Ambiente Global – Global Environment Facility – GEF, instituição financeira internacional” RELATOR: Deputado CEZAR SILVESTRI. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR. 5 – MENSAGEM Nº 916/08** – do Poder Executivo – (AV 1101/2008) – que “submete à apreciação do Congresso Nacional, acompanhada de Exposição de Motivos do senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, proposta de Cessão ao estado de Rondônia, do imóvel da União com área de 31.568.85877ha, situada no Município de Porto Velho, naquele Estado, objeto do processo nº 54000.000304/99-82, destinado à regularização da Unidade de Conservação de Uso Sustentável, denominada Floresta Estadual de Desenvolvimento Sustentável Rio Vermelho “B””. RELATOR: Deputado PAULO ROBERTO PEREIRA. PARECER: pela aprovação, na forma do Projeto de Decreto Legislativo. **O DEPUTADO NILSON PINTO LEU O PARECER. APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 6 – PROJETO DE LEI Nº 1.965/07** – do Sr. Marcelo Ortiz – que “altera dispositivos da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998”. (Apensados: PL nº 4.099/2008 e PL nº 4.489/2008) RELATOR: Deputado WANDENKOLK GONÇALVES. PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição dos PLs nº 4.099/2008 e nº 4.489/2008, apensados. **Vista conjunta aos Deputados Gervásio Silva e Leonardo Monteiro, em 03/06/2009. Os Deputados Gervásio Silva e Sarney Filho apresentaram votos em separado. RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO. 7 – PROJETO DE LEI Nº 3.821/08** – do Sr. Flávio Bezerra – que “acresce dispositivo no parágrafo único do art. 33 da Lei nº 9.605, de 1998”. RELATOR: Deputado EDSON DUARTE. PARECER: pela aprovação. **Vista ao Deputado Leonardo Monteiro, em 19/08/2009. RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO. C – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: 8 – PROJETO DE LEI Nº 4.961/05** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “altera dispositivos da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996”. (Apensado: PL 654/2007) RELATOR: Deputado GERMANO BONOW. PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL Nº 654/2007, apensado. **O Deputado Hamilton Casara apresentou voto em separado em 11/04/2006. RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO. 9 – PROJETO DE LEI Nº 7.675/06** – dos Srs. Mariângela Duarte e Luiz Bassuma – que “define as diretrizes da Política Brasileira de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Mata Atlântica, da Zona Costeira e Marítima, da Amazônia, e outros Biomas Nacionais, e dá outras providências”. RELATOR: Deputado SARNEY

FILHO. PARECER: pela aprovação. **Vista ao Deputado Valdir Colatto, em 19/08/2009. O DEPUTADO FERNANDO MARRONI LEU O PARECER. APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 10 – PROJETO DE LEI Nº 2.174/07** – do Sr. Jurandy Loureiro – que “institui o Programa Adote uma Nascente, em todo o território nacional”. RELATOR: Deputado GERMANO BONOW. PARECER: pela aprovação, com emenda. **Vista ao Deputado Leonardo Monteiro, em 19/08/2009. O RELATOR DEFENDEU O SEU PARECER. APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 11 – PROJETO DE LEI Nº 2.831/08** – do Sr. Max Rosenmann – que “define as condições para a exploração de espécimes nativas do *Euterpe edulis*, o palmiteiro”. RELATOR: Deputado GERVÁSIO SILVA. PARECER: pela aprovação. **Vista ao Deputado Fernando Marroni, em 05/08/2009. RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO. 12 – PROJETO DE LEI Nº 3.480/08** – da Sra. Vanessa Grazziotin – que “altera o art. 1º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 – Código Florestal, para obrigar os órgãos competentes do Governo Federal a divulgar, no mínimo uma vez por mês dados sobre desmatamento na Amazônia”. RELATOR: Deputado MÁRIO DE OLIVEIRA. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **Vista ao Deputado Zé Geraldo, em 01/04/2009. RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO. 13 – PROJETO DE LEI Nº 4.062/08** – do Sr. Dr. Talmir – que “acresce dispositivo à Lei nº 4.771, de 1965 (Código Florestal), para exigir a autorização do Ibama para o corte de árvores, e dá outras providências” RELATOR: Deputado MÁRIO DE OLIVEIRA. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO. 14 – PROJETO DE LEI Nº 4.173/08** – do Sr. Juvenil – que “revoga o art. 1.291 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil”. RELATOR: Deputada MARINA MAGGESSI. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **Vista ao Deputado Leonardo Monteiro, em 03/06/2009. O Deputado Leonardo Monteiro apresentou voto em separado em 16/06/2009. RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO. A seguir, o Presidente convidou os parlamentares a participarem dos seguintes eventos: 1) Reunião de Audiência Pública tendo como tema “Processo de Licenciamento Ambiental do Porto do Forno/Arraial do Cabo/RJ, e sus Desdobramentos Ambientais, a realizar-se no dia 27/08/2009, às 10 horas no Plenário 2; e 2) Reunião Deliberativa Ordinária a realizar-se no próximo dia 2/09/2009, às 10 horas no Plenário 2. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a Reunião às onze horas e quarenta e nove minutos. E, para constar, eu, Aurenilton Araruna de Almeida, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente no Exercício**

da Presidência, Deputado Leonardo Monteiro, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

DESIGNAÇÕES

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, as seguintes designações de relatoria:

Ao Deputado Albano Franco

PROJETO DE LEI Nº 5.696/09 – do Sr. Paulo Rubem Santiago – que “torna obrigatória apresentação do Quadro de Sócios e Administradores para inscrição, suspensão ou baixa da pessoa jurídica domiciliada no exterior no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ”.

Ao Deputado Armando Monteiro

PROJETO DE LEI Nº 5.623/09 – do Sr. Carlos Bezerra – que “altera o § 1º do art. 254-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, introduzido pela Lei nº 10.303, 31 de outubro de 2001, que “Dispõe sobre as Sociedades por Ações””.

Ao Deputado Dr. Ubiali

PROJETO DE LEI Nº 5.429/09 – do Sr. Ribamar Alves – que “obriga os supermercados, hipermercados e similares a oferecerem em local específico, os produtos alimentícios que comercializam, destinados e/ou indicados para diabéticos e hipertensos, e dá outras providências”.

Ao Deputado Guilherme Campos

PROJETO DE LEI Nº 5.599/09 – do Sr. Roberto Alves – que “torna obrigatória a contratação de nutricionistas para supermercados e varejo de alimentos em todo o território brasileiro”.

PROJETO DE LEI Nº 5.620/09 – do Sr. Paes Landim – que “extingue a cobrança de encargo financeiro relativo ao cancelamento ou baixa de contratos de câmbio de exportação de mercadorias e serviços e de transferência financeira do exterior”.

Ao Deputado João Maia

PROJETO DE LEI Nº 5.563/09 – do Sr. Carlos Bezerra – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de prova de regularidade fiscal às empresas que pretenderem incluir o nome de consumidor inadimplente em bancos de dados de proteção ao crédito ou entidades afins”.

PROJETO DE LEI Nº 5.579/09 – do Sr. Fernando Chiarelli – que “dispõe sobre a incidência de Imposto de Exportação sobre petróleo bruto”.

Ao Deputado Jurandil Juarez

PROJETO DE LEI Nº 4.960/09 – do Sr. Waldemir Moka – que “altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial

e a falência do empresário e da sociedade empresária, assegurando prioridade ao produtor rural titular de créditos, nas condições que especifica”.

PROJETO DE LEI Nº 5.571/09 – do Sr. Ricardo Quirino – que “acrescenta e altera parágrafos ao artigo 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor”.

PROJETO DE LEI Nº 5.712/09 – da Sra. Vanessa Grazziotin – que “altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo de Desenvolvimento Econômico Incentivado”.

Ao Deputado Leandro Sampaio

PROJETO DE LEI Nº 5.510/09 – da Sra. Solange Almeida – que “dispõe sobre a obrigação de restaurantes, lanchonetes, bares e similares instalarem lavatórios nas suas dependências”.

Ao Deputado Miguel Corrêa

PROJETO DE LEI Nº 5.527/09 – do Sr. Geraldo Resende – que “dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul”.

À Deputada Vanessa Grazziotin

PROJETO DE LEI Nº 5.687/09 – do Sr. João Dado – que “altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), prevendo o prévio licenciamento ambiental da importação de substâncias e produtos químicos, e outras substâncias e produtos que comportem risco para a vida, a qualidade de vida ou o meio ambiente, e dá outras providências”. (Apensado: PL 5.825/2009)

Sala da Comissão, 3 de setembro de 2009. – **Edmilson Valentim**, Presidente.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, a(s) seguinte(s) designação(ões) de relatoria:

Ao Deputado Angelo Vanhoni

PROJETO DE LEI Nº 5.767/09 – do Sr. Enio Bacchi – que “denomina Campus Professora Josefa Ripalda de Freitas o campus da Universidade Federal do Pampa, localizado no município de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul”.

Ao Deputado Dr. Ubiali

PROJETO DE LEI Nº 5.723/09 – da Sra. Vanessa Grazziotin – que “dispõe sobre a reserva de vagas de estágio em órgãos da Administração Pública Federal Direta e Indireta aos estudantes dos Programas Universidade Para Todos (ProUni) e Financiamento Estudantil – FIES e dá outras providências”.

Ao Deputado Emiliano José

PROJETO DE LEI Nº 5.819/09 – do Sr. Luiz Alberto – que “inscreve os nomes de heróis da Revolta dos

Búzios: João de Deus, Lucas Dantas, Manuel Faustino e Luis das Virgens, no Livro dos “Heróis da Pátria”.

À Deputada Fátima Bezerra

PROJETO DE LEI Nº 5.755/09 – da Sra. Gorete Pereira – que “institui, na República Federativa do Brasil, a data de 30 de junho, como Dia do Fiscal Federal Agropecuário”.

Ao Deputado José Fernando Aparecido de Oliveira

PROJETO DE LEI Nº 4.695/09 – do Sr. Vitor Peinado – que “declara o Marquês de Sapucahy “Patrono da Filatelia Brasileira” e cria a “Comenda Filatélica Marquês de Sapucahy”.

À Deputada Nilmar Ruiz

PROJETO DE LEI Nº 5.797/09 – do Sr. Felipe Maia – que “altera o art. 1º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e o art. 1º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para dispor que os benefícios no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES e do Programa Universidade para Todos – PROUNI são aplicáveis a cursos superiores presenciais ou à distância”.

Ao Deputado Paulo Rubem Santiago

PROJETO DE LEI Nº 5.798/09 – do Poder Executivo – que “institui o Programa de Cultura do Trabalhador, cria o Vale-Cultura e dá outras providências”.

Ao Deputado Professor Setimo

PROJETO DE LEI Nº 2.423/07 – do Sr. Nelson Marquezelli – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Pirassununga, com sede no Município de Pirassununga – UFSCAR – Pirassununga, por desmembramento da Universidade Federal de São Carlos, com sede no Município de São Carlos, no Estado de São Paulo”.

Ao Deputado Rogério Marinho

PROJETO DE LEI Nº 2.671/07 – do Senado Federal – Kátia Abreu – (PLS 233/2007) – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Turismo do Araguaia, no Estado do Tocantins”.

Ao Deputado Wilson Picler

PROJETO DE LEI Nº 5.160/09 – do Senado Federal – Paulo Paim – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Piratini, no Estado do Rio Grande do Sul”.

Sala da Comissão, 19 de agosto de 2009. – **Maria do Rosário**, Presidente.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, a(s) seguinte(s) designação(ões) de relatoria:

Ao Deputado Eleuses Paiva

PROJETO DE LEI Nº 3.040/08 – do Sr. Sandes Júnior – que “dispõe sobre a criação do Programa de Identificação e Tratamento da Dislexia na Rede Oficial de Educação Pública e dá outras providências”. (Apen- sados: PL 4933/2009 e PL 5700/2009)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.735/09 – dos Srs. Rodovalho e Miguel Martini – que “susta os efeitos da Portaria/GM nº 1.028, 1º de julho de 2005, do Ministro de Estado da Saúde, que “determina que as ações que visam à redução de danos sociais e à saúde, decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência, sejam reguladas por esta Portaria.”

PROJETO DE LEI Nº 5.781/09 – do Sr. José Aníbal – que “estabelece regras emergenciais e específicas para combate a epidemias ou pandemias no âmbito nacional, inclusive, tratamento tributário diferenciado para aquisição, fabricação e importação de bens necessários no mercado interno e no exterior”.

Sala da Comissão, 3 de setembro de 2009. – **Eicione Barbalho**, Presidente.

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa

DESIGNAÇÃO Nº 16, DE 2009

Faço, nesta data, as seguintes designações de relatoria:

Ao Deputado AFFONSO CAMARGO

PROJETO DE LEI Nº 5.145/09 – da Sra. Perpétua Almeida – que “denomina *Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul – Terra dos Náguas* o aeroporto localizado na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre”.

Ao Deputado AIRTON ROVEDA

PROJETO DE LEI Nº 5.814/09 – do Sr. João Dado – que “denomina *Trevo Rodoviário Alcides de Freitas Assunção* o trevo localizado na BR-153 que acessa a cidade de Bady Bassit, Estado de São Paulo”.

Ao Deputado CLÁUDIO DIAZ

PROJETO DE LEI Nº 5.777/09 – da Sra. Gorete Pereira – que “denomina Metrô Governador Virgílio Távora, o Metrô de Fortaleza – Metrofor, no Estado do Ceará”.

Ao Deputado GIOVANNI QUEIROZ

PROJETO DE LEI Nº 5.795/09 – da Sra. Marina Raupp – que “denomina a BR-429, no Estado de Rondônia, como *Rodovia da Integração*”.

Ao Deputado JOSÉ MENDONÇA BEZERRA

PROJETO DE LEI Nº 5.787/09 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “cria o Programa Nacional de substituição de veículos automotores de transporte privado individual de passageiros”.

Ao Deputado LEONARDO QUINTÃO

PROJETO DE LEI Nº 5.744/09 – do Sr. Paulo Pimenta – que “obriga a construção e manutenção de estações de apoio ao usuário, no âmbito das concessões rodoviárias federais”.

Ao Deputado LÚCIO VALE

PROJETO DE LEI Nº 5.790/09 – do Sr. Jaime Martins – que “altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo incluir na Relação Descritiva dos Portos Marítimos, Fluviais e Lacustres, os Portos de Costa Marques, Pimenteiras do Oeste, Tabajara e Cabixi, no Estado de Rondônia”.

Ao Deputado OLAVO CALHEIROS

PROJETO DE LEI Nº 3.679/08 – do Sr. Eliene Lima – que “dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de ônibus interestaduais e intermunicipais de

implantarem em seus veículos sistema de rastreamento via satélite ou similar”.

Ao Deputado PEDRO FERNANDES

PROJETO DE LEI Nº 6.758/06 – da Sra. Rose de Freitas – que “dispõe sobre a destinação de espaços preferenciais para mulheres e crianças nos sistemas ferroviário e metroviário”.

Ao Deputado SILAS BRASILEIRO

PROJETO DE LEI Nº 5.758/09 – da Sra. Gorete Pereira – que “dispõe sobre a utilização de equipamento de segurança em todos os táxis de cidades com mais de 200 mil habitantes”.

Sala da Comissão, 3 de setembro de 2009. –
Deputado Jaime Martins, Presidente.

SEÇÃO II

MESA DIRETORA

Presidente:

MICHEL TEMER - PMDB - SP

1º Vice-Presidente:

MARCO MAIA - PT - RS

2º Vice-Presidente:

ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - DEM - BA

1º Secretário:

RAFAEL GUERRA - PSDB - MG

2º Secretário:

INOCÊNCIO OLIVEIRA - PR - PE

3º Secretário:

ODAIR CUNHA - PT - MG

4º Secretário:

NELSON MARQUEZELLI - PTB - SP

1º Suplente de Secretário:

MARCELO ORTIZ - PV - SP

2º Suplente de Secretário:

GIOVANNI QUEIROZ - PDT - PA

3º Suplente de Secretário:

LEANDRO SAMPAIO - PPS - RJ

4º Suplente de Secretário:

MANOEL JUNIOR - PSB - PB

LÍDERES E VICE-LÍDERES

Bloco PMDB, PTC

Líder: HENRIQUE EDUARDO ALVES

Vice-Líderes:

Mendes Ribeiro Filho (1º Vice), Colbert Martins, Edinho Bez, Eunício Oliveira, Gastão Vieira (Licenciado), Maria Lúcia Cardoso, Mauro Benevides, Osmar Serraglio, Celso Maldaner, Darcísio Perondi, Geraldo Pudim, Marcelo Melo, Pedro Novais, Valdir Colatto, Vital do Rêgo Filho, Laerte Bessa, Eduardo Cunha, Rodrigo Rocha Loures e Albérico Filho.

PT

Líder: CÂNDIDO VACCAREZZA

Vice-Líderes:

Anselmo de Jesus, Antonio Carlos Biscaia, Carlos Zarattini, Décio Lima, Devanir Ribeiro, Domingos Dutra, Fernando Ferro, Francisco Praciano, Geraldo Simões, Iriny Lopes, José Genoíno, José Guimarães, Luiz Sérgio, Nilson Mourão, Paulo Rocha, Pepe Vargas, Vicentinho, Reginaldo Lopes, Jilmar Tatto e Virgílio Guimarães.

DEM

Líder: RONALDO CAIADO

Vice-Líderes:

Paulo Bornhausen (1º Vice), Abelardo Lupion, Claudio Cajado, Efraim Filho, Felipe Maia, Guilherme Campos, João Oliveira, Jorginho Maluly, José Carlos Aleluia, Lira Maia, Luiz Carreira, Marcio Junqueira, Onyx Lorenzoni, Roberto Magalhães e Alberto Fraga.

PSDB

Líder: JOSÉ ANÍBAL

Vice-Líderes:

Duarte Nogueira (1º Vice), Bruno Araújo, Lobbe Neto, Raimundo Gomes de Matos, Andreia Zito, Bonifácio de Andrada, Paulo Abiackel, Professor Ruy Pauletti, Renato Amary, Wandenkolk Gonçalves, Professora Raquel Teixeira, William Woo, Pinto Itamaraty, Antonio Feijão e Edson Aparecido.

Bloco PSB, PCdoB, PMN, PRB

Líder: MÁRCIO FRANÇA

Vice-Líderes:

Rodrigo Rollemberg (1º Vice), Ciro Gomes, Marcondes Gadelha, Marcelo Serafim, Dr. Ubiali, Lídice da Mata, Valadares Filho, Júlio

Delgado, Daniel Almeida, Flávio Dino, Cleber Verde, Silvio Costa e Perpétua Almeida.

PR

Líder: SANDRO MABEL

Vice-Líderes:

Lincoln Portela (1º Vice), Aelton Freitas, Chico da Princesa, Giacobbo, Jofran Frejat, José Rocha, Leo Alcântara, Lúcio Vale, Neilton Mulim, Gorete Pereira e João Carlos Bacelar.

PP

Líder: MÁRIO NEGROMONTE

Vice-Líderes:

Benedito de Lira (1º Vice), Antonio Cruz, José Linhares, Pedro Henry, Simão Sessim, Vilson Covatti, Roberto Britto, Dilceu Sperafico, Paulo Maluf e João Pizzolatti.

PDT

Líder: DAGOBERTO

Vice-Líderes:

Brizola Neto (1º Vice), Miro Teixeira, Paulo Pereira da Silva, Paulo Rubem Santiago, Ademir Camilo, Wolney Queiroz e Damião Feliciano.

PTB

Líder: JOVAIR ARANTES

Vice-Líderes:

Luiz Carlos Busato (1º Vice), Alex Canziani, Arnaldo Faria de Sá, Pastor Manoel Ferreira, Paes Landim e Pedro Fernandes.

PV

Líder: SARNEY FILHO

Vice-Líderes:

Edson Duarte, Antônio Roberto, José Fernando Aparecido de Oliveira e Roberto Santiago.

PPS

Líder: FERNANDO CORUJA

Vice-Líderes:

Arnaldo Jardim (1º Vice), Moreira Mendes, Geraldo Thadeu e Humberto Souto.

PSC

Líder: HUGO LEAL

Vice-Líderes:

Eduardo Amorim (1º Vice), Carlos Eduardo Cadoca e Regis de Oliveira.

Parágrafo 4º, Artigo 9º do RICD

PSOL

Repr.:

PHS

Repr.: MIGUEL MARTINI

PTdoB

Repr.: VINICIUS CARVALHO

Liderança do Governo

Líder: HENRIQUE FONTANA

Vice-Líderes:

Beto Albuquerque, Wilson Santiago, Milton Monti, Ricardo Barros e Armando Abílio.

Liderança da Minoria

Líder: ANDRÉ DE PAULA

DEPUTADOS EM EXERCÍCIO**Roraima**

Angela Portela - PT
Edio Lopes - PMDB
Francisco Rodrigues - DEM
Luciano Castro - PR
Marcio Junqueira - DEM
Maria Helena - PSB
Neudo Campos - PP
Urzeni Rocha - PSDB

Amapá

Antonio Feijão - PSDB
Dalva Figueiredo - PT
Evandro Milhomen - PCdoB
Fátima Pelaes - PMDB
Janete Capiberibe - PSB
Jurandil Juarez - PMDB
Lucenira Pimentel - PR
Sebastião Bala Rocha - PDT

Pará

Asdrubal Bentes - PMDB
Bel Mesquita - PMDB
Beto Faro - PT
Elcione Barbalho - PMDB
Gerson Peres - PP
Giovanni Queiroz - PDT
Jader Barbalho - PMDB
Lira Maia - DEM
Lúcio Vale - PR
Nilson Pinto - PSDB
Paulo Rocha - PT
Vic Pires Franco - DEM
Wandenkolk Gonçalves - PSDB
Wladimir Costa - PMDB
Zé Geraldo - PT
Zenaldo Coutinho - PSDB
Zequinha Marinho - PSC

Amazonas

Átila Lins - PMDB
Francisco Praciano - PT
Lupércio Ramos - PMDB
Marcelo Serafim - PSB
Rebecca Garcia - PP
Sabino Castelo Branco - PTB
Silas Câmara - PSC
Vanessa Grazziotin - PCdoB

Rondônia

Anselmo de Jesus - PT
Eduardo Valverde - PT
Ernandes Amorim - PTB
Lindomar Garçon - PV
Marinha Raupp - PMDB
Mauro Nazif - PSB
Moreira Mendes - PPS
Natan Donadon - PMDB

Acre

Fernando Melo - PT
Flaviano Melo - PMDB
Gladson Cameli - PP
Henrique Afonso - PT
Ilderlei Cordeiro - PPS
Nilson Mourão - PT
Perpétua Almeida - PCdoB
Sergio Petecão - PMN

Tocantins

Eduardo Gomes - PSDB
João Oliveira - DEM
Laurez Moreira - PSB
Lázaro Botelho - PP

Moises Avelino - PMDB
Nilmar Ruiz - DEM
Osvaldo Reis - PMDB
Vicentinho Alves - PR

Maranhão

Albérico Filho - PMDB
Carlos Brandão - PSDB
Cleber Verde - PRB
Clóvis Fecury - DEM
Davi Alves Silva Júnior - PDT
Domingos Dutra - PT
Flávio Dino - PCdoB
Julião Amin - PDT
Nice Lobão - DEM
Pedro Fernandes - PTB
Pedro Novais - PMDB
Pinto Itamaraty - PSDB
Professor Setimo - PMDB
Ribamar Alves - PSB
Roberto Rocha - PSDB
Sarney Filho - PV
Washington Luiz - PT
Zé Vieira - PR

Ceará

Aníbal Gomes - PMDB
Ariosto Holanda - PSB
Arnon Bezerra - PTB
Chico Lopes - PCdoB
Ciro Gomes - PSB
Eudes Xavier - PT
Eugênio Rabelo - PP
Eunício Oliveira - PMDB
Flávio Bezerra - PMDB
Gorete Pereira - PR
José Airton Cirilo - PT
José Guimarães - PT
José Linhares - PP
Leo Alcântara - PR
Manoel Salviano - PSDB
Marcelo Teixeira - PR
Mauro Benevides - PMDB
Pastor Pedro Ribeiro - PMDB
Paulo Henrique Lustosa - PMDB
Raimundo Gomes de Matos - PSDB
Vicente Arruda - PR
Zé Gerardo - PMDB

Piauí

Alberto Silva - PMDB
Átila Lira - PSB
Ciro Nogueira - PP
Elizeu Aguiar - PTB
José Maia Filho - DEM
Júlio Cesar - DEM
Marcelo Castro - PMDB
Nazareno Fonteles - PT
Osmar Júnior - PCdoB
Paes Landim - PTB

Rio Grande do Norte

Betinho Rosado - DEM
Fábio Faria - PMN
Fátima Bezerra - PT
Felipe Maia - DEM
Henrique Eduardo Alves - PMDB
João Maia - PR
Rogério Marinho - PSDB
Sandra Rosado - PSB

Paraíba

Armando Abílio - PTB
Damião Feliciano - PDT
Efraim Filho - DEM

Luiz Couto - PT
Major Fábio - DEM
Manoel Junior - PSB
Marcondes Gadelha - PSB
Rômulo Gouveia - PSDB
Vital do Rêgo Filho - PMDB
Wellington Roberto - PR
Wilson Braga - PMDB
Wilson Santiago - PMDB

Pernambuco

Ana Arraes - PSB
André de Paula - DEM
Armando Monteiro - PTB
Bruno Araújo - PSDB
Bruno Rodrigues - PSDB
Carlos Eduardo Cadoca - PSC
Charles Lucena - PTB
Edgar Moury - PMDB
Eduardo da Fonte - PP
Fernando Coelho Filho - PSB
Fernando Ferro - PT
Fernando Nascimento - PT
Gonzaga Patriota - PSB
Inocêncio Oliveira - PR
José Chaves - PTB
José Mendonça Bezerra - DEM
Marcos Antonio - PRB
Maurício Rands - PT
Paulo Rubem Santiago - PDT
Pedro Eugênio - PT
Raul Henry - PMDB
Raul Jungmann - PPS
Roberto Magalhães - DEM
Silvio Costa - PMN
Wolney Queiroz - PDT

Alagoas

Antonio Carlos Chamariz - PTB
Augusto Farias - PTB
Benedito de Lira - PP
Carlos Alberto Canuto - PMDB
Francisco Tenorio - PMN
Givaldo Carimbão - PSB
Joaquim Beltrão - PMDB
Maurício Quintella Lessa - PR
Olavo Calheiros - PMDB

Sergipe

Albano Franco - PSDB
Eduardo Amorim - PSC
Iran Barbosa - PT
Jackson Barreto - PMDB
Jerônimo Reis - DEM
José Carlos Machado - DEM
Mendonça Prado - DEM
Valadares Filho - PSB

Bahia

Alice Portugal - PCdoB
Antonio Carlos Magalhães Neto - DEM
Claudio Cajado - DEM
Colbert Martins - PMDB
Daniel Almeida - PCdoB
Edigar Mão Branca - PV
Edson Duarte - PV
Emiliano José - PT
Fábio Souto - DEM
Félix Mendonça - DEM
Fernando de Fabinho - DEM
Geraldo Simões - PT
Jairo Carneiro - PP
João Almeida - PSDB
João Carlos Bacelar - PR

Jorge Khoury - DEM
José Carlos Aleluia - DEM
José Carlos Araújo - PR
José Rocha - PR
Joseph Bandeira - PT
Jutahy Junior - PSDB
Lídice da Mata - PSB
Luiz Alberto - PT
Luiz Bassuma - PT
Luiz Carreira - DEM
Marcelo Guimarães Filho - PMDB
Márcio Marinho - PR
Marcos Medrado - PDT
Mário Negromonte - PP
Maurício Trindade - PR
Paulo Magalhães - DEM
Roberto Britto - PP
Sérgio Barradas Carneiro - PT
Sérgio Brito - PDT
Severiano Alves - PDT
Tonha Magalhães - PR
Uldurico Pinto - PMN
Veloso - PMDB
Zezéu Ribeiro - PT

Minas Gerais

Ademir Camilo - PDT
Aelton Freitas - PR
Alexandre Silveira - PPS
Antônio Andrade - PMDB
Antônio Roberto - PV
Aracely de Paula - PR
Bilac Pinto - PR
Bonifácio de Andrada - PSDB
Carlos Melles - DEM
Carlos Willian - PTC
Ciro Pedrosa - PV
Edmar Moreira - PR
Eduardo Barbosa - PSDB
Elismar Prado - PT
Fábio Ramalho - PV
George Hilton - PP
Geraldo Thadeu - PPS
Gilmar Machado - PT
Humberto Souto - PPS
Jaime Martins - PR
Jairo Ataíde - DEM
Jô Moraes - PCdoB
João Bittar - DEM
João Magalhães - PMDB
José Fernando Aparecido de Oliveira - PV
José Santana de Vasconcellos - PR
Júlio Delgado - PSB
Lael Varella - DEM
Leonardo Monteiro - PT
Leonardo Quintão - PMDB
Lincoln Portela - PR
Luiz Fernando Faria - PP
Márcio Reinaldo Moreira - PP
Marcos Lima - PMDB
Marcos Montes - DEM
Mária Lúcia Cardoso - PMDB
Mário de Oliveira - PSC
Mário Heringer - PDT
Mauro Lopes - PMDB
Miguel Corrêa - PT
Miguel Martini - PHS
Narcio Rodrigues - PSDB
Odair Cunha - PT
Paulo Abi-ackel - PSDB
Paulo Delgado - PT

Paulo Piau - PMDB
Rafael Guerra - PSDB
Reginaldo Lopes - PT
Rodrigo de Castro - PSDB
Saraiva Felipe - PMDB
Silas Brasileiro - PMDB
Virgílio Guimarães - PT
Vitor Penido - DEM

Espírito Santo

Camilo Cola - PMDB
Capitão Assunção - PSB
Irliny Lopes - PT
Jurandy Loureiro - PSC
Lelo Coimbra - PMDB
Luiz Paulo Vellozo Lucas - PSDB
Manato - PDT
Rita Camata - PMDB
Rose de Freitas - PMDB
Sueli Vidigal - PDT

Rio de Janeiro

Alexandre Santos - PMDB
Andreia Zito - PSDB
Antonio Carlos Biscaia - PT
Arnaldo Vianna - PDT
Arolde de Oliveira - DEM
Bernardo Ariston - PMDB
Brizola Neto - PDT
Carlos Santana - PT
Chico Alencar - PSOL
Chico D'angelo - PT
Cida Diogo - PT
Deley - PSC
Dr. Adilson Soares - PR
Dr. Paulo César - PR
Edmilson Valentim - PCdoB
Edson Ezequiel - PMDB
Eduardo Cunha - PMDB
Eduardo Lopes - PSB
Felipe Bornier - PHS
Fernando Gabeira - PV
Fernando Lopes - PMDB
Filipe Pereira - PSC
Geraldo Pudim - PMDB
Glauber Braga - PSB
Hugo Leal - PSC
Indio da Costa - DEM
Jair Bolsonaro - PP
Leandro Sampaio - PPS
Léo Vivas - PRB
Luiz Sérgio - PT
Marcelo Itagiba - PMDB
Marina Maggessi - PPS
Miro Teixeira - PDT
Neilton Mulim - PR
Nelson Bornier - PMDB
Otavio Leite - PSDB
Pastor Manoel Ferreira - PTB
Paulo Rattes - PMDB
Rodrigo Maia - DEM
Rogerio Lisboa - DEM
Silvio Lopes - PSDB
Simão Sessim - PP
Solange Almeida - PMDB
Solange Amaral - DEM
Suely - PR
Vinicius Carvalho - PTdoB

São Paulo

Abelardo Camarinha - PSB
Aldo Rebelo - PCdoB
Aline Corrêa - PP

Antonio Bulhões - PMDB
Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB
Antonio Carlos Pannunzio - PSDB
Antonio Palocci - PT
Arlindo Chinaglia - PT
Arnaldo Faria de Sá - PTB
Arnaldo Jardim - PPS
Arnaldo Madeira - PSDB
Beto Mansur - PP
Bispo Gê Tenuta - DEM
Cândido Vaccarezza - PT
Carlos Sampaio - PSDB
Carlos Zarattini - PT
Celso Russomanno - PP
Devanir Ribeiro - PT
Dimas Ramalho - PPS
Dr. Nechar - PV
Dr. Talmir - PV
Dr. Ubiali - PSB
Duarte Nogueira - PSDB
Edson Aparecido - PSDB
Eleuses Paiva - DEM
Emanuel Fernandes - PSDB
Fernando Chiarelli - PDT
Fernando Chucre - PSDB
Francisco Rossi - PMDB
Guilherme Campos - DEM
Ivan Valente - PSOL
Janete Rocha Pietá - PT
Jefferson Campos - PTB
Jilmar Tatto - PT
João Dado - PDT
João Paulo Cunha - PT
Jorginho Maluly - DEM
José Aníbal - PSDB
José C. Stangarlino - PSDB
José Eduardo Cardozo - PT
José Genoíno - PT
José Mentor - PT
José Paulo Tóffano - PV
Julio Semeghini - PSDB
Lobbe Neto - PSDB
Luciana Costa - PR
Luiza Erundina - PSB
Marcelo Ortiz - PV
Márcio França - PSB
Michel Temer - PMDB
Milton Monti - PR
Milton Vieira - DEM
Nelson Marquezelli - PTB
Paes de Lira - PTC
Paulo Maluf - PP
Paulo Pereira da Silva - PDT
Paulo Teixeira - PT
Regis de Oliveira - PSC
Renato Amary - PSDB
Ricardo Berzoini - PT
Ricardo Tripoli - PSDB
Roberto Alves - PTB
Roberto Santiago - PV
Silvio Torres - PSDB
Vadão Gomes - PP
Valdemar Costa Neto - PR
Vanderlei Macris - PSDB
Vicentinho - PT
Walter Ihoshi - DEM
William Woo - PSDB

Mato Grosso

Carlos Abicalil - PT
Carlos Bezerra - PMDB

Eliene Lima - PP
Homero Pereira - PR
Pedro Henry - PP
Professor Victorio Galli - PMDB
Thelma de Oliveira - PSDB
Valtenir Pereira - PSB

Distrito Federal

Alberto Fraga - DEM
Jofran Frejat - PR
Laerte Bessa - PMDB
Magela - PT
Osório Adriano - DEM
Rodovalho - DEM
Rodrigo Rollemberg - PSB
Tadeu Filippelli - PMDB

Goiás

Carlos Alberto Leréia - PSDB
Chico Abreu - PR
Íris de Araújo - PMDB
João Campos - PSDB
Jovair Arantes - PTB
Leandro Vilela - PMDB
Leonardo Vilela - PSDB
Luiz Bittencourt - PMDB
Marcelo Melo - PMDB
Pedro Chaves - PMDB
Pedro Wilson - PT
Professora Raquel Teixeira - PSDB
Ronaldo Caiado - DEM
Rubens Otoni - PT
Sandes Júnior - PP
Sandro Mabel - PR
Tatico - PTB

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos Biffi - PT
Antonio Cruz - PP
Dagoberto - PDT
Geraldo Resende - PMDB
Marçal Filho - PMDB
Nelson Trad - PMDB
Vander Loubet - PT
Waldemir Moka - PMDB

Paraná

Abelardo Lupion - DEM
Affonso Camargo - PSDB
Airton Roveda - PR
Alceni Guerra - DEM
Alex Canziani - PTB
Alfredo Kaefer - PSDB
Andre Vargas - PT
Andre Zacharow - PMDB
Angelo Vanhoni - PT
Assis do Couto - PT
Cezar Silvestri - PPS
Chico da Princesa - PR
Dilceu Sperafico - PP
Dr. Rosinha - PT
Eduardo Sciarra - DEM
Giacobo - PR
Gustavo Fruet - PSDB
Hermes Parcianello - PMDB
Luiz Carlos Haully - PSDB
Luiz Carlos Setim - DEM
Marcelo Almeida - PMDB
Moacir Micheletto - PMDB
Nelson Meurer - PP
Odílio Balbinotti - PMDB
Osmar Serraglio - PMDB
Ratinho Junior - PSC
Ricardo Barros - PP

Rodrigo Rocha Loures - PMDB
Takayama - PSC
Wilson Picler - PDT

Santa Catarina

Acélio Casagrande - PMDB
Angela Amin - PP
Celso Maldaner - PMDB
Décio Lima - PT
Edinho Bez - PMDB
Fernando Coruja - PPS
Gervásio Silva - PSDB
João Matos - PMDB
João Pizzolatti - PP
Jorge Boeira - PT
José Carlos Vieira - DEM
Nelson Goetten - PR
Paulo Bornhausen - DEM
Valdir Colatto - PMDB
Vignatti - PT
Zonta - PP

Rio Grande do Sul

Afonso Hamm - PP
Beto Albuquerque - PSB
Cláudio Diaz - PSDB
Darcísio Perondi - PMDB
Eliseu Padilha - PMDB
Emilia Fernandes - PT
Enio Bacci - PDT
Fernando Marroni - PT
Geraldinho - PSOL
Germano Bonow - DEM
Henrique Fontana - PT
Ibsen Pinheiro - PMDB
José Otávio Germano - PP
Luis Carlos Heinze - PP
Luiz Carlos Busato - PTB
Manuela D'ávila - PCdoB
Marco Maia - PT
Maria do Rosário - PT
Mendes Ribeiro Filho - PMDB
Nelson Proença - PPS
Onyx Lorenzoni - DEM
Oswaldo Biolchi - PMDB
Paulo Pimenta - PT
Paulo Roberto Pereira - PTB
Pepe Vargas - PT
Pompeo de Mattos - PDT
Professor Ruy Pauletti - PSDB
Renato Molling - PP
Sérgio Moraes - PTB
Vieira da Cunha - PDT
Wilson Covatti - PP

COMISSÕES PERMANENTES**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

Presidente: Fábio Souto (DEM)

1º Vice-Presidente: Wandenkolk Gonçalves (PSDB)

2º Vice-Presidente: Luis Carlos Heinze (PP)

3º Vice-Presidente: Nelson Meurer (PP)

Titulares**PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB**

Anselmo de Jesus

Antônio Andrade vaga do PV

Assis do Couto

Benedito de Lira

Beto Faro

Celso Maldaner vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN

Dilceu Sperafico

Flávio Bezerra vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN

Homero Pereira

Leandro Vilela

Luciana Costa

Luis Carlos Heinze

Moacir Micheletto

Moises Avelino

Nazareno Fonteles

Nelson Meurer

Odílio Balbinotti

Osvaldo Reis

Pedro Chaves

Tatico

Valdir Colatto

Waldemir Moka

Zé Gerardo vaga do PSDB/DEM/PPS

Zonta

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

PSDB/DEM/PPS

Abelardo Lupion

Cezar Silvestri

Duarte Nogueira

Fábio Souto

Humberto Souto

Jairo Ataíde

Leonardo Vilela

Lira Maia vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMNLuiz Carlos Setim vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMNMoreira Mendes vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Onyx Lorenzoni

Vitor Penido

Wandenkolk Gonçalves

(Dep. do

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT

C/PTdoB ocupa a vaga)

1 vaga

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Dagoberto

Fernando Coelho Filho

(Dep. do

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT

C/PTdoB ocupa a vaga)

(Dep. do

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT

SuplentesAfonso Hamm vaga do PSDB/DEM/PPS

Airton Roveda

Camilo Cola

Carlos Alberto Canuto

Dalva Figueiredo

Darcísio Perondi

Eduardo Amorim

Ernandes Amorim

Eugênio Rabelo

Fernando Melo

Geraldo Simões

João Leão (Licenciado)

Lázaro Botelho

Márcio Marinho

Nilson Mourão

Paulo Piau

Rose de Freitas

Vadão Gomes vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN

Vander Loubet

Velooso

Vignatti

Washington Luiz

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)

Alfredo Kaefer

Antonio Carlos Mendes Thame

Betinho Rosado

Carlos Melles vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN

Cláudio Diaz

Eduardo Sciarra

Félix Mendonça vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN

Francisco Rodrigues

Jerônimo Reis

João Oliveira vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN

Júlio Cesar

Leandro Sampaio

Marcos Montes vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN

Osório Adriano

Silvio Lopes

(Dep. do

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC

/PTdoB ocupa a vaga)

Giovanni Queiroz vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Mário Heringer

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa

a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa

a vaga)

C/PTdoB ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS

ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS

ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa

a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa

a vaga)

(Dep. do

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC

/PTdoB ocupa a vaga)

PV

(Dep. do

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT

C/PTdoB ocupa a vaga)

Secretário(a): Moizes Lobo da Cunha

Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 32

Telefones: 3216-6403/6404/6406

FAX: 3216-6415

Edson Duarte

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Presidente: Silas Câmara (PSC)

1º Vice-Presidente: Sergio Petecão (PMN)

2º Vice-Presidente: Sebastião Bala Rocha (PDT)

3º Vice-Presidente: Dalva Figueiredo (PT)

Titulares**PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB**

Asdrubal Bentes

Dalva Figueiredo

Fernando Melo

Henrique Afonso

Márcio Marinho

Natan Donadon

Silas Câmara

Washington Luiz

Zé Vieira vaga do PSDB/DEM/PPS

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)

1 vaga

PSDB/DEM/PPS

Antonio Feijão

Nilson Pinto

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN

ocupa a vaga)

(Dep. do

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/

PTdoB ocupa a vaga)

2 vagas

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Janete Capiberibe

Marcelo Serafim vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Maria Helena

Perpétua Almeida vaga do PSDB/DEM/PPSSebastião Bala Rocha vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Sergio Petecão

PVLindomar Garçon vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Secretário(a): Iara Araújo Alencar Aires

Local: Anexo II - Sala T- 59

Telefones: 3216-6432

FAX: 3216-6440

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Presidente: Eduardo Gomes (PSDB)

1º Vice-Presidente: Professora Raquel Teixeira (PSDB)

2º Vice-Presidente: Cida Diogo (PT)

3º Vice-Presidente: Luiza Erundina (PSB)

Titulares

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
Antonio Carlos Chamariz
Beto Mansur

Bilac Pinto
Charles Lucena

Cida Diogo
Dr. Adilson Soares

Eunício Oliveira
Francisco Rossi

Gilmar Machado
Irliny Lopes

Jader Barbalho
José Rocha

Paulo Henrique Lustosa
Paulo Pimenta

Paulo Roberto Pereira
Paulo Teixeira

Ratinho Junior
Sandes Júnior

Wladimir Costa
Zequinha Marinho

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa
a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Licenciado)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

Antonio Carlos Biscaia

Augusto Farias vaga do PSDB/DEM/PPS

Carlos Bezerra vaga do PSDB/DEM/PPS

Ciro Nogueira

Colbert Martins

Eduardo Cunha

Eliseu Padilha

Emiliano José

Geraldo Pudim vaga do PV

Gerson Peres

Jefferson Campos

João Paulo Cunha

José Eduardo Cardozo

José Genoíno

José Mentor

Magela

Marçal Filho

Marcelo Guimarães Filho

Marcelo Itagiba

Maurício Quintella Lessa

Mauro Benevides

Mendes Ribeiro Filho

Nelson Trad

Osmar Serraglio

Paes Landim

Pastor Manoel Ferreira

Paulo Maluf

Regis de Oliveira

Rubens Otoni

Sérgio Barradas Carneiro

Tadeu Filippelli

Vicente Arruda

Vilson Covatti

Vital do Rêgo Filho

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

Aracely de Paula

Araldo Faria de Sá

Carlos Willian

Celso Russomanno

Décio Lima

Dilceu Sperafico

Domingos Dutra

Dr. Rosinha

Eduardo Amorim

Fátima Bezerra

George Hilton

Hugo Leal

Ibsen Pinheiro

Jaime Martins

Jair Bolsonaro

João Magalhães

José Guimarães

Leo Alcântara

Luiz Couto

Maria do Rosário

Maria Lúcia Cardoso

Maurício Rands

Mauro Lopes

Miguel Corrêa

Odílio Balbinotti

Pastor Pedro Ribeiro

Paulo Rattes

Sandes Barros

Sandes Júnior

Sandro Mabel

Wilson Santiago

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Presidente: Tadeu Filippelli (PMDB)

1º Vice-Presidente: Eliseu Padilha (PMDB)

2º Vice-Presidente: Bonifácio de Andrada (PSDB)

3º Vice-Presidente: José Maia Filho (DEM)

Titulares

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

Suplentes

Angela Amin vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN

Angelo Vanhoni

Antônio Carlos Biffi

Antonio Palocci

Beto Faro

Celso Russomanno

Colbert Martins

Eliene Lima

Fernando Ferro

Flávio Bezerra

João Matos

José Carlos Araújo

Luiz Fernando Faria

Márcio Marinho

Mendes Ribeiro Filho

Nelson Meurer

Olavo Calheiros

Sabino Castelo Branco

Silas Câmara

Takayama

Wellington Fagundes

(Licenciado)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

Sandra Rosado
Sérgio Brito vaga do PSDB/DEM/PPS
Valtenir Pereira
Vieira da Cunha
Wolney Queiroz

PV

Marcelo Ortiz
(Dep. do
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT
C/PTdoB ocupa a vaga)

PSOL

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)
Secretário(a): Rejane Salete Marques
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala 21
Telefones: 3216-6494
FAX: 3216-6499

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Ana Arraes (PSB)
1º Vice-Presidente: Filipe Pereira (PSC)
2º Vice-Presidente: Vinicius Carvalho (PTdoB)
3º Vice-Presidente: Walter Ihoshi (DEM)

Titulares **Suplentes**

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Antonio Cruz vaga do PSDB/DEM/PPS
Celso Russomanno
Elismar Prado
Elizeu Aguiar
Filipe Pereira
José Carlos Araújo
Luiz Bittencourt
Neudo Campos
Tonha Magalhães
Vinicius Carvalho
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)
(Dep. do PHS ocupa a vaga)

PSDB/DEM/PPS

Carlos Sampaio
Dimas Ramalho
Ricardo Tripoli
Rogerio Lisboa
Walter Ihoshi
(Dep. do
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT
C/PTdoB ocupa a vaga)

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Ana Arraes
Chico Lopes vaga do
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Júlio Delgado
1 vaga
(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

PV

Dr. Nechar
(Dep. do
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT
C/PTdoB ocupa a vaga)

PSOL

Ivan Valente vaga do
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

PHS

Felipe Bornier vaga do
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
Secretário(a): Lilian de Cássia Albuquerque Santos
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 152
Telefones: 3216-6920 A 6922
FAX: 3216-6925

Pompeo de Mattos
Sergio Petecão
Silvio Costa

Roberto Santiago

Sarney Filho

Chico Alencar

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: Edmilson Valentim (PCdoB)
1º Vice-Presidente: Dr. Ubiali (PSB)
2º Vice-Presidente: João Maia (PR)
3º Vice-Presidente: Fernando de Fabinho (DEM)

Titulares **Suplentes**

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Edson Ezequiel
Jairo Carneiro
João Maia
José Guimarães
Jurandil Juarez
Miguel Corrêa
Nelson Goetten
Renato Molling
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

Aelton Freitas
Antônio Andrade
Armando Monteiro
Carlos Eduardo Cadoca
Elizeu Aguiar vaga do PSDB/DEM/PPS
Maurício Trindade vaga do PHS
Natan Donadon
Rebecca Garcia
Ricardo Berzoini
Silas Brasileiro
Wilson Covatti
Virgílio Guimarães

PSDB/DEM/PPS

Albano Franco
Fernando de Fabinho
Leandro Sampaio
Luiz Paulo Vellozo Lucas
Osório Adriano

Guilherme Campos
Manoel Salviano
Moreira Mendes
(Dep. do
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT
C/PTdoB ocupa a vaga)
1 vaga

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Capitão Assunção vaga do
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
Dr. Ubiali
Edmilson Valentim vaga do
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
Laurez Moreira
Vanessa Grazziotin vaga do PHS

Fernando Coelho Filho
Valadares Filho

PHS

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)
(Dep. do
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT
C/PTdoB ocupa a vaga)
Secretário(a): Anamélia Lima Rocha M. Fernandes
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala T33
Telefones: 3216-6601 A 6609
FAX: 3216-6610

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Presidente: Eduardo Sciarra (DEM)
1º Vice-Presidente: João Bittar (DEM)
2º Vice-Presidente: Fernando Chucre (PSDB)
3º Vice-Presidente: José Chaves (PTB)

Titulares **Suplentes**

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Angela Amin
Chico Abreu
Emília Fernandes
Flaviano Melo
Francisco Praciano
João Carlos Bacelar vaga do PSDB/DEM/PPS
José Chaves
Marcelo Melo
Zezéu Ribeiro
(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa
a vaga)
(Dep. do PV ocupa a vaga)

Acélio Casagrande
Benedito de Lira
Chico da Princesa
José Airton Cirilo
Jurandy Loureiro
Leonardo Monteiro
Luiz Carlos Busato
Pepe Vargas
(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)
1 vaga

PSDB/DEM/PPS

Eduardo Sciarra
Araldo Jardim

Fernando Chucre
João Bittar
José Carlos Machado ^{vaga do}
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
(Dep. do
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/
PTdoB ocupa a vaga)
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

Gustavo Fruet
Jorge Khoury
José Carlos Vieira
Onyx Lorenzoni ^{vaga do}
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
Renato Amary
Flávio Dino
Silvio Costa
(Dep. do PRB ocupa a vaga)

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Evandro Milhomen
Fernando Chiarelli
Mário Heringer ^{vaga do PSDB/DEM/PPS}
Osmar Júnior

PV

José Paulo Tóffano ^{vaga do}
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

PRB

Léo Vivas ^{vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN}

Secretário(a): Estevam dos Santos Silva
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 188
Telefones: 3216-6551/ 6554
FAX: 3216-6560

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

Presidente: Luiz Couto (PT)
1º Vice-Presidente: Pedro Wilson (PT)
2º Vice-Presidente: Cleber Verde (PRB)
3º Vice-Presidente: Geraldo Thadeu (PPS)

Titulares

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Domingos Dutra
Edmar Moreira ^{vaga do PSDB/DEM/PPS}
Janete Rocha Pietá
Lucenira Pimentel
Luiz Couto
Pastor Pedro Ribeiro
Pedro Wilson
Professor Victorio Galli
Suely
Veloso

Suplentes

Antonio Bulhões ^{vaga do PHS}
Carlos Abicalil
Irieny Lopes
José Linhares
Lincoln Portela
Luiz Alberto
Paes de Lira
Pastor Manoel Ferreira
Paulo Henrique Lustosa
(Dep. do PV ocupa a vaga)

PSDB/DEM/PPS

Geraldo Thadeu
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
(Dep. do
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT
C/PTdoB ocupa a vaga)
2 vagas

Eduardo Barbosa
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)
2 vagas

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Pompeo de Mattos
(Dep. do PRB ocupa a vaga)

Janete Capiberibe
Paulo Rubem Santiago
Uldurico Pinto ^{vaga do PSDB/DEM/PPS}

PHS

Miguel Martini

(Dep. do
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC
/PTdoB ocupa a vaga)

PRB

Cleber Verde ^{vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN}
1 vaga

PV

Antônio Roberto ^{vaga do}
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

PSOL

Chico Alencar ^{vaga do PSDB/DEM/PPS}
Secretário(a): Márcio Marques de Araújo
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 185
Telefones: 3216-6571
FAX: 3216-6580

Geraldinho ^{vaga do PSDB/DEM/PPS}

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente: Maria do Rosário (PT)
1º Vice-Presidente: Fátima Bezerra (PT)
2º Vice-Presidente: Lobbe Neto (PSDB)
3º Vice-Presidente: Alice Portugal (PCdoB)

Titulares

Alex Canziani
Angelo Vanhoni
Antônio Carlos Biffi
Bel Mesquita
Carlos Abicalil
Fátima Bezerra
Gastão Vieira (Licenciado)
Iran Barbosa
João Matos
Joaquim Beltrão
Joseph Bandeira
Lelo Coimbra
Maria do Rosário
Neilton Mulim
Oswaldo Biolchi
Professor Setimo ^{vaga do PSDB/DEM/PPS}
Raul Henry ^{vaga do PV}

Suplentes

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Angela Portela
Charles Lucena
Chico Abreu
Elismar Prado
Emiliano José
Eudes Xavier
Fernando Nascimento
Geraldo Resende
Jairo Carneiro
José Linhares
Marcelo Almeida
Mauro Benevides
Osmar Serraglio
Pedro Wilson
Roberto Alves
Rodrigo Rocha Loures
(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa
a vaga)

Reginaldo Lopes
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

PSDB/DEM/PPS

Clóvis Fecury
Eduardo Barbosa ^{vaga do}
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
Eloises Paiva
Lira Maia
Luiz Carlos Setim
Narcio Rodrigues
Paulo Magalhães
Professor Ruy Pauletti
Professora Raquel Teixeira
Raimundo Gomes de Matos
(Dep. do PV ocupa a vaga)
1 vaga

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Alice Portugal
Ariosto Holanda ^{vaga do}
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
Átila Lira
Paulo Rubem Santiago
Wilson Picler ^{vaga do PSDB/DEM/PPS}
(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

Dr. Ubiali
Lídice da Mata
Luiza Erundina
Severiano Alves

PV

(Dep. do
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT
C/PTdoB ocupa a vaga)

José Fernando Aparecido de
Oliveira ^{vaga do PSDB/DEM/PPS}
Marcelo Ortiz

PRB

Marcos Antonio ^{vaga do PSDB/DEM/PPS}
Secretário(a): Anamélia Ribeiro C. de Araújo
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 170
Telefones: 3216-6625/6626/6627/6628
FAX: 3216-6635

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Presidente: Vignatti (PT)
1º Vice-Presidente: Antonio Palocci (PT)
2º Vice-Presidente: Luiz Carlos Hauly (PSDB)
3º Vice-Presidente: Félix Mendonça (DEM)

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Aelton Freitas	Bilac Pinto
Andre Vargas	Edgar Moury <small>vaga do PSOL</small>
Antonio Palocci	Eduardo Cunha
Armando Monteiro	João Magalhães
Eduardo Amorim	João Paulo Cunha
Gladson Cameli	Jorge Boeira
João Pizzolatti	Leonardo Quintão
Marcelo Castro	Magela
Pedro Eugênio	Maurício Quintella Lessa
Pedro Novais	Oswaldo Biolchi
Pepe Vargas	Paulo Maluf
Ricardo Barros	Pedro Henry
Ricardo Berzoini	Professor Setimo
Rodrigo Rocha Loures	Reginaldo Lopes
Vicentinho Alves	Tonha Magalhães
Vignatti	Vital do Rêgo Filho
Virgílio Guimarães <small>vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN</small>	Zonta
Wilson Santiago	(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)
PSDB/DEM/PPS	
Alfredo Kaefer	Antonio Carlos Pannunzio
Arnaldo Madeira	Arnaldo Jardim
Carlos Melles	João Almeida
Félix Mendonça	João Bittar <small>vaga do PV</small>
Guilherme Campos	João Oliveira
Ilderlei Cordeiro	José Carlos Aleluia
Júlio Cesar	José Maia Filho
Julio Semeghini	Nelson Proença <small>vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN</small>
Luiz Carlos Haulay	Paulo Renato Souza
Luiz Carreira <small>vaga do PV</small>	(Licenciado)
(Dep. do PV ocupa a vaga)	Rodrigo de Castro
PSB/PDT/PCdoB/PMN	2 vagas
João Dado	Ciro Gomes
Manoel Nour	Júlio Amin
Silvio Costa	Osmar Júnior <small>vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</small>
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)	Paulo Pereira da Silva
	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
PV	
Ciro Pedrosa <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small>	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)	
PSOL	
Geraldinho	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)
Secretário(a): Marcelle R C Cavalcanti	
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 136	
Telefones: 3216-6654/6655/6652	
FAX: 3216-6660	
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE	
Presidente: Silvio Torres (PSDB)	
1º Vice-Presidente: Rômulo Gouveia (PSDB)	
2º Vice-Presidente: Sueli Vidigal (PDT)	
3º Vice-Presidente: Léo Vivas (PRB)	
Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Aníbal Gomes	Alexandre Santos
Cândido Vaccarezza <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small>	Augusto Farias
Carlos Willian	Celso Russomanno
Devanir Ribeiro	Edinho Bez
João Magalhães	José Mentor
Leo Alcântara	Jurandil Juarez
Márcio Reinaldo Moreira	Luis Carlos Heinze
Paulo Rattes	Luiz Sérgio
Simão Sessim	Paulo Rocha
Solange Almeida	Vicentinho Alves
Vadão Gomes	(Dep. do PHS ocupa a vaga)
Wellington Roberto	
PSDB/DEM/PPS	
Edson Aparecido	Bruno Araújo
Milton Vieira	Duarte Nogueira
Rodrigo Maia	Humberto Souto <small>vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN</small>
Rômulo Gouveia	José Carlos Machado
Silvio Torres	José Carlos Vieira
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)	Moreira Mendes
PSB/PDT/PCdoB/PMN	Vanderlei Macris
Ademir Camilo	Daniel Almeida
Sueli Vidigal	Márcio França
(Dep. do PRB ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
PRB	
Léo Vivas <small>vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN</small>	
PHS	
	Felipe Bornier <small>vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</small>
Secretário(a): Marcos Figueira de Almeida	
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161	
Telefones: 3216-6671 A 6675	
FAX: 3216-6676	
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	
Presidente: Roberto Britto (PP)	
1º Vice-Presidente: Eliene Lima (PP)	
2º Vice-Presidente: Dr. Talmir (PV)	
3º Vice-Presidente: Vadão Gomes (PP)	
Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Eduardo Amorim	Angelo Vanhoni
Eliene Lima	Fátima Bezerra
Emília Fernandes	Fernando Ferro
Francisco Praciano	Lincoln Portela
Iran Barbosa	Mário de Oliveira
Janete Rocha Pietá	Nazareno
	Fonteles
Jurandil Juarez	Rodrigo Rocha
	Loures
Leonardo Monteiro	Sabino Castelo
Pedro Wilson	Branco
Roberto Britto	Silas Câmara
Vadão Gomes <small>vaga do PV</small>	1 vaga
PSDB/DEM/PPS	
José Carlos Vieira	Paulo Bornhausen
Luiz Carlos Setim	Rodrigo Maia
(Dep. do PV ocupa a vaga)	3 vagas
2 vagas	
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Luiza Erundina	Glauber Braga
Sebastião Bala Rocha	João Dado
PV	
Dr. Talmir <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small>	1 vaga
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	
Secretário(a): Sônia Hypolito	

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, salas 121/122
Telefones: 3216-6692 / 6693
FAX: 3216-6700

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Presidente: Roberto Rocha (PSDB)
1º Vice-Presidente: Marcos Montes (DEM)
2º Vice-Presidente: Jurandy Loureiro (PSC)
3º Vice-Presidente: Leonardo Monteiro (PT)

Titulares **PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB** **Suplentes**

Jurandy Loureiro	Aline Corrêa
Leonardo Monteiro	Fernando Marroni
Mário de Oliveira	Homero Pereira
Paulo Piau	Moacir Micheletto
Rebecca Garcia	Paulo Roberto Pereira
Zé Geraldo	Paulo Teixeira
(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)	Valdir Colatto
(Dep. do PV ocupa a vaga)	Zezéu Ribeiro
(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)

PSDB/DEM/PPS

André de Paula ^{vaga do}
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Antonio Carlos Mendes Thame

Antonio Feijão

Arnaldo Jardim

Cezar Silvestri ^{vaga do}
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Gervásio Silva

Jorge Khoury ^{vaga do}
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Marcos Montes

Luiz Carreira

Marina Maggessi

Moreira Mendes ^{vaga do}
PSB/PDT/PCdoB/PMN

Roberto Rocha

Nilson Pinto ^{vaga do}
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Rodovalho ^{vaga do}
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Wandenkolk Gonçalves

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Givaldo Carimbão

Miro Teixeira

(Dep. do PV ocupa a vaga)

(Dep. do PSDB/DEM/PPS
ocupa a vaga)

PV

Antônio Roberto ^{vaga do}
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Fernando Gabeira

Edson Duarte ^{vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN}

Sarney Filho

Secretário(a): Aurenilton Araruna de Almeida

Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 142

Telefones: 3216-6521 A 6526

FAX: 3216-6535

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Presidente: Bernardo Ariston (PMDB)
1º Vice-Presidente: Eduardo da Fonte (PP)
2º Vice-Presidente: Luiz Alberto (PT)
3º Vice-Presidente: Nelson Bornier (PMDB)

Titulares **PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB** **Suplentes**

Albérico Filho	Andre Vargas
Alexandre Santos	Chico D'angelo
Bernardo Ariston	Eduino Bez
Carlos Alberto Canuto	Edio Lopes
Eduardo da Fonte	Edson Ezequiel
Eduardo Valverde	Jilmar Tatto
Ernandes Amorim	João Pizzolatti
Fernando Ferro	Leonardo Quintão
Fernando Marroni	Luiz Bassuma

Jorge Boeira

José Otávio Germano ^{vaga do}
PSDB/DEM/PPS

José Santana de Vasconcelos

Luiz Alberto ^{vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN}

Luiz Fernando Faria

Marcos Lima

Nelson Bornier

Rose de Freitas

Vander Loubet

PSDB/DEM/PPS

Arnaldo Jardim

Betinho Rosado

Bruno Rodrigues

João Oliveira

Marcio Junqueira

Paulo Abi-ackel

Silvio Lopes

(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN

ocupa a vaga)

(Dep. do

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT

C/PTdoB ocupa a vaga)

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Arnaldo Vianna

Brizola Neto ^{vaga do PSDB/DEM/PPS}

Julião Amin

Marcos Medrado

(Dep. do

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT

C/PTdoB ocupa a vaga)

PV

Fábio Ramalho

Secretário(a): Damaci Pires de Miranda

Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 56

Telefones: 3216-6711 / 6713

FAX: 3216-6720

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Presidente: Severiano Alves (PDT)
1º Vice-Presidente: Damião Feliciano (PDT)
2º Vice-Presidente: Átila Lins (PMDB)
3º Vice-Presidente: Maria Lúcia Cardoso (PMDB)

Titulares **PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB** **Suplentes**

Aracely de Paula

Arlindo Chinaglia

Átila Lins

Dr. Rosinha

George Hilton

Ibsen Pinheiro

Íris de Araújo

Jair Bolsonaro

Luiz Sérgio

Maria Lúcia Cardoso

Maurício Rands

Nilson Mourão

Takayama

Maurício Quintella Lessa

Pedro Eugênio

Pedro Fernandes ^{vaga do}
PSB/PDT/PCdoB/PMN

Simão Sessim

Solange Almeida

Tatico

(Dep. do PSDB/DEM/PPS

ocupa a vaga)

(Dep. do PV ocupa a vaga)

PSDB/DEM/PPS

Bruno Araújo ^{vaga do}
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Carlos Brandão

Eduardo Gomes

Eduardo Sciarra

Gervásio Silva

José Carlos Aleluia

Nelson Proença

Paulo Bornhausen

Urzeni Rocha

Vitor Penido

Átila Lira

Davi Alves Silva Júnior

Silvio Costa

(Dep. do

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT

C/PTdoB ocupa a vaga)

Ciro Pedrosa ^{vaga do}
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

José Fernando Aparecido de
Oliveira

(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)	Leonardo Vilela	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)	Marcio Junqueira
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)	Otavio Leite	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	
1 vaga	Ronaldo Caiado	PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Jô Moraes	Marcelo Serafim	Daniel Almeida	Alice Portugal <small>vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</small>
Manato	Mário Heringer	Manuela D'ávila <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small>	Maria Helena
Ribamar Alves	Mauro Nazif	Mauro Nazif <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small>	Sandra Rosado
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)	(Dep. do PRB ocupa a vaga)	Paulo Pereira da Silva	Sebastião Bala Rocha
		1 vaga	Vanessa Grazziotin <small>vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</small>
Dr. Talmir	Dr. Nechar		
		PV	
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)		
		PSOL	
		PRB	
	Cleber Verde <small>vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN</small>		
Secretário(a): Lin Israel Costa dos Santos			
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 145			
Telefones: 3216-6787 / 6781 A 6786			
FAX: 3216-6790			
COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO		COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO	
Presidente: Sabino Castelo Branco (PTB)		Presidente: Afonso Hamm (PP)	
1º Vice-Presidente: Sérgio Moraes (PTB)		1º Vice-Presidente: Marcelo Teixeira (PR)	
2º Vice-Presidente:		2º Vice-Presidente: Eugênio Rabelo (PP)	
3º Vice-Presidente: Manuela D'ávila (PCdoB)		3º Vice-Presidente: Otavio Leite (PSDB)	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
Edgar Moury	Armando Abílio	Afonso Hamm	Alex Canziani
Eudes Xavier	Carlos Santana	Arnon Bezerra	Cida Diogo
Fernando Nascimento	Edinho Bez <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small>	Carlos Eduardo Cadoca	Fátima Pelaes
Gorete Pereira <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small>	Emilia Fernandes	Deley	Gilmar Machado
Hermes Parcianello	Filipe Pereira	Edinho Bez <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small>	Hermes Parcianello
Jovair Arantes <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small>	Gladson Cameli	Eliene Lima	João Pizzolatti
Laerte Bessa	José Otávio Germano	Eugênio Rabelo <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small>	Joaquim Beltrão
Luciano Castro	Nelson Pellegrino (Licenciado)	Fernando Lopes	José Rocha
Luiz Carlos Busato	Oswaldo Reis	Jackson Barreto	Vicentinho
Milton Monti <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small>	Sandro Mabel	Jilmar Tatto	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
Paulo Rocha	Vinicius Carvalho	José Airton Cirilo	
Pedro Henry	(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)	Lupércio Ramos <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small>	
Sabino Castelo Branco	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)	Marcelo Teixeira	
Sérgio Moraes	(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)		
Vicentinho		PSDB/DEM/PPS	
Wilson Braga		Carlos Brandão	Albano Franco
		Jerônimo Reis	Fábio Souto
		Otavio Leite	Fernando de Fabinho
		(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC /PTdoB ocupa a vaga)	Marcos Montes <small>vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</small>
		(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC /PTdoB ocupa a vaga)	Moreira Mendes
		(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC /PTdoB ocupa a vaga)	Silvio Torres
			Thelma de Oliveira
		PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Andreia Zito	Carlos Alberto Leréia	Fábio Faria	Ademir Camilo
Major Fábio	Eduardo Barbosa	Lídice da Mata	Laurez Moreira
Thelma de Oliveira	Efraim Filho	Valadares Filho	Manuela D'ávila
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)	Ilderlei Cordeiro <small>vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</small>	Secretário(a): James Lewis Gorman Junior	
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PT C/PTdoB ocupa a vaga)	João Campos	Local: Anexo II, Ala A, Sala 5,Térreo	
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)	Jorginho Maluly	Telefones: 3216-6831 / 6832 / 6833	
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)	José Carlos Aleluia	FAX: 3216-6835	
		COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES	
		Presidente: Jaime Martins (PR)	
		1º Vice-Presidente: Mauro Lopes (PMDB)	
		2º Vice-Presidente: Carlos Santana (PT)	
		3º Vice-Presidente: Hugo Leal (PSC)	

Duarte Nogueira Guilherme Campos Julio Semeghini Professora Raquel Teixeira	Carlos Sampaio Emanuel Fernandes 2 vagas	José Eduardo Cardozo Magela Pastor Manoel Ferreira Wilson Braga <small>vaga do PSDB/DEM/PPS</small>	
PSB/PDT/PCdoB/PMN		PSDB/DEM/PPS	
Marcelo Serafim Vanessa Graziotin	Beto Albuquerque 1 vaga	Andreia Zito	Eduardo Barbosa
PV		Arnaldo Jardim	Emanuel Fernandes 3 vagas
José Fernando Aparecido de Oliveira	Lindomar Garçon	Claudio Cajado João Almeida (Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	
PRB		PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Marcos Antonio Secretário(a): Maria de Fátima Moreira Local: Anexo II - Pavimento Superior, Sala 150-A Telefones: 3216-6204 FAX: 3216-6225	1 vaga	Daniel Almeida	Pompeo de Mattos 1 vaga
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PREPARAR AS COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DA INAUGURAÇÃO DE BRASÍLIA E DA TRANSFERÊNCIA DO CONGRESSO NACIONAL PARA A NOVA CAPITAL FEDERAL.		Lídice da Mata	PV
Presidente: Rodrigo Rollemberg (PSB) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: Osório Adriano (DEM)		Sarney Filho	Fernando Gabeira
Titulares		PHS	
PMDB	Suplentes	Felipe Bornier	1 vaga
Laerte Bessa Tadeu Filippelli		Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A Telefones: 3216.6209 FAX: 3216.6225	
PT		COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3-A, DE 2007, DO SR. JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS, QUE "ALTERA O INCISO XII DO ART. 93 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (PERMITE FÉRIAS COLETIVAS NOS JUÍZOS E TRIBUNAIS DE SEGUNDO GRAU).	
Magela Marco Maia		Presidente: Paulo Abi-ackel (PSDB) 1º Vice-Presidente: Dalva Figueiredo (PT) 2º Vice-Presidente: Júlio Delgado (PSB) 3º Vice-Presidente: Mauro Lopes (PMDB) Relator: Nelson Trad (PMDB)	
DEM		Titulares	Suplentes
PR		PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Jofran Frejat		Antonio Bulhões Antonio Carlos Biscaia Dalva Figueiredo José Santana de Vasconcellos Márcio Reinaldo Moreira Mauro Lopes Miguel Corrêa Nelson Trad Paes Landim	Bilac Pinto Geraldo Pudim Nazareno Fonteles Pastor Pedro Ribeiro Ricardo Barros Velooso 3 vagas
PSB		PSDB/DEM/PPS	
Rodrigo Rollemberg Secretário(a): -		Moreira Mendes Paulo Abi-ackel Vitor Penido 2 vagas	João Almeida Lael Varella 3 vagas
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR, ATÉ O DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2008, A APLICAÇÃO DAS SEGUINTE LEIS DE ANISTIA: LEI Nº 8878/1994, QUE "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANISTIA"; LEI Nº 10.790/2003, QUE "CONCEDE ANISTIA A DIRIGENTES OU REPRESENTANTES SINDICAIS E TRABALHADORES PUNIDOS POR PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTO REIVINDICATÓRIO"; LEI Nº 11.282/2006, QUE "ANISTIA OS TRABALHADORES DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS-ECT PUNIDOS EM RAZÃO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTO GREVISTA"; E LEI Nº 10.559/2002, QUE "REGULAMENTA O ARTIGO 8º DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".		PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Presidente: Daniel Almeida (PCdoB) 1º Vice-Presidente: Claudio Cajado (DEM) 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: Arnaldo Faria de Sá (PTB)		Júlio Delgado Marcos Medrado	2 vagas
Titulares	Suplentes	PV	
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB		Fábio Ramalho	1 vaga
Arnaldo Faria de Sá	Aracely de Paula	PRB	
Chico Abreu Elcione Barbalho Fernando Ferro Fernando Lopes George Hilton	Carlos Santana Fátima Bezerra Filipe Pereira Luiz Couto 4 vagas	1 vaga	1 vaga
		Secretário(a): Luiz Cláudio Alves dos Santos Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: (61) 3216-6287 FAX: (61) 3216-6225	
		COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2007, DO SR. VITAL DO REGO FILHO, QUE "ACRESCENTA O	

ART.73-A À COSTITUIÇÃO FEDERAL, CRIANDO O CONSELHO NACIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS".

Presidente: Mauro Benevides (PMDB)
1º Vice-Presidente: Antonio Bulhões (PMDB)
2º Vice-Presidente: Efraim Filho (DEM)
3º Vice-Presidente: Benedito de Lira (PP)
Relator: Júlio Delgado (PSB)

Titulares

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Andre Vargas
Antonio Bulhões
Augusto Farias
Benedito de Lira
Dr. Rosinha
Eduardo Valverde
Mauro Benevides
Vicentinho Alves
Vital do Rêgo Filho

Suplentes

Antonio Carlos Biscaia
Átila Lins
Eduardo Amorim
Elismar Prado
Joaquim Beltrão
4 vagas

PSDB/DEM/PPS

Efraim Filho
Humberto Souto
Roberto Magalhães
2 vagas

Bonifácio de Andrada
Leandro Sampaio
3 vagas

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Júlio Delgado
Sebastião Bala Rocha

Valtenir Pereira
Wolney Queiroz

PV

1 vaga

1 vaga

PSOL

1 vaga

1 vaga

Secretário(a): Cláudia Maria Borges Matias
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6235
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30-A, DE 2007, DA SRA. ANGELA PORTELA, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO XVIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, AMPLIANDO PARA 180 (CENTO E OITENTA) DIAS A LICENÇA À GESTANTE".

Presidente: Cida Diogo (PT)
1º Vice-Presidente: Fátima Bezerra (PT)
2º Vice-Presidente: Solange Amaral (DEM)
3º Vice-Presidente: Sueli Vidigal (PDT)
Relator: Rita Camata (PMDB)

Titulares

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Aline Corrêa
Angela Portela
Arnaldo Faria de Sá
Cida Diogo
Elcione Barbalho
Fátima Bezerra
Íris de Araújo
Lucenira Pimentel
Rita Camata

Suplentes

Armando Abílio
Darcisio Perondi
Eudes Xavier
Janete Rocha Pietá
Luiz Couto
4 vagas

PSDB/DEM/PPS

Andreia Zito
Leandro Sampaio
Nilmar Ruiz
Solange Amaral
Thelma de Oliveira

5 vagas

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Maria Helena
Sueli Vidigal

Edmilson Valentim
Perpétua Almeida

PV

Dr. Nechar

1 vaga

PRB

Cleber Verde

1 vaga

Secretário(a): Regina Maria Veiga Brandão
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6216/3216-6232
FAX: (61) 3216-66225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31-A, DE 2007, DO SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES, QUE "ALTERA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL, UNIFICA A LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO, DENTRE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Antonio Palocci (PT)
1º Vice-Presidente: Edinho Bez (PMDB)
2º Vice-Presidente: Paulo Renato Souza (PSDB)
3º Vice-Presidente: Humberto Souto (PPS)
Relator: Sandro Mabel (PR)

Titulares

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Antonio Palocci
Armando Monteiro
Átila Lins
Edinho Bez
Gerson Peres
Lelo Coimbra
Paulo Maluf
Pepe Vargas
Rodrigo Rocha Loures
Sandro Mabel
Virgílio Guimarães
1 vaga

Suplentes

Carlos Zarattini
Celso Maldaner
Eduardo Cunha
Eduardo Valverde
Gastão Vieira (Licenciado)
João Leão (Licenciado)
João Maia
Luiz Carlos Busato
Márcio Reinaldo Moreira
Maurício Rands
Ricardo Barros
1 vaga

PSDB/DEM/PPS

Eduardo Sciarra
Humberto Souto
Julio Semeghini
Leonardo Vilela
Luiz Carreira
Paulo Bornhausen
Paulo Renato Souza (Licenciado)

Antonio Carlos Mendes Thame
Carlos Melles
Emanuel Fernandes
Fernando Coruja
Júlio Cesar
Ronaldo Caiado
Wandenkolk Gonçalves

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Ana Arraes
Chico Lopes
Miro Teixeira

Francisco Tenorio
João Dado
Manoel Junior

PV

Fábio Ramalho

Sarney Filho

PSOL

Geraldinho

Ivan Valente

Secretário(a): Eveline Alminta
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A
Telefones: 3216.6211
FAX: 3216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42-A, DE 1995, DA SENHORA RITA CAMATA, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 55 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", ESTABELECEndo QUE PERDERÁ O MANDATO O DEPUTADO OU SENADOR QUE SE DESFILAR VOLUNTARIAMENTE DO PARTIDO SOB CUJA LEGENDA FOI ELEITO.

Presidente: Silvio Costa (PMN)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Relator: Luciano Castro (PR)

Titulares

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Suplentes

Arnon Bezerra Carlos Willian João Paulo Cunha José Genoíno José Otávio Germano Luciano Castro Regis de Oliveira Rita Camata 1 vaga	Arnaldo Faria de Sá Celso Maldaner Lincoln Portela Marcelo Almeida Nelson Bornier Paulo Piau Reginaldo Lopes Sérgio Barradas Carneiro 1 vaga	ESTABELECENDO QUE NA CRIAÇÃO, FUSÃO OU DESMEMBRAMENTO DE MUNICÍPIOS DEVERÃO SER PRESERVADOS A CONTINUIDADE E A UNIDADE HISTÓRICO-CULTURAL DO AMBIENTE URBANO. Presidente: Eduardo Valverde (PT) 1º Vice-Presidente: Moacir Micheletto (PMDB) 2º Vice-Presidente: Jorge Khoury (DEM) 3º Vice-Presidente: Cleber Verde (PRB) Relator: Zequinha Marinho (PSC)
PSDB/DEM/PPS	PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	Suplentes
Bruno Rodrigues Claudio Cajado Felipe Maia Gervásio Silva Raul Jungmann	Efraim Filho José Maia Filho 3 vagas	Chico Abreu Leonardo Monteiro Nazareno Fonteles Paes Landim Waldir Maranhão (Licenciado) Zezéu Ribeiro 3 vagas
PSB/PDT/PCdoB/PMN	PV	PSDB/DEM/PPS
Laurez Moreira Silvio Costa	Pompeo de Mattos Sueli Vidigal	Carlos Brandão Duarte Nogueira Jorge Khoury Moreira Mendes 1 vaga
PSOL	1 vaga	PSB/PDT/PCdoB/PMN
Chico Alencar Secretário(a): Fernando Maia Leão Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A Telefones: (61) 3216-6241 FAX: (61) 3216-6225	1 vaga	Ademir Camilo Ribamar Alves
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 47, DE 2003, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O ART. 6º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA INTRODUIZIR A ALIMENTAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL".		PV Dr. Nechar
Presidente: Armando Abílio (PTB) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: Lelo Coimbra (PMDB)		José Fernando Aparecido de Oliveira PRB
Titulares	Suplentes	Marcos Antonio
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB		COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59-A, DE 2007, DO SR. MÁRCIO FRANÇA, QUE "ACRESCENTA DISPOSITIVOS AO ART. 144, CRIANDO A POLÍCIA PORTUÁRIA FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
Acélio Casagrande Antonio Cruz Armando Abílio Jorge Boeira Joseph Bandeira Lelo Coimbra Nazareno Fonteles Rose de Freitas Tonha Magalhães	Aline Corrêa Charles Lucena Dr. Rosinha Elismar Prado Emilia Fernandes Gilmar Machado 3 vagas	Presidente: Paulo Pimenta (PT) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: Arnaldo Faria de Sá (PTB)
PSDB/DEM/PPS		Titulares
Eleuses Paiva Geraldo Thadeu Raimundo Gomes de Matos Roberto Magalhães Thelma de Oliveira	Antonio Carlos Mendes Thame Ilderlei Cordeiro João Bittar João Campos 1 vaga	Suplentes
PSB/PDT/PCdoB/PMN	PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	Carlos Santana Fátima Pelaes Magela Pedro Novais 5 vagas
Paulo Rubem Santiago Valadares Filho	Mário Heringer Ribamar Alves	PSDB/DEM/PPS
PV	1 vaga	Indio da Costa João Campos Major Fábio Marina Maggessi William Woo
PSOL	1 vaga	PSB/PDT/PCdoB/PMN
Chico Alencar Secretário(a): Cláudia Matias Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: (61) 3216-6235 FAX: (61) 3216-6225	1 vaga	Capitão Assunção Manoel Junior
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 052, DE 2003, DO SR. RIBAMAR ALVES, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 4º DO ART. 18 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL",		PV Marcelo Ortiz
		Gonzaga Patriota Márcio França 1 vaga

<p style="text-align: center;">PHS</p> <p>1 vaga Secretário(a): Luiz Cláudio Alves dos Santos Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: (61) 3216-6287 FAX: (61) 3216-6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 98-A, DE 2007, DO SENHOR OTÁVIO LEITE, QUE "ACRESCENTA A ALÍNEA (E) AO INCISO VI DO ART. 150 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", INSTITUINDO IMUNIDADE TRIBUTÁRIA SOBRE OS FONOGRAMAS E VIDEOFONOGRAMAS MUSICAIS PRODUZIDOS NO BRASIL, CONTENDO OBRAS MUSICAIS OU LÍTERO-MUSICAIS DE AUTORES BRASILEIROS, E/OU OBRAS EM GERAL INTERPRETADAS POR ARTISTAS BRASILEIROS, BEM COMO OS SUPORTES MATERIAIS OU ARQUIVOS DIGITAIS QUE OS CONTENHAM.</p> <p>Presidente: Décio Lima (PT) 1º Vice-Presidente: Arnaldo Jardim (PPS) 2º Vice-Presidente: Marcelo Serafim (PSB) 3º Vice-Presidente: Chico Alencar (PSOL) Relator: José Otávio Germano (PP)</p> <p>Titulares</p> <p style="text-align: center;">PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</p> <table border="0"> <tr><td>Átila Lins</td><td>Edio Lopes</td></tr> <tr><td>Bilac Pinto</td><td>Fernando Ferro</td></tr> <tr><td>Chico D'angelo</td><td>Francisco Praciano</td></tr> <tr><td>Décio Lima</td><td>Lincoln Portela</td></tr> <tr><td>Elismar Prado</td><td>Luiz Fernando Faria</td></tr> <tr><td>José Otávio Germano</td><td>Marinha Raupp</td></tr> <tr><td>Lupércio Ramos</td><td>Rebecca Garcia</td></tr> <tr><td>Marcelo Melo</td><td>Sabino Castelo Branco</td></tr> <tr><td>Paulo Roberto Pereira</td><td>Wladimir Costa</td></tr> </table> <p style="text-align: center;">PSDB/DEM/PPS</p> <table border="0"> <tr><td>Albano Franco</td><td>Bruno Araújo</td></tr> <tr><td>André de Paula</td><td>Jorge Khoury</td></tr> <tr><td>Arnaldo Jardim</td><td>Jorginho Maluly</td></tr> <tr><td>Germano Bonow</td><td>Leandro Sampaio</td></tr> <tr><td>Otavio Leite</td><td>Professora Raquel Teixeira</td></tr> </table> <p style="text-align: center;">PSB/PDT/PCdoB/PMN</p> <table border="0"> <tr><td>Marcelo Serafim</td><td>Fábio Faria</td></tr> <tr><td>Vanessa Graziotin</td><td>1 vaga</td></tr> </table> <p style="text-align: center;">PV</p> <p>Edigar Mão Branca</p> <p style="text-align: center;">PSOL</p> <p>Chico Alencar Secretário(a): Angélica Fialho Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: 3216-6218 / 3216-6232 FAX: 3216-6225</p>	Átila Lins	Edio Lopes	Bilac Pinto	Fernando Ferro	Chico D'angelo	Francisco Praciano	Décio Lima	Lincoln Portela	Elismar Prado	Luiz Fernando Faria	José Otávio Germano	Marinha Raupp	Lupércio Ramos	Rebecca Garcia	Marcelo Melo	Sabino Castelo Branco	Paulo Roberto Pereira	Wladimir Costa	Albano Franco	Bruno Araújo	André de Paula	Jorge Khoury	Arnaldo Jardim	Jorginho Maluly	Germano Bonow	Leandro Sampaio	Otavio Leite	Professora Raquel Teixeira	Marcelo Serafim	Fábio Faria	Vanessa Graziotin	1 vaga	<p>Vicente Arruda Vital do Rêgo Filho</p> <p style="text-align: center;">PSDB/DEM/PPS</p> <table border="0"> <tr><td>Antonio Carlos Mendes Thame</td><td>Arnaldo Jardim</td></tr> <tr><td>Gustavo Fruet</td><td>Carlos Sampaio</td></tr> <tr><td>Onyx Lorenzoni</td><td>Paulo Abi-ackel</td></tr> <tr><td>Paulo Bornhausen</td><td>2 vagas</td></tr> <tr><td>Raul Jungmann</td><td></td></tr> </table> <p style="text-align: center;">PSB/PDT/PCdoB/PMN</p> <table border="0"> <tr><td>Flávio Dino</td><td>2 vagas</td></tr> <tr><td>Giovanni Queiroz</td><td></td></tr> </table> <p style="text-align: center;">PV</p> <p>Marcelo Ortiz</p> <p style="text-align: center;">PSOL</p> <p>Chico Alencar Secretário(a): Heloísa Maria Diniz Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: (61) 3216-6201 FAX: (61) 3216-6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 130-A, DE 2007, DO SR. MARCELO ITAGIBA, QUE "REVOGA O INCISO X DO ART. 29; O INCISO III DO ART. 96; AS ALÍNEAS 'B' E 'C' DO INCISO I DO ART. 102; A ALÍNEA 'A' DO INCISO I DO ART. 105; E A ALÍNEA "A" DO INCISO I DO ART. 108, TODOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (REVOGA DISPOSITIVOS QUE GARANTEM A PRERROGATIVA DE FORO OU "FORO PRIVILEGIADO").</p> <p>Presidente: Dagoberto (PDT) 1º Vice-Presidente: Jorge Tadeu Mudalen (DEM) 2º Vice-Presidente: Paulo Abi-ackel (PSDB) 3º Vice-Presidente: Gonzaga Patriota (PSB) Relator: Regis de Oliveira (PSC)</p> <p>Titulares</p> <p style="text-align: center;">PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</p> <table border="0"> <tr><td>Aníbal Gomes</td><td>Átila Lins</td></tr> <tr><td>Arnon Bezerra</td><td>Fátima Pelaez</td></tr> <tr><td>Eduardo Valverde</td><td>Marcelo Itagiba</td></tr> <tr><td>Fernando Ferro</td><td>Maurício Quintella Lessa</td></tr> <tr><td>João Pizzolatti</td><td>Nilson Mourão</td></tr> <tr><td>Jorge Bittar (Licenciado)</td><td>Pedro Fernandes</td></tr> <tr><td>Laerte Bessa</td><td>Rubens Otoni</td></tr> <tr><td>Regis de Oliveira</td><td>Sandes Júnior</td></tr> <tr><td>Vicente Arruda</td><td>Virgílio Guimarães</td></tr> </table> <p style="text-align: center;">PSDB/DEM/PPS</p> <table border="0"> <tr><td>Alexandre Silveira</td><td>Antonio Carlos Pannunzio</td></tr> <tr><td>Jorge Tadeu Mudalen (Licenciado)</td><td>Geraldo Thadeu</td></tr> <tr><td>Osório Adriano</td><td>William Woo</td></tr> <tr><td>Paulo Abi-ackel</td><td>2 vagas</td></tr> <tr><td>Ricardo Tripoli</td><td></td></tr> </table> <p style="text-align: center;">PSB/PDT/PCdoB/PMN</p> <table border="0"> <tr><td>Dagoberto</td><td>Paulo Rubem Santiago</td></tr> <tr><td>Gonzaga Patriota</td><td>1 vaga</td></tr> </table> <p style="text-align: center;">PV</p> <p>Fábio Ramalho</p> <p style="text-align: center;">PHS</p> <p>Felipe Bornier</p> <p>Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A Telefones: 3216.6214 FAX: 3216.6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 210-A DE 2007, DO SR. REGIS DE OLIVEIRA, QUE "ALTERA OS ARTIGOS 95 E 128 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA RESTABELECE O ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO COMO COMPONENTE DA REMUNERAÇÃO DAS CARREIRAS DA MAGISTRATURA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO".</p>	Antonio Carlos Mendes Thame	Arnaldo Jardim	Gustavo Fruet	Carlos Sampaio	Onyx Lorenzoni	Paulo Abi-ackel	Paulo Bornhausen	2 vagas	Raul Jungmann		Flávio Dino	2 vagas	Giovanni Queiroz		Aníbal Gomes	Átila Lins	Arnon Bezerra	Fátima Pelaez	Eduardo Valverde	Marcelo Itagiba	Fernando Ferro	Maurício Quintella Lessa	João Pizzolatti	Nilson Mourão	Jorge Bittar (Licenciado)	Pedro Fernandes	Laerte Bessa	Rubens Otoni	Regis de Oliveira	Sandes Júnior	Vicente Arruda	Virgílio Guimarães	Alexandre Silveira	Antonio Carlos Pannunzio	Jorge Tadeu Mudalen (Licenciado)	Geraldo Thadeu	Osório Adriano	William Woo	Paulo Abi-ackel	2 vagas	Ricardo Tripoli		Dagoberto	Paulo Rubem Santiago	Gonzaga Patriota	1 vaga
Átila Lins	Edio Lopes																																																																														
Bilac Pinto	Fernando Ferro																																																																														
Chico D'angelo	Francisco Praciano																																																																														
Décio Lima	Lincoln Portela																																																																														
Elismar Prado	Luiz Fernando Faria																																																																														
José Otávio Germano	Marinha Raupp																																																																														
Lupércio Ramos	Rebecca Garcia																																																																														
Marcelo Melo	Sabino Castelo Branco																																																																														
Paulo Roberto Pereira	Wladimir Costa																																																																														
Albano Franco	Bruno Araújo																																																																														
André de Paula	Jorge Khoury																																																																														
Arnaldo Jardim	Jorginho Maluly																																																																														
Germano Bonow	Leandro Sampaio																																																																														
Otavio Leite	Professora Raquel Teixeira																																																																														
Marcelo Serafim	Fábio Faria																																																																														
Vanessa Graziotin	1 vaga																																																																														
Antonio Carlos Mendes Thame	Arnaldo Jardim																																																																														
Gustavo Fruet	Carlos Sampaio																																																																														
Onyx Lorenzoni	Paulo Abi-ackel																																																																														
Paulo Bornhausen	2 vagas																																																																														
Raul Jungmann																																																																															
Flávio Dino	2 vagas																																																																														
Giovanni Queiroz																																																																															
Aníbal Gomes	Átila Lins																																																																														
Arnon Bezerra	Fátima Pelaez																																																																														
Eduardo Valverde	Marcelo Itagiba																																																																														
Fernando Ferro	Maurício Quintella Lessa																																																																														
João Pizzolatti	Nilson Mourão																																																																														
Jorge Bittar (Licenciado)	Pedro Fernandes																																																																														
Laerte Bessa	Rubens Otoni																																																																														
Regis de Oliveira	Sandes Júnior																																																																														
Vicente Arruda	Virgílio Guimarães																																																																														
Alexandre Silveira	Antonio Carlos Pannunzio																																																																														
Jorge Tadeu Mudalen (Licenciado)	Geraldo Thadeu																																																																														
Osório Adriano	William Woo																																																																														
Paulo Abi-ackel	2 vagas																																																																														
Ricardo Tripoli																																																																															
Dagoberto	Paulo Rubem Santiago																																																																														
Gonzaga Patriota	1 vaga																																																																														

Presidente: João Dado (PDT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Laerte Bessa (PMDB)

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Arnaldo Faria de Sá	Jofran Frejat
Dalva Figueiredo	Joseph Bandeira
Eduardo Valverde	Magela
Eliene Lima	Marcelo Itagiba
Elismar Prado	Marcelo Melo
Geraldo Pudim	Natan Donadon
João Maia	Paes de Lira
Laerte Bessa	Washington Luiz
Mauro Lopes	1 vaga

PSDB/DEM/PPS	
Alexandre Silveira	João Campos
Carlos Sampaio	Marina Maggessi
Jorginho Maluly	William Woo
Major Fábio	2 vagas
Zenaldo Coutinho	

PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Francisco Tenorio	Dagoberto
João Dado	Flávio Dino

PV	
Marcelo Ortiz	1 vaga

PSOL	
1 vaga	1 vaga

Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6232
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22-A, DE 1999, DO SENHOR ENIO BACCI, QUE "AUTORIZA O DIVÓRCIO APÓS 1 (UM) ANO DE SEPARAÇÃO DE FATO OU DE DIREITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", ALTERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 226, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Presidente: José Carlos Araújo (PR)
1º Vice-Presidente: Cândido Vaccarezza (PT)
2º Vice-Presidente: Geraldo Pudim (PMDB)
3º Vice-Presidente: Mendonça Prado (DEM)

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Arnaldo Faria de Sá	Angela Portela
Cândido Vaccarezza	Carlos Zarattini
Geraldo Pudim	Luciano Castro
José Carlos Araújo	Mendes Ribeiro Filho
Marcelo Guimarães Filho	Reginaldo Lopes
Maria Lúcia Cardoso	Roberto Britto
Rebecca Garcia	3 vagas
Sérgio Barradas Carneiro	
1 vaga	

PSDB/DEM/PPS	
Bruno Araújo	Bonifácio de Andrada
Fernando Coruja	Otávio Leite
Jutahy Junior	3 vagas
Mendonça Prado	
Roberto Magalhães	

PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Valadares Filho	2 vagas
Wolney Queiroz	

PV	
Roberto Santiago	1 vaga

PSOL	
Geraldinho	Chico Alencar
Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro	

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: 3216-6232
FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO 231-A, DE 1995, DO SR. INÁCIO ARRUDA, QUE "ALTERA OS INCISOS XIII E XVI DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (REDUZINDO A JORNADA MÁXIMA DE TRABALHO PARA 40 HORAS SEMANAIS E AUMENTANDO PARA 75% A REMUNERAÇÃO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO).

Presidente: Luiz Carlos Busato (PTB)
1º Vice-Presidente: Deley (PSC)
2º Vice-Presidente: Carlos Sampaio (PSDB)
3º Vice-Presidente: José Otávio Germano (PP)
Relator: Vicentinho (PT)

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Deley	Carlos Santana
Eudes Xavier	Fátima Bezerra
Gorete Pereira	Maria Lúcia Cardoso
Iran Barbosa	Paulo Rocha
José Otávio Germano	Sandro Mabel
Luiz Carlos Busato	4 vagas
Rita Camata	
Vicentinho	
Wilson Braga	

PSDB/DEM/PPS	
Arnaldo Jardim	Guilherme Campos
Carlos Sampaio	Walter Ihoshi
Fernando Chucre	3 vagas
2 vagas	

PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Daniel Almeida	Chico Lopes
Paulo Pereira da Silva ^{vaga do PHS}	Vanessa Grazziotin
Rodrigo Rollemberg	

PV	
Roberto Santiago	1 vaga

PHS	
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)	Felipe Bornier

Secretário(a): Regina Maria Veiga Brandão
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6216
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 270-A, DE 2008, DA SRA. ANDREIA ZITO, QUE "ACRESCENTA O PARÁGRAFO 9º AO ARTIGO 40 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988". (GARANTE AO SERVIDOR QUE APOSENTAR-SE POR INVALIDEZ PERMANENTE O DIREITO DOS PROVENTOS INTEGRAIS COM PARIDADE).

Presidente: Osvaldo Reis (PMDB)
1º Vice-Presidente: Antônio Carlos Biffi (PT)
2º Vice-Presidente: Mauro Nazif (PSB)
3º Vice-Presidente: Germano Bonow (DEM)
Relator: Arnaldo Faria de Sá (PTB)

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Andre Zacharow	Chico D'angelo
Antônio Carlos Biffi	Edgar Moury
Arnaldo Faria de Sá	Edinho Bez
Gorete Pereira	Jorge Boeira
Joseph Bandeira	Jurandy Loureiro
Osvaldo Reis	Paes de Lira
Roberto Britto	Pedro Wilson
Rose de Freitas	2 vagas
Zé Geraldo	

PSDB/DEM/PPS

Andrea Zito	Alexandre Silveira
Eleuses Paiva	Carlos Sampaio
Germano Bonow	Jerônimo Reis
Humberto Souto	Major Fábio
João Campos	Raimundo Gomes de Matos
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Mauro Nazif	Janete Capiberibe
Pompeo de Mattos	Sueli Vidigal
PV	
Lindomar Garçon	1 vaga
PRB	
Cleber Verde	Marcos Antonio
Secretário(a): Maria Terezinha Donati	
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A	
Telefones: (61) 3216-6215	
FAX: (61) 3216-6225	
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 277 DE 2008, DO SENADO FEDERAL, QUE "ACRESCENTA § 3º AO ART. 76 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS PARA REDUZIR, ANUALMENTE, A PARTIR DO EXERCÍCIO DE 2009, O PERCENTUAL DA DESVINCULAÇÃO DE RECEITAS DA UNIÃO INCIDENTE SOBRE OS RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE QUE TRATA O ART. 212 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL".	
Presidente: Gastão Vieira (PMDB)	
1º Vice-Presidente: Antônio Andrade (PMDB)	
2º Vice-Presidente: Lobbe Neto (PSDB)	
3º Vice-Presidente: Alex Canziani (PTB)	
Relator: Rogério Marinho (PSDB)	
Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Alex Canziani	Fátima Bezerra
Antônio Andrade	Lelo Coimbra
Antônio Carlos Biffi	Maria do Rosário
Carlos Abicalil	Professor Setimo
Gastão Vieira (Licenciado)	Virgílio Guimarães
João Leão (Licenciado)	Waldir Maranhão (Licenciado)
Milton Monti	3 vagas
Nazareno Fonteles	
Pedro Chaves	
PSDB/DEM/PPS	
Humberto Souto	Jorginho Maluly
Lobbe Neto	Nilmar Ruiz
Luiz Carreira	Professor Ruy Pauletti
Paulo Bornhausen	Professora Raquel Teixeira
Raimundo Gomes de Matos	1 vaga
Rogério Marinho	vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Paulo Rubem Santiago	Jô Moraes
(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)	Severiano Alves
PV	
1 vaga	Sarney Filho
PRB	
Cleber Verde	1 vaga
Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques	
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A	
Telefones: (61) 3216-6214	
FAX: (61) 3216-6225	
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 285-A, DE 2008, DO SR. PAULO TEIXEIRA, QUE "ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS PARA DISPOR SOBRE A VINCULAÇÃO DE	

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS AOS RESPECTIVOS FUNDOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL"	
Presidente: Renato Amary (PSDB)	
1º Vice-Presidente: Luiz Carlos Busato (PTB)	
2º Vice-Presidente: Júlio Cesar (DEM)	
3º Vice-Presidente: Luiza Erundina (PSB)	
Relator: Zezéu Ribeiro (PT)	
Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Andre Vargas	Anselmo de Jesus
Deley	Chico da Princesa
João Leão (Licenciado)	Colbert Martins
Luiz Carlos Busato	Edinho Bez
Marcelo Castro	Janete Rocha Pietá
Marcelo Teixeira	Pedro Eugênio
Paulo Teixeira	3 vagas
Waldemir Moka	
Zezéu Ribeiro	
PSDB/DEM/PPS	
Alfredo Kaefer	Fernando Chucre
Arnaldo Jardim	Jorginho Maluly
Félix Mendonça	3 vagas
Júlio Cesar	
Renato Amary	
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Brizola Neto	Valtenir Pereira
Luiza Erundina	1 vaga
PV	
Dr. Nechar	1 vaga
PSOL	
Chico Alencar	1 vaga
Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques	
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A	
Telefones: (61) 3216-6214	
FAX: (61) 3216-6225	
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 300-A, DE 2008, DO SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, QUE "ALTERA A REDAÇÃO DO § 9º, DO ARTIGO 144 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL". ESTABELECE QUE A REMUNERAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES DOS ESTADOS NÃO PODERÁ SER INFERIOR À DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, APLICANDO-SE TAMBÉM AOS INTEGRANTES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E AOS INATIVOS.	
Presidente: José Otávio Germano (PP)	
1º Vice-Presidente:	
2º Vice-Presidente:	
3º Vice-Presidente:	
Relator: Major Fábio (DEM)	
Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Arnaldo Faria de Sá	Eliene Lima
Chico Abreu	Elismar Prado
Fátima Bezerra	Elizeu Aguiar
Flávio Bezerra	Emília Fernandes
José Otávio Germano	Jair Bolsonaro
Laerte Bessa	Luiz Couto
Leonardo Monteiro	Neilton Mulim
Paes de Lira	Vital do Rêgo Filho
Paulo Pimenta	1 vaga
PSDB/DEM/PPS	
Ilderlei Cordeiro	Abelardo Lupion
Major Fábio	Guilherme Campos <small>vaga do PHS</small>
Mendonça Prado	José Maia Filho
2 vagas	Moreira Mendes
	2 vagas
PSB/PDT/PCdoB/PMN	

DO INCISO IV DO CAPUT DO ART. 29 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, TRATANDO DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À RECOMPOSIÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS".

Presidente: Fernando Ferro (PT)
1º Vice-Presidente: Nelson Trad (PMDB)
2º Vice-Presidente: José Guimarães (PT)
3º Vice-Presidente: Gonzaga Patriota (PSB)
Relator: Arnaldo Faria de Sá (PTB)

Titulares **Suplentes**

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Arnaldo Faria de Sá	Antônio Carlos Biffi
Dilceu Sperafico	Dr. Paulo César
Fernando Ferro	Hugo Leal <small>vaga do PSOL</small>
José Carlos Araújo	Marcelo Melo
José Guimarães	Mauro Benevides
Luiz Couto	Mauro Lopes
Nelson Bornier	Pastor Manoel Ferreira
Nelson Trad	Rubens Otoni
Pedro Chaves	Vilson Covatti

PSDB/DEM/PPS

Abelardo Lupion	Eduardo Gomes
Bonifácio de Andrada	Gervásio Silva
Humberto Souto	Ilderlei Cordeiro
João Campos	Paulo Magalhães
Solange Amaral	Vitor Penido

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Gonzaga Patriota	Francisco Tenorio
Mário Heringer	Ribamar Alves

PV

Roberto Santiago	Ciro Pedrosa
------------------	--------------

PSOL

Geraldinho	(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)
------------	--

Secretário(a): Fernando Maia Leão
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6205
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 366-A, DE 2005, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO II DO ART. 98 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E AO ART. 30 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS", ESTABELECE O CONCURSO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE JUIZ DE PAZ, MANTENDO OS ATUAIS ATÉ A VACÂNCIA DAS RESPECTIVAS FUNÇÕES.

Presidente: Antonio Bulhões (PMDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Jorginho Maluly (DEM)

Titulares **Suplentes**

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Antonio Bulhões	Maurício Quintella Lessa
Arnaldo Faria de Sá	Pastor Manoel Ferreira
Carlos Zarattini	Regis de Oliveira
José Guimarães	6 vagas
Mauro Benevides	
Solange Almeida	
Vicente Arruda	
Vicentinho	
Vilson Covatti	

PSDB/DEM/PPS

Fernando Coruja	5 vagas
Jorginho Maluly	

Osório Adriano
Vanderlei Macris
1 vaga

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Marcos Medrado	2 vagas
Valtenir Pereira	

PV

Marcelo Ortiz	1 vaga
---------------	--------

PRB

Léo Vivas	Cleber Verde
-----------	--------------

Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6214
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 471-A, DE 2005, DO SR. JOÃO CAMPOS, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO 3º DO ARTIGO 236 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", ESTABELECE A EFETIVAÇÃO PARA OS ATUAIS RESPONSÁVEIS E SUBSTITUTOS PELOS SERVIÇOS NOTARIAIS, INVESTIDOS NA FORMA DA LEI.

Presidente: Sandro Mabel (PR)

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente: Roberto Balestra (PP)

3º Vice-Presidente:

Relator: João Matos (PMDB)

Titulares **Suplentes**

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Alex Canziani	Arnaldo Faria de Sá
Andre Vargas	Dr. Rosinha
João Matos	João Carlos Bacelar
José Genoíno	Luiz Bassuma
Leonardo Quintão	Moacir Micheletto
Nelson Bornier	Nelson Meurer
Roberto Balestra (Licenciado)	Nelson Trad
Sandro Mabel	Regis de Oliveira
1 vaga	1 vaga

PSDB/DEM/PPS

Gervásio Silva	Carlos Alberto Leréia
Humberto Souto	Guilherme Campos
João Campos	Raul Jungmann
Jorge Tadeu Mudalen (Licenciado)	Zenaldo Coutinho
1 vaga	1 vaga

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Dagoberto	Valadares Filho
Gonzaga Patriota	1 vaga

PV

Marcelo Ortiz	Ciro Pedrosa
---------------	--------------

PHS

Miguel Martini	Felipe Bornier
----------------	----------------

Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: 3216-6207/6232
FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 483-A, DE 2005, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O ART. 89 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS", INCLUINDO OS SERVIDORES PÚBLICOS, CIVIS E MILITARES, CUSTEADOS PELA UNIÃO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1991, NO QUADRO EM EXTINÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL DO EX - TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA.

Presidente: Mauro Nazif (PSB)

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Relator: Eduardo Valverde (PT)

<p>Titulares</p> <p>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</p> <p>Anselmo de Jesus Eduardo Valverde Ernandes Amorim Fátima Pelaes Gorete Pereira Marinha Raupp Natan Donadon Rebecca Garcia 1 vaga</p> <p>PSDB/DEM/PPS</p> <p>Andreia Zito Jorginho Maluly Moreira Mendes Urzeni Rocha 1 vaga</p> <p>PSB/PDT/PCdoB/PMN</p> <p>Maria Helena Mauro Nazif</p> <p>PV</p> <p>Lindomar Garçon</p> <p>PRB</p> <p>Léo Vivas Secretário(a): Maria de Fátima Moreira Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: 3216-6204/6232 FAX: 3216-6225</p>	<p>Suplentes</p> <p>Lucenira Pimentel Marcelo Melo Sabino Castelo Branco Valdir Colatto Zequinha Marinho 4 vagas</p> <p>Carlos Alberto Léréia Eduardo Barbosa Ilderlei Cordeiro 2 vagas</p> <p>Sebastião Bala Rocha 1 vaga</p> <p>Antônio Roberto 1 vaga</p> <p>Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: (61) 3216-6211/3216-6232 FAX: (61) 3216-6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 511-A, DE 2006, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O ART. 62 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA DISCIPLINAR A EDIÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS", ESTABELECEndo QUE A MEDIDA PROVISÓRIA SÓ TERÁ FORÇA DE LEI DEPOIS DE APROVADA A SUA ADMISSIBILIDADE PELO CONGRESSO NACIONAL, SENDO O INÍCIO DA APRECIÇÃO ALTERNADO ENTRE A CÂMARA E O SENADO.</p> <p>Presidente: Cândido Vaccarezza (PT) 1º Vice-Presidente: Regis de Oliveira (PSC) 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Bruno Araújo (PSDB) Relator: Leonardo Picciani (PMDB)</p> <p>Titulares</p> <p>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</p> <p>Cândido Vaccarezza Gerson Peres José Eduardo Cardozo José Genoíno Leonardo Picciani (Licenciado) Mendes Ribeiro Filho Paes Landim Regis de Oliveira Vicente Arruda</p> <p>Suplentes</p> <p>Augusto Farias Fernando Ferro Geraldo Pudim Ibsen Pinheiro João Magalhães José Mentor Lúcio Vale Rubens Otoni 1 vaga</p>
<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 488-A, DE 2005, DA SRA. MARIA HELENA, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 31 DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19, DE 1998". (INCLUI OS EMPREGADOS DO EXTINTO BANCO DE RORAIMA, CUJO VÍNCULO FUNCIONAL TENHA SIDO RECONHECIDO, NO QUADRO EM EXTINÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL. ALTERA A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988).</p> <p>Presidente: Edio Lopes (PMDB) 1º Vice-Presidente: Marcio Junqueira (DEM) 2º Vice-Presidente: Antonio Feijão (PSDB) 3º Vice-Presidente: Sandra Rosado (PSB) Relator: Luciano Castro (PR)</p>	<p>PSDB/DEM/PPS</p> <p>Bruno Araújo Humberto Souto João Almeida José Carlos Aleluia Roberto Magalhães</p> <p>Bonifácio de Andrada Edson Aparecido Fernando Coruja Fernando de Fabinho João Oliveira</p> <p>PSB/PDT/PCdoB/PMN</p> <p>Dr. Ubiali Wolney Queiroz</p> <p>Flávio Dino 1 vaga</p> <p>PV</p> <p>1 vaga</p> <p>PRB</p> <p>Roberto Santiago 1 vaga</p> <p>Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A Telefones: 3216-6207 FAX: 3216-6225</p>
<p>Titulares</p> <p>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</p> <p>Angela Portela Arnon Bezerra Dalva Figueiredo Edinho Bez Edio Lopes Luciano Castro Lupércio Ramos Neudo Campos 1 vaga</p> <p>PSDB/DEM/PPS</p> <p>Antonio Feijão Francisco Rodrigues Marcio Junqueira Moreira Mendes Urzeni Rocha</p> <p>PSB/PDT/PCdoB/PMN</p> <p>Sandra Rosado Sergio Petecão</p> <p>PV</p> <p>Fábio Ramalho</p> <p>PSOL (Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)</p> <p>Secretário(a): Eveline Alminta</p>	<p>Suplentes</p> <p>Arnaldo Faria de Sá Asdrubal Bentes Fátima Pelaes Geraldo Pudim Gorete Pereira Rebecca Garcia 3 vagas</p> <p>Ilderlei Cordeiro 4 vagas</p> <p>Maria Helena Mauro Nazif <small>vaga do PSOL</small> Sebastião Bala Rocha</p> <p>Lindomar Garçon</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 549-A, DE 2006, DO SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, QUE "ACRESCENTA PRECEITO ÀS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS, DISPONDO SOBRE O REGIME CONSTITUCIONAL PECULIAR DAS CARREIRAS POLICIAIS QUE INDICA".</p> <p>Presidente: Vander Loubet (PT) 1º Vice-Presidente: Marcelo Itagiba (PMDB) 2º Vice-Presidente: William Woo (PSDB) 3º Vice-Presidente: José Mentor (PT) Relator: Regis de Oliveira (PSC)</p> <p>Titulares</p> <p>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</p> <p>Arnaldo Faria de Sá Décio Lima Jair Bolsonaro José Mentor Laerte Bessa Marcelo Itagiba Neilton Mulim Regis de Oliveira Vander Loubet</p> <p>Suplentes</p> <p>Angelo Vanhoni Eliene Lima José Otávio Germano Marcelo Melo Marinha Raupp Paes Landim Sandro Mabel Valdir Colatto 1 vaga</p> <p>PSDB/DEM/PPS</p>

Alexandre Silveira João Campos Jorginho Maluly Rogerio Lisboa William Woo	Abelardo Lupion Carlos Sampaio Pinto Itamaraty 2 vagas	1º Vice-Presidente: Solange Amaral (DEM) 2º Vice-Presidente: Jô Moraes (PCdoB) 3º Vice-Presidente: Marcelo Ortiz (PV) Relator: Rose de Freitas (PMDB)
PSB/PDT/PCdoB/PMN		Titulares
Francisco Tenorio Vieira da Cunha	Flávio Dino João Dado	PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
PV		Antonio Carlos Chamariz Bel Mesquita <small>vaga do PHS</small> Emilia Fernandes Fátima Bezerra
Marcelo Ortiz	Dr. Talmir	Suplentes
PRB		Aline Corrêa Angela Portela Carlos Willian Gorete Pereira
Léo Vivas Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: 3216-6206/6232 FAX: 3216-6225	Cleber Verde	Maria do Rosário Natan Donadon 3 vagas
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 556-A, DE 2002, DA SRA. VANESSA GRAZZIOTIN, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 54 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", CONCEDENDO AOS SERINGUEIROS (SOLDADOS DA BORRACHA) OS MESMOS DIREITOS CONCEDIDOS AOS EX-COMBATENTES: APOSENTADORIA ESPECIAL, PENSÃO ESPECIAL, DENTRE OUTROS.		PSDB/DEM/PPS
Presidente: Lindomar Garçon (PV)		5 vagas
1º Vice-Presidente:		
2º Vice-Presidente:		
3º Vice-Presidente:		
Relator: Perpétua Almeida (PCdoB)		
Titulares	Suplentes	
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB		
Átila Lins Eduardo Valverde Ernandes Amorim Fernando Melo Flaviano Melo Lucenira Pimentel Nilson Mourão Rebecca Garcia Zequinha Marinho	Assis do Couto Beto Faro Lúcio Vale Sabino Castelo Branco 5 vagas	
PSDB/DEM/PPS		
Ilderlei Cordeiro Marcio Junqueira Thelma de Oliveira Urzeni Rocha 1 vaga	Carlos Alberto Leréia Moreira Mendes Raimundo Gomes de Matos 2 vagas	
PSB/PDT/PCdoB/PMN		
Perpétua Almeida Vanessa Grazziotin	Mauro Nazif Sebastião Bala Rocha	
PV		
Lindomar Garçon	1 vaga	
PHS		
1 vaga	Felipe Bornier	
Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: (61) 3216-6209 FAX: (61) 3216-6225		
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 590-A, DE 2006, DA SRA. LUIZA ERUNDINA, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 58 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL". (GARANTE A REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL DE CADA SEXO NA COMPOSIÇÃO DAS MESAS DIRETORAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO E DE CADA COMISSÃO, ASSEGURANDO, AO MENOS, UMA VAGA PARA CADA SEXO).		
Presidente: Emilia Fernandes (PT)		
		Titulares
		PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
		Andreia Zito Marina Maggessi Nilmar Ruiz Solange Amaral Thelma de Oliveira
		Suplentes
		Alice Portugal Lídice da Mata
		PSB/PDT/PCdoB/PMN
		Jô Moraes Luiza Erundina
		PV
		1 vaga
		PHS
		(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga) Secretário(a): Raquel Andrade de Figueiredo Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: (61) 3216-6241 FAX: (61) 3216-6225
		Felipe Bornier
		COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1 DE 2007, DO PODER EXECUTIVO, QUE "DISPÕE SOBRE O VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO A PARTIR DE 2007 E ESTABELECE DIRETRIZES PARA A SUA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DE 2008 A 2023".
		Presidente: Júlio Delgado (PSB)
		1º Vice-Presidente: Paulo Pereira da Silva (PDT)
		2º Vice-Presidente: Íris de Araújo (PMDB)
		3º Vice-Presidente: Felipe Maia (DEM)
		Relator: Roberto Santiago (PV)
		Titulares
		PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
		Arnaldo Faria de Sá Edgar Moury Íris de Araújo Pedro Eugênio Pedro Henry Reinhold Stephanes (Licenciado) Sandro Mabel 2 vagas
		Suplentes
		Aline Corrêa Carlos Alberto Canuto Dr. Adilson Soares Eudes Xavier José Guimarães Nelson Pellegrino (Licenciado) 3 vagas
		PSDB/DEM/PPS
		Felipe Maia Fernando Coruja Francisco Rodrigues José Aníbal Paulo Renato Souza (Licenciado)
		Andreia Zito Efraim Filho Fernando Chucre Fernando de Fabinho Leandro Sampaio
		PSB/PDT/PCdoB/PMN
		Júlio Delgado Paulo Pereira da Silva
		PV
		1 vaga
		PRB
		Roberto Santiago Lindomar Garçon

<p>Léo Vivas 1 vaga Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala A s/ 170 Telefones: 3216.6206 FAX: 3216.6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 219, DE 2003, DO SR. REGINALDO LOPES, QUE "REGULAMENTA O INCISO XXXIII DO ART. 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DISPONDO SOBRE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES DETIDAS PELOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA" (FIXA O PRAZO MÁXIMO DE 15 'QUINZE' DIAS ÚTEIS PARA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES)</p> <p>Presidente: José Genoíno (PT) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: Mendes Ribeiro Filho (PMDB)</p> <table border="0"> <thead> <tr> <th>Titulares</th> <th>Suplentes</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Arnaldo Faria de Sá</td> <td>Domingos Dutra</td> </tr> <tr> <td>Colbert Martins</td> <td>Dr. Rosinha</td> </tr> <tr> <td>José Genoíno</td> <td>Emiliano José</td> </tr> <tr> <td>Maurício Rands</td> <td>João Matos</td> </tr> <tr> <td>Mendes Ribeiro Filho</td> <td>Paulo Teixeira</td> </tr> <tr> <td>Milton Monti</td> <td>Pedro Fernandes</td> </tr> <tr> <td>Reginaldo Lopes</td> <td>Vicente Arruda</td> </tr> <tr> <td>Rodrigo Rocha Loures</td> <td>2 vagas</td> </tr> <tr> <td>1 vaga</td> <td></td> </tr> <tr> <td>PSDB/DEM/PPS</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Bonifácio de Andrada</td> <td>Gustavo Fruet</td> </tr> <tr> <td>Carlos Sampaio</td> <td>4 vagas</td> </tr> <tr> <td>Guilherme Campos</td> <td></td> </tr> <tr> <td>José Carlos Aleluia</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Raul Jungmann</td> <td></td> </tr> <tr> <td>PSB/PDT/PCdoB/PMN</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Aldo Rebelo</td> <td>2 vagas</td> </tr> <tr> <td>Lídice da Mata</td> <td></td> </tr> <tr> <td>PV</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fernando Gabeira</td> <td>1 vaga</td> </tr> <tr> <td>1 vaga</td> <td></td> </tr> <tr> <td>PHS</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Secretário(a): Heloísa Pedrosa Diniz</td> <td>1 vaga</td> </tr> <tr> <td>Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Telefones: (61) 3216-6201</td> <td></td> </tr> <tr> <td>FAX: (61) 3216-6225</td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 630, DE 2003, DO SENHOR ROBERTO GOUVEIA, QUE "ALTERA O ART. 1º DA LEI N.º 8.001, DE 13 DE MARÇO DE 1990, CONSTITUI FUNDO ESPECIAL PARA FINANCIAR PESQUISAS E FOMENTAR A PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E TÉRMICA A PARTIR DA ENERGIA SOLAR E DA ENERGIA EÓLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (FONTES RENOVÁVEIS DE ENERGIA).</p> <p>Presidente: Rodrigo Rocha Loures (PMDB) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: Arnaldo Jardim (PPS) 3º Vice-Presidente: Duarte Nogueira (PSDB) Relator: Fernando Ferro (PT)</p> <table border="0"> <thead> <tr> <th>Titulares</th> <th>Suplentes</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Bernardo Ariston</td> <td>Airton Roveda</td> </tr> <tr> <td>Ernandes Amorim</td> <td>Aline Corrêa</td> </tr> <tr> <td>Fernando Ferro</td> <td>Aníbal Gomes</td> </tr> <tr> <td>Fernando Marroni</td> <td>Carlos Abicalil</td> </tr> <tr> <td>João Maia</td> <td>Eudes Xavier</td> </tr> <tr> <td>Neudo Campos</td> <td>Marcos Lima</td> </tr> <tr> <td>Paulo Henrique Lustosa</td> <td>Nazareno Fonteles</td> </tr> </tbody> </table>	Titulares	Suplentes	PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB		Arnaldo Faria de Sá	Domingos Dutra	Colbert Martins	Dr. Rosinha	José Genoíno	Emiliano José	Maurício Rands	João Matos	Mendes Ribeiro Filho	Paulo Teixeira	Milton Monti	Pedro Fernandes	Reginaldo Lopes	Vicente Arruda	Rodrigo Rocha Loures	2 vagas	1 vaga		PSDB/DEM/PPS		Bonifácio de Andrada	Gustavo Fruet	Carlos Sampaio	4 vagas	Guilherme Campos		José Carlos Aleluia		Raul Jungmann		PSB/PDT/PCdoB/PMN		Aldo Rebelo	2 vagas	Lídice da Mata		PV		Fernando Gabeira	1 vaga	1 vaga		PHS		Secretário(a): Heloísa Pedrosa Diniz	1 vaga	Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A		Telefones: (61) 3216-6201		FAX: (61) 3216-6225		Titulares	Suplentes	PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB		Bernardo Ariston	Airton Roveda	Ernandes Amorim	Aline Corrêa	Fernando Ferro	Aníbal Gomes	Fernando Marroni	Carlos Abicalil	João Maia	Eudes Xavier	Neudo Campos	Marcos Lima	Paulo Henrique Lustosa	Nazareno Fonteles	<p>Paulo Teixeira 2 vagas Rodrigo Rocha Loures</p> <p>PSDB/DEM/PPS</p> <p>Antonio Carlos Mendes Thame Alfredo Kaefér Arnaldo Jardim Guilherme Campos Betinho Rosado Silvio Lopes Duarte Nogueira Urzeni Rocha José Carlos Aleluia 1 vaga</p> <p>PSB/PDT/PCdoB/PMN</p> <p>Arnaldo Vianna Átila Lira Beto Albuquerque 1 vaga</p> <p>PV</p> <p>1 vaga Antônio Roberto</p> <p>PRB</p> <p>Léo Vivas Cleber Verde Secretário(a): Heloísa Pedrosa Diniz Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A Telefones: 3216.6201 FAX: 3216.6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 694, DE 1995, QUE "INSTITUI AS DIRETRIZES NACIONAIS DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</p> <p>Presidente: Eduardo Sciarra (DEM) 1º Vice-Presidente: Francisco Praciano (PT) 2º Vice-Presidente: Fernando Chucre (PSDB) 3º Vice-Presidente: Pedro Chaves (PMDB) Relator: Angela Amin (PP)</p> <table border="0"> <thead> <tr> <th>Titulares</th> <th>Suplentes</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Angela Amin</td> <td>Aline Corrêa</td> </tr> <tr> <td>Chico da Princesa</td> <td>Arnaldo Faria de Sá</td> </tr> <tr> <td>Francisco Praciano</td> <td>Carlos Zarattini</td> </tr> <tr> <td>Jackson Barreto</td> <td>Edinho Bez</td> </tr> <tr> <td>João Magalhães <small>vaga do PSOL</small></td> <td>Gilmar Machado</td> </tr> <tr> <td>José Airton Cirilo</td> <td>José Chaves</td> </tr> <tr> <td>Mauro Lopes</td> <td>Jurandy Loureiro</td> </tr> <tr> <td>Pedro Chaves</td> <td>Paulo Teixeira</td> </tr> <tr> <td>Pedro Eugênio</td> <td>Ratinho Junior</td> </tr> <tr> <td>Pedro Fernandes</td> <td></td> </tr> <tr> <td>PSDB/DEM/PPS</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Arnaldo Jardim</td> <td>Carlos Sampaio</td> </tr> <tr> <td>Eduardo Sciarra</td> <td>Cláudio Diaz</td> </tr> <tr> <td>Fernando Chucre</td> <td>Geraldo Thadeu</td> </tr> <tr> <td>José Carlos Vieira</td> <td>Vitor Penido</td> </tr> <tr> <td>1 vaga</td> <td>1 vaga</td> </tr> <tr> <td>PSB/PDT/PCdoB/PMN</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Chico Lopes</td> <td>Julião Amin</td> </tr> <tr> <td>1 vaga</td> <td>Silvio Costa</td> </tr> <tr> <td>PV</td> <td></td> </tr> <tr> <td>José Fernando Aparecido de Oliveira</td> <td>1 vaga</td> </tr> <tr> <td>PSOL</td> <td></td> </tr> <tr> <td>(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)</td> <td>1 vaga</td> </tr> <tr> <td>Secretário(a): Angélica Fialho</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Telefones: (61) 3216-6218 / 6232</td> <td></td> </tr> <tr> <td>FAX: (61) 3216-6225</td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 841, DE 1995, DO SR. VIC PIRES FRANCO, QUE "DISPÕE SOBRE A MULTA A SER APLICADA À EMPRESA DE TRANSPORTE AÉREO EM CASO DE EMISSÃO DE BILHETE DE PASSAGEM EM NÚMERO SUPERIOR À CAPACIDADE DA AERONAVE DESTACADA PARA O RESPECTIVO TRECHO DE VIAGEM" - PL 2.452/07 APENSADO A ESTE.</p>	Titulares	Suplentes	PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB		Angela Amin	Aline Corrêa	Chico da Princesa	Arnaldo Faria de Sá	Francisco Praciano	Carlos Zarattini	Jackson Barreto	Edinho Bez	João Magalhães <small>vaga do PSOL</small>	Gilmar Machado	José Airton Cirilo	José Chaves	Mauro Lopes	Jurandy Loureiro	Pedro Chaves	Paulo Teixeira	Pedro Eugênio	Ratinho Junior	Pedro Fernandes		PSDB/DEM/PPS		Arnaldo Jardim	Carlos Sampaio	Eduardo Sciarra	Cláudio Diaz	Fernando Chucre	Geraldo Thadeu	José Carlos Vieira	Vitor Penido	1 vaga	1 vaga	PSB/PDT/PCdoB/PMN		Chico Lopes	Julião Amin	1 vaga	Silvio Costa	PV		José Fernando Aparecido de Oliveira	1 vaga	PSOL		(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	1 vaga	Secretário(a): Angélica Fialho		Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A		Telefones: (61) 3216-6218 / 6232		FAX: (61) 3216-6225	
Titulares	Suplentes																																																																																																																																				
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB																																																																																																																																					
Arnaldo Faria de Sá	Domingos Dutra																																																																																																																																				
Colbert Martins	Dr. Rosinha																																																																																																																																				
José Genoíno	Emiliano José																																																																																																																																				
Maurício Rands	João Matos																																																																																																																																				
Mendes Ribeiro Filho	Paulo Teixeira																																																																																																																																				
Milton Monti	Pedro Fernandes																																																																																																																																				
Reginaldo Lopes	Vicente Arruda																																																																																																																																				
Rodrigo Rocha Loures	2 vagas																																																																																																																																				
1 vaga																																																																																																																																					
PSDB/DEM/PPS																																																																																																																																					
Bonifácio de Andrada	Gustavo Fruet																																																																																																																																				
Carlos Sampaio	4 vagas																																																																																																																																				
Guilherme Campos																																																																																																																																					
José Carlos Aleluia																																																																																																																																					
Raul Jungmann																																																																																																																																					
PSB/PDT/PCdoB/PMN																																																																																																																																					
Aldo Rebelo	2 vagas																																																																																																																																				
Lídice da Mata																																																																																																																																					
PV																																																																																																																																					
Fernando Gabeira	1 vaga																																																																																																																																				
1 vaga																																																																																																																																					
PHS																																																																																																																																					
Secretário(a): Heloísa Pedrosa Diniz	1 vaga																																																																																																																																				
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A																																																																																																																																					
Telefones: (61) 3216-6201																																																																																																																																					
FAX: (61) 3216-6225																																																																																																																																					
Titulares	Suplentes																																																																																																																																				
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB																																																																																																																																					
Bernardo Ariston	Airton Roveda																																																																																																																																				
Ernandes Amorim	Aline Corrêa																																																																																																																																				
Fernando Ferro	Aníbal Gomes																																																																																																																																				
Fernando Marroni	Carlos Abicalil																																																																																																																																				
João Maia	Eudes Xavier																																																																																																																																				
Neudo Campos	Marcos Lima																																																																																																																																				
Paulo Henrique Lustosa	Nazareno Fonteles																																																																																																																																				
Titulares	Suplentes																																																																																																																																				
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB																																																																																																																																					
Angela Amin	Aline Corrêa																																																																																																																																				
Chico da Princesa	Arnaldo Faria de Sá																																																																																																																																				
Francisco Praciano	Carlos Zarattini																																																																																																																																				
Jackson Barreto	Edinho Bez																																																																																																																																				
João Magalhães <small>vaga do PSOL</small>	Gilmar Machado																																																																																																																																				
José Airton Cirilo	José Chaves																																																																																																																																				
Mauro Lopes	Jurandy Loureiro																																																																																																																																				
Pedro Chaves	Paulo Teixeira																																																																																																																																				
Pedro Eugênio	Ratinho Junior																																																																																																																																				
Pedro Fernandes																																																																																																																																					
PSDB/DEM/PPS																																																																																																																																					
Arnaldo Jardim	Carlos Sampaio																																																																																																																																				
Eduardo Sciarra	Cláudio Diaz																																																																																																																																				
Fernando Chucre	Geraldo Thadeu																																																																																																																																				
José Carlos Vieira	Vitor Penido																																																																																																																																				
1 vaga	1 vaga																																																																																																																																				
PSB/PDT/PCdoB/PMN																																																																																																																																					
Chico Lopes	Julião Amin																																																																																																																																				
1 vaga	Silvio Costa																																																																																																																																				
PV																																																																																																																																					
José Fernando Aparecido de Oliveira	1 vaga																																																																																																																																				
PSOL																																																																																																																																					
(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)	1 vaga																																																																																																																																				
Secretário(a): Angélica Fialho																																																																																																																																					
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A																																																																																																																																					
Telefones: (61) 3216-6218 / 6232																																																																																																																																					
FAX: (61) 3216-6225																																																																																																																																					

<p>Presidente: Luiz Sérgio (PT) 1º Vice-Presidente: Bruno Araújo (PSDB) 2º Vice-Presidente: Jorginho Maluly (DEM) 3º Vice-Presidente: Hugo Leal (PSC) Relator: Rodrigo Rocha Loures (PMDB)</p> <p>Titulares</p> <p>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</p> <p>Arnon Bezerra Beto Mansur Carlos Zarattini Hugo Leal <small>vaga do PRB</small> Leo Alcântara Luiz Bittencourt Luiz Sérgio Marcelo Castro Pepe Vargas Rodrigo Rocha Loures</p> <p>Suplentes</p> <p>Devanir Ribeiro Fernando Marroni Marcelo Teixeira Ricardo Barros Sabino Castelo Branco Vander Loubet Vital do Rêgo Filho 2 vagas</p> <p>PSDB/DEM/PPS</p> <p>Bruno Araújo Geraldo Thadeu Jorginho Maluly Vanderlei Macris Vic Pires Franco</p> <p>PSB/PDT/PCdoB/PMN</p> <p>João Dado 1 vaga</p> <p>PV</p> <p>Dr. Nechar 1 vaga</p> <p>PRB</p> <p>(Dep. do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga) Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade Local: Anexo II Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: (61) 3216-6207 FAX: (61) 3216-6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1.481, DE 2007, QUE "ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, E A LEI Nº 9.998, DE 17 DE AGOSTO DE 2000, PARA DISPOR SOBRE O ACESSO A REDES DIGITAIS DE INFORMAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO". (FUST)</p> <p>Presidente: Marcelo Ortiz (PV) 1º Vice-Presidente: Vilson Covatti (PP) 2º Vice-Presidente: Lobbe Neto (PSDB) 3º Vice-Presidente: Jorge Khoury (DEM) Relator: Paulo Henrique Lustosa (PMDB)</p> <p>Titulares</p> <p>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</p> <p>Bilac Pinto Colbert Martins Jorge Bittar (Licenciado) Magela Paulo Henrique Lustosa Paulo Roberto Pereira Raul Henry Vilson Covatti Walter Pinheiro (Licenciado)</p> <p>Suplentes</p> <p>Andre Vargas Angela Amin Dr. Adilson Soares Eudes Xavier Paulo Teixeira Rebecca Garcia 3 vagas</p> <p>PSDB/DEM/PPS</p> <p>Jorge Khoury Julio Semeghini Leandro Sampaio Lobbe Neto Vic Pires Franco</p> <p>PSB/PDT/PCdoB/PMN</p> <p>Ariosto Holanda 1 vaga</p> <p>Suplentes</p> <p>Arnaldo Jardim Eduardo Sciarra Emanuel Fernandes Paulo Bornhausen Professora Raquel Teixeira</p> <p>2 vagas</p>	<p>PV</p> <p>Marcelo Ortiz Fernando Gabeira</p> <p>PHS</p> <p>Felipe Bornier Miguel Martini</p> <p>Secretário(a): Fernando Maia Leão Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A Telefones: 3216.6205 FAX: 3216.6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1610, DE 1996, DO SENADO FEDERAL, QUE "DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO E O APROVEITAMENTO DE RECURSOS MINERAIS EM TERRAS INDÍGENAS, DE QUE TRATAM OS ARTS. 176, PARÁGRAFO PRIMEIRO, E 231, PARÁGRAFO TERCEIRO, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL".</p> <p>Presidente: Edio Lopes (PMDB) 1º Vice-Presidente: Bel Mesquita (PMDB) 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: Eduardo Valverde (PT)</p> <p>Titulares</p> <p>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</p> <p>Asdrubal Bentes Bel Mesquita Dalva Figueiredo Edio Lopes Eduardo Valverde Ernandes Amorim Francisco Praciano José Otávio Germano Luciano Castro</p> <p>Suplentes</p> <p>Celso Maldaner Colbert Martins Fernando Ferro Homero Pereira Jurandil Juarez Neudo Campos Paulo Roberto Pereira Paulo Rocha Vignatti</p> <p>PSDB/DEM/PPS</p> <p>João Almeida Marcio Junqueira Moreira Mendes Urzeni Rocha Vitor Penido</p> <p>PSB/PDT/PCdoB/PMN</p> <p>Maria Helena Perpétua Almeida</p> <p>PV</p> <p>José Fernando Aparecido de Oliveira Fernando Gabeira</p> <p>PHS</p> <p>Felipe Bornier Miguel Martini</p> <p>Secretário(a): Maria Terezinha Donati Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A Telefones: 3216-6215 FAX: 3216-6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1.627, DE 2007, DO PODER EXECUTIVO, QUE "DISPÕE SOBRE OS SISTEMAS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, REGULAMENTA A EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DESTINADAS AO ADOLESCENTE, EM RAZÃO DE ATO INFRAACIONAL, ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</p> <p>Presidente: Givaldo Carimbão (PSB) 1º Vice-Presidente: Eduardo Barbosa (PSDB) 2º Vice-Presidente: Luiz Couto (PT) 3º Vice-Presidente: Felipe Bornier (PHS) Relator: Rita Camata (PMDB)</p> <p>Titulares</p> <p>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</p> <p>Antônio Andrade Eduardo Valverde Elcione Barbalho Jofran Frejat</p> <p>Suplentes</p> <p>Fátima Paelas Leonardo Monteiro Luciana Costa Maria do Rosário</p>
--	---

Luiz Couto Pedro Wilson Rita Camata Sérgio Moraes Vilson Covatti	Paulo Henrique Lustosa 4 vagas		
Alceni Guerra Eduardo Barbosa Lobbe Neto Moreira Mendes Nilmar Ruiz	PSDB/DEM/PPS Andreia Zito João Campos Jorginho Maluly Raimundo Gomes de Matos 1 vaga		
Givaldo Carimbão Sueli Vidigal	PSB/PDT/PCdoB/PMN Manuela D'ávila Paulo Rubem Santiago		
Antônio Roberto	PV Marcelo Ortiz		
Felipe Bornier Secretário(a): Fernando Maia Leão Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A Telefones: 3216-6205 FAX: 3216-6225	PHS Miguel Martini		
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1921, DE 1999, DO SENADO FEDERAL, QUE INSTITUI A TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA PARA CONSUMIDORES DE BAIXA RENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			
Presidente: Leandro Sampaio (PPS) 1º Vice-Presidente: Luiz Carlos Haully (PSDB) 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: João Pizzolatti (PP) Relator: Carlos Zarattini (PT)			
Titulares	Suplentes		
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB			
Alexandre Santos Carlos Zarattini Ernandes Amorim Fernando Ferro Jackson Barreto João Pizzolatti Moises Avelino Pedro Wilson Vicentinho Alves	Adão Pretto Carlos Alberto Canuto Neudo Campos Nilson Mourão Pedro Fernandes Tonha Magalhães 3 vagas		
Edson Aparecido José Carlos Aleluia Leandro Sampaio Luiz Carlos Haully Silvinho Peccioli	PSDB/DEM/PPS Araldo Jardim Augusto Carvalho (Licenciado) Bruno Araújo Fábio Souto Fernando de Fabinho		
Ana Arraes Sueli Vidigal	PSB/PDT/PCdoB/PMN Chico Lopes Dagoberto		
Fábio Ramalho	PV Roberto Santiago		
Léo Vivas Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A Telefones: 3216-6214 FAX: 3216-6225	PRB 1 vaga		
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3057, DE 2000, DO SENHOR BISPO WANDERVAL, QUE "INCLUI § 2º NO ART. 41, DA LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979, NUMERANDO-SE COMO PARÁGRAFO 1º O ATUAL PARÁGRAFO ÚNICO", ESTABELECEndo QUE PARA O REGISTRO DE LOTEAMENTO SUBURBANO DE PEQUENO VALOR IMPLANTADO IRREGULARMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE			
1999 E REGULARIZADO POR LEI MUNICIPAL, NÃO HÁ NECESSIDADE DE APROVAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO POR OUTRO ÓRGÃO.			
Presidente: 1º Vice-Presidente: Marcelo Melo (PMDB) 2º Vice-Presidente: Angela Amin (PP) 3º Vice-Presidente: Jorge Khoury (DEM) Relator: Renato Amary (PSDB)			
Titulares	Suplentes		
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB			
Angela Amin Carlos Eduardo Cadoca José Eduardo Cardozo José Guimarães Luiz Bittencourt Luiz Carlos Busato Marcelo Melo 2 vagas	Alex Canziani Beto Mansur Celso Maldaner Celso Russomanno Edson Santos (Licenciado) Homero Pereira José Airtton Cirilo Zezéu Ribeiro 1 vaga		
Arnaldo Jardim Fernando Chucre Jorge Khoury Renato Amary 1 vaga	PSDB/DEM/PPS Bruno Araújo Dimas Ramalho Eduardo Sciarra Gervásio Silva Ricardo Tripoli <small>vaga do PSOL</small> Solange Amaral		
Arnaldo Vianna 1 vaga	PSB/PDT/PCdoB/PMN Chico Lopes Gonzaga Patriota		
José Paulo Tóffano	PV Sarney Filho		
Ivan Valente	PSOL (Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)		
Secretário(a): Leila Machado Campos Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A Telefones: 3216.6212 FAX: 3216.6225			
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3460, DE 2004, DO SR. WALTER FELDMAN, QUE "INSTITUI DIRETRIZES PARA A POLÍTICA NACIONAL DE PLANEJAMENTO REGIONAL URBANO, CRIA O SISTEMA NACIONAL DE PLANEJAMENTO E INFORMAÇÕES REGIONAIS URBANAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (ESTATUTO DA METRÓPOLE).			
Presidente: Marcelo Melo (PMDB) 1º Vice-Presidente: Fernando de Fabinho (DEM) 2º Vice-Presidente: Manuela D'ávila (PCdoB) 3º Vice-Presidente: Leandro Sampaio (PPS) Relator: Indio da Costa (DEM)			
Titulares	Suplentes		
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB			
Alex Canziani Andre Vargas Antônio Andrade Celso Russomanno Décio Lima Dr. Paulo César Marcelo Melo Zezéu Ribeiro 1 vaga	Arnaldo Faria de Sá Eduardo Cunha Filipe Pereira Geraldo Simões João Leão (Licenciado) Paulo Teixeira 3 vagas		
Fernando Chucre Fernando de Fabinho Indio da Costa Leandro Sampaio Luiz Carlos Haully	PSDB/DEM/PPS André de Paula Paulo Magalhães 3 vagas		
Damião Feliciano	PSB/PDT/PCdoB/PMN Evandro Milhomen		

Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6207
FAX: (61) 3216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER
AO PROJETO DE LEI Nº 4.529, DE 2004, DA COMISSÃO
ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E ESTUDAR
PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
JUVENTUDE, QUE "DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA
JUVENTUDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Presidente: Lobbe Neto (PSDB)
1º Vice-Presidente: Paulo Henrique Lustosa (PMDB)
2º Vice-Presidente: Efraim Filho (DEM)
3º Vice-Presidente: Eudes Xavier (PT)
Relator: Manuela D'ávila (PCdoB)

Titulares **Suplentes**

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Eudes Xavier	Antonio Bulhões
Gladson Cameli	Carlos Santana
Luciana Costa	Filipe Pereira
Marinha Raupp	José Airton Cirilo
Pastor Manoel Ferreira	Maurício Quintella Lessa
Paulo Henrique Lustosa	Paulo Roberto Pereira
Raul Henry	3 vagas
Reginaldo Lopes	
Zezéu Ribeiro	

PSDB/DEM/PPS

Andreia Zito	Bruno Araújo
Efraim Filho	Nilmar Ruiz
Felipe Maia	Rodrigo de Castro
Ilderlei Cordeiro	2 vagas
Lobbe Neto	

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Glauber Braga	Sebastião Bala Rocha
Manuela D'ávila	Valadares Filho

PV

José Fernando Aparecido de Oliveira	Dr. Talmir
-------------------------------------	------------

PRB

Léo Vivas	1 vaga
-----------	--------

Secretário(a): Leila Machado
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6212
FAX: (61) 3216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER
AO PROJETO DE LEI Nº 5.186, DE 2005, DO PODER
EXECUTIVO, QUE "ALTERA A LEI Nº 9.615, DE 24 DE MARÇO
DE 1998, QUE INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE
DESPORTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Presidente: Marcelo Guimarães Filho (PMDB)
1º Vice-Presidente: Arnaldo Faria de Sá (PTB)
2º Vice-Presidente: Silvio Torres (PSDB)
3º Vice-Presidente: Guilherme Campos (DEM)
Relator: José Rocha (PR)

Titulares **Suplentes**

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Arnaldo Faria de Sá	Deley
Asdrubal Bentes	Luiz Carlos Busato
Dr. Rosinha	Marcelo Teixeira
Eudes Xavier	Mendes Ribeiro Filho
Eugênio Rabelo	Vital do Rêgo Filho
Gilmar Machado	4 vagas
Hermes Parcianello	
José Rocha	
Marcelo Guimarães Filho	

PSDB/DEM/PPS

Guilherme Campos	Marcos Montes
Humberto Souto	Zenaldo Coutinho
Luiz Carlos Haulay	3 vagas

Silvio Torres
1 vaga

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Fábio Faria	Beto Albuquerque
Manuela D'ávila	Marcos Medrado

PV

Ciro Pedrosa	1 vaga
--------------	--------

PSOL

Geraldinho	Ivan Valente
------------	--------------

Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade
Local: Anexo II - Pavimento superior - sala 170-A
Telefones: 3216.6207
FAX: 3216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER
AO PROJETO DE LEI Nº 6.264, DE 2005, DO SENADO
FEDERAL, QUE "INSTITUI O ESTATUTO DA IGUALDADE
RACIAL".**

Presidente: Carlos Santana (PT)
1º Vice-Presidente: Damião Feliciano (PDT)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Janete Rocha Pietá (PT)
Relator: Antônio Roberto (PV)

Titulares **Suplentes**

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Carlos Santana	Carlos Bezerra
Janete Rocha Pietá	Dalva Figueiredo
Leonardo Quintão	Dr. Rosinha
Luís Carlos Heinze	Gilmar Machado
Márcio Marinho	Luiz Alberto
Pastor Manoel Ferreira	Moacir Micheletto
Paulo Henrique Lustosa	Paulo Roberto Pereira
Veloso	Valdir Colatto
Vicentinho	1 vaga

PSDB/DEM/PPS

Abelardo Lupion	Andreia Zito
João Almeida	Gervásio Silva
Marcio Junqueira	Guilherme Campos
Onyx Lorenzoni	Índio da Costa
Raul Jungmann	João Campos ^{vaga do PHS}
	Paulo Bornhausen

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Damião Feliciano	Edmilson Valentim
Evandro Milhomen	Paulo Rubem Santiago

PV

Antônio Roberto	1 vaga
-----------------	--------

PHS

Felipe Bornier	(Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)
----------------	-------------------------------------

Secretário(a): Mário Dráusio de Azeredo Coutinho
Local: Anexo II - Pavimento Superior, sala 170-A
Telefones: 3216.6203
FAX: 32166225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER
AO PROJETO DE LEI Nº 7.709, DE 2007, DO PODER
EXECUTIVO, QUE "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 8.666,
DE 21 DE JUNHO DE 1993, QUE REGULAMENTA O ART. 37,
INCISO XXI, DA CONSTITUIÇÃO, INSTITUI NORMAS PARA
LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA,
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Presidente: Tadeu Filippelli (PMDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Márcio Reinaldo Moreira (PP)

Titulares **Suplentes**

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

José Eduardo Cardozo	Hugo Leal
-------------------------	-----------

Márcio Reinaldo Moreira	José Santana de Vasconcellos	Paulo Rubem Santiago	1 vaga
Milton Monti	Lelo Coimbra		
Paes Landim	Leo Alcântara <small>vaga do PSOL</small>	PV	1 vaga
Paulo Teixeira	Luiz Couto	PSOL	1 vaga
Pedro Chaves	Maurício Rands		
Pepe Vargas	Pedro Eugênio		
Rita Camata	Renato Molling		
Tadeu Filippelli	Vital do Rêgo Filho		
	1 vaga		
PSDB/DEM/PPS			
Arnaldo Madeira	Arnaldo Jardim	COMISSÃO ESPECIAL DESTINA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1, DE 2007, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ACRESCE DISPOSITIVO À LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000". (PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC)	
Humberto Souto	Bruno Araújo	Presidente: Nelson Meurer (PP)	
Jorge Khoury	Carlos Alberto Lerêia	1º Vice-Presidente:	
Jorginho Maluly	Eduardo Sciarra	2º Vice-Presidente:	
Luiz Carlos Haully	Marcos Montes	3º Vice-Presidente:	
PSB/PDT/PCdoB/PMN			
Francisco Tenorio	Osmar Júnior	Relator: José Pimentel (PT)	
Julião Amin	Valtenir Pereira	Titulares	
		Suplentes	
Dr. Talmir	Roberto Santiago	PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
		Armando Monteiro	
		Eduardo Valverde	
		Flaviano Melo	
		José Pimentel (Licenciado)	
		Leonardo Quintão	
		Lúcio Vale	
		Mauro Benevides	
		Nelson Meurer	
		(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN ocupa a vaga)	
		PSDB/DEM/PPS	
		Alfredo Kaefer	
		Augusto Carvalho (Licenciado)	
		Zenaldo Coutinho	
		2 vagas	
		PSB/PDT/PCdoB/PMN	
		Alice Portugal	
		Arnaldo Vianna	
		Paulo Rubem Santiago <small>vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</small>	
		PV	
		Fernando Gabeira	
		PHS	
		Felipe Bornier	
		PRB	
		Marcos Antonio <small>vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN</small>	
		Secretário(a): Angélica Fialho	
		Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A	
		Telefones: 3216-6218	
		FAX: 32166225	
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APECIAR AS SOLICITAÇÕES DE ACESSO A INFORMAÇÕES SIGILOSAS PRODUZIDAS OU RECEBIDAS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES PARLAMENTARES E ADMINISTRATIVAS, ASSIM COMO SOBRE O CANCELAMENTO OU REDUÇÃO DE PRAZOS DE SIGILO E OUTRAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NA RESOLUÇÃO Nº 29, DE 1993.			
Presidente: Paulo Teixeira (PT)			
1º Vice-Presidente:			
2º Vice-Presidente:			
3º Vice-Presidente:			
Titulares			
PMDB			
Suplentes			
PSDB/DEM/PPS			
Eduardo Sciarra	Arolde de Oliveira		
Fernando Chucre	Luiz Carlos Haully		
	(Dep. do		
Humberto Souto	PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB		
	ocupa a vaga)		
Raimundo Gomes de Matos		2 vagas	
Vitor Penido			
PSB/PDT/PCdoB/PMN			
	(Dep. do		
Gonzaga Patriota	PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB		
	ocupa a vaga)		

Márcio Reinaldo
Moreira

José Santana de Vasconcellos

Paulo Rubem
Santiago

1 vaga

Milton Monti
Paes Landim
Paulo Teixeira
Pedro Chaves
Pepe Vargas
Rita Camata
Tadeu Filippelli

Lelo Coimbra
Leo Alcântara vaga do PSOL
Luiz Couto
Maurício Rands
Pedro Eugênio
Renato Molling
Vital do Rêgo Filho

1 vaga

PV

1 vaga

PSOL

1 vaga

1 vaga
Secretário(a): Angélica Fialho
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A
Telefones: 3216.6218
FAX: 3216.6225

PSDB/DEM/PPS

Arnaldo Madeira
Humberto Souto
Jorge Khoury
Jorginho Maluly
Luiz Carlos Haully

Arnaldo Jardim
Bruno Araújo
Carlos Alberto Lerêia
Eduardo Sciarra
Marcos Montes

COMISSÃO ESPECIAL DESTINA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1, DE 2007, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ACRESCE DISPOSITIVO À LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000". (PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC)

Presidente: Nelson Meurer (PP)

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Relator: José Pimentel (PT)

Titulares

Suplentes

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Francisco Tenorio
Julião Amin

Osmar Júnior
Valtenir Pereira

PV

Dr. Talmir

Roberto Santiago

PSOL

Luciana Genro
(Licenciado)

(Dep. do
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
ocupa a vaga)

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A
Telefones: 3216-6215
FAX: 3216-6225

Armando Monteiro
Eduardo Valverde
Flaviano Melo
José Pimentel (Licenciado)
Leonardo Quintão
Lúcio Vale
Mauro Benevides
Nelson Meurer
(Dep. do PSB/PDT/PCdoB/PMN
ocupa a vaga)

Fátima Bezerra
Gorete Pereira
Luiz Fernando Faria
Paes Landim
Rodrigo Rocha Loures
4 vagas

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1.927, DE 2003, DO SR. FERNANDO DE FABINHO, QUE "ACRESCENTA DISPOSITIVO À LEI Nº 10.336, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001, PARA ISENTAR AS EMPRESAS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO MUNICIPAL E TRANSPORTE COLETIVO URBANO ALTERNATIVO DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE"

Presidente: Jackson Barreto (PMDB)

1º Vice-Presidente: Vitor Penido (DEM)

2º Vice-Presidente: Raimundo Gomes de Matos (PSDB)

3º Vice-Presidente: José Chaves (PTB)

Relator: Carlos Zarattini (PT)

Titulares

Suplentes

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Carlos Zarattini
Chico da Princesa
Francisco Praciano
Jackson Barreto
João Leão
(Licenciado)
João Magalhães
José Chaves
Mauro Lopes
Zezéu Ribeiro

Aline Corrêa
Andre Vargas
Angela Amin vaga do PSDB/DEM/PPS
Arnaldo Faria de Sá vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN
Carlos Santana
Carlos Willian
Dr. Paulo César
Hugo Leal
Jilmar Tatto
Luiz Carlos Busato
Marcelo Melo

PSDB/DEM/PPS

Eduardo Sciarra
Fernando Chucre

Arolde de Oliveira
Luiz Carlos Haully
(Dep. do

Humberto Souto
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
ocupa a vaga)

Raimundo Gomes de Matos
Vitor Penido

2 vagas

PSB/PDT/PCdoB/PMN

(Dep. do
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB
ocupa a vaga)

PSDB/DEM/PPS

Alfredo Kaefer
Augusto Carvalho (Licenciado)
Zenaldo Coutinho
2 vagas

Cláudio Diaz
Silvio Lopes
3 vagas

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Alice Portugal

Pompeo de Mattos

Arnaldo Vianna

(Dep. do PRB ocupa a
vaga)

Paulo Rubem Santiago vaga do PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

PV

Fernando Gabeira

Edson Duarte

PHS

Felipe Bornier

Miguel Martini

PRB

Marcos Antonio vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN

Secretário(a): Angélica Fialho
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A
Telefones: 3216-6218
FAX: 32166225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APECIAR AS SOLICITAÇÕES DE ACESSO A INFORMAÇÕES SIGILOSAS PRODUZIDAS OU RECEBIDAS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES PARLAMENTARES E ADMINISTRATIVAS, ASSIM COMO SOBRE O CANCELAMENTO OU REDUÇÃO DE PRAZOS DE SIGILO E OUTRAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NA RESOLUÇÃO Nº 29, DE 1993.

Presidente: Paulo Teixeira (PT)

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

PMDB

<p>PSB/PDT/PCdoB/PMN</p> <p>Chico Lopes Júlio Delgado Sergio Petecão</p> <p>Francisco Tenorio Manato Mário Heringer</p> <p>PV</p> <p>Ciro Pedrosa</p> <p>PRB</p> <p>Cleber Verde Léo Vivas</p> <p>Secretário(a): Francisco Diniz Local: Serviço de CPIs - Anexo II, Sala 151-B Telefones: (61) 3216-6213 FAX: (61) 3216-6285</p> <p>COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR A VIOLÊNCIA URBANA.</p> <p>Presidente: Alexandre Silveira (PPS) 1º Vice-Presidente: Raul Jungmann (PPS) 2º Vice-Presidente: João Campos (PSDB) 3º Vice-Presidente: Vanessa Grazziotin (PCdoB) Relator: Paulo Pimenta (PT)</p> <p>Titulares Suplentes</p> <p>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</p> <p>Albérico Filho Antonio Carlos Biscaia Arnaldo Faria de Sá Iriy Lopes José Carlos Araújo Luiz Alberto Marcelo Itagiba Marcelo Melo Pastor Pedro Ribeiro Paulo Pimenta Simão Sessim Vilson Covatti</p> <p>Décio Lima Domingos Dutra Francisco Praciano Laerte Bessa Luiz Carlos Busato Neilton Mulim Paes de Lira Pedro Wilson 4 vagas</p> <p>PSDB/DEM/PPS</p> <p>Alexandre Silveira Carlos Sampaio João Campos José Maia Filho Major Fábio Raul Jungmann Rogerio Lisboa William Woo</p> <p>Jorginho Maluly Marina Maggessi vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN 6 vagas</p> <p>PSB/PDT/PCdoB/PMN</p> <p>Francisco Tenorio Severiano Alves Vanessa Grazziotin</p> <p>Manuela D'ávila Paulo Rubem Santiago (Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)</p> <p>PV</p> <p>Fernando Gabeira (Dep. do PSDB/DEM/PPS ocupa a vaga)</p> <p>PSOL</p> <p>(Dep. do PV ocupa a vaga) Secretário(a): Sílvio Souza da Silva Local: Serviço de CPIs - Anexo II, Sala 151-B Telefones: (61) 3216-6267 FAX: (61) 3216-6285</p> <p>COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES A RESPEITO DA QUADRILHA DE NEONAZISTAS DESARTICULADA NO ESTADO DO RIO DO GRANDE DO SUL, COM CÉLULAS ORGANIZADAS EM SÃO PAULO, PARANÁ E SANTA CATARINA, E SEUS DESDOBRAMENTOS.</p> <p>Coordenador: Marcelo Itagiba (PMDB)</p> <p>Titulares Suplentes</p> <p>Marcelo Itagiba</p> <p>PMDB</p> <p>PT</p>	<p>Maria do Rosário</p> <p>PSDB</p> <p>Carlos Sampaio João Campos</p> <p>PDT</p> <p>Pompeo de Mattos</p> <p>PPS</p> <p>Alexandre Silveira Secretário(a): Manoel Amaral Alvim de Paula Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: (61) 3216-6210 FAX: (61) 3216-6225</p> <p>COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A DESOCUPAÇÃO DA RESERVA INDÍGENA RAPOSA/SERRA DO SOL</p> <p>Titulares Suplentes</p> <p>PMDB</p> <p>Edio Lopes</p> <p>PT</p> <p>Francisco Praciano</p> <p>DEM</p> <p>Marcio Junqueira</p> <p>PSDB</p> <p>Urzeni Rocha</p> <p>PR</p> <p>Luciano Castro</p> <p>PP</p> <p>Neudo Campos</p> <p>PSB</p> <p>Maria Helena</p> <p>PV</p> <p>Fernando Gabeira Secretário(a): -</p> <p>COMISSÃO EXTERNA PARA APURAR AS CONDIÇÕES E AS APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA SAÚDE NOS HOSPITAIS DOS ESTADOS DO PARÁ E DO AMAPÁ.</p> <p>Coordenador: Elcione Barbalho (PMDB)</p> <p>Titulares Suplentes</p> <p>PMDB</p> <p>Bel Mesquita Elcione Barbalho Fátima Pelaes</p> <p>PR</p> <p>Dr. Paulo César</p> <p>PP</p> <p>Roberto Britto Secretário(a): -</p> <p>COMISSÃO EXTERNA A FIM DE ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DA ESTIAGEM NO RIO GRANDE DO SUL</p> <p>Coordenador: Marco Maia (PT)</p> <p>Titulares Suplentes</p> <p>PMDB</p> <p>Darcísio Perondi</p> <p>PT</p> <p>Marco Maia</p> <p>PSDB</p> <p>Cláudio Diaz</p> <p>PP</p> <p>Afonso Hamm Luis Carlos Heinze Vilson Covatti</p> <p>PTB</p> <p>Luiz Carlos Busato Secretário(a): Mário Dráusio Coutinho Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: (61) 3216-6203</p>
---	--

FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A TRAGÉDIA CLIMÁTICA OCORRIDA NO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Titulares		Suplentes
Acélio Casagrande	PMDB	
Celso Maldaner		
Edinho Bez		
João Matos		
Mauro Mariani (Licenciado)		
Valdir Colatto		
	PT	
Décio Lima		
Vignatti		
	DEM	
Paulo Bornhausen		
	PSDB	
Gervásio Silva		
	PR	
Nelson Goetten		
	PP	
Angela Amin		
João Pizzolatti		
Zonta		
	PPS	
Fernando Coruja		
Secretário(a): .		

COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DA UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL.

Coordenador: Maria do Rosário (PT)

Titulares		Suplentes
Gastão Vieira (Licenciado)	PMDB	
Osvaldo Reis		
	PT	
Angela Portela		
Marco Maia		
Maria do Rosário		
Paulo Pimenta		
Pedro Wilson		
	DEM	
Germano Bonow		
Lira Maia		
Nilmar Ruiz		
	PSDB	
Professor Ruy Pauletti		
Professora Raquel Teixeira		
	PP	
Renato Molling		
	PTB	
Luiz Carlos Busato		
	PCdoB	
Manuela D'ávila		
Secretário(a): -		

COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR AS ÁREAS ATINGIDAS PELAS ENCHENTES NO ESTADO DO MARANHÃO.

Coordenador: Flávio Dino (PCdoB)

Titulares		Suplentes
Gastão Vieira (Licenciado)	PMDB	
Pedro Novais		
Professor Setimo		
	PT	
Domingos Dutra		
	DEM	
Clóvis Fecury		
Nice Lobão		

PSDB

Carlos Brandão	
Pinto Itamaraty	
Roberto Rocha	
	PR
Zé Vieira	
	PP
Waldir Maranhão (Licenciado)	
	PSB
Ribamar Alves	
	PDT
Davi Alves Silva Júnior	
Julião Amin	
	PTB
Pedro Fernandes	
	PV
Sarney Filho	
	PCdoB
Flávio Dino	
	PRB
Cleber Verde	
Secretário(a): -	

GRUPO DE TRABALHO DE CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS.

Coordenador: José Mentor (PT)

Titulares		Suplentes
	PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Asdrubal Bentes		Antonio Carlos Biscaia
Cândido Vaccarezza		Arnaldo Faria de Sá
Carlos Bezerra		Beto Mansur
José Eduardo Cardozo		Carlos Abicalil
José Mentor		Carlos Eduardo Cadoca
Mauro Benevides		Fátima Pelaes
Nelson Marquzelli		Milton Monti
Paulo Maluf		Rubens Otoni
Reginaldo Lopes		Zezéu Ribeiro
Regis de Oliveira		2 vagas
Sandro Mabel		
	PSDB/DEM/PPS	
Arnaldo Jardim		Fernando Chucre
Bruno Araújo		Raul Jungmann
Bruno Rodrigues		4 vagas
José Carlos Aleluia		
Ricardo Tripoli		
Roberto Magalhães		
	PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Flávio Dino		3 vagas
Marcondes Gadelha		
Miro Teixeira		
	PV	
Marcelo Ortiz		Edigar Mão Branca
Secretário(a): Luiz Claudio Alves dos Santos		
Local: Anexo II, Ala A, sala 153		
Telefones: 3215-8652/8		
FAX: 3215-8657		

GRUPO DE TRABALHO PARA EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO À EVENTUAL INCLUSÃO EM ORDEM DO DIA DE PROJETOS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, SOBRE DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL, SOB A COORDENAÇÃO DO SENHOR DEPUTADO JOÃO CAMPOS.

Titulares		Suplentes
	PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Antonio Carlos Biscaia		
Arnaldo Faria de Sá		
Marcelo Itagiba		
Vinicius Carvalho		
1 vaga		
	PSDB/DEM/PPS	
João Campos		

Raul Jungmann
Roberto Magalhães

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Abelardo Camarinha
Flávio Dino
Vieira da Cunha
Secretário(a): .

**GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A ESTUDAR O
REMANEJAMENTO DO ESPAÇO FÍSICO DAS LIDERANÇAS
PARTIDÁRIAS.**

Coordenador: Hugo Leal (PSC)

Titulares		Suplentes
Osmar Serraglio	PMDB	
Vital do Rêgo Filho		
	PT	
Carlos Zarattini		
	PR	
Luciano Castro		
	PP	
Nelson Meurer		
	PDT	
Mário Heringer		
	PSC	
Hugo Leal		
	PMN	
Silvio Costa		
Secretário(a): .		

**GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A EXAMINAR O
PARECER PROFERIDO PELA COMISSÃO ESPECIAL AO
PROJETO DE LEI Nº 203, DE 1991, QUE DISPÕE SOBRE O
ACONDICIONAMENTO, A COLETA, O TRATAMENTO, O
TRANSPORTE E A DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE
SERVIÇOS DE SAÚDE, COM VISTAS A VIABILIZAR, JUNTO À
CASA, A DELIBERAÇÃO SOBRE A MATÉRIA.**

Coordenador: Arnaldo Jardim (PPS)

Titulares		Suplentes
Lelo Coimbra	PMDB	
Marcelo Almeida		
Paulo Henrique Lustosa		
	PT	
Fernando Ferro		
Paulo Teixeira		
	DEM	
Jorge Khoury		
	PSDB	
Paulo Abi-ackel		
	PR	
Maurício Quintella Lessa		
	PP	
José Otávio Germano		
	PSB	
Luiza Erundina		
	PTB	
Armando Monteiro		
	PV	
Dr. Nechar		
	PPS	
Arnaldo Jardim		
Secretário(a): Leila Machado		
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A		
Telefones: 3216-6212		
FAX: 3216-6225		

▶▶▶ Lançamentos da Edições Câmara

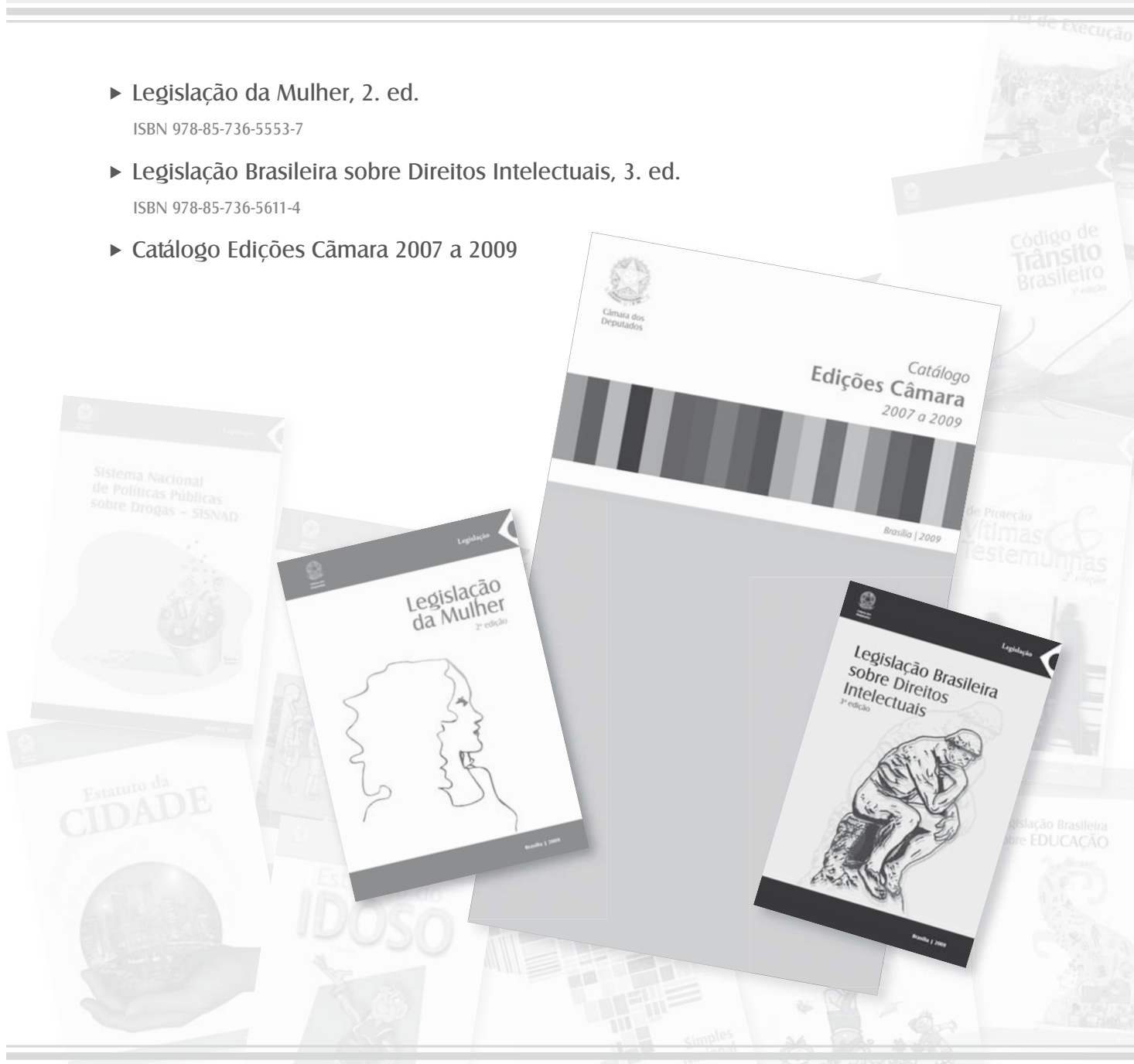
- ▶ Legislação da Mulher, 2. ed.

ISBN 978-85-736-5553-7

- ▶ Legislação Brasileira sobre Direitos Intelectuais, 3. ed.

ISBN 978-85-736-5611-4

- ▶ Catálogo Edições Câmara 2007 a 2009



 **edições
câmara**

 **CEDI**
CENTRO DE ESTUDOS
DE INVESTIGACÃO

 **CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

INFORMAÇÕES

Coordenação Edições Câmara

Telefones: (61) 3216-5809

E-mail: edicoes.cedi@camara.gov.br

Site: <http://www2.camara.gov.br/internet/publicacoes/edicoes>

LOCAL DE VENDA

Mídia Livraria

Ed. Principal e Anexo IV
da Câmara dos Deputados

Telefone: (61) 3216-9070



Edição de hoje: 346 páginas

OS: 2009/17154